



A CRÍTICA DO DECRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTISMO

Sandrine Cuvillier

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Engenharia de Produção.

Orientadores: Francisco Antonio de Moraes
Accioli Doria
Rogerio de Aragão Bastos do
Valle

Rio de Janeiro

Junho de 2018

A CRÍTICA DO DECRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTISMO

Sandrine Cuvillier

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Francisco Antonio de Moraes Accioli Doria, D. Sc.

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D.Sc.

Prof. Emilio Lèbre La Rovere, D. Sc.

Prof^a. Liz Rejane Issberner, D.Sc.

Prof^a. Claude Adélia Moema Jeanne Cohen, D. Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

JUNHO DE 2018

Cuvillier, Sandrine

A crítica do decrescimento ao desenvolvimentismo/Sandrine Cuvillier. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2018.

XVII, 321p.: il.; 29,7 cm.

Orientadores: Francisco Antonio de Moraes Accioli
Doria

Rogério de Aragão Bastos do Valle

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2018.

Referências Bibliográficas: p. 165-185.

1. Decrescimento. 2. Antiutilitarismo. 3. Crítica ao desenvolvimento. 4. Sistema socioprodutivo sustentável. 5. Ilha das Cinzas. I. Doria, Francisco Antonio de Moraes Accioli *et al.* II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

DEDICATÓRIA

À Emma

Ao Rogerio

À Leila

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram a essa jornada. Apesar do risco de parecer injusta, mencionarei aqui aquelas que, de maneira mais direta, viabilizaram a realização desse trabalho e, sobretudo, que de certa forma tiveram um impacto relevante no meu percurso intelectual e pessoal durante esses anos de caminhada.

Agradeço:

Ao meu caro orientador, o professor Francisco Antônio Francisco Dória, pela acolhida generosa, abertura cultural, bom humor e total confiança quanto às minhas escolhas. Pela liberdade e incentivo, conseguiu me guiar, amenizar os riscos e minimizar as possíveis frustrações.

Ao Rogerio Valle, mestre e amigo, com quem não tenho como demonstrar tamanha gratidão - pela oportunidade de vida, aceitando-me como aluna e como membro da equipe do Sage, e pelas tantas inspirações e indagações, acadêmicas, culturais e pessoais, graças à longa e gostosa convivência. Foi um grande privilégio, não tem palavras que expressam. 'Obrigada Rogerio'.

Ao professor Jean-Paul Vanderlinden e sua equipe do CEARC, na UVSQ, que me acolheram e me incluíram nos seminários metodológicos.

Aos quatorze especialistas entrevistados na França e no Brasil, os quais se mostraram solícitos - apesar das agendas cheias e da falta de contrapartida – e “*critiques à souhait*”.

Ao Marcelino Guedes e sua equipe – Janaína e os demais – que abriram as portas da Embrapa em Macapá e me levaram junto para uma breve temporada amazônica na Ilha das Cinzas.

À família Malheiros que me acolheu de braços e coração abertos, e me permitiu respirar um pouco da essência ribeirinha.

A todos os professores com os quais convivi e me inspiraram na UFRJ, e à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Engenharia da UFRJ, pela oportunidade de aprendizado.

Ao Ministério da Educação e ao governo brasileiros, para os quais trabalhei como pesquisadora da Fundação Coppetec durante dez anos e aos colegas da Fundação.

Aos membros, parceiros e amigos do SAGE, pelo relacionamento cuidadoso e generoso, e graças a quem o ambiente de trabalho no SAGE sempre foi, além de produtivo, humano e cooperativo. Com uma menção especial para Soyla e seu Zé, com quem compartilhei longos anos de convivência e sem os quais o dia não teria o mesmo sabor adocicado.

Aos meus amigos que, incentivaram e viabilizaram – conscientemente ou não – a realização desse trabalho, em particular Ana, Cécile, Nicolas e Shafik - e claro à Mariene, pela paciência e pelo suporte.

Por fim, à minha família, em especial minha irmã e meus pais, parceiros e apoios constantes, sem quem eu não poderia ir em frente.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutora em Ciências (D.Sc.)

A CRÍTICA DO DECRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTISMO

Sandrine Cuvillier

Junho/2018

Orientadores: Francisco Antonio de Moraes Accioli Doria
Rogerio de Aragão Bastos do Valle

Programa: Engenharia de Produção

As ideias do decrescimento vêm criticar com certo radicalismo o discurso crescentista dominante ocidental. A diversidade de suas origens oferece argumentos ricos contra o utilitarismo e o produtivismo desenvolvimentista, e poderia ser uma base fértil para elaboração de alternativas rumo a um desenvolvimento adequado social e ambientalmente. Esse trabalho se propõe a apresentar essas abordagens por meio de consulta à bibliografia pertinente e análise das ideias de intelectuais entrevistados, na França e no Brasil. Alguns conceitos e referências ganham importância nesse esforço, como: autonomia, respeito ao meio ambiente, simplicidade, convivialidade, justiça social, e ‘qualidade de vida’. Referências empíricas são apresentadas para apoiar o discurso de validade e aplicabilidade das propostas ‘decrescentistas’; um sistema socioprodutivo específico – a comunidade ribeirinha da Ilha de Cinzas, no Pará – é considerado e avaliado segundo os critérios identificados. Os valores promovidos pelo decrescimento poderiam ser orientadores pertinentes rumo a um desenvolvimento alternativo, local, autônomo e respeitoso das identidades dos territórios, inclusive - e sobretudo – nos países ditos em desenvolvimento (pensando no Brasil). Essas mudanças precisariam ser alavancadas por vetores fortes e institucionalizados (política ou economia), mas certamente necessitariam também de um forte engajamento da sociedade civil, de uma mudança cultural e de uma aproximação entre os dois mundos das ciências - naturais e sociais - para finalmente estar a serviço do mundo real.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

DEGROWTH'S CRITICS TO DEVELOPMENTALISM

Sandrine Cuvillier

June/2018

Advisors: Francisco Antonio de Moraes Accioli Doria

Rogério de Aragão Bastos do Valle

Department: Production Engineering

The degrowth ideas are a radical critics to the mainstream occidental growth discourse. The diversity of its origins offer rich arguments against the utilitarianism and productivism, supposedly aiming at development, and it could be a fertile basis to elaborate alternatives to an adequate social and environmental way of life. This work aims at presenting such approaches – through the review of the literature and through the analysis of contemporary ideas of selected interviewed intellectuals, in France and in Brazil. Some concepts and references gain importance in this effort, such as: autonomy, environmental respect, conviviality, simplicity, social justice and ‘quality of life’. Empirical references are presented to support the discourse of validity and applicability of the degrowth proposals; a specific socioproductive system - the riverine community of the *Ilha das Cinzas*, in the state of Pará – is considered and evaluated with the selected criteria. The values promoted by degrowth could be pertinent guidelines towards an alternative development, local and autonomous, respectful of territorial identities, inclusively – and mainly – in the so-called ‘developing countries’. These changes may need to be pushed by strong and institutionalized vectors (such as politics or economy), but they might require a huge engagement of the civil society, a cultural shift and an approximation of the two worlds of sciences – the natural and the social ones – in order to attend the real one.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	xiv
LISTA DE TABELAS	xv
LISTA DE SIGLAS	xvi
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Inquietação inicial.....	1
1.2 Objetivos e limites	3
1.3 Percurso metodológico	5
2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	9
2.1 Da religião do crescimento ao controverso decrescimento.....	9
2.1.1 A crítica ao crescimento	9
2.1.2 O que o decrescimento pode ser.....	11
2.1.3 O que o decrescimento não é.....	13
2.2 As origens e as ideias do decrescimento.....	15
2.2.1 Autores seminais	17
2.2.1.1 Nicholas Georgescu-Roegen: neguentropia e bioeconomia.....	17
2.2.1.2 Jacques Ellul e os críticos à técnica.....	19
2.2.1.3 Ivan Illich: convivialidade, autonomia e monopólio radical	23
2.2.1.4 André Gorz: autonomia e tempo livre.....	24
2.2.1.5 Cornelius Castoriadis: democracia, justiça e equidade	25
2.2.2 Autores e publicações contemporâneos.....	27
2.2.2.1 Serge Latouche: decrescimento no século XXI.....	28
2.2.2.2 Hassan Zaoual: teoria dos sítios	30
2.2.2.3 Autores contemporâneos	32
2.2.2.4 Publicações e presença acadêmica	33
2.3 O decrescimento nos países do Sul.....	34
2.3.1 Ventos da África.....	34
2.3.2 Ventos da Ásia.....	35

2.3.3	O <i>buen vivir</i> e a reciprocidade andinos	39
2.3.4	A busca por outro modelo de Celso Furtado	41
2.3.5	O tema do decrescimento no Brasil atual	42
3	O DECRESCIMENTO EM DEBATE	45
3.1	Questionário e amostra das entrevistas de especialistas	45
3.2	Análise dos discursos dos entrevistados	49
3.2.1	Resistência em aderir totalmente ao “movimento” decrescentista	49
3.2.2	Pontos de convergência	50
3.2.2.1	As definições e a nebulosa, ou constelação, do decrescimento.....	50
3.2.2.2	Os conceitos-chave do decrescimento.....	53
3.2.2.3	Sobre as conferências internacionais (COPs).....	68
3.2.3	Temas em discussão	69
3.2.3.1	Sobre a proposta de renda básica e as ajudas sociais	69
3.2.3.2	Sobre os indicadores alternativos e a substituibilidade	72
3.2.3.3	Sobre o feminino e a equidade de gênero.....	73
3.2.3.4	Sobre a saída do capitalismo	74
3.2.4	Ideias originais ou dissidentes (“fora do eixo”).....	76
3.2.4.1	Alain Caillé: convivialismo e reunião dos antiutilitaristas.....	77
3.2.4.2	Bernard Stiegler, o disruptivo: contra o ‘maucrescimento’, em prol de uma economia neguentrópica.....	81
3.3	Síntese dos discursos e representação (Corpus V1).....	85
4	CONJUNTO DE CRITÉRIOS – ARCABOUÇO PARA AVALIAÇÃO DE SISTEMAS SOCIOPRODUTIVOS	89
4.1	Racionalização da nebulosa de conceitos	89
4.2	Conjunto de critérios propostos	91
5	O QUE SERIA NA PRÁTICA.....	93
5.1	Projetos e ações citados pelos entrevistados.....	94
5.1.1	Divulgação e sensibilização.....	94
5.1.2	Projetos de pesquisa acadêmica.....	96

5.1.3	Duas experiências de terreno (França)	97
5.1.3.1	Convivialismo pelo esporte.....	97
5.1.3.2	Capacitação e pesquisa contributiva em um subúrbio parisiense.....	99
5.2	Um exemplo equatoriano	102
5.3	Caso em estudo: um sistema socioprodutivo em várzea estuarina do rio Amazonas, Ilha das Cinzas, Amapá	105
5.3.1	Contextualização	105
5.3.2	Levantamento das informações	111
5.3.3	Análise da situação observada.....	112
6	DISCUSSÃO	115
6.1	Sobre o arcabouço de critérios.....	115
6.2	Sobre o potencial de aceitação dos valores e propostas veiculados.....	118
6.2.1	Considerações dos especialistas entrevistados	118
6.2.1.1	As abordagens variadas que podem gerar incoerência.....	118
6.2.1.2	A perda da liberdade causada pela autolimitação (do consumo)	120
6.2.1.3	A dificuldade de vencer monopólios radicais	121
6.2.1.4	O decrescimento é “marginalizado”.....	122
6.2.1.5	A falta de propostas ou soluções de terreno	125
6.2.1.6	O apego ao progresso	126
6.2.1.7	A oposição à crítica da técnica.....	126
6.2.1.8	A educação e os veículos de informação estão a favor do crescimento e da ‘economia <i>mainstream</i> ’	127
6.2.1.9	O potencial de um partido político do decrescimento	128
6.2.1.10	Os possíveis efeitos das crises.....	131
6.2.1.11	Tendência ‘ <i>ecolo</i> ’ de certa classe média	132
6.2.2	Condições para que a mudança rumo ao decrescimento se opere.....	133
6.2.2.1	Necessidade de conscientização e convencimento.....	133
6.2.2.2	Necessidade de informação de qualidade.....	135
6.2.2.3	Iniciativas locais, realocização e biorregiões	136
6.2.2.4	Ações da sociedade civil e dos militantes	136
6.2.2.5	Quadro legal e político	138

6.2.2.6	Nova postura empresarial e economias alternativas.....	142
6.2.2.7	Vetor cultural.....	149
6.2.2.8	Vetor religioso.....	151
6.2.3	Riscos se as propostas do decrescimento se impusessem.....	152
6.2.4	Contexto e potencial brasileiros	155
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
7.1	Realçando consensos	159
7.2	Pensando no futuro	161
7.3	Algumas (in)conclusões.....	162
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS PARA ENTREVISTAS DOS ESPECIALISTAS ..	187
	Apêndice A.a - Cadre d'interview des experts 'objecteurs de croissance'	187
	Apêndice A.b - Quadro de entrevista para especialistas em decrescimento (e afins) ..	189
	APÊNDICE B – RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS E OS ENTREVISTADOS .	191
	APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS DOS ESPECIALISTAS NA FRANÇA E NO BRASIL	193
	APÊNDICE C.a.1 – Interview de Alain CAILLÉ.....	197
	APÊNDICE C.a.2 - Interview de Serge LATOUCHE.....	207
	APÊNDICE C.a.3 - Interview de Franck-Dominique VIVIEN	209
	APÊNDICE C.a.4 - Interview de Jean GADREY	217
	APÊNDICE C.a.5 - Interview de Bernard STIEGLER.....	231
	APÊNDICE C.a.6 - Interview de Arnaud DIEMER	243
	APÊNDICE C.a.7 - Interview de Agnès SINAÏ.....	261
	APÊNDICE C.a.8 - Interview de Sylvie FERRARI.	271
	APÊNDICE C.a.9 - Interview de Fabrice FLIPO	275
	APÊNDICE C.b.1 – Entrevista de Peter MAY	296
	APÊNDICE C.b.2 – Entrevista de Enrique ORTEGA.....	298

APÊNDICE C.b.3 - Entrevista de Liz Rejane ISSBERNER	302
APÊNDICE C.b.4 - Entrevista de Emilio Lèbre LA ROVERE.....	305
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES.....	314
APÊNDICE E - INFORMAÇÕES OBSERVADAS NA ILHA DAS CINZAS	319

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percorso metodológico seguido para realização do trabalho.....	5
Figura 2 - Representação dos conceitos identificados, fruto da revisão da literatura (Corpus V0), preliminar às entrevistas.	44
Figura 3 – Escolas e pensadores à origem do decrescimento.....	85
Figura 4 - Nuvem de conceitos extraídos da literatura e dos discursos dos entrevistado (Corpus V1).....	87
Figura 5 - Localização da Ilha das Cinzas, Gurupá, PA.....	108
Figura 6 - Imagem da área de estudo - Ilha das Cinzas, Gurupá, PA.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programa bioeconômico mínimo, segundo Georgescu-Roegen (1976).....	18
Tabela 2 – Relação entre os autores-chaves e os conceitos levantados.....	27
Tabela 3 - Lista dos especialistas entrevistados na França (2015/2016).....	46
Tabela 4 - Lista dos especialistas entrevistados no Brasil (2016/2017).....	47
Tabela 5 – Quadro de perguntas macro para entrevistas de especialistas.	47
Tabela 6 – Conjunto de critérios para análise multicritério a partir da perspectiva do decrescimento	91
Tabela 7 – Relação entre critérios identificados (macroconceitos), conceitos e entrevistados	191

LISTA DE SIGLAS

AMAP	<i>Association pour le maintien d'une agriculture paysanne)</i>
APELS	<i>Agence Pour l'Education par Le Sport</i>
ATAIC	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas
CEARC	Laboratório <i>Cultures, Environnements, Arctique, Représentations, Climat</i>
COP	Conferência das Partes (do inglês <i>Conference of the Parties</i>)
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDHM	Índice de Desenvolvimento humano municipal
IHU	Instituto Humanitas Unisimos
INDC	<i>Intended Nationally Determined Contribution</i>
INSEE	<i>Institut national de la statistique et des études économiques</i>
IPCC	<i>International Painel on Climatic Change</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRI	<i>Institut de recherche et d'innovation</i>
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MAUSS	Movimento antiutilitarista nas ciências sociais
MCDA	<i>Multi-Criteria Decision Analysis</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UAB	<i>Universitat Autònoma de Barcelona</i>
UVSQ	<i>Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines</i>

1 INTRODUÇÃO

1.1 Inquietação inicial

No início dos anos 70, foram evidenciados os limites do crescimento, e com esses os limites do modelo econômico produtivista e consumerista ocidental. (MEADOWS, 1972). Desde então, estudiosos, políticos e militantes da sociedade civil movimentam conhecimentos e técnicas para produzir dados confiáveis e tentar alertar sobre a iminência dos problemas (PNUMA, 2015; IPCC, 2014; MEADOWS, 2004). Indicadores são criados para complementar a visão exclusivamente produtivista do PIB e tentar permitir uma avaliação do nível de desenvolvimento da sociedade: o IDH, o indicador de progresso genuíno ou novos indicadores de riqueza, por exemplo. Na área ambiental, a pegada ecológica e as emissões de gases de efeito estufa desempenham um papel de conscientização relevante, enquanto ferramentas econômicas são elaboradas para cobrar compensações ambientais ou valorar serviços ecossistêmicos. Em política, acordos foram firmados e compromissos assumidos. Essas e outras iniciativas são louváveis, mas não parecem surtir muitos resultados. Enquanto a fome ainda atinge 11% da humanidade, um terço da produção alimentar é jogada no lixo (FAO, 2013) e a obesidade quase triplicou desde 1975 (OMS, 2017). As desigualdades aumentam, assim como a exclusão social (OXFAM BRASIL, 2017).

Por quê isso? Em nome do progresso, do desenvolvimento, do crescimento? A nível individual, essa lógica produtivista continua favorecendo uns empresários e investidores, cujos dividendos aumentam de maneira exponencial (PSA, 2018)¹. Mas a nível global, esse “crescimento deseconômico” (DALY, 2011) acarreta mais custos ambientais e sociais do que gera riqueza (STERN, 2006; DUBEUX, C. MARCOVITCH, J. e MARGULIS, 2009).

No ambiente da produção, por um lado são observados sinais de evolução, com o reforço das pressões ambientais e sociais que provocam mudanças de gestão e o surgimento de novas economias - de serviço, verde e circular, por exemplo. Mas por

¹ Presidentes de companhias ganham prêmios excepcionais por decisões estratégicas, as quais podem se traduzir em redução de milhares de empregos.

outro lado, a lógica de maximização da produtividade e do lucro causa graves retrocessos: horas extras não remuneradas, na indústria automobilística²; cadências produtivas exageradamente altas no setor aviário (OXFAM AMERICA, 2016³), e condições de segurança precárias na cadeia têxtil (RUSHE, 2016), por exemplo. De fato, as inovações introduzidas continuam sendo soluções paliativas que permitem amenizar os impactos mas não evitá-los.

Para isso, seria necessário questionar a lógica produtivista e consumerista do sistema. Os objetivos do desenvolvimento sustentável e as soluções de fim de tubo não fazem isso, querem se acomodar dessa lógica.

O decrescimento, como corrente crítica, nasceu do projeto de construção de uma sociedade alternativa ao produtivismo (LATOUCHE, 2016, p.10). Embora não tenham uma teoria única, os vários pensadores - ambientalistas, economistas, filósofos, sociólogos - ‘objetores de decrescimento’ se reconhecem no questionamento dos fundamentos do produtivismo. Tentam propor alternativas para se extrair dos monopólios radicais. Taxados de utópicos, anticonformistas ou subversivos, implementam iniciativas locais, no Norte e no Sul, em um imaginário descolonizado.

(...) é preciso mudar a cultura, é preciso mudar a visão das coisas, não é a tomada de poder que importa, mas a invenção de modos de vida, de modos de pensar pós-capitalistas. Depois veremos se eles convencem! Porém é necessário realizar experiências que lhes permitam tornar-se exemplares e atraentes (GORZ, 2005, tradução nossa).

² A fabricante de carros Smart, que pertence ao grupo alemão Daimler AG, ‘propôs’ por referendun a seus empregados da fábrica de Hambach em Moselle (nordeste da França) de voltarem a trabalhar 39 horas semanais, porém sendo remunerados 37 horas. Após votação, os empregados aceitaram e um ano depois, em 01/10/2016, essa nova rotina começou a vigorar.

³ No setor aviário norte americano, trabalhadores recorriam ao uso de fraldas geriátricas, já que não beneficiavam de intervalos de tempo suficientes para ir ao banheiro.

1.2 Objetivos e limites

O problema difícil é criar valores. O homem se justifica pelos valores que tem. A sociedade se aglutina a partir da comunidade de valores. Numa sociedade determinada se criam valores novos e isso é um mistério para nós. Vejamos no plano da estética. Há períodos de criação de valores, como foi o século de Péricles, o século de Leonardo. Períodos em que a humanidade cria valores excepcionais, estéticos, e há outros longos períodos em que ela não cria quase nada. Isso nos escapa, mas nos mostra que potencialmente o homem é capaz de fazer tais coisas. Nada indica que ele tenha perdido a faculdade de criar novos valores, abrir novos horizontes, criar uma civilização nova. (CELSO FURTADO, s.d)

Essa pesquisa iniciou-se pela vontade de refletir sobre o decrescimento: para tentar entender como ele critica os modelos de desenvolvimento adotados até então, quais os valores e propostas que ele veicula e promove e por que esses podem provocar a adesão imediata de certas pessoas, enquanto são tão repulsivos para outras. Além disso havia o intuito de tentar apreender como poderiam se tornar atrativos para a maioria. Por outro lado, existia a curiosidade de estudar a aplicabilidade das propostas do decrescimento para contextos em crescimento (ou que estavam em crescimento no início da pesquisa). Definiu-se o intuito que as propostas – tanto ideológicas e conceituais quanto práticas – da nebulosa do decrescimento podem e devem ser aplicadas tanto em países ditos desenvolvidos (cujo crescimento já está estagnando) quanto em países ditos em desenvolvimento (em suposto crescimento).

Esse trabalho tem como objetivo avaliar o quão atraentes e aceitáveis seriam os valores e as propostas do decrescimento, para os contextos em estudo (França e Brasil). Para isso, propõe-se perseguir os seguintes objetivos:

- Entender o que há por trás da palavra decrescimento e como se relaciona com a engenharia de produção e com as tensões do momento atual;
- Identificar quais são os principais valores, conceitos e propostas do discurso do decrescimento;
- Aproximar-se da prática: avaliar sistema(s) socioprodutivo(s) segundo a perspectiva do decrescimento. Para isso, objetiva elaborar o arcabouço do que poderia tornar-se uma ferramenta de avaliação, a qual poderia ser utilizada pelo próprios integrantes do sistema;
- Identificar e ‘formular’ orientações e ações em prol de um desenvolvimento decrescentista para o ambiente local;

- Interagir com especialistas no tema e confrontar seus pontos de vista sobre o tema.

Por trás desses objetivos têm também objetivos mais pessoais, não menos relevantes:

- Tentar apaziguar uma inquietação - e sensação de falta de coerência, quase - e satisfazer uma curiosidade;
- Entender o pensamento dos ares e “eruditos” que estudam tais correntes, na França e no Brasil – pensando num futuro profissional mais engajado (possivelmente militante);
- Escutar e instigar meus pares (como forma de militância acadêmica).

Esse trabalho não se propõe a:

- Estudar a validade do PIB como conceito e medida de crescimento, nem questionar possíveis tendências de crescimento ou recessão. Aceitamos como premissa que independentemente do PIB voltar (ou continuar) a crescer, seria interessante adotar as propostas do decrescimento;
- Evidenciar e discutir os limites ambientais e sociais da era atual (antropoceno), os quais são reais e já abundantemente demonstrados e discutidos em outros estudos e esferas de decisão. As propostas do decrescimento são consideradas como válidas independentemente do colapso anunciado ser iminente ou não (LOVELOCK, 2009);
- Estudar modelos econométricos que possam prever efeitos do decrescimento (são o foco de outras pesquisas em decrescimento, desenvolvidos por economistas);
- Discutir sobre o crescimento populacional, ou neomalthusianismo;
- Estudar um modelo econômico específico que possa parecer a priori alinhado com as orientações do decrescimento - economia circular ou economia social e solidária, por exemplo.

1.3 Percurso metodológico

Para atingir os objetivos enunciados previamente, seguiram-se os passos apresentados na Figura 1. Essa representação gráfica é aproximativa, já que as fases 1 e 2 não foram executadas de maneira exatamente consecutiva: durante a análise de conteúdos via entrevistas (que aparece iniciar na continuidade na figura), foram levantados novos elementos que demandaram consultas complementares às fontes bibliográficas, por exemplo. Mas isso não fere a lógica do trabalho que visava a levantar os elementos dos discursos mais reconhecidos na bibliografia, complementá-los com os discursos atuais, racionalizá-los, para depois tentar avaliar, pela experiência, suas possibilidades de aplicação.

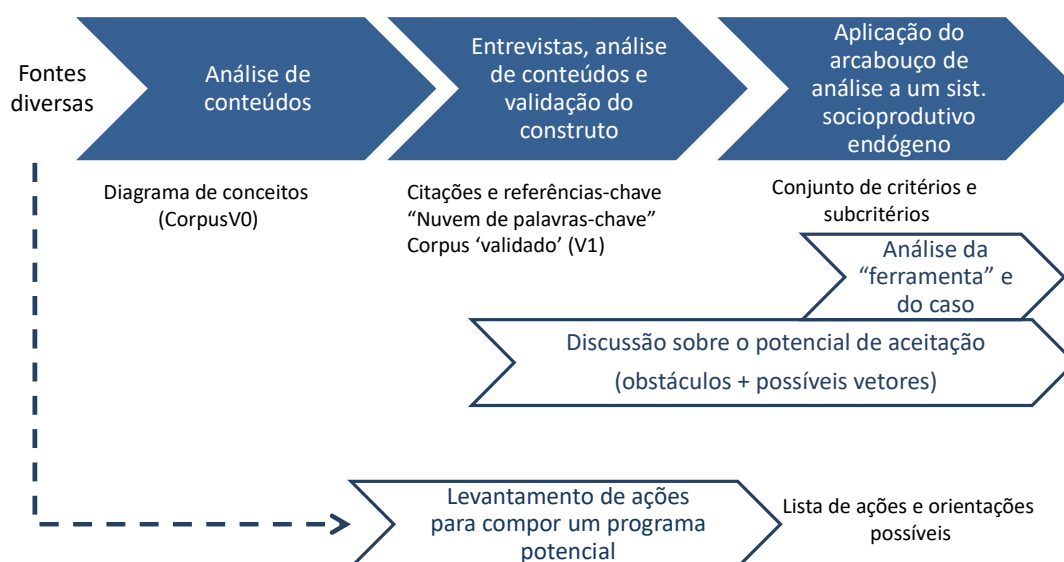


Figura 1 - Percurso metodológico seguido para realização do trabalho.

Fonte: elaboração própria.

Etapa 1: Revisão bibliográfica – Análise de conteúdos

Ao ler sobre o tema do decrescimento, percebe-se que abrange várias dimensões e permeia várias correntes de pensamento. Portanto, as fontes que podem ser relacionadas ao discurso decrescentista são difusas e inúmeras. Dentro dessa constelação de autores, optou-se por focar em cinco autores-chaves incontornáveis, considerados como à origem do florescimento das críticas decrescentistas nos anos 60 e 70 e representantes das duas vertentes que compõem o decrescimento: a vertente ecológica, liderada pelo economista Georgescu-Roegen, e a vertente culturalista, na

qual se inserem André Gorz, Jacques Ellul, Cornelius Castoriadis e Ivan Illich (MARTÍNEZ-ALIER et al, 2010; KALLIS, 2011; CAETTANO et al, 2012; KERSCHNER et al, 2015). Essa escolha foi fruto da percepção da centralidade e relevância dos argumentos desses autores no debate, e também por afinidade para com seus escritos.

Visando a entender as várias origens e estratégias do movimento ‘decrecimento’ foram levantadas referências de diversas disciplinas e de diversos formatos – livros, artigos de revistas indexadas, artigos de revistas temáticas impressas ou online, documentários, filmes, programas de televisão e de rádio. Todo insumo que tinha alguma relação com o tema influenciou de certa forma a análise, já que aumentou a percepção de pertinência dos temas em questão.

Esses conteúdos foram analisados: identificou-se um conjunto mínimo – porém exaustivo – de conceitos que aparecem no discurso dos decrescentistas e criam sua unidade e diversidade. Esse trabalho foi realizado sem a ajuda de um software. Isto resultou na primeira versão do corpus de conceitos-chave, representado sob a forma de um diagrama de Ishikawa, numa tentativa de relacionar e hierarquizar os conceitos entre si (Corpus V0, apresentado no fim do capítulo 2).⁴

Além dos conceitos, procurou-se levantar propostas ações ou orientações – que poderiam servir para desenhar políticas, por exemplo - e exemplos de aplicações práticas assimiláveis ao discurso do decrescimento, os quais servirão de insumos para a discussão sobre o potencial de aceitação.⁵

Etapa 2: Levantamento dos discursos atuais e análise de conteúdos - Entrevistas

Para aproximar-me dos pensadores atuais dos temas do ‘campo do decrescimento’, e poder refletir sobre o estado-da-arte e o discurso mais atuais sobre o tema na França, um contato foi estabelecido com Jean-Pierre Vanderlinden, líder do laboratório *Cultures, Environnements, Arctique, Représentations, Climat (CEARC)* da

⁴ Embora as relações nem sempre sejam hierárquicas, nem de causa-efeito, entre os vários conceitos, adotou-se esse modelo num primeiro momento para organizar o raciocínio e tentar ter uma representação clara e completa.

⁵ As principais fontes que foram usadas para isso foram: os livros “*Un million de révolutions tranquilles*” de Bénédicte Manier”, (2012) e “*Les défricheurs*”, de Eric Dupin (2014); e os documentários: “*Sacrée Croissance*” (2014), de Marie Monique Robin e “*Demain*”, de Cyril Dion e Mélanie Laurent (2015).

*Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines (UVSQ).*⁶ Essa etapa possibilitou não só a construção do questionário de entrevista, mas também a seleção e contato dos especialistas para a fase de entrevistas. O detalhamento dessa etapa está apresentado no capítulo 3 deste trabalho. Aplicou-se o mesmo questionário de entrevista no contexto brasileiro, com o objetivo de levantar a opinião de especialistas locais. No total, 9 especialistas franceses e 5 brasileiros – de diversas áreas do conhecimento - foram consultados.

As entrevistas foram gravadas, retranscritas e analisadas, sem ajuda de software.

Dessa análise resultou uma revisão do corpus de conceitos e a representação passou a ser sob a forma de uma nuvem de conceitos (Corpus V1).

No discurso dos entrevistados buscou-se ainda levantar – além dos conceitos e valores do decrescimento - casos práticos considerados como exemplos de ações, em curso, em prol do decrescimento, e ações potencialmente programáticas.

Etapa 3: Elaboração do ‘modelo’ de avaliação – Arcabouço de critérios e subcritérios

Após completado (Corpus V1), o conjunto de conceitos foi agrupado por afinidade de sentido, a fim de compor um conjunto de critérios e subcritérios coerente (ver Capítulo 4), que represente a completude das preocupações da perspectiva decrescentista mas que seja de tamanho viável para ser aplicado sem dificuldade. É importante destacar que não se pretende definir indicadores, os quais só poderiam ser definidos com um arcabouço adaptado à realidade a ser estudada e pelos atores locais que iriam usá-los, se acharem relevantes.⁷

Etapa 4: Aplicação do modelo a um sistema socioprodutivo insular no estuário do rio Amazonas

A organização socioprodutiva da comunidade da Ilha das Cinzas, no Pará, foi analisada com base no arcabouço dos critérios e subcritérios proposto. Foi uma análise preliminar, já que a observação foi realizada em um tempo muito curto e não permitiu o

⁶ Maiores detalhes sobre as linhas de pesquisa do laboratório podem ser encontrados no site do CEARC (2015).

⁷ Como disse Jean Gadrey (2015a), “nem sempre indicadores são necessários para guiar a ação. E mesmo se fossem, os indicadores só devem ser pensados no termo de reflexões sobre os objetivos desejados.”

detalhamento merecido. Entretanto, essa análise permitiu ter um primeiro retorno sobre a viabilidade do arcabouço proposto e as opções de desenvolvimento adotadas pela comunidade da ilha (ver item 5.6).

Etapa 5 : Análise do potencial de aceitação das propostas do decrescimento

A partir das opiniões dos especialistas entrevistados, foram listados as dificuldades percebidas e os potenciais obstáculos à aceitação das propostas do decrescimento. Esses insumos foram complementados por argumentos oriundos de outras fontes e por algumas evidências a favor ou contra um viés decrescentista.

Ressalta-se que esse trabalho não se propõe a :

- fazer um levantamento bibliográfico exaustivo: os temas presentes na nebulosa do decrescimento são difusos e podem considerar outras fontes. Por outro lado, as publicações recentes e indexadas não são as mais pertinentes, já que o problema de pesquisa se propõe a reativar discursos críticos de autores seminais, mais antigos. Como não se buscou mostrar a relevância do tema, já aceita por premissa, não houve necessidade de explorar esse aspecto. Um levantamento parcial – nas principais revistas de interesse normalmente usadas por fins acadêmicos, como o *Journal of Cleaner Production*, foi realizado a título indicativo, para avaliar a adesão atual.
- usar um *software* de análise dos conteúdos – fugindo assim dos modelos matemáticos e sistematizados de análise, que delegaria o poder de análise ao sistema.

2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

2.1 Da religião do crescimento ao controverso decrescimento

2.1.1 A crítica ao crescimento

A lógica de expansão infinita, imperialista, é intrinsecamente correlativa da lógica capitalista. Como exemplo caricatural, podemos citar uma das célebres fórmulas do empresário britânico do século XIX Cecil Rhodes: “Anexaria os planetas se o pudesse” (FRANCE CULTURE, 2018). Traduz essa negação dos limites, os quais só servem para serem ultrapassados.

O discurso inaugural do presidente Harry Truman, em 1949, permite exemplificar o que significa no imaginário ocidental a noção de desenvolvimento: equivale à noção de crescimento e aumento da posse de bens materiais. Na sua fala, o presidente norte-americano expôs suas intenções expansionistas e crescentistas, e afirmou sua determinação por “tornar os benefícios dos avanços científicos e do progresso [norte-americano] disponíveis para a melhoria e o crescimento das áreas subdesenvolvidas”.⁸ Com o argumento que “os recursos [dos EUA] em conhecimento científico estão crescendo constantemente e são inexauríveis”, ele desenha estratégias de ação visando a “ajudar as pessoas a realizar suas aspirações para uma vida melhor”.

Nosso objetivo deveria ser de ajudar as pessoas livres no mundo, através de seus próprios esforços, a produzir mais comida, mais roupa, mais materiais para sua moradia, e mais potência mecânica para aliviar seu fardo.[...] Uma maior produção é a solução para a prosperidade e a paz. E a solução para uma produção maior é uma aplicação mais ampla e mais vigorosa do conhecimento moderno científico e técnico (TRUMAN, 1949, tradução nossa).

Essas palavras traduzem o quão prementes e aparentemente imprescindíveis estavam as noções de crescimento e de acesso a bens materiais, e o papel das ciências e da técnica. Traduzem também a visão hegemônica ocidental que parece saber o que deve ser uma vida melhor, para si e para os outros, e utilizou o termo ‘subdesenvolvidos’ para qualificar regiões à margem do progresso técnico.

Muitos estudiosos dedicaram-se a estudar e criticar a história do desenvolvimento. Gilbert Rist é um deles, que se atentou a mostrar que essa história é

⁸ A noção de subdesenvolvimento apareceu em contraposição à de desenvolvimento, ou seja entende-se por ‘países subdesenvolvidos’ aqueles que não têm acesso aos bens materiais, tais como os produzidos e consumidos nos países ditos desenvolvidos; e que portanto precisam passar a equipar-se e consumir esses bens, tornando-se um grande público consumidor desses produtos produzidos pelos países desenvolvidos.

uma história ocidental, já que outros povos não possuem esse imaginário do desenvolvimento e do crescimento que lhes foi imposto (RIST, 2013).

Ele propôs uma definição do termo “desenvolvimento” mais realista, construída a partir de vários elementos.

O desenvolvimento é constituído de um conjunto de práticas, as vezes contraditórias em aparência que, para assegurar a reprodução social, obrigam a transformar e a destruir, de maneira generalizada, o meio natural e as relações sociais visando a uma produção crescente de mercadorias (bens e serviços) destinadas, através da troca, à demanda solvável (RIST, 2013, p.40-49, tradução nossa).

Vemos que essa definição considera os impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade e é uma visão que os críticos do crescimento compartilham. Philippe Léna, que trabalha no Brasil e na França, aponta que essa foi a noção do desenvolvimento adotada pelo Brasil também (ISSBERNER e LENA, 2017).⁹

Em 1968 já, outro presidente norte-americano mudou de discurso: o presidente Robert Kennedy faz uma crítica ao PIB, direcionando uma autocrítica a toda sua classe política.

Há tempo demais e de maneira excessiva, parece que temos resumido a excelência pessoal e os valores da comunidade num mera acumulação de coisas materiais. Nosso Produto Interno Bruto é atualmente de \$800 bilhões de dólares ao não [...] mas esse PIB contabiliza a poluição do ar e a propaganda para cigarro, e as ambulâncias para limpar nossas autopistas de carnificina[...] (KENNEDY, 1958, tradução nossa).

Nos anos 70, já aparecem os sinais do esgotamento do modelo, e vários pensadores e cientistas se manifestaram para alertar sobre os perigos de um crescimento ilimitado (MEADOWS, 1972).

Emilio Lèbre La Rovere, numa conferência sobre “A sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento”, em 1990, em São Paulo, apresenta o impasse em qual se chegou após 25 anos de crescimento nesses termos: crise ambiental pela “destruição progressiva do meio ambiente e da base de recursos naturais”; “crise de valores e de identidade cultural”; e “persistência de fortes desigualdades sociais e regionais”. O cientista ainda apresenta a alternativa do ecodesenvolvimento:

No extremo oposto, a consolidação do novo paradigma de um "outro desenvolvimento" vem se realizando gradativamente, através da elaboração do conceito de "ecodesenvolvimento". Este termo, lançado em 1972 por M.

⁹ Segundo Philippe Léna, a “noção de desenvolvimento foi forjada no pós-guerra e, para os países industrializados, descreveu adequadamente um ciclo de crescimento que permitiu satisfazer tanto os donos do poder econômico quanto parte significativa da demanda social, à custa de uma drenagem de recursos do mundo inteiro e de um gigantesco impacto ambiental” (FACHIN, 2017).

Strong, Secretário Geral da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, ganhou uma interpretação mais ampla na Declaração de Cocoyoc (1974), adotada pelos participantes de um simpósio organizado pelo PNUMA e pela UNCTAD. Enfim, o relatório Que Faire (1975), preparado para a sessão extraordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, postulou um "outro desenvolvimento" como sendo:

- Orientado para a satisfação das necessidades (materiais e imateriais) de toda a população (e não submetido à lógica da produção erigida como um fim em si mesma);
- Endógeno e "self-reliant", isto é, baseado na autonomia das decisões da população que o empreende, "contando com suas próprias forças", à procura de modelos apropriados a cada contexto histórico, cultural e ecológico;
- Consciente de sua dimensão ecológica, procurando estabelecer uma harmonia entre o homem e a natureza, baseado numa atitude de prudência ecológica (LA ROVERE, 1990, p.82).

Nessa fala, percebe-se que o padrão de civilização tecnológico-industrial dos países do Centro deixou de ser considerado o objetivo desejável a ser perseguido pelos países da periferia. A redefinição de desenvolvimento realça sua "dimensão ética e estética, normativa e qualitativa que define seu conteúdo, sua utilização e sobretudo as formas de convivialidade entre os homens" (LA ROVERE, 1990, p.83).

Surgiram várias outras declinações do termos ‘desenvolvimento sustentável’, dentro as quais Fabrice Flipo considera três - a desmaterialização, o outro desenvolvimento e a saída do desenvolvimento, sendo a terceira que se refere ao decrescimento (FLIPO, 2014).

2.1.2 O que o decrescimento pode ser

Ao procurarmos a definição do termo decrescimento no dicionário, podemos encontrar: “ação ou efeito de decrescer; decréscimo, diminuição” (HOUAISS, 2018). Em versões mais recentes de dicionários franceses, que já abraçam evoluções do sentido das palavras segundo o espírito do momento, aparece algo como: “slogan questionando o economismo e estigmatizando os danos sociais e culturais do dogma do crescimento”. (LAURUT, s.d.). E para o Serge Latouche, é isso mesmo:

Repetimos que o decrescimento não é um conceito no sentido tradicional da palavra, e que não há como falar propriamente de «teoria do decrescimento», como os economistas puderam elaborar uma teoria do crescimento. O decrescimento é um slogan, lançado pelos que procedem a uma crítica radical do desenvolvimento afim de romper com a petulância (“*langue de bois*”) economicista e desenhar um projeto de substituição («*rechange*») para uma política do pós-desenvolvimento. Sendo assim, o decrescimento não constitui uma alternativa concreta, é mais a matriz permitindo uma profusão de atividades. Se trata assim de uma proposta necessária para abrir novamente os espaços de inventividade e de criatividade

bloqueados pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista (LATOUCHE, 2004, tradução nossa).

De maneira resumida, a visão do decrescimento é que: se viveria melhor, consumindo e trabalhando menos, e valorizando os laços sociais – conforme o lema: “*Moins de biens, plus de liens*”. A definição comumente aceita no ‘mundo acadêmico’, é a que foi proposta por François Schneider - “a redução equitativa da produção e do consumo que diminuirá o processamento de energia e matérias-primas das sociedades” (RESEARCH & DEGROWTH, 2010). Uma redução na escala de produção e de consumo, aliado a um progresso científico e tecnológico orientado para a qualidade (e não mais pela quantidade), seriam a via para um futuro menos materializado (SCHNEIDER et al., 2010).

Uma versão um pouco mais tropicalizada, por assim dizer, apresentada na abertura da versão brasileira do livro “Decrescimento: vocabulário para uma nova era”, seria: “Decrescer pode ser bem viver em uma terra sem tantos males”, fazendo uso aqui do mito guarani da ‘terra sem males’, *yvy maraê*, relido pela liderança do movimento indígena, Ailton Krenak: sem tantos” (MILANEZ, 2016, p.11).

Mas veremos que várias definições do termo são adotadas, em função do enfoque ser ecológico-econômico ou socioculturalista.¹⁰

Quanto ao surgimento do termo decrescimento, há duas versões: pode ter aparecido pela tradução em francês da terminologia ‘*declining state*’ usada por Georgescu-Roegen (em 1979), ou pelo feito de André Gorz, que teria formulado a palavra durante um debate em 1972.¹¹ O fato relevante é que surgiu nos anos 70, e que só veio reaparecer na virada do século¹², e difundindo-se - via revistas, publicações e encontros. Foi aproximadamente entre 2006 – lançamento da revista Entropia - e 2008 -

¹⁰ No Capítulo 3 desse trabalho são apresentadas as interpretações do decrescimento pelos 14 especialistas entrevistados.

¹¹ Num debate organizado pelo *Nouvel Observateur*, André Gorz questiona a relação entre crescimento e capitalismo : « o equilíbrio global, para o qual o não-crescimento – ou até decrescimento – da produção material é uma condição, será que equilíbrio global esse é compatível com a sobrevivência do sistema (capitalista) » ? Essas reflexões se inscrevem no contexto do debate sobre o « *zégisme* » (contração de « *zero economic growth* »), conseqüente à publicação do relatório do clube de Roma pregando um “crescimento zero” para limitar a pressão nos recursos (DUVERGER, 2016).

¹² Em 2002, três correntes de pensamento ‘anti-crescimento’ – os seguidores de Georgescu-Roegen, os de Cornelius Castoriadis e Ivan Illich com os seus – se encontraram para debater no seminário ‘Desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo’, promovido pela Unesco. Serge Latouche também estava presente. (Fonte: <http://www.decrecimiento.info/2013/10/origenes-del-decrecimiento.html>)

com a conferência de Paris e o acordo sobre a Declaração final – que começou a haver uma forte adesão e divulgação das ideias (inicialmente entre França, Itália e Espanha).

O conceito de ‘antropoceno’ e a proliferação de ideias e questionamentos que ele permite gerar e divulgar, está reforçando o discurso do decrescimento (talvez com chances maiores de aceitação que o termo negativo ‘decrescimento’). Ele se origina e vem alimentar o debate na sua vertente ecológica.

Conceitos e movimentos que promovem a desaceleração e redução do consumo de bens materiais - como a *Slow life*¹³ (*slow food*, *slow tourism*, e inclusive *slow management* no trabalho) e o minimalismo, por exemplo – ou a redução do tamanho das cidades e sua adaptação – como o movimento cidades em transição¹⁴ - são diretamente relacionados

2.1.3 O que o decrescimento não é

O movimento a favor do decrescimento não defende algum tipo de recessão ou de decrescimento do PIB, ou mesmo uma “outra economia”. Ele advoga a saída da economia como princípio organizador da sociedade. Trata-se de outro projeto de civilização, que visa tanto à redução da pegada ecológica quanto à indispensável e concomitante redução drástica das desigualdades. De fato, a redução de consumo material que isso representa só pode ser aceita se a sociedade for bastante igualitária e democrática. O fim da subordinação dos desejos e da vida em geral às necessidades da economia é considerado como emancipatório. Para o movimento decrescentista, a inovação não vai parar, ao contrário, a criatividade será liberada, mas as novas tecnologias eventualmente inventadas deverão ser objeto de deliberação democrática e compatíveis com os objetivos sociais e políticos e contribuir para a redução da pegada ecológica (ISSBERNER e LENA, 2017).

O decrescimento não é recessão

A recessão econômica – que se traduz por uma redução do PIB – é vivida como um fenômeno, dramático numa sociedade inteiramente orientada para o crescimento: representa o fracasso dessa sociedade e se manifesta por deteriorações das condições

¹³ A palavra *slow* ainda pode ser utilizada como acrônimo para vender serviços de maneira mais atrativa: “SLOW= sustainable + local + organic + wholesome, LIFE = learning + inspiring + fun + experiences”, como é proposto pela *Philosophy of the Six Senses Resorts and Spas enterprise*.

¹⁴ O *Transition Towns Network* iniciou em 2005, com seu fundador o inglês Rob Hopkins (ver: <https://transitionnetwork.org/>)

sociais (desemprego, pobreza e problemas sociais). É sofrida tanto pelos decisores quanto pela população. O decrescimento, ao contrário, é uma orientação pensada, escolhida, dominada e regulada, em função de um projeto de sociedade que abandonou a obsessão de crescimento como motor e horizonte: uma sociedade centrada na pessoa humana e não no poder técnico, como nos anos 30, onde pode haver revalorização dos *métiers* da ruralidade, frente ao gigantismo das cidades e das grandes obras. Acarretará um encolhimento do PIB, também, mas isso não é mais de suma relevância já que os objetivos perseguidos são bem-estar, sustentabilidade ambiental e justiça social. Não se limita mais à corrida para o aumento do PIB, o qual, passado de certo nível, não garante mais ‘felicidade’ (EASTERLIN, 1974).¹⁵

O decrescimento não é malthusianismo

Embora a proposta inicial de estagnação do crescimento populacional (por Herman Daly) e os trabalhos do Clube de Roma venham da crítica inicial ao crescimento populacional – crítica malthusiana – os objetores de crescimento atuais se defendem de recorrer a tal argumento, hoje.¹⁶ A crítica foca no consumo de recursos, não no tamanho da população – sendo que um ocidental a mais tem um impacto ecológico igual a 12 burkinabés, por exemplo. Embora não defendam a política do filho único (como na China), alguns críticos, como Yves Cochet, se posicionaram a favor do fim da política natalista na França.¹⁷ É importante lembrar que o intuito de limitar a população – neomalthusiano – apareceu como consequência de um movimento de emancipação social, com a diminuição da natalidade sendo avaliada como favorável à emancipação das mulheres (BASQUIAT, 2014; BAYON et al, 2012, p. 121-137).

Decrescimento não é saudosismo de um passado menos técnico

¹⁵ Embora as conclusões de Easterlin estivessem sido contestadas recentemente – segundo um artigo economistas da Universidade de Michigan publicado em 2013 no periódico "*American Economic Review, Papers and Proceedings*" – isso não será discutido aqui (STEVENSON e WOLFERS, 2013).

¹⁶ Se defendem assim de serem qualificados de reacionários.

¹⁷ Na França, os ‘subsídios familiares’ (*allocations familiales* em francês) são proporcionais ao número de crianças e em 2014 a França era o único país de Europa com demografia positiva, resultado da ‘propensão aos filhos’. Em 2014 iniciou-se um debate sobre possíveis condicionantes à atribuição desses subsídios (BASQUIAT, 2014).

A crítica ao progresso técnico, e sobretudo aos impactos ambientais e sociais que esse progresso tem, é uma dimensão muito importante da corrente do decrescimento. Pregando o princípio de precaução vindo da crítica ecologista, ela preconiza um uso ‘razoável’ das opções tecnológicas, para não cair na armadilha das técnicas *mainstream* que se tornaram monopólios radicais e viesam o debate sobre as necessidades reais e sobre as opções de desenvolvimento tecnológico mais apropriado em função do contexto (como o uso das biotecnologias nos países pobres inviabilizou e prejudicou suas próprias produções, por exemplo). Enquanto os financiamentos públicos são dirigidos principalmente para a ‘*big science*’, os objetores do crescimento solicitam o desenvolvimento de uma “ciência cidadã”, visando ao interesse coletivo (BAYON et al, 2012, p.103-115).

Por outro lado, o decrescimento tampouco deve ser associado:

- 1) à contracultura que nasceu nos EUA nos anos 50 – embora certas reivindicações e sua ecopsicologia libertadora tenham a ver com o decrescimento, as motivações eram diferentes e nem todo objetor de crescimento vai querer se isolar numa ecovila hippie (TALEB, 2015);
- 2) a um autoritarismo ecológico, ou ecofascismo, crítica que é feita a movimentos ecologistas mais radicais (TALEB, 2015; NAVARRO, 2014; FLIPO, 2015).

2.2 As origens e as ideias do decrescimento

Numerosos pensadores e autores podem ser relacionados às ideias do decrescimento, já que perpassa temas que vão desde o elogio da vida simples até a promoção da democracia e da equidade, passando pela crítica do desenvolvimento ocidental e dando ênfase à finitude dos recursos naturais. Desde a antiguidade, e em todas as fases históricas, podemos encontrar pensadores, autores romancistas, poetas e jornalistas, que podem ser considerados precursores e promotores das ideias que serão denominada neste trabalho de ‘decrescentistas’, sejam eles economistas, filósofos, matemáticos, sociólogos, antropólogos, etc.. Seria impossível tentar honrar a memória de todos, nem é a finalidade desse trabalho já que o cuidado dessa empreitada foi

assumido por Serge Latouche e seus pares, que estão dedicando uma série de livros a cada um deles.¹⁸

O propósito do levantamento bibliográfico nessa pesquisa é apresentar e destacar algumas das ideias principais de cinco autores – André Gorz; Jacques Ellul; Georgescu-Roegen, Ivan Illich e Cornelius Castoriadis - que são considerados como ‘os’ precursores do decrescimento e representam várias origens da crítica ao crescimento. Essas várias críticas, que vêm de escolas de pensamento diferentes, podem ser representadas como pertencentes a duas vertentes principais, que nasceram nos anos setenta: a vertente ecológica, puxada por Georgescu-Roegen e questionando o estilo de desenvolvimento intensivo em energia (COHEN, 2002; CUVILLIER, 2014), vertente que talvez tenha tido a maior repercussão e faça mais êmulos até hoje; e a vertente culturalista, que surgiu antes porém não houve tanto respaldo, e na qual participam os quatro outros autores seminais considerados, e Serge Latouche na continuidade.¹⁹ As reconhecidas pertinência e a relevância dos argumentos desses autores no debate, e a afinidade e identificação que foram ressentidas de imediato à leitura de seus escritos, os tornaram centrais para o embasamento teórico desse trabalho (MARTÍNEZ-ALIER et al, 2010; KALLIS, 2011; CAETANO et al, 2014; KERSCHNER et al, 2015; PETRIDIS, MURACA e KALLIS, 2015; VETTER, 2018; PANSERA e OWEN, 2018).^o

¹⁸ Serge Latouche escreveu uma Antologia sobre “*Les précurseurs du decrescimento*” (2016) onde estão identificados filósofos gregos, como Diogenes e Epicuro; ‘esclarecedores’, críticos da primeira revolução industrial; críticos da sociedade de consumo, contando com Günthers Anders, Bernard Charbonneau, Guy Debord e Simone Weil, entre outros; Romancistas e jornalistas, para acordar nossas consciências, com Léon Tolstoï, Georges Bernabos, e Aldous Huxley, por exemplo.

Podemos lembrar também um número especial da revista *Le point* (2015) que foi dedicado ao “*Éloge de la vie simple*”, propondo uma releitura dos textos fundamentais – de certos filósofos da Antiguidade, do Cristianismo, do Oriente, dos Tempos Modernos (com Rousseau e Henry David Thoreau, por exemplo) e do século XX (com Lanza del Vasto, os Nearing e E. Friedrich Schumacher, por exemplo. Quase todos constam na lista dos pensadores proposta por Serge Latouche, logicamente).

¹⁹ É difícil identificar e tentar afiliar os pensadores do decrescimento em escolas de pensamento específicas, já que cada um deles possui conhecimentos transdisciplinares e não se reivindica de uma disciplina só (Serge Latouche reluta em se apresentar como economista, por exemplo). Para simplificar, podemos dizer que na vertente ecológica do ‘movimento’ contribuem hoje representantes da economia ecológica e da ecologia política, enquanto na vertente culturalista participam pensadores que podem se reivindicar da filosofia; economia, sociologia; ciências políticas e antropologia principalmente, como veremos no decorrer do trabalho.

Não se almeja nesse momento fazer uma apresentação detalhada nem uma discussão profunda sobre a origem e a robustez dos argumentos levantados na bibliografia; propõe-se somente dar ênfase a algumas ideias-chaves e propostas, que são consideradas como referências no discurso dos decrescimento e são aproveitadas atualmente _em outras palavras, podemos considerar que esses argumentos quase viraram premissas, aceitas na comunidade de conhecimento na qual nos inserimos. A discussão entre os vários pontos de vista sera traduzida pela ‘conversa-debate’ entre os estudiosos entrevistados (no Capítulo 3), os quais podem ser considerados como porta-vozes e seguidores desses autores-chave.

2.2.1 Autores seminais

2.2.1.1 Nicholas Georgescu-Roegen: neguentropia e bioeconomia

Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994) foi um matemático e economista norte-americano de origem romena que, a partir dos anos sessenta, trabalhou nas relações entre economia e meio ambiente em campos transdisciplinares como economia ecológica e ecologia industrial. Como destacam Jacques Grinevald e Ivo Rens na introdução do seu livro – compilação e tradução de vários textos do Goergescu Roegen - a herança desse economista é desconhecida do grande público, porém ainda será reconhecido como um dos economistas mais visionários do século XX. Foi o primeiro a utilizar as Leis da Termodinâmica para mostrar que o processo econômico participa de um processo de degradação da energia num sistema que não deve mais ser considerado como fechado (como era representado até então), mas sim num sistema aberto com um aumento de entropia (os recursos naturais se transformando em resíduos) (GRINEVALD e RENS, 2011, p.67). Foi assim, a partir de argumentos físicos, que tentou demonstrar a necessidade de adotar um paradigma novo: além de um crescimento sustentável ou da tal economia estacionária (*steady-state economy*, proposta por seu aluno Herman Daly no fim dos anos setenta), um ‘decrescimento’ econômico e populacional seria a única abordagem viável. Seus argumentos geraram debate, foram duramente criticados e conseqüentemente ignorados pelos economistas tradicionais da época (CECHIN, 2008). Esse paradigma poderia se apoiar no conceito contrário, a

“baixa entropia” ou entropia negativa – que ganhou o nome de neguentropia²⁰ – a qual caracterizaria o nível de ordem de um sistema.

A principal proposta do Georgescu-Roegen, que podemos considerar para um futuro plano de ações, é a do programa bioeconômico mínimo que ele expôs no texto “*L’énergie et les mythes économiques*” (texto publicado em inglês em 1976 que teve pouca repercussão na França, exceto por raros economistas como René Passet, que seguiram a linha da “bioeconomia”). Esse programa poderia gerar ‘neguentropia’.

A tabela a seguir apresenta os oito pontos do programa proposto pelo autor.

Tabela 1 - Programa bioeconômico mínimo, segundo Georgescu-Roegen (1976)

Componentes do programa bioeconômico mínimo (G-R, 1976)	Argumento
<i>Proibir não só a guerra, como a produção de todos instrumentos de guerra</i>	Sendo que não há intenção deliberada a priori de entrar em guerra, o fim da produção de instrumentos de guerra encerrará as matanças com armas aperfeiçoadas e liberará forças de produção fantásticas para a ajuda internacional
<i>Desenvolvimento dos países em desenvolvimento para um novo rumo</i>	Ajudar as nações subdesenvolvidas a alcançar, o mais rápido possível, uma existência digna de ser vivida, porém sem luxo
<i>Agricultura orgânica</i>	A humanidade deve alcançar um numero tal de tamanho controlado de forma que haja produção agrícola orgânica para todos
<i>Energia</i>	Utilização direta da energia solar e/ou evitar perdas desnecessárias de energia
<i>Fim dos objetos desnecessários (“gadgets” extravagantes)</i>	Necessidade de nos curarmos de “nossa sede mórbida de gadgets extravagantes”. Quando não os consumirmos mais, os fabricantes terão de deixar de produzi-los
<i>Livrar-se da moda</i>	A moda é uma “doença do espírito humano”, já que não faz sentido abandonar algo que cumpre sua função, só porque saiu de moda. Assim, os construtores terão que focar na durabilidade
<i>Durabilidade das mercadorias</i>	Necessidade de conceber as mercadorias pra que sejam duráveis e consertáveis
<i>Lazer suficiente</i>	Abandonar a ideia de ganhar tempo na vida para poder trabalhar mais, e ao contrário aceitar a ideia de dispor de um tempo suficiente de lazer a ser usado de maneira inteligente

Fonte: Elaboração própria. Fonte primária: GEORGESCU-ROEGEN, 1976, p.147-149.

²⁰ Jacques Grinevald e Ivo Rens precisam, na introdução à segunda edição do livro “*La Décroissance*”, que nos anos 50 foi o físico Léon Brillouin que contractou a expressão “*negative entropy*” propondo o termo “*néguentropie*”. Georgescu-Roegen usava o termo “baixa entropia” (GRINEVALD e RENS, 1995, p.41).

Podemos notar que o conceito de entropia fez émulos no campo das ciências sociais também, notadamente com o conceito de entropia social que foi teorizado por Kenneth D. Bailey, desde o início dos anos noventa²¹ (BAILEY, 2008). Embora essa teoria pareça ter permanecido em um nível abstrato, sofrendo com a falta de aplicações empíricas, pode ser utilizada como fonte de inspiração para abordar e mapear os problemas de maneira interdisciplinar, colocando em destaque o papel da informação no equilíbrio de um sistema social. Alguns trabalhos, inclusive no Brasil, propõem-se a fazer isso (COSENZA et al, 2016).

2.2.1.2 Jacques Ellul e os críticos à técnica

«Porque será uma satisfação perfeitamente positiva poder comer alimentos são, ter menos barulho, estar num ambiente equilibrado, não sofrer mais restrições de trânsito, etc. » (ELLUL, 1994, p.342, tradução nossa).

Pouco conhecido na França, Jacques Ellul (1912-1994) teve mais influência nos EUA, pela contribuição de sua crítica à técnica e à sociedade tecnicista. O pensador grego Cornelius Castoriadis (1922-1997), que será mencionado abaixo, contribuiu muito também nessa crítica e questionou a significação imaginária social da sociedade moderna, servindo de base para os demais autores citados.

Jacques Ellul dedica uma grande parte de sua obra e uma trilogia à crítica do sistema tecnicista – “*La Technique*” (1954), “*Le Système technicien*” (1977) e “*Le Bluff technologique*” (1988)- na qual considera a técnica como um fator determinante da sociedade. Faz a distinção entre “as técnicas” e “a técnica”: as técnicas são todas as ferramentas que o homem tem concebido desde sempre para poder se emancipar do meio natural; quanto “à técnica”, a define como “a pesquisa em toda coisa do método absolutamente mais eficaz”. Mostrou que a eficácia se tornou o valor supremo e a

²¹ Segundo Kenneth D. Bailey: a teoria da entropia social vê o sistema social como uma entidade que procura manter a entropia interna em um nível ótimo abaixo da entropia máxima. O papel da fronteira é crucial para isso. [...] A teoria de entropia social estabelece que o sistema social funciona numa base diária pela regulação de seis componentes-chave: População, Informação, Espaço, Tecnologia, Organização e Nível de vida. [...] Esse quadro pode ser usado para analisar uma grande variedade de fluxos através o corpo de um sistema social dado (BAILEY, 2007, p.3).

sociedade uma sociedade de meios, onde não há mais finalidades (nem política, nem humanista, nem espiritual). Declarando que “A técnica não é nem positiva, nem negativa, nem neutra, é ambivalente”, ele não é tão antitécnico e pessimista quanto parece e nos convida a viver plenamente nessa sociedade, porém de outra forma. Por não podermos continuar vivendo nessa sociedade ignorando a técnica, o autor convida a não deixar nossos filhos na ignorância da técnica e prepará-los, até mesmo pelos riscos conscientemente ignorados, como ilustra esse trecho:

E preciso prepará-los a viver na técnica e, ao mesmo tempo, contra a técnica. [...] Não devemos ter ilusões : estamos preparando um mundo que será ainda mais difícil de se viver para nossos filhos que para nós.[...]

Conversava com esse diretor do perigo das centrais atômicas, e finalmente, sobre aspectos particulares, ele reconheceu que havia questões insolúveis. Então pronunciou esta fórmula extraordinária : no final, temos que deixar a nossos filhos alguns problemas para resolver, não é!

Estamos aqui frente à atitude cínica do técnico que reconhece seus limites (ELLUL, 1979, p.128, tradução nossa).

Após ter evidenciado que a técnica é um fenômeno universal, que exerce seu domínio no homem e limita sua liberdade, ele também se mostra proposicional e encoraja a ação local (reivindicando, inclusive, a paternidade do lema “pensar globalmente, agir localmente”, com a qual ele mesmo parece ter sido coerente na própria vida).²²

Em “*Le Bluff technologique*”, denunciando o ‘triunfo do absurdo’, ele dedica um capítulo à mentira, ou armadilha, da produtividade²³, nestas páginas :

Chegamos agora a buscar a produtividade pela produtividade sem nenhuma razão fundamental. A produtividade se justifica a ela mesma em qualquer domínio que se manifeste, é boa para si, e de meio, passou a ser critério de julgamento. Assim, pesquisas muito razoáveis do ponto de vista econômico estão sendo negligenciadas porque não são afetadas de um coeficiente de produtividade (FERRY, 1985 *apud* ELLUL, 1988, p.556., tradução nossa).

²² Esse lema pode parecer muito simplista, mas é carregado de um sentido profundo e pode surtir grandes efeitos. É o lema adotado para a aplicação da pesquisa (*vide* proposta de estudos de casos locais, abaixo).

²³ “*Le Bluff de la productivité*”, *chapitre VI* (p.545-578), na 3ª parte intitulada *Le triomphe de l’Absurde*

No final deste capítulo, ele escreve: “O que produz este entusiasmo para o computador não é sua utilidade, efetiva, mas o fato que ele dá a qualquer um a ilusão de ser inteligente” (ELLUL, 1989, p.578).

São numerosos os autores que deram continuidade à crítica da técnica e da tecnologia, dos quais²⁴ o filósofo Jean Vioulac nos lembra que Marx já tinha constatado, logo na sua primeira versão do *Capital*, que com a Revolução industrial

A ciência, que obriga os membros sem vida da máquina, em virtude de sua construção, a agir da maneira desejada, como um autômato, não existe mais na consciência do operário, mas ao contrário atua sobre ele através da máquina como uma força estrangeira, como uma força da máquina mesma (MARX, 1857 *apud* VIOULAC, 2017, p.94, tradução nossa).

O sujeito se encontra despossuído de suas capacidades físicas e intelectuais. Agora, as máquinas não só se apropriaram da potência de cálculo, mas também da tomada de decisão, já que são elas que têm as informações e podem tratá-las. Enquanto a máquina mecânica produz um trabalho físico, a máquina informática não produz tal trabalho, mas o dirige e o governa.²⁵ Ou seja, enquanto a técnica se autonomizou, o homem perdeu uma parte de sua autonomia, a mão que atua e decide não é mais a mão do homem, mas sim a mão do Mercado (VIOULAC, 2017, p.94).

François Jarrige - como historiador - também está preocupado em entender como essas realidades e imaginários robóticos afetam e recompõem os campos social e político. O advento dos robôs industriais e sua rápida generalização²⁶ se justifica pela finalidade de melhorar “o bem-estar e um crescimento econômico [para aumentar] o nível de vida da nação”²⁷, e permeou o ambiente doméstico, com o sucesso da robótica pessoal. Essa frenesi robótica não deixa de provocar inúmeras incertezas que levam a repensar o mercado de trabalho, as relações sociais e até as fronteiras da humanidade. A

²⁴ Podemos citar, entre outros, para a cena francesa, Jean Vioulac, Philippe Bihouix; François Jarrige e Bernard Stiegler, que publicam em revistas como *Esprit* ou *Futuribles*. o número 433 da revista *Esprit* de março-abril de 2017 é intitulado *le problème technique*. E apresenta artigos agrupados em três frentes : Um novo imaginário, A parte maldita (na qual eles se posicionaram) e Da técnica à prática.

²⁵ Norbert Wiener pensou a revolução tecnológica logo desde 1948 e definiu o dispositivo informático como cibernético (do grego κυβερνήτης, piloto, governador) e já tinha entendido que reconfiguraria as sociedades (VIOULAC, 2017, p.97).

²⁶ Existia 1,5 milhões de robôs industriais em funcionamento no mundo em 2015, e a previsão é que estejam 2,6 milhões em 2019, principalmente nos setores eletrônicos e automóveis (IFR, 2016).

²⁷ O autor se refere aos objetivos da Federação Internacional da Robótica, criada em 1987 (JARRIGE, 2017).

questão do fim do trabalho torna-se central – embora estudos divergem quanto a sua previsão²⁸, e com ela a do uso do tempo livre.²⁹

Os críticos também denunciam as falsas motivações dessa corrida tecnológica: (1) por um lado, o impacto ambiental não é neutro (nem positivo, como às vezes se escuta), já que essas tecnologias requerem recursos e energia – e preconiza-se soluções ‘*low-tech*’ (BIHOUIX, 2017); (2) por outro lado, a maquinização nem sempre tem uma boa rentabilidade (pode até dar prejuízo), mas por trás há a obsessão de supervisão e controle e objetivos menos louváveis de substituição de mão de obra, para limitar o risco de falhas humanas e sobretudo sua tendência à reivindicação (JARRIGE, 2017).

Gilbert Rist também alertou sobre o fato de que os “setores ditos de ponta” (tecnológicos) acentuam a distância entre países ricos e países pobres e critica com veemência o “jogo de prestígio semântico [que] consiste em afirmar que convém “colocar as novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento humano””, enquanto ele avalia que a própria causa do problema não pode se tornar solução. Para ele,

as novas tecnologias contribuem antes de tudo para a extensão da mundialização, para o crescimento das desigualdades³⁰, para a transformação da natureza em mercadoria e para a substituição dos laços sociais baseados no face-a-face por próteses numéricas e não podem[fugir repentinamente da lógica do lucro para entrar na lógica do bem comum!” (RIST, 2009, p.30-31).

²⁸ Essa preocupação já existe pelo menos desde o fim do século XIX, com o temor do fim do trabalho humano e os efeitos morais de um potencial “desemprego universal” levantados por operários e pensadores críticos da modernidade (efeitos da manivela de Sismondi). Estudos divergem sobre essas perspectivas: por exemplo, um estudo famoso realizado por pesquisadores de Oxford em 2013 mostrou que quase 50% dos postos de trabalho serão substituídos por máquinas (incluindo robôs e dispositivos numéricos), enquanto outro estudo mais recente liderado pela OCDE anuncia uma taxa de 9% só (JARRIGE, 2017, p.115).

²⁹ Jarridge nos lembra esse aviso que Keynes fez em 1930 a seus netos: “o homem vai se encontrar frente a seu problema verdadeiro, eterno – qual uso fazer de sua liberdade, como ocupar os lazes que a ciência e os interesses compostos terão garantido, como viver sabiamente e agradavelmente, viver bem?” e vai até afirmar: “três horas de trabalho por dia serão amplamente suficientes para satisfazer em nós o velho Adam”, segundo a fórmula de J. M. Keynes na *Lettre à nos petits-enfants* (nova edição des Liens qui Libèrent, de 2017) (JARRIGE, 2017, p.114).

³⁰ Fazendo referência às ideias de Marie-Dominique Perrot, Gilbert Rist menciona nesse artigo algumas questões que favorecem o ‘abismo tecnológico’ entre países ricos e países pobres, como: as orientações da pesquisa médica, os riscos dos organismos geneticamente modificados (OGMs) na saúde e no meio ambiente, a fuga dos cérebros, o saque dos recursos biológicos, a comercialização dos seres vivos, etc. (RIST, 2009, p.30).

2.2.1.3 Ivan Illich: convivialidade, autonomia e monopólio radical

Ivan Illich (1926-2002) é um crítico radical da sociedade industrial e das “instituições” – transporte, igreja, escola, hospitais e máquinas. Segundo ele, essas se revelam contraprodutivas: passado um certo limiar, pode-se alcançar os efeitos contrários aos que eram inicialmente previstos (um excesso de carros que produz engarrafamentos e prejudica a velocidade de deslocamento de todos, por exemplo). Além dessa noção de contraprodutividade que Ivan Illich trouxe à tona, destaca-se aqui dois outros conceitos que ele evidenciou com pertinência: o “monopólio radical” e a “convivialidade”. O primeiro corresponde ao monopólio exercido pela indústria de transportes, por exemplo, sobre a circulação das pessoas.

A circulação mecânica não só tem um efeito destruidor sobre o meio ambiente físico, como aprofunda as disfunções econômicas e corrói o tempo e o espaço. Para além de tudo isso, inibe as pessoas de se servirem das suas próprias pernas, incapacitando todos por igual. Em Los Angeles não há destino ao alcance das pernas: o automóvel ditou a sua forma à cidade (ILLICH, 1975, p.58).

O uso de energia e os transportes são dois grandes temas através dos quais ele apoia suas análises e critica o modelo de desenvolvimento dos países do Norte.

Com relação à ‘convivialidade’, título de uma de suas principais obras (1973), Ivan Illich define como “sociedade convivial uma sociedade onde a ferramenta moderna está ao serviço da pessoa integrada à coletividade, e não ao serviço de um grupo de especialistas. Convivial é a sociedade onde o homem controla a ferramenta” (ILLICH, 1973, p.13). Segundo Serge Latouche, “escolheu esse termo porque Aristóteles disse que a sociedade descansa sobre a *philia*, a amizade. Para os gregos esse é um sentimento muito forte e nós não o conhecemos mais.” Num contexto moderno, poderia ser definida como simpatia ou empatia (LATOUCHE, 2011). Para proceder a uma reconstrução convivial, Illich propôs reverter a relação do homem à ferramenta: a ferramenta justa deve atender a três exigências - gerar eficiência sem degradar a autonomia pessoal; não suscitar nem escravos nem donos; alargar o raio de ação pessoal (ou seja, conferir novas competências) (ILLICH, 1973, p.27). A ‘convivialidade’ é entendida como o contrário da produtividade: “a convivialidade é a liberdade individual realizada na relação de produção dentro de uma sociedade dotada de ferramentas eficazes” (ILLICH, 1973, p.28).

Esses valores foram diretamente aproveitados pelo discurso dos objetores de crescimento, pelos demais autores contemporâneos a Illich e pelos atuais.

2.2.1.4 André Gorz: autonomia e tempo livre

Uma das ideias centrais do André Gorz (1923-2007) é sua crítica à “sociedade do trabalho”, tal como o capitalismo a instituiu. O trabalho ganhou centralidade nas consciências, nos pensamentos, na imaginação de todos, e os homens entram em competição entre si para serem escravos de um trabalho que não desejam, porém precisam “ter”. Ele aponta uma das falhas do sistema em reconhecer um emprego assalariado (professora de escola, por exemplo) como “trabalho” e não considerar o trabalho doméstico ou o cuidado aos próprios filhos, não remunerados, como tais. Para sair desse modelo da sociedade assalariada e recobrar a própria autonomia, ele preconiza umas “vias de saída”, visando a implementar a “sociedade da multiatividade” (1997, pp131-169). Para isso, esboça um conjunto de políticas, que devem ser implementadas conjuntamente, para:

1. “Garantir a todos uma renda suficiente;
2. Combinar redistribuição do trabalho e domínio individual e coletivo do tempo;
3. Favorecer a eflorescência de novas socialidades, de novos modos de cooperação e de intercâmbio pelos quais sejam criados laços sociais e coesão social além do assalariado.” (GORZ, 1997, p.134, tradução nossa).

Num livro anterior, “Ecologia e liberdade”, ele já tinha enunciado um “programa utópico” lançado por um Presidente fictício no seu último capítulo.

1. “vamos trabalhar menos”. [...] “todo adulto terá direito ao necessário, quer tenha ou não um emprego”. Logo que o aparelho de produção alcance uma eficácia técnica, de tal modo que uma fração da força laboral disponível chegue para cobrir todas as necessidades da população, então “não será já possível fazer depender o direito de um rendimento da ocupação de um emprego em tempo completo”. [...] Ganhámos “o direito ao trabalho livre e ao tempo livre”.
2. “Vamos consumir melhor”: “[os produtos] serão planejados para proporcionar a maior satisfação possível àqueles que os utilizam como aos que os produzem”.[...] O fabrico desses modelos obedecerá a quatro critérios fundamentais: durabilidade, facilidade de reparação, processo de fabrico controlado, não poluição.
3. “integraremos a cultura na vida quotidiana de todos”.[...] É assim que desaprendemos de educar os nossos filhos, cozinhar as nossas refeições e cantar as nossas canções”. (BOUSQUET (GORZ), 1978, p.65-67).

As propostas eram parecidas, mas nos anos 70 ainda não eram tão ousadas (naquela época, ele ainda não tinha aceitado a ideia da “renda social incondicional”, que ele passou a defender depois), nem tão detalhadas e concretas (quanto aos novos modos de cooperação, ele propõe adotar “*Systemes d’Echange Locaux (SELS)*” que se multiplicaram nos anos 80 na Europa e na América do Norte).

No fim de sua vida, Gorz se interessou pelos *softwares* livres, pelo livre acesso à informação e ao conhecimento pela Internet, anunciando a “saída do capitalismo”. Bernard Stiegler sublinhou a importância das críticas de André Gorz, que sempre se refere a um texto de Marx sobre as Máquinas³¹, e sua pertinência para quem trabalhar com nova tecnologias e compartilhamento de informações (GORZ, 2007).

2.2.1.5 Cornelius Castoriadis: democracia, justiça e equidade

Cornelius Castoriadis (1922-1997) foi, desde o início de sua trajetória intelectual, um dissidente dentro da esquerda. Fundador da revista "Socialismo ou Barbárie, ele questionou o totalitarismo do regime soviético desde seus primórdios. Entre os vários temas que abordou (entre os quais uma crítica à técnica), ele discute o tema da democracia no livro *La montée de l’insignifiance* (quarto volume da série *Les carrefours du labyrinthe*) de 1996, e propõe a seguinte definição:

uma definição da democracia tão boa quanto qualquer outra é: um regime onde a esfera pública se torna verdadeira e efetivamente pública – pertence a todos, está aberta efetivamente à participação de todos.” (p.229)

[...] não pode haver sociedade democrática sem *paideia* democrática. (processo educativo) (p.233)

[.] a cidade (*la cité*) deve fazer todo o possível para ajudar os cidadãos a se tornarem efetivamente autônomos.[...].

A democracia como regime é ao mesmo tempo o regime que tenta realizar, assim quanto possível, a autonomia individual e coletiva e o bem comum assim como concebido pela coletividade em questão (CASTORIADIS, 1996, p.240, tradução nossa).

Cristos Zografos também se atenta aos trabalhos de Castoriadis sobre a autonomia, termo que compreende neste caso “a capacidade, para uma sociedade, de questionar, de maneira coletiva e contínua, suas normas e suas instituições, e de ter consciência que ela mesma é a única fonte legítima para fazê-lo” (ZOGRAFOS, 2015,

³¹ *The Fragment on the Machines*, em *The Grundrisse* (p. 690-712) (MARX, 1857).

p.189). Segundo Zografos, parece não haver dúvida que a democracia direta – baseada no princípio de igualdade política, via assembleias deliberativas - fosse pertinente para implementar as transformações sociais rumo a um futuro decrescente:

A proliferação de iniciativas populares auto-organizadas, como os Indignados que aspiram a uma vida mais cheia e mais democrática fora do capitalismo assim como a um controle maior da política pelos cidadãos e a uma participação maior de esses, deixa pensar que a democracia direta é altamente pertinente do ponto de vista das empreitadas atuais de transformação política e ecológica (ZOGRAFOS, 2015, p.193, tradução nossa).

Castoriadis aborda também os temas de justiça e equidade, e continua a se basear nos filósofos gregos, nos recorda que “alguém é considerado como injusto se age contra a lei, ou se se quer ter mais que... ou se é desigual” (‘inégalitaire’ em francês). O que ele traduz pela significação popular corrente desses termos por: “é justo o legal e igual/igualitário; é injusto o ilegal e desigual/desigualitário”. (CASTORIADIS, 1978, p.275). Esse conceito, que deve ser aproveitado para estabelecer uma justiça distributiva, se refere à partilha do que é “compartilhável entre os que participam da cidade”, visando a restaurar a igualdade. Pensando em redistribuição justa, podemos nos inspirar em Aristóteles, segundo quem: “É pela redistribuição proporcional que a cidade se mantém unida.” (ARISTÓTELES *apud* LISBOA, 2017, p.3).

John Rawls, na sua “Teoria da Justiça”, identifica deveres naturais, positivos e negativos, dos quais alguns exemplos são :

O dever de auxiliar alguém que está numa situação de necessidade ou de incerteza, desde que seja possível fazê-lo sem excessivo risco ou perda para o próprio (auxílio mútuo – dever de ação) ;
o dever de não fazer mal ou ferir outrem, e o dever de não causar sofrimento desnecessário (deveres de abstenção).[...]
um dever fundamental natural é o dever da justiça : se a estrutura básica da sociedade for justa, todos têm o dever de nela participar (RAWLS, 1993, p.106).

Nessa linha, Alain Cordier também considera que a solidariedade não é só um ato de amor, corresponde a uma responsabilidade social, visando a justiça pela igualdade de direitos. Assim, essa responsabilidade é maior que a simples “solicitude”, já que essa igualdade se aplica à humanidade inteira (CORDIER, 2017). É como nosso dever de reciprocidade, conceito que também é reaproveitado pelos intelectuais e militantes objetores do crescimento.

A Tabela 2 a seguir sintetiza as principais críticas e os conceitos trazidos pelos autores-chave apresentados até o momento.

Tabela 2 – Relação entre os autores-chaves e os conceitos levantados

Autores	Conceitos / propostas
Nicholas Geogescu Roegen (1906 - 1994)	Estado estacionário não é suficiente Programa bioeconômico mínimo
Jacques Ellul (1912-1994)	Ambivalência da técnica; autonomia
Ivan Illich (1926-2002)	Energia (transporte);(anti)tecnologia Autonomia; convivialidade; monopólio radical; contraprodutividade
André Gorz (1923-2007)	Trabalhar menos; Consumir melhor Autonomia Economia do conhecimento/gratuidade Renda social incondicional Crítica ao trabalho
Cornelius Castoriadis (1922-1997)	Democracia Justiça e equidade Autonomia

Fonte: elaboração própria.

A essa lista poderiam ser acrescentados nomes de peso – cujas contribuições vieram inspirar ou se alimentar das críticas formuladas pelo quinteto acima e que permitiram complementar com a crítica específica ao consumo excessivo. Notadamente: Jean Baudrillard (1970), Ernst Friedrich Schumacher (1973), David Riesman (1950).

2.2.2 Autores e publicações contemporâneos

Não há como fazer um levantamento exaustivo dos autores e propostas atuais: pela repercussão que o movimento de objeção ao crescimento está tendo, a produção científica e militante vem aumentando muito desde o início dos anos 2000. Na França, onde o tema está mais maduro, houve também uma multiplicação de artigos em revistas especializadas – *Futuribles*, *Esprit*, *Alternatives Economiques* – nas quais vários

intelectuais críticos engajados, dentre os quais Bernard Maris (CHAVAGNEUX, 2018; MARIS, 2006; 2003) - puderam trazer suas contribuições (BIHOUIX, 2017; JARRIGE, 2017; VIOULAC, 2017; PIGUET, 2015; GADREY, 2015; BOURG e BUCLET, 2005).

Na seção a seguir, será dado destaque às contribuições de Serge Latouche, atualmente uma figura de proa da corrente do decrescimento, não só na França mas por todo mundo, e de Hassan Zaoual que, pela teoria dos sítios apresenta uma abordagem aparentemente alinhada com o discurso dos decrescentistas, qual será relevante para depois fazermos conexão com ideias vindas do Sul. Também serão mencionados pesquisadores e autores contemporâneos, principalmente na linha da economia ecológica e de ecologia política, que atuam na Europa.

2.2.2.1 Serge Latouche: decrescimento no século XXI

Serge Latouche (1940) é um economista francês que, antes de adotar e divulgar as ideias mais ‘radicais’ do decrescimento, foi um estudioso do desenvolvimento (na linhagem de François Partant) e chegou à conclusão que o desenvolvimento só destrói os equilíbrios tradicionais e leva a uma ocidentalização do mundo. Como ele escreveu, “a reflexão teórica sobre o pós-desenvolvimento que caminhou na França de maneira quase subterrânea entre 1972 (a grande época de Georgescu-Roegen, Ivan Illich e André Gorz) e 2002 (ano do colóquio na Unesco chamado “desfazer o desenvolvimento, refazer o mundo”), antecipa claramente a crise da sociedade de mercado mundializada e propõe uma via de saída positiva: a construção de uma sociedade autônoma democrática e ecológica, a sociedade de decrescimento” (LATOUCHE, 2005, p.13). Hoje é engajado e escreve em várias revistas como *La revue du MAUSS (Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales)* e desde sua criação em 2005 até seu fim em 2014, participava na revista Entropia (BESSION-GIRARD, CANABATE e GRUCA, 2014).

Entre outras propostas, ele sugere um programa de reformas visando a orientar a implementação dessa “utopia concreta” em oito, depois nove e finalmente 10 R’s:

- O programa « eleitoral » seguinte em 10 pontos proposto para a França em 2007 visa esse objetivo :
- Re-encontrar uma pegada ecológica sustentável;
- Reduzir os transportes pela internacionalização dos custos via ecotaxas apropriadas (diminuir os gastos energéticos e financeiros e consumir coisas locais);
- Re-localizar as actividades;
- Restaurar a agricultura camponesa;
- Reafectar os ganhos de produtividade para reduzir o tempo de trabalho e criar mais empregos;

- Retomar a “produção” de bens relacionais;
- Reduzir o desperdício de energia de um factor 4;
- Restringir fortemente o espaço publicitário;
- Reorientar a pesquisa tecnicocientífica;
- Reapropriar-se o dinheiro.

(LATOUCHE, 2010, p.60, tradução nossa)

No seu livro “*Décoloniser l’imaginaire*”, ele se inspira diretamente em Cornelius Castoriadis para pregar a urgência de repensar a educação (*paideia*) e reconstruir novas culturas, “colocar no coração da vida humana outras significações e outras razões de ser além da expansão da produção e do consumo” (LATOUCHE, 2011, p.27, tradução nossa). Pelo seu conhecimento de certos países africanos, relata no livro umas diferenças culturais muito pertinentes para questionarmos os valores veiculados pelas nossas “significações imaginárias sociais” ocidentais (o progresso, o universalismo, o domínio sobre a natureza, a racionalidade quantificante, etc.). Lá, esses valores são substituídos por outros, como a cultura do dom, dos laços sociais e da “alegria de viver”. Parece que de fato a economia está embutida, ou imersa, na dimensão social (conforme a terminologia “*embedded economy*” preconizada por Karl Polanyi³²), e que o lema “*moins de biens, plus de liens*” ganha pleno sentido nesse contexto. Latouche nota que não existe palavra para designar o pobre, no sentido econômico da palavra, nas principais línguas africanas, as palavras utilizadas para traduzir “pobre” significam “órfão”, ou seja, remetem à ausência de um apoio social. A relação ao dinheiro e a determinação dos preços também se encontram alterados por essas diferenças (2011, p.135-146).

No Brasil, os trabalhos de Serge Latouche começaram a ser divulgados e seus livros já estão sendo traduzidos.³³

³² Karl Polanyi constata que, nas demais civilizações e culturas, o que nos chamamos de fenômenos econômicos não é diferenciado dos demais fenômenos sociais, ou seja a ideia mesma de economia não existia porque esses fenômenos eram considerados dispersados e totalmente embutidos (*embedded*) no tecido social. E essa concepção que ele tenta resgatar para criticar a posição que ocupa a economia no modelo econômico liberal, à margem e acima da sociedade, reestabelecendo a hierarquia inicial, a favor da dimensão social (essa foi a concepção também adotada posteriormente por René Passet, que a representou por três esferas concêntricas: a esfera econômica incluída na esfera das atividades sociais, e essa mesma incluída na biosfera) (POLANYI, 1983; PASSET, 1979).

³³ Vários cadernos IHU Ideias Unisinos foram dedicados às ideias do Decrescimento, tal como o número 56 de 2006 intitulado “O decrescimento como condição de uma sociedade convivial” outros quatro números em 2012 (os números 164, 166 e 168, intitulados respectivamente “Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?”, “Convivialidade e decrescimento” e “O decrescimento e o sagrado”).

2.2.2.2 Hassan Zaoual: teoria dos sítios

Outra ideia relevante e alinhada com o paradigma proposto pelos decrescentistas é a teoria dos sítios do economista marroquino Hassan Zaoual.³⁴ Crítico do utilitarismo, ele evidenciou a importância de fatores culturais e institucionais – negligenciados pela antiga economia do desenvolvimento – e propôs a teoria dos sítios que, “ao contrário do reducionismo do pensamento global, reabilita a multiplicidade e a importância da diversidade da vida econômica”, e torna o homem um agente situado - não mais reduzido a sua dimensão econômica (‘homo situs’ *versus* ‘homo economicus’) (ZAOUAL, 2006, p.56; 2010).

Ele define o sítio como segue:

O conceito de sítio é flexível, podendo se adequar às múltiplas entidades espaciais e organizacionais, tais como: aldeia, tribo, comunidade multicultural, empresa, organização de qualquer tipo, profissão, ofício, cidade, bairro, região, nação etc. O essencial é que se trata de algo que reúna homens, em alguma escala, em torno de um sentido e de um sistema de crenças que os motivam e coordenam. [...] a singularidade de um sítio só pode ser mantida e enriquecida por um intercâmbio na diferença.[...] O sítio aparece, efetivamente, como uma entidade coletiva que os homens constroem em função de suas situações para se orientar e criar a confiança necessária em sua vida cotidiana. Em toda parte, o sítio substitui o acaso pela organização. Nisso, ele é redutor de incerteza. [...]

Por natureza, o sítio é dotado de uma flexibilidade que lhe oferece capacidades de evolução e adaptação. Essas o tornam dinâmico. O sítio é, ao mesmo tempo, moldador e moldado. [...] Nele, tudo é essencial, da especificidade dos indivíduos aos seus modos de coesão coletiva, passando pela influência de seu passado, dos meios circundantes locais, regionais, nacionais e mundiais (ZAOUAL, 2006, p.70-71).

Em seu sentido mais profundo, o sítio revelado apresenta-se, antes de tudo, como um conjunto de crenças compartilhadas. É um espaço vivido pelos agentes da organização social no mais profundo de si próprio. Este percurso forma assim um espaço cognitivo comum (ZAOUAL, 2006, p.74).

Assim, cada sítio seria composto por três elementos determinantes: sua ‘caixa preta’, que corresponde a seu sistema de crenças práticas, onipresentes nos conhecimentos e nos comportamentos do homem; sua ‘caixa conceitual’, onde encontra-se o saber social, os conhecimentos científicos do sítio, e sua ‘caixa de ferramentas’, que abrange as rotinas e os modelos de ação perceptíveis na superfície da realidade do sítio (ZAOUAL, 2006, p.71-74).

³⁴ Hassan Zaoual inspirou-se dos trabalhos de Amartya Sen, e do conceito de ‘capabilidade’ que ele define como: “a aptidão que uma pessoa tem de funcionar em um dado sítio em harmonia com suas convenções, sua cultura, suas capacidades de inovar e promover seu ‘bem-estar’”(ZAOUAL, 2010, p.24).

Ao considerar os sítios como “espaços vividos” (à diferença de abstrações impostas), onde “as experiências compartilhadas e os mitos fundadores da comunidade” devem ser tomados em consideração – já que são definidores intrínsecos do meio -, o sítio se torna um “indutor cultural, um lugar coletivo para uma socialização singular” onde só serão poderão ser implantados e sobreviverão projetos ou técnicas concebidos dentro do sítio (ZAOUAL, 2006, p.73). Isso é muito relevante ao pensarmos em projetos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia tais como foram concebidos e implantados, já que torna a estratégia de transposição e de mimetismo caduca. O autor entrega outra chave, ao dar uma orientação sobre como essa “epistemologia suave” poderia ser posta em prática: “por meio de uma pedagogia de escuta e de monitoramento, a única que seja capaz de estimular as evoluções de dentro” (ZAOUAL, 2006, p.75).

Os valores e princípios nos quais se baseia a teoria dos sítios são totalmente alinhados com os valores identificados até o momento no discurso do decrescimento: ‘confiança’ e ‘pertencimento’, assegurados pela cultura compartilhada, aparecem como fundamentais; também aparecem os conceitos de ‘estima’ e ‘dignidade’; ‘respeito à diversidade’ (devido ao pluralismo); e ‘tolerância’, ‘prudência’ e ‘singularidade’, os quais acabam gerando ‘cooperação’ (ou parceria), ‘coesão social’ e ‘redução da incerteza’ (ZAOUAL, 2006).

Há de notar a relevância que ganha no discurso do Hassan Zaoual o fator de ‘pertencimento’. É um aspecto sublinhado por Ivan Illich, ao considerar os valores vernaculares, mas pouco comentado pelos demais pensadores do Norte. E de fato, é um fator que está sendo considerado de certa forma também pelos demais economistas e pensadores críticos do Sul – como Celso Furtado – ao defender a necessidade de um “desenvolvimento endógeno”. Como escreveu em 2010, “na prática, é a adesão a crenças comuns que garante o mais alto grau de pertencimento e o nível mais elevado de transparência nas relações entre os atores” (ZAOUAL, 2010, p.21).

Zaoual lembra a rejeição à “teoria dos sentimentos morais de Adam Smith (1759, 1982)” para exemplificar como a demarcação ciência/metafísica esteve forte e foi à origem do reducionismo da teoria econômica clássica (ZAOUAL, 2010, p.19 e 21).

2.2.2.3 Autores contemporâneos

A leitura desses autores, centrais, puxou naturalmente uma plêiade de outras referências – diretamente vinculadas à crítica do crescimento - que, a meu ver, trazem análises críticas ou propostas que corroboram os temas encontrados nas principais leituras iniciais.

Não caberia nesse trabalho realizar um levantamento exaustivo dos autores relevantes - indo de filósofos gregos pregando uma vida simples até economistas premiados, passando por ilustres desconhecidos que publicam abundantemente em blogs ou por jornalistas engajados. Podemos citar algumas deles, os mais renomados talvez, que foram consultados no decorrer deste trabalho: Paul Ariès, Philippe Bihouix, Dominique Bourg, Alain Caillé, Vincent Cheynet, Fabrice Flipo, Jean Gadrey, Tim Jackson, Bernard Maris, Thomas Piketty; E. F. Schumacher; Amartya Sen; Joseph Stiglitz, Patrick Viveret (ARIÈS, 2014; BIHOUIX, 2017; CAILLÉ, 2015; CHEYNET, 2008; FLIPO, 2008, 2014, 2015; GADREY, 2010, 2015; JACKSON, 2009; PIKETTY, 2013; SCHUMACHER, 1973; SEN, 1999, 2009, 2010; MARIS, 2003, 2006; VIVERET, 2003, 2013; ARNSPERGER et BOURG, 2016; BOURG, 2005, 2013, 2018).

Nota-se que vários desses autores não são seguidores da linha do decrescimento, mas todos se declaram como ‘objetores do crescimento’.. Os especialistas que foram entrevistados para este trabalho - cujas opiniões serão apresentadas em detalhe (no Capítulo3) – poderiam ser acrescentados a esta lista

Na França, onde o decrescimento começa a ser bastante presente na cena pública, institutos de pesquisa e *think tanks*, ativistas políticos ou não, se aproximam dos argumentos decrescentistas – como o Institut Momentum, a Fabrique Spinoza e o Institut Jean Jaurès, por exemplo. Que seja para denunciar limites ambientais ou promover ideais democráticos, utilizam as ideias críticas e as propostas do decrescimento e vislumbram nelas um potencial para renovar o pensamento político da esquerda (CARESCHE, GUIBERT e SZYNKIER, 2014).

No ambiente acadêmico, o grupo de pesquisadores mais proativo na produção e divulgação das ideias decrescentistas atualmente parece ser o grupo de economistas ecológicos atuando na *Universitat Autònoma de Barcelona*, liderada por Joan Martínez-Alier.

2.2.2.4 Publicações e presença acadêmica

As publicações em periódicos científicos sobre o tema começaram em torno de 2010 (dois anos após a primeira conferência em Paris) . No decorrer do ano de 2015, foi realizada uma revisão dos artigos pelas Bases de Dados *Science Direct* e *Capes*. Essa revisão evidenciou que as revistas que publicam sobre o tema são principalmente: *Ecological Economics*, *Journal of Cleaner Production (JCP)* e *Futures* (cada um desses já dedicou pelo menos uma edição especial ao decrescimento e totaliza mais de 80% dos artigos sobre o assunto).³⁵

Dentro de um universo de 88 artigos pré-selecionados, entre 2010 e 2015, 48 foram a priori avaliados como bastante relevantes. Outros artigos indexados foram encontrados em outros números desses e de outros periódicos.

Há uma predominância de economistas e pesquisadores da Europa na autoria desses artigos, principalmente da *Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)* onde se concentram hoje os economistas críticos da Economia Ecológica – equipe composta por Joan Martínez-Alier e seus seguidores, pesquisadores mais jovens originários da Europa principalmente (SCHNEIDER et al., 2010; KALLIS et al., 2012; D’ALISA, DERIU e DEMARIA, 2015). São eles que publicam mais abundantemente – nas revistas citadas previamente – e que organizam os diversos *workshops* e conferências na área.

A primeira ‘conferência sobre decrescimento para sustentabilidade ambiental e equidade social’ aconteceu em Paris em 2008, onde nasceu sua Declaração (RESEARCH & DEGROWTH, 2010). Desde então, houve quatro conferências internacionais, bianuais (Barcelona em 2010, Veneza em 2012, Leipzig em 2014 e Budapeste, em 2016) e em 2018, estão previstas três conferências a serem realizadas em Bruxelas e Malmö, na Europa, e pela primeira vez uma conferência na América Latina, na cidade de México. Percebe-se um aumento na frequência a essas conferências - 3.000 participantes em Leipzig em 2014 -, o que demonstra uma adesão crescente, aparentemente, pelo menos por parte da comunidade científica (DEGROWTH, s.d.).

³⁵ No momento da consulta, o *Journal of Cleaner Production* e o jornal *Ecological Economics* tinham publicado 30 artigos cada um sobre o tema (nos seus números especiais 18, de 2010 e 38 de 2013; e no número especial 84 de 2013, respectivamente); no número 44, de 2012, do periódico *Futures* tinham sido publicados 14 artigos.

Um dos principais temas em discussão continua sendo a crítica à técnica e seus impactos. Entre as chamadas tecnologias sustentáveis (*‘soft technology’*, *‘alternative technology’*, *‘green technology’*), continua se questionando o otimismo tecnológico e tentam-se definir opções de tecnologias apropriadas e conviviais, na perspectiva decrescentista (NIERLING, 2014; VETTER, 2017).

2.3 O decrescimento nos países do Sul

No hemisfério Sul, a crítica ao modelo de desenvolvimento ocidental – sofrido mais do que beneficiado – não é novidade e várias vezes já se manifestaram. Tentaremos apresentar a seguir umas correntes - de vida e de pensamento – vindas dos povos tradicionais da África, da Ásia e da América do Sul que poderiam servir como inspiração e aportes para as estratégias de decrescimento.

No Brasil especificamente, alguns pensadores e críticos do desenvolvimento evidenciaram os limites do modelo de desenvolvimento brasileiro e sulamericano, mimético dos países centrais, tentaram identificar suas causas e questionaram o modelo de desenvolvimento imposto pelos países do Norte (SUNKEL, 1981; SUNKEL e PAZ, 1970). Eles reivindicaram a necessidade de novas opções, endógenas e culturalmente autônomas, que considerassem as peculiaridades regionais e os valores vernaculares. Nenhum deles poderia ser considerado como seguidor das ideias decrescentistas, provavelmente aparentemente radicais demais para um país em pleno desenvolvimento. Mas nos atentaremos um pouco aos aportes do economista Celso Furtado, que talvez seja o pensador brasileiro dessa época do qual seria interessante se inspirar para elaborar umas propostas decrescentistas à brasileira (pela sua forte crítica ao modelo central de desenvolvimento e sua sensibilidade e reivindicações culturais).

2.3.1 Ventos da África

No continente africano, podem ser notadas, antes de tudo, as tentativas infrutuosas de desenvolvimento imposto, à moda ocidental – e sobretudo europeia. Foi um mix entre uma continuidade de colonização e um ajuda externa fácil, querendo trazer “salvação” enquanto aniquilava os outros tipos de existência social (RIST, 1978).

Serge Latouche – que era no início de carreira um economista do desenvolvimento e passou vários períodos na África – assinalou que as palavras ‘desenvolvimento’, ‘progresso’ ou ‘crescimento’ não existem nos idiomas vernaculares locais. Por exemplo, a palavra desenvolvimento foi traduzida por uma palavra que significa ‘a voz do chefe’ em wolof, língua de África ocidental, enquanto na sua língua eton os cameroneses a traduzem pelo ‘sonho do branco’ (LATOUCHE, 2016, p.44). Em contrapartida, as línguas africanas possuem outros termos, específicos e com uma visão ampliada - a palavra *Ubuntu*, usada principalmente no sul da África, e a palavra *bamtaare* (em pulaar) – que remetem aos conceitos de humanidade e solidariedade, entre outros.

A concepção do mundo *ubuntu* se baseia no espírito do dom e insiste na interdependência dos seres humanos – os vivos, os mortos-vivos (os ancestrais) e os que nasceram triade que compõe a comunidade - e com o cosmos como um todo³⁶. (RAMOSE, 2015 ; LATOUCHE, 2016, p.46)

Segundo Thierno Ba, *bamtaare* poderia ser traduzido por:

“o *Bamtaare* resulta de um movimento em conjunto de todos, onde cada passo para frente chama outro no sentido da marcha. [Para nós], representa o bem-estar econômico e social harmonioso e equilibrado que procura atingir uma comunidade fortemente enraizada na sua solidariedade, onde cada um dos membros encontra seu lugar e sua realização pessoal” (USE, [2010?]).³⁷

O *ubuntu* e o *bamtaare* fornecem fundamentos filosóficos para desenvolver um imaginário diferente do imaginário do crescimento.

2.3.2 Ventos da Ásia

Os ventos da Ásia nos trazem vozes famosas como a do economista Amartya Sen (de origem indiana, embora vivendo e lecionando nos EUA) e a de Vandana Shiva. Podemos também considerar as ideias do iraniano Majid Rahmena que estudou o tema da pobreza.

³⁶ Esse conceito foi universalizado, tanto por Nelson Mandela quanto por Desmond Tutu, para lutar contra o Apartheid. “Uma pessoa com Ubuntu está aberta e disponível para outros, apoia os outros, não se sente ameaçada quando outros são capazes e bons, baseada em uma autoconfiança que vem do conhecimento de que ele ou ela pertence a algo maior e é diminuída quando os outros são humilhados ou diminuídos, quando os outros são torturados ou oprimidos.” (DIAGNE, 2014).

³⁷ Thierno Ba é responsável por uma ONG senegalesa sobre o rio, a *Union pour la Solidarité et l’Entraide* (USE). Embora o documento da USE – relatório de programa em curso, aparentemente – não esteja datado, presume-se que é de 2010, já que contém balanço de atividades do ano de 2009.

Amartya Sen é conhecido pela sua crítica o utilitarismo e por ter criado o Índice de Desenvolvimento Humano.³⁸ Também aborda o tema do desenvolvimento com um olhar crítico, comparando as realidades indiana e norte-americana, e assim evidenciou a importância de preservar suas liberdades e suas “capacidades”, mais importantes que o poder aquisitivo (SEN, 2009, p.231; 1999).

Vandana Shiva é uma das figuras de proa dos ecologistas e dos altermondialistas em nível mundial, principalmente pelo seu posicionamento de defensora da agricultura de pequeno porte e biológica, contra a agricultura industrial e a política de expansão das multinacionais agroalimentares. Ela denuncia os efeitos perversos da silvicultura comercial reducionista, da engenharia genética e do agronegócio, os quais consideram a biodiversidade como “erva-daninha”, substituíram safras inteiras do Terceiro Mundo, e ignoraram totalmente os saberes autóctonos considerados como anticientíficos. Ao instaurar monoculturas de eucalyptos por exemplo – “pelo mito de seu crescimento rápido e de sua grande produtividade” – afetou-se o ciclo da água de regiões áridas da Índia. Esse e outros exemplos são os argumentos que Vandana Shiva usa para demonstrar a insustentabilidade das monoculturas e dos Organismos Geneticamente Modificados impostos aos campos indianos, e evidenciar os absurdos que causam impactos ambientais e sociais enormes – como “epidemias de suicídios de agricultores hindus (SHIVA, 2003; 2013).

Antes dela, Gandhi e Kumarappa foram à origem da chamada ‘economia da permanência’, ou economia gandiana, promovida por eles mesmos nos anos 40. Esta visava a promover o ‘khādi’ – o saber e técnicas tradicionais indianos, assim como o ensino dos artesanatos antigos, para alcançar a autosuficiência e erradicar a pobreza. Essa iniciativa foi derrubada pela ascensão ao poder de Nehru que teve uma visão e um governo mais desenvolvimentista, no sentido convencional (industrialização e desenvolvimento urbano) (CORAZZA e VICTUS, 2015). Mas a partir dos anos 1960, movimentos sociais conseguiram ‘fazer reviver’ essas ideias gandianas e disseminá-las em espaços rurais – pela capacitação no pensamento científico, em línguas locais, e pelo desenvolvimento de tecnologias apropriadas para melhorar as atividades produtivas

³⁸ Jean Gadrey, no momento da entrevista, me explicou que Amartya Sen tinha por ideia criticar a unilateralidade do Banco Mundial e do FMI sobre o crescimento, ou seja, fez uma crítica ao PIB (por ser um conceito de excessivamente dominante), mas não tinha uma objeção específica ao crescimento.

tradicionais – almejando a emancipação dos trabalhadores indianos mais necessitados (PANSERA e OWEN, 2018, p.5-7).

Sobre pobreza e potência

Vale mencionar a percepção e a contribuição do iraniano Majid Rahnema, que diferenciou a miséria da pobreza e homenageia a potência dos pobres, que os resguarda da miséria:

Se tivesse que explicá-lo em poucas palavras, por numerosas razões pessoais, tive a sorte desde minha mais terna juventude de encontrar-me com pessoas que viviam com muito poucos pertences materiais, mas que me revelaram todas as riquezas de um bem-estar feito de simplicidade e de alegria compartilhada. E quanto mais penetrava nos meios bem estantes que compunham meu entorno profissional, mais descobria o contraste entre a plenitude simples de alguns e a pesadez vazia de aqueles que buscavam impressionar-me com suas “riquezas. Ainda não tinha descoberto Spinoza para poder formular o que me fez compreender mais tarde: que a alegria e a felicidade de viver que me atraíam nas pessoas que amava vinham sobretudo do estado de sua potência, esta força indestrutível que cada ser humano tem de seu Deus ou de sua Natureza e da qual ele é um atributo. E que esta potência não tem nada a ver com o dinheiro ou a posição social de um indivíduo, somente com sua capacidade natural de sempre deixar a razão guiar seu desejo. E quanto mais avançava com esta convicção, mais me dava conta do que todos nós, eu inclusive e em primeiro lugar, perdíamos cada vez que um ser humano é diminuído na sua força potencial de aportar mais felicidade e beleza ao mundo que nós é comum (ROBERT e RAHMENA, 2008, p.16, tradução nossa).

[...]

A miséria é a perda de esta potência interior que Spinoza chamava *Potentia*. Ataca preferencialmente as pessoas, ricas ou pobres, que têm internalizado os conceitos modernos de riquezas e de valores econômicos. Constatei que há uma espécie de regra que enunciaria assim: as “riquezas” das quais vivem os ricos, aquelas que meus ancestrais Rumi chamaram, “essas riquezas mortas que atraem os necrófilos”, certamente lhes dão poder, mas quanto mais exercem este poder para acumular novas Riquezas, mais se reduz sua potência de atuar, *su potentia*. Então é nesse momento que caem em outras formas de miséria. a alegria que vem de uma *potentia* alcançada raramente é compatível com a apropriação de “bens” que causam dano ao próximo (ROBERT e RAHMENA, 2008, p.32, tradução nossa).

É essa “potência” exatamente (o que Spinoza chamava de *Potentia*) que é o poder que os pobres têm para escapar à miséria, enquanto conservarem esta potência interior.

A título de exemplos – de como certas comunidades foram “miserabilizando”, podemos citar o caso de mulheres peruanas e filipinas que Majid Rahnema e que Serge Latouche (LATOUCHE, 2016, p.157) aproveitou também:

As Peruanas só conheceram a miséria a partir do momento em que foram despossuídas de seu saber e de suas técnicas de conservação das variedades locais de batatas. A mesma miséria apareceu nas Filipinas no dia em que as mulheres que cultivavam arroz e milho foram obrigadas a preparar flores cortadas para a exportação ou, por defeito, de escolher o caminho mais ‘rentável’ da ‘indústria do sexo’. (ROBERT e RAHMENA, 2008, p.239, tradução nossa).

Isso nos remete às denúncias feitas por Vandana Shiva ao falar das mulheres em áreas rurais da Índia e de países vizinhos. Como escreveu Serge Latouche, “este combate para o direito dos povos a alimentarem-se por eles mesmos é um elemento importante do projeto do decrescimento” (LATOUCHE, 2016, p 181).

Podemos também nos inspirar do antropólogo norte americano Marshall Sahlins³⁹, ao qual vários pensadores fizeram referência quanto à pertinência de suas interpretações das sociedades primitivas (principalmente ‘do Sul’). Jean Baudrillard, por exemplo, se apóia nele para nos dizer que as sociedades de abundância não são as sociedades modernas - como poderíamos pensar a priori, infirmando assim ideias de senso comum que no paleolítico, se vivia na pobreza, e que foi com o advento da era moderna que conhecemos a riqueza:

A ‘imprevidência’ e a ‘prodigalidade’ coletivas, características das sociedades primitivas, são o signo da abundância real. Nós só temos os signos da abundância. buscamos, sob um gigantesco aparelho de produção, os signos da pobreza e da escassez. Mas a pobreza não consiste, nos diz Sahlins, nem numa quantidade escassa de bens, nem simplesmente numa relação entre fins e meios: ela é antes de tudo uma relação entre os homens. O que funda a ‘confiança’ dos primitivos, e que faz que vivam com abundância mesmo na fome, é finalmente a transparência e a reciprocidade das relações sociais. É o fato de que nenhuma monopolização, qualquer que seja, da natureza, do solo, dos instrumentos e dos produtos do ‘trabalho’, venha bloquear os intercâmbios e instituir a pobreza. Nada de acumulação, que sempre é a fonte de poder. Na economia do dom e da troca simbólica, uma quantidade escassa e sempre finita de bens basta para criar uma riqueza generalizada, já que estes passam constantemente de uns para outros. A riqueza não é fundada nos bens, mas na troca concreta entre as pessoas (BAUDRILLARD, 1970, p.90-92, tradução nossa).

E de complementar:

É essa dialética concreta e relacional da riqueza que encontramos novamente invertida, como dialética da penúria e da necessidade ilimitada, no processo de concorrência e de diferenciação características de nossas sociedades civilizadas e industriais. Lá onde cada relação, na troca primitiva, agrega à riqueza social, cada relação social, nas nossas sociedades ‘diferenciais’, agrega à falta/carência individual, já que cada coisa possuída é relativizada com relação aos demais (na relação primitiva, é valorizada pela relação com os outros).

³⁹ Jean Baudrillard faz referência ao artigo “*La première société d’abondance*”, de Marshall Sahlins, que saiu na revista *Les Temps Modernes* (nº268) em outubro de 1968.

Assim não é paradoxal dizer que nas nossas sociedades afluentes a abundância está perdida. [...] No lugar da prodigalidade, temos o ‘consumo’, o consumo forçado à perpetuidade, irmão gêmeo da escassez. É a lógica social que fez conhecer aos primitivos a ‘primeira’ (e a única) sociedade de abundância. É nossa lógica social que nos condena a uma escassez luxuosa e espectacular (BAUDRILLARD, 1970, p.92, tradução nossa).

Jean Baudrillard e Marshall Sahlins evidenciam a importância das relações de troca nas sociedades primitivas, e a existência do dom – cuja importância foi salientada pela tríplice obrigação do dar, receber e retribuir apresentada na teoria da dádiva proposta por Marcel Mauss (MARTINS, 2005; MAUSS, 1924) - como base das relações humanas e de confiança.

2.3.3 O *buen vivir* e a reciprocidade andinos

Buen vivir

Assim como na África ou na Ásia, em alguns saberes indígenas, não havia ideia análoga à do desenvolvimento tal como os ocidentais a exportaram. Os elementos precursores do *buen vivir* se encontram nas concepções dos povos indígenas dos Andes – Perú, Bolívia e Equador – que os aplicam como cultura de vida.

O *buen vivir* defende a diversidade dos saberes, não reconhece a dualidade entre sociedade e natureza e prefere a “noção de “comunidades expandidas”, que podem incluir diversos seres vivos ou elementos do meio ambiente tomados no seus contextos territoriais”, rompendo com a posição antropocêntrica ocidental. O *buen vivir* é um conceito plural – melhor seria falar de “bons viveres” ou “bons conviveres” – referente a cada contexto histórico, social e ambiental particular. Que seja o ‘sumak kawsay’ em Ecuador (do kichwa) ou ‘suma qamaña’ na Bolívia (em aymara), ele expressa a sensibilidade da comunidade em questão, com a ideia de bem-estar ou de vida cumprida/realizada, que só pode sê-lo através do aprofundamento das relações dentro da comunidade (no sentido de comunidade expandida) (GUDYNAS, 2015).

O *buen vivir* também se baseia em correntes críticas de pensamentos próprias à tradição ocidental, como o ecologismo e o novo feminismo. Não há uma única visão e não sintetiza uma proposta monocultural, plenamente desenvolvida: “não pretende assumir o papel de um mandato global, mas sim ajudar a desarmar o progresso em sua

manobra produtivista e o desenvolvimento como direção única”, deixando a cada país a missão de encontrar seu caminho (ACOSTA, 2014, p.213).

No Equador e na Bolívia, por exemplo, o *buen vivir* se tornou um princípio constitucional, em 2008⁴⁰ e em 2009, respectivamente.

O tema do *buen vivir* hoje é defendido – e aproveitado – por vários outros movimentos para promover a mudança de paradigma, inclusive pelos decrescentes.

Para o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o *buen vivir* poderia constituir uma alternativa ao desenvolvimento na América Latina :

O *buen vivir* propõe olhar a vida em todas as suas dimensões econômica, cultural, social, espiritual, ambiental, para que se repense o modelo de mundo. Não refiro só o mundo capitalista ocidental patriarcal da modernidade europeia, que produziu coisas extraordinárias mas cuja devastação é cada vez mais visível (ESCOBAR, 2017).

Reciprocidade

Da vida em comunidade surge um valor cultural andino - a ‘*minga*’ - que de acordo com o *Diccionario de la Real Academia de la Lengua*, vem do quíchua *mink'a* e significa “*Reunión de amigos y vecinos para hacer algún trabajo gratuito en común*” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2017). Além da *minga*, existem outras “práticas de reciprocidade como a *maquipurarina*⁴¹, *maquimañachina*⁴², *ranti-ranti*⁴³, e *uniguilla*⁴⁴ - que são parte de uma cosmovisão dos povos andinos” (TORRE, 2004).

⁴⁰ Na constituição equatoriana de 2008, “*Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantiza la sostenibilidad y el buen vivir, sumak kawsay.*” *E ainda: Será responsabilidad del Estado: [...] “Promover la generación y producción de conocimiento, fomentar la investigación científica y tecnológica, y potenciar los saberes ancestrales, para así contribuir a la realización del buen vivir, al sumak kawsay”* (ECUADOR, 2008).

⁴¹ *Maquipurarina* significa conjugar las manos para hacer un trabajo que beneficie a varios, uniéndose entre los mismos o iguales. A través de este compromiso se puede ayudar en cualquier trabajo que no involucra necesariamente a toda la comunidad como en el caso de la *Minga* (TORRE, 2004, p.31).

⁴² *Maquimanachina* significa prestarse las manos y equivale a una ayuda que la familia, los amigos o los compadres ofrecen a quien la requiere para la continuación de sus actividades (Ibid. p.32).

⁴³ En el “*Ranti - Ranti*”, a diferencia del trueque puntual y único que se da en algunas economías mestizas, el intercambio forma parte de una cadena que da pie a una serie interminable de transferencias de valores, productos y jornadas de trabajo. Si alguien me comparte las primeras cosechas de granos tiernos, (ahí comienza quizá la cadena interminable), al recibir adquiero la obligación de devolver luego con algún otro producto de mi propia cosecha (Ibid. p.33).

⁴⁴ La *Uniguilla* es otra forma de intercambio entre productos de una y otra zona. La *Uniguilla* no tiene que ser necesariamente entre familiares (reales o ficticios), están de por medio las complementariedades de las producciones de los diferentes pisos ecológicos, ya sean estos productos agrícolas, pecuarios o artesanales. Esta práctica permite diseminar e intercambiar los diferentes productos con otras zonas, lo

2.3.4 A busca por outro modelo de Celso Furtado

Conforme comentado por Emilio Lèbre La Rovere em um momento da entrevista, no livro “Teoria e política do desenvolvimento econômico” de 1967⁴⁵

Celso Furtado compara o desenvolvimento econômico ao crescimento de uma pessoa: um adulto não é uma criança maior, há uma mudança estrutural. O estruturalismo econômico é isso: não é só uma questão de quantidade, mas também há qualidade do crescimento econômico. [...]

Naquela época, era para promover a industrialização através do estado reformador: para dizer que não bastava ficar no modelo primário-exportador, produzindo commodities e exportando, como essa era a ideia de outros no Brasil (LA ROVERE, 2017).

Celso Furtado é conhecido por suas análises, na linhagem dos pensadores cepalinos, visando a incentivar um desenvolvimento endógeno que permita romper com a lógica de dependência dos países periféricos (do Sul) para com os países do centro (do Norte). É conhecido pelas suas propostas desenvolvimentistas e seus incentivos à criatividade e independência para com os modelos impostos (FURTADO, 1978). Outro aporte importante foi a reflexão e a ligação entre desenvolvimento e cultura (no sentido amplo do termo cultura, tanto pela sua cultura própria, vinda de suas origens e história, quanto pelo acesso à cultura – conhecimento e artes). Rosa Freire d’Aguiar Furtado lembrou:

(Celso Furtado) costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem – corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade (FURTADO, 2012, p.9).

Em 1984, durante o primeiro Encontro Nacional de Política Cultural, Celso Furtado encerrou seu discurso da seguinte maneira:

A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça. Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coartada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nossa cultura. (FURTADO, 1984, p.41).

que ayuda enormemente a tener, durante todo el año, todos los productos que balancean la dieta diaria de las familias (Ibid. pág. 34)

Embora não tenha demonstrado preocupação com os impactos ambientais das possíveis opções de desenvolvimento, em um de seus últimos livros podemos ler:

A ideia de que pode haver crescimento sem desenvolvimento sempre esteve no centro de minha reflexão teórica.

Hoje, faço uma reflexão complementar: o desenvolvimento dos países que estão na vanguarda do progresso tecnológico também parece haver tomado uma direção errada, que leva a outro tipo de bloqueio. Há mais de vinte anos já me parecia claro que a entropia do universo aumenta, isto é, que o processo global de desenvolvimento tem um considerável custo ecológico. Mas só agora esse processo se apresenta como uma ameaça à própria sobrevivência da humanidade.[...] Generalizar esse modelo para toda a humanidade, o que é a promessa do chamado desenvolvimento econômico, seria apressar uma catástrofe planetária que parece inevitável se não mudar o curso desta civilização (FURTADO, 2002, p.78).

2.3.5 O tema do decrescimento no Brasil atual

Nos países do Sul ou ditos ‘em desenvolvimento’, ‘crescer tem um sentido mítico civilizatório’ e é difícil propor outro caminho a não ser o do crescimento para visar a evolução. No caso brasileiro especificamente, é marcado e reforçado pelo lema positivista da bandeira nacional – Ordem e Progresso – e se traduziu por políticas desenvolvimentistas – ou seja crescentistas -, tanto por governantes de direita quanto de esquerda.⁴⁶ É comum pensar que o decrescimento não pode se aplicar no Brasil, que a ideia “não funciona”, mas essa contribuição teórica, vinda da Europa, convida a pensar o que seria “a ideia de decrescer no Brasil” (MILANEZ, 2016, p.9 e 10).

Os primeiros sinais de adesão aconteceram em 2012 à ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 , quando foi lançada a Rede Brasileira pelo Decrescimento Sustentável. Esta rede, e outras fundações militantes, tentam difundir os princípios, as ideias e as práticas relativas ao decrescimento para provocar essa reflexão (VIANNA, 2015). O senador Cristovam Buarque fala em decrescimento desde 2010 e conseguiu fazê-lo entrar na pauta das audiências públicas da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, do senado federal (BOCATTO-FRANCO, 2012; BORTOLOTTI, 2010).

⁴⁶ Tanto governos de direita neoliberal, como o de Fernando Henrique Cardoso como do centro-esquerda dos governos Lula e Dilma, implementaram Programas cuja principal meta era um crescimento acelerado (Avanço Brasil e Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) 1, 2 e 3).

Na paisagem acadêmica, o movimento teve adesão no país - notadamente no Universidade Nacional de Brasília, na Universidade Federal de Campinas, ou na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por exemplo. Mas esse interesse pelo tema, em diversas universidades do país, ocorre a título individual, não institucional - o que parece normal já que o decrescimento é um tema relativamente recente que ainda não se consolidou como uma 'escola' em si. Cada um divulga e promove pesquisas nessa linha, segundo sua abordagem - via estudos emergéticos aplicados à produção alimentar, para Enrique Ortega na Unicamp (NAKAJIMA e ORTEGA, 2015; 2016; AGOSTINHO e ORTEGA, 2012; CAVALETT e ORTEGA, 2009; ORTEGA, 2004); via uma abordagem histórica e educacional, para Carlos Alberto Pereira Silva (PEREIRA SILVA, 2016; 2011), por exemplo. Podemos sublinhar também as numerosos publicações, eventos e entrevistas realizadas pelo Instituto Humanitas Unisimos (IHU), e as contribuições do Philippe Léna que - entre o Brasil e a França - consegue agregar as contribuições de vários intelectuais brasileiros e franceses para publicar livros atualizados e de referência sobre o tema (LÉNA e PINHEIRO DO NASCIMENTO, 2012; ISSBERNER e LENA, 2017).⁴⁷ A objeção de crescimento e a busca por outros modelos de desenvolvimento não se limita à corrente do decrescimento, vários outros estudiosos e iniciativas - da economia ecológica ou do ecossocialismo, por exemplo - poderiam ser considerados nesse breve levantamento. Mas a proposta nesse momento é identificar o núcleo decrescentista, especificamente.

Nesse levantamento bibliográfico, nosso propósito foi consultar e tentar captar várias ideias do discurso dos pensadores, sejam eles decrescentes declarados ou relacionados ao tema por outra abordagem, ou ainda críticos do desenvolvimento ocidental e promotores de práticas tradicionais do Sul. Uma tentativa de 'racionalização' dos vários conceitos encontrados resultou numa representação em espinhas de peixe, apresentada na Figura 2 a seguir.

⁴⁷ O livro "Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade", o qual organizou junto com Eimar Pinheiro do Nascimento, apresenta uma compilação de 24 textos de autoria principalmente brasileira e francesa.

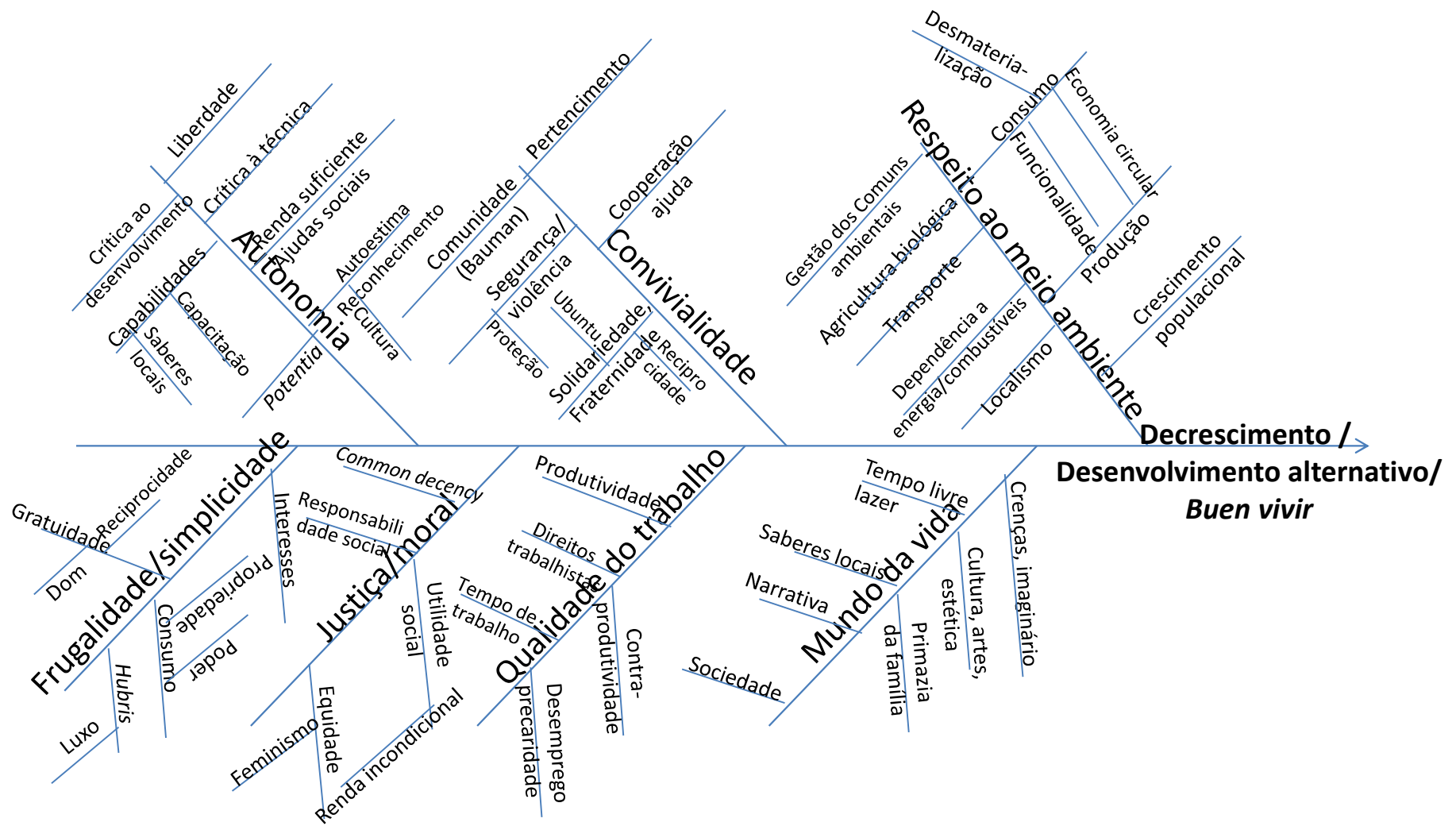


Figura 2 - Representação dos conceitos identificados, fruto da revisão da literatura (Corpus V0), preliminar às entrevistas. (Elaboração própria).

3 O DECRESCIMENTO EM DEBATE

3.1 Questionário e amostra das entrevistas de especialistas

Desde o início do percurso do doutoramento, existia a vontade clara de aproximar-me dos pensadores atuais dos temas do ‘campo do decrescimento’, para poder refletir sobre o estado-da-arte e o discurso mais atuais sobre o tema na França, e também para identificar e conhecer pensadores críticos, inspiradores e possíveis parceiros de trabalho futuros. Com este intuito, um contato foi estabelecido com Jean-Pierre Vanderlinden, líder do laboratório *Cultures, Environnements, Arctique, Représentations, Climat (CEARC)* da *Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines (UVSQ)*, quem tem uma experiência valiosa em pesquisa de campo em ciências humanas e sociais e ciências do meio ambiente. Durante um período de 15 dias, uma imersão com ele e sua equipe local permitiu apreender a técnica de entrevista direta para tal tipo de pesquisa, e pré-definir as possíveis pessoas a serem entrevistadas na França. O roteiro do questionário para entrevista foi elaborado com a orientação do professor Jean-Paul Vanderlinden. O foco foi tentar capturar o discurso de cada especialista.

Definição da lista de especialistas a serem entrevistados:

Além de Serge Latouche, que indicou três outros pesquisadores (Arnaud Diemer, Franck-Dominique Vivien e Sylvie Ferrari), a lista dos entrevistados potenciais foi complementada por nomes definidos junto com o professor Thibault Lescuyer, também colaborador do CEARC e jornalista. Os nomes pressentidos - Alain Caillé, Jean Gadrey, Bernard Stiegler, Agnès Sinaï - visavam a uma certa representatividade: o intuito era consultar especialistas de renome, com opiniões e abordagem possivelmente diferentes, já que representativos de diversas áreas do conhecimento: ciências econômicas, sociologia, filosofia, ciências ambientais. Finalmente, a amostra para entrevistas foi definida em função de dois critérios: sua pertinência, ou seja segundo a proximidade de cada entrevistado com o tema, e sua disponibilidade no período (dezembro de 2015). Foi assim que entre os dias 4 e 21 de dezembro foram entrevistados sete pesquisadores-chaves (quatro presencialmente em Paris, três por

telecomunicação via skype). Em junho de 2016, dois outros especialistas puderam ser entrevistados: Sylvie Ferrari, em Talence, e Fabrice Flipo, em Paris.

Quanto aos especialistas do Brasil, onde o tema do decrescimento conquistou poucos adeptos ainda, foram identificados em função de afinidades com o tema, pelas suas publicações e atuação em temas relacionados: pela atuação na rede de Economia Ecológica (Peter May e Enrique Ortega); ou por serem críticos do modelo de desenvolvimento dominante e dos impactos ambientais ao planeta, além de possuírem forte conhecimento e experiência do contexto francês também (Liz Rejane Issberner e Emilio Lèbre La Rovere); ou pela sua atuação na divulgação do movimento e das ideias do decrescimento no Brasil (Carlos Alberto Pereira Silva).⁴⁸

As duas tabelas abaixo apresentam a relação das pessoas entrevistadas e seu perfil (em função de sua especialidade digamos “principal”, digamos). No Apêndice C encontra-se uma breve apresentação de cada um deles.

Tabela 3 - Lista dos especialistas entrevistados na França (2015/2016)

#	Nome	Organização	Especialidade	Data da entrevista
1	Alain CAILLÉ	Univ. de Paris X Nanterre (prof. emérito); Jornal “ <i>Revue du Mauss</i> ”	Sociologia	04/12/2015 (presencial gravada)
2	Serge LATOUCHE	Universidade Paris-Sud (prof. emérito)	Economia	07/12/2015 (presencial, não gravada)
3	Franck-Dominique VIVIEN	Universidade de Reims	Economia	08/12/2015 (presencial gravada)
4	Jean GADREY	Universidade de Lille I (prof. emérito)	Economia	14/12/2015 (via skype gravada)
5	Bernard STIEGLER	Associação Ars Industrialis; Instituto de Pesquisa e Inovação (IRI)	Filosofia	16/12/2015 (presencial gravada)
6	Arnaud DIEMER	Universidade Blaise Pascal, Clermont Ferrand	Ciências Econômicas	21/12/2015 (via skype)
7	Agnès SINAÏ	Institut d’Études politiques Paris, Institut Momentum	Jornalismo; Ciências e política ambientais	21/12/2015 (via skype gravada)
8	Sylvie FERRARI	Universidade de Bordeaux, GREThA UMR-CNRS	Ciências econômicas	02/06/2016 (presencial)
9	Fabrice FLIPO	Instituto Mines-Telecom / Telecom École de Management	Filosofia	08/06/2016 (presencial gravada)

Fonte: elaboração própria

⁴⁸ O professor Carlos Alberto Pereira Silva atua em um laboratório transdisciplinar de estudos em Complexidade (Labtece) da Universidade Estadual da Bahia (UESB) onde promove palestras e debate sobre o tema do Decrescimento e onde já ministrou dois cursos de extensão transdisciplinar sobre o tema (“Introdução à cultura do decrescimento”, no segundo semestre de 2011, e “O que é decrescimento sustentável”, no segundo semestre de 2012).

Tabela 4 - Lista dos especialistas entrevistados no Brasil (2016/2017)

#	Nome	Organização	Especialidade	Data da entrevista
1	Peter MAY	UFRRJ; PPED do IE/UF RJ	Economia ecológica	10/10/2016 (via skype)
2	Enrique ORTEGA	UNICAMP	Economia ecológica	19/10/2016 (via skype)
3	Carlos Alberto PEREIRA SILVA	UESB/Labtece	História e educação	09/11/2016 (via skype)
4	Liz REJANE ISSBERNER	IBICT/UF RJ	Engenharia de Produção, TIC	24/01/2017 (presencial)
5	Emilio LÈBRE LA ROVERE	PPE/COPPE/UF RJ	Energia e Meio Ambiente	27/11/2017 (presencial gravada)

Fonte: elaboração própria

Roteiro da entrevista

Com a orientação do professor Vanderlinden, o roteiro da entrevista foi desenhado ao redor de três perguntas principais, seguindo essa lógica: uma primeira pergunta bem ampla, e duas perguntas em espelho visando a provocar uma reflexão dialética - conforme apresentado no Quadro abaixo. Cada uma das três questões foi dividida em perguntas mais detalhadas, para obter o máximo de detalhes.

Após uma breve introdução sobre o tema em pesquisa, a entrevista foi conduzida de maneira não-mandatária (as perguntas eram somente orientativas), segundo um questionário semi-estruturado: o objetivo era levar os entrevistados a falarem livremente sobre a visão que têm das propostas do decrescimento, para poder capturar seu discurso, com seu vocabulário próprio. Cada entrevista durou em torno de uma hora.

Tabela 5 – Quadro de perguntas macro para entrevistas de especialistas.

<p><u>Questão 1: Esclarecimento dos conceitos</u></p> <p>A primeira grande pergunta visa o esclarecimento dos conceitos (como se o entrevistador não conhecesse nada do tema):</p> <p><u>Questão 2. Composta por duas perguntas « em espelho »:</u></p> <p><u>Q2.1. (O que o especialista entrevistado pense pessoalmente sobre algo em relação com a primeira pergunta)</u></p> <p><u>Q2.2. (O que o especialista pensa sobre o que OUTROS (especialistas ou não) podem pensar sobre os mesmos temas)</u></p> <p><u>Questão 3. Questão específica focada no indivíduo entrevistado (referente a seu histórico, seu projeto e suas publicações)</u></p> <p><u>Encerramento</u> (pergunta em aberto para que o entrevistado possa acrescentar qualquer coisa que julgue relevante – comentário referente ao contexto local por ex., ou indicar uma referência bibliográfica eventualmente – sobre o tema)</p>
--

Fonte: elaborado por Sandrine Cuvillier e Jean-Paul Vanderlinden (dezembro de 2015).

O questionário completo das entrevistas pode ser encontrado em Apêndice A em suas duas versões originais – um questionário em francês e outro em português. Há de se notar que o terceiro bloco de perguntas (Questão 3), mais específico a cada entrevistado, foi adaptado em função da especialidade ou da experiência de cada um.

A maioria das entrevistas foram retranscritas na sua integralidade, no idioma original (sete entrevistas em francês e duas em português) e foram enviadas conseqüentemente aos entrevistados para validação. Para as demais entrevistas, cuja gravação não foi possível ou não foi de qualidade suficiente para ser aproveitada, as anotações feitas durante as conversas foram transcritas. Ambos materiais - tanto as transcrições integrais quanto as anotações - estão apresentadas em Apêndice C e serviram como insumos para o trabalho de análise dos discursos dos especialistas.

Num momento posterior, conforme orientações e dicas informadas pelos especialistas entrevistados, buscou-se artigos ou documentos complementares referentes à própria produção ou atuação dos mesmos, o que permitiu complementar o levantamento bibliográfico e ter mais de informações sobre os exemplos empíricos comentados durante as entrevistas. Esses exemplos - projetos em curso ou em preparação - serão comentados futuramente no trabalho (Cap.5).

A partir desse material, realizou-se uma análise desses discursos (apresentada logo a seguir). Intentou-se:

- respeitar a fala de cada um, por isso as expressões serão retomadas tais como enunciadas, às vezes com repetição;
- extrair as visões e colocações originais de cada fala, para sublinhar as diferenças de pontos de vista e os vários ângulos e insumos que podem vir enriquecer o debate ao redor do decrescimento;
- perceber as convergências ou alinhamento entre os conceitos citados, visando a evidenciar linhas de pensamento em comum;
- levantar, como fruto das respostas à segunda pergunta (Q2.2 “quais os principais argumentos das pessoas refratárias/reticentes ao decrescimento? Quão difícil seria, ou em que medida seria possível, fazê-los aderir e convencê-los de intentar o experimento do decrescimento?”), as principais opiniões dos especialistas sobre os obstáculos e o potencial de aceitação às propostas do

decrescimento. Essas foram trazidas como insumo para a Discussão desse trabalho, no Capítulo 6.

A tabela em Apêndice B representa uma versão resumida e simplificada dessa análise das visões e das convergências das interpretações dos entrevistados, relacionadas com os conceitos-chave extraídos da revisão da bibliografia seminal e que surgiram nos discursos dos entrevistados. Nas transcrições apresentadas no Apêndice C, os trechos das testemunhas avaliados como mais relevantes foram identificados em negrito e reaproveitados diretamente no corpo do texto a seguir.

Por fim, o Corpus V0 dos conceitos, construído antes das entrevistas, foi revisado e complementado, originando uma representação em nuvem de conceitos (Corpus V1) apresentada no final deste capítulo.

3.2 Análise dos discursos dos entrevistados

3.2.1 Resistência em aderir totalmente ao “movimento” decrescentista

Ao analisar os discursos de cada entrevistado, buscaram-se os pontos de convergência e, por outro lado, as possíveis divergências e originalidades dos vários pensamentos. Foi surpreendente perceber que, além das afinidades que todos os entrevistados têm com as questões trazidas pelo debate do decrescimento, a grande maioria iniciou sua fala explicando que não são considerados, e não se consideram, como “advogados do decrescimento”: Jean Gadrey e Alain Caillé deixaram isso muito claro, por exemplo, e Bernard Stiegler se declarou oposto ao decrescimento, por exemplo. Embora se reconheçam e se qualifiquem como ‘Objetores de crescimento’, eles não querem se definir como defensores a 100% do decrescimento. Arnaud Diemer, por exemplo, disse que se aproximou das ideias do decrescimento, rapidamente, por uma ‘queda’ natural, mas complementa: “sempre com um olhar crítico. Eu gosto de não estar ‘no decrescimento’, mas sim olhar o que propõe, como faz evoluir as coisas, e quais tipos de respostas podem ser dadas”.

Serge Latouche e Fabrice Flipo, ao contrário, abraçam inteiramente a causa e querem aproveitar o lado contestatário e rebelde do movimento – carregado na ‘palavra-obus’, não amigável, “decrecimento” – para reivindicarem posições fortes para “uma mudança que precise ser radical”. No Brasil, Carlos Alberto Pereira Silva e Enrique

Ortega aderem completamente à filosofia do decrescimento e tentam divulgá-lo pela sua atividade. Agnès Sinaï e Sylvie Ferrari também podem ser consideradas como portavozes das ideias decrescentistas, embora participem também em outras correntes, digamos, menos radicais.

Embora se considerem ou não decrescentistas, na sua fala, todos são pensadores claramente opostos ao crescimento tal como acontecendo e perseguido hoje. Mesmo o mais reticente e até ‘dissidente’ quanto ao movimento do decrescimento, o filósofo marxista Bernard Stiegler, ao vislumbrar uma necessidade de crescimento negentrópico se opõe ao crescimento econômico atual.

Essa convergência é sublinhada pelo Serge Latouche que em 2005 já citava vários pensadores que reivindicavam essa afiliação (com certas matizes), de acordo com o programa proposto, só em desacordo sobre os termos usados (LATOUCHE, 2005, p.281).⁴⁹

3.2.2 Pontos de convergência

3.2.2.1 As definições e a nebulosa, ou constelação, do decrescimento

Segundo Jean Gadrey, o que ele chama a ‘objeção ao crescimento’ é simplesmente a ideia de que “é preciso orientar-se rumo a ‘menos’: consumir menos, produzir menos, sem abandonar objetivos de viver bem, de *buen-vivir*, para hoje e talvez ainda mais para amanhã”. E citando André Gorz, ele acrescenta: “menos, porém melhor”. Para Arnaud Diemer, “o decrescimento é um modelo de a-desenvolvimento, que questionava a maneira de pensar o desenvolvimento econômico”; há “fortes ligações entre desenvolvimento sustentável, decrescimento e ecologia política”, apresentando assim “uma crítica do modelo capitalista, do modelo liberal”.

Quase todos os entrevistados fizeram referência – de maneira mais ou menos direta e mais ou menos forte – à diversidade de origens e de leituras do decrescimento. A leitura mais comum seria a do surgimento do movimento pela vertente ecologista (dos *Nature writers* como disse Arnaud Diemer) e materialista ou tecnicista. Franck-Dominique

⁴⁹ Serge Latouche fala de « Alain Caillé, Jean-Marie Harribey, René Passet, Alain Lipietz e muitos outros », que se consideram como aderentes às ideias do decrescimento, “embora com algumas matizes”. (LATOUCHE, 2005b).

Vivien e Arnaud Diemer não deixaram de sublinhar a “segunda perna” do decrescimento: a crítica culturalista da economia, ou corrente contestatária do capitalismo, que diz respeito a “uma espécie de filosofia política e social” (na qual se inserem Jacques Ellul, Ivan Illich e André Gorz, e agora Serge Latouche, segundo Arnaud Diemer e Franck-Dominique Vivien). De fato, essa vertente de “crítica forte da sociedade” foi a primeira entrada do decrescimento, e a dimensão ambiental veio bem mais tarde.

Nas palavras de Enrique Ortega, “o decrescimento é um projeto político, cultural e ecológico; [...] é uma mudança de rumo da civilização para adotar modos de produção e consumo realmente sustentáveis”, e não pode ser confundido com recessão.

Para Serge Latouche, “o decrescimento não é uma alternativa mas sim uma matriz de alternativas”. Da mesma forma, Franck-Dominique Vivien explicou que sua motivação inicial principal quando se interessou pelo tema era de entender o que podia ser “essa nebulosa, esse mundo do decrescimento”, que abrange coisas diversas oscilando entre aspectos muito técnicos, “engenhariais” (falando em consumos energéticos e materiais, e em emissões), e entre “o que representaria um Serge Latouche, uma espécie de filosofia política, onde tratar-se-ia de indivíduos que se organizassem socialmente de maneira diferente e tentassem produzir, consumir e compartilhar diferentemente”, da sociedade moderna capitalista. Franck-Dominique Vivien já conhecia a “perspectiva naturalista” do economista Georgescu-Roegen, e depois descobriu a segunda abordagem que é a “crítica culturalista”, na qual se insere Serge Latouche, segundo ele. Arnaud Diemer, que foi colega de Franck-Dominique Vivien nos anos 90, também “entrou [no tema do decrescimento] pela questão ambiental, mas [explicou] que na época, as pessoas que trabalhavam nisso tinham uma entrada social – de desenvolvimento ou a-desenvolvimento – já que para muito, o decrescimento era uma opção para sair dos modelos de desenvolvimento econômico.” Enquanto Franck-Dominique Vivien qualificou de ‘nebulosa’, Jean Gadrey chamou de ‘constelação’ essas ideias que se referem à objeção do crescimento.

Para Jean Gadrey, as preocupações ecológicas tampouco eram as principais na crítica inicial, embora hoje passaram a sê-lo. Lembrando o jornal mensal *La décroissance* que nasceu de um movimento antipublicidade, ele especificou que o “tema principal focava nos danos do consumerismo, da adição ao consumo”.

Para Fabrice Flipo, existem “cinco correntes – que também correspondem às origens - do decrescimento: ecologista, bioeconômica, antropológica, democrática e espiritual” (FLIPO, 2015). Mas de maneira pragmática, no início da entrevista, ele definiu o decrescimento como: “uma corrente de pensamento, e possivelmente um movimento também, que pensa que o decrescimento do PIB é uma opção interessante e a ser explorada para a nossa situação”. Sublinha que é diferente do pós-crescimento, que não considera o decrescimento do PIB; ou seja, o decrescimento expressa algo preciso, sem fugir de dizer que as consequências de uma mudança de padrões, rumo a um ‘desenvolvimento sustentável de fato’, seriam um decrescimento do PIB.

A jornalista Agnès Sinaï também considera que há múltiplas definições possíveis e confessa que ela mesmo se inscreve na linha castastrofista dos decrescentistas. Segundo ela, trata-se da :

Inevitável descida/queda material do mundo em razão dos limites dos recursos e dos limites do espaço atmosférico: o decrescimento é uma forma de descida/diminuição energética e material inevitável. Eu me apoio no Nicholas Georgescu-Roegen, quem para mim é a referência sobre o tema. Por isso penso que o decrescimento é antes de tudo um processo físico, ligado à entropia. [...] Ao mesmo tempo, é uma questão material ligada à entropia, e uma necessidade política de compartilhar o que sobra de recursos para evitar um tipo de caos e proteger a democracia; para evitar a barbárie em período de risco de colapso devido à rarefação de recursos e aos impactos do aquecimento global. Para mim, o decrescimento é uma política da catástrofe. (SINAÏ, 2015).

O professor Carlos Alberto Pereira Silva baseia-se nos verbos -“perenizar, reencantar, reduzir, etc. – para compor a matriz do *buen-vivir*, definidos por antinomia aos verbos - “apreçar, apressar e descartar” da matriz “convencional” desenvolvimentista.

Emilio Lèbre La Rovere também sublinhou o fato do decrescimento ser decorrente de várias escolas e possuir “várias vertentes e vários níveis”. Foi o único a resgatar a crítica anterior um pouco neomalthusiana – que leva em conta a variável do problema populacional.

Franck-Dominique Vivien, Arnaud Diemer e Sylvie Ferrari são estudiosos de Georgescu-Roegen, e na fala respectiva de cada um, pude perceber esse alinhamento para criticar questões essenciais de modelos de produção. Arnaud Diemer explicou que o início de sua aproximação com o tema do decrescimento foi após um colóquio sobre Georgescu-Roegen, e junto com seus pares, começou a se interessar por “questões de

produção - modos e processos de produção”, porque já tinham um olhar crítico frente ao modelo econômico padrão. Até chegar ao questionamento central que seria : “Como, em teoria, mas também em prática, pode-se definir modos de produção e modos de consumo mais qualitativos?”

Por fim, Jean Gadrey disse: “um dos principais interesses desta corrente é de levar a pensar sobre uma dupla alienação: a alienação pelo consumerismo e a alienação pelo trabalho subordinado.” Ou seja, o decrescimento representa uma contribuição pertinente ao “pensamento da alienação ligada ao ‘sempre mais’, tanto do lado da produção quanto do consumo.”

3.2.2.2 Os conceitos-chave do decrescimento

3.2.2.2.1 Da crítica à hùbris, da limitação e da sobriedade

Alain Caillé falou repetidamente da hùbris e do descomedimento como fonte do problema. Serge Latouche também opôs ao decrescimento a ilimitação e o descomedimento, que ele identifica como o núcleo central da Modernidade: “em nome da liberdade, destroem-se florestas, por exemplo”. Na mesma linha, Agnès Sinaï e Sylvie Ferrari preconizam uma ‘autolimitação’ do consumo de bens e serviços, de energia gasta individualmente. Isso demanda que cada um faça certas escolhas, mas mantendo a liberdade de escolha, e que se lute contra a obsolescência programada, contra o consumo excessivo, optando por bens compartilhados e de menos impacto energético, por exemplo. Essa sobriedade, com liberdade, até poderá ser ‘feliz’, como sublinhou Jean Gadrey ao assinalar que esse tipo de adjetivo com frequência vem acolado aos conceitos de “simplicidade, frugalidade e sobriedade”, que para ele seriam os conceitos que primeiro lhe vêm em mente pensando no decrescimento.⁵⁰

Arnaud Diemer também apontou a SOBRIEDADE como um dos princípios-chave, talvez em segunda posição depois da CONVIVIALIDADE (e seguido pelo

⁵⁰ Jean Gadrey referiu-se a Patrick Viveret, filósofo francês, altermondialista, quem é diretamente vinculado ao movimento do decrescimento. Além de ter trabalhado sobre ‘outros indicadores de riqueza’ e na Economia Solidária, ele participa no movimento Sol e na rede da moeda complementar Sol (abreviação de Solidária).

questionamento sobre “o lugar e o papel da TECNOLOGIA na sociedade”), segundo ele.

Emilio Lèbre La Rovere chegou a falar na preconização de uma “austeridade” e na “crítica ao hedonismo prevalecente na sociedade industrial de consumo”, contida numa vertente do decrescimento. De fato, “mais não é melhor”, eis o discurso em que decrescentistas, e muitos outros pensadores, se apoiam.

Alain Caillé, por sua parte, no fim da conversa resumiu: “o inimigo principal é o que chamo o capitalismo rentista e especulativo, a especulação que é de fato a incarnação da *húbris* e do descomedimento que é horrendamente perigosa, e que na escala planetária traz uma bagunça generalizada”.

3.2.2.2.2 Da crítica ao produtivismo

Sob o ângulo da produção, “o conceito-chave seria a crítica ao produtivismo”, conforme insistiu Jean Gadrey. Esse conceito refere-se à denúncia dos “danos associados à procura desenfreada por ganhos de produtividade - produzir cada vez mais com cada vez menos trabalho -, sem se preocupar com os danos colaterais”. E relacionados ao produtivismo está, segundo ele, a “corrente crítica da técnica, da submissão dos humanos aos imperativos da tecnologia”. Fabrice Flipo também é fortemente oposto ao produtivismo e à otimização a qualquer custo, mas fez questão de precisar que nem todo mercado é produtivista (ou seja, almeja que soluções possam ser encontradas no mercado).

3.2.2.2.3 Da crítica ao trabalho e de seu fim

Liz Rejane Issberner mencionou que o trabalho – tal como foi criado (e aceito, na escravidão moderna, poderia dizer!) – como “um dos maiores inimigos do decrescimento”. Para ela, essa é uma ideia de fundo que deve ser trabalhada para descolonizar o imaginário atual, embutido nessa ideia que devemos trabalhar muitas horas diárias, e que uma diminuição da produção e do consumo teria um efeito negativo de perda de empregos. Referindo-se aos escritos de Paul Lafargue do fim do século XIX, ela mencionou “o direito à preguiça” como algo positivo (LAFARGUE, 1880). Emilio Lèbre La Rovere também destacou a vertente do decrescimento que “desloca o ter mais consumo, para ser mais, usufruir mais, desfrutar mais, e aqui entra o tempo livre, o lazer”, ou seja, se referiu às propostas sobre redução do tempo de trabalho (que

deveria ser uma das consequências dos ganhos de produtividade desde a revolução industrial), na linha do André Gorz, por exemplo.

Segundo Jean Gadrey, a “ideia de fim do trabalho – pelo menos do trabalho subordinado, o trabalho alienante” – faz parte das ideias do discurso do decrescimento. Aliás, ele foi até dizer que esse poderia ser o interesse principal do decrescimento no plano ético ou filosófico.

Fabrice Flipo lembrou umas ideias do sindicalista italiano Bruno Trentin – que escreveu “*La cité du travail*”: o mais importante é o conteúdo, o sentido do trabalho; esse trabalho deve ser de qualidade – produzindo objetos duráveis, não descartáveis - e segundo ele, é o que reivindicam os sindicalistas e os trabalhadores hoje. Ou seja, para pensar numa transição, há de entrar no mundo dos trabalhadores (não de profissionais liberais com tempo elástico, que escolheram seu ofício e não são representativos da maioria). De fato, Fabrice Flipo – como outros entrevistados e autores decrescentes – levanta a questão de fundo que é: “como passar do trabalho à atividade?”, já que no fundo, é isso que se procura. Quando Bernard Stiegler critica o fato que “a taylorização produziu o emprego mas destruiu o trabalho”, ele diz ‘trabalho’ no sentido de ‘atividade’ própria de um trabalhador, pela qual o trabalhador deixa a marca de sua singularidade. Ou seja, também está alinhado com essa ideia de pôr um fim ao emprego ou trabalho alienante, e reivindica o direito a um trabalho/atividade no qual cada trabalhador possa imprimir sua singularidade, produzindo e usando seus saberes próprios e coletivos (*‘capabilities’* de Amartya Sen) (STIEGLER, 2015, p.75).

3.2.2.2.4 Da crítica à técnica

Para Arnaud Diemer, o questionamento sobre “o papel da tecnologia na sociedade” é um valor forte do decrescimento. É um tema relevante por duas razões principais: a primeira é que levanta a questão da “alienação, sobretudo da mão-de-obra que deve acompanhar as cadências tecnológicas”, e chega a perder autonomia e qualidade no trabalho ao contrário de ganhar em eficiência e bem-estar; a segunda, é que o desenvolvimento da tecnologia, embora devesse permitir desmaterializar a função de produção – como se propõem a fazê-lo as tecnologias ditas verdes, via eficiência energética e reciclagem por exemplo -, “a tendência continuaria sendo de crescimento exponencial da energia, embora os serviços pudessem ser desmaterializados”. Eis a

conclusão à qual Arnaud Diemer chegou junto com seu grupo de estudo, ou seja “embora sendo uma noção forte, a desmaterialização é uma falsa boa ideia”.

Isso corrobora a opinião de Jean Gadrey, para quem a desmaterialização da economia seria ilusoriamente uma solução ao consumo excessivo de energia. Fabrice Flipo, por seu lado, começou a dizer que “não possui opinião precisa sobre o debate”, mas logo depois complementou que “o que está claro é que hoje, o numérico não vai no bom sentido: está em todo lugar!”, consumindo muita energia (ele anunciou o número de 15 centrais nucleares francesas só para alimentar aparelhos numéricos).

Para Fabrice Flipo, as soluções concretas devem vir dos “circuitos curtos, não da bioengenharia, já que essa é demasiadamente arriscada”.⁵¹ Concluiu sobre uma indignação quanto às intenções verdadeiras dos científicos e dos tecnólogos: “com seu bonê de científico, adquiriu legitimidade...e fez passar suas posições políticas por posições científicas!”. Desacordos entre científicos são totalmente normais, já que pesquisam o que não se conhece; porém “o que é inaceitável é negar esse estado da ciência e fazer acreditar que existem respostas definitivas”, quando não há. Ou seja, ele enfatiza assim a necessidade de humildade e transparência da ciência, e da técnica, os quais não deveriam nos fazer acreditar em soluções milagrosas, para resolver problemas que criam. Segundo ele, esses cientistas, ou tecnocratas, podem fazê-lo por desconhecimento, ou por interesses, e muitas vezes, fazem prova de muito cinismo (o que nos remete às palavras de J.Ellul⁵², em 1979). Agnès Sinaï também parece muito crítica quanto aos impactos da tecnologia, preconizando soluções de *low-tech* (SINAÏ et al, 2015, p.41-47).

Fabrice Flipo sublinha também a divisão de papéis que deveria existir entre os científicos - que deveriam permanecer neutros e respeitar o processo de expertise,

⁵¹ No momento da entrevista, em junho de 2016, Fabrice Flipo estava escrevendo um artigo sobre bioengenharia, apresentando os argumentos a favor e contra a geoengenharia. Disse que acabava mostrando como os argumentos pró-geoengenharia são caducos. Ele citou um exemplo que pode parecer exdrúxulo, mas que é bem real: um cientista norte-americano – John Martin - propôs ‘enriquecer’ os oceanos com ferro, a fim de atrair fitoplâncton e assim captar CO₂ da atmosfera, de maneira eficaz e barata.

⁵² Numa entrevista acordada ao Willem H. Vanderburg, radiodifusada em 1979 na Canadian Broadcasting Corporation - retranscrita e publicada em inglês em 1981, e pela primeira vez em francês em 2008 - Jacques Ellul apontava o cinismo do presidente da empresa de Electricité de France (EDF), ‘o’ grande responsável pelas centrais nucleares de época, que reconhecia que havia questões insolúveis e respondeu nesses termos ao J. Ellul: “Après tout, il faut bien que nous laissions aussi à nos enfants des problèmes à résoudre!” (que poderia ser traduzido por “No fim das contas, temos que legar também a nossos filhos problemas a solucionar também, certo?”) (ELLUL, 2008, p.128, tradução nossa).

apresentando todas as teses em presença, sem interesses predefinidos - e os decisores, que deveriam ser a sociedade. Nessa linha, ele cita o exemplo do IPCC, cujo trabalho julga confiável e reconhece que o grupo de trabalho soube manter sua posição científica, sem tentar fazer recomendações, quais devem ser decididas diplomaticamente.

Bernard Stiegler não se opõe ao progresso pelo desenvolvimento da tecnologia, mas lamenta que hoje as pessoas tenham delegado seus saberes às máquinas - se tornando assim proletários ao serviço das máquinas. O problema para ele é “a maneira como o capitalismo explora a técnica”, não a técnica em si, já que “o ser humano é um ser tecnológico, caracterizado pelo desenvolvimento de órgãos artificiais”. Ou seja, para ele, é um “delírio infantil” querer lutar contra o progresso tecnológico e “o problema mesmo é apropriar-se dele de maneira inteligente”.

Serge Latouche simplesmente disse que os decrescentes “não são tecnóforos, mas a técnica sempre deve passar depois do social, ela deve estar a serviço de um projeto social”.

Liz Rejane Issberner – que trabalha no IBICT – disse que atualmente a Ciência e a Tecnologia estão a serviço do crescimento, mas acredita que possam contribuir para reduzir o problema, embora não sejam suficientes: “a Ciência e a Tecnologia são os dois lados da mesma moeda: é uma das causas de nossos problemas, mas também pode nos levar a soluções”. Podem fazer parte de um conjunto de “instrumentos para nos levar a essa ‘prosperidade’⁵³ – e não ao crescimento”.

Emilio Lèbre La Rovere mencionou que “a evolução tecnológica não é neutra, e a direção do progresso técnico também vai colocar questões desse tipo” – se referindo à manutenção de um “exército de reserva de mão-de-obra” barata, embora os ganhos de produtividade pudessem (e até deveriam) permitir uma “reorganização do mercado de trabalho e da repartição do tempo de trabalho”.

⁵³ Liz Rejane Issberner se refere à ‘prosperidade’ no sentido apresentado por Philippe Léna e Elimar Pinheiro do Nascimento (2012).

3.2.2.2.5 Da crítica ao desenvolvimento

Citando Carlos Walter Porto-Gonçalves, Carlos Alberto Pereira Silva critica a ideia de progresso contínuo perseguido pela sociedade ocidental. Para ele,

Chegamos ao esgotamento da matriz fundada no crescimento. Os principais problemas – de pobreza, exclusão – não foram resolvidos pelo desenvolvimento. Em 2010, o crescimento do Brasil era de 7%. Entretanto, criou-se um estado ilusório. O número de miseráveis diminuiu, mas a pobreza continua muito presente. Ou seja, a sociedade desenvolvimentista é uma verdadeira armadilha.

Sublinhou as externalidades negativas do modelo desenvolvimentista, como vários problemas de saúde. Em vez do verbo ‘crescer’ ou ‘desenvolver’, ele propõe o uso do verbo ‘florescer’.

Emilio Lèbre La Rovere também lembrou que uma faceta do decrescimento traz a reflexão sobre um novo “modelo de desenvolvimento econômico”. Faz uma crítica positiva à visão de desenvolvimento trazido por Celso Furtado nos anos 70, dizendo que “ele compara o desenvolvimento econômico ao crescimento de uma pessoa: um adulto não é uma criança maior, há uma mudança estrutural.” É esse estruturalismo econômico, essa “ideia qualitativa de desenvolvimento”, que Emilio Lèbre La Rovere acha interessante no discurso do Celso Furtado, já que vem se opor ao “modelo primário-exportador, produzindo *commodities* e exportando”, que tantos outros promoviam (e ainda promovem) para o Brasil. E repete o quão importante “é trazer para o debate central a questão da qualidade do desenvolvimento, do estilo escolhido para o crescimento econômico”.⁵⁴

3.2.2.2.6 Da raiz ecológica e do cuidado com os Bens Comuns

Todos os entrevistados se referiram, de certa forma, à abordagem ecológica do decrescimento, que seja de maneira fortemente preponderante (como foi o caso por Agnès Sinaï, Sylvie Ferrari, Enrique Ortega e Peter May, que são estudiosos principalmente dessa linha) ou de maneira parcial, considerando também os demais aspectos (sociais, de democracia, antropologia, etc.). De fato, a vertente ambiental é

⁵⁴ Durante a entrevista, Emilio La Rovere não se declarou nem decrescente nem oposto ao decrescimento.

uma das duas vertentes fortes do decrescimento, junto com a abordagem social e culturalista.

Fabrice Flipo, embora considere quatro outras raízes ao decrescimento, sublinhou que “é a ecologia que permite a tomada de consciência”, porque esse é um tema onde a conta está longe de fechar e que é assustadora. Os comuns são limitados, então devem ser compartilhados, e continua se explorando bens esgotáveis, tomando riscos cada vez maiores, para manter o nível de produção e atender a demanda. E segundo ele, a inércia dos sistemas resulta dessa busca por soluções ‘dentro da caixinha’, soluções clássicas pela técnica, e esse paradigma não considera aceitar os limites.

Jean Gadrey sublinhou o surgimento e fortalecimento da ideia dos “Bens Comuns a preservar”, a cuidar, ou seja, um “interesse pela qualidade dos recursos coletivos a serem geridos em comum, sem necessariamente querer aumentar a quantidade” – pensando em bens comuns ambientais ou sociais, como a proteção social por exemplo, ou ainda a “igualdade entre mulheres e homens que pode ser considerada como um bem comum, por ser algo que deve ser gerado em comum”. Ele dá uma grande importância ao “direito de acesso igual a bens comuns fundamentais”. E aparece aqui a oposição entre quantidade e qualidade, e é a questão levantada pelo Serge Latouche que diz que “ultrapassar o sistema de crescimento, a sociedade de crescimento deveria passar por uma economia que visa qualidades e não quantidades”. E isso nos levaria a pensar uma sociedade pós-crescimento, em termos de qualidades a juntar, segundo Jean Gadrey.

Para Alain Caillé, o pensamento do ‘comum’ foi uma das três correntes que nasceram dentro do movimento antiutilitarista (MAUSS), no qual ele mesmo se insere. Para ele, é “uma maneira de recuperar o ideal comunista [...] o comum que não será nem o fato do Estado, nem o privado do capitalismo”, ou seja reativa “o velho ideal de associacionismo”. Outros autores vislumbram que o comum – cujo objetivo é uma “reativação da propriedade social” deve ser o símbolo das revoluções por vir e que movimentam coisas fundamentais (CHARBONNIER e DESTA, 2016).⁵⁵

⁵⁵ Para Pierre Charbonnier et Daniela Desta, é claro que a questão principal é “saber se o comum deve ser o símbolo das revoluções por vir, como um espelho invertido das revoluções modernas feitas em nome da propriedade. O que está em jogo é fundamental: o aparecimento de uma dimensão institucional terceira, além do Estado e do indivíduo; a invenção de um modo de gestão adaptado às coisas frágeis e essenciais,

3.2.2.2.7 Do cuidado

O outro entrevistado que se referiu bastante à noção de ‘cuidado’, além de Jean Gadrey, foi Bernard Stiegler. Segundo ele, precisamos nos reeducar para voltarmos a “cuidar do coletivo; da juventude, da natureza”. Por outro lado, o trabalhador deve voltar a cuidar do objeto e do produto de seu ofício.

Aproveito aqui para abrir um parêntesis sobre esse conceito de ‘cuidado’ (do inglês ‘care’) – que foi mencionado explicitamente pelo menos por esses dois entrevistados e que consta nos escritos sobre o decrescimento. É um conceito reivindicado por várias correntes da preservação da sustentabilidade, visando ao cuidado para com os recursos naturais, mas também – e talvez sobretudo – aos cuidados para com os outros, de maneira generosa e visando a um comportamento ético. Na literatura, esse cuidado muitas vezes está relacionado com características feministas - enquanto o gênero masculino é mais movido pela busca por justiça (GILLIGAN, 1993 *apud* ZOBOLI, 2004). A noção de ‘cuidado’ tal como definida pelos pesquisadores da UAB se relaciona intrinsecamente com a interpretação das relações interpessoais de Marcel Mauss – retomada por Alain Caillé – que preconiza a tripla obrigação de “dar, receber e retribuir”: ambas são baseadas no altruísmo e na preocupação para com os demais ao redor, de maneira genuinamente generosa (D’ALISA, DERIU e DEMARIA, 2015, p.153-158).

Sobre esse assunto, à ocasião de uma entrevista de rádio, André Gorz tinha feito uma crítica bem específica: as atividades ligadas ao cuidado de nossos entes próximos - como o cuidado às crianças e aos idosos - foram externalizadas ao estado ou ao setor privado, em vez de serem realizadas pelos próprios membros da família. Lhe parecia um contrassenso uma mãe de família delegar o cuidado de seu filho para poder trabalhar, às vezes cuidando dos filhos de outra pessoa, para poder remunerar a babá do seu (GORZ, 1991).

Orientar a sociedade em torno do cuidado incitaria as pessoas a valorizar as atividades não econômicas, não remuneradas, e a trabalhar menos nas atividades da

a refundação das categorias jurídicas e políticas modernas, mas também evidentemente a emergência de movimentos sociais em defasagem com as formas tradicionais de politização” (CHARBONNIER e DESTA, 2016, p. 194, tradução nossa).

esfera econômica, assim como a favorecer um maior equilíbrio entre os homens e as mulheres e a distribuição das tarefas da esfera privada. Valorizar e promover esse cuidado acaba sendo uma das prioridades da sociedade de decrescimento.

3.2.2.2.8 Da ética e da justiça – ambiental e social

Agnès Sinaï aponta que existe um “problema de justiça ambiental inerente ao modelo de crescimento” e ao uso desses Bens Comuns: o uso de materiais raros (como terras raras), por exemplo, mereceria ser “objeto de deliberações cidadãs e políticas” na opinião dela, para arbitrar sobre seu uso mais adequado – usá-las na composição de aparelhos médicos de utilidade pública, ou de *smartphones* que viram obsoletas a cada seis meses, por exemplo. Liz Rejane Issberner também insistiu sobre o fato que “a justiça social faz parte do decrescimento”, se atacando às raízes dos possíveis conflitos ambientais e sociais pelo uso dos recursos naturais, conforme argumentado por outros especialistas (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; 2012).

Sylvie Ferrari fala em “ética ambiental” como valor filosófico diretamente relacionado com o decrescimento, e convida a repensar nossa relação com a natureza. Para ela, os fundamentos do decrescimento são biofísicos. Ela considera que deveríamos recorrer a medidas mais drásticas, já que a simples justiça redistributiva não será suficiente - opinião que ela compartilha com o pesquisador Frédéric-Paul Piguet a quem fez referência (PIGUET, 2015). Sylvie Ferrari também levanta a questão do “tempo”: o tempo longo – tempo histórico e dos processos biológicos – diferente do tempo imediato e curto das decisões econômicas, quais naturalmente têm preferência para o presente. Ela escreve que:

A dimensão ética do ambiente natural tem como fundamento a existência de uma solidariedade intergeracional dentro do tempo histórico. Essa solidariedade pode ser traduzida graças ao princípio de responsabilidade de Jonas (1990). Esse princípio, de natureza ética, constitui fundamentalmente um princípio essencial do agir humano: “aja de tal maneira que os efeitos de sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica na terra” (JONAS, 1990, p.30) (FERRARI e MERY, 2008, p.252).

Assim, a introdução de uma “ética aberta na biosfera” participa no respeito do meio ambiente, se apoiando nos princípios de RESPONSABILIDADE e no princípio de

PRECAUÇÃO (reafirmando o imperativo de prudência) já que há desconhecimento e irreversibilidade dos fenômenos possíveis (FERRARI e MERY, 2008).

Com relação à questão do “tempo”, Joan Martínez-Alier – que evidenciou muitos casos de injustiça ambiental e social no mundo todo - também alertou sobre a existência de uma assimetria temporal na exploração dos recursos coletivos: o lucro estando no presente e os custos se localizando no futuro, isso nos leva quase inexoravelmente à sobreutilização dos recursos coletivos, ou comuns. Ele orienta para uma gestão e uma responsabilização comunitária, via a propriedade comunitária, já que “Uma comunidade perdura mais que uma companhia, do que um proprietário privado ou de que uma família” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p.118).

3.2.2.2.9 Das desigualdades e da equidade

Jean Gadrey trabalhou durante anos com “novos indicadores de riqueza”, para criticar e complementar a noção de riqueza – abusivamente reduzida a sua componente econômica, o PIB – com “riquezas humanas, sociais e ambientais, e construindo, quando possível, outros indicadores para pensar o progresso humano”. Por outro lado, ele dá muita importância à “igualdade, ou pelo menos ao direito de acesso igual a bens comuns fundamentais”.

Segundo Carlos Alberto Pereira Silva:

Os decrescentistas não trabalham com a abolição da diferença social, entretanto apostam na diminuição das desigualdades onde as necessidades fundamentais – direito a saúde, educação, lazer – seriam satisfeitas para todos. o objetivo é aproximar-se ao máximo da equidade.

Ou seja, podemos entender que o que se assemelharia à justiça social, pela equidade, segundo ele, seria o acesso aos comuns sociais fundamentais (saúde, educação e lazer, por exemplo).

Emilio Lèbre La Rovere sublinhou o maior mérito dos programas sociais governamentais como sendo de “tornar mais eficiente a redistribuição”.

3.2.2.2.10 Da autonomia

Ao responder à pergunta sobre os valores do decrescimento, Franck-Dominique Vivien respondeu sem hesitar que para ele a palavra-mestre seria “AUTONOMIA, a opor à heteronomia”, mas em seguida questionou: “mas a questão seguinte seria: autonomia de quem, de quê? Com relação a quê?”

“O projeto do decrescimento também é a autonomia”, disse Agnès Sinaï, lembrando a posição crítica de Ivan Illich quanto à expertocracia, que causa a “confiscação das ferramentas” e gera heteronomia. Emilio Lèbre La Rovere também lembrou as críticas do Ivan Illich sobre a heteronomia causada pela delegação, ou terceirização, de certos serviços ou cuidados essenciais – como sua educação e sua saúde. Um problema hoje é que “a sociedade reduz a nossa esfera de autonomia”.

3.2.2.2.11 Da democracia

Segundo Serge Latouche, “a única autoridade, é o DEMOS – o povo – que estabelece un debate democrático”. E é a democracia que estabelecerá os limites (limites que antes vinham da tradição ou da transcendência).

O ‘princípio de oposição controlada’ (*oppositon maîtrisée*) e criadora, ao qual se refere Alain Caillé na sua proposta convivialista (como veremos a seguir), tem tudo a ver com a democracia. Lembrando o objetivo do Manifesto convivialista, ele especificou que a ideia que contém é de: “organizar as sociedades de maneira a permitir a cooperação “se opondo sem se matar” - frase emprestada ao Marcel Mauss, que acrescentava: “doando-se sem se sacrificar”. E insiste: “Essa proposição é muito importante porque legitima o conflito. Eis a definição de base da democracia”.

Para Agnès Sinaï, a transparência e a democracia são valores que sustentam o decrescimento (além de convivialidade e redistribuição), e ela complementou: “quanto mais desigualdade, mais violência; quanto mais igualdade, mais democracia”. Para ela, o decrescimento é um projeto de “repartição equitativa das riquezas e dos recursos”.

Fabrice Flipo se refere a uma raiz democrática do decrescimento, baseada na constatação de que o crescimento necessariamente gera desigualdades crescentes (e nisso é antidemocrático), conforme Illich mostrou (no livro “Energia & equidade”,

notadamente). Ao explicar a raiz antropológica, ele lembrou que a ‘civildade’ seria “como fazer para existir, evitando os conflitos, de maneira pacífica”, o que ele mesmo aproximou do ‘princípio de oposição controlada’ do Convivialismo (proposto por Alain Caillé). E sobre isso, ele aponta que talvez tenhamos que aprender com as sociedades primitivas, que talvez fossem mais civilizadas, nos seus modos de relacionamento com o outro, que as sociedades ocidentais. Neste ponto, seu argumento vai ao encontro das contribuições do antropólogo Marshall Sahlins (SAHLINS, 1968; BAUDRILLARD, 1970).

Com relação à possível participação e deliberação coletiva, Jean Gadrey, Bernard Stiegler e Agnès Sinaï foram bastante enfáticos: as mudanças devem ser decididas e realizadas de maneira participativa e consensuada com os cidadãos, localmente. Agnès Sinaï falou em “conferências de cidadãos” e “fóruns democráticos da sobriedade” que deveriam ser organizados em cada região para tentar comprometer os cidadãos”. Ela pensa também que deveria passar por um planejamento que venha de baixo para cima (*bottom-up*) mas também de cima para baixo (*top-down*), que seria consensuado, já que na opinião dela nem tudo pode nascer a partir do “local”, há de ter um consenso maior. Fabrice Flipo também falou na necessidade de relocalizar a tomada de decisões e citou o exemplo de conferência de cidadãos, cujo interesse central, para ele, é permitir que os participantes estejam melhor informados e tenham capacidade para tomarem as decisões em conjunto.⁵⁶

Entretanto, Alain Caillé emite uma ressalva quanto ao que ele interpreta como algo de “conservadorismo radical” no decrescimento: “é uma recusa da modernidade no geral que pode passar por uma oposição à modernidade democrática”. Ele quer alertar sobre essa questão da recusa à democracia parlamentar, que merece reflexão, embora o decrescimento possa vir a propor uma democracia radical, por outro lado.⁵⁷

⁵⁶ Fabrice Flipo citou o exemplo de uma conferência de cidadãos sobre as mudanças climáticas onde os 15 participantes, estatisticamente representativos da sociedade local, receberam uma capacitação para depois debater e decidir um plano de ações, a partir de propostas feitas por várias partes (ONGs, industriais, sindicatos e autoridades públicas basicamente). Pode ser consultado um exemplo de relatório de conferência de cidadãos realizada sobre o tema, em Paris, em outubro 2016, no seguinte link: <<https://parcs.hypotheses.org/files/2016/11/charte-paris-climat-ifop-8-octobre-2016.pdf>>.

⁵⁷ De fato, Alain Caillé está ciente que o discurso decrecentista pode vir a propor uma democracia radical, executada por pequenos grupos, de maneira mais difusa e horizontal, ou seja que a proposta não seria anti-democrática, ao contrário. Mas ele quis deixar claro que existe essa reticência a uma democracia mais centralizada, de certa forma; o que para ele mostra falta clareza e aparenta ser um problema de filosofia política subjacente, que mereceria ser esclarecido.

3.2.2.2.12 Da cooperação e da solidariedade

Ao ser questionado sobre os conceitos e valores do decrescimento, Arnaud Diemer apontou os seguintes três grandes princípios, vinculados a “valores altruístas”, que ele considera como noções fortes do decrescimento: “a SOLIDARIEDADE” (que faz a ponte com a economia social e solidária, aliás, setor no qual o grupo de trabalho dele fala em decrescimento hoje); “o princípio de RESPONSABILIDADE” (para o qual os 8R’s propostos por Serge Latouche podem dar uma orientação); e enfim, “o princípio de PRECAUÇÃO”. Franck-Dominique Vivien também mencionou a solidariedade como valor importante e sugeriu consultar exemplos de Economia Solidária como fonte de inspiração de ações decrescentistas.

Emilio Lèbre La Rovere notou que a “solidariedade social é fundamental em países muito desiguais como o Brasil, e outros países em desenvolvimento”. De fato, é nesses países que o Estado de bem-estar social faria mais sentido, já que há mais necessidade de acesso aos bens comuns sociais de qualidade.

Quanto à COOPERAÇÃO, Agnès Sinaï e Carlos Alberto Pereira Silva foram os dois entrevistados a abordar o conceito. Carlos Alberto Pereira Silva lastima que “a sociedade ocidental esteja esmagando a cooperação”. Por sua parte, Agnès Sinaï pensa que num contexto muito difícil de colapso (anunciado segundo ela), manifestações de cooperação e ajuda entre as pessoas podem se multiplicar, conforme sugerido por Pablo Servigne e Raphaël Stevens (2015). Segundo ela:

No projeto de decrescimento haveria uma forma de segurança que emerge e que tranquiliza frente à angústia da globalização e da escassez. Porque o decrescimento, é aprender a compartilhar/repartir, viver com menos, porém de maneira cooperativa e com mais bens comuns. Assim, ganha-se em segurança [...] local e global, parece (SINAÏ, 2015, tradução nossa).

3.2.2.2.13 Da dimensão espiritual

Fabrice Flipo, Carlos Alberto Pereira Silva e Emilio Lèbre La Rovere foram os três entrevistados que destacaram claramente a vertente espiritual do discurso do decrescimento.

Emilio Lèbre La Rovere sublinhou que o discurso do decrescimento desloca o foco do ‘ter mais’ consumo, para ‘ser mais’. ele identifica, entre as várias linhas do decrescimento, “uma linha que privilegia o espiritual com relação ao material, [e que] fala em crescimento interior - em crescimento também espiritual - da pessoa nas várias dimensões dela, no sentido de “s’*épanouir*”, florescer. Eis o mesmo verbo que Carlos Alberto Pereira Silva sugeriu almejar, em substituição ao verbo desenvolver.

Emilio Lèbre La Rovere resgata a visão religiosa do espírito para dizer que o homem teria uma sede de infinito e procura um crescimento, porém um “crescimento quase sinônimo de aperfeiçoamento⁵⁸, de aprimoramento, digamos espiritual”.

Fabrice Flipo entende que há uma grande diferença “entre a miséria espiritual e social e a pobreza material”, a qual pode ser a fonte de uma alegria maior e sobretudo não contraria a vida do espírito - conforme apresentada por Hegel, nem o sentido mais próximo de coerência e unidade - conforme a visão do Weber (FLIPO, 2015). Durante entrevista, ele citou o exemplo de Pierre Rhabi, agricultor e escritor francês, que transmite seus conhecimentos e sua ética de vida sóbria e respeitosa da terra e dos homens (RAHBI, 2012). Ele experimenta um enorme sucesso na França, notadamente junto aos alunos de escolas de comércio (o que poderia parecer contraditório, a priori) e serve como inspiração para pessoas que queiram fazer uma transição, rumo à agroecologia notadamente. Fabrice Flipo também alertou que ao ir ao extremo da ‘adesão espiritual’ a um modo alternativo de vida, certas pessoas fazem a opção de se marginalizar e viver em comunidade, com o mínimo de impactos ambientais possíveis, como se fosse a ala dos militantes virtuosos— que de certa forma competem para ser o mais virtuoso. Mas segundo ele, não representam a maioria e são comportamentos extremos que dependem de cada indivíduo e existem em qualquer movimento (não somente no decrescimento).

⁵⁸ Isso porque segundo “a interpretação religiosa, por exemplo cristão, o homem foi criado à imagem e à semelhança de Deus, e foi criado para que se torne cada vez mais próximo de Deus - e outras religiões têm também a mesma linha”, segundo Emilio La Rovere.

3.2.2.2.14 Dos limites da desmaterialização da economia

Jean Gadrey pensa que “a ideia da imaterialidade dos serviços é fundamentalmente inexata”, já que para desenvolver os serviços, há uma série de materiais embutidos, e que a experiência e as estatísticas mostram que as economias mais terciarizadas são também aquelas com a maior pegada ecológica. Isso vai ao encontro da opinião do Arnaud Diemer quem, ao criticar a confiança cega nas soluções trazidas pelas inovações tecnológicas colocou que “hoje, o terceiro setor consome mais que o setor primário ou secundário”. Na mesma linha, Fabrice Flipo critica “a economia circular, fundada na reciclagem, que não altera a lógica de produção de objetos descartáveis”. Ele preconiza o reuso, com objetos que duram mais tempo e que possam ser consertados facilmente.⁵⁹

Essa é uma opinião também compartilhada por Joan Martínez-Alier, que reconhece que “a despeito da esperança de muitos economistas ambientais e ecólogos industriais, a economia não está se desmaterializando” e que “pelo contrário, uma vez que a economia não se “desmaterializa” em termos absolutos, existem na realidade mais conflitos locais e globais relacionados com a partilha geográfica e social da contaminação (incluindo a expansão do efeito estufa) e sobre o acesso aos recursos naturais (incluindo a “biopirataria”)” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p.333-334).

Jean Gadrey não deixou de reconhecer que induzir a uso e locação, em vez da compra, é uma boa coisa – assim como a economia circular, muito apreciada pelos engenheiros. Essas podem ser as propostas de soluções, mas não resolverão o problema ecológico (não são suficientemente radicais).

Sylvie Ferrari também fez alusão à economia verde – promovida pelo ‘*New Deal Verde*’ (motivado após a crise de 2008) - que segundo ela dá continuidade à lógica econômica dominante de crescimento, fazendo mais do mesmo, porém de maneira menos antiecológica.

⁵⁹ Embora a economia circular contenha a ideia de reuso e de produção do berço ao berço, preconizando produtos que desde a origem sejam fabricados de forma a poderem ser reciclados no momento de descarte, nota-se que Fabrice Flipo, como a grande maioria das pessoas, resume a economia circular às suas propostas de ‘fim de tubo’, à ‘reciclagem’. De fato, mesmo incluindo o reuso, não questiona os volumes de produção nem uma possível redução sensível do consumo. A questão da economia circular será abordada em um item adiante nesse trabalho (6.2.2.6.2 Economias alternativas).

3.2.2.2.15 Da dimensão cultural e estética

Enrique Ortgea foi o único entrevistado a se referir, de maneira clara, a essa dimensão. Para ele, “o decrescimento é um projeto político, cultural e ecológico” e ele destacou a “resiliência cultural” como principal conceito vinculado ao tema.

Emilio Lèbre La Rovere reforçou que, em termo de consumo, de desejo e necessidades humanas, devemos nos atentar a questão estética: para ele, “é um direito humano – o direito ao florescimento, que todos deveriam ter.” Isso tem a ver diretamente com a questão espiritual; ou seja podemos tentar desfrutar mais, com mais qualidade e mais estética, embora com uma quantidade menor de bens de consumo. Isso, se praticado na medida e com parcimônia, vai na linha da “sobriedade feliz”.

Liz Rejane Issberner sugeriu que seja operada uma “descolonização do imaginário pelas artes”.

3.2.2.3 Sobre as conferências internacionais (COPs)

Com relação à COP21 de Paris (em dezembro de 2015) e a seus alcances, ou ao contrário, aos não alcances, as impressões e comentários dos especialistas são diversas e nem sempre convergentes.⁶⁰ Sobre o tema, Jean Gadrey comentou:⁶¹

O acordo não está à altura. Primeiro porque daqui até 2020, ficaremos com as mesmas iNDC [do inglês *Intended Nationally Determined Contributions*, as pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas], que nos colocam numa trajetória de em torno 3°C a mais até o fim do século, nos fazendo perder um tempo precioso e talvez irrecuperável. Pior, por causa da pressão exercida pelos Estados Unidos, essas iNDC nem sempre estão formuladas numa linguagem juridicamente vinculativa: cada país está livre de propor o que quiser e de realizá-lo se quiser.[...] Por outro lado, nenhum abandono das energias fósseis é mencionado explicitamente, nem tampouco uma transição maciça rumo às energias renováveis[...] por fim, a questão dos direitos humanos está apenas esboçada no preâmbulo, a questão das mulheres foi esquecida, e os setores poluidores de primeira importância, como a aviação civil ou o transporte marítimo, não estão ameaçados já que nada foi dito sobre a mobilidade... [...] » (GADREY, 2015b, tradução nossa)

⁶⁰ Há de se notar que a conferência estava acontecendo em Paris enquanto estávamos realizando as entrevistas. Ou seja, o assunto era muito relevante e ‘fresco’ para eles.

⁶¹ Num post do dia 12 de dezembro de 2015 no Blog de Alternatives Economiques.

Agnès Sinaï apontou que a conferência do clima, realizada em Paris de dezembro de 2015 (COP21), é um sinal que pode haver outros caminhos a não ser o ‘colapso’. Embora o alcance seja reduzido por enquanto, ela reconhece o avanço:

O texto não é revolucionário, mas nota-se que há um lindo esforço universal de infletir a trajetória. Claro que não falou em decrescimento, mas talvez na próxima etapa. Próxima etapa que [...] é de vencer esse tabu que protege esse modelo e faz com que não seja questionado nessas conferências (SINAÏ, 2015, tradução nossa).

Fabrice Flipo - entrevistado meses após o término da conferência de Paris - reconhece que o acordo que se alcançou em Paris, em si, é um acontecimento importante, já que o nível máximo de temperatura não havia sido estabelecido até agora, desde a convenção de Rio de 1992. Esse foi um feito muito importante, assim como os compromissos assumidos pelos países signatários – as iNDCs⁶² – que ‘obrigam’ os países a definir seu programa e favorecem a emulação entre países. Além disso, ele sublinha que a questão da “posicionalidade” foi retomada, ou seja, torna explícito quem são os poluidores verdadeiros. Mas uma grande decepção foi a atuação – ou a falta de atuação – das ONGs, que não conseguiram implicar o máximo de pessoas e serem agregadoras, segundo ele.

Sylvie Ferrari, por sua vez, lamenta que o “acordo não tenha integrado plenamente a questão dos limites planetários”.

3.2.3 Temas em discussão

3.2.3.1 Sobre a proposta de renda básica e as ajudas sociais

Fabrice Flipo e Jean Gadrey sublinharam que existem várias posições entre os decrescentistas sobre esta questão: alguns se mostram opostos a tal proposta (BAYON, 2016), enquanto outros (talvez a maioria) a apoiam e até sugerem acoplá-la a uma renda máxima (MYLONDO, 2012; LIEGEY et al, 2013). Na ala dos opositores, o principal argumento pode ser que “o salário deve ser ligado ao trabalho » (BAYON, 2016). Mas

⁶² As pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas deixaram de ser “pretendidas” em setembro de 2016 com a ratificação do acordo de Paris e os países devem assumir compromisso de implantar ações e medidas que apoiem o cumprimento das metas estabelecidas na Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) (UNFCCC, 2016).

todos continuam sendo a favor dos “mínima sociais”, que segundo as palavras de Fabrice Flipo correspondem a “uma gestão emergencial da precariedade”.

Bernard Stiegler e sua equipe apoiam a proposta de renda básica mínima, embora a considerem com uma “segunda escolha”, já que a renda contributiva seria uma renda mais satisfatória - por ser uma renda dinâmica, que mantém as diferenciações entre níveis salariais – e permite rendas melhores. Segundo eles, há se ser mais ousado e propor uma renda contributiva, que permita um nível de renda mais alto e um investimento de tempo em capacitação.

Emilio Lèbre La Rovere, ao comentar sobre a possibilidade de renda básica no Brasil e sobre os programas sociais governamentais (tanto na França quanto no Brasil), reconhece que esses têm o grande mérito de diminuir a pobreza e lutar contra a desigualdade e, lembrando Ignacy Sachs, disse que o “Estado de bem-estar social faz muito mais sentido nos países em desenvolvimento”, onde será aproveitado por pessoas bem mais necessitadas. Mas, na opinião dele, esses programas poderiam ser mais eficazes. Ele sugeriu que “o terceiro setor, a sociedade civil organizada [seja] chamada a participar como parceira e [tenha] uma eficiência melhor desses recursos”. Ele propôs um serviço civil, como contrapartida de um salário desemprego (na Europa, onde esse salário é mais consequente e duradouro, e está sendo criticado por ter um efeito desmobilizador), ou para os universitários no Brasil também, por exemplo. Essa proposta surgiu ao comentar a possível alocação de uma renda mínima sem contrapartida (à qual ele não se mostrou favorável). De fato, esse serviço talvez pudesse servir a realizar atividades de utilidade pública, mas também e sobretudo poderia ser “extremamente positivo para a formação do cidadão” e além disso “dar algum sentido” e reconhecimento para quem realizá-lo. Eis um ponto que tanto ele, quanto o Bernard Stiegler, de maneira mais enfática e pessimista, sublinharam: a falta de sentido que as pessoas podem estar sentido – que toca em primeiro lugar o batalhão de desempregados deixado à margem da sociedade. E esse sentimento de vazio, de falta de utilidade social, causado quando não se tem uma ocupação, parece ser uma das principais causas de desespero na sociedade.

Recentemente, na França, o filósofo e militante Alain Badiou também chegou a sugerir a reimplantação de um serviço civil – e até militar – para a juventude. Para ele,

esse tipo de rito de passagem entre a idade adolescente e a idade adulta tinha certa relevância na responsabilização e na maturidade dos cidadãos (BADIOU, 2016).

Na França, o debate sobre a renda básica se tornou ativo há poucos anos - embora não seja nenhuma ideia inovadora já que em 1792 o filósofo Thomas Paine gritava na Assembléia Nacional “Sem renda, não há cidadão” (podemos notar que ele pregava também por um sistema de educação gratuita) (JOURDAN, 2012). A proposta ganhou coro e foi impulsionada no momento das eleições presidenciais de 2017, defendida pelo candidato do Partido Socialista. Não é objeto de consenso entre os intelectuais ainda - vimos que Alain Caillé é a favor, enquanto Jean Gadrey é contra, por exemplo – mas o debate é válido por si (assim como o foi no Brasil em 1994 com o projeto de lei de Eduardo Suplicy).⁶³ Existem redes e movimentos nacionais de promoção da renda básica, e principalmente o *Basic Income Earth Network* (BIEN) fundado em 1986, pelo filósofo e economista or Philippe Van Parijs, para promover a Renda Mínima.

Para Thomas Paine, a democracia só podia funcionar se os cidadãos que a compõem estiverem economicamente livres e disponíveis para fazê-la viver. Além do conceito de ‘democracia’, essa proposta remete ao princípio de solidariedade e sobre tudo de ‘dignidade’, pela satisfação das necessidades básicas e a ‘decência’ de não depender de esmola pública para continuar vivendo e poder expressar seu valor social.

De fato, a possível atribuição de uma renda básica está em estudo na França desde 2015 na região Aquitaine-Limousin-Poitou-Charentes, iniciativa motivada pelo partido verde local (*Europe Ecologie Les Verts - EELV*). A partir de 2019, uma amostra da população de certos territórios voluntários da região deve começar a receber tal renda (cujo valor não foi definido ainda⁶⁴). O Senado francês seria favorável a tal experimento e propõe, para assegurar a pertinência da avaliação científica, que seja considerada uma amostra de 20.000 pessoas a nível nacional, em várias regiões (13 departamentos) (ALCORTA, 2016; CHEMINADE, 2017). Mas aparentemente, este subsídio, na sua versão mínima, substituir-se-ia a outras ajudas atuais e não beneficiaria a todos, já que

⁶³ Podemos notar que o projeto de lei para instituir a Renda Básica de Cidadania foi depositado em 1994 pelo deputado Eduardo Suplicy. Após apresentar um novo projeto em 2001, foi sancionada em janeiro 2004 a lei N° 10.835/2004 que instituirá por etapas a Renda Básica de Cidadania (SUPLICY, 2004?).

⁶⁴ No programa de campanha presidencial do candidato do Partido Socialista – Benoît Hamon – falava-se numa ‘renda universal’ estimada em 750 € (HUGUES, 2017).

seria dirigido a quem não tem outros recursos. Ou seja, seria incondicional (sem contrapartida), porém não universal.

3.2.3.2 Sobre os indicadores alternativos e a substituibilidade

Jean Gadrey e Fabrice Flipo trabalham com e usam indicadores alternativos – acreditam no potencial do PIB Verde, pegada ecológica, etc. – como argumento para vir enriquecer o debate contra o crescimento, que de qualquer forma, continuará usando certos indicadores para seu propósito. Reconhecem que cada indicador tem suas imperfeições e com isso seus limites (a pegada ecológica, da qual Fabrice Flipo era “grande promotor”, tem falhas quanto à tomada em conta da biodiversidade e dos tóxicos, e do sobrepeso do carbono, por exemplo), mas os consideram como ferramentas úteis para o debate. Posto que não existe indicador perfeito, acham válido e útil usar indicadores razoáveis. Fabrice Flipo reconhece que é como tentar medir o incomensurável, e que leva a “fazer sustentabilidade fraca”, mas continua defendendo que “mesmo sendo incomensurável, é muito importante”, já que “fazem existir numa unidade compreensível, coisas que não existiam”, e são números que podem impactar fortemente os públicos.⁶⁵ Ele sublinhou o exemplo do indicador de progresso real de Herman Daly: para calcular o verdadeiro valor do carro, por exemplo, subtrai-se o valor das atividades de despoluição ao valor agregado gerado pelo carro.

Quanto à ideia de substituibilidade, Jean Gadrey é muito crítico já que nessa ideia está contida a recusa de que há limiares críticos que não podem ser ultrapassados, em termos de deterioração do meio ambiente (disponibilidade de água, clima, etc.). Embora possa ser um instrumento útil para valorizar os ativos naturais – para quem não os valoriza espontaneamente digamos -, isso não mostra o rumo certo a seguir quanto à necessidade de preservação absoluta de certos recursos. Jean Gadrey prefere preconizar indicadores físicos - como a pegada de carbono, a pegada ecológica – e desconfiar da monetarização dos danos e dos ativos ambientais. Ele acredita que seja a única forma de aceitar e traduzir a ideia de “finitude dos bens comuns, ou recursos, naturais”: estabelecendo esses limites e evitando ultrapassá-los.

⁶⁵ Fabrice Flipo fez referência, como exemplo, à quantificação realizada por Robert Costanza e seus colegas em 1997, na revista *Nature*, sobre o valor dos serviços da biosfera que seria equivalente a duas vezes o PIB mundial (COSTANZA et al., 1997).

Jean Gadrey participou da Comissão Fitoussi-Sen-Stiglitz, mas sublinhou que – embora esta tenha tido uma influência positiva, por ter trazido complementos à avaliação pelo PIB – não se insere numa lógica de objeção do crescimento (ao contrário, os membros da Comissão não contestavam a visão crescentista, nem aceitaram o indicador de pegada ecológica, proposto pelo ele, por exemplo).⁶⁶

Fabrice Flipo alertou sobre os riscos, ou contrassensos, do chamado ‘mercado de carbono’, ou ao ‘mercado dos resíduos’.⁶⁷ Por exemplo, para ser rentável, um incinerador haverá de ser ‘devidamente’ alimentado, ao máximo de sua capacidade, o que não favorecerá a triagem seletiva. Dito de outra forma, se existir a possibilidade de lucro em fim de ciclo – no ‘R de reciclar’ -, isso pode desanimar a procura pelo objetivo do ‘R de reduzir’, a montante.

Para Fabrice Flipo, é interessante ver como o argumento pode servir no debate público, se pode interessar e desempenhar um papel na tomada de decisão. De maneira pragmática, se for o caso, será válido considerar este argumento que pode fazer avançar o debate e as ações rumo a uma mudança positiva (mesmo com um nível de informações imperfeito).

3.2.3.3 Sobre o feminino e a equidade de gênero

Quanto ao aspecto de igualdade de gênero – ou, melhor dito, de representatividade feminina – Jean Gadrey foi o único a insistir nesse ponto: reparou que nas publicações sobre o decrescimento, ou mesmo no grupo dos convivialistas no qual participa também, há poucas mulheres. Acha isso um contrassenso e inaceitável, mas reconhece que é inconsciente. E como repara, os líderes são homens, mas nos grupos e nos eventos, a mixidade é assegurada.

⁶⁶Jean Gadrey relatou que aceitou participar da Comissão um pouco a contra gosto, e ficou frustrado pela falta de interdisciplinaridade da Comissão (somente participaram economistas - com uma exceção – e quase somente homens – com duas exceções), que viesse o resultado. Mas reconhece que deve ter havido um impacto positivo, já que certos dos indicadores recomendados pela Comissão Stiglitz foram adotados pelo INSEE (instituto de estatísticas francês), por exemplo. Ele participa do coletivo FAIR - *Forum pour d'autres Indicateurs de Richesse* – que tomou posição sobre o relatório da Comissão e avaliou o *Social Progress Index* (IDIES, 2015).

⁶⁷ Notemos que Fabrice Flipo foi bem claro neste ponto: a comercialização da tonelada de carbono, ou de resíduos não deveria ser considerada como um mercado, já que a priori, tanto a tonelada de carbono quanto a de resíduos não é desejada por ninguém.

O fato dos demais entrevistados não terem se posicionado espontaneamente a respeito deste assunto de maneira alguma significa que não estejam de acordo com ele. Mostra somente que talvez não seja tão relevante para eles, enquanto é algo de maior importância para Jean Gadrey.

Mais amplamente, a questão da equidade entre mulheres e homens, e do papel da mulher como vetor de mudança, está abordada no debate do decrescimento. Em vários lugares – sobretudo nos países em desenvolvimento – são as mulheres que assumem uma parte essencial da produção, notadamente agrícola, embora elas estejam em situação mais vulnerável, como Vandana Shiva o denunciou. Ou seja, são as protagonistas-chave da produção, das atividades domésticas também – diretamente ligadas ao ‘cuidado’ e não valorizadas na economia formal. São elas que, atuando de maneira autônoma e empoderada, podem implementar modelos de desenvolvimento alternativo (LASAIRE, 2015; D’ALISA, DERIU e DEMARIA, 2015, p.154).

3.2.3.4 Sobre a saída do capitalismo

Para Arnaud Diemer, o decrescimento é uma crítica forte ao modelo capitalista, vindo de economistas marxistas críticos, para quem “talvez o decrescimento se torne uma outra forma de contestação do capitalismo, na sucessão do comunismo, marxismo e socialismo”. Assumiria assim a forma de um projeto político promissor (já que não existe mais tal projeto hoje em dia). Mas ao mesmo tempo, o decrescimento não assumiu questionar todo o modelo de vida da sociedade, por isso não está especificamente na ótica de destruição do capitalismo. O questiona, e traz questões de fundo – o que já é uma grande contribuição - cujas respostas só devem aparecer no futuro.

Jean Gadrey fez menção a “uma parte dos objetores de crescimento que se declaram como anticapitalistas, considerando que o sistema capitalista está na origem principal da desmedida, da *húbris*”.⁶⁸ Mas precisa que nem todos estão em oposição ao capitalismo, ou em diferente graus.

⁶⁸ Jean Gadrey acrescentou que é óbvio que essa *húbris* “não está inscrita na genética humana, já que houve sociedades que não funcionaram assim, tentando produzir e consumir sempre mais” (GADREY, 2015a).

Segundo Fabrice Flipo, existe uma confusão entre o ‘mercado’, o ‘capitalismo’ e o ‘produtivismo’⁶⁹; e por outro lado, entre os atores privados e os atores públicos. Alinhado com Alain Caillé sobre este ponto, pensa que tanto atores privados (as empresas), quanto atores públicos, como a sociedade civil ou o governo, podem levar em consideração os interesses climáticos, e que a proposta pode funcionar. A clivagem entre ‘privado e público’, pensando na finalidade das organizações, não é tão forte quanto a estabilidade do trabalho, e por isso acha que é um erro confundir e opor as duas coisas. Como explicou, existem duas definições do capitalismo:

De um lado, o capitalismo como propriedade dos meios de produção (marxismo), e do outro o capitalismo como acumulação do capital, que pode se fazer por meios/recursos públicos, como o mostraram os sistemas socialistas, de fato socialistas-produtivistas (FLIPO, 2016).

Por isso, entende que se opor de imediato ao mercado, e ao capitalismo, é um engano. Mas reconhece também que “se o mercado for definido pela procura pelo lucro, somente, de fato nenhum decrescente estará a favor do mercado, é evidente.”

Bernard Stiegler - cujas ideias serão apresentaremos logo a seguir com mais detalhe - critica com veemência o capitalismo: por ser um “capitalismo consumerista pulsionário, que resulta na destruição de todos os sistemas de cuidados” (ou seja, os sistemas sociais); por ser um capitalismo que era parcialmente “louco” (há 150 anos já), e que recentemente se tornou totalmente louco (há 40 anos). Mas Bernard Stiegler não acredita no fim do capitalismo e acha essa perspectiva muito ingênua, até imatura. Arnaud Diemer também entende que “uma ruptura rápida e radical [com o modelo capitalista] parece difícil” ou até impossível.

Quanto a Serge Latouche, tampouco se ilude quanto à dificuldade da empreitada de possível saída do capitalismo, mas quer acreditar na possibilidade de outras opções. Embora tenha escrito previamente que o mercado e o lucro possam servir como promotores de mudanças, ele pensa que

uma sociedade de decrescimento não pode conceber-se sem sair do capitalismo. Portanto, se ‘sair do capitalismo’ é uma fórmula conveniente, isso designa um processo histórico que é tudo menos simples... A eliminação dos capitalistas, a interdição da propriedade privada dos bens de produção, a abolição da relação salarial ou da moeda jogariam a sociedade no caos e só seriam possíveis com um terrorismo massivo. Isso não seria suficiente, ao contrário, para abolir o imaginário capitalista. Mas pode se viver em

⁶⁹ Como já vimos, o mercado é bem mais antigo que o capitalismo (e que o produtivismo) e existiu desde que existiram relações e trocas de bens e serviços entre as pessoas, numa lógica de utilidade social.

economias sem que essa seja capitalista/de mercado e onde as relações “não econômicas” sobreviveram. (LATOUCHE, 2005b, p.284, tradução nossa)

Continuando sua argumentação :

Um grande número de sociedades humanas conhecem mercados (em particular a África), moedas e, claro, o lucro comercial, financeiro, até industrial numa certa medida (que seria melhor chamar de ‘industrioso’ já que se trata de artesanato). Conhecem também a remuneração do trabalho na forma que chamamos de assalariado. Mas, essas relações ‘econômicas’ não são dominantes nem na produção nem na circulação de ‘bens e serviços’. (LATOUCHE, 2005b, p.285, tradução nossa).

Serge Latouche, insiste na necessidade de “descolonização do imaginário”, sendo que nosso imaginário atual está totalmente embutido nos valores capitalistas. Como medidas de remediação, ele chega a sugerir a “internalização das deseconomias externas” aplicada ao extremo, mas pondera que isso não poderia ser implementado já que contrariaria a lógica de rentabilidade das empresas capitalistas. Propõe então que, com nosso imaginário descolonizado, reforcemos o “localismo”, para permitir “revitalização da democracia local” e a florescimento da “democracia ecológica” de fato (LATOUCHE, 2005a; 2005b).

Lembremos que André Gorz também se posicionou sobre o que considerava como a ineluctável saída do capitalismo, por motivos diferentes: evidenciou o paradoxo do capitalismo que chegou a gerar, pelo livre acesso à informação e a preservação de concorrência, os meios de seu próprio fim (GORZ, 2007).

3.2.4 Ideias originais ou dissidentes (“fora do eixo”)

Dois dos entrevistados fizeram questão de se posicionar como não aderentes ao discurso do decrescimento, Alain Caillé e Bernard Stiegler. Esse último foi o mais enfático ao dizer: “não sou decrescente, até me oponho fortemente a este discurso”, explicando: “a questão não é ir rumo ao decrescimento, mas sim ir rumo ao crescimento. Porém, o que vivemos hoje não é ‘crescimento’, é ‘maucrescimento’”.⁷⁰

⁷⁰Bernard Stiegler publicou, junto com Alain Giffard e Christian Fauré, em 2009, um livro intitulado: “*Pour en finir avec la mécroissance*” (não foi traduzido para o português, mas seria algo como: “Para acabar com o maucrescimento”). (Paris, Flammarion, 2009).

3.2.4.1 Alain Caillé: convivialismo e reunião dos antiutilitaristas

Alain Caillé esteve à frente do Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) que nasceu nos anos 80 na França, e dirige a revista afiliada que é publicada semestralmente.⁷¹ Por ‘antiutilitarista’, devemos entender ‘antieconomicista’, ou seja uma oposição à ideia que a sociedade deveria se estruturar a partir da economia e reduzir tudo aos problemas econômicos ou à figura do indivíduo calculador.

Alain Caillé defende a ideia de que no trabalho pioneiro de Marcel Mauss – “Ensaio sobre o Dom” (também conhecido como “Ensaio sobre a dádiva”, do título francês “*L’essai sur le Don*”) - haveria matéria para reestruturar as ciências sociais e a filosofia política: “Mauss descobriu, de certa forma, o núcleo da relação social, que é um núcleo político, e que daí em diante pode ser formulado todo um conjunto de questões da sociologia, da economia, da antropologia claro, e da filosofia política.” Segundo ele, esse é um ponto muito relevante já que seria o ponto de partida e agregador de três correntes de pensamento crítico, que começaram a ter certa repercussão mundial. “Se formaram no quadro do MAUSS: o decrescimento, com Latouche; o pensamento do comum, com Laval (DARDOT e LAVAL, 2014); e o que estou tentando trazer, o convivialismo.” O que essas três correntes de pensamento têm em comum são, principalmente, o “antieconomicismo” (palavra-chave que pode se resumir, segundo ele, pela adesão ao abandono da dominação dos valores econômicos!) e que as três consideram como “a base da relação social, o que Mauss chamava de tripla obrigação: doar, receber e retornar”.

Com relação ao decrescimento propriamente dito, Alain Caillé tem certas ressalvas, que anunciou logo na abertura da entrevista: “Eu, não acredito no decrescimento. Isso estruturou uma oposição amistosa com Serge Latouche.” Ele explica que o decrescimento nunca foi muito popular dentro do movimento Mauss, por duas razões principais. A primeira é pela palavra mesmo: “é um enorme problema, não pode ser mobilizadora”. Segundo ele, essa palavra tem uma interpretação dúbia: «por ser uma mistura estranha de revolucionarismo, por um lado, e de conservatismo radical pelo outro, é uma recusa à modernidade”. A segunda razão é porque existe uma falta de clareza sobre o que se pretende decrescer, já que no limite, poderia haver decrescimento

⁷¹ Éditions La Découverte. (Ver < <http://www.revuedumauss.com> >)

(saindo da dominação dos valores econômicos) com crescimento do PIB, o que soa muito estranho (e parece contradizer a proposta inicial que é o decrescimento do PIB). Isso explica a posição - não favorável - que Alain Caillé e a maioria dos membros do MAUSS adotaram frente ao Decrescimento.

Por outro lado, ele também acha que a “ideia de indicadores alternativos ao PIB é uma falsa boa ideia”, já que é difícil (ou talvez impossível) definir, e calcular, o que seria a “riqueza verdadeira”, e acrescenta: “a ideia de quantificar tudo para ter outro indicador me parece totalmente contraprodutiva”.⁷²

Voltando a falar da corrente do convivialismo – que é aquela que ele mesmo lidera e promove – Alain Caillé explicou que o movimento teve suas origens em 2011.⁷³ Desde então, vem agregando apoiadores e pessoas engajadas – pares ou militantes “de tendências ideológicas diversas”⁷⁴, não somente franceses - com os quais escreveu um Manifesto do convivialismo.⁷⁵ O Manifesto convivalista, publicado em 2013, foi assinado por 68 coautores (dos quais oito atuam no Brasil).⁷⁶

⁷² De fato, essas foram as reservas emitidas pelo Alain Caillé quanto ao Patrick Viveret, filósofo parceiro do Mauss e grande crítico do PIB, que trabalha com indicadores alternativos. Para saber mais sobre a opinião do Alain Caillé sobre o assunto, ver: Alain Caillé, 2010.

⁷³ Em 2011, foi organizado em Tóquio um colóquio homenageando Ivan Illich e questionando a viabilidade de uma sociedade convival, onde Serge Latouche, Patrick Viveret, Marc Humbert e Alain Caillé se encontraram e iniciaram o movimento (o livro “*De la convivialité*” foi decorrente desse evento).

⁷⁴ Desde a criação do movimento convivalista, participaram contestatários assumidos da esquerda (como membros da associação Attac - “*Association pour la taxation des transactions financières et pour l’action citoyenne*” ou do Fórum Social Mundial) mas também católicos de esquerda, autores transversais (como Edgar Morin), filósofos diversos, intelectuais de *Alternatives Economiques*, e partidários da economia social e solidária.

⁷⁵ Antes do manifesto, Alain Caillé escreveu outra obra chamada “Para um manifesto do convivialismo”, à demanda de um editor, no qual citou por volta de quarenta autores franceses alternativos – alternativos no sentido que imaginam uma alternativa ao neoliberalismo, em diversas áreas.

⁷⁶ Segue a lista completa dos 68 coautores do Manifesto Convivalista:

Thais Florencio de Aguiar (Brasil) Claude Alphanéry, Geneviève Ancel, Ana Maria Araujo (Uruguai), Claudine Attias-Donfut, Geneviève Azam, Akram Belkaïd (Argélia), Yann Moulier-Boutang, Fabienne Brugère, Alain Caillé, Luis Roberto Cardoso de Oliveira (Brasil), Barbara Cassin, Philippe Chanial, Hervé Chaygneaud-Dupuy, Eve Chiapello, Denis Clerc, Gabriel Cohn (Brasil) Ana M. Correa (Argentina), Thomas Coutrot, Jean-Pierre Dupuy, François Flahault, Francesco Fistetti (Itália), Anne-Marie Fixot, Jean-Baptiste de Foucauld, Christophe Fourel, François Fourquet, Genauto Carvalho de França Filho (Brasil), Philippe Frémeaux, Jean Gadrey, Vincent de Gaulejac, François Gauthier (Suíça), Sylvie Gendreau (Canadá), Susan George (Estados Unidos), Christiane Girard (Brasil), François Gollain (Reino Unido), Roland Gori, Jean-Claude Guillebaud, Paulo Henrique Martins (Brasil), Dick Howard (Estados Unidos), Marc Humbert, Éva Illouz (Israel), Ahmet Insel (Turquia), Geneviève Jacques, Florence JanyCatrice, Zhe Ji (China), Hervé Kempf, Elena Lasida, Serge Latouche, Jean-Louis Laville, Camille Laurens, Jacques Lecomte, Didier Livio, Gus Massiah, Dominique Méda, Margie Mendell (Canadá), Pierre-Olivier Monteil, Jacqueline Morand, Edgar Morin, Chantal Mouffe (Reino Unido), Osamu Nishitani (Japão), Brasilmar Ferreira Nunes (Brasil), Alfredo Pena-Vega, Bernard Perret, Elena

O que Alain Caillé colocou em evidência é que com o fim do crescimento do PIB e do aumento das riquezas individuais – que, segundo ele, já está por acontecer de maneira estrutural, ou seja, querendo ou não, esse crescimento não acontecerá mais – surge um questionamento central: “como organizar uma sociedade que continue sendo uma sociedade democrática sem se apoiar mais na perspectiva de um enriquecimento infinito, para todos?”. O enriquecimento ilimitado, ao alcance de todas as classes sociais, foi o lema do período pós-guerra diretamente vinculado ao reestabelecimento da democracia e que vingou na época chamada das ‘Trinta Gloriosas’ (pelo menos na Europa) está intimamente ancorado no imaginário coletivo, e continua motivando os discursos dos políticos. Manter a democracia sem essa prerrogativa é, na opinião dele, é um assunto que é fortemente preocupante.

A segunda ideia central é que “o problema mais importante não é somente encontrar alternativas ecológicas e econômicas; o problema fundamental é encontrar uma doutrina política alternativa, uma filosofia política alternativa”, já que “as quatro grandes doutrinas das quais somos herdeiros – liberalismo, socialismo, comunismo e anarquismo - não nos permitem mais plantar esse problema central que é de organizar uma existência democrática sem que essa dependa em a aspiração de um crescimento infinito”. Eis o que o Manifesto convivialista busca: de certa forma, propõe os princípios dessa ideologia política que ainda está em elaboração.

Os quatro princípios do convivialismo são os seguintes: o princípio de comum humanidade; o princípio de comum socialidade; o princípio de legítima individuação, e o princípio de oposição controlada.⁷⁷

Pulcini (Itália), Ilana Silber (Israel), Roger Sue, Elvia Taracena (México), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Patrick Viveret.

⁷⁷ Os princípios são descritos como segue:

“-Princípio de comum humanidade: acima das diferenças de cor de pele, de nacionalidade, de idioma, de cultura, de religião ou de riqueza, de sexo ou de orientação sexual, há somente uma humanidade, que deve ser respeitada na pessoa de cada um de seus membros.

- Princípio de comum socialidade: os seres humanos são seres sociais para quem a maior riqueza existente é a riqueza de suas relações sociais.

- Princípio de individuação: em conformidade com os dois primeiros princípios, a política legítima é a que permite a cada um afirmar da melhor maneira sua individualidade singular em devir, desenvolvendo suas capacidades, sua potência de ser e de agir sem prejudicar a dos outros, na perspectiva da igual liberdade.

- Princípio de oposição controlada: porque todos têm vocação para manifestar sua individualidade singular, é natural que os humanos possam se opor. Mas só lhes é legítimo fazê-lo enquanto isso não coloca em perigo o marco de comum socialidade que torna essa rivalidade fecunda e não destrutiva. A política boa é por isso aquela que permite aos seres humanos se diferenciar, aceitando e controlando o

Conforme Alain Caillé reconhece, o último princípio não é tão autoexplicativo quanto os 3 anteriores, embora seja o mais importante porque é aquele que garante a democracia. Poder-se-ia falar em oposição criadora ou, lembrando o objetivo do Manifesto, a ideia que contém é de: “organizar as sociedades de maneira a permitir a cooperação “se opondo sem se matar”, frase emprestada ao Marcel Mauss, que acrescentava: “doando-se sem se sacrificar”. “Essa proposição é muito importante porque legitima o conflito. Eis a definição de base da democracia ». Sobre este ponto, sublinhou que os adeptos do decrescimento não concordariam com isso, porque não desejam o conflito, preferem ficar em sua atitude sectária, pensando que estão com a razão, e ponto final. Mas como regra de base da democracia, há de se reconhecer que “o conflito nem só é inevitável, mas também é desejável”, contanto que não degenerem em antagonismos e guerra, ou seja, sendo um “conflito controlado” (*maîtrisé*). Na opinião dele, isso condiz com o outro tema central do convivialismo: o adversário principal é a “húbris, o descomedimento”, e nisso pode condizer com os temas do decrescimento. Mas o problema é bem “mais complexo que a simples denúncia do capitalismo”, porque a “húbris é inerente ao desejo humano em geral, se não for canalizado”, já que “todo mundo tem vontade de ter mais poder, de se individuar e de ser reconhecido na sua singularidade”.

Ou seja, o princípio de «oposição controlada é o princípio de base do liberalismo republicano, da democracia”. No sentido mais amplo, o liberalismo é a oposição à autoridade tradicional, [...] é a afirmação da autonomia da lei humana, com relação à heteronomia da lei divina ou da lei tradicional (para retomar uma ideia de André Gorz)”. E para ele, “o decrescimento é uma das variantes do convivialismo”, e [...] “o respeito pelo meio ambiente também está no coração do convivialismo.

Por outra parte, segundo Alain Caillé, “a convivialidade está fundada na ideia que a base do desejo humano não é a necessidade econômica, mas o reconhecimento, e o MAUSS tem um trabalho central na questão do reconhecimento”. Eis um ponto bem interessante, até pensando em como poderiam ser definidas as necessidades humanas, as que se pretende preservar e manter para as gerações presentes e futuras que aparentemente são tão difíceis de se definir e de cuidar.

conflito.” (conforme o documento que foi traduzido em português por Frédéric Vandenberghe e Jean-François Véran).

Sobre esta proposta de convivialismo, Fabrice Flipo precisa que não devemos fazer confusão e que ela não corresponde ao conceito de convivialidade promovido por Illich. Acrescenta: “a convivialidade, segundo Illich, não é isso, tende mais para a democracia radical: é um estado no qual as ferramentas são dominadas coletivamente.” Mas entende que, apesar de convivialismo não ser um termo ideal (na opinião dele), é uma palavra e uma iniciativa que pode agregar. Aliás, tanto ele, quanto Jean Gadrey e Serge Latouche assinaram o Manifesto.

3.2.4.2 Bernard Stiegler, o disruptivo: contra o ‘maucrescimento’, em prol de uma economia neguentrópica

Para Bernard Stiegler, o problema atual é que estamos vivendo “o antropoceno que é uma evolução catastrófica da sociedade e que produz entropia”. A questão reside em: “como fazer para diminuir a entropia, aumentar a neguentropia?”. Embora ele entenda que muitas pessoas que se reivindicam do decrescimento queiram dizer a mesma coisa, para ele não se trata de decrescimento. Na visão dele, o problema central é que “estamos numa sociedade que é baseada na destruição do que Sigmund Freud em 1923 chamava a economia libidinal”. Complementou:

O consumer capitalism é baseado na descartabilidade, no desperdício, porque nos tornamos uma sociedade capitalista que se tornou ultra curtotermista e que só vê o interesse dos acionistas. [...] Esse capitalismo autodestruidor baseia-se não somente no consumo da energia e das matérias primas (como o ar, a água, etc.) mas também sobre o consumo dos indivíduos, que estão cada vez mais proletarizados, cretinizados, infelizes e que se tornaram adictos (STIEGLER, 2015b).

Ou seja, o consumo é baseado na adição dos homens – embora esses mesmos a condenem e aparentemente sofram por ter esse tipo de comportamento.

Por isso, ele sugere que a solução seria reinventar a economia libidinal, que permitirá transformar nossas pulsões (de vida e de morte) em investimentos. E ele insiste na necessidade de “educar as pulsões”. O capitalismo explorou, e continua explorando, essas pulsões e destruiu “todos os sistemas de cuidados”, que são “as formas de re-educação da vida social, os sistemas sociais”, e que de fato constituem uma sociedade.

Segundo ele, o grande problema que temos - antes de falar em crescimento ou decréscimo - é que “destruímos a civilidade das pessoas. Nós tornamos bárbaros”; precisamos nos reeducar para voltarmos a “tomar cuidado do coletivo; da juventude, da natureza, das pedras, *etc.*”. Mas por outro lado, devemos considerar o homem como um ser vivo tecnológico, caracterizado pelo desenvolvimento de órgãos artificiais (as ferramentas, indo do sílex de pedra até a Inteligência Artificial atualmente). Para ele, não devemos lutar contra a tecnologia nem o crescimento, mas devemos sim questionar a irracionalidade da economia política e os excessos do capitalismo. Ele não acredita no fim do capitalismo, mas ele denuncia o aspecto “demencial” do capitalismo, “na maneira como mobilizou as ciências e as técnicas para alcançar seus objetivos, desprezando os problemas ambientais”, por exemplo.

Sobre Georgescu-Roegen (que considera fundamental como crítico da economia capitalista), Bernard Stiegler apontou que ele não era decrescente e que o seu aporte principal foi dizer que “o problema da economia é cuidar da neguentropia, enquanto hoje temos uma economia que a destrói, e produz entropia”. Então nesse quadro, devemos propor soluções que permitam aumentar a neguentropia.

Bernard Stiegler dá sua definição do trabalho – à diferença do emprego – explicando que “alguém que trabalha, é alguém que, ao trabalhar, produz algo que não existia antes dele; inscreve uma singularidade – que como médico, como artista, como mãe de família, como jardineiro [...] Essa é a singularidade do artesão, quem fabricou. Isso é muito, muito importante”.

A taylorização e a padronização destruíram a singularidade dos trabalhadores. Ou seja, a taylorização produziu emprego mas destruiu o trabalho, matando os trabalhadores: os que sobraram se tornaram empregadores, sem nenhum saber e ao serviço das máquinas e dos robôs, que produzem entropia em dose muito alta. Mas segundo ele, reverter esta situação nem só é possível como é imprescindível. e será possível produzindo neguentropia - conforme Georgescu-Roegen o sugeria em 1930 já -, o que a única coisa racional a ser feita no longo prazo. Além do fim do trabalho, o desmoronamento do emprego – 50% das atividades assalariadas podem ser automatizadas – deixa pressagiar uma explosão do desemprego (que já se iniciou em vários lugares do mundo), que afetará drasticamente a economia. Por isso, Bernard Stiegler pensa que novas formas de redistribuição dos ganhos de produtividade – que é

a base do capitalismo consumerista – devem ser pensadas. Ele aposta, por exemplo, na possível implementação de uma renda contributiva em grande escala, inspirada no modelo de remuneração dos ‘intermitentes do espetáculo’⁷⁸,

Segundo Bernard Stiegler, grandes industriais serão interessados em projetos alternativos de financiamento da “produção de valor neguentrópica, fora do trabalho”, já que terão interesse em e necessidade de pessoas consumidoras com um poder de compra satisfatório, e de trabalhadores capacitados que intervirão na sua empresa para desenvolver o que chamam de ‘cobotização’.⁷⁹ Ele aposta numa “mudança radical da economia, macroeconômica, baseada na transformação do próprio industrial e dos instrumentos da indústria”. É a ideia que a equipe do Instituto de Pesquisa e Inovação (IRI, da sigla em francês) do Centre Pompidou apoia e quer implementar (num município do subúrbio de Paris). Permitirá gerar neguentropia e “reabrir o futuro”, um futuro que aparenta não ter mais expectativas para muitas pessoas desses subúrbios, mas que pode se tornar um futuro contributivo e deve privilegiar “o local”, “reinventando em profundidade os saberes”. Vendo que industriais estão enfrentando esse dilema, precisando demitir milhares de trabalhadores - já que esses não têm mais valor agregado e que eles mesmos são pressionados pelos acionistas -, e tendo que contratar outros (poucos) - detentores de saberes, valiosos, Bernard Stiegler entende que deve ser novamente priorizada e desenvolvida a capacitação.

Seguindo esta mesma ideia, critica a atuação das universidades e dos órgãos de transmissão do saber, que hoje ensinam competências, ou seja só transmitem “competências de adaptação, que são tarefas proletarizadas, sem saber”; quem detém o

⁷⁸ Tradução literal da expressão francesa ‘*intermittents du spectacle*’, que abrange artistas e técnicos que trabalham por intermitência para empresas do espetáculo, do cinema ou do audiovisual. Sendo assalariados de maneira intermitente, eles beneficiam de um estatuto particular: a condição de trabalhar pelo menos 3 meses no ano, eles recebem uma , renda indenizadora durante o resto do ano. Esse modelo assume como regra a alternância entre períodos de trabalho (uma turnê, a produção de um filme) e de desemprego, inerente às atividades artísticas e permite de certa forma amenizar essa precariedade. Na França, o ‘regime assalariado intermitente com empregadores múltiplos’ (vulgarizado pelo termo ‘*intermittents du spectacle*’) foi estabelecido em 1936, e reforçado 25 anos mais tarde, pelos anexos 8 e 10 do regulamento geral do seguro desemprego (‘*Assedic intermittent*’). (Fonte: <<http://www.mescachets.com/intermittent-spectacle/statut-intermittent-du-spectacle>>). Bernard Stiegler explicou que essa medida foi decidida pelo patronato francês do cinema e do espetáculo da época, financiando assim a geração de capacidades e de valor, de externalidades positivas, dos mesmos.

⁷⁹ Os ‘cobôs’ são robôs colaborativos, que se propõem a ser seguros e a trabalhar “de mão dada” com os homens. São apresentados como uma das tecnologias-chave da indústria 4.0 e das fábricas do futuro (vejam os investimentos e aparentemente, a indústria (ou indústria.4) está investindo muito neles recentemente (MOAL, 2017).

saber sãas as máquinas. A questão fundamental é que devemos “mudar o quadro de pensamento e reconstruir o trabalho”, formando “pessoas que tenham um verdadeiro saber, se apropriando das técnicas atuais”. E para isso, a estrutura de “produção e de transmissão do saber deve ser transformada profundamente”. Falando em capacitação e em saber - saber coletivo – Bernard Stiegler fez referência ao economista indiano Amartya Sen. Esse mostrou como, ao manter seus saberes e suas capacidades (*‘capabilities’* em inglês, que Bernard Stiegler traduz por ‘saber’, se referindo a um ‘saber coletivo’ e não a uma competência individual, para a qual o termo inglês seria *‘empowerment’*), os Bengalis conseguiram manter sua sociedade e sua civilização, e assim enfrentar dificuldades extremas (secas e falta de comida), sendo mais “resistentes” e se sentindo melhor que habitantes de Harlem, em New York (os quais têm acesso a bens de consumo de fácil acesso). Pensando em saber coletivo e em autonomia coletiva, Bernard Stiegler reforça que uma grande questão atualmente é a “necessidade de reinventar os saberes compartilhados, e que é esse compartilhamento dos saberes que sustenta o software livre e o torna eficaz”. E “isso corresponde à desproletarização, já que a proletarização é baseada na privação dos saberes”. Assim, acaba com a apropriação industrial do segredo e do saber.... ”Eis o futuro!”, acredita.

3.3 Síntese dos discursos e representação (Corpus V1)

Como vimos no decorrer dos capítulos 2 e 3, pelo levantamento bibliográfico e pelos testemunhas dos especialistas objetores de crescimento, o decrescimento se inspirou de várias correntes críticas, indo do marxismo à ecologia profunda. A Figura 3 a seguir propõe-se a representar as escolas de pensamento que originaram, com mais proximidade, a objeção do crescimento, e o decrescimento em particular (que não pode ser considerado como uma teoria em si); assim como os autores considerados como chaves e os especialistas entrevistados para esse trabalho.

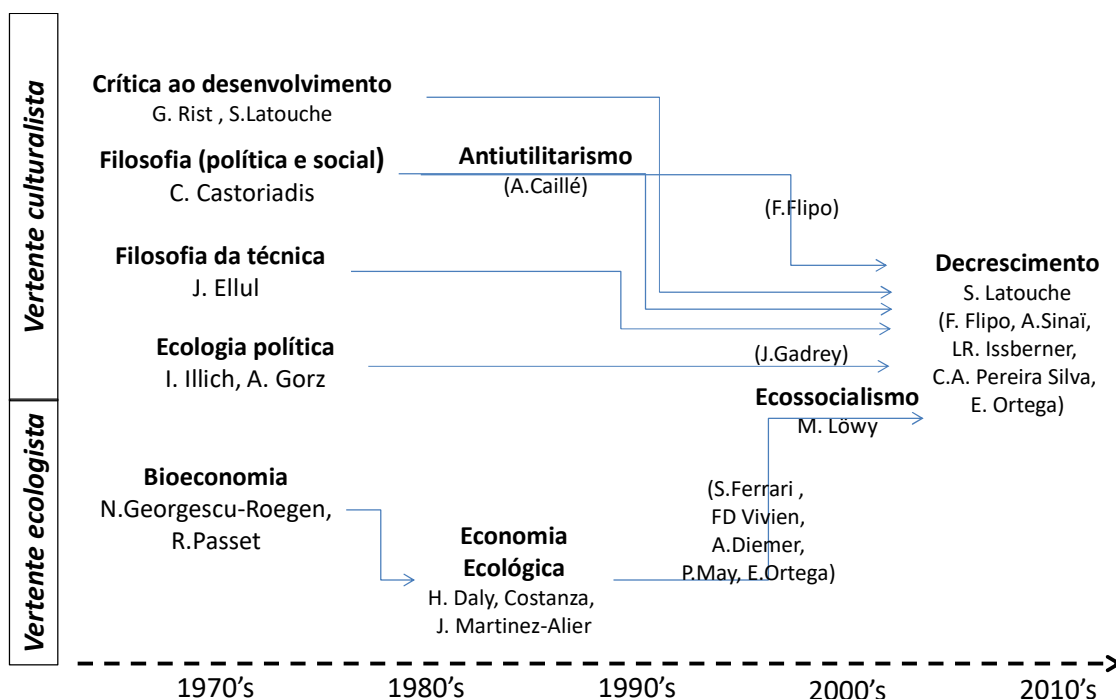


Figura 3 – Escolas e pensadores à origem do decrescimento
Fonte: elaboração própria.

A partir dos discursos dos entrevistados e das leituras prévias (e complementares), foram elencados os vários conceitos e agrupados por “proximidade” de sentido, visando a racionalizá-los, ou simplificá-los num conjunto de “macrotemas”. Isso resultou numa nuvem de conceitos, representada pela Figura 4. Os círculos maiores evidenciam os valores que apareceram de maneira mais premente nos discursos analisados e que podem agregar outros conceitos próximos, embora a interdependência que existe entre vários conceitos dificulte a tarefa: por exemplo, os conceitos de ‘reciprocidade’ pode ser aproximado dos de ‘comunidade’ e ‘solidariedade’ (no

conceito maior de ‘convivialidade’), já que ele representa o fundamento das relações sociais, mas poderia também ser aproximado do valor de ‘justiça social’, que contém o conceito de ajuda mútua e ‘responsabilidade’ para com o outro (CORDIER, 2017; RAWLS, 1993; MAUSS, 1924).

Não há uma representação certa, e ainda menos uma representação ideal. Cada pesquisador que fizesse o exercício desenvolveria uma representação própria, fruto de sua interpretação própria, e portanto viesada, de certa forma, pela priorização resultante de sua subjetividade. A seguir está a proposta que representa o entendimento que se teve dos vários assuntos até o momento. A tabela em Apêndice B apresenta a relação entre os conceitos levantados, nos discursos dos autores selecionados e dos especialistas entrevistadas, e os seis “macroconceitos” – ou critérios – propostos. Essa tentativa de racionalização dos valores, princípios e conceitos, de maneira geral, foi feita com o intuito de ‘simplificar’ e traduzir as propostas decrescentistas num arcabouço manuseável, porém que garanta a completude das abordagens.

4 CONJUNTO DE CRITÉRIOS – ARCABOUÇO PARA AVALIAÇÃO DE SISTEMAS SOCIOPRODUTIVOS

4.1 Racionalização da nebulosa de conceitos

O objetivo dessa etapa é construir um conjunto de critérios – consistente e que traduza a perspectiva de decréscimo analisada até agora. Considera-se que o conjunto de critérios propostos permite avaliar sistemas socioprodutivos, ou projetos, para qualquer uma das problemáticas de tomada de decisão multicritério - descrição, escolha, classificação ou ordenação de alternativas (ROY, 1985).

Almeja-se propor um arcabouço teórico, que poderá ser adaptado – em função do contexto e dos atores envolvidos. O conjunto dos critérios e subcritérios proposto haverá de ser ajustado coletivamente, para atender à dinâmica social local, mas a priori espera-se que os critérios principais sejam mantidos - sofrendo alteração nos nomes, se necessário, mas mantendo a lógica e a totalidade dos aspectos a considerar. Como disse Enrique Ortega, “não haverá modelo único, mas pode haver princípios gerais, a adaptar”, e é nessa linha que vem a proposta. Esses critérios podem se apresentar como diretrizes gerais, orientadores, que serão adaptados para refletirem melhor a realidade e a dinâmica de cada sistema em estudo.

Seguindo as orientações de Bouyssou e Roy (1993), o conjunto de critérios foi definido respeitando três exigências básicas, que devem permitir assegurar a consistência do conjunto: exaustividade; não redundância e coesão. Buscou-se garantir também a homogeneidade, ao expressar cada um dos critérios de maneira positiva, assegurando assim que, com a evolução na mesma tendência, de melhoria, isso possa expressar um melhor resultado da situação do sistema em estudo (espera-se que quanto maiores o respeito aos recursos naturais, a convivialidade e a justiça social, tanto ‘melhor’ será o desempenho social, produtivo e ambiental). Em relação a subcritérios, não é possível utilizar a mesma lógica. O mais importante é criar uma ‘caixa de ferramentas’ de análise que possa dar um retrato completo (exaustivo) e não redundante, porém não muito complexo para permitir uma aplicação pelos próprios envolvidos.

Outra exigência que foi respeitada foi a de operacionalidade, a saber, que não seja demasiadamente extenso para poder ser aceito como base de trabalho (BOUYSSOU, 1990).

Neste sentido, um conjunto de seis critérios foi considerado conveniente para permitir uma gestão adequada.

Para assegurar exaustividade – e pensando num trabalho futuro a ser apropriado e aplicado de fato pela comunidade em estudo – esse conjunto de critérios deverá ser revisitado e validado pelos atores locais, os quais talvez incluam outros a essa lista. Quanto à definição de subcritérios: cada grupo social considerado haverá de definir quais subcritérios – e talvez indicadores decorrentes – se aplicarão ao seu contexto. Os critérios selecionados deverão respeitar duas outras condições: a compreensão – os desempenhos nos critérios devem ser compreensíveis de todas as partes - e a adesão – se o conjunto dos desempenhos parecem adequados, para cada parte, para apreender o problema (MERAD, 2010, p.67).

4.2 Conjunto de critérios propostos

Tabela 6 – Conjunto de critérios para análise multicritério a partir da perspectiva do decrescimento

Critérios	Subcritérios propostos
Respeito ao meio ambiente	Comuns ambientais (água; ar; uso da terra; estética das paisagens)
	Neguentropia (eficiência energética; consumo de matéria-prima; resíduos evitados; interação com organismos vivos)
Autonomia	Autonomia financeira (necessidade de investimento compatível)
	Domínio individual da tecnologia (<i>empowerment</i>)
	Saber coletivo (<i>capabilities</i>)
Qualidade de vida (no Mundo da Produção e no Mundo da Vida)	Condições de trabalho (ergonomia)
	Satisfação e reconhecimento no trabalho
	Rendimentos adequados
	Tempo livre
	Qualidade das condições extralaborais (condições de moradia, de transporte, distância entre casa e local de trabalho)
	Acesso a serviços sociais e culturais (saúde e educação; esporte, cultura)
Convivialidade	Solidariedade e laços sociais (confiança: cooperação no trabalho; relações não financeiras)
	Identidade e valores vernaculares (pertencimento, perpetuação ou criação de identidade e tradições locais)
Simplicidade	Padrões de consumo (sobriedade voluntária)
Justiça social	Equidade (igualdade no acesso aos bens comuns; diminuição das desigualdades)
	Cuidado mútuo (inclusão; respeito mútuo; ajuda mútua)
	Cidadania deliberativa (voz e igualdade política)

Fonte: elaboração própria.

5 O QUE SERIA NA PRÁTICA

No mundo todo, algumas iniciativas estão se multiplicando localmente, no completo anonimato para a grande maioria; São frutos, muitas vezes, do simples ‘jeitinho’ ou ‘jugaad’ de pessoas necessitadas, que resulta em inovações frugais.⁸⁰ Outras são midiaticizadas e apresentadas como casos de sucesso, devido à sua organização em rede e ao seu respaldo internacional. Conforme encontradas nas fontes consultadas⁸¹, essas ações locais se desenvolvem principalmente nas seguintes áreas:

- agricultura, com vários exemplos de agricultura sustentável e promoção da agricultura urbana (AMAP⁸² ou hortas comunitárias, por exemplo);
- energia, seja com sistemas autônomos, desenvolvidos por tecnologia social em pequenas comunidades rurais, respondendo a uma demanda, ou por meio de aproveitamento de resíduos ou água usada em meio urbano;⁸³
- economia, pela adoção de modelos alternativos, contando com cooperativas e cadeias de suprimentos de proximidade, por vezes com moedas complementares próprias;
- democracia, com exemplos de participação cidadã proativa e na educação.

A seguir estão apresentadas certas iniciativas específicas citadas pelos entrevistados, que poderiam ser consideradas como em prol do decrescimento, e dois casos mais concretos – no Equador e no Brasil – a título de exemplo do que poderia ser comunidades locais que se propõem a viver de sua produção e com qualidade, inseridas no tecido econômico local, porém sem almejar um crescimento ilimitado e visando a se emancipar economicamente. Essas iniciativas são descritas brevemente, para depois serem objeto de avaliação, com o conjunto de critérios e

⁸⁰ De fato, tais iniciativas existem desde sempre, sobretudo em áreas carentes onde a ‘necessidade é mãe da indústria’ e as pessoas sabem fazer uso de sua *potentia* para desenvolver soluções locais- com ‘jeitinho’ ou ‘jugaad’, segundo as expressões brasileira e indiana, respectivamente (PANSERA e OWEN, 2018)..

⁸¹ As principais fontes consultadas foram obras nas quais são compiladas experiências de terreno, na França (DUPIN, 2015) e no mundo todo (TALEB, 2012; MANIER, 2012). Várias dessas experiências exemplares, assim como outras, foram apresentadas também em vídeo-documentários, os quais permitem uma difusão mais rápida e maior capilaridade (DION e LAURENT, 2015; ROBIN, 2014; STIGLITZ, 2008).

⁸² As AMAP - *Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne* - são destinadas a favorecer a agricultura rural e biológica que pena em subsistir frente à agroindústria. Procura criar uma relação direta entre pequenos agricultores e consumidores, os quais se comprometem a comprar a produção desses por um preço equitativo e pagando adiantado. (Para maiores detalhes, ver o site <www.reseau-amap.org>).

⁸³ Exemplo da cidade de Nanterre, na França, citado no filme “*Demain*” (2015).

subcritérios proposto previamente (Capítulo 4), visando a testar sua aplicabilidade. As iniciativas não são de fato analisadas, com detalhe, à luz do arcabouço de critérios (já que mereceria uma aproximação maior com as realidades locais e um estudo de caso efetivo), mas suas principais características devem permitir avaliar *grosso modo* o quanto o arcabouço proposto seria adequado para diferentes contextos. A atenção principal é dada ao caso da Ilha das Cinzas, no Norte do Brasil (chamado ‘caso em estudo’) já que foi o contexto onde pôde ser realizada uma observação participante.

5.1 Projetos e ações citados pelos entrevistados

Cada entrevistado citou pelo menos uma iniciativa ou um projeto, do qual participou ou está participando, de maneira mais ou menos ativa, como pesquisador ou fomentador-militantista. Essas ações são apresentadas rapidamente a seguir. Um pouco mais de ênfase será dada a duas iniciativas, as quais estão em andamento e são bem peculiares já que fogem do campo da pesquisa acadêmica, comentadas por Alain Caillé e Bernard Stiegler respectivamente (os “dissidentes”, mas que sabem promover a ação).

5.1.1 Divulgação e sensibilização

A pesquisadora e jornalista Agnès Sinaï, cofundou em 2009 um laboratório de ideias sobre as questões relacionadas com o decrescimento e com o Antropoceno, chamado o Instituto Momentum.⁸⁴ Nele participam pessoas que faziam parte da redação da revista Entropia, dando continuidade aos trabalhos iniciados há décadas, pela promoção de encontros e debates (presenciais ou online), e pela publicação de livros coletivos. Ela mesma, como jornalista, escreveu para a revista mensal próxima do decrescimento chamada ‘*S!lence*’⁸⁵ e trabalha para outros jornais cujo foco não é o decrescimento mas nos quais ela tenta induzir essa abordagem e passar mensagens, sob o ângulo do decrescimento. Por outro lado, desde 2010 ministra um curso, semestral, sobre o decrescimento na escola elitista de ciências políticas em Paris (*SciencesPo*),

⁸⁴ O instituto conta com trinta contribuidores. O site do instituto é <<http://www.institutmomentum.org/>>.

⁸⁵ Tal como se define, a revista *S!lence*, criada em 1982, trata de temas ligados ao meio ambiente (energias, agricultura, poluições, saúde...) e à sociedade (feminismo, não-violência, relações norte-sul, decrescimento...), privilegiando uma abordagem transversal.

atualmente junto com o professor de ciência política Luc Semal.⁸⁶ No momento da entrevista, já contava com o atendimento a 10 turmas, de 35 alunos cada uma, e a alguns eventos em auditórios, com frequência de até cem pessoas cada um.

Da mesma forma, Fabrice Flipo comentou que hoje em dia, na Escola de Engenharia do *Institut Mines-Télécom* de Evry, ministra um curso sobre desenvolvimento sustentável no qual aborda o tema do decrescimento, e outro sobre as grandes ideias políticas (fato que era impensável há cerca de quize anos atrás em uma escola de engenharia). São realizadas dinâmicas com “desempenhos de papéis (*jeux de rôle*), sobre casos reais”. A experiência está sendo bem sucedida, auxiliando diretamente os alunos que adquiriram uma única racionalidade a entenderem o pluralismo e outras visões.

Arnaud Diemer apontou para o decrescimento como uma possível ‘Questão Socialmente Viva’ (QSV), objeto no qual ele trabalha atualmente no ensino.

Tanto Jean Gadrey, quanto Serge Latouche, Agnès Sinaï, Franck-Dominique Vivien, Fabrice Flipo, Sylvie Ferrari e Arnaud Diemer participam de um movimento de divulgação das ideias do decrescimento, via conferências e atividades militantes, além de postagens frequentes online (Blog "*Demain, debout!*" de Jean Gadrey, no site de *Alternatives Economiques*), cursos e aulas presenciais e online (Sylvie Ferrari, FDV e Arnaud Diemer participaram juntos de módulos online dedicados ao Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Paris 1 – Panthéon Sorbonne, cursos nos quais as ideias mais ‘radicais’ do decrescimento são divulgadas).⁸⁷ No momento da entrevista com Serge Latouche, ele retornava da Itália onde tinha estado para comentar a ligação entre a Encíclica papal (de 2015) e o decrescimento. Simultaneamente, Agnès Sinaï estava participando da COP21.

Liz Rejane Issberner foi a única a falar explicitamente na possibilidade de “descolonização do imaginário pelas artes”, a partir de referência a outros autores. Enrique Ortega também fez alusão ao fato, ao sublinhar que o site internacional “*Properous waydown*”

⁸⁶ O programa desse curso de SciencesPo pode ser consultado no site: <<http://formation.sciences-po.fr/enseignement/2017/kint/3580>>.

⁸⁷ Os vídeos para o MOOC "Environnement et Développement durable" são produzidos pela *Université Virtuelle Environnement et Développement durable* (UVED) e realizados pela *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne* (encontram-se disponíveis no site da universidade).

tem uma qualidade estética muito boa (por isso seria mais eficaz para atingir as pessoas). Sendo assim, vislumbra-se que as artes podem ser um vetor de mudanças de paradigma.

Franck-Dominique Vivien mencionou também a relevância dos grupos de trabalhos alternativos - *think tank* e associações – que tentam inventar indicadores e vias alternativas, e que divulgam também de maneira diferente e pode ser pertinente para a abordagem desejada.

5.1.2 Projetos de pesquisa acadêmica

Nesta seção, o primeiro projeto que merece destaque é o de Arnaud Diemer, que envolve economistas franceses e ecologistas suecos e islandeses, sobre a revisão do modelo Meadows⁸⁸. Cabe ressaltar a presença de um aluno de doutorado - orientado por ele junto com Sylvie Ferrari – que se dedica exclusivamente às questões de decrescimento, utilizando o Modelo World3 (usado por Meadows em 1972) com uma abordagem sistêmica. Um dos objetivos é explorar cenários de decrescimento para o contexto francês, considerando um conjunto de propostas: redução do tempo de trabalho e garantia do trabalho; renda básica e renda máxima; moedas locais e controle público da criação de moeda; e impostos diversos sobre a produção, o patrimônio, a herança e a terra. Além disso, está também sob estudo as interações e sinergias existentes entre as propostas mencionadas.⁸⁹

A equipe de Franck-Dominique Vivien trabalha com foco em projetos de química verde (ou bioeconomia), financiados pela União Europeia e a região. O grupo de Fabrice Flipo desenvolveu uma pesquisa sobre os resíduos eletrônicos e as tecnologias verdes, que rendeu duas publicações: um relatório ('e-dechets') e um livro – "*Écologie de l'infrastructure numérique*" (FLIPO et al, 2007). Tanto esse projeto quanto os de química verde podem ser relacionados com o decrescimento, já que são orientados para economizar recursos. Porém Franck-Dominique Vivien reconhece que a tendência não parece ser essa, já que o objetivo final continua sendo "produzir mais". Ou seja, parece que a bioeconomia promovida pela Comunidade Europeia visa

⁸⁸ É um projeto financiado pela Comissão Europeia. no quadro do *Intensive Training Network* (ITN-Marie-Curie).

⁸⁹ Conforme informações recebidas do próprio pesquisador Timothée Parrique (em abril 2017), a pesquisa visa a formular várias vias de decrescimento economicamente coerentes, em função da viabilidade de diferentes arranjos entre as propostas consideradas.

ao ‘crescimento verde’ - à diferença da bioeconomia pregada por Georgescu-Roegen, que almejava o decrescimento ou da bioeconomia apoiada por René Passet, em prol do desenvolvimento sustentável. Arnaud Diemer mencionou a dificuldade de implementar programas de pesquisa, pelo fato do tema do decrescimento continuar muito marginal. Mesmo assim, parece um pouco mais otimista (ou resignado): espera que cada vez mais pesquisadores querendo focar no tema do decrescimento possam participar de projetos mais amplos de pesquisa como esses, e entende que essa evolução – aparentemente lenta – é normal e necessária ao advento de qualquer nova teoria.

Emilio Lèbre La Rovere comentou sobre o projeto ECOPA– Evolução dos Padrões de Consumo, Convergência Econômica e Pegada de Carbono do Desenvolvimento: uma comparação Brasil-França. Economistas e antropólogos franceses e brasileiros de três instituições trabalharam juntos, de 2014 a 2017⁹⁰, tentando imaginar mudanças nos padrões de consumo, distribuição de renda e crescimento populacional e seus impactos ambientais no futuro - construindo cenários de emissões de gases de efeito estufa.

Enrique Ortega trabalha com projeto agroecológicos, e também participa de uma linha de pesquisa em sistemas agroflorestais. Está sendo montado por eles um projeto sobre resiliência hidrográfica e ecológica de uma região a ser definida, a princípio uma microbacia.

5.1.3 Duas experiências de terreno (França)

5.1.3.1 Convivialismo pelo esporte

Alain Caillé interessa-se pela questão do esporte, pela relação entre esporte, jogo, dom, a partir da base da relação social tal como definida por Mauss: no esporte, a oposição cria a relação, e a aceitação da reversibilidade confere o espírito de dom (ganha um dia, perde o

⁹⁰ O projeto foi realizado graças ao financiamento da ANR (*Agence Nationale de la Recherche*), por um parceria entre o CIRED (*Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement* da França), com a COPPE/UFRJ, o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). (Maiores informações podem ser encontradas no site do Instituto de Física da Universidade de São Paulo).

outro).⁹¹ Comentou uma aplicação em curso, na França, para difundir valores de convivialismo pelo esporte.

A *Agence pour l'Éducation par le Sport (APELS)* trabalha desde 1997 com milhares de federações e associações esportivas na França para difundir valores e práticas comuns para uma educação cívica e cidadã, pelo esporte. Um de seus programas - o programa “*Fais-nous rêver*” – acompanha e premia projetos esportivos que permitam “a inserção dos jovens, o sucesso educativo e o conviver (‘*vivre ensemble*’) nos territórios”. Em 2015, um documento de referência foi elaborado para guiar a ação dos educadores sociais e esportivos do programa: é uma Carta de Princípios, inspirada nos princípios do Manifesto convivalista – que Alain Caillé rebatizou de Carta do esporte convivalista.

Como enunciado no primeiro artigo (*Article 1*) desta carta, quatro grandes princípios indissociáveis sustentam a ação da associação. São esses:

- O princípio de respeito das diferenças ;
- o princípio de enriquecimento do laço social ;
- o princípio de “desenvolvimento/florescimento” pessoal ;
- o princípio de oposição criativa. (APELS, 2015, tradução nossa)

Cada princípio é desdobrado em uma média de sete critérios segundo o termo usado na Carta (de seis a oito critérios segundo o princípio) , ou “indicadores”, segundo o termo usado por Alain Caillé, que são formulados como objetivos (por um verbo no infinitivo) e permitem a cada signatário e usuário da Carta avaliar o quão maduro está sobre o cumprimento desses princípios. Pode ser usada como ferramenta de avaliação interna, para definição de plano de ação, já que prevê também um comprometimento sobre progressos.⁹² A título de exemplo, dois dos sete critérios referentes ao segundo princípio de “enriquecimento do laço social” (o qual se insere no critério ‘conviviliade’ de nosso arcabouço) são:

- Formalizar as regras comumente aceitas e procurar sua apropriação pelo grupo;

⁹¹ O número da revista do MAUSS do segundo semestre de 2015 foi dedicado ao esporte - *Revue du MAUSS Semestrielle*, nº46. “*L’esprit du sport: entre jeu, don et démesure* ». Ed. La découverte.

⁹² Uma tabela informativa da *Charte du sport* convivalista pode ser acessada no site do movimento dos Convivalistas (disponível em: <<http://www.lesconvivalistes.org/societe-civique/les-reseaux-amis-2/148-grande-premiere-une-charte-du-sport-convivaliste>>).

- Definir um projeto coletivo, um desafio que o grupo deseje assumir e cuja realização necessita a cooperação de cada uno” (LES CONVIVIALISTES, site).

Jean-Philippe Acensi, fundador da APELS e delegado geral do movimento “*Fais-nous rever*”, é convicto que ao “transmitir um *savoir-vivre* e uma multitude de capacidades e referências [...] o esporte é um meio que pode servir a criar uma mesma relação educativa e emancipadora no mundo”. Ele explica que os educadores envolvidos nas ações locais têm uma abordagem política que se concentra no ‘agir’, ‘faço o que posso ao meu nível’, o que é uma grande força de ação para “juntar ao projeto de sociedade que nos transcende” (ACENSI, 2015, p.188).

Alain Caillé acredita que “nos bairros ‘abandonados’ (onde há evasão escolar e problemas de delinquência), a única coisa que segura um pouco os jovens é o esporte”. O único fator educativo, vetor de moralidade e de civismo, é o esporte.” Por isso, ficou entusiasmado com a elaboração desta carta pela APELS e reconhece que a iniciativa, com os princípios traduzidos de maneira precisa pelos indicadores quantitativos e qualitativos, é a prova de que pode haver uma aplicação mais concreta de tais princípios.

5.1.3.2 Capacitação e pesquisa contributiva em um subúrbio parisiense

Plaine Commune é um território intercomunal composto por 9 municípios⁹³ de mais de 410.000 habitantes no total, no departamento 93 de Seine-Saint-Denis. É o subúrbio de Paris considerado o mais sensível, em termo de desemprego, pobreza e criminalidade, onde se fala em derrota de um estado “desigual e inadaptado” e que é foco da atenção pública (COUVELAIRE, 2018). Conforme descrito por Bernard Stiegler, Plaine Commune é um território muito pobre - a taxa de pobreza é de 35% em relação a 13% no departamento 95 de Ile de France e a taxa de desemprego de 22% para as pessoas entre 16 e 64 anos, em relação a 9% na região. (STIEGLER, 2016). É uma região bastante heterogênea, com 137 nacionalidades e a população mais jovem de França, e que sofre “obviamente com a presença de delinquência”, conforme Bernard Stiegler ponderou; aliás esses elementos a tornam um lugar muito relevante para tal projeto. Embora

⁹³ As cidades são : Aubervilliers, La Courneuve, Saint-Denis, La Plaine Saint-Denis, Saint-Ouen, Epinay-sur-Seine, Villetaneuse et Pierrefitte.

empresas tenham se implantado no território, por transferência ou criação, parece que a população não se beneficiou dessas oportunidades por falta de capacitação (INSEE, 2010).

A ideia promovida no território de Plaine Commune é desenvolver um território contributivo: com renda contributiva, ensino e um laboratório de pesquisa contributivos, e uma economia contributiva baseada na ‘desproletarização’ e no ‘fim do emprego’. Concretamente, o que se propõe fazer nesse território - é “converter suas cidades em ‘*smart cities*’, cidades inteligentes, ou seja, em “territórios automáticos”, nos termos de Bernard Stiegler. Segundo ele, trata-se de um ótimo caso para a “automatização generalizada”, por ser uma região muito urbanizada. A ideia é desenvolver um território contributivo, a partir da inteligência coletiva e de uma “prática da automatização feita pela deliberação”, já que entende-se que o projeto inteiro será desenvolvido como um projeto de pesquisa-ação, junto com os jovens presentes no local, atores motores e beneficiários do projeto. Estima-se que esse tipo de território interessará às empresas, que vão querer investir nesse tipo de ‘*smart cities*’. Valorizando esta inteligência coletiva, os territórios tornar-se-ão atrativos para indústrias, investidores, inclusive estrangeiros (Bernard Stiegler citou o exemplo de investidores asiáticos, que são os mais frequentes, aparentemente). Em dezembro de 2015, já tinha sido criada uma rede chamada *Digital Studies Network*, internacional, constituída de 40 parceiros, que vai acompanhar a problemática de Plaine Commune.

Quanto ao modelo econômico que sustentará o projeto, no momento da entrevista ainda não estava definido⁹⁴ e não se sabia se seria cooperativo, ou associativo, ou se teria outro formato. O que estava definido e compõe o coração da proposta, é a intenção de experimentar uma remuneração do tipo “renda contributiva”, inspirada no modelo de remuneração e de indenização dos ‘intermitentes do espetáculo’, ou seja, artistas. Segundo Bernard Stiegler, ao receber uma indenização durante os períodos não trabalhados de maneira assalariada, as pessoas poderão desenvolver suas capacidades e seus saberes durante o resto do ano, e gerar valor e externalidades positivas. Considerando que a produção de valor neguentrópico é realizada fora

⁹⁴ Segundo o primeiro relatório do primeiro Ateliê, em junho 2017, esse novo modelo macroeconômico passou a ser chamado de economia da contribuição, dentro da qual objetiva-se: “institucionalizar as atividades ditas ‘não produtivas’, mas também questionar o lugar do saber dentro da produção e por exemplo imaginar uma evolução das políticas de formação profissional, hoje baseadas nas tensões do mercado do emprego em vez de necessidades sociais.” (Fonte: <https://recherchecontributiveorg.files.wordpress.com/2017/06/cr-atelier-13-juin.pdf>).

dos horários de seu trabalho, já que o trabalho, ao contrário, gera um valor negativo e entropia, seria justo financiá-la. De fato, pretende-se, assim, valorizar atividades que hoje sofrem de falta de reconhecimento e de qualificação, ou até podem ser totalmente invisibilizadas ou desacreditadas, por causa da ausência de um quadro jurídico. No quadro desta experimentação, a renda contributiva deve ser paga a cerca de cem a duzentos jovens dos municípios. Espera-se que esse movimento ajude a construir o futuro profissional e a consciência cidadã dos que se beneficiarão da renda contributiva.

É interessante notar que para Bernard Stiegler “não existe solução [predefinida], é preciso que os territórios secretem o que querem”. Somente a renda contributiva será ‘imposta’, já que é o ponto de partida, ou a premissa de base da proposta, e que foi consensuado com os políticos. Fora isso, as soluções devem ser definidas com os atores do território. Busca-se fazer “capacitação territorial, para que o território aumente suas capacidades. Embora não seja fácil, o grupo do IRI tem grandes expectativas porque é um território com pessoas muito engenhosas com capacidades extraordinárias”, conforme mencionado na entrevista de dezembro de 2015.⁹⁵

O programa proposto pelo laboratório IRI para o território de Plaine Commune foi assinado por todos os partidos políticos presentes (socialista, comunista, ecologista e republicano), exceto a extrema direita. Esse programa é proposto no âmbito experimental e terá uma duração de 10 anos, de 2016 a 2025. O projeto agora recebeu o título de « Plaine Commune, Território Aprendendo Contributivo».⁹⁶ Bernard Stiegler está em contato com grandes empresários interessados e com potencial para financiar tal experimento no curto prazo.

⁹⁵ A palavra que Bernard Stiegler usou em francês para dizer engenhosas foi ‘démérdeurs’, a qual poderia se aparentar também com a palavra ‘com jeito’, no sentido do ‘jeitinho brasileiro’ (aliás, ele mesmo fez um comentário complementar ao encontro dos brasileiros, corroborando essa percepção).

⁹⁶ Umas informações complementares sobre o projeto “*Plaine Commune, Territoire Apprenant Contributif*” podem ser encontradas no blog do pesquisador independente Hugues Bazin (BAZIN, 2017).

5.2 Um exemplo equatoriano

A título de exemplo ‘local’, apresenta-se um caso de desenvolvimento endógeno na floresta amazônica no Equador, Salinas, que parece ser muito bem sucedido, apesar das dificuldades iniciais, e que poderá ser relevante para esta pesquisa.

Na província andina de Bolívar, no Equador, as comunidades locais dependiam da produção das minas de sal (que deram nome ao lugar) exploradas, de maneira artesanal, até a década de setenta.⁹⁷ Nesta época, as comunidades locais, que contavam em torno de cinquenta famílias, encontravam-se em condições de extrema pobreza, sem acesso aos serviços básicos, principalmente por causa da exploração dos fazendeiros e de seu afastamento de outras comunidades da província (NARANJO, 2009, p.120). Com a chegada da Misión Salesiana, em 1971, um projeto de gestão participativa pôde ser implementado: a Cooperativa Salinas Ltda foi inicialmente criada para administrar as atividades das minas de sal, convertendo-se posteriormente em um apoio à produção e comercialização de queijo, e de outros produtos. O processo de transformação comunitário, com sua dinâmica organizacional própria, permitiu uma melhoria radical das condições de vida (NARANJO, 2009; NARANJO e MATOS MARTINS, 2014).

Desde então, a cooperativa impulsionou vários projetos, que surgiram das necessidades da população, de baixo para cima, sem responder a nenhum processo de planejamento. Esses projetos contam com seis organizações – que compõem o Gruppo Salinas - de dois tipos: três são de caráter social, visando a melhorar as condições de vida das pessoas e setores mais vulneráveis; e as três outras visam a geração de recursos para as famílias e a comunidade. A partir do sucesso da produção e comercialização dos queijos, com a marca “El Salinerito”, as organizações diversificaram a produção (criação de porcos, floresta de pinos, confeitaria, óleos essenciais, entre outros) (NARANJO e MATOS MARTINS, 2014, p.7; NARANJO, 2009, p.122). Pode-se constatar que o projeto iniciou graças a empréstimos do *Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio (FEPP)*, além de uma doação da *Cooperación Técnica Suiza (COTESU)*, frutos de uma acordo de cooperação entre os dois governos em 1978 (NARANJO, 2009, p121-122).

⁹⁷ Historicamente, eram os índios Tomabelas que começaram a explorar as minas de sal e foram expropriados pela coroa espanhola no século XVIII.

Ao questionar as razões de sucesso do caso de Salinas - enquanto vários outros projetos no Equador não foram bem sucedidos -, o professor Efrain Naranjo chegou à conclusão que algumas condições foram reunidas para favorecer uma mudança cultural (por serem difíceis): as cinquenta famílias que compunham a paróquia trabalhavam direta ou indiretamente nas minas de sal, eram exploradas pelos fazendeiros e estavam isoladas geograficamente do resto da província. Ele analisa assim:

Tudo isso favoreceu que sua população se integrasse sob um princípio de comunidade; essa forma de vida permitiu que se desenvolvessem valores culturais como a ‘minga’. Esta palavra de acordo com o *Diccionario de la Real Academia de la Lengua*, vem do quéchua *mink’a* e significa “*Reunión de amigos y vecinos para hacer algún trabajo gratuito en común*”; através das mingas realizavam atividades de construção e manutenção dos caminhos, construção de armazéns (*viviendas*) e melhoria de espaços comunitários (igreja, praça, entre outros); esta vida em comunidade também lhes proporcionava uma forma de proteção (segurança); permitia que compartilhassem comida nas várias festividades da localidades. Um aspecto que também deve ser considerado é que toda a comunidade praticava a religião católica. (NARANJO, 2009, p.122, tradução nossa).

Além da *minga*, fazendo referência a Torre (2004), outras “práticas de reciprocidade como a *maquipurarina*, *maquimañachina*, *ranti-rant* e *uniguilla* - que são parte de uma cosmovisão dos povos andinos, e diferem completamente da visão ocidental das formas de gestão” - são mencionadas (NARANJO e MARTINS, 2014, p.4).

Ou seja, é interessante notar como a solidariedade e a reciprocidade parecem ser elementos-chave do sucesso de projetos endógenos de desenvolvimento. Também foram determinantes: “a vinculação entre a cultura local do povo e a gestão que manejam as diferentes organizações e unidades produtivas”; e “a gestão participativa: processo de participação democrática nas atividades comunitárias, sociais e produtivas” (NARANJO, 2009; 2014).

5.3 Caso em estudo: um sistema socioprodutivo em várzea estuarina do rio Amazonas, Ilha das Cinzas, Amapá

A Ilha das Cinzas apresentou-se como um caso de atenção e de interesse por dois motivos principais: pelo seu modelo de desenvolvimento atual em aparente harmonia com a natureza (BOURCIER, 2012), e por ser - quase - um centro de pesquisa da Embrapa-Amapá a céu aberto.⁹⁸ As características desse sistema socioprodutivo local são apresentadas a seguir, assim como os dados que puderam ser levantados no campo para tentar avaliá-lo pela perspectiva do decrescimento. Notemos que apesar das condições aparentemente atípicas e ambientalmente privilegiadas, esse caso não representa um caso tão excepcional no contexto brasileiro; pode ser considerado como representativo da maioria das comunidades tradicionais que geralmente vivem em isolamento geográfico⁹⁹ – sejam elas ribeirinhas, caiçaras, quilombolas, seringueiros, etc. – mas também das comunidades rurais de pequena escala (vivendo da agricultura familiar). Ou seja, esse caso é de grande interesse não por ser único, mas ao contrário porque as considerações que podem ser feitas a partir de sua observação são da mesma ordem que as considerações que poderiam ser feitas para qualquer outro sistema de pequeno porte que possa querer optar por um desenvolvimento a priori endógeno, sem precisar se calcar nos padrões nem depender de um grande centro urbano à proximidade.

5.3.1 Contextualização

A Ilha das Cinzas localiza-se em um arquipélago composto por várias ilhas do estuário amazônico, entre a costa amapaense e o conjunto de ilhas marajoaras do Pará. Pelo seu isolamento e a baixa densidade de população, não recebe energia do Sistema Interligado Nacional e o acesso físico à ilha só é possível por meio de barcos destinados ao traslado dos próprios ribeirinhos. É uma ilha com área aproximada de 11 km² que foi povoada a partir dos anos 20 ou 30, com um grupo de famílias atraídas pelo comércio de madeira e pelos recursos

⁹⁸ O laboratório Sage/COPPE/UFRJ está em contato com representantes da Embrapa-Amapá desde meados de 2016, no quadro de uma parceria acadêmica.

⁹⁹ Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as Comunidades Tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam ¼ do território nacional. Passaram a integrar a agenda do governo federal em 2007, por meio do Decreto 6040, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL (MDH/SEPPPIR), 2008?).

pesqueiros, principalmente o camarão de água doce. Pertencente ao município de Gurupá, no Pará, tem suas principais relações comerciais e sociais realizadas com os municípios amapaenses mais próximos, Santana, Mazagão e Macapá (que ficam a 3h30 de barco, ou 2 horas de voadeira, enquanto Gurupá fica distante mais de 8 horas de barco. Atualmente, moram na Ilha das Cinzas em torno de 40 famílias, distribuídas nas beiras dos quatro igarapés (Periquitos, Cinza Grande, Bonzão e Consoada) povoados da ilha. Suas casas são típicas casas ribeirinhas de madeira, acessíveis por trapiche individual.

As famílias vivem de atividades produtivas decorrentes do agroextrativismo:

- manejo e corte de madeira (principalmente, pau-mulato e andiroba) para pequenas construções que abastecem a própria comunidade e regiões próximas à Ilha. Para isso, a ilha conta com quatro serrarias;

- manejo e colheita de frutos e palmitos do açazeiro; produções complementares ou iniciantes de sementes de espécies oleaginosas tais como andiroba, virola (chamada também de ucuúba) e murumuru; vendidas para a empresa brasileira Natura;

- colheita de frutas (bananas) e pesca (manejo de camarão principalmente) destinados ao consumo próprio e venda do excedente.

Todas as produções são de pequeno porte e visam ao sustento das famílias, sendo que o açaí representa seu carro-chefe.¹⁰⁰ As quatro serrarias da Ilha estão construídas nas proximidades das casas das famílias a que pertencem, sendo localizadas uma serraria em cada um dos quatro igarapés. Esses servem como via de acesso e de escoamento das produções, por barco, jangada ou canoa, até o rio Amazonas e à cidade de Santana, onde acontece a venda da maior parte dos produtos. Nota-se que “a mão de obra utilizada no processamento da madeira é familiar, sem uso de nenhum maquinário na extração da madeira, sendo uma atividade tradicional que os pais repassam para os filhos” (RIBEIRO, 2017, p70).

Indicadores como o PIB, IDHM ou IVS¹⁰¹ existem para o município de Gurupá, cuja realidade territorial é diferente de uma realidade insular e não permite uma assimilação com a

¹⁰⁰ Na região Norte do país, o açaí representa disparadamente a primeira fonte de extrativismo não madeireiro e da renda dos extrativistas ribeirinhos. A valorização, do fruto do açazeiro começou na década de 90, e pode ser vista com bons olhos, mas já começa a se temer a redução da biodiversidade da floresta, por causa de monocultivos (RIBEIRO, 2017).

¹⁰¹ O Índice de Vulnerabilidade Social do IPEA é composto por 16 indicadores, dentro de 3 subíndices: o IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano, e IVS Renda e Trabalho. Dentro desses, talvez os únicos que pudessem

Ilha das Cinzas. Além disso, os dados considerados para o cálculo desses indicadores não se aplicariam ao contexto insular isolado da Ilha das Cinzas. Como referência básica, pode-se destacar que em Gurupá o PIB por habitante era de R\$5.762 em 2014 (R\$ 19.926 em Macapá); seu IDHM era de 0,509 em 2010 (contra 0,733 em Macapá). Quanto ao IVS, Macapá se situa na faixa do IVS médio (IBGE, 2018; IPEA, 2015).

Próxima à Ilha das Cinzas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itatupã-Baquiá foi criada em 2005¹⁰², no município de Gurupá, com mais de 65 mil hectares. É interessante notar que a criação dessa reserva ocorreu por demanda das comunidades locais, através de um longo processo de discussões e mobilizações sociais a partir do início dos anos 1970.¹⁰³

São apresentadas nas Figuras 5 e 6 a seguir imagens da área de estudo, com a localização dos sistemas produtivos de açaí e pau-mulato.

fazer sentido para a Ilha das Cinzas fossem os referentes à educação (alfabetização e grau fundamental completo), dentro do subíndice de Capital humano. Mas para isso, precisaríamos ter acesso aos dados desagregados (IPEA, 2015).

¹⁰² Segundo o Art. 2 do Decreto Presidencial que a criou, A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá tem por objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida, bem como a exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por essas populações. (Fonte: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/Dnn10556.htm>)

¹⁰³ Pode se notar também que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Itatupã-Baquiá possui um Conselho Deliberativo (SALERA JÚNIOR, G. 2012).



Figura 5 - Localização da Ilha das Cinzas, Gurupá, PA.

Fonte: COSTA, J.B.B *apud* RIBEIRO, 2017.

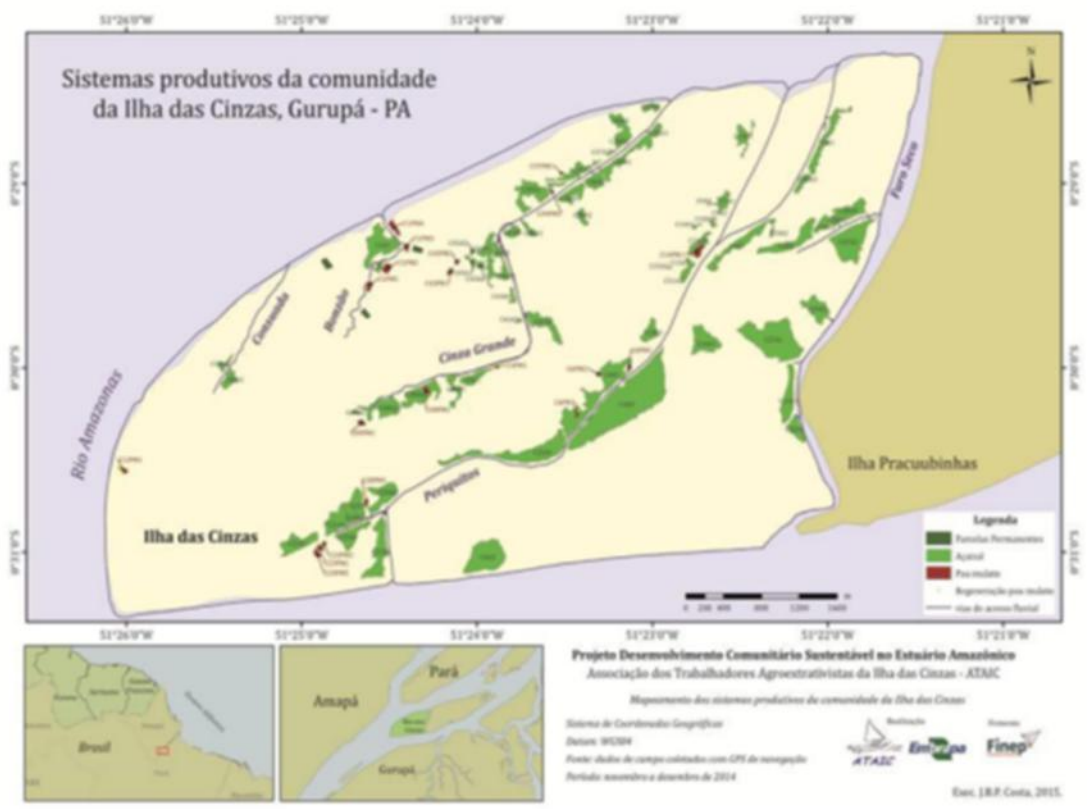


Figura 6 - Imagem da área de estudo - Ilha das Cinzas, Gurupá, PA.
(Áreas em verde são os açaizais manejados pelas famílias moradoras da Ilha.)

Fonte: COSTA, J.B.B *apud* RIBEIRO, 2017.

Manejo do camarão e inovação social

Nos anos 2000, a Ilha das Cinzas ganhou destaque pelo manejo do camarão de água doce: melhorou e se tornou sustentável graças à orientação de um engenheiro agrônomo, especialista da região e membro da ONG Fase. O formato dos matapis – armadilhas para camarões feitas com folhas de palmeiras - foi adaptado e conjugado a um sistema de caixas com frestas. Isso permitiu a reprodução e o crescimento do camarão, cuja população estava em declínio. O agrônomo também orientou para uma redução dos pontos de pesca e de armadilhas, e a interrupção da pesca em época de reprodução. Isto resultou não só na manutenção do estoque de camarões, mas também no aumento do volume de pesca do camarão e em ganhos sociais.

A associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas – Ataic – foi criada em 2000, com a colaboração da ONG Fase. Dentro da Ataic foi criado o grupo de mulheres da Ilha das Cinzas, que se juntaram para construir os matapis e parecem ter sido o braço mais ativo da associação: elas estiveram à frente da reforma da sede da associação, por exemplo. Essa melhoria no manejo do camarão serviu como pretexto para promover outras iniciativas, dentro e fora da comunidade inclusive, já que a Ataic está repassando a boa prática para outros municípios do Marajó.

Reconhecimento e visibilidade

Graças a essa inovação tecnológica e social, a Ataic ganhou um prêmio Finep em 2011. Isso lhe deu visibilidade e recursos para viabilizar uma parceria com a Embrapa e continuar a implementar melhorias. Depois disso, a Ilha das Cinzas ainda ganhou reconhecimento através do prêmio Mulheres Rurais que Produzem do Brasil Sustentável (2013)¹⁰⁴ e BioQlicar da Natura¹⁰⁵ (2017). Por último, foi objeto de uma matéria do programa Globo Rural em março de 2018.¹⁰⁶

¹⁰⁴ O Grupo de Mulheres em Ação da Ilha das Cinzas foi finalista do prêmio da Secretaria Nacional de Políticas para mulheres (Fonte: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/premio-mulheres-rurais-que-produzem-o-brasil-sustentavel/resultado>).

¹⁰⁵ Essa premiação que reconhece a comunidade fornecedora de maior nota e de maior evolução em uma série de quesitos de qualidade e boas práticas, é avaliada por auditoria da Natura (NATURA, 2016).

¹⁰⁶ GLOBO RURAL, 11/03/2018.

Projeto liderado pela Embrapa-Amapá

Desde 2014, um Projeto de “Desenvolvimento comunitário sustentável no estuário amazônico”, liderado por uma equipe da Embrapa-Amapá¹⁰⁷, com financiamento da Finep, visa a fomentar soluções tecnológicas para melhorar as condições de saneamento, de energia e das atividades produtivas de famílias da Ilha. O trabalho é realizado em parceria com a Ataic, , que definiu as demandas sobre as quais o projeto foi construído. Pode-se dizer que este projeto trabalha no modo de pesquisa-ação, visando a maior participação e cooperação das famílias ribeirinhas para identificar problemas e possíveis soluções que impactam suas condições de vida. As frentes de trabalho são:

1. Saneamento ambiental: tratamento de água (filtrando a água puxada do rio) e tratamento de esgoto, com caixas de polietileno (3 caixas em séries)
2. Geração de energia: investimento em energia solar, com compra e instalação de painéis solares e inversores, e aproveitamento da biomassa – resíduos das serrarias, caroços de açaís e desbastes de pau-mulato, cujo poder calorífico ainda está em estudo;
3. Diversificação produtiva: incluindo o manejo de açazais; de pau-mulatos e sistemas agroflorestais; manejo madeireiro para serrarias; e meliponicultura;
4. Monitoria comunitária: apesar de não ter sido identificada no início do projeto como necessária, esta vertente foi incluída e realizada já que os próprios envolvidos sentiram necessidade. Houve monitoria em 9 linhas de ações: energia solar, energia da biomassa, tratamento de água, tratamento de esgoto, manejo de açaí e sistemas agroflorestais, manejo de pau-mulato e sistemas agroflorestais, diversificação produtiva, monitoria comunitária (para multiplicar os monitores oriundos da comunidade), e gestão de projeto.

A monitoria foi direcionada aos jovens da comunidade.

Seis famílias estão participando, voluntariamente, do projeto e experimentaram, como piloto, as soluções de saneamento ambiental. Na parte da diversificação produtiva, existem ações

¹⁰⁷É liderado pelo pesquisador da Embrapa-Amapá Marcelino Carneiro Guedes. É apoiado com recursos de quase R\$ 1 milhão da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

realizadas em conjunto com mais 12 famílias. Seminários de acompanhamento do projeto acontecem na sede da Ataic, com a presença da equipe da Embrapa, das famílias envolvidas, de um consultor ambiental (Jorge Pinto, que apoiou o manejo do camarão) e todo membro da Ilha das Cinzas que queira participar a título informativo.

A próxima etapa do projeto prevê a replicação dos sistemas de tratamento da água e esgoto para as demais casas da ilha.

5.3.2 Levantamento das informações

Método

Graças ao contato privilegiado com Marcelino Carneiro Guedes¹⁰⁸, pesquisador da Embrapa, foi organizada uma visita à Ilha das Cinzas para observar e apreender o contexto e o sistema socioprodutivo local. Essa pesquisa de campo, junto com pesquisadores da Embrapa, aconteceu entre os dias 16 e 19 de novembro de 2017, durante os quais a equipe da Embrapa interveio para apoiar no manejo de açaiçais e de áreas de pau-mulato, e para realizar o terceiro seminário do projeto. Houve imersão total de três dias e três noites - compartilhando seis refeições e dormindo na casa de uma das maiores famílias da ilha, que mora à margem do igarapé Bonzão. Também participei do seminário no dia 19 – me inteirando das ações do projeto e visando a uma possível participação futura no projeto.

A finalidade do trabalho nessa visita era poder analisar o sistema socioprodutivo com a perspectiva do decrescimento – a partir dos seis critérios apresentados no arcabouço proposto (Capítulo 4).

A ideia inicial de conduzir entrevistas com as várias famílias, seguindo um roteiro semi-estruturado, foi descartada, conforme orientação do professor Marcelino Guedes, já que o foco da visita era outro (a realização do seminário e o fortalecimento do projeto em curso) e já que seria um primeiro contato com as pessoas envolvidas. Entretanto, foi possível levantar informações junto com os membros da família anfitriã e os pesquisadores da equipe da Embrapa,

¹⁰⁸ O Marcelino Carneiro Guedes é um pesquisador da Embrapa com quem a equipe do laboratório Sage/Coppe/UFRJ está em contato desde o último trimestre de 2016. Elaborou-se uma parceria visando à captação de recursos (inicialmente do Fundo Amazônia do BNDES, mais recentemente das empresas geradoras de energia) para um projeto de desenvolvimento de tecnologia simples e de pequeno porte para gerar energia em locais remotos a partir de biomassa residual, para o qual a Ilha das Cinzas seria o local de aplicação da versão piloto da tecnologia.

através de conversas informais e pela percepção dos níveis de satisfação com o padrão de vida – em uma abordagem de observação participante. Apesar de não ser possível seguir ao pé da letra o roteiro prédefinido, esse foi utilizado como norteador para a coleta de informações, assim como faria um “etnógrafo [que] não prevê o desenrolar de sua pesquisa; não segue um protocolo preestabelecido que ditaria sua conduta em toda a ocasião. Capta as oportunidades de campo, pega as pistas que se abrem, mas as controla de bem perto depois” (BEAUD e WEBER, 2014, p.193). O conjunto mais completo de perguntas, tal como prédefinido elaborado, é apresentado no Apêndice D e poderá ser usado em uma futura visita à Ilha.

5.3.3 Análise da situação observada

Seria precipitado e leviano se posicionar e tirar conclusões a partir de observações tão rápidas, sem consultar com maior profundidade as pessoas envolvidas. Mas desde já me arriscarei a listar uns pontos que foram observados quanto ao “desempenho” do sistema, observado à luz dos critérios propostos:

- Com relação ao ‘respeito dos recursos naturais’ como um todo, o sistema da Ilha das Cinzas parece ter um desempenho muito elevado, com um consumo mínimo de recursos, uma manutenção das espécies (animais e vegetais) e da paisagem, e uma gestão dos recursos hídricos correta (considerando que será replicada à totalidade das casas em breve). Percebe-se que ainda poderia gerar mais ‘neguentropia’: ao aproveitar o biogás que é gerado pelas caixas de tratamento de efluentes; e ao aproveitar sua biomassa residual, o que também geraria uma melhoria na qualidade de vida doméstica. Como sabemos, é uma atividade que está prevista numa possível extensão do projeto liderado pela Embrapa. Permitiria suprir à demanda por eletricidade e dar uma destinação final dos resíduos madeireiros (e florestais).

Por outro lado, existem dois riscos a considerar: 1) a geração de energia a partir da biomassa deveria restringir-se somente à parte residual (sem recorrer à vegetação em pé); 2) corre o risco do aumento da produtividade do açaí, resultado de seu cultivo adequado, incitar as famílias a privilegiá-lo, talvez de maneira excessiva e colocando em risco os demais cultivos (enquanto já é cultivo prioritário). A tentação da monocultura deve ser considerada e evitada; e a biodiversidade preservada.

- O quesito ‘segurança’ (como subcritério da ‘convivialidade’), neste contexto, parece mais sensível do que pude pensá-lo a priori: aconteceram casos de roubo de material e violência entre membros de ilhas vizinhas que criaram certo receio e desconfiança entre as famílias da ilha. Uma atenção particular poderá ser dada no eixo ‘convivialidade’ para representar melhor essa necessidade de ‘confiança’ e ‘segurança’.

- Pode-se perceber que o sistema social fraqueja na valoração da ‘cooperação’ (como subcritério da ‘convivialidade’) e da ‘cidadania deliberativa’ (como subcritério da ‘justiça social’). Parece que a Ataic perdeu um pouco da adesão que tinha conquistado no começo. Por outro lado, ela está desempenhando um papel limitado quanto à organização do modelo produtivo. No início, foi a Ataic que – congregando esforços e pelo exemplo do dinamismo do grupo de mulheres, líder nesse movimento – permitiu uma certa emancipação dos trabalhadores na cadeia produtiva do camarão. Segundo o princípio associativo, conseguiu reequilibrar a relação de poder com certos de seus clientes, ganhando peso para negociar preços. Hoje, a Ataic funciona mais como uma organização social para conseguir apoios para projetos, por uma parte, e como “atravessador necessário”, comprando sementes de outras ilhas vizinhas para revendê-las à Natura, por outra. Mas não parece conseguir uma participação maciça nem um engajamento voluntário mínimo para que o sistema de tomada de decisão seja realmente deliberativo e representativo da maioria dos membros da ilha.

- O aspecto mais relevante e até ‘mais bonito’, diria, de se constatar – pelo menos entre as duas famílias com quem pude conviver de mais perto – é o sentimento de pertencimento, com a identificação ao ‘imaginário coletivo’ da ilha (entendendo as três caixas dos sítios de pertencimento, indo das crenças até a educação e os métodos de trabalhos do dia-a-dia). Uma das filhas da família onde permanecemos se formou na cidade vizinha e agora é professora na escola da ilha, enquanto duas outras participam da Ataic e são monitoras para o manejo de sistemas agroflorestais (para assegurar a continuidade pós-projeto).

6 DISCUSSÃO

Nesse capítulo, é apresentada uma discussão em dois níveis distintos: 1) primeiro, sobre a ‘ferramenta de avaliação de proposta’ e a sua aplicação nos casos previamente apresentados, para analisar em que medida esse arcabouço ajudou a perceber os “pontos fortes” e os “pontos fracos” em termos de desempenho na perspectiva do decrescimento, e como que ela poderia ser utilizada no futuro para orientar o desenvolvimento de tais sistemas sociais; 2) num segundo momento, sobre os elementos favoráveis, e por outro lado os aparentes obstáculos, à implantação de iniciativas e de um imaginário decrescentes, a partir das opiniões dos especialistas entrevistados, da literatura e de experiências observadas. Ambas as discussões, apesar de suas respectivas limitações, visam a apreender se seria possível que as propostas dos objetores de crescimento fossem aceitas pelo senso comum e adotadas na prática. O conjunto de critérios propõe-se a servir como quadro de análise para avaliar o quão decrescentista o objeto da análise é, e permitir a traçar orientações e possíveis políticas ou plano de ações.

6.1 Sobre o arcabouço de critérios

- Os critérios e subcritérios terão de ser validados e redefinidos pelos mesmos. Entende-se que deve ser uma construção de baixo para cima. A nomenclatura dos critérios e subcritérios pode vir a mudar, mas a priori as seis dimensões devem ser contempladas e servirão de diretrizes para cada grupo definir os subcritérios em função de suas prioridades e terminologia;
- Os critérios terão relevância diferente em função do contexto. Por exemplo, possivelmente no território de Plaine Commune haveria um olhar mais focado na geração de saber local e de empoderamento (‘autonomia’), com atenção redobrada nos aspectos identitários e o respeito às diferenças (‘cuidado mútuo’ e ‘justiça social’, pensando em ‘equidade de gênero’ também), já que são mais de 100 nacionalidades que convivem num mesmo espaço. Ilha das Cinzas, por sua vez, é um território onde as pessoas naturalmente têm os mesmos valores vernaculares (os aspectos identitários obterão um bom desempenho), mas devem ficar atentas ao critério ‘respeito ao Meio Ambiente’, já que sua reprodução e seu bem-estar dependem diretamente dos bens comuns naturais que são a floresta e o rio;

- Os subcritérios e os possíveis indicadores vinculados poderão ser diferentes e definidos com mais especificidade em função do contexto e do sistema em estudo: por exemplo, um sistema com produção animal possivelmente haverá de considerar subcritérios relativos ao ‘bem-estar animal’ e ao trato para com eles, como desdobramento do critério ‘respeito ao meio ambiente’;
- Idealmente, os critérios de um conjunto multicritério de apoio à tomada de decisão (MDCA) devem ser independentes, e nesse ponto o conjunto proposto talvez possa vir a não ser totalmente robusto. A dificuldade encontrada para representar a nuvem de conceitos, por agregações, se traduz em relações de dependência entre certos subcritérios do conjunto. Por exemplo, o desempenho no aspecto de ‘cuidado mútuo’ deve repercutir no aspecto ‘segurança e confiança’ e possivelmente na ‘cooperação’ (e nas ‘condições de trabalho’ no geral) e na ‘cidadania deliberativa’ - já que ao perder a confiança, perde-se também o estímulo para participar das decisões e das atividades cidadãs). Da mesma forma, uma paisagem linda, dentro do critério de ‘respeito aos recursos naturais’, a priori aumenta a ‘qualidade de vida’ em termo de satisfação com a moradia. Entende-se que isso é devido ao foco do trabalho mesmo – que se propõe a considerar um sistema social, humano, na complexidade de seus fatos, relações, opiniões e reações que não são independentes entre si. Será adotada uma atenção redobrada ao discriminar os subcritérios, para minimizar ao máximo esse viés (nas ‘condições de moradia’, serão considerados aspectos materiais e objetivos, como acessibilidade por exemplo; enquanto a beleza da paisagem será considerada no critério de ‘recursos naturais’).
- Pensando nas finalidades de uma ferramenta para tomada de decisão (MDCA) e no caso analisado, observa-se que esse arcabouço dificilmente poderia se tornar uma ferramenta para comparar sistemas diferentes (ordenação ou classificação). A priori, sua finalidade será descritiva, podendo ser usado para comparar um mesmo sistema, em momentos diferentes, para avaliar o impacto de mudanças implantadas. Por exemplo, se de fato a Ilha das Cinzas puder equipar todas as casas com sistemas de saneamento e geração de energia limpa, seria interessante daqui a dois anos tentar avaliar como isso se traduziu – mesmo qualitativamente – em cada um dos seis eixos. Poder-se-á pensar em uma representação em radar por exemplo, amigável. A dificuldade residirá na tradução numa escala – quantitativa – de apreciações (mas isso não me parece ser a parte mais duvidosa; o maior risco continua sendo o de esquecer de considerar aspectos importantes na descrição inicial).

- Esse arcabouço poderia ser utilizado como diretrizes para a definição de objetivos. O exercício de auto-avaliação com base nos seis critérios deve permitir se questionar sobre a natureza de uma demanda ou de um problema, e sobre suas relações com as demais dimensões da vida do sistema socioprodutivo. Por exemplo, a falta de energia durante o dia e o funcionamento de um gerador a diesel em poucas horas acarreta várias outras ‘insatisfações’ – custo do diesel, ruído e odor do gerador, tempo de luz limitado a três horas diárias inviabilizando a manutenção de certos equipamentos como geladeira, deslocamento para comprar o diesel, etc. O pontapé da análise deve ser a avaliação das demandas e dos problemas. A análise orientada pelo arcabouço poderá ajudar na definição de soluções endógenas – novas tecnologias sociais por exemplo - que possam gerar mais satisfação em um ou vários critérios, e alertar sobre possível piora no ‘desempenho’ em outro critério.

Os autores e atores do decrescimento e movimentos afins (agroecologia, convivialismo, bioeconomia, etc.) fizeram certas propostas de ações, que talvez possam ser replicadas, mas entendem que não são receitas que possam ser aplicadas cegamente. Poderão servir de inspiração no momento de formular um plano de ação local (como *benchmark*), mas de maneira alguma seria o propósito desse arcabouço de análise propor soluções de antemão. Este está mais destinado a reformular questões e orientar o desenvolvimento de soluções (rumo a um sistema socioprodutivo mais cooperativo, mais justo, que saiba cuidar de seus comuns ambientais e sociais, valorizando seus saberes e sua identidade local, por exemplo).

- Por fim, para avaliar um projeto ou um processo em melhoria, talvez uma abordagem - método “*driver, state, response (DSR)*”, ou até uma abordagem DPSIR (considerando os Impactos e as Respostas), possa ser interessante para refinar a definição de subcritérios e propor indicadores. Essa abordagem parece ter se tornado bastante usada para analisar as interações entre os homens e o meio ambiente, principalmente em ecossistemas costeiros vulneráveis, para identificar indicadores apropriados para poder avaliar os problemas de fato (MÜLLER e BURKHARD, 2012).

6.2 Sobre o potencial de aceitação dos valores e propostas veiculados

6.2.1 Considerações dos especialistas entrevistados

Antes de tudo, há de firmar a “evidência de que a ‘objeção de crescimento’ não recebe uma forte adesão num país como a França”, conforme lembrou pertinentemente Jean Gadrey. Nem no Brasil, nem em lugar nenhum alíás, já que só parece haver “aceitação mas não adesão”, como disse Enrique Ortega.

Para analisar as posições dos opositores ao decrescimento e seus potenciais argumentos, Jean Gadrey distingue duas categorias com motivações diferentes:

- do lado dos dominantes estão os “opositores ativos – onde encontram-se os grandes atores privados, da finança e das grandes empresas, mas também a maior parte dos dirigentes políticos, e as mídias ligadas a eles - que continuam de adotar um discurso no qual a recuperação do crescimento é a condição indispensável a qualquer desafio social. Além disso, acionistas e dirigentes de empresas privadas têm interesse que o crescimento continue, e não têm interesse em preconizar a durabilidade, reduzindo a obsolescência de seus produtos;

- do lado dos dominados, encontram-se “a imensa maioria dos atores consententes, porém dominados, do consumerismo.” E habemos de reconhecer, como ele disse, que nós também – apesar de sermos críticos – participamos disso cada um ao seu modo.

Embora não pareça haver uma solução absoluta para remediar a esse fenômeno, ele reforça que isso não nos impede de “tentar encontrar soluções parciais”.

6.2.1.1 As abordagens variadas que podem gerar incoerência

Uma dificuldade interessante – que talvez seja um dos maiores obstáculos ao decrescimento ser melhor aceito na comunidade científica – é essa dificuldade que se tem em fazer conversar, ou convergir, as duas abordagens (social ou culturalista, e ambiental). Para Fabrice Flipo, certos intelectuais – oriundos das ditas ‘ciências não duras’, ou seja das ‘ciências humanas’ – têm uma dificuldade, ou desconhecimento, para apreender e abraçar o tema dos limites da natureza. Franck-Dominique Vivien vê um pouco diferente: para ele, ao tentar juntar esses dois mundos – “fazer a junção entre a crítica culturalista e a crítica ambientalista”- parece

que “falta um pouco de coerência”. Acrescentou que existe uma “verdadeira dificuldade de identificação e de caracterização de todos esses escritos”.

Franck-Dominique Vivien apontou também uma outra dificuldade na esfera do decrescimento: “por um lado, há os pensadores [do decrescimento] que talvez não estejam implicados [no campo]; e por outro, existem experiências, mas que não são muito pensadas”. Enfim, sublinhou um “ponto cego”: muitas pessoas que se interessam pelo decrescimento ignoram como funciona o sistema capitalista, embora fosse necessário “olhar para este – o hipercentro- para entender como funciona e por que se mantém”. Arnaud Diemer também alertou para isso, que “para ter uma mensagem audível e pertinente, será necessário que os decrescentistas aceitem debater fora de seu campo, o que pode ser uma grande dificuldade”.

Quanto à vertente ecologista, Sylvie Ferrari fez uma análise comparativa da proposta bioeconômica de Georgescu-Roegen e da proposta de decrescimento de Serge Latouche (FERRARI, 2015).¹⁰⁹

Jean Gadrey, por sua parte, alertou para o fato do termo “decrescimento ser global demais”, abranger coisas demais, e por isso às vezes pode ser um tipo de “espantinho”. Segundo ele, “seria muito mais fácil explicar às pessoas que certas coisas devem decrescer, mas que não se trata de tudo, e que o decrescimento pode trazer coisas a mais: mais tempo livre, mais energia renovável, mais tempo para dedicar aos seus próximos”.

Arnaud Diemer considera que certos modelos de aplicação onde há alternativas baseadas na convivialidade e no respeito ao meio ambiente (como o modelo das AMAP¹¹⁰ na França, por exemplo, ou a Economia Social e Solidária) poderiam se reivindicar do decrescimento. Mas poucos se reivindicam do decrescimento, o que mostra a distinção e a possível vontade de manter um distanciamento. Mas ele não vê incoerência no fato dos pensadores do decrescimento terem dificuldades em seguir uma mesma linha, e se definirem mais pelas suas poucas diferenças que

¹⁰⁹ Ver o texto de Sylvie Ferrari nos Cahiers du GREThA nº2015-07, mars – *De la Bioéconomie à la Décroissance : proximités et distances entre Nicholas Georgescu-Roegen et Serge Latouche*.

¹¹⁰ Uma AMAP é uma *Association de Maintien de L'Agriculture Paysanne*, “com objetivo de preservar a existência e a continuidade das fazendas de proximidade numa lógica de agricultura sustentável”. A primeira AMAP foi criada em 2001, e em 2015, eram contabilizadas mais de 2.000 AMAP na França (Fonte : Mouvement inter-régional des AMAP, Charte acessível em : <<http://miramap.org/-Les-AMAP-.html>>). Corresponde à CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Brasil.

pelas afinidades. É normal do processo de uma construção teórica, na qual “os quadros precisam de certo tempo para se afirmar e tornar-se mais homogêneos.”

6.2.1.2 A perda da liberdade causada pela autolimitação (do consumo)

Eis um argumento que surge rapidamente quando se fala na necessidade de sobriedade ou frugalidade, ou até de austeridade voluntária, para reduzir a pegada ecológica e social.¹¹¹ Por quê deveríamos restringir nossa liberdade de consumo e perder em conforto? Esse ponto foi recordado por AS que pensa que “perdemos em liberdade, porém ganhamos em autonomia”.

Fabrice Flipo explicou que esse contra-argumento de “soberania do consumidor” é um argumento liberal que pode se referir à liberdade formal, porém não tem nada a ver com a liberdade real” – lembrando assim “a crítica marxista que distingue a liberdade formal e a liberdade real”. Nossa vontade de consumo está totalmente viesada pela propaganda. ele acredita que se não houvesse propaganda, a diversidade da oferta seria bem menor. E sobretudo, as necessidades e as escolhas do consumidor se orientariam para bens práticos, eficazes e facilmente consertáveis. Ele acredita que “se a verdadeira liberdade de escolha fosse dada às pessoas, soluções atuais [obsoletas] não seriam creditadas pelo público”. Ele lembrou como “a crítica da sociedade de consumo e da propaganda”, baseada nos “bens posicionais que não têm importância [valor de uso] intrínseca”, é um elemento importante no debate do decrescimento, já que critica essa alienação que outras correntes não criticam. Referindo-se às ideias de André Gorz, ele explicou que “nossas necessidades estão ‘extrodeterminadas’, ou seja determinadas pelo exterior”, o que vai ao encontro da argumentação de Jean Baudrillard, na “Sociedade de consumo” (1970), que também tinha sido inspirado por David Riesman, que denunciou como as necessidades humanas se formam nas multidões (1950). Ainda explicou que a ideia da propaganda e do marketing é “encorajar uma escolha individual, mascarando intencionalmente as consequências coletivas”; eis o nó da questão, somos manipulados. Ele acha que isso tende a ser acentuado com a tecnologia e o advento do *Big Data*, já que os

¹¹¹ Durante as entrevistas, Emilio Lèbre La Rovere foi o único a pronunciar a palavra austeridade – que talvez seja negativa demais e pouco ‘ideologicamente correta’ para o senso comum. Mas podemos lembrar que Ivan Illich e André Gorz preconizavam essa ‘austeridade feliz’.

publicitários podem ter mais informações sobre os consumidores, para manipulá-los de maneira personalizada.

Para Emilio Lèbre La Rovere, de maneira geral, “as pessoas vão ter uma tendência a se aproveitar tudo que podem”, e isso vem desde o capitalismo, em parte, ou seja acredita que deva ser bastante difícil fazê-los aderir à ideia de se satisfazer com menos: “o homem se habitua a tudo, praticamente, ele pode se habituar a uma situação pior do que ele estava antes, mas ele não gosta disso, ele prefere se habituar a uma situação melhor, sempre.” Reconhece que “existem casos isolados, que podem ser muito frugais [...] mas [isso] é uma questão de formação, do íntimo”, não é a maioria. Eis o ponto de vista que ele tem, com um olhar brasileiro. É também o que apontaram outros, como Agnès Sinai: embora apoiem totalmente a proposta de ruptura trazida pelo decrescimento, reconhecem que vai necessitar de ‘esforços’ (que alguns chamariam de sacrifícios) por parte de quem deverá decrescer e “reduzir seu perímetro de vida, mas sublinha que o decrescimento também apresenta “uma visão positiva : [...] das dimensões da vida às construções comuns de espaços de vida (lugares mais cooperativos, turismo de proximidade, por exemplo)”.

Arnaud Diemer sublinhou que os valores carregados pelo liberalismo [econômico] são valores que têm uma capacidade de resiliência sem limites – já que apesar das crises financeiras, continua de pé, funcionando – ou seja, por essa “simples razão”, essa proposta de rever e modificar nossos modos de produção e consumo pode ser freada por esses valores, que nos levam aos extremos e parecem os garantes de nossas liberdades individuais. A questão que resta a fazer, ainda, segundo ele é: “como inserir o decrescimento num programa que seja, antes de tudo, de liberdade individual”.

6.2.1.3 A dificuldade de vencer monopólios radicais

Ao discursar sobre nossa perda de liberdade real por causa da propaganda, Fabrice Flipo lembrou o conceito de Ivan Illich de ‘monopólio radical’: para ele, é evidente que as pessoas, mesmo sendo devidamente informadas e bem intencionadas, têm dificuldade em fazer escolhas próprias já que só podem escolher dentro de um leque de opções inseridas na sociedade de crescimento. Quem mora em zona periurbana, longe de linhas de transporte coletivo, vai justamente querer ter um carro. Outro exemplo que ele deu, aparentemente mais prejudicial por

gerar um novo monopólio radical aparentemente, é o caso das grandes empresas de construção civil que propuseram, no âmbito das conversas sobre a redução do consumo de energia nas construções individuais e coletivas, soluções usando concreto, vidro e aço. Não propuseram soluções a partir de barro (que seria uma melhor opção, segundo Fabrice Flipo), porque não as dominam e só têm interesse em fazer o que podem vender. Ou seja, a Regulamentação Térmica francesa de 2015 (RT2015) acaba obrigando os consumidores a recorrer a essas empresas, mantendo o monopólio da tecnologia conhecida, porque “não se pode questionar o discurso do crescimento”.

Emilio Lèbre La Rovere também fez referência ao conceito de heteronomia, trazido por Illich, que está se espalhando, e à dificuldade que se tem hoje para “cuidar da educação, da saúde, [já que] tem que contratar um especialista para cuidar para você”.

6.2.1.4 O decrescimento é “marginalizado”

6.2.1.4.1 É uma visão utópica, diriam os pessimistas

A maioria dos colegas de Arnaud Diemer, ao falar em decrescimento dizem que é “puramente utópico”. Foi algo que apareceu no testemunha do Carlos Alberto Pereira Silva também, que é o único do núcleo transdisciplinar onde trabalha a abordar o tema do decrescimento. Na visão de ambos, isso é devido a um desconhecimento dos trabalhos de fato.

Emilio Lèbre La Rovere também mencionou o ponto de visto dos “pessimistas conformistas – sejam de esquerda ou de direita - que acham que isso é uma utopia ingênua, que não é viável e que não há outro sistema possível a não ser o capitalismo”. Da mesma forma, segundo Arnaud Diemer, para a maioria o decrescimento “é uma visão utópica e ninguém imaginaria que o decrescimento possa ser um modelo verdadeiro”. Ou seja, falta muito ainda para imaginar como poderia “liderar o destino do mundo, e é a grande questão de saber como poderá fazê-lo”. Dando para entender que falta maturidade, e decorrentemente credibilidade.

Arnaud Diemer chega à conclusão de que no fundo, deve ser “uma questão de imaginário”: a imagem que se tem do decrescimento é que é uma corrente “muito politizada, que traz respostas embaraçosas – já que nos obrigaria a rever nossos modelos de pensamentos, de

crescimento, de produção e de consumo.” O que poderia não ser aceitável por alguns, e que seria, segundo Emilio Lèbre La Rovere, uma barreira muito difícil a vencer para fazê-los aderir.

De maneira mais positiva, Arnaud Diemer relatou que “com frequência, lida com pessoas que falam do decrescimento [e aderem a ele], porém sem citá-lo”. Por exemplo, usam referências à entropia, que é um valor forte do decrescimento, mas não a colocam em relação com o decrescimento. Segundo ele, isso talvez pudesse mudar, e o tema do decrescimento ganhar maior visibilidade e reconhecimento, mas para isso acredita que “seria necessário que o tema seja comentado de maneira diferente [com uma visão menos negativa], e a partir de experiências do terreno”. Comentou também um fato que aparentemente lhe surpreende bastante :

O objeto ‘decrescimento’ é muito debatido e contestado na França, embora o ‘*buen vivir*’ quase não seja. E em certos países, até foi integrado na Constituição.[...] há dificuldade em fazer aderir as pessoas ao decrescimento na França, que na minha opinião poderiam aderir a valores que não sejam oriundos do decrescimento exclusivamente – como a convivialidade, por exemplo. Ou seja, acho que as pessoas estão no decrescimento sem se dar conta – já que concordam com certos valores que o decrescimento veicula -, então a adesão é possível. Mas as pessoas não são engajadas, com relação ao modelo [decrecentista] proposto” (DIEMER, 2015, tradução nossa).

Emilio Lèbre La Rovere também recordou que no passado, no Brasil, muitos críticos diziam que as propostas de desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento autônomo e local - tal como proposto por Celso Furtado, na época - iriam desembocar em experiências isoladas marginais, sem questionar o eixo principal do desenvolvimento. Essa “era a crítica ao conceito de tecnologia apropriada do codesenvolvimento” Taxadas de “quinhilarias pros índios”, tais propostas eram, e ainda são, comparadas a um cenário ecocomunialista - comunidades isoladas, meio hippies, em ghettos isolados – “enquanto o sistema capitalista continua dominante, sem nenhuma oposição”.

6.2.1.4.2 É contestatório demais, diriam os convencionais

Alain Caillé sublinhou o fato da escolha do nome – decrescimento – ter sido infeliz, por não ser nada atrativo, e essa é uma crítica que se encontra com certa frequência. Fabrice Flipo ou Franck-Dominique Vivien acham isso totalmente irrelevante, e os demais entrevistados também dizem se importar pouco com o termo em si. Mas de fato a maioria deles preferem a

denominação de ‘Objeção de crescimento’ e estão preocupados com outras interpretações da corrente de pensamento que dificultam sua aceitação,

Fabrice Flipo apontou um possível receio vindo de uma questão geracional: há uma “dificuldade em questionar o modelo das Trinta Gloriosas, por isso é difícil para essa geração renegar esse período [fasto], de certa maneira.”

Para Fabrice Flipo, a opção por aderir a um modo de vida mais sóbrio e espiritual pode ser vivido como uma marginalização, agrupamento em comunidades que pregam os mesmos valores simples e super-ecologistas (que certos poderiam qualificar – ou desqualificar - de ‘contracultura’). Mas como ele mesmo disse, esses representantes da ala mais militante, que podem ir até se recusar a usar os transportes públicos preferindo a bicicleta, não são a regra e somente exemplos individuais mais radicais (como existem em qualquer movimento). Ou seja, embora ele tampouco possa aderir no cotidiano a tais modo de vida, não os denigre nem acha que esses exemplos possam desacreditar o movimento como um todo.

Para Franck-Dominique Vivien, o que torna o decrescimento pouco atrativo é, em primeiro lugar e muito simplesmente, que “o decrescimento representa a margem, nunca sairá da margem”, embora pareça que a enorme maioria está consumindo e não quer menos, ao contrário querem sempre mais! Simples assim...” Então, segundo ele, deve ser colocada a seguinte pergunta: “como isso pode sair da margem? Qual a lógica dessa margem?” e tentar “analisar como essa margem funciona, para de fato avaliar seu potencial de replicabilidade”.

Nesta linha, Arnaud Diemer sublinhou as peculiaridades da escola francesa do decrescimento - movimento contestatário suportado por posições muito fortes em contra dos modelos econômicos padrões-, diferentemente das outras ‘escolas’ – por exemplo a escola nórdica – que visam a encontrar modelos econômicos alternativos, sem se atentar tanto à história e à origem do movimento contestatário. Os autores muito críticos nem sempre têm soluções a oferecer. O que, na visão dele, é outro aspecto que pode ser uma dificuldade: “é difícil encontrar [propostas de] soluções no decrescimento” e “ao se juntar (se vincular) a esta escola, marginalisa-se”. Na França, quem quiser trabalhar com isso na academia terá uma perspectiva

reduzida.¹¹² Ao contrário, ele pensa que em outro país (europeu, entende-se) a situação para um jovem pesquisador na área seria menos preocupante. Mas por outro lado, ele nota que essa posição fortemente contestatária pode se tornar novamente atraente, em período de crise em que as pessoas estão carentes de aspirações novas e de novos modelos. Como ele disse, nunca houve “tantas demandas para conferências [sobre decrescimento e temas relacionados] quanto atualmente, porque de fato as pessoas estão propensas a encontrar novos modelos, outras aspirações, outros valores fortes, e talvez seja um período fasto para falar sobre isso então”.

Pode ser – simplesmente – “demasiadamente vanguardista, e a vanguarda sempre esteve errada”, como disse Agnès Sinaï. Mas apesar disso, ela mesma continua acreditando que permanecerá em cena, já que os fatos apoiam as visões propostas pelo decrescimento, notadamente a de Georgescu-Roegen.

6.2.1.5 A falta de propostas ou soluções de terreno

Esse ponto é quase consenso: Arnaud Diemer e Franck-Dominique Vivien disseram que o modelo decrescentista deveria nascer de “experiências de terreno” que possam se reivindicar do decrescimento. Arnaud Diemer complementou: “não podem permanecer na contestação, há de ter esperança”. Aliás, é um ponto que ele considerou como possível obstáculo à aceitação das ideias do decrescimento por uma faixa mais ampla da população como veremos mais em frente.

Mesmo Fabrice Flipo reconhece que “não trabalham suficientemente encima das soluções possíveis”. “O decrescimento não é um programa, não é uma cultura estabilizada....é uma corrente de ideias bastante borbulhante que explora possíveis que outros não exploram”.

Enrique Ortega também acredita que embora os escritos sejam muito bons, “falta escrever sobre a prática do decrescimento” e que faltam “estudos quantitativos sobre as propostas e as vivências desse novo modelo”. Ele propõe usar o método emergético para orientar aplicação práticas, de âmbito rural, “com pesquisas adequadas e muito diálogo”.

¹¹² Arnaud Diemer aponta uma particularidade da discriminação das ciências no sistema acadêmico francês que deve enquadrar as pesquisas (numa visão reducionista), e onde uma pesquisa sobre o decrescimento não encontra onde se enquadrar, já que ‘sofre do mal’ da interdisciplinaridade.

Liz Rejane Issberner tampouco “acredita numa cartilha”, mas sim em ações. Para ela, só se pode convencer pessoas apresentando casos de sucesso.¹¹³

Esta falta de propostas concretas e de ação de campo foi uma das críticas principais que Bernard Stiegler endereçou aos decrescentistas e aos convivialistas, também.

6.2.1.6 O apego ao progresso

Para Agnès Sinaï as pessoas refratárias ao decrescimento são “opostas em nome do progresso, como se o decrescimento afetasse o conforto e o progresso”. Para ela, isso não se justifica, já que a diminuição de certos materiais em produtos supérfluos permitiria seu uso para outros produtos ou serviços de primeira necessidade, como o uso de terras raras em aparelhos médicos por exemplo (em vez de usá-los para *smartphones* obsoletos). Mas falta convencer os não convencidos.

6.2.1.7 A oposição à crítica da técnica

Bernard Stiegler – que não é um objetor de crescimento em absoluto, mas sim um objetor do “maucrescimento” - insistiu muito neste aspecto. Para ele, “o problema não é o objeto técnico, mas a cultura que temos dele”. Nisso, ele se mostrou crítico quanto à maioria dos decrescentistas que se posicionam ‘contra a técnica’. Referindo-se a Georgescu-Roegen, lembrou que a técnica é o que é produzido pela ‘exosomatização’, fenômeno bastante ‘natural’ para o ser humano que desde sempre produziu órgãos naturais, ou artificiais (os instrumentos). Lembrou também o conceito grego ‘*phármakon*’, que pode significar tanto veneno quanto remédio, para ilustrar os vários usos que podem ser feitos do objeto técnico. Repetindo que o problema não é a técnica, mas o fato dela produzir entropia, ele propõe que tentemos desenvolver e implementar técnicas

¹¹³ Liz Rejane Issberner citou um exemplo de cadeia de fornecimento curta – limitada a um raio de 100 km máximo – numa região do Quebec.

que produzam ‘neguentropia’. Ele mesmo não tem nada contra o automatismo, que é simplesmente a nova forma de ‘exosomatização’.¹¹⁴

Outros entrevistados têm um ponto de vista bem diferente. Como vimos, Fabrice Flipo parece totalmente oposto à bioengenharia; e Agnès Sinaï promove as *low-tech*, na linha de Philippe Bihouix, para “reabilitar empregos no lugar das máquinas e evitar assim o desemprego em massa”. Ela preconiza substituir o sistema de calefação das casas por soluções de aquecimento individual (cadeiras individuais aquecedoras, por exemplo).

6.2.1.8 A educação e os veículos de informação estão a favor do crescimento e da ‘economia *mainstream*’

Ao contar sua experiência de aproximação do tema do decrescimento, Enrique Ortega apontou que a “educação universitária predominante é a favor do crescimento contínuo e sem limites. O ambiente político institucional e os veículos de imprensa reforçam essa visão”.

Quase todos os entrevistados se aproximaram das ideias do decrescimento bastante recentemente, ou seja relativamente tardiamente se olharmos sua carreira acadêmica (à exceção de Serge Latouche que entrou há mais tempo pela crítica do desenvolvimento, mas tampouco no início da carreira). Essa ‘constelação de conceitos’ está entrando nas grades curriculares de cursos específicos – nos quais eles mesmos participam, aliás – há somente 10 anos mais ou menos, e com pouco alcance (embora verificou-se que alunos de *SciencePo* pareçam ser receptivos). Mas de fato, ter uma matéria chamada ‘decrescimento’ ou ‘desenvolvimento sustentável crítico’ ou ‘ecossocialismo’ na universidade talvez não seja o melhor indicador para avaliar o quanto essas ideias permeariam nossos sistemas de educação.¹¹⁵ Tendo em vista a diversidade dos temas que podem se relacionar com a abordagem decrescentista, haveria de se fazer um levantamento mais acurado para avaliar o quanto isso entrou nos currículos escolares. Os cursos de economia e de engenharia, continuam seguindo os modelos *mainstream* e raros são

¹¹⁴ Sobre este assunto, podem ser consultados a breve entrevista dada ao jornal *Libération* em maio 2015, onde Bernard Stiegler (2015c) promove uma “automatização ao serviço da desautomatização», e os seminários sobre a ‘Exosomatização’ e ‘exorganologia’”, acessíveis no site da escola de filosofia online *Pharmakon*.

¹¹⁵ Enrique Ortega mencionou a atuação de Michael Löwy que divulga as ideias do ecossocialismo no Brasil e ministrou várias palestras em Fortaleza em 2014.

os que tentam diversificar um pouco esta linha. Por outro lado, haveria de se considerar a educação desde a pequena infância, não somente o curso universitário.

Enrique Ortega reforçou a imprescindibilidade das conferências e acordos internacionais: já que segundo ele, o projeto é global, propondo reverter o curso e o quadro do processo de destruição do equilíbrio, isso deve ser pensado e implementado a escala mundial.

O fim da revista “Entropia”, como veículo de divulgação das ideias, poderia ser um sinal de uma perda de interesse. Essa revista - que contou com a participação de 174 autores e 2.000 exemplares vendidos para o primeiro número- encerrou suas atividades em novembro de 2014, após oito anos de publicações dedicadas à exploração da ideia de “décroissance” via fundamentos teóricos, políticos e poéticos.¹¹⁶ Agnès Sinaï considera que, de certa forma, a iniciativa está sendo continuada pela revista “Momentum” (na qual participa). Tanto a revista “Entropia” como o “Instituto Momentum” são “lugares de convivialidade para refletir juntos”, segundo ela.

6.2.1.9 O potencial de um partido político do decrescimento

Alain Caillé considera que embora o papel dos intelectuais não seja de criar um partido político, seria bom conseguir “alcançar um acordo maior quanto a propostas intermediárias – sobre uma comum humanidade-socialidade e um programa de partido político”. Seria necessário já que o cenário político francês lhe parece totalmente caótico, com a esquerda retomando programas da direita, que tem uma “histeresis generalizada” que deixa os cidadãos no vazio. Mas para ele, os objectores de crescimento se encontram no momento do “enunciado dos princípios gerais”, e de fato não sabe se os signatários do “manifesto convivialista” conseguiriam estar de acordo sobre propostas um pouco mais concretas (notadamente sobre questões relativas à União Europeia). Ou seja, também é cético quanto ao nível de compromisso e consenso que esses intelectuais ‘bem intencionados’ poderiam alcançar para entrar num acordo.

¹¹⁶ Sobre o assunto; pode se ler o texto de encerramento da equipe do jornal “Entropia” - “*Préambule final : Un p’tit dernier, pour la route...*» - escrito por Jean-Claude Besson-Girard, Alice Canabate e Philippe Gruca, em 11/11/2014.

Embora convicto e afiliado às ideias do decrescimento (ao contrário de outros entrevistados), Fabrice Flipo especifica que desde o início pensa que “o decrescimento não seria um partido político, já que a palavra não é agregadora: é uma palavra que faz pensar, que coloca um problema, mas não é um programa de soluções.”¹¹⁷ Para ele, as pessoas aderem às ideias do decrescimento por razões diferentes, e possivelmente contraditórias, por isso não poderia ser um movimento agregador. Mas como ele disse antes, o principal no momento atual, é que a questão do decrescimento esteja adequadamente colocada e debatida, o que não é o caso ainda hoje (só depois disso que possíveis programas de soluções poderiam ser formulados).

Por outro lado, Fabrice Flipo aponta o “problema do efeito coletivo”: enquanto se sentirem à margem, as pessoas terão dificuldades em admitir que possam estar a favor do decrescimento. Como ele disse: “A existência pública é mais complicada, já que seria necessário reconhecê-lo publicamente, ter um debate sobre o decrescimento, o que as mídias não permitem.” Eis o aspecto perverso dos fenômenos de multidão, e a questão central que se coloca é “como conseguir inverter as representações coletivas?” Em contrapartida, o Papa Francisco falou em decrescimento, o que é longe de ser anódino, como ele sublinhou (PAPA FRANCISCO, 2015).

Se fosse para se identificar com partido existente, na França o partido que estaria mais próximo às ideias decrescentistas, segundo Alain Caillé, é o partido *La nouvelle donne*, então liderado por Pierre Larroutou (que tinha conseguido um resultado de 3% nas eleições europeias de 2015, o que ele acha louvável). Arnaud Diemer aproximou o decrescimento com o movimento do partido político francês chamado *Front de Gauche*, por ter um posicionamento contestatário mas faltar de credibilidade para atuar como decisor.¹¹⁸ No Brasil, segundo Enrique

¹¹⁷ Fabrice Flipo fez referência ao Partido para o decrescimento na França, liderado por Vincent Liegey: parece que os próprios envolvidos não o consideram como um partido verdadeiro, mas sim como uma oportunidade “para que o debate seja trabalhado na sociedade civil”. Fabrice Flipo lembrou também uma lista eleitoral montada pelo grupo ‘Casseurs de Pub’, decrescente, na cidade de Lyon – segunda maior cidade do país – que obteve um resultado não irrisório de 3 ou 4% (enquanto o partido Verde tampouco chega aos 10%, por isso que o resultado do grupo é significativo.).

¹¹⁸ O *Front de gauche* (‘Frente de Esquerda’, traduzindo literalmente) é uma coalizão de partidos políticos franceses nascida em 2009, no momento das eleições europeias do mesmo ano, para congregar as forças da esquerda antiliberal hósteis notadamente à Europa liberal e à ratificação do tratado de Lisboa. Essa coalizão foi enfraquecida em julho 2016, quando Jean-Luc Mélenchon anunciou sua saída, unilateralmente, para criar seu próprio partido - *Le France Insoumise*. Três partidos franceses- *le Parti Communiste Français*, *Ensemble! et République & Socialisme* – continuam a se reivindicar do *Front de Gauche*.

Ortega, o partido político que pode ser considerado como mais próximo das ideias do decrescimento é o PSOL.¹¹⁹

Olhando para o outro lado, Agnès Sinaï levantou um fenômeno de certa forma um pouco preocupante : alguns intelectuais de extrema direita se interessam pelo decrescimento, pela proposta antimundialização, que promoveria um certo protecionismo. Mas ela defende que a proposta decrescentista não é reacionária, nem xenófoba, ao contrário: ela reivindica um decrescimento social e cosmopolita, no qual a diversidade cultural aumenta a “resistência biológica”.

Fabrice Flipo levantou uma questão sobre o grau e os modos de implantação da democracia – limitada, e talvez correndo o risco de um pouco de autorismo ecológico, ou ao contrário uma democracia radical, horizontal e difusa, recorrendo continuamente às opiniões do povo.

Por fim, sobre o potencial de constituição de um partido e seu posicionamento na cena política, não sobressaiu nenhum consenso nem nenhum otimismo aparente entre essas várias opiniões. Isso condiz com as várias interpretações e escolhas de discursos, que dificultam a homogeneidade do discurso e, de certa forma, enfraquecem suas propostas. Pelo menos, essa é a opinião expressada claramente por Alain Caillé. Imaginando que uma certa unidade pudesse permitir uma voz e participação políticas benéficas à implementação de práticas regionais, aliadas a uma orientação mais centralizada, essa falta de consenso é um forte obstáculo.

Cabe citar aqui, a título de exemplo de liderança política, o ex-presidente do Uruguai, José Mujica. À frente do país de 2010 e 2015, parece ter sido um modelo de promoção da sobriedade e da justiça social, pela sua integridade; embora não tenha implementado uma política pensando em decrescimento como um todo.

¹¹⁹ O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é um partido político fundado em 2004, como alternativa de esquerda. Enrique Ortega complementou com os Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

6.2.1.10 Os possíveis efeitos das crises

Jean Gadrey notou algumas tendências quanto ao público de objetores de crescimento nas reuniões e nos debates: participam tantas mulheres quanto homens – o que é raro na vida militante, geralmente em maioria masculina; há um número representativo de jovens, embora haja aposentados também; participam poucos operários e trabalhadores menos qualificados, e tampouco executivos, à exceção de intelectuais; e por fim, o número de participantes, embora muito reduzido, vai crescendo, inclusive alunos de ciências políticas¹²⁰ – sobretudo desde a crise de 2008. Esse último fato é um ponto animador, e vai ao encontro da constatação feita por Arnaud Diemer (que reparou uma demanda mais alta por partes dos pesquisadores por participar em colóquios sobre o tema). Ao contrário, Franck-Dominique Vivien tem “o sentimento que desde a crise de 2008 entramos numa fase um pouco declinante na atualidade do decrescimento, enquanto antes estava mais presente no debate público”.

Ou seja, apesar das opiniões um pouco divergentes, a crise parece ter um efeito duplo: por uma parte, contribui à conscientização sobre os limites da procura desenfreada pelo crescimento – ou seja, pode favorecer a crítica à religião do crescimento; mas por outro lado, com o aumento do desemprego, da pobreza e das dificuldades, torna o dia-a-dia das pessoas de renda mais baixa mais difícil e impossibilita a contaminação dessas classes por tais ideias críticas – “as pessoas que estão na emergência da vida cotidiana e do fim do mês, raramente vão mirar em ideias como o decrescimento”, como disse Jean Gadrey.

Mas o efeito perverso disso poderia ser, como teme Arnaud Diemer, que se a economia voltar a crescer, o decrescimento seja abandonado e esquecido. Ou seja, “é fortemente relacionada ao contexto social e ambiental”, o que o enfraquece e dificulta uma adesão duradoura.

¹²⁰ Jean Gadrey contou que está convidado por estudantes – ‘*ecolos*’ - de *Sciences-Po*, e que o coro é bastante grande; e Fabrice Flipo reforçou essa visão ao contar que Pierre Rahbi faz muito sucesso quando dá palestra lá também.

6.2.1.11 Tendência ‘ecolo’ de certa classe média

Outro fenômeno interessante de ser notado é o movimento próecologia e anticonsumerista – até minimalista para certos adeptos – que acontece nas classes médias. Os chamados ‘bobos’ (sigla para ‘*bourgeois-bohème*’) na França, ou ‘esquerda festiva’ no Brasil, estão adotando práticas ambientalmente mais amigáveis, se tornando vegetarianos e comprando em redes de ‘comércio equitativo’ (com o label *Fairtrade*). Esses ‘ecolos bobos’ são “decrecentes soft”, segundo as palavras de Fabrice Flipo. Isso pode ser interessante e puxar o resto da sociedade, ou ao contrário ter um efeito negativo, de exemplo excludente. Por uma parte, essa pequena burguesia, por ser excluída do poder porém não da sociedade (ao contrário das classes mais baixas), pode ter um papel importante e impactante de “inovação social”, e ela pode se inserir numa perspectiva política, tentando inspirar e ajudar a provocar mudanças no resto da sociedade. Ao contrário, outra parte dessa pequena burguesia, mais abastecida - que Fabrice Flipo qualificou de “pequena burguesia ‘mais mais’ ” - é muito mais centrada nos seus próprios interesses e conforto, e pouco se importa com o resto da sociedade. E são essas pessoas que chegam a provocar reações negativas - quase alérgicas – nas classes mais baixas, já que parecem se apresentar como moralistas dos bons usos e modos de vida, mas são privilegiados que não agem de acordo com seus preceitos.¹²¹ O problema é que esses casos - que não representam a maioria - são usados como contra-exemplos para transformar-se em escárnio e desacreditar a proposta como um todo.

¹²¹ Fabrice Flipo citou o exemplo de Nicolas Hulot, militante ambientalista de longa data e ministro do Meio Ambiente da França desde 2017, que foi taxado de ter viajado até África do Sul, de helicóptero, para praticar *kitesurf*.

6.2.2 Condições para que a mudança rumo ao decrescimento se opere

Jean Gadrey foi um dos únicos a responder esta pergunta nos termos propostos. Como ele disse, só podia responder de maneira militante, com convicção. Ele considera que há três vertentes a serem consideradas para ter sucesso nessa transição:

1. uma conscientização dos riscos, ambientais e sociais sobretudo, de perseguir na via do crescimento;
2. uma multiplicação das iniciativas locais¹²², que são a demonstração que é possível e que poderia se generalizar, sobretudo se algumas decisões políticas ajudassem;
3. as alianças entre as redes militantes e as várias iniciativas, e uma parte das instituições políticas.

Além dessas três proposições que foram reencontradas, ou complementadas, no discurso dos demais entrevistados, apresentamos considerações sobre o que poderiam ser uns vetores – ou eixos de influência – para essa mudança paradigmática e comportamental no mundo da produção (pela política, por ‘novos modelos’ econômicos ou por práticas tecnológicas alternativas) e no mundo da vida (pela cultura e as artes e pela religião).

6.2.2.1 Necessidade de conscientização e convencimento

Enrique Ortega, pensando em educação, sugeriu implementar “programas adequados e interligados de educação, de alfabetização ecológica e conscientização política”.

Emilio Lèbre La Rovere considera que, para que funcione no longo prazo, deveria haver “uma revolução cultural das mentalidades, da educação, dos valores...”, o que vai na linha da primeira proposta de Jean Gadrey, um passo adiante: após a conscientização, dever-se-ia operar a mudança de valores, por uma revolução cultural. Emilio Lèbre La Rovere também mostrou-se otimista, ao reparar que já existem algumas iniciativas positivas que deixam vislumbrar uma evolução - “pequenos esboços da economia compartilhada, da economia solidária” - e a

¹²² Numerosas iniciativas locais estão apresentadas no livro de Bénédicte Manier, *Un million de révolutions tranquilles* (2012) ou no documentário de Marie Monique Robin, “*Sacrée Croissance!*” (2014), no qual Jean Gadrey interveio.

juventude atual que opta por andar de bicicleta ou de Uber, em vez de tirar a carteira de motorista e comprar um carro, o que era o objeto de consumo mais desejado da geração anterior.

Como sublinhou Agnès Sinaï, é preciso que nós, ocidentais e países ricos,” aceitemos de reduzir nosso ‘ritmo de vida’. E também seria necessário para a China – não que reduza seu padrão, já que muitas pessoas são muito pobres ainda, mas que não almeje imitar o consumerismo ocidental”. Parece que a China, que já sofre com poluição nos grandes centros urbanos, queira e esteja saindo da economia do carvão. Mas ainda falta a Índia decidir abandonar o carvão. É contra essa “contraprodutividade na escala planetária” que ela se indigna. Liz Rejane Issberner, por sua parte, alertou da necessidade que essas ideias circulem rapidamente, para que possam ter uma boa capilaridade e promover a mudança a tempo.

Lembrando a falta de popularidade e de adesão voluntária, Arnaud Diemer sugere tentar “convencer as pessoas que elas fazem parte e compartilham certos valores, aplicadas no terreno”, ou seja que já praticam ações decrescentes sem mesmo se dar conta.

Vale se questionar sobre os fatores que podem dificultar o convencimento das pessoas. No âmbito organizacional, por exemplo, Van de Ven (1986) estudou a questão da aceitação de ideias inovadoras. Identificou que a gestão de ideias depende principalmente de três fatores: (1) a centralidade das ideias, (2) o papel e as opiniões de partes interessadas e especialmente de pessoas poderosas, e a (3) incerteza sobre os resultados. Assinalou também duas limitações que podem causar o abandono prematuro das ideias: (4) uma orientação curto-termista do problema, e (5) uma falta de ideias adequadas. Para que ideias sejam convertidas em inovações, é necessário: que haja uma ação coletiva mobilizadora sobre a ideia, já que precisa uma mudança nas políticas; e que a ideia seja apoiada por bons ‘promotores’, ou seja, pessoas de peso, para ganhar legitimidade e mudar as instituições. Quanto à incerteza dos resultados da possível inovação, aconselha-se aceitá-la e tentar limitá-la. Por fim, a tendência natural será de tentar implementar ideias que tem efeitos no curto-prazo, já que permitem mostrar resultados imediatos (VAN DE VEN, 1986, *apud* POSTMA et al., 2012).

Transpondo essa reflexão para as ideias do decrescimento¹²³, percebe-se que, até agora, ainda estão vulneráveis em pelo menos três fatores principais:

1) não são apoiadas por ‘pessoas com influência’ significativa (Serge Latouche certamente não representa um ideal de vida nem desperta tanta admiração quanto um campeão de futebol ou uma estrela de cinema);

2) existe uma incerteza sobre os resultados (como mostraram as respostas e previsões, heterogêneas, dos entrevistados); e

3) ainda traz uma visão e propostas de mudança de longo prazo de que pode não haver resultado positivo no curtíssimo prazo (reduzir sua carga de trabalho semanal de 44 para 22 horas poderá ter efeitos salutáveis no médio ou longo prazo, mas no curtíssimo prazo, o efeito ressentido mais provável será a falta da metade de renda).

6.2.2.2 Necessidade de informação de qualidade

Tanto Fabrice Flipo quanto Liz Rejane Issberner insistiram sobre a falta de informações, de boa qualidade, pelas populações. Isso é geral, não se limita ao Brasil, como comenta LRI, tanto sobre a situação ambiental quanto sobre outras dimensões. Ou seja, mesmo sendo educadas, se as pessoas não receberem as informações pertinentes e confiáveis, não poderão tomar decisões esclarecidas.

Agnès Sinäi e Jean Gadrey também mencionaram os riscos do excesso das propagandas, truncadas, que voluntariamente não comunicam todas as informações conhecidas sobre o produto. Isto acaba manipulando o consumidor e favorece a compra de objetos com obsolescência programada. Essa ideia pode ser reforçada com argumentos de Noam Chomsky sobre a manipulação da mídia, às vezes por omissão voluntária (CHOMSKY & CIA, 2008).

¹²³ Embora a questão tenha sido estudada para o contexto das empresas, os fatores parecem suficientemente abrangentes para serem transpostos à sociedade como um todo.

6.2.2.3 Iniciativas locais, realocização e biorregiões

Em termo de administração dos territórios, vários entrevistados (dos quais Bernard Stiegler e Agnès Sinaï) aconselharam agir localmente e em territórios de tamanha menor - ‘relocalizando’. Agnès Sinaï lastimou a reestruturação da França em macrorregiões, em 2015; segundo ela, a tendência deve ser de redução desses espaços e de fazê-los coincidir com as características vegetais e hidrológicas (bacias) – falando em biorregião urbana, por exemplo.¹²⁴

Enrique Ortega também falou em biorregião rural, embora não o tenha dito. Ele preconiza uma mudança maior, vindo do campo - pela agricultura natural e orgânica – com a premissa de “entender a lógica do ecossistema regional nativo, e entender como esse ecossistema foi modificado para gerar o que há hoje em cada região.” Ele vislumbra que será necessária “uma mudança geral do paradigma cultural, [...e que] o decrescimento exige uma ruralização ecológica.” A solução para os espaços rurais passa pela adoção de sistemas agroflorestais, para fixação de carbono, segundo ele.

Arnaud Diemer e Franck-Dominique Vivien, ao repetir que o decrescimento padece de ações concretas e que deveria se inspirar mais de experiências de terreno, preconizam que as iniciativas, que são experimentos de certa forma, sejam feitas *in loco* para depois serem teorizadas e sistematizadas (se se demonstrarem válidas).

Há consenso entre os entrevistados que as ações concretas, locais, adaptadas em função do contexto, se tornam uma condição para o sucesso do decrescimento.

6.2.2.4 Ações da sociedade civil e dos militantes

Os entrevistados são nitidamente a favor de uma maior participação da sociedade civil, tanto por parte dos atores individuais, cumprindo seu papel cidadão, quanto pela ação de ONGs e

¹²⁴ Uma biorregião urbana é definida como um “conjunto de sistemas territoriais locais, fortemente transformados pelo homem, caracterizados pela presença de uma pluralidade de centros urbanos e rurais organizados em sistemas de cidades reticulares e não hierarquizadas. Esses sistemas estão ligados entre si por relações ambientais que tendem a realizar uma oclusão de ciclos de água, dos resíduos, da alimentação e da energia. São característicos de equilíbrios ecossistêmicos de uma bacia hidrográfica, de um nó orográfico, de um sistema de vale ou de um sistema em colinas ou costeiro, inclusive de seu interior” (tradução nossa). Termo cunhado por Alberto Magnaghi, professor arquiteto e urbanista da Universidade de Florença, que escreveu um livro sobre o tema em 2014 -“A Biorregião Urbana: Pequeno Tratado Sobre o Território, Bem Comum”.

movimentos sociais. Agnès Sinaï sugere um ‘planejamento consensuado’ - com ideias vindo da base, via conferências de cidadãos, mas também alguma tomada de decisão do tipo ‘top-down’, porém consensuado, na escala regional. Emilio Lèbre La Rovere propôs que o terceiro setor, a sociedade civil organizada, participe como parceira na aplicação dos recursos das ajudas sociais. Enquanto Fabrice Flipo lastimou que a ONG Alternatiba tenha sido umas das poucas ONGs que teve alguma ação efetiva; Enrique Ortega sublinhou a necessidade de reforçar os movimentos sociais: (*Degrowth, Via Campesina, Global Ecovillage Network, etc*).

Quanto aos sindicatos, segundo Denis Bayon (2015) a maioria deles se opõe às ideias do decrescimento, exatamente por pregar o pleno emprego e o aumento dos salários. Em constante relação de força com o capital, nunca questionaram o paradigma do crescimento econômico. Mas o autor levanta que certos sindicatos, de tamanho reduzido ou em prol da defesa do meio ambiente começaram a criar alianças com os militantes decrescentistas. É o caso da *Confederación General del trabajo* (CGT), sindicato espanhol que conta 65.000 membros reivindicados, que “denuncia o modo de vida alienado imposto pela produção e pelo consumo de massa” e alerta para o “risco de um decrescimento econômico forçado como consequência da sobre-exploração dos recursos naturais”, e que seria brutal (BAYON, 2015, p.410).¹²⁵ Há de notar que o grande obstáculo a uma maior interface entre os dois movimentos – sindical e decrescentista – é o fato dos empregados não terem domínio nem posse do capital da empresa onde trabalham, e por esse motivo a grande maioria continua defendendo os empregos a qualquer custo, o que quer dizer todo tipo de empregos, inclusive os que poderiam contrariar preocupações ambientais. Sindicalistas e decrescentistas teriam duas batalhas em comum: a primeira, uma revisão do estatuto do trabalhador, que teria direito a um salário incondicional (para acabar com a “chantagem ao emprego” que está ditando as regras atualmente) – parece que os sindicatos mais revolucionários já tenham iniciado uma reflexão nesse sentido; a segunda seria um trabalho mais ecológico, permitido pelo controle das forças de produção pelos próprios trabalhadores - como parece ser o que acontece com o trabalho das cooperativas, por exemplo (BAYON, 2015).

¹²⁵ Dois outros sindicatos na França, a *Confédération National du Travail* (CNT) e da *Union Syndicale « Solidaires »* (SUD), também estão influenciados pelo sindicalismo revolucionário (BAYON, 2015, p.410).

Considerando a militância socioambiental, vemos que é um assunto muito sensível no Brasil e nos países do Sul no geral. Ativistas ambientais continuam sofrendo injustiças – como foi o caso de Berta Cáceres assassinada em março 2016 no Honduras.¹²⁶ Relatórios da Anistia Internacional (2016) e do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (2017) apontam para uma piora na defesa aos direitos humanos no Brasil devido ao governo Temer: o número de conflitos fundiários e socioambientais está aumentando, assim como o número de assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos.¹²⁷ Por outro lado, houve uma criminalização dos movimentos sociais pelo uso da lei de organizações criminosas de 2013¹²⁸, a qual foi usada contra os manifestantes e contra o Movimento Sem Terra em Goiás, por exemplo (2017, p.44). Esse contexto dificulta a ação militante da sociedade civil e enfraquece o exercício da democracia.

6.2.2.5 Quadro legal e político

Como vários analistas o formularam, há hoje dissolução do quadro político no econômico. Na Grécia por exemplo, a população conseguiu eleger um governo “a contra corrente”, mas as decisões políticas, acabam não acarretando em mudanças desejadas porque o cenário político desapareceu - não há como atuar, acuado pelas regras econômicas às quais está sujeito. É um assunto digno de preocupação para com a defesa dos interesses da sociedade. Por outro lado, o poder dos lobbies enfraquece os poderes legislativos: o lobby ruralista notadamente, muito forte no Brasil e na França, faz pressão e reverte o curso de certas leis (como por exemplo a flexibilização da lei sobre o uso dos agrotóxicos, no Brasil).¹²⁹

¹²⁶ Berta Cáceres, militante ecologista da comunidade lenca, foi assassinada em 3 de março de 2016 em La Esperanza, no Honduras. Ela tentava impedir a construção de uma grande hidrelétrica no rio Gualcarque. (Ela tinha sido honrada pelo prêmio Goldman para o meio ambiente em 2015) (RAIMBEAU, 2016).

¹²⁷ No ano de 2016, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi registrado o maior número de conflitos no campo dos últimos 32 anos, pois “foram contabilizados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 registros por dia. Os assassinatos tiveram um aumento de 22% em comparação com o ano de 2015 e é o maior número de casos desde 2003” (CPT, 2017).

¹²⁸ A Lei no 12.850/13 define organização criminosa e dispõe sobre a respectiva investigação criminal, os meios de obtenção de prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal.

¹²⁹ Um projeto de lei para flexibilizar o uso de agrotóxicos está sendo debatido em maio 2018 na câmara dos deputados (OBSERVATORIO DO CLIMA, 2018). Notemos que o uso de agrotóxicos no Brasil é um dos mais altos no mundo e já é muito permissível: “o Brasil permite o consumo de 14 agrotóxicos proibidos mundialmente. Pois

Seria em vão discutir política, eleições, democracia, sem questionar essas relações de poder hoje, já que são os “lobbies que fazem a lei” e os governos só têm um papel de frear seus ardores. Como escreveu Serge Latouche, “a escolha de uma política de decrescimento é impensável em tal contexto. Nenhum governo poderia implementá-la, mas para isso teria que estar incluída no seu programa” (LATOUCHE, 2005b, p.279).

Para exemplificar essas considerações, certas tendências nos quadros legais nacionais francês e brasileiro são apresentadas a seguir.

Quadro legal

Enquanto o momento histórico está mais para desânimo que para alegria no Brasil – com o evidenciamento desde 2015 de uma corrupção endêmica, reformas políticas em retrocesso na contramão da proteção ambiental¹³⁰ ou da proteção dos direitos trabalhistas¹³¹ –, podem ser notadas iniciativas ambientais promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e aparentemente propícias a uma transição sustentável. São elas: o plano de Produção e Consumo Sustentável, lançado em 2012 no momento da Rio+20; e o compromisso de emissões de gases de efeito estufa assumido na COP21 de 2015. Na linha social, o programa Bolsa Família, implementado a partir de 2003 dentro do programa Fome Zero, houve resultados positivos: comparado com outras transferências públicas, é o que reduz a desigualdade e a pobreza ao menor custo, e as condicionalidades do programa também geram benefícios de longo prazo sobre educação e saúde. A redução da pobreza se traduziu por um aumento do PIB – o “expressivo efeito multiplicador” é de R\$ 1,78 a cada R\$ 1,00 adicionado ao Programa Bolsa Família (IPEA, 2013). Na lógica decrescentista, isso pode ser questionado, mas há que se lembrar que os objetores de crescimento não se opõem a um crescimento do PIB de maneira radical – deseja-se primeiro acabar com a extrema pobreza. Mas seria relevante se atentar à natureza desse novo consumo

este número acaba de aumentar mais um pouco graças a decisão da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que decidiu liberar o uso de Benzoato de Emamectina no país;” (GOTO, 2018).

¹³⁰ O deflorestamento está aumentando : “O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe calculou que o desmatamento aumentou 60% entre 2014 e 2016, chegando a quase 8 mil km² em 2016” (ISSBERNER e LENA, 2017).

¹³¹ A reforma trabalhista e previdenciária que é avaliada por ser um retrocesso está em trâmite desde 2017.

decorrente das transferências de renda, para entender se seguirá a lógica do mau consumo e mau crescimento.

Pelo lado francês, desde 2015 o governo conseguiu fazer aprovar certas leis que contrariam os princípios e objetivos do decrescimento. Em julho de 2015, a chamada ‘lei Macron’, destinada a impulsionar “o crescimento, a atividade e a igualdade das chances econômicas” foi adotada. Essa lei, que diz respeito a vários temas - direito ao meio ambiente, energia nuclear, propaganda em instalações esportivas, transportes, associações, trabalho aos domingos – pode ter várias consequências negativas para o meio ambiente, segundo certos analistas ecologistas (LAVOCAT, 2015; GIRAUD, 2015).¹³² Além disso, nota-se que para promulgar essa lei, o então ministro da economia recorreu ao artigo 49-3 da Constituição francesa, que enfraquece o poder legislativo e fere assim o princípio de tomada de decisão coletiva (ou seja, vai na contramão de valores democráticos ampliados). Outra lei, que foi muito polêmica dessa vez, é a que reforma o Código do trabalho e as condições trabalhistas¹³³, visa flexibilizar o limite das 35 horas semanais, e os motivos para despedimentos. Essa lei já está surtindo efeito.¹³⁴

Quanto às iniciativas legais aparentemente a favor, observa-se por exemplo: uma lei visando a reforçar os direitos dos consumidores, que foi votada em 2014¹³⁵ - favorecendo a ação de grupo e a participação do consumidor como cidadão no exercício de seus direitos (promovendo a ‘justiça social’); a lei sobre a Obsolescência Programada, no âmbito da lei da transição ecológica, de 2015¹³⁶ e a lei contra o desperdício alimentar de 2016.¹³⁷ Além disso, a proposta de renda universal estava inscrita no programa de campanha presidencial do candidato

¹³² Podemos constatar que essa lei do crescimento chamada de ‘lei Macron’ viabilizou a inserção de linhas de ônibus de grandes distâncias na paisagem francesa, quais entraram em concorrência com o transporte ferroviário (contrariando uma orientação estratégica que a França tinha tomado em 1948).

¹³³ A lei n° 2016-1088 do 8 de agosto de 2016 relativa ao trabalho, à modernização do diálogo social e à segurança dos trajetos profissionais (FRANCE, 2016).

¹³⁴ Em junho 2018, a empresa PSA decidiu por um fim às 35 horas semanais: a carga semanal de trabalho dos empregados aumentará de quase 8 %, enquanto o salário aumentará de 3% (MEDIAS24, 2018).

¹³⁵ Lei n°2014-344 do 17 de março 2014, lei Hamon, relativa ao consumo (FRANCE, 2014).

¹³⁶ Artigo 99 da Lei n° 2015-992 do 17 de agosto de 2015 relativa à transição energética para o crescimento verde. Prevê, notadamente, que para todos os produtos de valor igual a 30 % do salário mínimo, o tempo de vida deverá ser informado, obrigatoriamente.

¹³⁷ Loi n° 2016-138 du 11 février 2016 relative à la lutte contre le gaspillage alimentaire.

do Partido Socialista em 2017, e o debate ganhou coro. Está sendo estudado para se implementado a nível experimental, a partir de 2019.

Dois anos após a promulgação da lei sobre a Obsolescência Programada, uma primeira ação na justiça foi iniciada contra quatro fabricantes de impressoras, em decorrência de uma queixa da associação Hop.¹³⁸ Isso reforça a ideia que ações combinadas de representantes da sociedade civil, protegidos por leis e bem informados sobre seus direitos, podem influir sobre a relação de poder, e promover justiça social e mudanças de padrões de consumo.

Quadro político

De maneira geral, observa-se um desinteresse pela política: as populações são desacreditadas e não se engajam mais. Embora haja acontecido um ressurgimento de partidos de extrema esquerda nos últimos anos (Espanha, Grécia, França), os partidos de esquerda mais centrais e tradicionalmente agregadores parecem estar perdendo fôlego, sem conseguir alternativas atraentes, nem se entender o mínimo para construir uma proposta coerente.¹³⁹

O cenário político brasileiro se apresenta bastante caótico e incerto. Na América do Sul, os partidos de esquerda também parecem estar saindo de cena. Mas talvez isso não seja um obstáculo à adoção de iniciativas em prol do decrescimento, nem à adesão. Como já vimos, certos objetores são a favor do posicionamento na cena política, pela liderança de partido, mas vários outros consideram que “uma proposta em termos de política pública ‘decrecente’ seria uma contradição, já que esse espaço político é exatamente um subsistema da sociedade de crescimento.” E não teria nenhuma autonomia – como mostra a fraqueza dos debates entre ideologias, hoje limitado a um debate entre gestores (BAYON et al., 2012, p.227).

¹³⁸ A associação *Halte à l'obsolescence programmée (Hop)*, que pode ser traduzido por ‘Chega de Obsolescência Programada, tenta se apoiar na lei (BOISSONNET e PUGET, 2017).

¹³⁹ Isso parece realizar a predição que o André Gorz tinha feita em 1983: « *Nous arrivons au point précis qu'annonçaient les premiers visionnaires de l'après-capitalisme quand, au-delà de l'ordre industriel naissant, ils entrevoyaient une société différente : du capital et de la marchandise pour faire apparaître le “temps disponible” comme mesure de la “vraie richesse”. La révolution micro-électronique nous entraîne vers tout cela et pourtant nous continuons misérablement d'attendre que l'avenir nous rende le passé, que le capitalisme se relève de son agonie, que l'automatisation procure plus de travail qu'elle n'en supprime. La gauche est sur le point de mourir faute d'imagination.* » (GORZ, 1983).

6.2.2.6 Nova postura empresarial e economias alternativas

Parte dos decrescentistas preconizam a saída do capitalismo, outros pensam que o decrescimento pode ser promovido no ambiente privado. Parece legítimo se perguntar como essa mesma empresa, também entidade produtiva, movida pela rentabilidade do capital e pela produtividade máxima, poderia ser um vetor dos rumos propostos pelo decrescimento. Isto aparenta ser totalmente antagônico. Mas por outro lado, se a previsão for permanecer num ambiente capitalista, a empresa deve ser considerada, por ser o ator-chave principal, parte da solução também. Nessa linha, são apresentados a seguir aspectos e evolução no âmbito empresarial e produtivo de maneira geral.

Como disse Fabrice Flipo durante a entrevista: “o decrescimento, é sair de uma certa economia, da economia de crescimento” - o que corresponde à ciência econômica que é considerada como tal, que é uma ciência do crescimento. Para ele também pode parecer contraditório que as empresas privadas sejam o veículo e uma alavanca possível para o decrescimento. Mas reconhece que “nunca vimos uma sociedade sem economia – no sentido de divisão do trabalho, de serviços – inclusive nas sociedades primitivas”. “A história da humanidade foi feita de mercados: simplesmente trocamos bens e serviços, numa lógica de utilidade social, não de crescimento.”

6.2.2.6.1 Gestão em prol da sustentabilidade

Além de atender a normas de qualidade e a restrições legais, as empresas também adotam práticas ditas de sustentabilidade, visando a limitar seus impactos negativos sobre o meio ambiente e a sociedade, mas mantendo uma atividade economicamente sustentável, claro. O movimento de responsabilidade social iniciou-se nos anos 70, mas ganhou força de fato na virada do século XXI, com várias iniciativas como por exemplo o Pacto Global da ONU ao qual já aderiram mais de 6.000 empresas no mundo todo (mais de 700 no Brasil¹⁴⁰); a publicação de relatórios de sustentabilidade fomentada pela GRI desde 2000 (que conta mais de 4.000 empresas relatoras em 2017, mais de 200 no Brasil) (GRI, 2016). Essas iniciativas estão alinhadas

¹⁴⁰ No site do Pacto Global estão listados as varias empresas que adotaram ao pacto (UNGC, 2018).

com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, assim como o fenômeno relativamente recente da rotulagem ambiental. Embora tenha surgido nos anos 40 de maneira compulsória para certos produtos perigosos, cresceu mesmo a partir dos anos 70 em resposta à demanda dos consumidores. Ou seja, uma pressão de certo grupo da sociedade - ávido de informações sobre os bens de consumo -, aliada a incentivos do governo – compras públicas sustentáveis, ou uso de selos ambientais certificados por órgãos governamentais -, podem provocar uma mudança no mundo da produção, qual acaba se orientando por padrões de produção menos insustentáveis (DUARTE, 2017; VALLE, 2018).

Muitas vezes ainda, as empresas aderem a essas iniciativas buscando melhorar sua imagem e atrair investidores, ou seja não almejam uma mudança profunda. Mas como houve um reforço nos quesitos de governança e de comportamento ético (anticorrupção), não deixam de ser uma alavanca eficaz para promover uma melhoria na governança e na gestão, promovendo mudanças rumo a uma economia sustentável. Vários casos vergonhosos acabam se tornado públicos¹⁴¹, pelo aumento da transparência (melhorando assim a qualidade das informações para os consumidores e a sociedade civil). Com essa tendência, as empresas começam a considerar a criação de seus valores compartilhados e tentam incluí-los na definição de suas estratégias (PORTER & KRAMER, 2018). Ou seja, estão abandonando a lógica de estratégia autocentrada para adotar uma estratégia que considere suas interações com o ambiente externo.

O engajamento e a motivação dos funcionários, em prol da sustentabilidade, é um tema de interesse: há dificuldade em criar mecanismos e motivadores para os recursos humanos que andam passiva ou ativamente desmotivados (GETZ, 2013), e até desesperados e prestes a se suicidar no local de trabalho (DEJOURS e BÈGUE, 2009). Pesquisadores também se questionam para tentar desenhar estratégias de engajamento dos funcionários. Foram identificados dois fatores que podem ser essenciais para provocar esse engajamento, são ele o ‘reconhecimento’ e o ‘cuidado’(AFONSO SILVEIRA, 2017). Nota-se que são dois conceitos que participam da nebulosa proposta para representar o quadro conceitual do decrescimento, e que estão condizentes com a tripla obrigação do dom.

¹⁴¹ Podemos citar o exemplo de uma empresa franco-suíça: em março 2017, o grupo cimenteiro LafargeHolcim reconheceu ter financiado "indirectamente" grupos armados na Síria em 2013 e 2014 (RFI, 2017).

Embora esses rumos adotados pelas empresas estejam muito aquém do que preconizariam os decrescentistas, não deixa de ser um avanço rumo a uma possível transição.¹⁴²

As publicações, ou outras evidências de pesquisas, sobre “como as empresas poderiam ser motores ou parte da solução rumo ao decrescimento” são muito raras.¹⁴³ Bernard Christophe, um especialista em gestão das empresas, publicou em 2007 um livro cujo propósito é analisar como as empresas, preocupadas com o respeito ao meio ambiente e com possíveis orientações decrescentistas, podem ser bem sucedidas nas suas conversões ecológicas (CHRISTOPHE, 2007). Ao considerar a função de empresa, deve-se questionar sua função social. Se a empresa for ou se tornar socialmente inútil ou excessiva, ela tem que operar mudanças; ela não deve existir por existir, somente se fizer sentido no meio no qual se está inserida, e se gerar benefícios para a sociedade.

Certas empresas tendem a adotar a ‘neguentropia’ como estratégia, ou diferencial. A empresa californiana - de equipamentos esportivos mais duráveis – Patagonia – é um caso positivamente atípico, onde a durabilidade dos produtos é estratégica. Nota-se que a governança dessa empresa é familiar, e que o capital nunca foi aberto (KHMARA e KRONENBERG, 2018).

6.2.2.6.2 Economias alternativas

Além de novas tendências de gestão, mais ou menos inovadoras e integradas na estratégia da organização, novos modelos econômicos estão aparecendo: a economia social e solidária e a economia circular são as duas ‘novas formas de economia que se parecem atender a certas exigências da perspectiva decrescentista.

A economia social e solidária, pelo empoderamento dos trabalhadores, os quais passam a se autogerenciar num modelo muito menos hierarquizado e centralizado, é o modelo econômico

¹⁴² Embora esse ponto também possa ser objeto de debate, já que vários objetores de crescimento não preconizam uma transição, mas sim uma ruptura.

¹⁴³ Uma pesquisa rápida na base *Science Direct* com as palavras “degrowth & business” deu 11 resultados, e outra pesquisa com as palavras “degrowth&economy” deu 47 (as palavras são procurando nos campos “título, resumo e palavras-chave”) Nesse conjunto “somente” 10 fazem análises de fato sobre isso.

que parece alcançar a ‘emancipação pelo lado da produção’, segundo a formula de Jean Gadrey (JOHANISOVA et al, 2015).

Para o contexto brasileiro, organizar-se em cooperativas pode fazer muito sentido. Conforme explica o professor Paul Singer, embora a economia capitalista seja a economia dominante do ponto de vista ideológico e cultural, “não é verdade que a economia brasileira seja uma economia capitalista na sua integralidade; está longe disso”.¹⁴⁴ Grande parte dos trabalhadores não têm a oportunidade de trabalhar para um empreendimento capitalista. A economia solidária mostra que empresas onde tal divisão dos poderes não existisse nem só é possível, como desejável. Corroborando a definição de cooperativa dada pela Aliança Cooperativa Internacional¹⁴⁵, o professor Singer especifica:

A tese da economia solidária é que o conjunto de todos que trabalham na empresa pode gerí-la democraticamente., é a autogestão. Existem dois tipos de autogestão: a dos trabalhadores nas empresas que produzem bens e serviços e a dos consumidores, em cooperativas ou em associações, que são geridas pelos que usufruem daquilo que o empreendimento produz. [...]

A exigência de democracia, neste tipo de empresa [cooperativas ou associações produtivas], é muito mais forte. O tempo todo as pessoas estão juntas, trabalhando e, ao mesmo tempo, se auto-administrando. [...] são os ‘patrões de si próprios’ (SINGER, 2005, p.139).

Ele prossegue:

Trata-se de uma enorme desafio. A economia solidária é, hoje em dia, uma resposta a uma crise – a uma enorme crise do trabalho mundial.[...] e ela tende a ter uma certa eficácia, embora não saibamos suas reais dimensões em nosso país, pois não temos dados agregados globais a este respeito. [...]

Muitas pessoas vêm à economia solidária não porque acreditam em seus valores, mas porque ela constitui uma alternativa possível, embora sofrível, de sobrevivência (SINGER, 2005, p.140-141).

¹⁴⁴ Pode-se dizer que a tendência de precarização leva a um aumento da economia informal, a nível mundial.

¹⁴⁵ Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, uma federação de redes cooperativas de um bilhão de indivíduos), a cooperativa é definida por: “uma associação autônoma de pessoas voluntariamente reunidas para satisfazer suas aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de um empreendimento/uma empresa cuja propriedade é coletiva e onde o poder está exercido democraticamente” (JOHANISOVA et al, 2015, p.313).

Pelo critério segundo o qual somente pertencem à economia solidária “empreendimentos em que todos os que trabalham são sócios e todos sócios neles trabalham, os cargos de direção são ocupados em rodízio por todos os sócios, as assembleias são concorridas e os presentes conhecem os assuntos em discussão etc.” – essas pessoas que atuam na economia solidária por falta de opção dificilmente poderiam ser consideradas como integrantes da mesma - e tampouco de uma ‘economia visando ao decrescimento’. Mas o autor observa que, embora sem convicção inicial, a prática da economia solidária “muda a cabeça das pessoas” que, por vezes, acabam aderindo à economia solidária e preferem continuar a trabalhar num esquema de autogestão, sem patrão (SINGER, 2005, p.142).

Pelos valores de gestão sem patrão e de modelo participativo horizontal (autogestão), as cooperativas são um modelo de empresas aparentemente mais adaptado a uma economia decrescente. As razões são:

- a propriedade das ações da cooperativa: foge da especulação – já que seu valor não aumenta -, aderindo assim aos objetivos de respeito de valores comunitários e ecológicos;
- a estrutura de governança é mais democrática, com mais participantes à tomada de decisão, e horizontal;
- o dinheiro “como servidor, não como dono”: livre da necessidade de gerar dividendos para os acionistas, os objetivos mais importantes se tornam a proteção dos empregos e do meio ambiente, e as verdadeiras necessidades de seus membros. (JOHANISOVA et al, 2015, p.315-316, tradução nossa)

Mesmo como cooperativa, existe o risco de permanecer na economia capitalista crescentista, por não adotar outra visão nem forma de gestão. Rogerio Valle (2005) nos alerta sobre essa ‘não emancipação’ e permanência no modelo capitalista, na corrida à produtividade e à competitividade, “ tendo como única diferença o fato de poussírem sócios numerosos e trabalhando em suas oficinas e escritórios” (p82). Ao contrário, deve ser valorizado o aspecto faz a diferença, a saber “a autonomia nas decisões relacionadas à gestão da produção. Na percepção cotidiana dos trabalhadores, a maior mudança advinda com a autogestão é justamente algo que vai nesta direção: o sentimento de liberdade por não ter mais supervisor” (VALLE, 2005, p.83).

Quanto à economia circular, parece ser a ‘nova’ proposta para uma economia conciliável com os limites ambientais.¹⁴⁶ Propõe-se a corrigir o modelo linear de produção e consumo (‘extrair, produzir, consumir, descartar’) em um modelo econômico ‘circular’, visando a reduzir o consumo e o desperdício de materiais e a promover a reciclagem. Apesar da diversidade das definições e das publicações, evidência da emulação acadêmica pelo tema (MACARTHUR ELLEN FOUNDATION, 2015; KIRCHHERR, J., REIKE, D., HEKKERT, M., 2017; ECONOMIECIRCULAIRE.ORG, 2018; FRANÇA, 2018), a ONU tentou fornecer uma definição que se termina como segue:

Esse modelo baseia-se em um uso ótimo dos recursos e na criação de ciclos fechados de valor positivos. Foca sobre novos modos de concepção, produção e consumo, o aumento do tempo de uso dos produtos, o reuso e a reciclagem dos componentes” (ECONOMIECIRCULAIRE.ORG, 2018, tradução nossa).

As várias frentes de ações, ou pilares¹⁴⁷, da economia circular visam a atacar e limitar os impactos ambientais nos diferentes passos da cadeia de valor, desde a concepção do produto até sua disposição final, envolvendo assim todos os atores da cadeia produtiva. Uma delas é a dita ‘economia de funcionalidade’, que visa incentivar o uso (pelo aluguel ou tempo de uso) em vez do consumo (baseado na posse do bem e na manutenção da valorização de bens posicionais). Além de promover uma mudança no comportamento do consumidor provoca uma mudança de visão e estratégia das empresas que passam a ser responsáveis pela manutenção dos bens e pelo seu descarte final. Ou seja, acaba reduzindo a obsolescência programada. Deveria ser implantada em massa para atingir seu objetivo de reduzir os fluxos de materiais, o que demanda ainda muitas mudanças empresariais (BOURG, 2005). Iniciativas de promoção da economia de funcionalidade estão em curso na Europa e no Brasil (IEEFC, 2018).

No Brasil, como em nível global, a economia circular aparece como uma panaceia:

oferece uma oportunidade para que a sociedade prospere ao mesmo tempo em que reduz sua dependência de materiais finitos e fontes de energia não renováveis (...) a transição para a economia circular poderia gerar oportunidades de mais inovação e criação de valor no Brasil” (ELLEN MAC ARTUR FOUNDATION, 2017, p.10).

¹⁴⁶ Esta proposta está em plena expansão desde 2012 principalmente. De certa forma, veio substituir a chamada economia verde - que ficou muito impopular após a falta de avanços conseguidos nas negociações da conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012 no Rio de Janeiro.

¹⁴⁷ A *Agence de l’Environnement et de la Maitrise de l’Energie* (Ademe) na França identificou sete pilares – que são como alavancas para a ação: suprimento sustentável, ecologia industrial, economia da funcionalidade, consumo responsável; concepção ecológica (ecodesign), aumento do tempo de uso; reciclagem.

Esse discurso está sendo apropriado pelos próprios governos executivos que definem seus planos de ações em função de tais orientações (ADEME, 2017). No final de 2015 a Comissão Europeia, por exemplo, adotou um novo e ambicioso “pacote de ação da Economia Circular, para estimular a competitividade, criar emprego e gerar crescimento sustentável” com umas ações na grande maioria destinadas a reduzir o desperdício e os resíduos, e a aumentar a reciclagem (COMISSÃO EUROPEIA, 2015). Isso corrobora duas percepções: por um lado, que a Economia Circular se insere numa dinâmica de redução dos impactos ambientais e de melhoria na gestão nos recursos coletivos, mas suas ações ainda parecem restritas ao fim do tubo do ciclo de produção; e por outro lado, prossegue em uma lógica de crescimento econômico (ELLEN MAC ARTUR FOUNDATION, 2015; 2012; FRANCE, 2018).¹⁴⁸

Em outras palavras, a Economia Circular não questiona a dupla alienação – pelo consumo e pela produção – que sofremos como atores da cadeia de produção, que a Economia Social e Solidária questiona, buscando soluções mais justas. Em contrapartida, a Economia Circular se propõe a atender a vertente ecológica do decrescimento, pela redução do consumo de matérias primas e dos resíduos. Uma nova forma que conciliaria essas duas facetas - uma ‘economia circular solidária’ – talvez se apresentasse como o modelo desejável, coerente com os pressupostos decrescentistas.

Por fim, uma outra tendência - a Economia Criativa - pode promover a valorização das identidades e dos territórios (favorecendo o sentimento de ‘pertencimento’). Permite empoderar talentos do território, promovendo sua inspiração e sua criatividade técnica, portanto promove sua ‘autonomização’ (BRUNO, 2015).

¹⁴⁸ Na França, o conceito de economia circular oficialmente entrou na lei relativa à transição energética para o crescimento verde do 18 de agosto de 2015 (FRANCE, 2018).

6.2.2.7 Vetor cultural

As artes, como elemento desse referencial cultural mais amplo, participam da construção de valores comuns e da união entre as pessoas.¹⁴⁹ Nesse sentido, a seguir são apresentados uns exemplos de manifestações culturais que testemunham como as ideias decrescentistas já estão representadas e podem se utilizar dos veículos culturais para sua divulgação. A arte tem a vantagem de conseguir sensibilizar. Talvez essa seja a chave principal para provocar a mudança de comportamento, passando da conscientização à sensibilização.

Começando pela literatura, ensaios ou ficções científicas podem ser considerados como pertencentes à matriz decrescentista.¹⁵⁰ Da mesma forma, certos romances territorializados, entre documento e ficção, apresentam narrativas que traduzem o processo simbólico e o imaginário social.¹⁵¹ Apresentando versões ‘endógenas’ e sentidas das vivências locais, permitem apreender a realidade, os potenciais e limitações, dos contextos locais e questionar assim os discursos hegemônicos e homogeneizadores de uma opção desenvolvimentista pós colonial virada para uma cultura urbana (VELOSO, 2007; HATOUM, 2010). Etienne Davodeau usa seu talento de desenhista para denunciar injustiças do sistema produtivista e promover a simplicidade, através de gibis-reportagens (DAVODEAU, 2001; 2011).

A arte de rua – que pode se expressar de maneira mais ou menos efêmera (intervenções esporádicas ou grafites murais) - representa uma forma de resistência à homogeneidade da sociedade de crescimento. Dando visibilidade à arte popular e independente, passou a ser vista como um valor cultural. A cidade se apresenta como um lugar de movimento e produtividade, de velocidade, lugar mesmo dos monopólios radicais e da sociedade de consumo. Nessa selva urbana, iniciativas individuais ou coletivas testemunham da diversidade e tornam esse espaço um espaço de convivência coletiva, de ruptura e transgressão, permitindo “que o sujeito se constitua de múltiplas maneiras, com contradições, transformações e imersões causadas pela urbanidade,

¹⁴⁹ O antropólogo britânico E. B. Tylor definiu a cultura como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, direito, moral, costumes, e todas as demais aptidões e praticas rotineiras que o homem adquire como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871 *apud* VERDURE, 2003).

¹⁵⁰ Autores como Aldous Huxley, George Orwell e Barjavel são exemplos disso.

¹⁵¹ O livro “Marajó” de Dalcídio Jurandir ou os romances de Milton Hatoum baseiam-se no imaginário amazônico, por exemplo.

pois grupos se apropriam da cidade, criando novos significados a esses espaços” (FURTADO, 2012). Os escritos do profeta Gentileza no Rio de Janeiro são um exemplo de legado deixado por um poeta de rua, fora da ‘sociedade do espetáculo’, que quis comunicar sua visão do mundo, espiritual e altruísta. O lema “Gentileza gera gentileza” pode ser considerado o pendente carioca da tripla obrigação de “dom” de Marcel Mauss.¹⁵² Essa e outras mensagens são percebidas diariamente por milhares de pessoas que criam empatia com os escritos. “As pilastras do profeta não são somente suportes, são discursos que propõem diálogo constante com a sociedade e o seu sistema, marcando especialmente um modo de dizer do político”. Por seu livro urbano, José Datrino “causou sensibilidade estética, efeito de singularização desse espaço que antes se encontrava dentro da ordem hegemônica urbana” (YADO, 2016, p.114 e p.83).

Afinal, como escreveu Leonardo Boff acerca do profeta, “a crítica da modernidade não é monopólio dos mestres do pensamento acadêmico”, e talvez ela tenha sido “mais certo ao propor [como] alternativa a Gentileza como irradiação do cuidado” (BOFF, s/d.)

A música e o cinema são a priori os vetores de maior capilaridade e rápida difusão. Movimentos contestatários – como o movimento Tropicália durante os anos de ditadura no Brasil, ou a dissidência na França em 1968 – souberam usar esse veículo e penetrar no imaginário coletivo. Dificilmente uma produção acadêmica poderá ter o alcance de uma canção politizada do Gilberto Gil para denunciar a desigualdade, por exemplo.¹⁵³ Tampouco teria a repercussão de um filme-documentário como ‘Demain’ (2015)¹⁵⁴, ou de exposições e publicações fotográficas do Sebastião Salgado¹⁵⁵ ou do Yann-Arthus Bertrand. Esses e tantos

¹⁵² Um fato irônico para quem protestava contra o “capeta capital, o vil metal e o capitalismo” – ou contrassenso como apontou Leonardo Guelman, professor do departamento de Artes da UFF – é que as mensagens do Profeta foram assimiladas pelo comércio, declinadas em várias peças (camisetas, sandálias e tênis, imãs e postais, etc.). Embora os direitos autorais De certa forma

¹⁵³ Pode ser citada a canção “A Novidade”, escrita em parceria com a banda Os Paralamas (1986), no álbum “Selvagem?”, por exemplo.

¹⁵⁴ Podemos perceber também que filmes de animação com viés ‘ecologicamente correto’ se multiplicam – por exemplo “*Bee Movie*” (2008) – nos alerta sobre o perigo de extinção das abelhas e ao mesmo tempo, pela reprodução em escala colméia da sociedade humana, nos faz refletir sobre nossos padrões sociais (MACHADO, 2008). Essas produções – embora saibamos que as motivações devam ser financeiras, podemos reconhecer e louvar essa tendência – têm a grande vantagem de alcançar e tocar um público-mirim (além de um público adulto, já que atendem a todos).

¹⁵⁵ As fotos que o Sebastião Salgado fez da Serra Pelada, nos anos 80 no auge da exploração da mina de ouro, retratam com realismo impactante as condições de trabalho e uma das faces (des)humana da atividade mineira. Foram compiladas no livro “Trabalhadores”, lançado no Brasil em 1997 (o livro reúne 350 fotos de trabalhadores de várias partes do mundo).

outros artistas ao redor do mundo são engajados, e visam pela sua militância evidenciar situações e alimentar um debate.

Não trabalho com a miséria, mas com as pessoas mais pobres. Elas são muito ricas em dignidade e buscam, de forma criativa, uma vida melhor. Quero com isso provocar um debate. A nossa sociedade é muito mentirosa. Ela prega como sendo única a verdade de um pequeno grupo que detém o poder. (SALGADO, 2000).

Muitas vezes cultura e ciências trabalham em parceria, para produzir documentários e reportagens que precisam de embasamento científico, por exemplo.¹⁵⁶ Em nível menor, eventos científicos com viés declaradamente artísticos podem ser promovidos pela academia. O projeto “*Anthropocène: Arts, sciences et politique*” foi promovido para provocar reflexões sobre os desafios causados pelo antropoceno, em particular sobre as zonas costeiras locais (costa do Finistère em particular). Terminou por um festival, no qual os cinco binômios (compostos cada um por um artista e um científico) apresentaram o resultado de sua pesquisa em uma forma de expressão híbrida, artística e científica.¹⁵⁷ Ou seja, foi uma maneira de divulgar informações pertinentes e cientificamente robustas a um público maior, de maneira a sensibilizá-lo frente aos desafios do antropoceno e à necessidade de mudança de paradigma.

Além das ciências, as empresas também podem criar alianças com o mundo da cultura para difundir certos modos de pensar, práticas sustentáveis e motivação e engajamento no trabalho (IVANAJ *et al*, 2018).

6.2.2.8 Vetor religioso

O filósofo Mohammed Taleb fala em ecologia espiritual: as religiões podem ter uma contribuição importante no debate público sobre a ecologia, devido à gravidade do problema ambiental atual e à capilaridade que elas têm. Na medida em que o “religioso é uma dimensão

¹⁵⁶ Foi citado o exemplo do filme “*Demain*”, mas poderiam ser considerados vários outros: “*The true cost*” (2015) que mostra um outro lado do setor de confecção de roupas, motivado de certa forma pelo acidente acontecido da fábrica de roupas em Dhaka, Bangladesh, em 2013; ou ainda o filme “*Sacrée croissance!*” (2014) no qual estão entrevistados vários cientistas e especialistas objectores do decrescimentos e apresentadas várias iniciativas ao redor do mundo, de uma maneira um pouco mais “profunda’ e embasada que no filme “*Demain*”, ao meu ver.

¹⁵⁷ O festival aconteceu em Brest do 8 ao 11 de junho de 2016. Outros projetos transdisciplinares continuam sendo promovidos por fundos internacionais (ver o projeto ARTisticc, em <<http://www.artisticc.net/>>°).

irredutível da identidade cultural e do imaginário dos povos do Sul, nenhuma participação popular poderá ser feita sem esse dado” (TALEB, 2014, p.148).

O cristianismo costuma usar palavras como sobriedade, medida, desapego e valores que compõem também o vocabulário decrescentista. Recentemente, o papa Francisco assumiu um posicionamento firme frente à urgência ambiental e publicou uma encíclica em prol da responsabilidade e do cuidado para com a “casa comum” que poderia se assimilar a um manifesto decrescentista (PAPA FRANCISCO, 2015). As ONGs religiosas têm um papel importante e um ação efetiva, localmente. Movidas por princípios de solidariedade e altruísmo, elas podem ser atores engajados nesse processo, promovendo, promovendo projetos e cursos com a comunidade inclusive (ARQRIO, 2017).¹⁵⁸

As práticas zen orientais - associadas ao budismo, por exemplo - estão bem próximas da ética de autolimitação e de desaceleração. Schumacher, no livro “*Small is beautiful*” (1973), elogia o modo de vida e a economia budistas, a qual tenta maximizar a satisfação dos homens pelo modelo ótimo de consumo, e esse consumo relativamente baixo, permite às pessoas viver sem pressões nem tensões maiores” (SCHUMACHER, 1973, p.25-42).

6.2.3 Riscos se as propostas do decrescimento se impusessem

Jean Gadrey vislumbra que poderiam ocorrer dois riscos: 1) o aumento das desigualdades, e 2) o aumento do desemprego, já que num sistema produtivista, se não houver aumento da produção, os ganhos de produtividade só gerariam desemprego. Uma verdadeira transição ecológica – investindo massivamente na isolação térmica, para reduzir a conta de energia, em vez de multiplicar o número de centrais de geração, por exemplo – ameaçaria empregos. Isso não pode ser subestimado, dever-se-á pensar em possíveis reconversões (RUFFIN, 2015a, p.66).

Listou outras condições para que essa conversão ecológica seja um sucesso e não exclua as classes populares: os custos energéticos – da gasolina, do gás, da eletricidade – das famílias

¹⁵⁸ Desde 2012, a ONG Caritas Arquidiocesana promove, no Rio, cursos de gestão comunitária e sustentabilidade ambiental, em parceria com Universidades locais (das quais a UFRJ).

mais modestas não podem ser aumentados (já que representa uma carga alta de seu orçamento, 15% em média na França em 2015); e a proteção do emprego deve ser uma premissa – ou seja, embora certos setores encerrassem suas atividades, uma produção mais limpa e mais social criaria empregos, já que requer mais horas de trabalho (RUFFIN, 2015a, p.36). Para conquistar todos os eleitores de esquerda – e de baixa renda – a política ambiental proposta não pode parecer antissocial, o que é o dilema ainda hoje.

Segundo ele, para evitar tais efeitos – o aumento das desigualdades e o aumento do desemprego - devem ser implementados:

- o compartilhamento do trabalho e das rendas (como ele citou em exemplo, a política das 35 horas na França não prejudicou sua competitividade);
- políticas de transição ecológica e social, baseada na agricultura, energias renováveis, isolamento térmico dos edifícios, etc.

Segundo Jean Gadrey e François Ruffin, é necessário evitar o risco da sedução dos “grandes projetos”: são geradores de empregos, mas investimentos públicos a fundo perdido, já que podem se tornar elefantes brancos. “Essa invocação do emprego vem, conscientemente ou não, de uma mentira rotinizada. Uma mentira que as ciências sociais deveriam desmontar. Mas, hoje, a economia desempenha a função contrária: a de firmar cientificamente uma mentira” (RUFFIN, 2015a, p.40).

Emilio Lèbre La Rovere também apontou o risco de aumento de desemprego, já que o emprego está vedado a findar com o advento das mudanças tecnológicas ditas disruptivas - “a indústria 4.0, as novas tecnologias de Inteligência Artificial, a robotização”, por exemplo - , com a redução de postos de trabalho.

Para Agnès Sinaï, ao contrário, não existe este risco de desemprego. De acordo com as propostas de Philippe Bihouix, ela pensa que seria possível reabilitar certos empregos, em substituição às máquinas; no setor agrícola, empregos decentes poderiam ser criados pela ‘desmaquinização’ também. Esta alternativa está contrária à linha defendida por Bernard Stiegler, que considera isso como um retrocesso. Para ele, é um contrassenso tentar ir contra o progresso tecnológico; deve-se aceitar as máquinas e os robôs, mas manter as pessoas capacitadas e recebendo uma remuneração contributiva.

Por outro lado, Agnès Sinaï vislumbra que “haveria menos fluxos mundiais, haveria mais proteccionismo, haveria entidades regionais do tipo biorregioes muito menores”. Embora ela tenha certeza que “não implicaria xenofobia (porque é absolutamente necessário que as pessoas possam circular e se mestiçar para serem mais sólidas)”, alguns refratários ao decrescimento podem taxá-lo de ‘projeto reacionário’. Aliás, uma parte da extrema direita começou a se interessar no decrescimento, o que prejudica sua imagem. Parece evidente (para os convencidos) que não é reacionário, por ser um “decrescimento social, aberto e cosmopolito”, mas como já existe esse risco, deverá ser considerado e evitado.

Um certo esforço – ou sacrifício - de mudança comportamental deverá ser assumido. No futuro talvez seja necessário “deixar de viajar de avião” e “vestir roupas mais quentes no inverno, ou usar cadeiras aquecedoras”, em vez de aquecer o quarto inteiro por exemplo. Para Agnès Sinaï, esse “acionamento no consumo de energia” seria um limite a respeitar, limite que vem frustrar certas liberdades comportamentais atuais. Isso pode contrariar nossa tendência natural para o que Bertrand Méheust chama “a pressão do conforto” – “nossa injunção a andar de carro particular, ir esquiar ou viajar para a Tailândia, por exemplo”.¹⁵⁹ Embora haja outras opções aceitáveis e nada traumatizantes em termos de qualidade de vida, como as possibilidades de copropriedade, de vivência compartilhada (no modelo de ‘repúblicas’ no Brasil), pode ser uma barreira difícil a vencer para nosso imaginário coletivo, segundo Agnès Sinaï.

Para Enrique Ortega (que parece pertencer ao grupo catastrofista dos decrescentistas), não há risco no decrescimento. Só há riscos se não nos orientarmos para esse decrescimento: correremos o risco do “colapso da civilização ocidental”. O fim do emprego não depende das políticas de decrescimento, o desemprego já tende a aumentar. As propostas decrescentistas, ao contrário, preconizam uma redução do tempo de trabalho que podem favorecer o emprego.

Se não houver mudança nas tendências atuais, ao contrário, corre-se o risco de que os impactos sociais e ambientais do modelo produtivista atual continuem aumentando, entre os quais o empobrecimento da população e a exclusão social, que talvez sejam entre os mais

¹⁵⁹ Bertrand Méheust, no livro “*La politique de l’oxymore*”, mostra como nossas normas de conforto e a pressão que implicam sobre o meio ambiente são incompatíveis com uma pegada ecológica sustentável. Só uma pressão exterior a nós mesmos pode nos fazer limitá-las (MEHEUST, 2009, p. 48-53).

aparentes. O forte aumento dos moradores de rua nos grandes centros urbanos, tanto no Brasil (+150% entre 2007 e 2017 no Rio de Janeiro)¹⁶⁰ quanto na Europa¹⁶¹ é uma evidência desse fenômeno. Isso denota que o modelo atual não permite cumprir com os princípios de igualdade, solidariedade e ajuda mútua, aos quais se propõe.

6.2.4 Contexto e potencial brasileiros

Vamos começar por listar os elementos aparentemente negativos, para terminar com as notas que possam trazer um pouco mais de esperança.

Para Enrique Ortega, no Brasil está vigente “o paradigma de neodesenvolvimento – que continua se almejando do crescimento”.

Para Liz Rejane Issberner, o governo brasileiro continua seguindo opções de desenvolvimento predatório – com gigantescas usinas hidrelétricas em terras indígenas; uma autorização à mineradora canadense Belo Sun de atuar na volta do Xingu – prejudicando os biomas nativos e pondo em risco os direitos e a qualidade de vida das populações tradicionais (grupos indígenas, ribeirinhos, quilombolas) (ISSBERNER e LENA, 2017). Ainda persegue a estratégia chamada “*catching-up*” para driblar o atraso em relação aos países desenvolvidos, justificando assim esse uso excessivo de recursos.

A política brasileira vai na contramão do que seria necessário no antropoceno. Recentemente, [...] a implantação de um modelo de desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno e no consumo de massas, demonstrou a opção pelo modelo hegemônico adotado nos países mais avançados, com todos os seus problemas ambientais e sociais (ISSBERNER e LENA, 2017).

Medidas como a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados visavam a manter o mercado automobilístico em alta, sem penalizar os consumidores (nem os construtores), e o governo que absorveu esse prejuízo de não arrecadação de impostos ainda nem exigiu

¹⁶⁰ Na cidade do Rio de Janeiro, essa população aumentou de 4,5 mil em 2007 (segundo os dados da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (BRASIL, 2009)) para uma população estimada a 14,2 mil em 2017 (MERELES, 2017).

¹⁶¹ A Inglaterra e a Irlanda registraram um aumento da população de ‘sem teto’ de 169% (entre 2010 e 2016) e 145% (entre 2014 e 2017) respectivamente – segundo os dados publicados pela FEANTSA (Fédération Européenne des Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abri), e teria aumentado de 50% na França entre 2001 e 2012, segundo os dados da Fondation Abbé Pierre (BOSEN, 2018; FONDATION ABBÉ PIERRE, 2017).

contrapartida para a diminuição dos danos ambientais (por inovações, por exemplo). A manutenção das indústrias – a indústria automobilística em primeiro lugar –, e dos supostos empregos que dependem delas, continuam prevalecendo em detrimento à promoção dos transportes públicos e à preservação dos comuns ambientais e sociais.

Emilio Lèbre La Rovere apontou um traço da população brasileira dominante a priori, e na contramão da proposta decrescentista: “a maioria da população brasileira quer mais. consumir mais, ter mais recursos, comer mais, quer ir para Orlando”, almejando um aumento de consumo de bens e de serviços de entretenimento.

Num segundo momento, Emilio Lèbre La Rovere também sublinhou a conjuntura de “precarização das relações de trabalho para as gerações mais novas”. Nesse contexto, por solidariedade pela própria família, as pessoas têm tendência a acumular no nível coletivo, da família – mesmo se individualmente, elas não aspirassem a isso – para “ter tranquilidade sobre o futuro de sua família”. É um fenômeno que parece se verificar recentemente no Brasil dentro da classe média, pelo menos, na qual os pais se inseriram no mercado de trabalho numa época mais proveitosa e seus filhos se encontram hoje sem perspectiva de emprego e renda estável.

Quanto à “elite intelectual, que já tem bastante bem resolvida a questão da sobrevivência” (que seja por fonte própria ou pelo acúmulo da família), está acontecendo um fenômeno de só se interessar por diversão – o que resulta no consumo alto de bens e serviços. Ele percebe que esse mesmo fenômeno começa a acontecer também em outras faixas – mais baixas – da população.

Sobre a questão dos programas sociais governamentais, cuja implementação foi reforçada durante os governos do Partido Trabalhista (entre 2003 e 2015), com o Programa Bolsa Família, principalmente, Emilio Lèbre La Rovere entende que “o subsídio que é dado aos grupos sociais de menor renda [...] torna mais eficiente a redistribuição” e assim diminui as desigualdades – o que foi verificado pelas estatísticas oficiais, de maneira macro. Sublinhou que o Estado de bem-estar social, a solidariedade social (pela transferência de renda), é fundamental em países muito desiguais como o Brasil, e outros países em desenvolvimento. Citou o exemplo específico “do recurso [do Programa Bolsa Família, por exemplo] que vai direito para a dona de casa, [como um] ganho extraordinário”. Mas ao aumentar a renda da parcela mais baixa da população, não deva ajudar para o decrescimento do consumo, mas sim reequilibrar outro problema, de desigualdade.

Peter May mencionou que o IBGE tem um projeto que começaria sobre a iniciativa de PIB Verde (já que seria uma incumbência da ONU). Essa iniciativa transformou-se em lei em setembro de 2017 e o PIB Verde deve ser divulgado anualmente no Brasil.¹⁶²

Para Carlos Alberto Pereira Silva, há no Brasil um reforço do altruísmo, em oposição ao individualismo – o que seria um aspecto bastante positivo. Entretanto, todo o país continua intoxicado pelo crescimento, já que é muito difícil sair dessa lógica à qual “somos convertidos, no sentido religioso do termo”. Em 2016 (no momento da entrevista), o país estava passando por um momento bastante complicado – “um processo de retração econômica involuntária” – e no imaginário do crescimento, isso reforça a impressão que deve se retomar o rumo do crescimento a qualquer custo.

Continuando com os traços mais característicos dos Brasileiros, para Peter May “no interior do país, há um potencial de ressurgimento de preocupação com o local, com as raízes, [deseja-se] ficar mais perto das famílias e de suas raízes”, e citou o exemplo do Sertão.” Isso condiz com o valor de convivialidade e de sentimento de pertencimento – pela identificação com o território -, levantados nos discursos decrescentistas.

Por fim, Carlos Alberto Pereira Silva apontou uma especificidade brasileira importante a ser tomada em conta para pensar como desenvolver o país. Segundo ele:

O Brasil tem três temporalidades em um tempo só: a tradição, indígena; a modernidade, inacabada; e a modernidade, com a lógica de supérfluo. Sempre optou-se pela lógica mimética, de imitação. É preciso que o Brasil se desenvolva por completo, seguindo este caminho – embora o país seja desenvolvido ao meu ver. (PEREIRA SILVA, 2016).

¹⁶² O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2015 foi aprovado em 20/09/2017. A lei nº 13.493 – pela qual IBGE deverá divulgar anualmente o PIB Verde - determina que o patrimônio ecológico do país também terá peso no Sistema de Contas Nacionais. Além disso, exige que a metodologia para o cálculo do PIB Verde seja amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas, incluindo o Congresso Nacional, antes da criação de um sistema nacional de contas ambientais., considerando o patrimônio ecológico nacional (BRASIL, 2017; IBGE, 2017).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 Realçando consensos

Apesar das múltiplas interpretações e opiniões – diversas e com nuances - expressas pelos especialistas, nota-se que os objetores de crescimento entrevistados estão alinhados sobre os valores e as questões centrais seguintes:

- A nebulosa do crescimento propicia um terreno – ideológico e prático – para realizar uma dupla emancipação: da alienação pelo consumerismo e da alienação pelo trabalho subordinado;
- O reforço dos laços sociais, com solidariedade e cooperação, é de suma importância (base da tripla obrigação do ‘dom’);
- O respeito dos limites ambientais, com a bioeconomia e o cuidado para os bens comuns ambientais se torna premissa;
- Baseia-se na crítica à tecnologia, possivelmente alienante ou excludente (socialmente) e impactante (ambientalmente).

Entretanto, vários temas não recebem uma adesão consensual; são temas referentes ao ‘como implementar’ essa mudança:

- Deve haver saída do capitalismo?
- Uma renda básica é imprescindível? É necessária, mas não suficiente? Deve exigir contrapartidas? Deve ser acoplada com uma renda máxima? Ou ao contrário não constitui uma solução e seria contraproducente? Etc.
- A democracia é um dos valores-chaves, sem dúvida, mas sob que forma (radical ou representativa) deveria ser aplicada para ser mais eficaz?
- Essas e outras perguntas permanecem em suspenso ainda (e certamente não devam encontrar adesão absoluta), mas experimentos estão sendo realizados em pequena escala e poderão trazer argumentos futuros.

Não existe uma política ou um programa de ações que possa ser proposto a priori. Mas a partir das propostas feitas pelos autores centrais (programa bioeconômico do Georgescu-Roegen, propostas de André Gorz e de Serge Latouche, já apresentados previamente) e dos entrevistados,

um conjunto mínimo de diretrizes podem ser enunciadas. Dois eixos principais que aparentam ser prioritários:¹⁶³

1. Relocalizar os territórios, segundo o conceito de biorregião (MAGNAGHI, 2015, SINAÏ et al, 2015). Isso pode ir de par com a prioridade a ser dado para o desenvolvimento rural, espaço que merece toda a atenção;
2. Minimizar o poder dos grandes atores privados (empresas, agentes financeiros, mídia e marketing), já que são os opositores ativos a essa transição e são eles que têm vantagem em manter viva a dupla alienação do povo (pelo trabalho e pelo consumo). Para isso, vários objetores propõem limitar a propaganda; limitar a concentração de dinheiro e a especulação (a qual não faria sentido se houvesse uma renda máxima por exemplo).

Nota-se também, mas com menos destaque, a proposta de aumento de tempo livre, e lazer (Georgescu-Roegen; Gorz). Esse tempo liberado poderia ser dedicado a atividades que propiciem um “crescimento espiritual” e uma melhoria das relações humanas.

As abordagens do decrescimento, e outras correntes similares, no Norte e no Sul parecem um pouco diferentes. Nos países do Sul, vislumbra-se um bem-viver considerando o ‘humano no seu território’, inserido no ambiente físico e temporal. Isso apareceu fortemente no discurso do Sul, embora não foi percebido nos discursos dos entrevistados franceses.

Pode ser devido às próprias características naturais (e culturais) dos espaços, e ganha relevância para o Brasil, principalmente para os povos tradicionais ou em condição de isolamento físico - o que apareceu para os dois casos apresentados no Equador e no Brasil.

A análise dos casos apresentados, mesmo sem maior aprofundamento, indica que o arcabouço proposto poderia servir para avaliar sistemas sociais na perspectiva proposta, e assim identificar eixos de ação.

¹⁶³ Outros conjuntos de princípios foram identificados – como os princípios do Convivialismo (CAILLÉ, 2015) e os do movimento de política da suficiência (SCHNEIDEWIND e ZAHRT, 2014).

7.2 Pensando no futuro

Espera-se, antes de tudo, que o projeto de Desenvolvimento Comunitário Sustentável na Ilha das Cinzas, liderado pela Embrapa-Amapá, tenha continuação e que possa ser definida com as famílias a técnica de reaproveitamento de biomassa residual que melhor atenda ao seu contexto. Poder-se-ia então utilizar a perspectiva proposta – aplicando-a em detalhes - para propor um retrato mais fidedigno do sistema socioprodutivo e para avaliar os efeitos da implementação da tecnologia. Se houver várias tecnologias possíveis e estiverem testadas em paralelo localmente, o conjunto de critérios permitiria fazer uma comparação, critério a critério, dos alcances de cada tecnologia. Os próprios atores locais podem se apropriar o conjunto de subcritérios e refiná-los – renomeando e/ou remanejando subcritérios em conjunto - para representar melhor sua realidade (traduzindo sua “caixa preta”) e poder usá-los como uma ferramenta de acompanhamento voluntária, nos seis eixos propostos.¹⁶⁴ Esse arcabouço também pode servir para promover e orientar a gestão local, para traçar linhas de ação e possíveis indicadores e metas (não obrigatoriamente explicitadas, aliás).¹⁶⁵ Nesse processo, a Embrapa-Amapá parece ser a instituição de inovação indicada para incentivar e acompanhar, inclusive para analisar o potencial de replicação em ilhas vizinhas (ou em outros ambientes ‘remotos’, onde a Embrapa tem visibilidade). Ela poderá continuar atuando em parceria com a Ataic, e talvez em rede com outras organizações da sociedade civil existentes ou a serem criadas.

Outro projeto possível, que faria todo sentido no contexto urbano brasileiro (pensando na cidade do Rio de Janeiro, notadamente), seria um projeto inspirado no projeto de “capacitação territorial de Plaine Commune” (no subúrbio parisiense). As favelas do Rio podem ser um ambiente interessante para isso.

De maneira mais ampla, dois domínios poderiam se basear na perspectiva do decrescimento para promover a descolonização do imaginário e a dupla emancipação: a

¹⁶⁴ Seguindo a proposta pedagógica “de escuta e de monitoramento, a única que seja capaz de estimular as evoluções de dentro”, proposta por Zaoual. Percebe-se também que está alinhado com a triple obrigação do dom: dar, receber e retribuir.

¹⁶⁵ Conforme Jean Gadrey – especialista em indicadores - comentou durante a entrevista, “nem tudo precisa de indicadores”! Ao meu ver, neste caso haveria de ter indicadores – como já tem – mas não podem se tornar numerosos nem complexos demais para burocratizar e reduzir a adesão (por falta de compreensão ou receio com a finalidade de ‘controle’ da ferramenta).

educação e as artes (categoria na qual o esporte poderia constar). São domínios do mundo da vida que podem atuar como vetor de transformação. Mas para isso, eles mesmos deveriam estar alinhados com essa perspectiva, ou seja, serem descolonizados, para depois poder atuar como agentes transformadores. Focando no papel da educação institucionalizada, por exemplo, nota-se que ela reproduz as desigualdades em vez de promover a emancipação.¹⁶⁶ O Brasil - onde o debate já iniciou com Paulo Freire e Jean Piaget (na linha de Ivan Illich) (BECKER, 2017) - parece ser um lugar propício para esse movimento.¹⁶⁷

7.3 Algumas (in)conclusões

Esse trabalho não veio para dar respostas, mas tentar formular perguntas de outra forma. No segundo grau, um professor de filosofia dizia: “se um problema for bem formulado, ele já contém a resposta da questão que traz” (POYDENOT, 1994). Parece que os autores e especialistas encontrados nesse passeio pelas várias trilhas do decrescimento fazem exatamente isso, alguns pela negativa (negando tudo que não deve mais ser), outros pela positiva, simplificando as hipóteses e propondo eixos de ação. De fato, não há um conjunto de soluções-chave padrão, e cada território haverá de construir sua via. Não há como prever quais seriam os efeitos de uma adoção em grande escala dos preceitos do decrescimento – já que suas soluções, por definição, não se propõem a serem globalizadas. Apesar disso, há estudos em curso que tentam avaliar quais seriam os efeitos econômicos à escala nacional – notadamente na França – da adoção de várias dessas práticas. Independente disso e das várias opiniões – às vezes conflitantes – dos intelectuais, fica a convicção que é nessa nebulosa que se encontram as soluções possíveis para um melhor dia-a-dia, um melhor bem-viver (o qual é muito mais que o

¹⁶⁶ Segundo István Mészáros, “A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p.35).

¹⁶⁷ Felipe Milanez é Professor de Descolonização do Conhecimento, Sociedade e Ambiente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (Ele redigiu o prefácio à edição brasileiro do livro Decrescimento: vocabulário para um novo mundo, 2016).

bem-estar econômico), tanto nos subúrbios franceses ou favelas brasileiras, quanto em contextos isolados da Amazônia.

Resta também a intuição de que os princípios encontrados (a começar pela tripla obrigação do dom) devem ser aplicados a nossos sistemas sociais pessoais; a nível acadêmico, cresceu o interesse e a oportunidade de aprofundar essas leituras, para manter vivo um questionamento crítico. E a clareza de que as ciências exatas não podem ignorar as exigências das ciências sociais, já que só existem para atender ao mundo real, humano e vivido (ROSA, 2005). Cruzar as fronteiras das áreas científicas tradicionais deve nos ajudar a compreender os conflitos entre o mundo da produção e o mundo da vida, para melhor resolvê-los, de maneira sistêmica.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACENSI, J-P. Le mouvement “fais-nous rever”. In : Revue du MAUSS Semestrielle, nº46. **L’esprit du sport: entre jeu, don et démesure**, Ed. La découverte, Paris, p.183-189. 2015.

ACOSTA, A. O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: HEINRICH BÖLL FOUNDATION. **Um Campeão Visto de Perto - Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro**, Série Democracia, 2012 , p.198-216.

ADEME (Agence pour l’Environnement et la maîtrise de l’énergie). **Economie circulaire : un atout pour relever le défi de l’aménagement durable des territoires**. 2017. Disponível em: <<https://www.ademe.fr/sites/default/files/assets/documents/livre-blanc-economie-circulaire-defi-amenagement-durable-territoires-010264.pdf>>. Acesso em: 12/07/2018.

AFONSO SILVEIRA, L. C. P. S. **Sistema de avaliação de ações de engajamento em sustentabilidade**. Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção. Orientadores: Rogerio de Aragão Bastos do Valle Antônio, Carlos de Francisco. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE 2017.

AGENCE POUR L’ÉDUCATION PAR LE SPORT (APELS). **Charte du Mouvement « Fais-nous rêver »**, 2015. Disponível em : <educationparlesport.com>. Acesso em: 15/04/2017.

AGOSTINHO, F. ; ORTEGA, E. Integrated food, energy and environmental services production as an alternative for small rural properties in Brazil. **Energy**, Volume 37, Issue 1, Pages 103-11, 2012.

ALCORTA, M. (Entrevistada por Elsa Provenzano) Aquitaine-Limousin-Poitou-Charentes: Un revenu de base universel à l’étude. **20 minutes**, 22/04/2016. Disponível em: <<https://www.20minutes.fr/bordeaux/1832155-20160422-aquitaine-limousin-poitou-charentes-revenu-base-universel-etude>> . Acesso em: 14/03/2018.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2016/17: o estado dos direitos humanos no mundo**. 2017. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2017/02/AIR2017_ONLINE-v.2-2.pdf> . Acesso em: 02/02/2018.

ARIÈS, P. (Entrevista) **La décroissance en questions**. Conférence Etopia « Prospérité sans croissance », 02.10.2014. (1h57) Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=PEW3GxVh5mo>>. Acesso em : 16/12/2015.

ARNSPERGER, C. ; BOURG, D. Vers une économie authentiquement circulaire. Réflexions sur les fondements d’un indicateur de circularité. **Revue de l’OFCE 2016/1** (Nº 145), p. 91-125. DOI 10.3917/reof.145.0091. Disponível em :<<https://www.cairn.info/publications-de-Bourg-Dominique--81713.htm>>. Acesso em: 12/01/2018.

ARQRIO. Caritas promove curso de gestão comunitária e sustentabilidade ambiental. ArqRio Notícias. 01/02/2017. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/5388/caritas-promove-curso-de-gestao-comunitaria-e-sustentabilidade-ambiental>>. Acesso em: 17/11/2017.

BADIOU, A. **La vraie vie**. Ed Fayard , 2016.

BAILEY, K. D. Boundary maintenance in living systems theory and social entropy theory. **Systems Research and Behavioral Science**, v. 25, n. 5, p.587-597, 2008.

- BASQUIAT, J.P. Quelle politique nataliste pour la France? **Mediapart**. 20/10/2014. Acessível em : <<https://blogs.mediapart.fr/jean-paul-baquiast/blog/201014/quelle-politique-nataliste-pour-la-france>>. Acesso em: 16/12/2017.
- BASSETS, M. Favelas em Paris, uma cicatriz na cidade-luz. **El País**, 27/11/2017. Acessível em : <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/25/internacional/1511631226_017741.html>. Acesso em: 27/11/2017.
- BAUDRILLARD, J. **La société de consommation** Ed. Denoël, 1970.
- _____. **La pensée radicale**. Sens & Tonka, Editeurs, 1994.
- BAUMAN, Z. (2001) **Comunidade : a busca por segurança no mundo atual**. [Trad. Plínio Dentzien]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BAYON, D. Syndicats. In: D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance: vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, Paris, 2015. (pp409-414)
- BAYON, D., FLIPO, F., SCHNEIDER, F. **La décroissance: dix questions pour comprendre et débattre**. (2010) Ed. La découverte, Paris, 2012.
- BAZIN, H. Extension du domaine du travail (La Courneuve-93). **Journal d'itinérance** (online). Postado em 29/11/2017. Disponível em: <<http://recherche-action.fr/hugues-bazin/2017/11/29/extension-du-domaine-du-travail-la-courneuve/>>. Acesso em: 08/03/2018.
- BEAUD, S. e WEBER, F. (2007). **Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BECKER, F. Paulo Freire e Jean Piaget: teoria e prática. **Revista eletrônica de psicologia e epistemologia genéticas**. Volume 9 Número Especial/2017. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/7140/4587>>. Acesso em: 06/05/2018.
- BESSON-GIRARD, J-C.; CANABATE, A e GRUCA. G. Éloge du présent. **Entropia** N° 16, 11 novembre 2014. Acessível em: <<http://www.entropia-la-revue.org/>>. Acesso em: 15/01/2016.
- BIHOUIX, P. Entrevista realizada por Matthieu Maurer. Les low-tech sont la solution pour un futur soutenable. **18h39**. Publicada em 16/09/2017 – Disponível em:< <http://www.18h39.fr/articles/philippe-bihouix-et-l-ere-des-low-tech-vivre-dans-un-monde-soutenable.html>>, Acesso em: 10/02/2018.
- _____. Le mythe de la technologie salvatrice. In : Le problème technique, Revue **Esprit**, n°433, Mars-Avril 2017, p. 98-106.
- BOCCATO-FRANCO, A. O decrescimento no Brasil. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond: 2012. p.269-288
- BOFF, L. **Espírito de gentileza**. [Sem data]. Disponível em : <<https://www.contioutra.com/o-profeta-gentileza-por-leonardo-boff/>>. Acesso em: 14/05/2018.
- BOISSONNET, C.; PUGET, J-F. Obsolescence programmée : une loi et après ? **HBR France**. 8/11/2017. Disponível em: <<https://www.hbrfrance.fr/chroniques-experts/2017/11/17520-obsolescence-programmee-loi-apres/>>. Acesso em: 14/04/2018.

BORTOLOTTI, P. Senador Cristovam Buarque defende o “decrecimento feliz”. **O povo online**, edição de 28/10/2010. Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/pliniobortolotti/2010/10/28/senador-cristovam-buarque-defende-o-decrecimento-feliz/>>. Acesso em: 14/10/2015.

BOSEN, R. Europa enfrenta aumento de moradores de rua. **Deutsche Welle** (coluna Mundo). Publicado em 21/03/2018. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/europa-enfrenta-aumento-de-moradores-de-rua/a-43068091>>. Acesso em: 27/04/2018.

BOTTA, M. Evolution of the Slow Living Concept within the Models of Sustainable Communities. **Futures**, Vol. 80, p.3-16. 2016

BOURCIER, N. L'île d'Amazonie où l'homme s'accorde avec la nature. **Le Monde**. 31.05.2012. (Rubrique « Planète »). Disponível em: <http://www.lemonde.fr/planete/article/2012/05/31/l-ile-d-amazonie-ou-l-homme-s-accorde-avec-la-nature_1710166_3244.html>. Acesso em: 20/10/2017.

BOURG, D. « Peut-on encore parler de crise écologique ? », **Revue d'éthique et de théologie morale** 2013/HS (n° 276), p. 61-71. 2013. Disponível em : <<https://www.cairn.info/publications-de-Bourg-Dominique--81713.htm>>. Acesso em: 16/12/2015.

_____. Les limites de la planète. (Entrevistado por Lucile Schmid). In: Les mondes de l'écologie, **Revue Esprit**, n°441 Janvier-Février 2018, p. 169-178. Disponível em :<<https://www.cairn.info/publications-de-Bourg-Dominique--81713.htm>>. Acesso em :12/01/2018.

BOURG, D., BUCLET, N. **L'économie de fonctionnalité. Changer la consommation dans le sens du développement durable**. *Futuribles* 313 :27-38. November 2005. DOI: 10.1051/futur:200531327

BOUSQUET, M. (GORZ, A.). **Ecologia e sociedade**. Tradução de A. Cautela. Ed. Estudos Veja, 1978.

BOUYSSOU, B. Building criteria: a prerequisite for MCDA. In: BANA E COSTA, C.A. **Readings in Multiple Criteria Decision Aid**. Berlin - Alemanha: Springer-Verla. 1990. p. 58-62.

BOUYSSOU, D. ; ROY, B. **Aide multicritère à la décision: méthodes et cas**. Economica, Paris, 1993.

BRASIL. Lei nº 13.493, de 17 de outubro de 2017. **Diário Oficial da União de 18/10/2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13493.htm>. Acesso em: 23/01/2018.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **O que são comunidades tradicionais**. [2008?]. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>> . Acesso em: 18/09/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à fome. **Rua: aprendendo a contar. Pesquisa nacional sobre a população de rua**. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 05/03/2018.

CAILLÉ, A. **Le convivialisme em dix questions: un nouvel imaginaire politique**. La bibliothèque du MAUSS aux éditions Le bord de l'eau. 2015

_____. Les indicateurs de richesse alternatifs, une fausse bonne idée ?, Réflexions sur les incertitudes de la gestion par le chiffre. **Revue du MAUSS permanente** (en ligne), 25 octobre 2010. Disponível em : < <http://www.journaldumauss.net/?Les-indicateurs-de-richesse>>. Acesso em: 10/03/2016.

CAILLÉ, A., et al. **De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir**. Paris, La Découverte, 2011.

CARESCHE, C. ; GUIBERT, G. ; SZYNKIER, D. **Le bonheur est-il dans la Décroissance ?** Fondation Jean-Jaurès, Paris, 2011.

CASTORIADIS, C. **La montée de l'insignifiance** (Les carrefours du labyrinthe, tome IV). Éditions du Seuil, 1996, Paris. (p 221-241)

_____. Valeur égalité, justice, politique : de Marx a Aristote et de Aristote à nous. (1978) In : **Les Carrefours du Labyrinthe**, Éditions du Seuil, Paris, 1998, p274-306.

CATTANEO, C. et al. Degrowth futures and democracy. **Futures**, Volume 44, Issue 6, p.515-523. 2012.

CAVALETT, O.; ORTEGA, E. Emergy, nutrients balance, and economic assessment of soybean production and industrialization in Brazil. **Journal of Cleaner Production**, Volume 17, Issue 8, p.762-771, 2009.

CEARC – Laboratoire Cultures, Environnements, Arctique, Représentations, Climat. Site. Disponível em : <<http://www.cearc.uvsq.fr/>>. Acesso em: 10/10/2015.

CECHIN, A. D. **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema**. Dissertação, Programa de Ciências ambientais, USP. 2008.

CHARBONNIER, P.; FESTA, D. **Biens communs, beni comuni** – Introdução (p.187-194) . Revista Tracés de Ciências Humanas online, #16, 2016 . ES Editions. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/traces/6622>>. Acesso em: 10/12/2017.

CHAVAGNEUX, C. Hommage : Bernard Maris, penseur critique. **Alternatives Économiques** n°343, 08/01/2018 Acessível em : <<https://www.alternatives-economiques.fr/bernard-maris-penseur-critique/00082519>>. Acesso em: 10/01/2018

_____. CAC 40 Rapport Oxfam: des critiques malvenues. **Alternatives Économiques**. Artigo do 21/05/2018. Acessível em : <<https://www.alternatives-economiques.fr/rapport-oxfam-critiques-malvenues/00084641>>. Acesso em : 23/05/2018.

CHEMINADE, P. Vers un revenu universel en Gironde dès 2019? **La Tribune**, 27/11/2017. Disponível em : <<https://objectifaquitaine.latribune.fr/politique/2017-11-27/vers-un-revenu-universel-en-gironde-des-2019-759389.html>>. Acesso em : 25/04/2018.

CHEYNET, V. **Le Choc de la décroissance**. Ed. du Seuil, 2008.

CHOMSKY & CIA. Documentário. Realização: Daniel Mermet and Olivier. Produção: Les Mutins de Pangée. (Duas partes de 54 minutos cada uma). 2008. Disponível em: <<https://vimeo.com/>>. Acesso em: 10/01/2018.

COHEN, C. A. M. J. **Padrões de consumo: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Energia no Brasil**. Tese de Doutorado - COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

COMISSÃO EUROPEIA. Fechar o ciclo: Comissão adota novo e ambicioso pacote da economia circular, para estimular a competitividade, criar emprego e gerar crescimento sustentável (Comunicado de imprensa). Bruxelas, 2 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/publications/communications-circular-economy_pt>. Acesso em 07/08/2018.

COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS. **Vidas em luta: Criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil**. Curitiba : Terra de Direitos, 2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/WEB_Terra-de-Direitos_Vidas-em-Luta_100817_web.pdf> . Acesso em: 06/02/2018.

CONVIVIALISTES (LES). **Manifesto convivalista: Declaração de interdependência**. [2014?]. Disponível em: < <http://www.lesconvivialistes.org/po> >. Acesso em: 15/07/2016.

CORAZZA, C ; VICTUS, S. Economie de la permanence. In: D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance : vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, 2015. p.437-442.

CORDIER, A. La décision juste. In : Paul Ricœur, penseur des institutions justes, Revue **Esprit**, nº439, Nov. 2017. p.52-61.

COSENZA, C. A. N.; NEVES, C.; CLEMENTE, A. Modeling Sustainable Location of Economic Activities. **International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)**, Volume 4, Issue 5, p.7-20, May 2016.

COSTANZA, R., et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, p.387:253-260, 1997.

COUVELAIRE, L. En Seine-Saint-Denis, la faillite d'un Etat « inégalitaire et inadapté ». **Le Monde**, 18/05/2018. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/societe/article/2018/05/18/en-seine-saint-denis-la-faillite-d-un-etat-inegalitaire-et-inadapte_5300806_3224.html#mhAt6JvwGb6QC10U.99>. Acesso em: 10/06/2018.

CUVILLIER, S. **The Proposal of Degrowth and the Energy Issue: A Fabulist Presentation of the Literature Review** . Conference paper, contribution to Degrowth Conference, Leipzig, september 2014. Disponível em: < <https://degrowth.co-munity.net/conference2014/scientific-papers/3208>>.

D'ALISA, G. ; DEMARIA, F. ; KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance : vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, 2015.

D'ALISA, M. D.; DEMARIA, F. *Care*. In : In: D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance : vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, 2015. p.437-442.

DALY, H. (Entrevista) A economia é um subsistema do ecossistema. **Revista IHU On-Line**. Entrevistadora: G. Wohlfart. 12/08/2011. Disponível em : < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/46296-%60%60a-economia-e-um-subsistema-do-ecossistema%60%60-entrevista-especial-com-herman-daly>>. Acesso em 26/10/2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle**. Editions La Découverte, 2014.

DAVODEAU, E. **Rural!** Ed. Delcourt, 2001.

_____. **Les ignorants**. Ed. Futuropolis, 2011.

DEGROWTH (International degrowth web portal). 2018. Disponível em: <<https://www.degrowth.info/en/>>. Acesso em 10/02/2018.

DEJOURS, C., BÈGUE, F. **Suicive et travail: que faire?** Presses universitaires de France, 2009.

DEMAIN [Filme documentário]. Realizado por Cyril DION e Mélanie LAURENT, Mélanie. Produção de Bruno Levy, 2015.

DENIS, J.-C. **Cidades ilustradas: Belém**. (Tradução de Giovanni Ribeiro de Barros).Ed: Casa 21, Rio de Janeiro, 2005.

DIEMER, A. **Valeurs et potentiel d’acceptabilité de la décroissance**. Entrevista com Sandrine Cuvillier. 21/12/2015.

DUARTE, B. V. **Compras Públicas como Instrumento de Sustentabilidade, Aspectos Relevantes do Brasil**. Dissertação (mestrado). UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2017.

DUBEUX, C. MARCOVITCH, J. E MARGULIS, S. **Economia da Mudança do Clima no Brasil: custos e oportunidades**. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Economia_do_clima.pdf>. Acesso em: 25/02/2016.

DUPIN, Éric. **Les défricheurs**. Editions La découverte, 2014.

DUVERGER, T. **La décroissance : histoire d’une idée**. Le carnet de recherche de Timothée Duverger (site). Postado em 08/07/2016. Disponível em : <<https://ess.hypotheses.org/384>>. Acesso em: 29/11/2017.

EASTERLIN, R.A. Does Economic Growth Improve the Human Lot? Some Empirical Evidence. In: **Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz**. New York, Academic Press, 1974, Pages 89–125

ECONOMIECIRCULAIRE.ORG. Plataforma colaborativa internacional. Disponível em: <<https://www.economiecirculaire.org/>> . Acesso em: 10/09/2018.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador** (2008). Registro Oficial 449 de 20-oct-2008. Disponível em: < https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf >. Acesso em 10/12/2015.

ELLEN MAC ARTUR FOUNDATION. **Uma Economia Circular no Brasil: Uma abordagem exploratória inicial**. 2017. Disponível em : <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/languages/Uma-Economia-Circular-no-Brasil_Uma-Exploracao-Inicial.pdf>. Acesso em: 14/09/2018.

_____. **Rumo à economia circular: o racional de negócio para acelerar a transição**. [sem data] Disponível em :

<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-%C3%A0-economia-circular_SumarioExecutivo.pdf>. Acesso em : 14/07/2018.

ELLUL, J. **Ellul par lui-même : entretiens avec Willem H. Vanderburg**. (1979) Ed : La Table Ronde, 2008.

_____. **Métamorphose du bourgeois** (1967). Paris, éd : La Table Ronde, 1998.

_____. **La technique ou l'enjeu du siècle** (1954). 3e édition : Paris : Economica, 2008.

_____. **Le système technicien** (1977) 3e édition Paris : Le Cherche-midi, 2012.

_____. **Le bluff technologique** (1988). 3e édition, Paris : Hachette, 2012.

ESCOBAR, A. A cooperação caducou. Entrevista com Cristina Peres. **EXPRESSO** (coluna sociedade). 19.02.2017. Acessível em: <<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-02-19-Arturo-Escobar--A-cooperacao-caducou#gs.bEj9lGY>>. Acesso em : 03/04/2018.

FERRARI, S. **De la Bioéconomie à la Décroissance : proximités et distances entre Nicholas Georgescu-Roegen et Serge Latouche**. Cahiers du GREThA n°2015-07, mars 2015.

FERRARI, S.; MERY, J. Equité intergénérationnelle et préoccupations environnementales. Réflexions autour de l'actualisation. **Management & Avenir** 2008/6 (n°20). p.240-257.

FLIPO, F. Les trois conceptions du développement durable. Développement durable et territoires. **Développement durable et territoires** [En ligne], Vol. 5, n°3, Décembre 2014. Disponible em : < <http://journals.openedition.org/developpementdurable/10493> >. Acesso em : 10/07/2016.

_____. Les cinq sources de la décroissance. **Implications philosophiques** (Revista online). 2015. Disponible em : <<http://www.implications-philosophiques.org/actualite/une/les-cinq-sources-de-la-decroissance/>>. Acessado em : 25/6/2016.

FLIPO, F. et al. **Ecologie des infrastructures numériques**. Edition Lavoisier et Hermès sciences, 2007.

FONDATION ABBÉ PIERRE. **22^e rapport sur l'État du mal-logement en France**. 2017. Disponible em : <<http://www.fondation-abbe-pierre.fr/nos-publications/etat-du-mal-logement/les-rapports-annuels/22e-rapport-sur-letat-du-mal-logement-en-france-2017#telechargement%2022e%20rapport%202017>>. Acesso em : 27/04/2018.

FRANCE (Ministère de la transition écologique et solidaire). **L'économie circulaire**. 23 avril 2018. Disponible em : < <https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/leconomie-circulaire>>. Acesso em : 18/09/2018.

FRANCE (Assemblée législative). Loi n° 2014-344 du 17 mars 2014 relative à la consommation. **JORF** (Journal Officiel de la République Française). 2014. Disponible em : <<https://www.legifrance.gouv.fr>>. Acesso em: 25/2/2016;

_____. Loi n° 2016-1088 du 8 août 2016 relative au travail, à la modernisation du dialogue social et à la sécurisation des parcours professionnels. **JORF**, 2016. Disponible em : <<https://www.legifrance.gouv.fr>>. Acesso em: 25/2/2016;

FRANCE CULTURE (rádio). Philosophie d'Alien (2/4) : 1986 : La guerre de l'homme contre l'homme. Programa « Les chemins de la philosophie » (Adèle Van Reeth), 20/01/2018.

Disponível em : <<https://www.franceculture.fr/emissions/les-chemins-de-la-philosophie/philosophies-dalien-24-1986-la-guerre-de-lhomme-contre-lhomme>>. Acesso em 02/01/2018.

FURTADO, C. (1967). **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. (1974) **O mito do desenvolvimento econômico**, 5ed. Ed Paz e Terra , 1981.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Círculo do livro, SP, Brasil. 1978.

_____. Que somos? Conferência no I Encontro Nacional de Política Cultural, Belo Horizonte, 23 de abril de 1984. In: FURTADO, R. F. A.(Org). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p.29-41.

_____. **Em busca de novo modelo**: Reflexões sobre a crise Contemporânea. SP, Paz e Terra, 2002.

_____. site CENTRO CELSO FURTADO. s/d. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>>. Acesso em: 10/12/2016.

FURTADO, R. F. A.(Org). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

FURTADO, J. R.. Tribos urbanas: processos coletivos de criação no grafitti. **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n. 1, p.217-226. 2012.

GADREY, J. **Adieu à la croissance**. Paris, Les petits matins, 2010.

_____. **Valeurs et potentiel d'acceptabilité de la décroissance**. Entrevistado por Sandrine Cuvillier. 2015a.

_____. “COP 21: Em comparação com o que poderia ser, o acordo foi um milagre. Em comparação do que deveria ser, é um desastre”. **Alternatives Economiques** (online). 2015b. Acessível em: <<http://alternatives-economiques.fr/blogs/gadrey/2015/12/13/cop-21-en-comparaison-de-qu%E2%80%99il-aurait-pu-etre-l%E2%80%99accord-est-un-miracle-en-comparaison-de-ce-qu%E2%80%99il-aurait-du-etre-c%E2%80%99est-un-desastre/#more-1197>>. Acesso em: 10/02/2016.

GEORGESCU-ROEGEN, N. L'énergie et les mythes économiques (1976) (p85-166). In : GRINEVALD, J., RENS, I. **La décroissance : entropie – écologie – économie**. 3eme ed. Sang de la Terre, 2011.

_____. L'énergie et les mythes économiques (1976) (p85-166). In : GRINEVALD, J., RENS, I. **La décroissance : entropie – écologie – économie**. 3. ed. Sang de la Terre, 2011.

GETZ, I. 2013. « Partager sa vision et libérer ses équipes » (Entretien avec Isaac Getz). **Direction[s].fr**. 03/07/2013. Disponível em: <<http://www.directions.fr/Gener/ressources-humaines/2013/7/Partager-sa-vision-et-liberer-ses-equipes-2008235W/>>. Acesso em: 24/10/2016.

GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

GIRAUD, B. La loi Macron porte un nouveau coup à la protection de l'environnement. **Jornal Reporterre online**. Artigo do 07/02/2015. Disponível em : < <https://reporterre.net/La-loi-Macron-porte-un-nouveau-coup-a-la-protection-de-l-environnement> >. Acesso em: 15/04/2018.

GLOBO RURAL. Ilha das Cinzas: um laboratório de tecnologias ambientais na Amazônia. Programa do 11/03/2018. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/globorural/noticia/2018/03/ilha-das-cinzas-um-laboratorio-de-tecnologias-ambientais-na-amazonia.html>>. Acesso em: 12/04/2018.

GORZ, A. **Ecológica**. Ed. Galilée, 2008.

_____. La sortie du capitalisme a déjà commencé. 2007 (pp25-42). In : **Ecológica**. Ed. Galilée, 2008.

_____. Entrevistado em Radio France, outubro de 2005. Disponível em: <<http://passerellesud.org/Andre-Gorz-rompre-avec-les-acquis.html>>. Acesso em: 22/10/2011.

_____. **L'immatériel : connaissance, valeur e capital**. Ed. Galilée, 2003.

_____. **Misères du présent, Richesses du possible**. Ed. Galilée, 1997.

_____. (1991) (Commentaire de Michel Contat) André Gorz: **Vers la société libérée**. Livre. Ed. Textuel/ Ina. 2009

_____. **Les chemins du paradis : L'agonie du capital**. Ed. Galilée, 1983.

GOTO, M. Anvisa libera uso de agrotóxico no Brasil que pode causar danos graves ao sistema nervoso dos consumidores. **The Greenest Post**. 30/01/2018. Disponível em: <<http://thegreenestpost.com/anvisa-libera-o-uso-de-agrotoxico-que-pode-causar-danos-graves-ao-sistema-nervoso>>. Acesso em 20/04/2018.

GREAT TRANSITION INITIATIVE. Disponível em : <<http://www.greattransition.org/publication/vivir-bien>>. Acesso em: 16/10/2017.

GRI. **G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade. Global Reporting Initiative**. 2016. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/g4/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 28/02/2015.

GRINEVALD, J., RENS, I. Introduction à la deuxième édition (1995) (p.11-49). In : GRINEVALD, J., RENS, I. **La décroissance : entropie – écologie – économie**. 3eme ed. Sang de la Terre, 2011.

GUDYNAS, E. Buen vivir. In: D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance: vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, Paris, 2015. P.429-435.

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. **Utopía y Praxis Latinoamericana**. Año 16, nº 53 (Abril-Junio, 2011) p71 – 83. 2011.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa 3,0**. (Sem data). Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/houaiss/>>.

HUET, M. ; GROZELIER, A-M. (Orgs). Femmes et autre mode de développement : les femmes porteuses d'un mode développement plus durable et plus social. **Les cahiers Lasaire**, n° 54. 2015. Disponível em : < http://www.lasaire.net/fr/news/les-notes/6/les-femmes-actrices-d-un-autre-mode-de-dveloppement-dans-la-socit-postcarbone_179.html>. Acesso em:23/03/2018.

HUGUES, C. Revenu universel : comment une idée économique contagieuse et idéaliste pourrait transformer l'Europe. (Adaptado em francês por Philippe Dubrulle). 13/02/2017. **MFRB** online (Mouvement Français pour le Revenu de Base). Disponível em: <<http://www.revenudebase.info/2017/02/13/inspiration-temps-sombres-idee-economique-contagieuse-idealiste-pourrait-transformer-leurope>>. Acesso em: 10/03/2018.

IBGE. “PIB Verde”: patrimônio ecológico do Brasil será calculado pelo IBGE. **Agência IBGE Notícias**, 18/10/2017 (Última atualização 27/10/17). Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/17329-pib-verde-patrimonio-ecologico-do-brasil-sera-calculado-pelo-ibge>>. Acesso em: 10/03/18.

ICTSD. Relatório Stern brasileiro avalia consequências das mudanças climáticas até 2050. **ICTSD News** online, equipe pontes (Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável). 2009. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/relat%C3%B3rio-stern-brasileiro-avalia-consequ%C3%Aancias-das-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-at%C3%A9>>. Acesso em: 04/01/2018.

IDIES (Institut pour le développement de l'Information Economique et Sociale). Le FAIR propose une évaluation du nouvel indicateur de progrès social (SPI). [sem data]. Disponível em: <<http://www.idies.org/index.php?post/Le-FAIR-propose-une-evaluation-du-nouvel-indicateur-de-progres-social-SPI>>. Acesso em : 19/04/2016.

IE-EFC (Institut Européen de l'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération). **Qu'est-ce que l'économie de la fonctionnalité et de la coopération (EFC)?** [s.d.] Disponível em : <<https://www.ieefc.eu/>>. Acesso em 12/07/2018.

IFOP. Conférence de citoyens : « Paris championne du climat : quelles contributions individuelles et collectives pour changer no modes de vie ? ». Octobre 2016. Disponível em : < <https://parcs.hypotheses.org/files/2016/11/charte-paris-climat-ifop-8-octobre-2016.pdf> > Acesso em 20/12/2017.

IFR (International Federation of Robotics). **World Robotics Report**, 2016. Disponível em: <www.ifr.org>. Acesso em: 15/12/2017.

ILLICH, I. **La convivialité**. Ed. du Seuil, 1973.

_____. **Energia e equidade**. Ed: Livraria Sá da Costa. 1975.

_____. **Le genre vernaculaire**. Ed. Du Seuil, 1983.

INSEE (Christèle Rannou-Heim et Claire Decondé, Insee Ile-de-France - Sandra Laurol et Philippe Mouchel, Communauté d'Agglomération Plaine Commune). Plaine Commune : un essor économique plus rapide que les transformations sociales. **Insee Ile-de-France à la page**, N° 330, 02/04/2010. Disponível em: <<https://www.insee.fr/fr/accueil>>. Acesso em : 21/12/2017.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2014 Synthesis Report**. IPCC, Geneva, Switzerland, 2014. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/> >. Acesso em 15/10/2017.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Índice de Vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf>. Acesso em: 04/11/2017.

_____. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania – Sumário executivo.** (orgs. CAMPELLO, T., NERI, M.C). Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf>. Acesso em: 12/11/2017.

ISSBERNER, L. R.; LENA, P. Política brasileira está na contramão do antropoceno. (entrevista concedida a Patricia Fachin). **Revista IHU online.** 20 Abril 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566782-politica-brasileira-esta-na-contramao-do-antropoceno-entrevista-especial-com-liz-rejane-issbern-e-philippe-lena>>. Acesso em: 10/12/2018.

IVANAJ, V et al. The value of beauty for organizations. **Journal of Cleaner Production** 189, p.864-877, 2018.

JACKSON, T. **Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet.** Earthscan, London, 2009. Disponível em: <<http://archive.ipu.org/splz-e/unga13/prosperity.pdf>>. Acesso em: 10/10/2015.

JARRIGE, F. Promesses robotiques et liquidation du politique. In : Le problème technique , Revue **Esprit**, n°433, Mars-Avril 2017.

JONAS, H. **Le principe responsabilité, une éthique pour la civilisation technologique.** Traduction Das Prinzip Verantwortung [1979], 3^e edition, Editions du cerf, Paris. 1990.

JOHANISOVA, N. ; SURINACH PADILLA, R. E PARRY, P. Coopératives. In: D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance: vocabulaire pour une nouvelle ère.** Ed. Le passager clandestin, Paris, 2015. p313-318.

JORDA, H. Le droit à la paresse. **Libération** (Tribune), 22/11/2011. Disponível em : <http://www.liberation.fr/societe/2011/11/28/le-droit-a-la-paresse-a-relire-d-urgence_777701>. Acesso em: 12/02/2017.

JOURDAN, S. Le revenu de base, utopie d'hier, révolution d'aujourd'hui, réalité de demain? **Mouvement Français pour le Revenu de Base (MFRB)**, 15/09/2012. Disponível em: <<https://www.revenudebase.info/2012/09/15/revenu-base-utopie-revolution-realite/>>. Acesso em: 10/04/2018.

KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTÍNEZ-ALIER, J. The economics of degrowth. **Ecological Economics**, v. 84, p.172–180, 2012.

KENNEDY, R. **Speech Remarks at the University of Kansas.** March 18, 1968. Acessível em : <<https://www.jfklibrary.org/Research/Research-Aids/Ready-Reference/RFK-Speeches/Remarks-of-Robert-F-Kennedy-at-the-University-of-Kansas-March-18-1968.aspx>>. Acesso em: 14/09/2017.

KERSCHNER, C. et al. Special volume: technology and Degrowth (Call for papers). **Journal of Cleaner Production**, v.108, Part A, 1 Pages 31-33, December 2015

- KHMARA, Y., KRONENBERG, J. Degrowth in business: an oxymoron or a viable business model for sustainability? **Journal of Cleaner Production**, v.177, p. 721-731, 2018.
- KIDANE, F. L'importance de l'éducation physique et su sport. In : **Revue du MAUSS Semestrielle**, nº46. L'esprit du sport: entre jeu, don et démesure. Ed. La découverte, 2015. p.209-2012.
- KIRCHHERR, J. ; REIKE, D.; HEKKERT, M. Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions (Review). **Resources, Conservation & Recycling** 127 , p.221–232, 2017.
- LAFARGUE, P. **Le droit à la paresse : réfutation du droit au travail de 1848**. Ed. Henry Oriol, 1883. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca/classiques>> (Versão em português disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/direitoapreguica.pdf>>). Acesso em: 10/03/2018.
- LA ROVERE, E. L. **A sociedade tecnológica, a democracia e o planejamento**. IV Simpósio Estadual sobre a Universidade e o Meio Ambiente, São Paulo, 1990.
- LATOUCHE, S. Pour une société de décroissance. **Le Monde Diplomatique**, Nov.2003. Disponível em : < <https://www.monde-diplomatique.fr/2003/11/LATOUCHE/10651>>. Acesso em : 14/11/2013.
- _____. Et la décroissance sauvera le Sud... , **Le Monde Diplomatique**, Novembre 2004.
- _____. **Décoloniser l'imaginaire : La pensée créative contre l'économie de l'absurde**. Lyon, Ed. Paragon/Vs, 2005a.
- _____. Écofascisme ou écodémocratie : Esquisse d'un programme « politique » pour la construction d'une société de décroissance . La Découverte | « **Revue du MAUSS** » 2005b nº 26. P.279 à 293. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2005-2-page-279.htm>>. Acesso em: 10/04/2018.
- _____. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. In: **Cadernos IHU ideias**, ano 4, n. 56, São Leopoldo, 2006.
- _____. **Petit traité de la décroissance sereine**. Ed. Mille et une nuits, 2007.
- _____. La décroissance est-elle la solution de la crise ? In : **Ecologie & politique** 2010/2 (Nº40) , p51-61. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-ecologie-et-politique1-2010-2-page-51.htm>>. Acesso em 16/10/2017.
- _____. **Vers une société d'abondance frugale: contresens et controverses sur la décroissance**. Ed. Mille et une nuits, 2011.
- _____. Convivialidade e decrescimento. In: **Cadernos IHU ideias**, ano 10, n. 166, São Leopoldo, 2012.
- _____. Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?. In: **Cadernos IHU ideias**, ano 10, n. 164, São Leopoldo, 2012.

- LAURUT, C. Anthropologie de la Décroissance : Videocauserie en 5 parties et 61 chapitres par Christian Laurut. [sem data]. Disponível em : <http://www.demainladecroissance.com/textes/anthropologie_de_la_decroissance.htm>
- LAVOCAT, L. La loi Macron : l'environnement passe à la trappe. **Reporterre : le quotidien de l'écologie** (online). 17 février 2015 Disponível em : <<https://reporterre.net/La-loi-Macron-l-environnement-passe-a-la-trappe>>. Acesso em 04/05/2018.
- LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond: 2012.
- LIEGEY, V. Et al. **Un projet de décroissance : Manifeste pour une Dotarion Inconditionnelle 'Autonomie (DIA)**. Paris. Ed : Utopia. 2013.
- LOVELOCK, J. **Gaïa: alerta final**. Editora Intrínseca, 2009.
- MACHADO, J. L. de A. **Bee movie – A história de uma Abelha: Sistemas e Ecossistemas em discussão**. Planeta Educação (revista online). 03/10/2008. Disponível em : <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1296>>. Acesso em: 12/12/2017.
- MAGNAGHI, A. (2014). **A Biorregião Urbana: Pequeno Tratado Sobre o Território, Bem Comum**. Traduzido por Fátima Vieira; coord. Rosa Alice Branco. Ed. Matosinhos : ESAD - Escola Superior de Artes e Design. 2017.
- MANIER, B. **Un million de révolutions tranquilles: travail, argent, habitat, santé, environnement...comment les citoyens changent le monde**. Ed. Les Liens qui Libèrent, 2012.
- MARIS, B. **Anti-manuel d'économie : Tome 1, Les fourmis**. Ed. Bréal, 2003.
- _____. **Anti-manuel d'économie : Tome 2, Les cigales**. Ed. Bréal, 2006.
- MARQUES, L. Decrescimento. Uma perspectiva de esquerda sobre as crises socioambientais, parte 1/6; análise de Luiz Marques (IFCH/Unicamp). **Jornal da Unicamp**, in ECODEBATE. 13/06/2018. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2018/06/13/decrescimento-uma-perspectiva-de-esquerda-sobre-as-criSES-socioambientais-parte-16-analise-de-luiz-marques-ifchunicamp/>>. Acesso em: 17/07/2018.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais**. [Tradução Maurício Waldam]. Editora Contexto, SP. 2007.
- _____. Environmental justice and economic degrowth: an alliance between two movements. **Capitalism Nature Socialism** 23, p.51–73. 2012.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. et al. 2010. Sustainable de-growth: mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological Economics** 69. p. 1741– 1747. 2010.
- MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista crítica de ciências sociais**. Número 73. p 45-66, 2005.
- MARX, K. Capítulo XI: Cooperação. In: MARX, K. **O Capital (crítica da economia política), livro 1: o processo de produção do capital, vol. 1**. Tradução de R. Sant'Anna. 7. ed. DIFEL, SP, 1982. p370-385.

_____. Fragment on The Machines. In: MARX, K. **The Grundrisse** (1861), Penguin Books in association with New Left Review, 1973, p.690-712 . Disponível em : <<http://thenewobjectivity.com/pdf/marx.pdf>>. Acesso em: 10/07/2016.

MAUSS, M. **Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques**. Article originellement publié dans l'Année Sociologique, seconde série, 1923-1924. Disponível em : <<http://classiques.uqac.ca/>>. Acesso em 25/03/2016.

MEADOWS, DONELLA H. et Dennis L., Randers Jørgen, Behrens William W. III, **The Limits to Growth**. Universe Books, New York (1972a). Traduction française complétée : Halte à la croissance ? Fayard, Paris (1972b).

MEDIAS24. Fin des 35 heures: accord signé chez PSA Vesoul. **Medias24** online. 14/06/2018. Disponível em: <<https://www.medias24.com/filafp/afp-120162-Fin-des-35-heures-accord-signechez-PSA-Vesoul.html>>. Acesso em : 16/06/2018.

MELO LISBOA, A. de. Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comuns. **Cadernos IHU ideias**, UFSC. ano 15 • nº 265 vol15, 2017.

MERAD, M. **Aide à la décision et expertise en gestion des risques**. Editions Lavoisier, Paris, 2010.

MERELES, C. Pessoas em situação de rua: a complexidade da vida nas ruas. **Politize!**. Publicado em 21/09/2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 27/04/2018.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Ed. Boitempo, 2008.

MILANEZ, F. O que pode vir a ser no Brasil a ideia de decrescer? (pp9-13) In: DEMARIA et al. **Decrescimento :vocabulário para uma nova era**, 2016. [versão traduzida para o português do livro organizado por Demaria et al, 2015]. p.9-13.

MINK, G. Les historiens polonais face à l'expérience de la « démocratie illibérale ». **Histoire@Politique** 2017/1 (n° 31), p.36-45. 2017.

MOAL, C. Cobotique, réalité augmentée, fabrication additive dite impression 3D, intelligence artificielle et maquette numérique... Voici les cinq technologies numériques avancées qui vont transformer l'industrie. **Les Echos** (online). 17/10/2017. Disponível em: <<https://www.lesechos.fr/thema/030728711237-les-cinq-technologies-majeures-de-lindustrie-40-2122831.php>>. Acesso em: 19/03/2018.

MORE T. **Utopia**. (1ª edição em 1518). Tradução e adaptação : Nilson José Machado. São Paulo. Ed: Escrituras, 2003.

MORGAN, N. Bon anniversaire, Thomas More!, **Futuribles**, numéro 416. p.73-85. Jan-fev 2017

MÜLLER, F.; BURKHARD, B. The indicator side of ecosystem services. **Ecosystem Services**. Volume 1, Issue 1, July 2012, p.26-30. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ecoser.2012.06.001>>. Acesso em 05/02/2018.

MYLONDO, B. **Pour un revenu sans conditions : Garantir l'accès aux biens et services essentiels**. Ed. Utopia, coll. « Controverses », 2012.

_____. Questions à Baptiste Mylondo à propos de son livre « Pour un revenu sans condition : garantir l'accès aux biens et services essentiels ». **Mouvement Français pour un Revenu de Base (MFRB)** (interviews). 8 juin 2016. Accessível em :<<https://www.revenudebase.info/2016/06/08/questions-mylondo-revenu-condition/>>. Acesso em: 28/12/2017.

NAKAJIMA, E. S.; ORTEGA, E. Exploring the sustainable horticulture productions systems using the emergy assessment to restore the regional sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v.96, p.531-538, 2015.

_____. Carrying capacity using emergy and a new calculation of the *ecological footprint*. **Ecological Indicators**, v 60, p.1200-1207, 2016.

NARANJO, E. Análisis de la evolución histórico-cultural del proyecto de desarrollo comunitario en la Parroquia Salinas de la provincia de Bolívar. **Revista Politécnica**, Vol. 30(1), p.118-124. 2009.

NARANJO, B. K. E. **Cultura Local y Gestión**. Tesis de. Universidad Andina Simón Bolívar Sede Ecuador. 2012.

NARANJO, B. K. E.; MATOS MARTINS, P. E. Cultura Local y Gestión: El “Espacio – Dinámica” de la Parroquia Salinas de Tomabela. **XXXVIII encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, RJ. 2014.

NATURA. Relatório anual. [Sem data.] Disponível em: <<https://www.natura.com.br/relatorioanual/2016>>. Acesso em 20/10/2017.

NAVARRO, V. Os erros da tese do decrescimento econômico. Carta Maior, 07/02/2014. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Os-erros-da-tese-do-decrescimento-economico/7/30212>>. Acesso em: 05/12/2017.

NIERLING, L. A normative framework for the development and use of technologies in the degrowth context. Presented at the **4th International Conference on Degrowth**, Leipzig. 2014. Disponível em:<<http://www.degrowth.de/de/catalogue-entry/anormative-framework-for-the-development-and-use-of-technologies-in-thedegrowth-context/>>. Acesso em: 13/01/2016.

OBSERVATORIO DO CLIMA (OC). “Desastres ambientais vão para a conta do agro” (entrevista ao ministro do Meio Ambiente Edson Duarte). **OC online**. 13 de maio de 2018. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2018/05/14/143642-desastres-ambientais-vao-para-a-conta-do-agro-diz-ministro.html>>. Acesso em: 18/05/2018.

ORTEGA, E. The prosperous way down: a proposal for action. **Ecological Modelling**, vol. 178, Issues 1-2, 15 p.243-246, 2004.

OXFAM AMERICA. **No relief: denial of bathroom breaks in the poultry industry**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfamamerica.org/static/media/files/No_Relief.pdf>. Acesso em: 25/05/2018.

OXFAM BRASIL. **Uma economia para os 99%**. 2017. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacoes/uma-economia-para-os-99>>. Acesso em: 25/05/2018.

OXFAM FRANCE, BASIC. **CAC 40, des profits sans partage – Comment les grandes entreprises françaises alimentent la spirale des inégalités**. 2018. Disponível

em:<http://oxfamfrance.org/sites/default/files/file_attachments/vfrapport_oxfam_cac40_des_prof_its_sans_partage.pdf>. Acesso em: 25/05/2018.

P.M.(autor anônimo) **Bolo' Bolo** (1963) [1983] Éditions de l'Éclat ((3a ed), 2013.

PANSERA, M.; OWEN, R. Innovation for de-growth: A case study of counter-hegemonic practices from Kerala, India. **Journal of Cleaner Production**, v.197, p.1872 e1883, 2018.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica «Laudato Si' : sobre o cuidado da casa comum.»** Ed. Paulinas, 2015.

PASSET, R. **L'économique et le Vivant**. Paris. Ed. Payot, 1979.

_____. **Une économie de rêve !– La planète folle**. (1995). 3a Ed. Mille et une nuits, 2003 .

_____. **Les grande représentations du monde et de l'économie, à travers l'histoire**. Ed. Les liens qui libèrent, 2010.

PEREIRA SILVA, C. A. Entrevista sobre Decrescimento, no **Programa Vitrine**. 09/09/2016. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=e1tK9RCDCYI>. Acesso em : 10/11/2016.

_____. "Precisamos nos livrar da palavra desenvolvimento, mesmo que ela venha acompanhada do adjetivo sustentável". Entrevista concedida pelo professor Carlos Alberto Pereira Silva ao **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, publicada online em 16/11/2011. Disponível em: <www.uesb.br/labtece>. Acesso em: 10/11/2016.

PERROT, M. D. « Mondialiser le non-sens ». In : **Revue du MAUSS** 2002/2 (no 20), p.204-221. 2002.

PETRIDIS, P.; MURACA, B.; KALLIS, G. Degrowth: between a scientific concept and a slogan for a social movement. In: MARTÍNEZ-ALIER, J. E MURADIAN, R. (Ed.) **Handbook of Ecological Economics**. Ed. Edward Edgar, 2015.

PICKETTY, T. **Le capital au XXIe siècle**. Ed Seuil, 2013.

PIGUET, F-P. Quelle justice climatique ? Les droits et permis d'émission en question. **Futuribles** n° 405. Mars-avril 2015.

PLATON. **La république**. [Traduction nouvelle avec introduction et notes par Robert Baccou.] Paris Librairie Garnier Frères, [Sem data]. Disponível em : < <http://docplayer.fr/9724-Platon-la-republique-paris-librairie-garnier-freres-6-rue-des-saints-peres-6-traduction-nouvelle-robert-baccou-avec-introduction-et-notes-par.html>PNUMA. Panorama da Biodiversidade Global 4. 2014 www.cbd.int/GBO4>. Acesso em 05/11/2017.

POLANYI, K. (1944) **La grande transformation – Aux origines politiques et économiques de notre temps**. 3. ed. Gallimard, Paris, 1983.

PORTER, M.E.; KRAMER, M. R. Creating Shared Value. **Harvard Business Review**, v.89, n. 1-2, p.62–77, jan./fev. 2011

POSTMA, T. J. B. M.; BREOKHUIZEN, T. L. J.; VAN DEN BOSH, F. The contribution of scenario analysis to the front-end of new product development. **Futures** 44, p. 642–654, 2012.

POYDENOT, M. Aula de filosofia em Terminale S1. Dax, 1994.

RAHBI, P. O progresso nos aprisiona. Entrevista concedida a Teicir Ben Naser e traduzida por Moisés Sbardelotto. Revista **Témoignage Chrétien**. 05/01/2012. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/505641-o-progresso-nos-aprisiona-entrevista-com-pierre-rabhi>>. Acesso em: 14/06/2017.

RAIMBEAU, C. Qui a tué Berta Cáceres ? **Le Monde Diplomatique**. Octobre 2016. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/2016/10/RAIMBEAU/56454>>. Acesso em: 22/03/2018.

RAMOSE, M. B. Ubuntu. In : D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance : vocabulaire pour une nouvelle ère**. op. cit. p.449-452

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. [A Theory of Justice, 1971] (Tradução de: Carlos Pinto Correia), Editorial Presença, Lisboa (1ª edição), 1993.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. Madrid. Atualização em 2017. Disponível em: <<http://dle.rae.es/>>. Acesso em: 12/12/2017.

RESEARCH & DEGROWTH. Degrowth Declaration of the Paris 2008 conference. **Journal of Cleaner Production**. Volume 18, Issue 6, Pages 523-524, 2010. Versão em português disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/613776/mod_resource/content/1/Declaracao_sobre_Decrecimento_Economico_Paris_2008.pdf>. Acesso em: 05/06/2014.

RFI. França investiga Lafarge na Síria. **RFI Português** (coluna França). 13/6/2017. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/franca/20170613-franca-investiga-lafarge-na-siria>>. Acesso em: 15/4/2018.

RIBEIRO, E. A. S. **Sistemas produtivos, disponibilidade de biomassa e atributos energéticos de caroço de açaí e resíduos de serrarias familiares, em várzea estuarina do rio Amazonas**. Dissertação (mestrado) em Biodiversidade Tropical (PPGBIO) da Universidade Federal do Amapá. Orientador: Dr. Marcelino Carneiro Guedes. Macapá, 2017.

RIESMAN, D. **The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character**. 1950. Disponível em: < https://is.muni.cz/el/1423/jaro2016/SOC757/um/61816962/Riesman_Lonely-Crowd.pdf >. Acesso em : 12/03/2018.

RIST, G. **Regards blancs sur visages noirs**. Ed. Cetim, Genève, 1978.

_____. **Le développement: Histoire d'une croyance occidentale**. Ed. SciencesPo Les Presses. 2013.

_____. “Desenvolvimento”: roupagem nova ou uniforme mimetizado ? In: **DESFAZER o desenvolvimento para REFAZER o mundo**. SP: Editora Cidade Nova, 2009. (vários autores).

ROBERT, J.; RAHMENA, M. **La potencia de los pobres**. 2008. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/134845445/Jean-Robert-La-Potencia-de-los-Pobres>>.

ROSA, L. P. – Tecnociências e Humanidades - Novos Paradigmas, Velhas Questões - Volume 1. Ed Paz e Terra, 2005.(449p)

ROSENBERG, M. B. *Clés pour un monde meilleur*. Editions Jouvence, 2009

ROY, B. *Méthodologie Multicritère d'Aide à la Décision*, Économica, Paris, 1985.

RUFFIN, F. « **Contre les gourous de la croissance** » - Entretien avec Jean Gadrey, Economiste. Fakir editions, 2015a.

_____. « **L'égalité, c'est la santé** » - Entretien avec Richard Wilkinson, épidémiologiste. Fakir editions, 2015b.

RUSCHE, D. Bangladesh: a etiqueta da tragédia. **CartaCapital**. Seção economia. 24/12/2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/930/bangladesh-a-etiqueta-da-tragedia>>. Acesso em: 18/10/2017.

SACREE CROISSANCE: COMMENT EN SORTIR? [Filme documentário]. Realização de Marie-Monique ROBIN. Produção de ARTE France e M2R Films (com o apoio do CCFD-Terre solidaire) (1h33). 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CICXYhL1vEI>>. Acesso em: 21/01/2016.

SAHLINS, M. **La première société d'abondance**. Les Temps modernes. 1968.

SALERA JÚNIOR, G. Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã–Baquiá. **Recanto das Letras**. (texto em blog, seção ensaios). Março de 2012 Disponível em<<https://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2743100>>. Acesso em: 04/11/2017.

SALGADO, S. **Êxodos** (exposição fotográfica). 2000 (lançamento em Brasília).

SCHNEIDER, F. Macroscopic rebound effects as argument for economic degrowth. In: FLIPO, F.; SCHNEIDER, F. (Eds.). **Proceedings of the First international conference on Economic De-growth for Ecological Sustainability and Social Equity**. Paris: Research & Degrowth, Telecom Sud-Paris, 2008. p.29–36.

SCHNEIDER, F., KALLIS, G., MARTÍNEZ-ALIER, J. Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. **Journal of cleaner production**, Volume 18, Issue 6, Pages 511-518, April 2010.

SCHNEIDEWIND, U, ZHRNT, A. **The politics of Sufficiency : making it easier to live the good life**. Oekom, München, 2014.

SCHUMACHER, E. F. **Small is beautiful – Une société à la mesure de l'homme**. 1973. (versão digital em francês disponível em : <https://www.enpleinegueule.com/francais/lire/Small_Is_Beautiful-fr.pdf>. Acesso em: 14/03/2016.

SEN, A. **L'économie est une science morale**. Ed. La découverte, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade** (1999). São Paulo, Companhia das letras. 2010.

_____. Lives, freedoms and capabilities. In :SEN, A. **The Idea of Justice**. The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts 2009 (p225-252).

SHIVA, V. (2002) **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. [Tradução Dinah de Abreu Azevedo] São Paulo: Gaia, 2003.

_____. As sementes de suicídio da Monsanto. [Tradução do espanhol por Renzo Bassanetti]. **Brasil de fato**, 15/04/2013. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/12652/>. Acesso em: 18/03/2016.

SINGER, P. Políticas públicas para a economia solidária no Brasil. In: LIANZA, S., ADDOR, F. (orgs). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (p.138-148).

STEVENSON, B.; WOLFERS, J. Subjective Well-Being and Income: Is There Any Evidence of Satiation? **American Economic Review**, Vol. 103, n.º. 3, .598-604, May 2013.

STIEGLER, B. (Entretien avec Ariel Kyrrou) **L'emploi est mort, vive le travail !** Ed. Mille et une nuits, 2015a.

_____. **Valeurs et potentiel d'acceptabilité de la décroissance**. Entrevistado por Sandrine Cuvillier. Paris. 2015b.

_____. (Interview de A. Guiton). «Il nous faut un nouveau contrat social». **Libération**. (18 mai 2015). 2015c. Disponível em: <http://www.liberation.fr/futurs/2015/05/18/il-nous-faut-un-nouveau-contrat-social_1311874>. Acesso em: 22/02/2016.

_____. (Entrevistado por J-M.Bergère). Un revenu contributif à Plaine Commune. **Métis - correspondances européennes du travail** (revista online)12 sept. 2016. Disponível em: <http://www.metiseurope.eu/un-revenu-contributif-plaine-commune_fr_70_art_30409.html>. Acesso em: 12/02/2018.

STIGLITZ (Le monde selon S.). Documentário filme realizado por Jacques Sarasin (87 min). France, 2008. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=iKUhnkpfKkQ>>. Acesso em: 10/12/2016.

SUNKEL, O. **La Dimension Ambiental en los Estilos de Desarrollo de América Latina**. CEPAL/Nações Unidas, 1981. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2197/S8000002_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20/11/2013.

SUNKEL, O.; PAZ, P. Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (Cap.1). [tradução de João Maia]. In: **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo siglo XXI** editores, 1970. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1604/S33098159S1_es.pdf>. Acesso em: 12/03/2014.

SUPLICY, E. M. **Renda Básica de Cidadania**. Post em Blog pessoal. 2004 (?). Disponível em: <<http://eduardosuplicy.com.br/renda-basica-de-cidadania/>>. Acesso em : 10/11/2017.

TALEB, M. **L'Écologie vue du Sud: pour un anticapitalisme éthique, culturel et spirituel**. Éditions du Sang de la Terre, 2014.

_____. Contre la culture de la croissance. Retour sur le mouvement de la Contre-Culture étasunienne des années 1960, par Mohammed Taleb. Artigo do jornal **La Décroissance** de julho-agosto de 2015. Disponível em : <<http://ecopsychologie.canalblog.com/archives/2016/09/19/34341294.html>>. Acesso em : 23/04/2018.

THIOLLENT, M. J.; DORIGON, C. Estudo das condições de vida, trabalho e saúde de produtores rurais: a contribuição de Michèle Salmona. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 3, p. 376-387, 2014.

TORRE, L. M. **La reciprocidad en el mundo andino: el caso del pueblo de Otavalo**. Quito: Abya - Yala: ILDIS - FES. 2004.

TRENTIN, B. **La Cité du travail. La gauche et la crise du fordisme**. Ed. Fayard, 2012.

TRUMAN, H.S. Public Address, 20/01/1949, - Disponível em: <<https://www.trumanlibrary.org/publicpapers/index.php>>. Acesso em: 05/09/2017.

UNGC (United Nations Global Compact). Site (link “Our participants”). Disponível: <www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants>. Acesso em: 15/03/2018.

UNFCCC (United Nation Framework Convention on Climate Change, ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). **NDC Registry** (interim). 2016. Disponível em : <<http://www4.unfccc.int/ndcregistry>>. Acesso em : 10/03/2018.

USE (Union pour la Solidarité et l’Entraide). Présentation du Programme Intégré de Podor – PIP. [2010?]. Disponível em: <<http://use-bamtaare.org/le-programme-integre-de-podor-pip>>. Acesso em: 10/12/2017.

VALLE, R. Por uma reconstrução da visão do trabalho. In: LIANZA, S., ADDOR, F. (orgs). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. (pp77-83)

_____. **A caminho da indústria 4.0 e da produção sustentável: Gênese e ferramentas de uma nova geração de reestruturações do Mundo da Produção**. (prelo). Ed. CRV, Curitiba, Brasil. 2018.

VALLE, R.; COSTA, M. M. Gerenciar os processos para agregar valor à organização (cap.1). In: VALLE, R., BÁRBARA, S. (Orgs). **Análise e Modelagem de Processos de Negócio**. Foco na Notação BPMN (Business Process Modeling Notation), 2009.

VELOSO, I. dos S. **Marajó: espaço, sujeito e escrita**. Dissertação (Mestrado) em Letras, da Universidade Federal do Pará, 2007.

VERDURE, C. **La culture est un héritage social** (Dossier: La culture, reflet d’un monde polymorphe). No jornal online Futura Sciences, 19/05/2003 (modificado em 17/11/2015) Disponível em : <<https://www.futura-sciences.com/sciences/dossiers/philosophie-culture-reflet-monde-polymorphe-227/page/5/>>. Acesso em 29/11/2017.

VETTER, A. 2017 **Matrix of conviviality: Assessing technologies for degrowth**. Journal of Cleaner Production Volume 197, Part 2, p.1778-1786, 2018.

VIANNA, M. Decrescimento – uma proposta alternativa ao desenvolvimentismo. **Fundação Heinrich-Böll-Stiftung Brasil**. Artigo online do 04/03/2015. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2015/03/04/decrescimento-uma-proposta-alternativa-ao-desenvolvimentismo>>. Acesso em: 15/01/2018.

VIOULAC, J. L’émancipation technologique. In : Revue **Esprit**, « Le problème technique », Mars/Avril 2017, n°433. p.89-97, 2017.

VIVERET, P. **Reconsidérer la richesse**. Editions de l’Aube, 2003.

_____. Enjeu politique et sociétal du « bien vivre ». Revue **Vraiment durable** 2013/2, n° 4. Victoires éditions, 2013.

XUE, J. ; ARLER, F. ; NÆSS, P. Is the degrowth debate relevant to China? **Environment, Development and Sustainability**, Volume 14, Issue 1, p.85-109. 2012

YADO, T. H. M. **Sentidos no espaço urbano: os dizeres de Gentileza dentro e fora da cidade**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2016.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. Tradução de Leticia Mei revista **OIKOS**, Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1 (p.13-39). 2010 Disponível em : <www.revistaoikos.org>. Acesso em : 23/04/2015.

ZOBOLI, E. L. C. P. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Rev Esc Enferm USP** 38(1):21-7, 2004. Acessível em: <http://www.uff.br/pgs2/textos/zoboli_2004.pdf>. Acesso em: 15/04/2018.

ZOGRAFOS, C.. In : D'ALISA, G., DEMARIA, F., KALLIS, G. (Eds.). **Décroissance : vocabulaire pour une nouvelle ère**. Ed. Le passager clandestin, 2015. p187 a 193.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS PARA ENTREVISTAS DOS ESPECIALISTAS (versões em francês e em português)

Apêndice A.a - Cadre d'interview des experts en décroissance (ou objecteurs de croissance)

Commentaire initial : Je tiens avant tout à vous informer que j'ai prévu d'enregistrer notre conversation (si vous m'y autorisez bien sûr), laquelle sera ensuite retranscrite et possiblement utilisée dans le cadre de mes travaux. Si vous m'y autorisez, votre nom sera cité (comme l'un des autres experts rencontrés et interviewés). Cependant, si vos mots viennent à être compilés et utilisés pour des fins de publication scientifique, je m'engage à vous envoyer une version préalable (par courriel) pour que vous me donniez votre accord.

Introduction générale

Dans le cadre de mon doctorat, j'étudie les valeurs et les propositions véhiculées par le discours de la Décroissance (et courants que j'ai identifiés comme proches du point de vue des concepts ou des objectifs sociétaux, tels que le convivialisme, l'économie écologique, etc.). L'objectif final de ce travail est d'essayer d'évaluer dans quelle mesure de telles propositions pourraient être acceptées, autant dans un contexte dit développé (France) que dans un contexte dit en développement ou émergent (Brésil). Peut-être aurai-je à réduire mes ambitions, mais en ce moment – à mi-parcours – j'en suis à valider les concepts que j'ai retirés (et plus ou moins hiérarchisés) de mes lectures dirais-je, pour ensuite les transformer en un éventuel « outil » (bien que je n'aime pas le mot) d'analyse et/ou en un plan d'actions avec directives/orientations pour un contexte productif régional spécifique.

De cette entrevue, j'aimerais échanger avec vous à la fois pour apprendre, c'est clair, mais également pour que cet entretien puisse être intégré dans le corpus que je constitue en vue de mes analyses futures. C'est pour cela notamment que je vous enregistre, et que je donne un cadre un peu formel à notre échange.

Mon objectif ici est donc double : « vérifier » que ma recherche va dans la bonne direction (sans oublier aucune notion ni référence-clef) et capturer votre discours et votre point de vue avec, éventuellement, retour(s) d'expérience(s) sur des propositions concrètes en France (déjà vécues, en cours ou à venir); perspectives pour le futur, etc.

Q1. Clarification des concepts (*On choisit des concepts centraux de notre interrogation et on les laisse définir « comme si on était tout à fait ignorant »*).

- Comment définissez-vous la Décroissance (et le courant de pensée auquel ?)
- Quels sont selon-vous les concepts qui y sont rattachés ?
- Quels sont selon-vous les valeurs qui sous-tendent la décroissance ?
- Ceux/celles qui y sont opposés ?

Q2. Deux questions en miroirs :

Q2.1. (Ce que l'expert pense personnellement sur quelque chose en lien avec la Q1)

- Quelle est, selon vous, la tendance d'adhésion /d'acceptation des propositions de la Décroissance ? en France, et à l'étranger. S'appuyer si possible sur des exemples concrets (expériences heureuses ou malheureuses, vécues ou en cours) en France et en Europe.
- Pour votre part, avez-vous toujours été en faveur de telles idées ou bien votre penchant naturel et rationnel a-t-il évolué et évolue-t-il encore au fil du temps ? quels sont les éléments qui vous ont fait changer d'avis, si votre pensée a évolué ?

- Quelles sont les conditions pour que cela marche à terme (sur du long terme, puisque c'est ce qui nous importe).
- Quels sont les risques si ces propositions venaient à s'imposer? quelles seraient les conséquences – négatives ou positives ou incertaines – à attendre ? (cela, pour ne pas être naïfs quant aux effets de la Décroissance...si ceux-là sont prévisibles)
- *Quid* de l'imaginaire de la population française ? brésilienne ?

Q2.2. (Ce que l'expert pense que d'AUTRES pensent sur des questions en relation)

- Selon vous, quels sont les principaux arguments – officiels, et officieux, s'il en est - des réfractaires à la Décroissance ?
- En quoi sera-t-il difficile (ou comment serait-il possible ?!) de les faire adhérer et de les convaincre de tenter l'expérience ?

Q3. Question spécifique ciblée sur l'individu en question

- Comment est-ce que vous, dans votre travail et les projets (?) auxquels vous avez participé, vous entrez en relation avec le thème de la décroissance et ses axes principaux ?

Obs : Vous participiez (ou pas ?) à la revue Entropia qui s'est « éteinte » en nov. 2014. Est-ce le signe d'une perte d'intérêt des lecteurs (essoufflement du mouvement) ou simplement mésentente entre auteurs ou peut-être manque de continuité.... pourquoi ne pas passer à un journal relatant et communalisant en quelque sorte des cas pratiques.

Clôture :

- Avez-vous quelque chose à ajouter qui vous semble pertinent?

Apêndice A.b - Quadro de entrevista para especialistas em decrescimento (e afins)

Comentário inicial: antes de tudo, queria informar que pretendo gravar esta conversa, que depois será transcrita e possivelmente utilizada na minha pesquisa. Se me autorizar a fazê-lo, seu nome será citado. Porém, se suas palavras forem compiladas e usadas para fim de publicação científica, me comprometo a lhe enviar uma versão prévia (via correio eletrônico) para que me dê seu acordo.

Introdução geral

Para minha pesquisa de doutorado, estudo os valores e as propostas promovidos pelo discurso do Decrescimento- *Décroissance* em Francês (e correntes que identifiquei como próximas pelos conceitos ou pelos objetivos sociais). O objetivo principal desse trabalho é tentar avaliar em que medida tais propostas poderiam ser aceitas, tanto num contexto dito desenvolvido (França) quanto num contexto dito em desenvolvimento, ou emergente (Brasil). Talvez seja necessário abaixar minhas expectativas, mas neste momento – metade do percurso, digamos – estou validando os conceitos que levantei (e hierarquizei, de certa forma) a partir das leituras que fiz, para depois transformá-los numa potencial ‘ferramenta’ (apesar de que a palavra não me agrada tanto) de análise e/ou num plano de ações com diretrizes/orientações para um contexto produtivo regional específico.

Nesta entrevista, gostaria de poder trocar ideias com você para aprender, claro, mas também para que esses insumos possam ser integrados no corpus que estou constituindo para minhas análises futuras. É por isso notadamente que quero gravar nossa conversa e que dou este quadro um pouco formal.

Meu objetivo aqui é duplo: « verificar » que minha pesquisa está indo na boa direção (sem esquecer nenhuma noção nem referência-chave) e capturar seu discurso e seu ponto de vista, com eventuais *feedbacks* sobre propostas concretas em implantação; perspectivas para o futuro, etc.

Questão 1: Esclarecimento dos conceitos

A primeira grande pergunta visa o esclarecimento dos conceitos (como se o entrevistador não conhecesse nada do tema):

- Como define o Decrescimento, com suas palavras?
- Em sua opinião, quais os conceitos que estão vinculados?
- Quais os valores que apoiam o Decrescimento?
- Quais os conceitos e valores que estão opostos?

Q2. Duas perguntas « em espelho »:

Q2.1. (O que o especialista entrevistado pense pessoalmente sobre algo em relação com a primeira pergunta)

- Em sua opinião, qual é a tendência de aceitação e de adesão às propostas do Decrescimento? Se puder argumentar com exemplos concretos (positivos ou negativos), no Brasil ou no exterior, seria ótimo.
- Por sua parte, você sempre esteve a favor de tais ideias ou sua inclinação foi evoluindo no decorrer dos anos? Se foi o caso, quais foram os elementos que o levaram a mudar de opinião?
- Quais seriam as condições para que funcione no longo prazo (já que é o que nos importa)?
- Quais os riscos, se essas propostas viessem a vingar? Quais seriam as consequências – negativas ou positivas ou incertas – de se esperar? (pensando nos efeitos possíveis do Decrescimento... se esses forem previsíveis)
- O que pensa quanto ao imaginário da população (brasileira)? Acredita que seja/possa ser favorável?

Q2.2. (O que o especialista pensa sobre o que OUTROS (especialistas ou não) podem pensar sobre os mesmos temas)

- Em sua opinião, quais são os principais argumentos - oficiais e oficiosos – das pessoas refratárias/reticentes ao Decrescimento?
- Quão difícil seria, ou em que medida seria possível, fazê-los aderir e convencê-los de intentar o experimento do Decrescimento?

Q3. Questão específica focada no indivíduo entrevistado

- Como você, no seu trabalho e nos projetos em que participou/está participando, entra em relação com o tema do Decrescimento e seus principais eixos?
- No Brasil, quais são os estudiosos que o inspiraram/inspiram, e que você vê como relacionados com o tema?
- Quanto às ideias do C.Furtado, você vislumbra que tais ideias poderiam convergir/divergir com as propostas do Decrescimento (para um desenvolvimento autônomo e “local”)? Outros pensadores?
- Pensando em “ajudas sociais governamentais” – como os programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, por ex. -, em que medida você avalia que tais iniciativas estão alinhadas com a ideologia dos decrescentistas (contribuindo em dar autonomia e à diminuição das desigualdades) e/ou podem ter efeitos contrários (aumento do consumo, devido a um aumento do poder aquisitivo)?
- Pensando no PL do senador E.Suplicy sobre a Renda Mínima, na sua opinião qual seria a “chance” de tal proposta ser aceita e implementado no Brasil? Teria cabimento, ou lhe parece fora de assunto?

Encerramento :

- Alguma coisa a mais que queira acrescentar?
- Alguma referência que você queira me recomendar? Com relação a sua produção, a qual obra/texto devo me atentar em prioridade? *Paper(s)* (individual ou coletivamente)?
- No Brasil, será que tem uma corrente ou um partido político que represente o Decrescimento ou uma opção para um desenvolvimento alternativo e autônomo?

MUITO OBRIGADA!!

APÊNDICE B – RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS identificados no discurso do decrescimento na literatura e nas entrevistas E OS ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS que os citaram

Tabela 7 – Relação entre critérios identificados (macroconceitos) x conceitos x entrevistados

Crítérios	Conceitos	Entrevistados*
RESPEITO AO MEIO AMBIENTE	Limites ambientais; finitude; capital natural	AC; AS; FF; PM; EO; CAPS
	Cuidado com os bens comuns ambientais	JG, BS ; FF
	Bioeconomie	SF; FF
	(Negu)entropia	AD; BS; AS; EO
	Responsabilidade (engajamento)	AD; SF
	Precaução	AD; AS; FF
	Ética ambiental	SF
	Biorregião, arranjo territorial; Localismo	AS; EO; SL
SIMPLICIDADE	Sobriedade, simplicidade, frugalidade (fim da alienação pelo consumo)	AD; JG; SF
	Austeridade	ELR
	Crítica à alienação e adição pelo consumo Anticonsumerismo	JG; BS AG; JG; BS; ELR
	Autolimitação (~limitação, comedimento; ter menos)	AS; SL; SF; ELR
	Anti-<i>húbris</i> (crítica à desmedida; ao capitalismo especulativo)	AC, JG, EO
	Crítica à noção de riqueza	JG; AC
	Anti propaganda	FF
AUTONOMIA	Fim do trabalho alienante	JG; BS; LRI
	Singularidade (e reconhecimento)	BS; AC
	Capacidades; Saber (coletivo), Autonomia compartilhada, coletiva	BS, ELR
	Resistência; resiliência; homeostase	BS (social); EO (ambiental)
	Autonomia	FDV; AS; ELR
	Florescimento individual	ELR
	Legítima individuação	AC

Macro-conceitos	Conceitos	Entrevistados*
CONVIVIALIDADE	Convivialidade Comum socialidade (relações sociais)	AD, AS, FF, AC,
	Cooperação	AS; CAPS
	Solidariedade	AD, SL, FDV, ELR
	Confiança	BS
	Segurança	AS
	Cultura (para definir um projeto de futuro)	SL; EO
	Pluriversalismo (~diversalismo)	SL, FF
	Proximidade, localidade (desenvolvimento local, descentralização, pequena escala - território)	BS, AS, AD JG
	Reciprocidade; Dom; Altruismo	AC; AC; SL; CAPS
JUSTIÇA SOCIAL	Justiça social	LRI; AC
	Democracia (democracia participativa) Oposição controlada	AC; SL; SF; FF; LRI; AS AC
	Liberdade (de escolha)	SF; FF
	Equidade; redistribuição; diminuição das desigualdades	JG; AS; CAPS; ELR; AC
	Igualdade, direito de acesso igual aos bens comuns (ética, equidade ambiental); Comum humanidade (fraternidade)	JG; SL; AS; CAPS SF ; LRI; AC
	Valor social; utilidade social (dignidade)	FF; ELR; AC
	Meritocracia	FF
	Transparência	AS
QUALIDADE DE VIDA	Cuidado com bens comuns sociais	JG, BS
	Bem-estar (econômico)	SF
	Tempo livre; lazer	ELR; LRI
	Espiritualidade (vida do espírito) (~sentido); 'ser' mais	FF; ELR; CAPS
Transverso a vários critérios	Antiprodutivista	AG; JG
	Crítica à Técnica (que nos sujeita e que prejudica a natureza) e atecnologia	JG; FF; AS; ELR
	Civilidade (antibarbarie)	BS; FF

Fonte: elaboração própria,

Os nomes completos dos entrevistados foram substituídos pelas iniciais: AC: Alain CAILLÉ, AD: Arnaud DIEMER, AS: Agnès SINAÏ, BS: Bernard STIEGLER, CASP: Carlos Alberto PEREIRA SILVA, ELR: Emilio Lèbre LA ROVERE; ER: Enrique ORTEGA, LRI: Liz Rejane ISSBERNER, FDV: Franck-Dominique VIVIEN, FF: Fabrice FLIPO, JG: Jean GADREY, PM: Peter MAY, SF: Sylvie FERRARI, SL: Serge LATOUCHE.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS DOS ESPECIALISTAS NA FRANÇA E NO BRASIL

Perfil dos entrevistados

Alain CAILLE é professor emérito de sociologia na Université Paris-Ouest-La Défense. É o fundador e diretor de *La Revue du MAUSS (Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales)*, na qual publica com regularidade. É autor de vários livros, dos quais: *La Quête de reconnaissance. Nouveau phénomène social total* (2006), *Anthropologie du don. Le tiers paradigme* (Poche, 2007), ou ainda *Théorie anti-utilitariste de l'action* (2009) ; e *Pour un manifeste du convivialisme* (2011).

Arnaud DIEMER é professor universitário de Économie, na Universidade de Clermont-Ferrand. Suas pesquisas atualmente focam no desenvolvimento sustentável e seu ensino. É membro do OR2D – *Observatoire des Représentations du Développement Durable* (ver : <http://www.or2d.org>). Participa da plataforma de ensino à distância da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, no curso sobre Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável criado em 2015 (cf. <http://tice.univ-paris1.fr/>).

Sylvie FERRARI é professora em Ciências Econômicas e trabalha no GREThA na Université de Bordeaux onde ensina a Economia do Meio Ambiente. Lidera pesquisas e projetos relacionados com: Desenvolvimento Sustentável e Ética ambiental, gestão sustentável da água e espaços litorais, por exemplo. Estudiosa de Georgescu-Roegen, ela continua publicando sobre a bioeconomia e sobre justiça ambiental (coescreveu por exemplo os artigos intitulados: *Justice environnementale, justice alimentaire et OGM. Analyse à partir de l'agriculture indienne* (2016) e *Justice écologique et adaptation au changement climatique : le cas des petits territoires insulaires* (2015)). É membro do OR2D – *Observatoire des Représentations du Développement Durable* (ver : <http://www.or2d.org>) e participa da plataforma de ensino à distância da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, no curso sobre Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável criado em 2015 (cf. <http://tice.univ-paris1.fr/>).

Fabrice FLIPO é filósofo, professor na escola superior Télécom École de Management, Institut Mines-Télécom (Evry, France) e pesquisador no Laboratoire de Changement Social et Politique da Université Paris 7 Diderot. Suas pesquisas são dirigidas tanto para a antropologia da modernidade e da globalização, as relações internacionais, o desenvolvimento sustentável, o decrescimento quanto sobre a ecologia das infraestruturas numéricas. Já publicou vários livros sobre o assunto e tem uma produção bibliográfica acelerada nos três últimos anos (5 livros sobre a ecologia política desde 2015) e notadamente foi coautor de um dos primeiros livros sobre o Decrescimento : “La décroissance – 10 questions pour comprendre et en débattre” (Bayon et al, 2010), qual também foi traduzido em português em 2012.

Jean GADREY : é professor honorário de economia na Université Lille 1. Aposentado há 12 anos, ele tem atualmente uma de « **ativista militante**, cidadão, animador de associações, participando em muitos debates públicos” como disse ele mesmo. Ele trabalha com indicadores alternativos ao PIB, publicou notadamente *Les nouveaux indicateurs de richesse*, em 2005 (Ed. La Découverte, coll. Repères). Além de trabalhar e publicar sobre indicadores alternativos à medição da riqueza, escreveu um livro intitulado *Adieu à la croissance*, em 2010 Ed.(Les petits matins/Alternatives Economiques,) e escreve regularmente posts valiosos num Blog no site da revista

Alternatives économiques, desde 2007(ver <<https://blogs.alternatives-economiques.fr/gadrey>>).

Liz Rejane ISSBERNER: economista, mestre e doutora em Engenharia de Produção na área de Inovação Tecnológica e Organização Industrial, ela atua como pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de: inovação,ecoinovações, sustentabilidade socioambiental, políticas e informação em meio ambiente, participação social nas política socioambientais, redes sociais e tecnológicas.

Liz Rejane Issberner co-organizou, junto com Philippe Léna, o livro publicado em 2017 intitulado “*Brazil in the Anthropocene: Conflicts between predatory development and environmental policies*” (pela *Routledge Environmental Humanities*). Nesse, examinam o papel do Brasil na crise ecológica global e apresenta uma reflexão sobre como as políticas nacionais e internacionais são influenciadas por fatores sociais, políticos, éticos, científicos e econômicos.

Serge LATOUCHE : economista especialista do desenvolvimento, é professor emérito de l'université Paris-Sud. Além de sua formação inicial, ele se orienta até a filosofia e a antropologia econômica, e participa no MAUSS desde sua criação dès sa fondation en 1981. Foi numa fase mais recente de seu percurso, no início dos anos 2000, que se atentou ao conceito de decrescimento, pela convergência entre sua bifurcação anti-desenvolvimentista e o movimento anti-propaganda. Desde então, publicou vários livros sobre o assunto entre os quais: *Décoloniser l'imaginaire : La pensée créative contre l'économie de l'absurde* (2003), *Le pari de la décroissance* (2006), *Petit traité de la décroissance sereine* (2007); *Pour sortir de la société de consommation : Voix et voies de la décroissance* (2010), entre muitos outros.

Atualmente, é considerado atualmente como o ‘papa’ do decrescimento, como teórico e promotor do movimento.

Emilio LÈBRE LA ROVERE é professor do Programa de Planejamento Energético (PPE) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pesquisa e Pós-Graduação de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (Lima) e o Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (Centro Clima).

Graduado em Engenharia Elétrica e Economia, mestre em Engenharia de Sistemas e Computação e doutor em Técnicas Econômicas, Previsão, Prospectiva pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, o professor Emilio La Rovere tem experiência na área de Energia e Meio Ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento energético, planejamento ambiental, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas. Participou, desde 1992, da autoria de diversos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

Peter MAY especialista em economia dos Recursos Naturais, é professor do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e da Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia /UFRJ. Também é pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas para Estratégias de Desenvolvimento (INCT-PPED).

Participa da *International Society for Ecological Economics* (da qual foi presidente em 2008-2009) e da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO – 2014 a

2017), além de Diretor Adjunto da OSCIP Amigos da Terra-Amazônia Brasileira (AdT, de 2005 a 2012). Atua principalmente nos seguintes temas: valoração da biodiversidade e pagamento para serviços ecossistêmicos (PSA), redução de emissões de desmatamento e degradação florestal (REDD+), mecanismo do desenvolvimento limpo (MDL) e mercado voluntário de carbono florestal, gestão de bacias hidrográficas e sistemas agroflorestais.

Enrique ORTEGA é professor do Programa de Engenharia de Alimentos da Universidade da Universidade Estadual de Campinas (FEA/UNICAMP). Tem experiência na área de Ecologia de Sistemas, Economia Ecológica e Engenharia Ecológica. Realiza pesquisa em Análise Emergética de Sistemas Agrícolas e Agro Industriais, Diagnóstico de bacias hidrográficas, Modelagem de sistemas hídricos e terrestres, Desenvolvimento de software para certificação de sistemas rurais, Medição da sustentabilidade na produção de alimentos. Participa da Rede pelo Decrescimento Sustentável no Brasil.

Carlos Alberto PEREIRA SILVA é professor titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, coordenador do Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Complexidade, Ele é graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atualmente é titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Coordenador do Laboratório Transdisciplinar de Estudos em Complexidade (Labtece), pesquisador em História do Tempo Presente e membro da Rede Brasileira pela Democracia de Alta Intensidade.

Agnès SINAÏ é jornalista ambiental nos jornais *Le Monde diplomatique*, *La Revue durable*, *Actu-environnement*. Também ensina na *Institut d'études politiques* de Paris onde implementou em 2010 um curso sobre as políticas do decrescimento. É autora de várias obras, como : *Sauver la Terre*, (coescrito com Yves Cochet, 2003) e *Labo-Planète* (com C. Bourgain e J. Testart, 2011). Membro do comitê de redação da revista *Entropia* (até 2014), Fundou o Instituto Momentum (em 2011).

Bernard STIEGLER: é diretor do Instituto de Pesquisa e Inovação (Institut de recherche et d'innovation – IRI) do centre Pompidou. Professor de filosofia, ele criou *Ars Industrialis*, «associação internacional para uma política industrial das tecnologias do espírito» e a escola de filosofia online *Pharmakon.fr*. É autor de vários livros, dos quais: *la Société automatique : 1. L'avenir du travail* (Ed. Fayard), e *L'emploi est mort, vive le travail!* (Ed. Mille et Une Nuits), por exemplo.

Em 2018, publicou um livro online intitulado *The neganthropocene* – aproveitando o jogo de palavra de neguentropia com a saída do Antropoceno – pelo qual ele se propôs.

Franck-Dominique VIVIEN: é professor em Ciências Econômicas na Universidade de Reims-Champagne-Ardenne e pesquisador no laboratório « *Organisations marchandes et institutions* » da universidade. Publicou vários livros *Économie et écologie* (1994) e *Les Enjeux de la biodiversité* (1998) com Catherine Aubertin. Il a dirigé *Biodiversité et appropriation : les droits de propriété en question* (Elsevier,

2002) et, en collaboration avec Christian Barrère, Denis Barthélemy et Martino Nieddu, *Réinventer le patrimoine* (L'Harmattan, 2005).

Participa da plataforma de ensino à distancia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, no curso sobre Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável criado em 2015 (cf. <http://tice.univ-paris1.fr/>).

APÊNDICE C.a.1 – Interview de Alain CAILLÉ, le 04/12/2015, à Paris.

Sandrine Cuvillier - [Introduction de 3 minutes sur les différences universitaires entre la France et le Brésil puis présentation du sujet de la thèse].

Alain Caillé – Donc votre sujet, c'est l'acceptabilité de la décroissance. Faire 10 ou 15 entretiens dans des endroits un peu variés [cadres en entreprises, consommateurs lambda, fonctionnaires, etc.]...cela me semble une bonne idée. Sur le point de vue méthodologique, il n'y a pas de règle. Moi je ne suis pas du tout méthodologue, même ça m'ennuie, mais j'ai quand même donné deux ans des cours de méthodologie des Sciences Sociales à l'Université de Lausanne, où j'expliquais qu'il y a trois règles fondamentales : la première c'est d'écrire en français, la deuxième c'est d'écrire en français et la troisième c'est d'écrire en français. Après, le reste...

Pour aller un petit peu dans votre sens, mon ex-épouse a beaucoup travaillé dans le Marketing. Le Marketing ce n'est pas très chic comparé à la sociologie, mais quand même. Ce qui m'a beaucoup intéressé c'est qu'il fallait tester, par exemple, l'efficacité possible de campagnes publicitaires, de slogans, de logos, de marques différentes, et tout cela en réunissant des échantillons de 10 à 12 personnes, pas plus, pendant 2 ou 3 heures; des échantillons très variés, c'est-à-dire sans aucune représentativité statistique. Mais j'étais quand même épaté de voir tout ce qu'on peut sortir en deux heures en faisant travailler ces gens. Alors peut-être que ce n'est pas ça que vous allez faire *a priori*, encore que, pourquoi pas à la limite – un groupe, ou deux ou trois groupes, avec un entrepreneur, un chômeur, etc. – et voir comment la discussion se structure.

[...] Lors de la soutenance d'une thèse, j'étais très embarrassé - je vous en parle car c'est intéressant pour vous. J'arrive donc au lieu de la soutenance. C'est toujours un peu embarrassant de critiquer une thèse, car ça veut dire critiquer le directeur de thèse. Et celui-ci me demande : « Qu'est-ce que vous en pensez ? » Alors je réponds : « écoutez, je trouve que le sujet est passionnant, le parcours est intéressant, mais je trouve la thèse mauvaise. » Le directeur de thèse commence à faire la gueule, et puis on en reparle au déjeuner et je lui dis : « Écoutez, c'est très simple, je ne peux pas la lire. Pour la raison que c'est totalement hâché : aucun texte théorique n'est travaillé en tant que tel, on prend 20 articles et on prend une phrase par ci, une phrase par là, et ça fait un gigantesque brouet ou tout se perd. Et il me répond : « Qu'est-ce qu'on est soulagés, on est tout à fait d'accord avec vous ! Mais on est obligés, pour l'habilitation, de leur faire faire tout ce travail pseudo-méthodologique pour leur montrer qu'ils connaissent des trucs ».

C'est vraiment pas de la science, c'est pas de la science-fiction,... c'est de la fiction de science, c'est du simulacre de scientificité.

[Après la présentation du questionnaire et des trois grandes questions, André Caillé reprend la parole]

AC – Je pense que le mieux c'est que je commence à vous dire comment je vois la chose.

Le point principal c'est que **moi je ne crois pas à la décroissance**. Ça a structuré une opposition amicale avec Serge Latouche, qui a d'ailleurs toujours été très minoritaire sur ce point au sein du MAUSS. Est-ce que vous connaissez le MAUSS [Mouvement Anti-Utilitariste en Sciences Sociales], d'ailleurs ?

SC – Non, très peu.

AC – Eh bien, c'est un peu dommage car je m'aperçois que le MAUSS est quand même une matrice assez importante de discours politiques un peu concurrents. **C'est un mouvement qui est devenu une revue** depuis 35 ans ; c'est une revue **interdisciplinaire de sciences sociales et de philosophie politique**, je vais vous en montrer quelques exemplaires.

Comment vous présenter le plus rapidement possible : **ANTI-UTILITARISTE : traduisez ANTI-ECONOMICISTE, donc une opposition à l'idée que la société devrait se structurer à partir de l'économie et à tout ramener aux problèmes économiques ou à la figure de l'individu calculateur.** Ça c'est le versant critique. Le versant positif c'est une référence à – il y a un jeu de mot dans le nom – c'est une référence à **Marcel Mauss**, notamment à l'Essai sur le Don de Marcel Mauss, avec l'idée qu'il y a dans l'Essai sur le Don de quoi restructurer les sciences sociales et la philosophie politique, que **Mauss a découvert en quelque sorte le noyau du rapport social, qui est un noyau politique, et qu'à partir de cela on peut reformuler tout un ensemble de questions de la sociologie, de l'économie, de l'anthropologie bien sûr, et de la philosophie politique.**

Cette revue – et il y a aussi une collection, on a publié 50 livres à peu près – réunit des gens assez variés et complémentaires, par exemple **Serge Latouche** et moi, beaucoup d'autres auteurs, par exemple quelqu'un qui s'appelle **Christian Laval**. Christian Laval est l'auteur, avec son ami philosophe **Pierre Dardot**, de pas mal de bouquins qui commencent à avoir un grand retentissement international : le premier livre qui a vraiment eu un retentissement s'appelait La nouvelle raison du monde¹⁶⁸, dans une dimension, je dirais, marxiste, foucalienne et maussienne. Et puis ils ont publié, il y a un an, un grand livre qui s'appelle Commun¹⁶⁹, au singulier, dans lequel ils essaient en quelque sorte de faire plus fort que Négri, sur l'actualisation du marxisme, encore plus COMMUN que Négri. **C'est quand même intéressant de voir que, au fond, il y a trois courants de pensées qui commencent à avoir un certains retentissement mondial, qui se sont formés dans le cadre du MAUSS : la DÉCROISSANCE avec Latouche, la PENSÉE DU COMMUN avec Laval, et puis ce que j'essaie d'amener avec le CONVIVALISME.**

SC – La pensée du commun, car je crois qu'il y a un chapitre là-dessus [dans votre livre], ce n'est pas exactement les biens communs d'Élinor Ostrom ?

AC – Non, au contraire, c'est assez critique, trop critique même je pense, c'est en fait **une manière de récupérer l'idéal communiste [...] le commun qui ne sera ni le fait de l'État, l'étatisme, ni le privé bien sûr du capitalisme.** Bon, à certains égards ça reprend au fond le vieil idéal de l'associationisme, sauf que ce n'est pas dit comme ça. Voilà donc le cadre général. Donc il y a évidemment des **points communs**, qu'on peut résumer en un mot : **l'ANTI-ECONOMICISME**. Après on peut entrer dans des détails plus compliqués et plus savants... **anti-utilitarisme** ça veut dire quoi ?, mais je vais laisser ça de côté. Et puis il y a quand même en positif que la base du **rapport social** c'est ce que Mauss appelait **la triple obligation : donner, recevoir et rendre.** Ce n'est pas négligeable quand même. C'est cela **qu'on essaie de prendre au sérieux par exemple sur la question du sport, la question du rapport entre sport, jeu, don, etc.**

¹⁶⁸ Dardot, P.; Laval, C. La nouvelle raison du monde : Essai sur la société néolibérale. Editions La Découverte, 2010.

¹⁶⁹ Dardot, P.; Laval, C. Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle. Editions La Découverte, 2014.

Dans ce cadre-là, Latouche se lance il y a 15-20 ans dans l'affaire de la décroissance. Pas très populaire au sein du Mauss, je dirais pour deux raisons fondamentales. Première raison, c'est déjà que **le mot [décroissance] ne fait pas rêver... c'est un énorme problème : ça ne fait pas rêver, ça ne peut pas être mobilisateur.** Alors ça l'est un moment, pour des raisons qui sont probablement mauvaises. Ce que **disent Latouche ou Paul Ariès c'est que c'est un « mot-obus », ça permet de lancer des débats :** c'est vrai, il faut reconnaître que ça a bien marché, ça parle à des tas de gens. Alors ça parle pourquoi ? Euh, ça parle...quand je dis qu'il y a aussi des mauvaises raisons – ça a été longtemps le fond de mon opposition à Serge - il me semble que derrière ce mot de la décroissance il y a le **recyclage d'un propos je dirais marxiste-heideggerien. C'est-à-dire ce mélange assez bizarre de révolutionnarisme d'un côté, et de conservatisme radical de l'autre.** C'est un refus, en général, de la modernité, qui peut vite passer pour un **refus de la modernité y compris démocratique.** Alors évidemment après on peut dire qu'on est une démocratie radicale, avec petits groupes, et tout ça, mais fondamentalement c'est quand même un **refus massif de la démocratie parlementaire,** ce qui pose quand même quelques problèmes. Ce n'est pas que je sois un fan de la démocratie parlementaire – il n'y a pas que ça dans la vie – mais quand même, ça mérite réflexion. Donc fixons ça pour l'instant : je trouve qu'il y a **un problème de philosophie politique sous-jacent qui n'est pas clair.** Après, revenons au nom : DECROÎTRE. Il y a bien sûr derrière **l'idée d'opposition au Progrès, avec un grand P, c'est anti-progressite.** Décroître ça veut dire quoi ? On décroît sur quoi ? La question c'est de savoir sur quoi on décroît, mais c'est aussi de **savoir sur quoi on croît, et en quoi on croît. On décroît sur le PIB fondamentalement.** Mais même ça ce n'est pas clair : dans des discussions avec Serge [Latouche], à la limite ce qui lui importe – et là-dessus on pourrait se rejoindre – c'est de **sortir de la domination des valeurs économiques.** À la limite, on pourrait très bien avoir de la décroissance avec une croissance 4% du PIB. Donc tout à coup ça commence à devenir un peu bizarre...Donc il y a quelque chose qui n'est pas stabilisé, qui n'est pas clair dans cette affaire. Bien, voilà où on en était il y a 3 ou 4 ans. Maintenant je vais entrer dans l'histoire du Convivialisme.

On en était là il y a 3-4 ans quand on s'est retrouvés **Serge Latouche,** notre ami **Patrick Viveret** et moi invités à Tokyo, en 2011 si je me rappelle bien, à un colloque qui s'appelait **« Une société conviviale est-elle possible? ».** Bien sûr ça rendait hommage à **Ivan Illich, qui est une grande référence avant Serge Latouche de la décroissance.** **Patrick Viveret, lui,** c'est le philosophe prophète de ce qu'il appelle lui-même **la société civique en France,** de tous **les réseaux associatifs, etc.** C'est le meilleur orateur de ce milieu-là, il est pas ailleurs un des champions de la critique du PIB et de ce qu'ils appellent les indicateurs alternatifs de richesse, et puis il est aussi une peu un champion de **la transformation personnelle : l'idée qu'il n'y a pas de changement social s'il n'y a pas de changement individuel** - ce dont Serge Latouche ne parle pas du tout, par exemple. Donc j'avais un petit peu peur pour ma part que lors de cette rencontre, même si on est amis, on se retrouve dans des combats de coqs, en opposition, parce que **personnellement je pense que cette idée d'indicateurs alternatifs au PIB est une fausse bonne idée ;** cette idée qu'on va calculer la vraie richesse, je ne sais pas ce que c'est que la vraie richesse ; et **l'idée de tout quantifier pour avoir un autre indicateur me paraît totalement contreproductive.** Il y a ça, et il y a mes réserves quant à la décroissance.

Mais finalement ça s'est passé très amicalement, et je suis arrivé à la conclusion qu'**il est beaucoup plus important de mettre en avant ce qui nous rassemblait que ce qui**

nous divisait ; et que pour cela on avait besoin d'un nom commun. Comme **on parlait de la société conviviale, c'est le nom convivialisme qui s'est présenté**. Accepté par Latouche, accepté par Viveret, et par Marc Humbert qui nous recevait, on a fait un premier petit livre qui s'appelait De la convivialité et qui reprenait les communications de Tokyo¹⁷⁰, mais en tout cas ça veut dire que le mot était lancé.

A partir de ça, j'ai été contacté par un éditeur qui voulait faire une collection de manifestes. Il avait publié Le manifeste des économistes atterrés, en France, et il me passa commande d'un Manifeste du convivialisme.

SC – Donc ça vient d'une demande ?

AC – Oui, oui... Donc je commence par lui dire OK, puis je commence à me dire : si c'est un Manifeste du convivialisme, qui doit montrer des convergences, ce n'est pas moi qui dois l'écrire tout seul, il faut l'écrire à plusieurs. Malgré tout, je rédige un texte qui s'appelle : « Pour un Manifeste du Convivialisme », un petit livre, dans lequel j'explique ce que j'aurais écrit si je l'avais écrit. Mais en nommant un quarantaine de personnes qui sont les **auteurs alternatifs français** avec lesquels il me semblait qu'il fallait essayer de le rédiger : **ceux qui, dans des domaines divers, imaginent une alternative au néolibéralisme**. Ce bouquin sort, et je contacte la quarantaine de personnes que j'avais nommées, et à mon grand plaisir, la quasi-unanimité accepte de participer à une discussion – une discussion qui a duré de un an à un an et demi et qui a abouti au Manifeste convivialiste, manifeste qui a été signé par pas mal de gens à l'échelle mondiale, pas seulement des Français.

Et c'est quand même très important, car **ces gens qui ont signé appartiennent à des tendances idéologiques assez diverses : il y a à la fois les gens d'Attac et du Forum Social Mondial**, toujours présents, et puis il y a, on pourrait dire, **les catholiques de gauche**, fondamentalement, et puis des **auteurs transversaux comme Edgar Morin, et puis des philosophes divers, les gens d'Alternatives Economiques**, et puis **tout le monde de l'économie sociale et solidaire**.

C'est important, parce que le premier sujet, la première possibilité d'étude de terrain dont vous parliez – les coopératives - c'est plutôt de l'ordre de l'économie sociale et solidaire que de la décroissance à mon avis. Enfin ça se tient, mais...

SC – Oui. Mon orientateur aussi me dit de ne plus utiliser le mot décroissance, et de toute façon si j'interviewe les gens au Brésil, je n'utiliserai sans doute pas le mot décroissance que je trouve trop négatif (surtout pour les pays du Sud) ... j'ai connu les idées qui m'intéressent par les textes sur la décroissance mais ce qui importe ce sont les idées, pas le mot.

AC – C'est tout à fait ça. Personnellement je trouve que **le mot est mauvais**.

J'en arrive peut-être au point central de ma thèse : ce qui a été le déclic pour moi, dans la proposition d'alliance que j'ai faite avec Serge Latouche pour se retrouver sur le terrain du convivialisme, c'est **le constat** – qui n'était pas évident il y a 3 ou 4 ans, mais qui le devient un peu plus – c'est que **de toute façon la question n'était plus de savoir si on était pour ou contre la croissance du PIB, c'est que de toute façon il n'y en avait plus, voilà ! et qu'il n'y en aurait plus, ça j'en étais convaincu depuis peut-**

¹⁷⁰ Alain Caillé fait ici référence au livre intitulé : De la convivialité. Dialogues sur la société conviviale à venir, dont les auteurs sont Alain Caillé, Marc Humbert, Serge Latouche, Patrick Viveret, paru aux Editions La Découverte, 2011, 191 p., EAN : 9782707167149.

être 4 ou 5 ans, dans les pays riches, pour des raisons structurelles qu'on peut détailler. Ça c'est le constat de base.

Après, dans les pays émergents, avec les problèmes écologiques massifs qui se posent, on le voit bien actuellement, c'est [*inaudible*], mais de toute façon pour les pays riches il n'y en a plus, et je pense qu'il n'y aura plus de croissance significative du PIB (hors spéculation), ça n'empêche pas la croissance technologique, etc., mais **il n'y aura plus de croissance du PIB, c'est-à-dire d'augmentation régulière du pouvoir d'achat marchand. C'est ça le point central.**

Et comme - c'est ce que je développais dans mon petit livre Pour un Manifeste du Convivialisme - passées les conditions totalitaires du XXème siècle, **l'adhésion à la démocratie après la deuxième guerre mondiale a été largement appuyée sur des forts taux de croissance et sur l'idée que tout le monde allait sans arrêt devenir plus riche**, on voit bien que **c'est la base même de l'adhésion démocratique qui est fragilisée**. Et donc il y a un problème, pratique, très simple à poser, et qui rejoint en partie la décroissance (mais plus raisonnable), qui est : **comment on organise une société qui reste une société démocratique si on ne la fait plus reposer sur la perspective d'un enrichissement infini, pour tous ?** C'est un problème énorme, c'est LE problème central.

C'est la première idée centrale. La deuxième idée centrale dans cette affaire du convivialisme c'est que - ça va rejoindre la critique initiale à la décroissance - c'est que **le problème premier n'est pas seulement de trouver des alternatives écologiques, même économiques, de politique économique** – même si c'est important- ; **le problème fondamental est de trouver une doctrine politique alternative, une philosophie politique alternative**. Alors ça permet de reprendre la critique que j'avais faite tout à l'heure aux fondements doctrinaux de la décroissance, en disant c'est une resucée de marxisme et de heideggerianisme qui ne me paraît pas plausible. Et pour le dire de manière moins critique maintenant, et constructive – c'est comme cela en tout cas que c'est formulé dans mon premier livre et que c'est repris dans le Manifeste convivialiste –, les **quatre grandes doctrines politiques dont nous sommes les héritiers**, qui permettent de nous orienter chacun à sa manière - donc Libéralisme, Socialisme, Communisme et Anarchisme – sont, non pas obsolètes, mais elle ne sont plus en prise suffisante sur l'époque. Elles ne nous permettent plus de poser ce problème central : **comment organiser une existence démocratique sans la faire reposer sur l'aspiration à une croissance infinie**. Bon, après il y a le problème de cadre national, etc. C'est ça ce que dit le Manifeste convivialiste, et qui essaie de formuler les bases principiennes, **les principes** en quelque sorte, **de cette doctrine idéologique qui se cherche, de cette idéologie politique qui se cherche**, et qui permettent d'aller au-delà des quatre doctrines héritées.

SC – Donc vous proposez bien qu'il faut qu'il y ait une proposition politique, c'est ça ? Je vous dis cela car avant de commencer ma recherche, j'ai participé aux Rencontres des Objecteurs de Croissance à Cerbère et j'ai cru comprendre que la plupart veulent se mettre en marge du système et simplement le critiquer ; ils ne visent pas de faire une contre proposition, et encore moins d'employer le voie politique. J'avoue que cela m'avait un peu gênée : comme je vis en Amérique du Sud, où il y a de grands centres urbains, et en imaginant ce que serait la situation en Chine, je ne vois pas comment « la solution » peut ne pas considérer les villes, et des propositions politiques...

AC - Le problème, c'est que **les décroissants se transforment en secte ; [*inaudible*] ce n'est pas universalisable.**

Par contre, Serge Latouche évolue bien, et il dit à ses petits camarades qu'**il faut faire des compromis, qui ne sont pas des compromissions.** [*passage inaudible, à cause de bruits extérieurs*]

Mais par exemple le journal La Décroissance a tiré à boulets rouges sur les Convivialistes.

Ces oppositions, cette décomposition... à mon avis c'est complètement à dépasser. Mais ils font cela parce qu'ils n'ont aucun discours politique.

SC – Quelles sont selon vous les valeurs de la décroissance, ou plutôt alors du Convivialisme ?

AC – On a eu une grande rencontre à Rennes il y a un mois à peu près, je suis très content parce qu'à la fois une grande partie des signataires du Manifeste étaient présents – y compris les gens d'Attac, des forums sociaux mondiaux (c'est-à-dire qu'ils ont toujours quelque chose qui est important), Serge Latouche était là ; et ce qui m'a fait plaisir – et ce qui m'a beaucoup frappé - c'est que presque tous les orateurs, les intervenants, y compris les gens d'Attac, bâtaient leur intervention autour des **quatre principes du Convivialisme**, je vais les rappeler. Je vais les rappeler parce qu'ils ont l'air anodins – et c'est pour cela que j'étais surpris qu'ils les reprennent – ils ont l'air anodins, allant de soi, mais finalement **ils ne sont pas du tout anodins, ils ne vont pas du tout de soi !** Et on le voit de mieux en mieux après le 13 novembre à Paris.¹⁷¹

Donc le premier principe :

- le **principe de commune humanité** : justement était présent à Rennes Frédéric Vandenberghe¹⁷², qui a passé un an sabbatique en Inde, et qui me dit : quand je présente le convivialisme en Inde, quand je dis « commune humanité », les gens me disent « Mais vous êtes fous ! Il y a des castes, c'est pas une communauté ;
- deuxième chose, **commune socialité** : même chose
- troisième principe, **légitime individuation** : s'il y a un truc que refuse l'Etat Islamique et Daech c'est bien ça, que chacun ait droit à sa singularité ;

SC – La légitime individuation, vous la rapprocheriez de l'autonomie d'Illich ?

AC – Oui, ça fait partie de la même nébuleuse.

SC – J'avoue que c'est le dernier principe qui m'avait le plus intriguée...

AC - Alors la dernière, c'est la plus importante : **c'est la démocratie.**

Elle est mal formulée dans le Manifeste, c'est le principe **d'opposition maîtrisée**, on pourrait parler **d'opposition créatrice**, mais à mon avis la meilleure traduction c'est la phrase centrale du Manifeste qui est d'ailleurs empruntée à Marcel Mauss, c'est l'objectif général : **organiser les sociétés de manière à permettre la coopération « en**

¹⁷¹ Alain Caillé fait référence aux attentats, revendiqués par l'organisation terroriste État islamique (Daech), qui ont eu lieu le soir du 13 novembre 2015 à Paris, à la salle de spectacle le Bataclan et dans des bars des environs, et aux abords du Stade de France, faisant au total 130 morts et plus de 40 blessés.

¹⁷² Suite à l'interview d'Alain Caillé, je suis allée visiter le site des Convivialistes qui faisait référence au colloque de Rennes d'octobre 2015, puis le webmédia de l'Université de Rennes 2 où les enregistrements des interventions au colloque sont accessibles dans la rubrique « Un autre monde se construit – théories et pratiques » (<<https://www.lairedu.fr/collection/un-autre-monde-se-construit-theories-et-pratiques/>>). J'ai écouté celui de Frédéric Vandenberghe, professeur à l'UERJ et qui séjournait, au moment du colloque, pour une année sabbatique de travail, en Inde. Il a été présenté par Alain Caillé lors du colloque, comme «une incarnation à lui tout seul du convivialisme et du pluriversalisme mondial» et fut invité à parler durant 10 minutes sur les avancées, ou difficultés, du convivialisme en Inde et au Brésil.

s'opposant sans se massacrer » - et c'est en cela qu'on cite Marcel Mauss. S'opposer sans se massacrer, c'est la question du sport. Et Marcel Mauss ajoutait : et « **en se donnant sans se sacrifier** ».

Alors pourquoi est-ce la proposition, à mes yeux ? Parce que j'ai constaté que **c'est la seule qui ait vraiment fait débat parmi les signataires du Manifeste**. Sur tous les autres points, il y a eu des tas d'allers-retours – rajouter ou changer un mot, une virgule, un point, ce qui est légitime – mais là ça a vraiment tirillé. Et pourquoi ? Parce que c'était au coeur de l'opposition entre, pour schématiser, les marxistes d'un côté, et les croyants chrétiens de l'autre (il peut y avoir des marxistes chrétiens, mais je schématise). Les chrétiens disaient, « mais pourquoi s'opposer, il faut s'aimer et coopérer », et les marxistes disaient : « mais c'est quoi ces bons sentiments, dans la vie il y a du conflit ! ». Et là cette proposition est exactement à la charnière des deux, et **elle est très importante parce qu'elle légitimise le conflit. Ce qui est la définition de base de la démocratie**. Ce que les décroissants ne voudraient pas voir par exemple, dans leur attitude sectaire, ils ne veulent pas légitimer le conflit : ils ont raison, point final.

Donc la règle de base de la démocratie, qui est rarement respectée par les démocrates, c'est non seulement l'acceptation résignée du conflit, mais c'est **la reconnaissance de fait que le conflit est non seulement inévitable mais désirable**, désirable pour autant qu'il ne dégénère pas en antagonismes ou en guerre, bien sûr. Donc **un conflit maîtrisé**. Et ça va de pair, je pense, avec l'autre thème central du Convivialisme, qui est l'idée que l'adversaire principal **c'est l'hubris, c'est la démesure**, et en cela ça peut rejoindre des thèmes de la décroissance.

SC – Si l'adversaire central, c'est l'hubris, quels seraient les acteurs de l'hubris, selon vous ?

AC – Les acteurs de l'hubris, et là aussi il peut y avoir une différence (entre le convivialisme et la décroissance), ce ne sont pas seulement les vilains capitalistes. C'est trop facile, lorsqu'on se met dans une position de secte, de dénoncer les vilains capitalistes et de se draper dans les draps de la pureté.

L'hubris, c'est inhérent au désir humain en général, s'il n'est pas canalisé. Et ce désir de richesse, c'est pas seulement les capitalistes qui l'ont, c'est quasiment tout le monde : tout le monde a envie d'être plus riche, **tout le monde a envie d'avoir plus de pouvoir** ; ça va de pair avec le désir légitime de s'individuer, de s'affirmer et de trouver sa singularité, **d'être reconnu dans sa singularité**. C'est pour cela que le problème est plus compliqué que la simple dénonciation du capital, du capitalisme, même si le capitalisme actuel, que j'appelle le **capitalisme anti-expectatif**, est bien sûr l'incarnation par excellence de l'hubris !

SC – Vous m'avez cité ces 4 principes, on peut considérer que ce sont les 4 valeurs principales qui sous-tendent au Convivialisme, c'est ça ?

AC – Oui. Alors dans un petit texte que j'ai écrit pour une conférence que j'ai faite à Rennes, et que j'ai mis sur le site du convivialisme il y a quelques jours, je reviens dessus d'une façon qui m'a paru, à moi, éclairante, parce que **je me suis aperçu que ces 4 principes, en fait, sont exactement les principes de chacune des grandes doctrines d'idéologie politique moderne** :

Le premier principe, **le principe de commune humanité, on peut aussi dire que c'est le principe de fraternité, et c'est le principe de base du communisme ; la commune**

socialité, c'est le socialisme ; La légitime individuation, c'est le principe de base de l'anarchisme ; et l'opposition maîtrisée c'est le principe de base, je dirais, du libéralisme républicain, avec de petites nuances.

SC – Oh, c'est bizarre... je pensais que c'est la « légitime individuation » qui serait le principe du libéralisme...

AC – Oui, c'est ce qu'on peut penser, moi aussi c'est ce que j'ai pensé d'abord. Mais je pense que c'est davantage les anarchistes - il y a des recouplements - qui insistent là-dessus, qui affirment leur singularité irréductible. Le problème du libéralisme c'est qu'il y a deux notions dans le libéralisme, c'est ce que j'essaie d'expliquer dans l'article. **Si on prend LIBÉRALISME au sens très très large du terme, les quatre doctrines modernes sont des doctrines libérales** – y compris le communisme - en ce sens que **libéralisme, dans le sens large du terme, c'est l'opposition**, à l'autorité traditionnelle, au pouvoir établi par la tradition reçue. Donc c'est l'affirmation de **l'autonomie de la loi humaine ; par rapport à l'hétéronomie, pour reprendre Gorz, de la loi divine ou de la loi traditionnelle**. Et donc il y a un principe d'opposition qui est central dans le libéralisme : le libéralisme s'oppose, par définition, par genèse, à la loi reçue, et affirme l'autonomie de la loi, il n'y a pas d'hétéronomie de la loi. Et donc il y a un **principe d'opposition constitutif**. Et le républicanisme libéral, et la démocratie parlementaire, c'est la démocratie de la maîtrise de l'opposition. Après dans ce cadre du libéralisme très général, dans lequel on peut mettre le socialisme, l'anarchisme, etc., il y a le libéralisme au sens strict du terme qui fonde la démocratie sur la propriété privée et le marché. [...]

Dans mon esprit, la décroissance est une des variantes du Convivialisme.

SC – A partir de mes lectures, j'avais identifié 6 axes principaux, et je vous présente le diagramme em arêtes de poisson que j'avais ébauché. Le premier était le respect de l'environnement – mais par exemple je pense que, autant vous avec le convivialisme que André Gorz ne considérez cela comme central dans votre discours...

AC – Le **respect de l'environnement** est aussi au coeur du Convivialisme.

SC – Ok. Les autres axes sont: Autonomie, Convivialité, le Monde de la vie (par opposition au Monde du travail), et là entrerait tout ce qui est intrinsèque à l'être humain – les arts, la religion, l'expression de la culture, la narrative de vie (en référence à Richard Sennett, notamment) -

AC - **La convivialité est fondée sur l'idée que la base du désir humain ce n'est pas le besoin économique, c'est la RECONNAISSANCE**, et le MAUSS a un travail très central sur la question de la reconnaissance.

[quant à votre diagramme] Je suis assez méfiant de ce genre de tableau, car vous avez trop d'axes... ça part dans tous les sens .

SC – En effet, c'est la difficulté que je ressens en ce moment...

AC – Ça peut se renverser dans tous les sens. C'est ce que disait déjà, mais il y a très longtemps, la critique de l'analyse factorielle de contenu : on aboutit à faire des trucs complètement improbables, avec des rennes blancs qui vivent en plein milieu du Sahara et boivent du Coca-Cola, *grosso modo*. Je pense que des axes, en quatre, je le fais très couramment, tous **mes concepts sont organisés en quatre sont préférables**, . Après on

peut verticaliser si on veut, mais aller au-delà, à mon avis, ce n'est pas conseillé. Parce que déjà ça, en quatre, avec des sous-variantes, ça fait déjà en combinatoire 990 positions. Alors si vous commencez à avoir 8 axes, vous allez en avoir 300.000.

C'est une fausse bonne idée de vouloir caser tout le monde à un endroit précis... Il y a des logiciels de ce genre de machin, si vraiment vous voulez vous amuser à le faire.

[...]

AC – En résumé, pour cette question des oppositions : Pour moi **l'ennemi principal c'est ce que j'appelle le capitalisme rentier et spéculatif, la spéculation qui est vraiment l'incarnation de l'hubris et de la démesure et qui est épouvantablement dangereuse, et qui fout un bordel généralisé à l'échelle planétaire.** À partir de là, j'aurais une stratégie, scientifique - car je ne suis pas un stratège politique -, qui n'est évidemment pas celle des sectaires de la décroissance - car je ne vais pas aller m'enfermer dans mon coin -, **ma stratégie au contraire est d'essayer de rassembler le plus grand nombre, de peser sur l'opinion publique mondiale, et donc d'avoir les rassemblements les plus vastes possibles, y compris avec des capitalistes, avec des chefs d'entreprises qui ne participent pas de ce système, et qui en sont d'ailleurs très souvent victimes eux aussi, que ce soit des chefs de petites entreprises, ou des managers,** qui ne savent pas s'ils ne vont pas être virés le lendemain parce que leur entreprise fait du 12% au lieu de 15%.

SC – Et des propositions concrètes, en politique, est-ce que vous en avez-vu ? Vous auriez cité Mélenchon, à la tête d'un parti...

AC – Mélenchon non, le plus en lien ce serait plutôt **Larroutourou avec le parti « la nouvelle donne »**, qui a quand même fait 3% aux élections européennes. Pour le dire rapidement : pour l'instant on en est au **stade de l'énoncé de principes très très généraux** ; le rôle des intellos n'est pas de fonder un parti politique, **mais je pense quand même qu'il faudrait se mettre davantage d'accord sur des propositions intermédiaires –sur des principes généraux, une commune humanité-socialité et un programme de parti politique.**

Alors qu'est-ce que c'est qu'un statut intermédiaire, c'est pas très clair, mais je pense qu'il va falloir le faire parce que **il y a un tel désarroi maintenant en France...** C'est à dire que toutes les bases de ce qui a fondé la société, l'adhésion démocratique depuis cinquante ans, **plus rien ne tient debout. Il y a une espèce de panique généralisée,** la gauche reprend le programme de l'extrême droite, plus personne ne sait à quel saint se vouer.

Il y a vraiment une **hystérésis généralisée**, très généralisée. Après ce n'est pas du tout évident que tous ces gens qui ont signé le Manifeste et qui se sont mis d'accord sur quelques propositions centrales– ce qui franchement n'était pas gagné d'avance et qui était même quasiment inespéré ! – c'est pas du tout évident que si on leur demandait comment dessiner quelques propositions un peu concrètes, ils seraient toujours d'accord, que l'on réussira à maintenir une unité minimale. Par exemple sur la question de l'Europe, il est très possible que ça éclate très rapidement.

SC – Et vous n'avez pas connaissance de cas pratiques concrets...

AC – Si, il y a beaucoup de **cas pratiques.** Pour ce qui est du Convivialisme par exemple - vous pouvez voir sur le site des convivialistes - **dans le domaine du sport :** on est en contact avec une association qui s'appelle **Agence pour l'Éducation et par le sport, l'APELS,** qui comme son nom l'indique fait de l'éducation par le sport et qui

fédère des milliers d'associations sportives. Et **dans les quartiers paumés, où il n'y a plus rien - où les gamins ne vont plus à l'école et où tout s'écroule pratiquement- , le seul truc qui tient encore un peu c'est LE SPORT. Le seul facteur éducatif – vecteur de moralité et de civisme - c est LE SPORT.** Et ils ont rédigé justement il ya quelques mois une Charte de leur agence - que moi j'ai rebaptisée Charte du sport convivialiste – qui est quand même acceptée par des centaines d'associations sportives. Et c'est accepté d'une façon précise, c'est à dire que chaque principe est traduit par une dizaine d'indicateurs quantitatifs et qualitatifs. Par exemple, ça veut dire concrètement un principe de commune humanité, etc, etc. Donc ça c'est un début d'application assez concret, regardez sur le site.

SC – Donc cette Charte est sur le site ? Je regarderai... car pour le cas du Brésil, je pense que c'est un très bon exemple qui pourrait s'appliquer.

AC – Bien sûr, c'est fondamental, c'est l'ultime moyen de sortir...

[FIN]

APÊNDICE C.a.2 - Interview de Serge LATOUCHE, le 07/12/2015, à Paris.

Serge Latouche não aceitou de ser gravado. Ele me entregou uma versão em português de um de seus livros – que hoje se encontra para consulta no Laboratório Rogerio Valle de Gestão Sustentável da Produção, na Coppe/UFRJ.

As poucas anotações que foram tomadas durante a conversa são apresentadas a seguir. Não são apresentadas de maneira mais extensa já que as ideias do entrevistado já eram conhecidas de certa forma - pelas publicações e pelo seu respaldo, inclusive no Brasil.

À la question sur les valeurs de la décroissance, et celles qui lui sont opposées, Serge Latouch a répondu ainsi:

Altruisme	<i>Versus</i>	avidité
Solidariété	<i>Versus</i>	egoïsme
Mesure/limitation	<i>Versus</i>	illimitação/démesure.

Et c'est cette démesure qui est le noyau central de la Modernité [selon lui]; les limites imposés par les philosophes des Lumières ont été balancées. [Il a alors rappelé la « loi le Chapelier et le décret d'Allarde » qui ont détruit les corporations [de métiers] et favorisé la liberté de commerce et d'industrie – loi considérée comme un « véritable coup d'état des bourgeois » par Karl Marx.

Égalité (à gauche)	<i>Versus</i>	liberté (à droite)
---------------------------	---------------	---------------------------

Quant au positionnement des décroissants face à la technique, il répondit :

« On n'est pas technophobes, mais la technique vient toujours après le social, elle doit être au service d'un projet social. »

Il a rappelé qu'Étienne de la Boétie était plus que d'actualité [malheureusement] : l'être humain va au devant de sa propre servitude.

Puis il a commenté la série d'ouvrages en cours « Les précurseurs de la Décroissance » (14 volumes en français et 8 volumes en italien), aux éditions Le Passager Clandestin, destinés à initier et à **donner une profondeur au discours de la décroissance** (en remontant à Epicure, aux taoïstes, etc.). Il y aura aussi un numéro spécial sur Les Colibris, de Pierre Rahbi.¹⁷³

¹⁷³ Até abril 2018, foram publicados 22 números da série: 1. Bernard Charbonneau ou la critique du développement exponentiel, par Daniel Cérézuelle et Bernard Charbonneau (2018) ; 2. George Orwell ou la vie ordinaire, par Stéphane Leménorel et George Orwell (2017) ; 3. Alexandre Chayanov pour un socialisme paysan, par Renaud Garcia et Alexandre Chayanov (2017) ; 4. Walter Benjamin face à la tempête du progrès, par Agnès Sinaï et Walter Benjamin (2016) ; 5. Simone Weil ou l'expérience de la nécessité, par Geneviève Azam et Françoise Valon et Simone Weil (2016) ; 6. Gravelle, Zisly et les anarchistes naturiens contre la civilisation industrielle, par François Jarrige et Gravelle, Zisly et les anarchistes naturiens (2016) ; 7. Baudrillard ou la subversion par l'ironie, par Jean Baudrillard et Serge Latouche (2016) ; 8. Serge Moscovici ou l'écologie subversive, par Stéphane Lavignotte et Serge Moscovici ; 9. Lewis Mumford pour une juste plénitude, par Thierry Paquot et Lewis Mumford (2015) ; 10. Theodore Roszak vers une écopsychologie libératrice, par Mohammed Taleb et Theodore Roszak (2015) ; 11. Murray Bookchin pour une écologie sociale et radicale, par Vincent Gerber et Floréal Romero et Murray Bookchin (2015) ; 12. Diogène et les cyniques ou la liberté dans la vie simple, par Étienne Helmer et Diogène (2014) ; 13. Pierre Kropotkine ou l'économie par l'entraide, par Renaud Garcia et Pierre Kropotkine (2014) ; 14. Lao-tseu et les taoïstes ou la recherche d'une vie harmonieuse, par Claude Llena et Lao-tseu (2014) ; 15. Cornelius Castoriadis ou l'autonomie radicale, par Serge Latouche et Cornelius Castoriadis (2014) ; 16. André Gorz pour une pensée de l'écopsocialisme, par Françoise Gollain et André Gorz (2014) ; 17. Léon Tolstoï contre le fantasme de toute-puissance, par Renaud Garcia et Léon Tolstoï (2013) ; 18. Jean Giono pour une révolution à hauteur d'hommes, par

Sur la fin de la revue Entropia, selon lui celle-ci avait une « analyse erronée » : elle misait sur 2.000 abonnés – au lieu de commencer par 1.000 exemplaires pour le premier numéro, par exemple, sans compter les parutions d’autres journaux dans la même ligne (L’écologiste, la revue «La Décroissance», l’Homme et la société ; Tiers-monde ; une revue suisse « Moins », un journal belge Keiros). [Entropia] a seulement atteint un public de 200 exemplaires, sans relèver d’un âge moyen – la revue du MAUSS par exemple réussit à se maintenir car elle balaie un public plus jeune.

« **La Décroissance n’est pas une alternative mais une matrice d’alternatives** » : on sort d’une impasse, de la globalisation, qui réduit la diversité. Donc, en réouvrant l’espace à la diversité, **chaque culture doit redéfinir son projet d’avenir**, en sortant du carcan techno-productiviste.

Et d’ajouter : « **comme disait Castoriadis, « on ne peut pas empêcher une démocratie de se suicider »** ».

La question qu’on doit se poser, selon lui, est : où va-t-on trouver les limites ?

Auparavant, elles nous venaient de la transcendance, de la tradition (ou expérience de nos parents), de la révélation (ce qui nous semble insupportable). Mais aujourd’hui, qui va nous dire où sont les limites, qui sont toujours arbitraires ?

La seule autorité, c’est le DEMOS – le peuple – qui établit un débat démocratique.

À la question « qui pourrait se prétendre de fixer cette limite ? Aujourd’hui, la seule réponse que l’on a **c’est la démocratie** – qui n’est peut-être pas idéale mais c’est une solution la « moins pire » que les autres...

COMPLÉMENTS :

Serge Latouche a également mentionné le Colloque de Rennes ; et le préambule de la Constitution de l’Équateur.

Nous pouvons rappeler ici aussi deux de ses articles parus dans le Monde Diplomatique, respectivement en novembre 2003 et novembre 2004 – “Pour une société de décroissance” et “Et la décroissance sauvera le Sud » (voir : < <https://www.monde-diplomatique.fr/2004/11/LATOUCHE/11652>>

Édouard Schaelchli et Jean Giono (2013) ; 19. Lanza del Vasto ou l’expérimentation communautaire, par Frédéric Rognon et Lanza del Vasto (2013) ; 20. Charles Fourier ou la pensée en contre-marche, par Chantal Guillaume et Charles Fourier (2013) ; 21. Jacques Ellul contre le totalitarisme technicien, par Serge Latouche et Jacques Ellul (2013) ; 22. Epicure ou l’économie du bonheur, par Étienne Helmer et Epicure (2013).

APÊNDICE C.a.3 - Interview de Franck-Dominique VIVIEN, le 08/12/2015, à Paris.

Sandrine Cuvillier - [Présentation de la recherche]

Franck-Dominique VIVIEN – C’est une nébuleuse, dans laquelle on a énormément de choses différentes les unes des autres. [...] **La question que je me pose est: quel est cet univers, ce monde de la décroissance?** .Car il y a énormément d’écrits, de publications, et des choses qui sont très diverses : la décroissance peut être vue simplement **comme quelque une approche très technique**, très ingénieriale, pour les uns, ça peut être vu comme la tentative de réduire les consommations énergétiques et matérielles, les émissions, et voilà, cela peut être **une façon de penser la décroissance** ; et **à l’autre bout du spectre** on a tout ce que incarnerait un Serge Latouche, ce serait une espèce **de philosophie politique en quelque sorte, où il s’agirait que les individus s’organisent autrement socialement et essaient de produire, de consommer et de partager un peu différemment que le système capitaliste, que la société moderne.**

SC – Et vous, vous travaillez sur le sujet ?

FDV - Moi je travaille sur les écrits de Serge Latouche, j’essaie de comprendre ce qu’il raconte, pourquoi il raconte cela, ce qui est déjà un gros travail.

SC - Lui à l’origine n’était pas décroissant, n’est-ce pas ?

FDV - Oui, c’[Serge Latouche] était un **économiste du développement** - ce qui n’est pas forcément de la décroissance. À l’époque où il a fait cela, c’était dans une **optique très productiviste, il était très marxiste**, à l’époque où c’était l’ambiance intellectuelle française dans la deuxième moitié des années 60. Voilà donc il s’est décrit comme une sorte de moine « zala » qui va prêcher la bonne parole aux pauvres en disant qu’il faut produire, il faut produire, il faut s’organiser, de manière moderne.

SC – Et cette vision vous a plu, dès le début, ou pas ? Pourquoi vous êtes-vous intéressé à Serge Latouche ?

FDV – Parce que **Serge Latouche** occupe une place..., c’ est quelqu’un que j’ai rencontré à plusieurs reprises dans ma carrière, de manière très ponctuelle, dans des colloques, et j’ai toujours trouvé, effectivement, qu’il avait une **parole assez détonnante** par rapport à ce qu’il se raconte [en général]. Et puis c’est quelqu’un qui parle bien, **un excellent orateur**, donc il m’a toujours très intrigué. C’est drôle, enfin j’ai un peu de mal à l’appeler économiste parce qu’il n’aime pas ça, mais quand même c’est dans des colloques où il s’agissait de parler d’économie quand il était là. Donc j’ai toujours été intrigué par ce que racontait ce type.

Et puis moi j’ai travaillé sur des questions d’environnement, moi aussi à un moment j’ai croisé ces histoires de décroissance. Le mot décroissance pour lui est un mot très récent : ça ne fait que depuis une dizaine d’années qu’il parle de la décroissance. Donc c’est plutôt Serge Latouche qui est venu interféré sur mon champ que l’inverse, si je peux me permettre (rires).

SC – Une surprise que j’ai eue lors de ma rencontre avec Serge Latouche, comme précurseurs de la décroissance, il a cité Illich, Ellul, Gorz, etc., mais il n’a pas cité pas Georgescu-Roegen...

FDV – Ben c’est parce que je pense il n’est pas sur cette tradition-là, justement. En fait dans la décroissance, une façon de regarder la chose, on peut dire que ça marche sur 2

jambes le petit monde qui gravite autour de Serge Latouche, d'un certain nombre de décroissants français : d'un côté il y a ceux qui **sont critiques effectivement environnementalistes**, et là effectivement c'est Georgescu-Roegen qui est considéré comme l'économiste décisif ; et puis il y a une critique qu'on pourrait qualifier de **critique culturaliste**, au sens où l'économie est une culture. **L'économie est une ensemble de valeurs qui font penser étrangement un rapport aux autres et un rapport au monde** – c'est une vieille thématique de la vie des nations, voilà si on veut. Et dans cette tradition culturaliste – dans laquelle s'inscrit Serge Latouche, effectivement c'est là qu'il y a les **Illich, Gorz, Castoriadis** (qui est un auteur très important pour Latouche), ces auteurs-là. Donc ce sont des penseurs – économistes, sociologues, et autres – qui s'inscrivent dans une critique culturaliste de l'économie et Latouche c'est ce qu'il a fait.

SC – Mais en France c'est plutôt cela qui est le plus présent, non, le versant culturaliste ?

FDV – Pas forcément. Après il y a aussi toute une tradition autour de Georgescu-Roegen, qui est aussi assez forte, alors peut-être plus chez les économistes, car c'est un discours d'économistes, mais il y a aussi cette tradition-là qui dit : « voilà, il y a la thermodynamique; tout cela sont des contraintes naturelles très fortes et il faut en tenir compte. » Ce que Latouche essaie de faire depuis 2002 – et il a développé toute son oeuvre dans cette perspective-là, je pense, en quelque sorte – donc il est économiste du développement, jeune, puis il a une espèce de crise de foi, au sens où il n'y croit plus quoi, car il a le sentiment effectivement qu'il est là pour évangéliser le monde, pour aligner les autres. Donc finalement il décide que, non, il est là finalement pour éclairer, pour libérer en quelque sorte les individus. Et donc il va **faire une critique du développement, de la notion même du développement**, comme étant une espèce de mot qui empêche de penser, **qui est une notion aliénante**, en fait. Ça **c'est toute son oeuvre, si on devait résumer Serge Latouche en un seul mot, voilà c'est ça : une critique du développement.**

Je pense qu'il raconte ça depuis les années soixante-dix, et il se trouve qu'à partir de la fin des années 90, début des années 2000, il va faire la jonction avec ceux qui se sont inscrits dans une autre perspective qui est une perspective plus matérialiste, et du coup il va se mettre à marier dans ses discours les deux références.

Mais le problème est que, je pense, que ce n'est pas tellement cohérent, parce qu'en fait : si on écoute Georgescu-Roegen, quelque part c'est une perspective très naturaliste ; il dit que la nature est plus avare encore que ce que racontent les économistes. Donc il y a une contrainte naturelle extraordinairement forte, beaucoup plus forte que ce que pensent les économistes, et c'est pour ça que en gros ils racontent des bêtises sur la croissance. Je résume rapidement, mais on va dire que c'est ça que dit Georgescu-Roegen finalement ; «vous ne connaissez pas la thermodynamique, et à partir de là vous n'avez pas pris conscience de la contrainte naturelle. Et que toute la croissance qu'on connaît, ce n'est qu'un moment très particulier de l'histoire de l'humanité parce qu'on a de l'énergie à bon marché - ce qui est en train de se réduire donc ça va en être fini de ce moment de grâce.

Dans la critique culturaliste, précisément c'est une façon de dénoncer l'idée que les contraintes sont des contraintes naturelles : les contraintes sont des contraintes sociales. Il y a même l'idée que la rareté est une invention sociale. Alors il faut savoir : est-ce que la contrainte est naturelle, ou est-ce que la contrainte est une contrainte sociale au sens où on a construit la rareté ?

Sur quoi repose la construction sociale : est-ce que c'est vraiment une limite naturelle et est-ce qu'il y a une sorte d'effort social pour braver cette limite naturelle ou bien est-ce que non, non, c'est simplement une construction sociale qui fait que certains individus sont aliénés et pensent qu'il y a cette contrainte naturelle....

La solution politique que vous devez offrir pour sortir de ces deux situations n'est pas du tout la même ! [...] Je pointe des difficultés d'essayer de faire le pont entre les deux.

Donc mon analyse, c'est que déjà, **derrière le mot décroissance il y a ces deux mondes-là, qui déjà essaient de s'associer mais qui a un moment sont en tension, si on veut essayer de faire cette synthèse.**

SC – Avez-vous participé au Manifeste convivialiste ? Cela vous intéresse-t-il ?

FDV – Je ne connais pas très bien, je ne suis pas très proche du MAUSS. Je connais bien Serge Latouche, qui est un des éléments du MAUSS, mais seulement.

SC – Donc, si j'ai bien compris, vous continuez à étudier Serge Latouche

FDV – Oui, j'essaie de comprendre ce qu'il raconte

SC – Mais vous ne travaillez pas directement avec lui ?

FDV – On se croise régulièrement.

SC – Et ensuite, vous lui soumettez ce que vous avez interprété de ses écrits...et votre analyse est approuvée ?

FDV – Oui, je crois.

Vous parliez de Diemer tout à l'heure. Lui avait organisé, il a 2 ou 3 ans je crois, une journée autour de Serge Latouche. En première partie, chacun était venu présenter des travaux, et moi je travaille avec un collègue de Reims sur une espèce d'analyse des écrits de Serge Latouche, et il était présent. La journée s'est conclue par une conférence. Ce que j'ai entendu, c'est qu'il pensait que oui, ce qu'on racontait n'était pas complètement idiot.(rires)

SC – Et par rapport à cette « faille » que vous mettez en évidence...

FDV – **Ce n'est pas une faille, c'est une difficulté épistémologique** qu'il ne faut pas complètement négliger. Et après je pense que ça pose un problème [...]

C'est pareil, **l'économie écologiste c'est un peu une grande foire dans laquelle on va trouver un peu tout ce qu'on veut.** Les gens de Barcelone, moi je les perçois plutôt comme des gens qui font de la macroéconomie écologique.

Donc vous voyez, on est dans une **vraie difficulté d'identification et de caractérisation de tous ces écrits** qui s'inscrivent dans une perspective de décroissance...

Ce monde de la décroissance, on a besoin de le décrire avant de commencer à dire « je suis pour, ou je suis contre », à qui il faut parler, *etc.* ; mais si on n'a pas une cartographie de tous ces trucs-là [ça complique]...

SC – Et pour vous, en quelques mots, quels seraient les concepts-clefs de la décroissance, ou quels devraient être...

FDV – Là encore je suis très influencé par la pensée de Latouche, puisque j'ai travaillé dessus et qu'il occupe une place certaine dans le paysage français quand même, je pense qu'en effet si on était en Espagne on ne verrait pas les choses comme ça. Mais s'il y a un mot important, en effet je pense que c'est le mot d'**AUTONOMIE, à opposer à hétéronomie, voilà, je pense que c'est le maître mot.**

Mas question après est : **autonomie de qui, de quoi ? vis-à-vis de quoi ?**

Est-ce que l'individu qui est autonome, car il y a une version comme ça, très individualiste, chacun se débrouille, où chacun essaie de rompre, comme une espèce de conversion ; et après il y a aussi la question de « c'est quoi la communauté décroissante » ? Parce que si c'est un groupe ; si on doit essayer de vivre autrement, c'est des petits groupes qui doivent essayer de vivre autrement si j'ai bien compris, en instaurant des **solidarités particulières**... C'est quoi la base de ces groupes ? Alors emprise territoriale, vous voyez ces questions-là. [...]

Il faut raison garder. Pour l'instant je pense qu'on en est à des expériences, sur **des micro-expériences**.

Une des difficultés je pense aussi que rencontre le monde de la décroissance, c'est **qu'il y a d'un côté les penseurs qui n'ont pas obligatoirement une dimension très impliquée ; et d'un autre côté, il y a des expériences qui ne sont pas beaucoup pensées** (rires). Je pense que vous êtes confrontée à cela : vous avez des expériences, et après vous allez voir Serge Latouche pour savoir... vous êtes dans une espèce de grand écart. Et je pense que c'est une des difficultés aussi de la décroissance.

Et après il y a beaucoup de trucs, d'expériences, comme vous avez mentionné, qui sont très intéressants, qui ne s'appellent pas décroissants, qui vont s'appeler **économie solidaire** par exemple, mais ça on s'en fiche.

SC – Et vous, le mot décroissance vous a plu...

FDV – Non, moi le mot je m'en fiche. Ce qui m'a plu, c'est d'abord un Serge Latouche qui est une drôle de 'zozo' dans le monde des économistes ('zozo' dans le sens affectueux bien sûr) ; c'est peut-être aussi car dans un premier temps, ce sont les questions sur le développement qui m'ont intéressé, mais après j'ai vraiment fait de l'environnement. Et après j'ai vu arriver la perspective de la décroissance dans le champ qui était le champ où je travaillais moi, de l'économie de l'environnement.

Parce que, encore une fois, **la décroissance est une notion assez récente qui est venue concurrencer le développement soutenable**. C'était dans le champ – depuis les années 70, ça a toujours été présent mais c'est revenu – et aussi il y a eu cet effet de jonction, entre **critique culturaliste et critique environnementaliste**.

SC – Pour ma décharge, je n'ai qu'une formation d'ingénierie, je pourrais dire. Mais par exemple, j'ai « connu » René Passet au Brésil, car à l'Université Fédérale, il y a des professeurs qui ont étudié à HEC et ont rapporté de telles références (bon, il y en a au moins un...).

FDV – C'était mon Directeur de Conf., c'est pour cela que je me suis intéressé aux questions d'environnement, car **j'ai rencontré René Passet**.

SC - Mais lui en l'occurrence n'est pas un décroissant...

FDV – Non, je pense que Latouche et lui ne sont pas vraiment d'accord sur des idées, mais je pense qu'on peut les retrouver tous les deux dans une manifestation avec **Attac**¹⁷⁴, etc. C'est ça qui est intéressant, par rapport à certains **mouvements sociaux**, ils sont tout à fait capables de s'entendre...

SC – En essayant de simplifier tous les écrits, je ressens une grande difficulté : j'ai essayé de faire des ramifications,

¹⁷⁴ Attac est l'« Association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne », fondée en 1998, qui « milite pour la justice sociale et environnementale, et conteste le pouvoir pris par la finance sur les peuples et la nature. » (voir :

Par exemple, vous, vous m'avez dit, en parlant des concepts-clefs, d'autonomie, mais j'ai aussi noté le mot solidarité, qui est arrivé juste après. Car ce sont deux concepts bien distincts, car comme vous m'avez dit, l'autonomie peut-être individuelle, alors pourquoi la **solidarité**... ?

FDV – Ben il y a quand même une **vie sociale**, après (rires). Des groupes sociaux qui agissent.

SC – Alors, question suivante, sur la tendance d'acceptation...

FDV – Mais c'est une question très difficile celle-là.

SC - Quand vous m'avez dit que depuis quelques années un discours décroissant a émergé, c'est bien qu'il y a une floraison, un discours qui est entré dans le débat public, qu'il y a plusieurs personnes qui s'intéressent au sujet, *etc.*

FDV – Oui mais est-ce que c'est un imaginaire ça ? Mais ça veut dire quoi... C'est intéressant, mais ça aussi ce n'est pas facile à définir. C'est quoi un imaginaire ?

Il faudrait se doter d'un dispositif d'études, pour savoir : est-ce que ça veut dire que ça accroche quelque part, est-ce que ça veut dire qu'il y a un public, enfin je ne sais pas très bien...par exemple, il y a des groupes, des adhérents, il y a des journaux, eux ils doivent avoir des chiffres ces gens-là.

Mais en même temps ce ne sont que des indices : ce n'est pas parce qu'un journal se casse la figure que les idées sont forcément en perte de vitesse...C'est assez compliqué.

J'ai un peu l'impression – ce ne sont que des impressions, car je n'ai pas bien réfléchi là-dessus, je n'ai pas étudié ça, il faudrait avoir une façon de regarder autre – **j'ai un peu le sentiment qu'aujourd'hui, depuis la crise, depuis 2008, on est un peu dans une phase un peu déclinante, dans l'actualité de la décroissance, alors qu'avant c'était plus présent. Mais c'est une sentiment, il faut vraiment le prendre comme ça, pas du tout comme un avis très autorisé sur la chose.**

Parce qu'en fait, la grande difficulté, c'est que décroissance on l'a connue ; pas la décroissance telle que l'entend Serge Latouche, mais ça a été cela à l'arrivée, les chômeurs, etc.: « ben vous voyez, c'est ça la décroissance ! » et je pense que ça a marqué un peu les esprits, ça a refroidi quelques ardeurs.[...]

Après, la question revient à ce que je disais : pour moi la décroissance c'est par **le monde des écrits** –où il y a plein de trucs différents comme écrits, qui ne sont pas lus ni écrits par les mêmes personnes - **et puis il y a ces expériences qui sont menées**, et je pense que tout cela ne connecte pas complètement. **Et c'est ces deux mondes-là - y compris sur leur zone de recouvrement - qu'il faudrait essayer de comprendre, et de suivre.** Mais j'en sais rien moi : est-ce qu'on peut dire qu'aujourd'hui il y a moins d'expériences qu'il y a cinq ou dix ans ? Je n'en sais rien.

Il faut se méfier de cette approche, il ne faudrait pas attendre que ce soit la théorie qui va vous expliquer ce qui se passe, car je pense qu'il y a beaucoup d'expériences qui ne sont pas théorisées, **c'est pour cela que je pense qu'il faut regarder ce qui se passe, et éventuellement essayer de théoriser ensuite.**

Je serais vous, je ferais plutôt un truc comme ça – je ne veux pas dire qu'il ne faut pas aller à la théorie, regarder ce que racontent les intellectuels, *etc* – mais **après je resterais prudente à vouloir à tout coup et rapidement faire correspondre les deux [théorie et pratiques].**

SC - Après je vous avoue que l'idée finale serait – idéalement – voir s'il pourrait y avoir un programme d'actions - un programme en 8R's version brésilienne -, ou quelque chose d'un peu plus concret (ou ce qui pourrait être l'objet d'un post doc).

Maintenant, comme m'avait proposé Jan-Paul Vanderlinden, question suivante : « qu'est-ce que vous vous pensez que les autres pensent sur le discours de la décroissance ? Les opposants si on peut dire ? » Vous m'en avez donné un déjà, quand vous avez parlé de la crise par laquelle nous venons de passer (en 2008), suite à laquelle l'argument serait : nous venons de passer par une crise, par une phase de décroissante, nous ne voulons pas de ça ! ». Donc ça ce pourrait être le premier argument des anti-décroissants...

FDV – L'argument premier je pense qu'il est plus simple que cela, je pense qu'en gros, **c'est que la décroissance c'est la marge, ça ne sortira jamais de la marge.** Le principal argument est de dire : ben vous voyez, les gens, ils ont choisi, ils consomment ils ne veulent pas moins, ils veulent toujours plus ! Je pense que c'est simplement cela... Regardez, il y a des milliards de gens qui consomment ; ceux qui ne consomment pas, ils veulent consommer ; et il a quelques centaines de milliers, peut-être, qui essaient de faire autre chose, mais c'est des marges. Je pense que c'est ça le principal argument.

La grande question c'est, effectivement, comment est-ce que ça peut sortir des marges ? Je pense que ça pose la question quelle est la logique de ces marges – ça rejoint ce que vous essayez de faire vous - quel est le modèle économique qu'il y a derrière tout cela pour que ça puisse permettre aux gens de vivre ; quel est le modèle social entre guillemets ; est-ce qu'il y a des relations particulières, est-ce qu'ils ont vécu une histoire particulière ces gens-là, ou est-ce qu'il y a une organisation particulière qui fait qu'ils arrivent à discuter, j'en sais rien, mais qu'est ce qui fait que ça tient en fait ! - ; et puis d'un point de vue environnemental, qu'est-ce que ça donne ? Ça permet aux gens de vivre, peut-être, mais effectivement est-ce que c'est si intéressant au point de vue environnemental ?

Donc il y a **d'abord à analyser comme elle fonctionne, cette marge, pour voir effectivement son potentiel de replicabilité.** Parce que si – je dis n'importe quoi, mais,.-, par exemple, si vous découvrez que ça tient à l'histoire très particulière de ces gens-là qui ont vécu des liens, ça vous n'allez pas pouvoir le repliquer comme ça, car précisément ça tient à leur histoire.

Donc je pense que ça nécessite de regarder cela, mais je pense que ça nécessite aussi de regarder le centre, l'hypercentre, c'est-à-dire le système capitaliste, il marche comment ? et pourquoi ça tient ? Tant que les penseurs de la décroissance ne regarderont pas ça précisément, à mon avis.....Car il ne suffit pas de dire que le bon sens indique de faire autrement, le problème c'est que ce n'est pas ça qui manie le monde. Pourquoi ça tient quand même ? Enfin, ça tient....à un moment ça va craquer, hein...

Et donc **je pense qu'il y a un vrai point aveugle,** car beaucoup de gens qui s'occupent de la décroissance ignorent comment le système capitaliste marche. [...]

Des trucs sur lesquels Latouche a un peu réfléchi, en **s'intéressant à la psychanalyse,** je crois par exemple. **Pourquoi ? Parce qu'on refoule constamment. Il ya des moments où on est dans le déni, on fait semblant de ne pas voir ;** je pense que c'est comme la mort un peu, on y pense de temps en temps, mais la plupart du temps, c'est un peu loin, parce que sinon...

SC – Latouche y a pensé dans ces écrits....dans lesquels, où avez-vous vu ça ?

FDV – **Dans ses vieux écrits, il travaille sur la question de la psychanalyse,** ça transparaît un peu dans ses écrits sur la décroissance: capacité à refouler, au sens

psychologique du terme, de dénier... C'est ce qu'on appelle la résistance, une crise de résistance.

SC – [...] quant aux grands auteurs de la croissance...

FDV – Je ne suis pas sûr que ce soit les auteurs de la croissance qui seraient intéressants de ce point de vue-là, il faut trouver des penseurs du capitalisme. [...] [voire sur le] Mécanisme de contrôle social, ce n'est pas des questions d'économie

SC – Et dans votre travail, vos projets, l'équipe avec qui vous travaillez, est-ce qu'il y a quelque chose d'intéressant, pour que je sache ce qui se passe en France ? Qui ait à voir avec le thème de la décroissance, de près ou de loin d'ailleurs...

FDV – À Reims, nous travaillons sur **la chimie verte**, - alors par sur les algues car Reims est un peu loin de la mer, mais on travaille sur tout ce qui n'est pas utilisé, dans la production de blé. Donc je pourrais peut-être éventuellement vous envoyer quelques écrits sur la chimie verte. Alors ça nous éloigne peut-être un petit peu, mais pas tant que ça encore, car ça rejoint un peu ce que je vous disais : on voit bien qu'il y a des efforts qui sont faits, y compris par des institutions très officielles – je pense à l'Union Européenne, à la région, il y a des projets qui sont financés, avec des budgets énormes d'ailleurs, dans la chimie verte, et on voit que cela peut aller dans tous les sens : ça pourrait aller pourquoi pas vers l'idée d'**une espèce d'économie des ressources**, pourquoi pas vers quelque chose qui pourrait ressembler à de la décroissance quelque part, « **utilisons tout, mais n'en utilisons pas plus** ». **Mais on voit bien que la grosse tendance n'est pas celle-là, c'est plutôt « produisons plus, avec plus ! ».**

SC – Et vous, ça fait longtemps que vous travaillez sur cela ?

FDV – Oui, ça fait 5 ou 6 ans que je travaille là-dessus.

Ces enjeux de la chimie verte, qu'on appelle de plus en plus aujourd'hui de la **bioéconomie** – parce que par exemple **Passet parle BIOÉCONOMIE**, **Georgescu-Roegen parle BIOECONOMIE**, et maintenant la **Communauté Européenne parle BIOÉCONOMIE**, mais pas du tout de la même façon par contre.(rires).

Enfin je vous dis cela, car c'est peut-être une manière d'**avoir des grilles analytiques qui ne soient pas forcément basées sur la décroissance, ce n'est pas le mot-clef quoi ?!**

En fait **il y a une bioéconomie à la Georgescu-Roegen qui a abouti à la décroissance. Il y a peut-être une bioéconomie à la René Passet qui a abouti à ce que lui a appelé le développement soutenable ; et puis il y a une bioéconomie à la Communauté Européenne, pour dire cela, qui ressemblerait, je sais pas moi, à la Croissance Verte.** Ça peut être la liaison pour vous, par exemple.

[.....].

FDV – Mais je vous conseille de vérifier ce qui a été fait en matière d'indicateurs dans ce domaine, car ça peut vous éviter de réinventer quelque chose qui a déjà été fait et ça vous permettrait de gagner du temps.[...]

Il faut trouver des gens qui travaillent dans des **alternatifs** depuis longtemps ; je pense qu'il y a des collègues qui travaillent sur d'autres indicateurs, en dehors des trucs officiels. Sur Stiglitz et compagnie, vous n'allez rien trouver, ça ne sert à rien de perdre votre temps avec ça. Par contre, depuis les années 80, il y a un certain nombre de gens qui travaillent dans des associations, dans des *think tank*, et qui essaient d'inventer autre chose. Donc peut-être qu'eux, comme ils se sont posés ce genre de questions – peut-être pas exactement dans les mêmes termes, mais avec un certain nombre d'éléments qui pourraient se recouvrir – ça pourrait vous faire gagner un peu de temps et vous conforter aussi un peu...

APÊNDICE C.a.4 - Interview de Jean GADREY, le 14/12/2015 (via Skype).

Sandrine Cuvillier - [introduction de 2 minutes sur le sujet de la thèse et sur le format du questionnaire tel qu'envoyé préalablement]

Jean Gadrey – Je suis allé une fois, pour 2 semaines à São Paulo.

Avant de commencer, peut-être une précision : en ce qui me concerne, **je ne suis pas catalogué comme étant un avocat de la décroissance** en tant que tel, même si je suis très proche de Serge Latouche, Paul Ariès et de gens qui sont des avocats typiques de la décroissance. Peut-être aussi avez- vous entendu parler de Fabrice Flipo....et j'ai écrit il y a quelques années un livre qui s'appelle « Adieu à la Croissance ! ». Ce n'est pas « Vive la Décroissance », ça veut dire à peu près la même chose....Un complément, j'aurais peut-être l'occasion de vous le dire en cours d'entretien – moi je ne suis plus à l'université depuis 12 ans, je suis retraité – **mon activité est maintenant une activité de militant**, citoyen, animateur d'associations et je fais beaucoup de débats publics ; je ne suis plus inséré dans les cadres de recherche, voilà, bon c'est sans doute une de mes limites, mais j'ai été chercheur. Je crois pouvoir répondre à vos questions, même si **je ne suis pas pour ma part quelqu'un qui utilise fréquemment le terme de décroissance, j'ai quelques réserves**, dont je vous parlerai plus tard. Mais je suis votre grille.

Donc il y a un premier ensemble de questions : « comment définir la décroissance, quels concepts, quelles valeurs et quelles sont les valeurs opposées ? » - ce sont les 4 premières questions de clarification des concepts.

Je suis quand même suffisamment proche de ce courant pour tenter de répondre.

Donc moi, dans le débat public, quand on me pose cette question de définir la décroissance, ou ce que moi j'appelle **l'objection de croissance** – vous voyez, ce n'est quand même pas très éloigné – c'est tout simplement, en termes courants et pas en termes scientifiques, car finalement **je ne suis pas certain qu'il y ait besoin d'énormément de termes scientifiques, il y a très peu de cadre théorique – c'est l'idée qu'il faut qu'on s'oriente vers MOINS : moins consommer, moins produire ; sans abandonner les objectifs de bien vivre, de *buen vivir*, pour aujourd'hui et peut-être encore plus pour demain**. Donc c'est l'opposition entre le moins et le plus, ou comme le disait André Gorz, **moins mais mieux**. Et c'est comme ça au fond que tout le monde peut comprendre ce dont il s'agit, même si après il faut préciser. Et tout ça est né de réactions, de critiques, **contre le toujours plus**, consommer toujours plus et toujours plus produire, mais **des critiques qui sont d'origines diverses**. Donc on rejoint les concepts et les valeurs. Puisque **dans un premier temps, au fond, les préoccupations écologistes n'étaient peut-être pas les principales dans la critique....** En France, par exemple, le journal - le mensuel « La Décroissance » - est né d'un **mouvement anti-publicité**. Donc le **thème principal, c'était les dégâts du consumérisme, de l'addiction à la consommation**, plus encore à l'époque que ce qui est aujourd'hui manifestement l'origine majeure de la critique, c'est-à-dire la critique de nature écologique. Et alors autour de cette question, **c'est une constellation ce qui se réfère à la décroissance ou à l'Objection de Croissance, c'est même d'ailleurs un des problèmes puisque c'est une constellation qui est divisée de façon un peu rude**.

Je ne sais pas si vous connaissez Patrick Viveret¹⁷⁵, sans doute. On trouve **donc les termes, les concepts et les valeurs** – bon c’est difficile de séparer les concepts et les valeurs, car bien souvent les termes sont utilisés de façon flexible, sans souci de définition précise - donc de : **SIMPLICITÉ, FRUGALITÉ, SOBRIÉTÉ**, auxquels on accole souvent des adjectifs : sobriété **HEUREUSE**

Mais sous l’angle de la production, le concept-clef est la critique du productivisme. Ce sont les dégâts associés au productivisme, c’est-à-dire à la recherche éperdue de gains de productivité, produire toujours plus, avec toujours moins de travail, sans trop se soucier des dommages collatéraux qui peuvent être sociaux, humains ou écologiques.

Parmi les concepts ou les valeurs liés au productivisme, il ya tout le **courant critique de la technique, de l’assujettissement des humains aux impératifs de la technologie**. Et il y a, pour une large fraction des Objecteurs de Croissance – je vais utiliser ce terme plus vaste qui regroupe des décroissants et d’autres qui ont des réserves – **il y a l’idée de la fin du travail, en tout cas le travail subordonné, le travail aliénant. Autrement dit l’intérêt peut-être principal, sur le plan éthique ou philosophique, du concept de décroissance.**

Je continue dans cet ensemble de valeurs, concepts, autour desquels gravitent la pensée de la décroissance. Au fond, **l’un des intérêts principaux de ce courant, c’est d’amener à penser une double aliénation : l’aliénation par le consumérisme et l’aliénation par le travail subordonné.**

SC – Selon vous, c’est l’intérêt principal, donc.

JG – Oui enfin, mais c’est difficile à dire...non, c’est **l’un des intérêts, c’est d’être une contribution à une pensée de l’alienation, liée à la quête du ‘toujours plus’, aussi bien du côté de la production que du côté de la consommation.**

De même, chez beaucoup de gens, notamment chez les Convivialistes (moi j’ai signé le Manifeste convivialiste mais je n’ai pas participé à sa rédaction, c’est principalement Alain Caillé et quelques proches qui ont rédigé ce texte), il y a, et c’est très important, la **critique de la démesure**, à laquelle on oppose la mesure – la critique l’*hubris* – que l’on trouve dans le Manifeste convivialiste.

Après les relier ensemble serait tout un travail intellectuel que je n’ai pas fait, mais **une partie des Objecteurs de Croissance s’affichent comme anticapitalistes** – ils considèrent au fond que le système capitaliste est à l’origine principale de la démesure, que la démesure n’est pas inscrite dans la génétique humaine – après tout il y a des sociétés qui ont vécu sans chercher à produire et à consommer toujours plus. **A la démesure s’oppose le sens de la mesure.** Mais ça ça rejoint la frugalité, la sobriété, etc.

Pour une autre bonne partie de ces Objecteurs de Croissance, on a vu monter en puissance au cours des dix dernières années la notion de **BIENS COMMUNS à préserver**, et on voit bien **que prendre soin des biens communs, c’est autre chose que produire : c’est s’intéresser à la qualité de ressources collectives à gérer en**

¹⁷⁵ Patrick Viveret est un philosophe et militant altermondialiste français. Il a travaillé sur la définition de nouveaux indicateurs de richesse, collabore régulièrement au journal Le Monde Diplomatique et à la revue Territoires, et est l’origine de la monnaie solidaire Sol et du mouvement du même nom (<http://www.sol-reseau.org/>).

commun, sans nécessairement vouloir en augmenter la quantité. Donc qu'il s'agisse de biens communs environnementaux, ou de biens communs sociaux, comme la protection sociale par exemple, au fond il y a l'idée que le **dépassement du système de la croissance, de la société de croissance comme dit Serge Latouche, devrait passer par une économie visant des QUALITES et non pas des quantités. L'opposition de la qualité et de la quantité** est présente dans tout cela, y compris d'ailleurs dans les issues. C'est-à-dire **comment penser une société post-croissance en termes de qualités à rassembler.**

Et puis un dernier concept qui est remis en question par les Objecteurs de Croissance c'est celui **de richesse.**

SC – Excusez-moi, je voudrais spécifier, par rapport aux biens communs : moi je pensais toujours biens communs environnementaux, mais vous avez également dit biens communs sociaux, n'est-ce pas ?

JG – Oui. Une notion à laquelle je me suis pas mal intéressé ces dernières années – si vous tapez « biens communs blog Jean Gadrey » vous trouverez des choses que j'ai écrites sur le sujet. Et en effet, par exemple **l'égalité entre les femmes et les hommes peut être considéré comme un bien commun**, quelque chose qu'il faut gérer en commun. Il n'appartient pas seulement à un état ou à des entreprises privées de gérer cette qualité de la société, c'est quelque chose qu'il faut gérer en commun, donc il faut en prendre soin en commun.

Et puis, je disais oui, la **notion de RICHESSE** – moi je me suis beaucoup intéressé - avec Dominique Méda, Patrick Viveret et d'autres, Alain Caillé un peu aussi – à ce qu'on a appelé **les nouveaux indicateurs de richesse.** Depuis deux siècles la notion de richesse avait été abusivement rabattue sur la seule notion de richesse économique, de Produit Interieur Brut etc., et il était temps de retrouver toute la richesse des significations de ce terme **en y incluant des richesses humaines, sociales, environnementales, et en bâtissant, si possible, dans certains cas d'autres indicateurs pour penser le progrès humain.**

Donc voilà. Ça fait beaucoup de concepts, de notions et de valeurs, j'ai bien conscience que ça complique les choses, et ce sera à vous de voir si vous pouvez faire une cartographie des mots, des termes ...

SC – Ben écoutez, c'est ce que j'ai essayé de faire jusqu'à présent. Donc je ne sais pas si vous voyez, j'ai essayé de faire un diagramme en poisson dont les principales arêtes étaient : frugalité/simplicité ; autonomie ; convivialité ; respect de l'environnement (et c'est là que j'avais rattaché les biens communs mais j'ai bien compris que je devrais aussi considérer les biens communs qui ne sont pas seulement environnementaux) ; qualité du travail où je pensais aborder l'aliénation, le temps de travail et les questions de diminution du temps de travail ; il y a un axe que j'ai appelé le 'Monde de la Vie' - à vrai dire je ne sais pas trop comment l'appeler - ce serait là où entreraient les valeurs familiales, notre penchant naturel pour les arts, et le temps libre que l'on veut laisser pour cela de façon gratuite...

JG - La gratuité fait partie des thèmes de certains avocats de la décroissance, dont Paul Ariès peut être un représentant.

SC - La gratuité, je l'avais reliée à l'axe 'frugalité/simplicité'. Après, à ces axes principaux, j'ai essayé de rattacher d'autres sous-axes, avec les mots-clefs, et j'ai senti quelques difficultés... Justement car l'idée initiale qui m'avait été suggérée par Paul Vanderlinden, c'était : d'essayer de comprendre quelles sont les valeurs dans le discours

de la décroissance – ou des Convivialistes, ou Objecteurs de Croissance, peu importe le terme - qui font que certaines personnes y sont tout de suite favorables, et d'autres au contraire complètement opposées et réfractaires. Alors bon, de ce que vous m'avez dit, c'est vrai que dans ma vision un peu simpliste peut-être, **j'avais l'impression que dans les Objecteurs de Croissance, ou du moins les décroissants, tous étaient anticapitalistes. Mais ce n'est peut-être pas le cas...**

JG – Pas forcément, ou alors à des degrés divers.

SC – C'est vrai que cela, c'était un des blocages que j'avais : discerner ce qui est valeur, de ce qui est concept et de ce qui est proposition... mais peut-être que ça ne vaut pas la peine de perdre de temps avec ça (car ce serait quelque chose qui n'aurait pas d'intérêt majeur pour la suite). Après, pour un travail un peu plus appliqué (car j'entre dans une phase de mon doctorat où je voudrais avoir une partie appliquée), l'important est de transformer ces axes majeurs, peut-être pas en indicateurs, mais en critères d'évaluation. C'est-à-dire que, par exemple, là, nous avons eu une proposition de projet (encore très incertain, mais enfin) avec des producteurs d'algues au Brésil, dans une région plus ou moins protégée environnementalement, mais où aujourd'hui se développe le tourisme de façon peu contrôlée...Je pensais essayer d'évaluer le système productif selon ces critères.

Quant à ma carte, j'ai pris note de certaines choses. Bon, j'ai déjà vu que les Biens Communs, il va falloir que j'enrichisse un peu, ou alors que je les mette sur deux axes, en divisant entre Biens Communs environnementaux et Biens Communs sociaux, que je considère ça d'une autre façon.

JG – Effectivement : pour les Biens Communs, comme je vous ai dit, si ça vous intéresse, vous pourrez vous reporter à mon Blog. Depuis 7 ou 8 ans, pratiquement tout ce que j'ai envie d'écrire je le mets sur mon Blog.

En même temps, **s'agissant de cette cartographie que vous m'avez présentée, je trouve que c'est une bonne façon de se positionner, de stabiliser un peu une pensée.** Il est tout à fait évident que chacun, chaque collectif s'intéressant à l'Objection de Croissance, pourra obtenir une carte différente, avec un axe directeur différent, donc **c'est à vous au fond de vous forger votre propre carte.** La carte qu'on peut confectionner sur la base du Manifeste des Convivialistes sera différente de la carte de Serge Latouche, de la carte de Paul Ariès – lequel attache, comme moi, **une grande importance à l'EGALITE** par exemple, ou en tout cas au **droit d'accès égal à des biens communs fondamentaux.**

JG - Alors maintenant, j'en viens, si cela vous convient, à ceux et celles qui y sont opposés. **(Question 2)**

Alors, c'est une question un peu compliquée parce que comme dans presque tous les cas **on peut y être opposé tout en étant en situation de dominé ou en situation de domination à l'intérieur du système, du système capitaliste en l'occurrence.** Donc on a à la fois, au fond, **des opposants actifs** aux idées de la décroissance - et parmi eux les plus importants sont du côté des **grands acteurs privés, des grandes entreprises, de la finance, mais aussi de la plupart des dirigeants politiques qui continuent d'adopter un discours où le retour de la croissance** apparaît comme la condition indispensable à tout autre progrès, ou à toutes les solutions des grands enjeux sociaux. Donc ça c'est **du côté des dominants,** auxquels on peut associer évidemment **les médias** qui leur sont souvent liés, parce qu'ils sont souvent sous une domination d'actionnaires privés, auxquels on peut associer une bonne partie de la profession des économistes, dont la majorité reste attachée à la croissance. Et puis alors il y a les

dominés, l'immense majorité de ceux qui sont des acteurs consentants, mais dominés, du consumérisme. Si vous vous baladez dans les villes en cette période [mi-décembre], vous vous imaginez ce que ça représente. La grande fête de la consommation annuelle est en ce moment, on y participe tous à notre façon, même quand on est des critiques du consumérisme – moi j'achète des trucs pour mes petits-enfants, voilà– donc on en est tous victimes. En même temps, **ça n'empêche pas d'essayer de trouver des solutions partielles.** Mais la plupart des gens sont sous la coupe de tout un système qui dépense de 5 à 600 milliards de dollars par an en **publicité, marketing, sponsoring, etc.**, qui est extrêmement puissant - alors je ne dirais pas qu'il 'conditionne' les comportements consuméristes des gens, car on peut à la fois être pris dans le système et garder un regard critique, d'ailleurs dans les sondages, la plupart des gens disent : « c'est vrai, on est manipulés par la publicité », donc ils ont conscience de cette manipulation, et en même temps ils y sont soumis. En tout cas, **il est évident** – et on y reviendra par la suite puisque cela fait partie de vos questions – **que l'Objection de Croissance est très très loin de recueillir une large adhésion dans un pays comme la France. Et je suppose que c'est la même chose, voire pire, au Brésil.** Mais cela dit, il y a des gens qui y ont plus d'intérêt que d'autres. Il est très difficile de trouver une entreprise privée capitaliste dont les dirigeants vous disent : « je n'ai pas besoin de croître ». Il est très difficile de trouver une entreprise privée capitaliste qui vous dise : « ce serait bien que les téléphones portables que je vends durent vingt ans, et les ordinateurs durent vingt ans ». Parce que **ce n'est pas l'intérêt des actionnaires de préconiser la durabilité, de réduire l'obsolescence de leurs produits. Donc on a des gens qui ont financièrement intérêt à ce que la croissance se poursuive,** même si pour l'instant leur système a l'air de bloquer. Donc je reviendrai là-dessus, puisqu'après il y a des questions sur cela, y compris je reviendrai sur le fait quand même maintenant, depuis quelques années, quelques économistes réputés se mettent à avoir des doutes.

Alors j'en viens à vos deux questions en miroir - d'ailleurs je l'ai déjà un peu traité : « Quelle est selon vous la tendance d'acceptation, d'adhésion, des propositions de la décroissance, en France et à l'étranger ? »

À l'étranger je ne sais pas trop, car j'ai fait des recherches internationales mais quand j'étais encore en activité, il y a 15 ou 20 ans, ce n'était pas alors mon thème de recherche. Mais **sur les tendances d'adhésion, d'acceptation : alors là encore, il faut distinguer les catégories : le grand public, les hommes, les femmes...**il faudrait faire de la sociologie de l'acceptation de ces idées. Moi je constate quand même [quelques tendances] dans les réunions où je vais– car il m'arrive d'être invité par des groupes d'Objecteurs de Croissance dans ma région. Bon d'abord ils ne sont pas très nombreux il faut dire, mais ils sont plus nombreux qu'il y a 10 ans...C'est une petite minorité mais un peu moins minoritaire qu'avant ; il y a au moins autant de femmes que d'hommes - ce qui est quand même relativement rare dans la vie militante ; les animateurs sont souvent des femmes - animatrices ; on y trouve très peu de catégories d'ouvriers, d'employés, c'est-à-dire de catégories considérées comme étant les moins qualifiées ; on n'y trouve pas beaucoup non plus de cadres supérieurs, sauf alors des intellectuels – par exemple des enseignants, voilà. Et moi je ne sais même pas s'il existe d'enquête sociologique sur ces réseaux, sur ces milieux, sur ces militants, ça pourrait être intéressant. En tout cas, **depuis la crise qui a débuté en 2008, il y a plus de monde dans les débats autour de la décroissance,** y compris les débats que je fais moi-même. Je suis invité par des étudiants de Sciences Po, et pas seulement par des écolos, c'est souvent des étudiants de Sciences-Po un peu écolos, mais bon. Donc la crise, dans laquelle on est toujours, qui est d'ailleurs **une crise de la croissance économique** - qui

reste à des niveaux faibles et qui restera sans doute à des niveaux faibles – **cette crise a un double effet, d'une part elle contribue à la prise de conscience, peut-être, des limites de la quête éperdue de croissance, donc elle peut aider ceux qui critiquent la religion de la croissance**, d'un certain côté ; mais d'autre part en créant du chômage, de la pauvreté, des difficultés, pour les catégories les plus modestes, elle rend leur vie plus difficile et ce n'est pas quand on a, en général, la vie la plus difficile, qu'on est le plus à même de réfléchir à ce qui va se passer dans 10 ans, dans 20 ans, en 2050, pour le climat, etc. D'ailleurs **les gens qui sont pris dans l'urgence de la vie quotidienne, de la fin de mois, sont rarement ceux qui vont se tourner vers des idées telles que celles de la décroissance**. Ça peut arriver, mais ça facilite quand même pas forcément pas les choses.

En tout cas, question suivante : « est-ce que j'ai toujours été en faveur de telles idées ? »

Non. D'ailleurs je viens d'un courant certes de gauche, toujours intéressé par la question des inégalités ; je suis un économiste qui a une culture à la fois marxiste et keynésienne des années 70 et 80, et j'ai commencé à m'intéresser à ces questions dans la deuxième moitié des années 90 de façon timide, et de façon beaucoup plus nette à partir du début des années 2000. Parce que j'ai découvert, par exemple, l'indicateur d'empreinte écologique; j'ai découvert les premiers travaux du GIEC sur le climat. Enfin, j'ai découvert des recherches et des travaux, et des constats écologiques qui m'ont fait changer d'avis. Mais je n'étais pas un Objecteur de Croissance dans les années 70 et 80. **Les éléments qui m'ont fait changer d'avis - moi comme scientifique, comme économiste, comme chercheur en sciences sociales - ce sont d'abord des éléments issus de travaux et de recherches. Ce ne sont pas des remises en cause de mon mode de vie spontanées.**

SC – D'accord, vous n'êtes pas passé par un moment difficile, une révélation, c'est vraiment ce que vous avez lu...

JG – Ceci dit, ce n'est pas une révélation, **c'est une réflexion du type passionnel.** M'intéressant à partir des années 90 aux indicateurs, et **découvrant** à cette occasion des indicateurs qui me disaient « on va dans le mur », **des indicateurs dont j'ignorais l'existence auparavant**, ça a été pour moi quelque chose pour moi comme un **choc intellectuel.**

SC – Mais ce sont des indicateurs qui n'existaient pas encore avant ça...

JG – Absolument. Cela dit, il y avait quand même eu **dans les années 70 les travaux du Club de Rome, et à l'époque je les avais complètement négligés et tenus pour quantité négligeable.** Je n'étais pas mûr pour accepter les résultats qui étaient pourtant déjà de grande qualité.

SC – Est-ce que je peux vous interrompre pour revenir sur deux points de détail. Le premier: vous m'avez dit que les gens qui assistaient à vos débats n'étaient pas des ouvriers, ou employés, ni des cadres supérieurs.... En général le public, c'est qui ? Des chômeurs...non, puisque comme vous m'avez dit qu'ils ont plutôt une vision à court terme...donc qui c'est ?

JG – Bon, comme je vous l'ai dit, quand je vois les gens dans un débat public, je ne leur demande pas d'où ils viennent, ce qu'ils font, qu'est-ce qu'ils font là, donc ce sont vraiment des hypothèses. Mais malgré tout ce sont des couches moyennes salariées, en activité ou retraités, dans lesquelles on trouve **des jeunes, en proportion non**

négligeable, hommes et femmes – donc là éventuellement il peut avoir des jeunes en recherche d'emploi, il y en a certainement – mais ils ont quand même un niveau d'éducation qui n'est pas négligeable dans la plupart des cas. Pour l'instant je ne peux pas en dire beaucoup plus, car on aurait vraiment besoin d'une enquête de terrain.

En même temps, j'ai souvent critiqué certaines organisations, et certains chefs de file de la décroissance, en disant « je suis proche de vous sur beaucoup de points, mais comment expliquez-vous que les livres qui sortent sur la décroissance soient pratiquement à 100% des livres écrits par des mecs ?! »

SC – Alors je vous avoue que je vous rejoins complètement, car quand j'ai fait mon premier balayage sur la bibliographie liée aux thèmes de la décroissance, la seule femme que j'ai trouvée est Elinor Ostrom, sur les Communs. Depuis on m'a indiqué Geneviève Azam et Agnès Sinaï, en France, mais même dans le groupe des chercheurs liés à l'Université Autonome de Barcelone, il n'y a apparemment que des hommes.

JG – Ah oui, oui, oui, oui, oui ! Et avec les Convivialistes, j'ai poussé un coup de gueule car au départ, le groupe fondateur, il n'y avait que des hommes. C'était assez ahurissant, et de façon inconsciente, hein. Moi je suis très sensibilisé à cette question depuis longtemps, mais ça me pose souvent un problème. Alors voilà, les chefs de file sont des hommes, mais dans les groupes de décroissants, là c'est mixte.

SC – Ma deuxième question : j'avais vu que vous travaillez sur des indicateurs. Donc vous vous êtes un économiste qui accepte le **concept de substituabilité**...

JG – Non, qui critique. **Je suis très très critique** de l'idée selon laquelle... car c'est quoi l'idée de substituabilité, c'est : ah oui, on perd peut-être beaucoup de biens communs naturels, mais c'est pas très grave parce que pour produire et consommer dans le futur, on produira des biens techniques qui auront les mêmes fonctions et auront la même utilité. Et ça **c'est une catastrophe écologique parce qu'on détruit toute une série de biens communs naturels qui ne seront pas remplacés**, et dont on s'apercevra qu'on en a besoin, y compris d'ailleurs pour les nouvelles technologies. Mais pour d'autres raisons, **accepter l'idée de la substituabilité c'est refuser l'idée qu'il y ait des seuils critiques qu'on ne puisse pas dépasser en matière de détérioration de l'environnement** : seuils critiques en matière de climat, seuils critiques en matière de disponibilité de l'eau, seuils critiques dans toute une série d'autres domaines... C'est vrai que les économistes - alors on va dire les économistes *standard*, dominants, ceux qui obtiennent le prix Nobel à l'exception de Elinor Ostrom ou de Amartya Sen – les économistes ont une grosse responsabilité **dans ces modèles où on suppose, sans le justifier, que les biens communs naturels et les biens produits peuvent se substituer pour produire de l'utilité pour les consommateurs et pour la production.**

Ma position là-dessus est tout à fait claire – d'ailleurs je l'ai précisée dans un petit livre l'an dernier : « Faut-il donner un prix à la nature ? »¹⁷⁶ - et une bonne partie de ce qui est dans le livre se trouve d'ailleurs sur mon blog, à différents moments. L'idée est assez simple, c'est que justement, donner un prix à certains – ils appellent ça les « actifs naturels » les économistes – peut-être qu'à un certain moment ça peut faire prendre conscience à certaines personnes que des ressources naturelles de grande valeur sont en

¹⁷⁶ On peut lire un commentaire détaillé du livre - Faut-il donner un prix à la nature?, de Jean Gadrey & Aurore Lalucq, Institut Veblen-Les Petits Matins, 2015 (128p) – sur le site de la Fondation de l'écologie politique (<http://www.fondationecolo.org/blog/Lecture-Faut-il-donner-un-prix-a-la-nature-de-J.Gadrey-et-A.Lalucq-par-Silvia-Marcon>).

train d'être détruites, mais c'est quand même accepter explicitement que l'on puisse pratiquer la substitution entre actifs naturels et actifs produits ; et donc **ça ne nous permet pas de donner un bon cap quand il s'agit de préserver absolument des ressources qu'il ne faut pas endommager**. Et donc les indicateurs que je préconise, avec beaucoup d'autres, ce sont des indicateurs physiques – empreinte carbone, empreinte écologique, etc. – et beaucoup d'autres – en étant extrêmement méfiant vis-à-vis de la monétarisation des dommages environnementaux et des actifs écologiques.

Et au fond, si on accepte l'idée de limites- la phrase toujours c'est « on ne peut pas croître de façon exponentielle dans un monde fini » - mais le monde fini ça veut dire justement qu'il y a une **finitude d'un certain nombre de Biens Communs** – je préfère 'biens communs' à 'ressources', d'ailleurs - naturels, et que franchir certains seuils dans leur dégradation est irréversible et doit absolument être évité. Donc il nous faut des indicateurs nous permettant de ne pas franchir ces seuils, voire de revenir en arrière quand on est allés trop loin dans la dégradation, par exemple du climat.

Question suivante : « quelles sont les conditions pour que cela marche, à terme ? »

Alors ça, c'est une question de type politique, ou sociologique...de sociologie politique peut-être, je ne peux pas donner de réponse scientifique, ce sera **une réponse une peu militante, de conviction**.

Je vois 3 volets pour que les choses progressent dans les têtes et dans les actes :

- Le 1^{er} volet, c'est **une prise de conscience**, bien plus large qu'aujourd'hui, **des risques** liés à la poursuite dans la voie **de la croissance** – des risques écologiques, risques sociaux, etc.
- Le 2^{ème} volet, c'est **une multiplication** – que l'on constate d'ailleurs aujourd'hui – **des initiatives locales**. Quand on lit le livre de Bénédicte Manier qui s'appelle « Un million de révolutions tranquilles », quand on regarde le documentaire de Marie Monique Robin, qui s'appelle « Sacrée Croissance ! », dans lequel d'ailleurs j'interviens avec d'autres experts beaucoup plus connus que moi à l'échelle internationale. Bénédicte Manier qui vient de sortir un livre d'ailleurs sur l'Inde, sur ce qui se passe en Inde du côté justement des **initiatives alternatives qui marchent**.
Donc la multiplication des initiatives locales c'est probablement ce qui est le plus important pour que les gens à la fois prennent conscience que c'est possible, que ça marche, et que ça pourrait, moyennant des décisions politiques, se diffuser, se généraliser.
- Le 3^{ème} volet, c'est **les alliances**, pour l'instant un peu fragiles, **entre les réseaux militants**, les initiatives qui marchent, et puis une partie des institutions politiques, celle qui pourrait être la plus ouverte à une remise en question. Mais c'est pas gagné.

Quant à la question « Quels sont les risques si ces propositions venaient à s'imposer ? » :

C'est important d'envisager que des solutions, alors soit de décroissance, soit que j'appelle moi de post-croissance, s'accompagnent aussi de risques si elles ne sont pas mises en oeuvre selon **certains principes plus favorables**, c'est évident. Et moi je vois deux types de risques, qui sont liés d'ailleurs : **le premier** c'est que **si ce n'est pas géré selon un certain nombre de principes, les inégalités augmentent au lieu de diminuer**, parce que, au fond, ceux qui s'en sortiraient le mieux seraient ceux qui sont déjà aujourd'hui les plus favorisés. Et puis **le deuxième risque c'est que le chômage progresse**, parce qu'on n'aurait pas...au fond, si on reste dans un système productiviste,

effectivement il y a besoin de croissance pour maintenir l'emploi. Parce que les gains de productivité tendent à supprimer de l'emploi, et que pour compenser cette suppression d'emploi liée aux gains de productivité, il faut produire plus. C'est un mouvement assez classique, en économie. Et donc si on continue de viser des gains de productivité partout, une simple croissance zéro va réduire l'emploi, va réduire le volume de travail utile.

Et donc si on ne met pas en place – alors là je ne peux pas développer vraiment les solutions alternatives que moi je propose, avec d'autres, mais il faudrait mettre en place - deux choses, à savoir :

- d'une part **le partage du travail et des revenus**, permettant de répartir à la fois les efforts et les bénéfices d'un régime post-croissance, ça c'est le premier volet ; et
- deuxièmement, pour les décennies qui viennent, **des politiques de transition, écologique et sociale**, fondées sur des investissements dans des choses qui marchent, dans l'agriculture, dans les énergies renouvelables, dans l'isolation des bâtiments, enfin dans toute une série de choses qui ne sont pas de la fuite en avant dans la croissance, mais qui relèvent plutôt du prendre soin de l'environnement et de la société ;

Si on ne fait pas ces 2 choses-là on peut en effet avoir un collapse social.

Et d'ailleurs c'est ce que nous disent les gens qui sont hostiles, ils disent : mais vous allez nous conduire à un **chômage de masse** encore deux fois plus important que celui qu'on a aujourd'hui et qui est gigantesque. Donc il y a des réponses, mais elles supposent quand même une rupture avec le mode actuel, elles supposent un partage des revenus, et elles supposent qu'on prenne à bras-le-corps les investissements dans la transition, mais là-dessus j'ai des choses assez précises déjà... j'ai un peu de scrupules à vous dire que vous trouverez ça sur mon blog, comme je mets tout sur mon blog, tout ce que j'ai écrit s'y retrouve (rires) mais en même temps vous ne pouvez pas vous permettre d'y passer un temps fou. Donc je vais essayer de vous trouver un écrit...

SC – Ces propositions - à mon humble avis - ne pourraient être faites qu'à une échelle internationale, voire mondiale. Et en France, aujourd'hui, au mieux on parviendrait à quelque chose à l'échelle nationale.

JG – Ce n'est pas tout à fait vrai. Certes, dans l'idéal, il nous faut aussi des accords internationaux – on l'a bien vu avec le climat, d'ailleurs ce n'est pas totalement impossible : le cas du climat montre qu'il y a un accord – qui n'est certes pas totalement satisfaisant, mais qui est quand même une réelle avancée.

Mais en même temps, quand je vous ai parlé tout à l'heure du « Million des révolutions tranquilles », on a des exemples où localement, sur un territoire, dans une région, on peut aller assez loin dans la voie que j'indique.

Et quand on partage du travail et des revenus, on peut aussi dans le cadre national progresser dans des politiques de réduction du temps de travail. Il n'y a pas besoin d'accords internationaux là-dessus.

Ce n'est pas parce qu'on partage le travail que le coût de production des biens et des services va forcément augmenter. **La France n'a pas vu sa compétitivité se réduire lorsque les 35 heures ont été instaurées.**

SC – Et le Revenu Minimum, qu'en pensez-vous ?

JG – Ah, le Revenu de Base ? Là je ne suis pas sûr qu'on va s'en sortir dans le quart d'heure qui vient si je développe là-dessus. Par contre, vous tapez 'Blog Gadrey Revenu de Base' et vous trouverez 3 billets de blog sur la question.¹⁷⁷ Je suis désolé, mais...

SC – C'est parfait, merci. Je ferai le devoir *a posteriori*, et je vous citerai si je trouve quelques propositions.

JG – Ah mais **j'ai un vrai débat avec les partisans du Revenu de Base, mais un débat pacifiste, constructif**, y compris avec Alain Caillé d'ailleurs.

Alors : « selon vous, quels sont les principaux arguments, officiels et officieux, des réfractaires à la Décroissance ? »

Bon, je les ai déjà un peu évoqués : les questions de l'emploi, enfin risque du chômage; les questions sociales, « comment voulez-vous financer la protection sociale et les retraites s'il n'y a pas de croissance », ce sont des arguments auxquels, là encore, j'ai apporté mes réponses dans le passé ; et puis il y a un argument de réfractaires parmi mes proches, d'ailleurs je le partage en partie, c'est « **le terme de décroissance est trop global** ». Du coup, il sert un peu **d'épouvantail** dans certains cas, alors qu'il est quand même beaucoup plus facile d'expliquer aux gens qu'il y a des choses qui doivent vraiment décroître, mais qu'en même temps **c'est pas la décroissance de tout** ; et qu'il ya des PLUS à attendre d'un régime post-croissance. Il ya des choses qui iraient mieux, parfois des plus à attendre : avoir plus d'énergie renouvelable ; avoir plus de temps libre, avoir plus de temps à consacrer à ses proches, à ses amis, enfin qu'il y a **DES PLUS aussi, dans cet ensemble qu'on appelle décroissance ou objection de croissance**.

[reprenant la question] Alors, « en quoi sera-il difficile, ou **comment serait-il possible, de les faire adhérer** – c'est-à-dire ceux qui pour l'instant ne sont pas encore convaincus ?

[Réponse]: J'en sais rien du tout ! Moi **ce que j'essaie, c'est de faire du débat**, et quand j'y parviens une fois de temps en temps, je suis bien content. Quand des étudiants de Sciences Po m'invitent, j'essaie de leur présenter des éléments rationnels, de débattre très tranquillement avec eux, d'écouter leurs objections, leur dire ce que j'en pense.

Moi je ne vois pas d'autres....alors si, évidemment, on pourrait penser au catastrophisme : c'est-à-dire : « les gens devront bien y venir, parce que les catastrophes vont leur tomber dessus ». Mais je préférerais quand même prévenir que guérir, parce que dans le cas du climat par exemple, si on attend que ce soit vraiment catastrophique pour agir, on est sûr qu'on ira vers le collapse. Mais non, je sais pas comment on peut faire....si j'avais une recette, je serais bien content.

[question suivante] Et : « **comment vous, dans votre travail et les projets auxquels vous avez participé, vous entrez en relation avec le thème de la Décroissance et ses axes principaux ?** »

¹⁷⁷ Jean Gadrey fait ici référence aux billets de son blog intitulés : 1. Revenu de base, revenu universel : pas facile de se faire une idée ; 2. 3. Revenu de base : je coince toujours, mais ce n'est pas désespéré ; 3. Revenu de base, suite : un billet invité de Marie-Louise Duboin ; et. (respectivement du 13/01/2015 ; du 22/11/2015 et du 02/12/2015). Plus récemment, il a posté des billets questionnant les arguments du candidat du Parti Socialiste français, Benoît Hamon, qui présentait le Revenu de base comme un de ses principaux axes de campagne, comme notamment « L'hypothèse de « la fin du travail » qui fonde le projet de revenu universel de Benoît Hamon est très contestable, posté em 08/01/2017.

Alors, d'abord moi je ne suis plus dans la recherche depuis 12 ou 13 ans, mais je suis en relation quand même parfois avec des chercheurs, et en tant que **militant associatif**, j'interviens aussi dans des collectivités locales de ma région, qui font appel à moi quand ils ont, par exemple, un programme de transition écologique et sociale. Donc j'interviens comme, on va dire, **consultant, bénévole** mais consultant quand même, économiste de référence. Et au fond, c'est très rarement en terme de 'décroissance' que j'interviens – d'ailleurs **je ne suis pas catalogué comme étant un pur produit de la décroissance – mais les gens savent quand même que j'ai écrit un bouquin qui s'appelle « Adieu à la croissance ! »**, donc je suis quand même un peu catalogué. Et moi dans les projets et dans les mobilisations auxquels je participe – je viens de passer plusieurs semaines dans les mobilisations autour de la COP 21 – bien entendu je suis très impliqué là-dedans, j'ai écrit un billet « Incompatibilité de la croissance et de la justice climatique ». Le thème de l'objection de croissance est très souvent présent à l'occasion d'autres interventions : sur les inégalités, sur la pauvreté, sur le climat, sur l'écologie, sur la démocratie, sur les indicateurs aussi....mais c'est un peu un thème transversal, et c'est dire l'importance qu'il a pour moi, puisque je le retrouve. Et si je ne le retrouve pas de moi-même, on me le pose dans les débats publics. Si j'interviens sur la pauvreté, je sais que je vais avoir des questions sur le revenu de base, entre autres.

Donc, c'est quelque chose qui est assez constant comme préoccupation, en liaison avec d'autres. Sur le climat, voilà : jusqu'à quel point peut-on tenir des objectifs climatiques ambitieux, conforme aux préconisations du GIEC, si on continue de dire « croissance, croissance ». Mais il faut argumenter, c'est simple.

SC – On m'avait parlé de **l'économie de fonctionnalité, en France**, mais on n'en parle pas au Brésil.

JG – Quand j'étais chercheur encore en activité, ma spécialité c'était l'économie des services. Et après avoir pris ma retraite, j'ai fait une dernière intervention qui était sur ce thème – alors je n'ai plus le titre en tête : **l'économie des services n'est pas la solution à la crise écologique** [c'était un peu ça]. Je résume puisque vous me posez la question.

Alors d'une part, ce n'est pas parce qu'on est dans une économie dont la grande majorité des activités sont des services, qu'on ne continue pas à consommer et à utiliser de plus en plus de matière. Dans le monde, les économies les plus tertiaires sont celles, en tendance, qui ont la plus grosse empreinte écologique par habitant - les États-Unis par exemple. Et la raison est que, d'abord, pour que des services puissent se développer, il faut que tout le monde ait de quoi bouffer, de quoi se loger etc., donc ça suppose quand même un assez fort développement matériel ; et puis la deuxième raison, c'est que **pour développer des services, il y a plein de matériaux qui sont dedans**. Une université, c'est plein de matériel ; un ordinateur ça a une empreinte écologique - une empreinte eau, une empreinte carbone - c'est peut-être des services mais si on met bout à bout l'ensemble des serveurs qui nous permettent de faire du skype, ça nous fait des tas de centrales nucléaires pour alimenter tout cela. **L'idée de l'immatérialité de services est foncièrement inexacte, factuellement inexacte**. Et puis il y a beaucoup de services où il faut se déplacer – l'aide aux personnes âgées par exemple. Donc il y a plein de raisons qui font que l'économie de services n'est pas spontanément super écolo, loin de là : il faut gérer l'écologie des activités de services avec autant de soin qu'on gère l'écologie de la production industrielle ou agricole.

Il n'y a rien d'automatique dans tout cela. Donc **l'économie de la fonctionnalité**, c'est sympa – Dominique Bourg, par exemple, en parle beaucoup – et **c'est une bonne chose – louer plutôt que posséder**, etc. , et c'est très important aussi ; l'économie circulaire aussi. Les ingénieurs ils adorent ça, et **vous êtes dans un milieu d'ingénieurs, donc**

l'écologie ils vont vous dire : « ouhais, on va s'en sortir avec l'économie circulaire et l'économie de la fonctionnalité ! ». Bon, eh bien j'ai aussi écrit là-dessus. Je dis que c'est important, c'est une des pistes, mais on ne résoudra qu'une partie du problème avec ça.

Est-ce que, dans les 5 minutes qui nous restent, vous avez une urgence, une dernière question ?

SC – Est-ce que vous avez été consulté sur le rapport Fitoussi-Sen-Stiglitz ?

JG – Non, pas du tout.

SC – Et est-il prévu qu'il y ait une continuation, ou une amélioration de ce rapport ? Une nouvelle version ?

JG – Non plus. Moi j'ai accepté de faire partie de cette Commission car c'est Joseph Stiglitz qui me l'avait demandé, et vu qu'en France il n'y avait pas beaucoup de monde qui travaillait sur les indicateurs de richesse, mon nom apparaissait assez spontanément. Mais j'ai accepté un peu à contrecœur d'entrer dans une Commission qui devait parler des nouveaux indicateurs de richesse, donc de questions de société, et dans laquelle il n'y avait que des économistes – à une exception près – et que des hommes – à deux exceptions près. Alors certes il y avait des gens très bien – Stiglitz, Sen et d'autres – mais en même temps c'est quand même un biais énorme. Et bien évidemment il n'y avait personne là-dedans pour contester la religion de la croissance, contrairement à ce qu'on pourrait croire. Il y a des gens qui étaient d'accord pour contester la prééminence du Produit Intérieur Brut comme indicateur de progrès, ils disaient donc qu'il fallait d'autres indicateurs à côté du Produit Intérieur Brut. Certains étaient d'ailleurs très favorables à la monétarisation de tout cela, donc j'étais quand même très minoritaire. Ça s'est quand même très bien passé, il n'y a pas eu de clash, ou très peu, mais j'étais très minoritaire. Lorsque **j'ai par exemple proposé que l'on prenne en considération l'empreinte écologique dans les recommandations de la Commission, j'étais pratiquement tout seul ; parce que tous ces économistes considèrent que ce n'est pas sérieux.**

Et donc, si vous voulez avoir une idée...Je fais partie d'un **collectif FAIR – Forum pour d'autres Indicateurs de Richesse**. Et il y a un petit site dans lequel on trouve en particulier notre prise de position collective à propos du rapport de la Commission Stiglitz.

SC – Ces indicateurs de la Commission Stiglitz, ils sont implémentés, utilisés, aujourd'hui ou pas ?

JG – Oui, en partie, en grande partie. Parce qu'en France l'INSEE a fait une sorte de transposition des recommandations de la Commission Stiglitz. Alors pas toutes - c'est intéressant d'ailleurs - mais beaucoup d'entre elles. Il y a eu en effet, sur la statistique française - et probablement dans d'autres pays mais ça je n'ai pas suivi - une influence, je dirais qu'elle est plutôt positive, mais qui n'a rien à voir avec l'Objection de Croissance.

SC – C'est bizarre, parce que les idées d'**Amartya Sen** – sur les notions de 'capabilités', d'autonomie, et de critiques au développement – je pensais qu'il devait forcément critiquer la croissance....

JG – Et d'ailleurs, s'il a été le grand penseur de l'indicateur de Développement Humain à partir de 90 c'était effectivement avec l'idée de critiquer l'insistance unilatérale sur la Croissance de la part de la Banque Mondiale et du FMI. **Le programme des Nations**

Unies pour le Développement - le PNUD - a joué un rôle très important dans la contestation de la Croissance. Ce n'est pas pour la critiquer, pour en critiquer l'usage unilatéral.

Autrement dit, c'est une critique du PIB, mais ce n'est pas de l'Objection de Croissance. C'était une objection vis-à-vis de l'idée de domination excessive du concept de Produit Intérieur Brut, voilà. **Quant à Stiglitz, c'est un keynésien très croissantiste.**

SC – D'accord. Et juste pour savoir, je sais qu'au Brésil l'équivalent de l'INSEE ici, l'IBGE, avait des travaux en cours sur un PIB Vert. En France, il y a ça aussi ?

JG – Alors, **la tentation du PIB Vert...** Moi, il y a 10 ans j'étais très intéressé par cela, car je pensais : « bon, c'est embêtant de monétariser, mais en même temps c'est important de donner un prix....Depuis j'ai changé d'avis et en France la tentation du PIB vert a été écartée.

Je peux comprendre que, à un certain moment, monétariser les services de la nature, puisse aider un peu, de même que monétariser les travaux domestiques. Vous voyez, c'est un peu la même idée : attribuer une valeur monétaire, un équivalent, aux travaux domestiques. Mais en même temps, quand on y réfléchit, on se dit que c'est peut-être un piège, et en parlant de l'écologie, c'est peut-être un piège encore plus grave.

SC – Bon, au Brésil, ils en parlaient en 2012, au moment de la Rio+20. Je ne sais pas s'ils avaient poursuivi dans cette voie et mis en place. Bon, ben je vous remercie, comme votre temps est court, merci beaucoup.

JG – Bon, ben, j'ai juste une remarque : j'ai l'impression que vous vous posez les problèmes d'une façon très intelligente, ça me paraît prometteur.

SC – C'est très gentil, je vous remercie. En effet, en général j'arrive à poser de bonnes questions, mais le problème est d'arriver à quelques conclusions, et là en général j'ai beaucoup plus de difficultés (rires). Mais déjà je me fixe comme objectif d'essayer de « contaminer » quelques personnes au Brésil en les questionnant. Il y a déjà 2 universités – une à Bahia et l'autre à Brasília – où au moins un professeur dans chaque université travaillent le mot 'décroissance' même, mais j'ai aussi envie d'essayer d'interviewer certains penseurs qui *a priori* ne seraient pas acquis à la cause.

JG – Alors il y a peut-être quelqu'un que vous pourriez consulter, c'est **Tim Jackson**. Mais lui est en Grande-Bretagne et c'est une énorme vedette, donc ça peut être difficile. Quant au Brésil il y a aussi au Brésil les **Mouvements des Sans Terre**. Et j'ai été en relation avec **l'État de l'Acre, j'étais en relation avec André ABREU**, ce qui était plus intéressant. Éventuellement je pourrais vous donner son mail.
Merci !

COMPLEMENT : Billets de Jean Gadrey sur son blog:

Une conversion d'Alternatives économiques à l'objection de croissance ? 07/04/2013

« Le dossier du mensuel est ainsi présenté : « La croissance ne sera pas au rendez-vous en 2013 et elle RISQUE d'être durablement faible dans le futur. DU COUP, il faut réfléchir dès à présent aux politiques capables d'améliorer le bien-être des populations sans miser sur l'augmentation continue de la richesse monétaire. ...[Il faut] FAIRE DE NÉCESSITÉ VERTU : « MALGRÉ une croissance atone, il est possible d'améliorer le

bien-être de la population. Pour cela, il faut apprendre à partager : le travail, les revenus, les biens.. ».

Je suis bien d'accord avec tout cela, et surtout avec la fin. Mais est-ce parce que la croissance « risque » d'être faible que, « du coup », il faudrait tenter de faire mieux avec moins, ou avec pas beaucoup plus ? Ne peut-on penser positivement (et non comme une sorte de rude contrainte externe) la fin du culte de la croissance salvatrice et du « toujours plus » ? Ne peut-on souhaiter que l'on organise politiquement au plus vite les « adieux à la croissance », au consumérisme et aux gains de productivité macro-économiques ? Faut-il « faire de nécessité vertu » ou bien la vertu (une sobriété matérielle pas triste) ne serait-elle pas recommandable dans tous les cas ?

APÊNDICE C.a.5 - Interview de Bernard STIEGLER, le 16/12/2015, à Paris.

A l'Institut de Recherche et d'Innovation (IRI), au centre Pompidou.

[Introduction]

B.S. Moi je n'aime pas la décroissance, je suis assez critique et je pense que c'est un problème qui est très mal posé. Ce que je crois, c'est que ce qu'on appelle la Croissance, '*Growth*' – c'est un vocabulaire qui vient des Etats-Unis, dans le sillage du consumérisme américain et du modèle de développement keynésien, mais une croissance pour moi.....

J'ai publié un livre avec 2 amis, on l'a écrit à trois, qui s'appelle Pour en finir avec la mécroissance. Donc **le problème n'est pas du tout d'aller vers la décroissance, mais d'aller vers la croissance, mais ce dans quoi nous sommes, ce n'est pas du tout de la 'croissance', c'est de la 'mécroissance'**. La croissance, si on le prend au sens où on parle de la croissance d'un enfant, c'est le développement, **l'épanouissement**...avec l'optique de l'Antiquité, c'est le verbe *fusein* – qui veut dire croître. **La *fusis* c'est le résultat du *fusein*, donc ce qui est à l'origine de physique**. Bon, ce mot de croissance on le commente, on s'y oppose, on parle de la décroissance et tout, mais sans même réfléchir.

Donc **je ne suis pas décroissant, je suis même opposé fortement à ce discours**. Alain Caillé le sait très bien, j'en ai parlé avec lui il y a 1 mois ou 2. Il essaie toujours de me faire venir [...]. Moi je dis très souvent quand je parle de cela avec des gens, comme je le fais avec vous : «ça fait 10 minutes que vous êtes là, il a dû naître 1.000 bébés et il faut les accueillir. Alors les trucs contre la technologie et tout ça, c'est **des délires infantiles, des rêveries d'adolescents attardés** (je connais des adolescents de 80 ans). Je pense même que le monde n'est plus adulte du tout, on se raconte des salades.

Le problème dans lequel nous sommes aujourd'hui, c'est que nous avons à faire face à ce qu'on appelle **l'anthropocène qui est une catastrophique évolution de la société et qui produit de l'entropie**, c'est ça le sujet, et **comment est-ce qu'on fait pour diminuer l'entropie, augmenter le néguentropie ?** Ce n'est pas une question de 'décroissance', ou alors je ne comprends pas ce que veut dire ce mot ! En tout cas, ce qui est important, et je pense que c'est ce que veulent dire certains – j'ai des amis qui se revendiquent de cela...enfin de moins en moins cela dit - c'est à dire qu'Alain Caillé m'a dit qu'il était complètement d'accord avec moi, quand je lui ai parlé de la mécroissance.

Ce que je crois c'est **que nous sommes dans une société qui repose sur la destruction de ce que Sigmund Freud en 1923 appelait l'économie libidinale**. Et je vais vous dire quel est le rapport avec le sujet. Eh bien ça a tout à voir avec le sujet.

Nous sommes dans une société qui s'appelle le *consumer capitalism*, qui est née il y a à peu près 80 ans, qui **repose sur la jetabilité, le gaspillage**, voilà. Pourquoi ? **Parce que nous sommes une société capitaliste qui est devenue ultra court-termiste et ne voit qu'un truc, c'est l'intérêt des actionnaires**. Si on veut connaître ces questions-là, il faut regarder de très très près les transformations du capitalisme jusqu'à aujourd'hui.

Au XVIIIe siècle le capitalisme était très très différent d'aujourd'hui. Il était religieux, il était soigneux – on peut considérer qu'il avait en charge la création divine, et même s'il a créé les premiers éléments qui ont tendu **à ce que nous vivons maintenant, qui est une catastrophe absolue** (il n'y a pas beaucoup de chance qu'on s'en sorte, pour être très clair !), il avait quand même à cette époque-là une dimension de **SOIN**, relativement. Grosso modo son idéal était –en tout cas c'est ce que prétendaient les protestants – imiter la vie de Jésus en intégrant le calcul, car c'est cela la grande question dans leur imitation de la vie de Jésus. Voilà, je vous dis cela, un petit peu

comme ça, ce n'est pas au centre de nos propos, si vous voulez en savoir plus, j'ai écrit un livre - Mécréance et discrédit -, où j'expose tout ça en 3 volumes.

Alors, on en tire un **capitalisme qui est autodestructeur, qui repose sur la jetabilité, consommation non seulement de l'énergie et des matières premières - de l'air, de l'eau, de la pollution et tout ça - et en plus sur la consommation des individus, qui sont de plus en plus prolétarisés, crétinisés, malheureux et qui sont devenus addictifs...** c'est à dire qu'aujourd'hui la consommation, elle repose sur l'addiction, d'après un cabinet de marketing américain qui a fait une enquête il y a déjà 11 ans [en 2004]. Déjà il y a 11 ans, si vous demandiez aux consommateurs ce qu'ils pensaient de la consommation, eh bien ils la condamnaient. Et si vous leur demandiez comment ils vivent, eh bien ils décrivaient un comportement ultra consumériste. Ce qu'a fait apparaître cette étude, autrement dit, c'est **que les gens qui consomment de plus en plus, mais par défaut et par malheur**, parce qu'ils sont comme les gens qui consomment de l'héroïne. Et donc **c'est parce que leur vie n'existe plus, ils n'ont plus le sentiment d'exister. Quand ils ne peuvent pas consommer, ils prennent des kalachnikov et ils tuent des gens.** Et c'est ce qu'il se passera de plus en plus, si on ne change rien.

Face à cela, qu'est-ce qu'il faut faire ? **Il faut réinventer une économie libidinale.** Qu'est-ce que c'est qu'une économie libinale ? **C'est ce qui fait qu'on transforme ses pulsions en investissements.** C'est très important de passer par **Freud** pour traiter ces questions. Il faut acheter un livre qui s'appelle Essai de psychanalyse, et il faut lire le chapitre 3 ou 4 – « Le Moi et le Ça ». Un être humain est un être qui est habité par des pulsions. Il se trouve qu'à la différence des animaux, **chez un être humain les pulsions peuvent se déplacer. C'est très lié au fait qu'eux-mêmes ont des organes qui peuvent se déplacer** – les animaux ne peuvent pas changer d'organes, nous nous les échangeons – **ça s'appelle le commerce.** Ça veut dire que nos organes sont amovibles et qu'en nous, nous n'avons pas des instincts, contrairement aux animaux qui eux ont des instincts qui sont liés à leurs organes et donc ne peuvent pas changer d'instincts. Nous nous avons des pulsions, qui peuvent se déplacer. Par exemple aujourd'hui, un même à partir de 12 ans ne rêve que d'un truc, c'est d'avoir un smartphone. Il y a dix ans, il ne savait même pas ce que c'était, puisque ça n'existait pas. Et le marketing exploite tout ça. Donc **qu'est-ce que c'est que la pulsion ? Deux grandes catégories : les pulsions de vie – la sexualité, la faim, tout ce qui contribue à la perpétuation de l'espèce, etc.- et les pulsions de mort – l'agressivité, la criminalité, l'autodestruction, le suicide.**

Ce que montre Freud, c'est qu'en fait les pulsions de vie et les pulsions de mort sont des transformations des instincts vitaux (agressivité de l'animal, fuite et reproduction). Et **chez l'homme, ces pulsions il faut les éduquer, parce que si on ne les éduque pas, elles deviennent extrêmement dangereuses.** Ce qui fait que, par exemple, un petit bébé doit être éduqué. Il faut tout lui apprendre : lui apprendre à marcher, lui apprendre à parler, lui apprendre à ne pas uriner dans ses langes, lui apprendre à compter...il faut tout lui apprendre ! Et cet apprentissage – il faut lui apprendre la politesse, un métier, à jouer aux cartes, à jouer au foot, à faire de la politique, à devenir musulman, chrétien ou athée, comme je suis moi, enfin tout ça...on n'arrête pas d'apprendre, toute la vie, jusqu'au dernier moment de sa vie, c'est caractéristique de l'être humain ce processus-là - et **ces apprentissages consistent essentiellement à transformer des pulsions en investissements.** Par exemple, dans une société civilisée, quand on se met à désirer une femme, on ne lui saute pas dessus, on ne la viole pas, voilà. En principe, ça ne se passe pas du tout comme ça les relations sexuelles chez les êtres humains civilisés. Ce sont

des **relations d'investissement**, c'est-à-dire qu'on se marie, on fait des enfants. Ça s'appelle l'amour, ça s'appelle de 36.000 noms – institution du mariage, institution familiale, tout ce que vous voulez – ça s'appelle la vie civilisée. Et le problème que nous avons, avant de parler de 'croissance' ou de 'décroissance', le problème que nous avons d'abord c'est que **nous avons détruit la CIVILITÉ des gens. Nous sommes devenus des barbares.**

Hier soir j'étais avec deux amis qui vivent en Équateur, dans les Andes, à 2.500 mètres d'altitude avec des indiens. Ils sont là-bas pour une période temporaire, ce sont des chercheurs, ils sont en train de créer une université. Ils me disaient : « Les indiens sont d'une énorme **gentillesse**, c'est incroyable, totalement **prévenants**...et nous, on a l'impression d'être des barbares. » Je leur ai répondu : « Mais nous sommes des barbares, ce n'est pas une impression. Nous avons désappris les choses les plus élémentaires. » Pourquoi ? Car nous vivons dans une société qui, depuis un siècle, repose sur l'infidélité, la jetabilité, la consommation - y compris des femmes, des hommes - voilà, la prostitution généralisée. Et la tromperie, le mensonge, plus personne n'a **confiance** en quiconque. Le président de la République Française est le plus grand menteur qu'il y ait jamais eu de l'histoire de France, en tout cas, de ce qu'on sait, *et caetera et caetera*. L'ancien patron du FMI sautait des femmes par dizaines, dans des conditions absolument atroces. Voilà, je nomme deux types du PS [Parti Socialiste] mais je pourrais en donner de partout. Nous sommes tous devenus un peu comme ça. Pourquoi ? Parce que **le capitaliste consumériste repose sur l'exploitation des pulsions, ce que j'appelle un capitalisme pulsionnaire**. Ce capitalisme pulsionnaire, il **consiste dans la destruction de tous les systèmes de soins**. Ce qui constitue une société, ce sont **les systèmes de soins**. Ce que j'appelle un système de soins ce **sont toutes les formes de rééducation de la vie sociale**, ce qu'on appelle les **systèmes sociaux**. Le droit, c'est une façon de **prendre soin du collectif** ; l'éducation des enfants, c'est une façon de **prendre soin de la jeunesse** ; un métier de maçon, c'est une façon de **prendre soin des pierres**, du ciment ; le métier d'agriculteur, c'est une façon de **prendre soin de la nature**, et dans ce soin, d'arriver à trouver de quoi nourrir les gens, *etc, etc*. Et en principe un agriculteur est quelqu'un qui veille à l'entretien des ses terres, c'est-à-dire à ne pas les épuiser.

Une fois qu'on a dit tout cela, [on peut se demander] pourquoi est-ce que **l'homme est comme ça ? Parce que c'est un être technologique. L'homme est un être vivant qui est caractérisé par le fait que c'est par le développement d'organes artificiels – depuis les silex taillés jusqu'à l'intelligence artificielle aujourd'hui – qu'il se développe**. Il croît - c'est une espèce qui croît trop aujourd'hui - et les horribles personnes qui tournent autour de nous pensent qu'une bonne guerre ferait un peu de débarras (beaucoup de gens pensent ça). De fait, **nous avons des problèmes démographiques qui sont absolument calamiteux et qui sont liés à la misère** en fait, puisque vous le savez très bien, plus les pays sont pauvres, plus il y a une démographie incompressible, sauf quand il y a un parti comme le parti chinois qui dit : interdit de faire plus d'un enfant ! On s'en prend beaucoup au PC [Parti Communiste] chinois, mais en attendant heureusement que le PC chinois fait cela, car autrement on aurait 3 ou 4 milliards de chinois, et ce serait un très gros problème.

Donc moi ce que je soutiens, c'est que **tout cela ce n'est pas un problème de décroissance. Il faut critiquer l'économie politique telle qu'elle est, totalement irrationnelle. Il ne s'agit pas de s'en prendre à la croissance, ni à la technique, le problème ce n'est pas du tout la technique, c'est le capitalisme et la manière dont il l'exploite**. Et quand je dis ça, je ne suis pas en train de vous dire qu'il faut supprimer le

capitalisme, parce que je n'y crois pas ; ce que je crois c'est que **le capitalisme actuel est devenu totalement démentiel** et ça ne fait pas très longtemps – ça fait 40 ans qu'il est devenu complètement démentiel. Il était en partie démentiel il y a déjà pas mal d'années, **depuis 150 ans, en particulier dans la manière dont il a mobilisé les sciences et les techniques pour accomplir ses objectifs en méprisant complètement les problèmes d'environnement, etc.** Et maintenant, on en paye le prix. Le prix, c'est qu'on n'est pas du tout sûr que l'espèce humaine sera encore sur la Terre d'ici à 150 ans, et c'est une question absolument fondamentale. Mais ça, **c'est une question qu'il faut aborder par une approche scientifique, et quand je dis scientifique c'est par la physique, les mathématiques, etc., pas par une idéologie de la décroissance.**

Quant à Georgescu-Roegen que vous avez cité tout à l'heure et qui est pour moi un très grand économiste, les décroissants se le sont appropriés **mais ce n'était pas un décroissant Georgescu-Roegen**, pas du tout ! C'était un très bon critique de l'économie capitaliste. Ce qu'il a dit de fondamental – parce que moi, c'est la référence aujourd'hui en économie (même si je ne le connais pas très très bien parce que je n'ai pas tout lu, loin de là, et plein de textes ne sont même pas publiés) – ce qu'il a dit c'est que **le problème de l'économie c'est de prendre soin de la NEGUENTROPIE et qu'aujourd'hui on a une économie qui détruit la néguentropie, qui produit de l'entropie. C'est ça la question fondamentale !**

Comment est-ce qu'on peut faire face à cela ? Moi je commence bientôt - d'ailleurs j'ai rendez-vous tout à l'heure avec le président **d'un territoire qui s'appelle Plaine Commune, en Seine-Saint-Denis**, c'est une communauté des communes **d'environ 400.000 habitants**. Nous démarrons, à partir du moins de janvier, et **pendant 10 ans (de 2016 à 2025), une grande expérimentation** pour laquelle nous allons demander « droit à l'expérimentation » - c'est un droit qui est inscrit dans la Constitution française : **les territoires français ont le droit d'expérimenter des nouvelles façons de rémunérer les gens, de changer la loi du travail, toutes sortes de réglementations à condition que l'Assemblée Nationale accepte le droit à l'expérimentation.** Donc nous allons déposer un dossier à l'Assemblée nationale pour obtenir ce droit et qu'est-ce que nous allons faire ?

Aujourd'hui la technologie se développe, et **le développement de la technologie est en train de provoquer un effondrement de l'emploi – puisque 50% des activités salariées actuelles sont automatisables**, sans remplacement du tout, sans aucun acteur humain, selon des institutions très reconnue Oxford, MIT et d'autres - , on s'attend à une **explosion du chômage**. Alors il y a des gens qui vont dire : « C'est très injuste, il faut lutter contre ça, etc. ». Moi je dirais : « C'est une question secondaire ». Ce n'est pas secondaire pour moi, bien entendu, mais **d'un point de vue économique l'injustice est une question secondaire. La première question c'est l'efficacité économique.** S'il y a 50% d'emplois qui disparaissent, l'économie s'écroule, tout simplement. Ce n'est donc tout simplement pas possible, et je pense que c'est comme ça qu'il faut poser les problèmes. **Il va se passer, dans les 20 ans qui viennent, une transformation macroéconomique absolument colossale qui va totalement remettre en question le capitalisme consumériste. Le capitalisme consumériste repose sur un principe de redistribution des gains de productivité à travers le salariat.** Les gains de productivité ont été obtenus au 20^e siècle par la taylorisation du travail – pas seulement, mais essentiellement – et il se trouve que **la taylorisation du travail produisait de l'emploi, et elle détruisait le travail par contre.** Le travail c'est, **quelqu'un qui travaille c'est quelqu'un qui, en travaillant, produit quelque chose qui n'existait pas avant lui, il inscrit une SINGULARITE** – comme médecin, comme artiste,

comme mère de famille, comme jardinier – il invente une nouvelle façon de faire pousser les petits pois, il crée une nouvelle sous-espèce, peu importe, il croise des pigeons. **Quelqu'un qui travaille produit quelque chose de singulier.** Si on va aujourd'hui dans un magasin d'antiquités pour acheter un meuble, c'est parce que ce meuble est unique au monde, il y a une singularité qui est inscrite dedans. **C'est la singularité de l'artisan qui l'a fabriqué, c'est très très important ça.**

Depuis l'automatisation généralisée, on a produit du 'ready made', c'est-à-dire la standardisation. On a détruit l'inscription des singularités, on a détruit les travailleurs....y a plus de travailleurs, y a des employés, ce n'est pas du tout la même chose : ils n'ont aucun SAVOIR, ils ne font que se soumettre à des routines, ils servent des machines. Voilà ! **Et ces machines produisent de l'entropie, à très très haute dose, qui empoisonne la planète.**

Ce n'est pas une fatalité, on peut changer cette situation. **Non seulement nous pensons qu'on peut la changer, mais nous pensons qu'on est obligés de la changer, on n'a pas le choix.** Tout simplement, parce que d'abord il va falloir faire de la redistribution pour que les gens aient de quoi manger et consommer, parce qu'il faudra bien leur vendre les choses que produiront ces robots, ces systèmes. Il va falloir créer de nouveaux cycles économiques qui reposent plus sur le salaire et l'emploi. D'autre part il va falloir réinventer le travail parce que le problème de l'humanité pour demain c'est l'un et l'autre : c'est-à-dire que si nous voulons que effectivement d'ici à 50 ans l'humanité ait encore un peu d'avenir sur la planète, **il faut renverser complètement la production d'entropie, produire en négentropie. Ça c'est ce que dit Georgescu-Roegen, mais il le dit en 1930,** il a réfléchi à ces trucs-là au début du consumérisme capitaliste. Il travaillait avec Joseph Schumpeter – c'est Schumpeter qui l'a employé, qui l'a embauché comme assistant, alors qu'il n'était pas schumpetérien – ce qui prouve que Schumpeter était quelqu'un de très intelligent (rires), qui comprenait qu'il faut toujours travailler avec ceux qui ne sont pas d'accord avec vous, ça nous renforce. Le monsieur qui vous a accueillie tout à l'heure, il est toujours en train de me contredire...c'est pour ça que je travaille avec lui.

Mais les gens ne savent plus discuter parce qu'ils ne savent plus vivre, tout simplement. Il y a une enquête qui a été faite par l'université de Maryland il y a 15 ans à peu près. Ils ont suivi 40.000 familles américaines pendant 30 ans. C'était un suivi qualitatif, c'est une énorme enquête, en fait. Ils ont fait des interviews et les gens disaient : « on est totalement dépendants de la télévision, on est complètement dépressifs...si on arrête la télévision, on s'entretue ». Maintenant les gens s'entretuent vraiment, c'est en train de se concrétiser aujourd'hui. Ça passe par la jeunesse qui commence à fantasmer sur l'Islam où je ne sais pas quoi...Moi j'ai essayé de le montrer, dans un livre qui s'appelait Aimer, s'aimer, nous aimer¹⁷⁸ où j'ai pris le cas d'un tueur - qui n'était pas du tout un islamiste, c'était un écologiste - qui tuait des gens au pistolet mitrailleur, et que c'est le symptôme de ce qui allait se généraliser en France et dans tout l'Occident. Il faut que vous le sachiez, il y avait eu 475 tueries à l'arme automatique depuis le début de l'année aux États-Unis, ça en fait presque 2 par jour. On en parle de temps en temps, mais.... 2 par jour ! **On est dans une société où les gens s'entretuent,** et y a pas que les

¹⁷⁸ Livre qu'il a publié en 2003 aux Éditions Galilée, dont le titre complet est: Aimer, s'aimer, nous aimer : Du 11 septembre au 21 avril, en référence avec les attentats terroristes contre les États-Unis, le 11 septembre 2001, revendiqués par l'organisation terroriste, et avec l'assassinat de huit membres du conseil municipal de Nanterre quelques semaines avant les élections du 21 avril 2002, par un 'citoyen commun', Richard Durn (mais possiblement désespéré par la dictature de la consommation, comme l'explique Bernard Stiegler. Cf. <http://libertaire.free.fr/BStiegler03.html>)

djihadistes...Alors je referme cette parenthèse qui n'est pas très joyeuse – mais il n'y a pas de quoi être joyeux en ce moment !

Nous, nous soutenons que pour résoudre ces problèmes il faut rouvrir l'AVENIR, et que fondamentalement les gens sentent qu'il n'y a plus d'avenir dans tout ça, et c'est pour cela qu'ils deviennent fous et méchants.

Ce que nous soutenons c'est **que la grande question est de constituer cette économie néguentropique qui est à l'horizon des questions de GR, que c'est tout à fait possible et que c'est même la seule chose possible qui existe qui soit rationnelle à long terme.** Pour cela nous allons développer dans la Seine-Saint-Denis une mise en oeuvre d'une chose que nous appelons un **REVENU CONTRIBUTIF**. C'est un revenu qui est calqué sur le régime des intermittents du spectacle.

BS - Vous connaissez le régime des intermittents du spectacle ?

SC - Non.

BS - Ils ont une indemnisation de chômage, ils ont droit au chômage : à condition de travailler 3 mois par an, ils ont droit à 1 mois de congés et les 8 mois qui restent ils peuvent être au chômage et toucher une allocation de chômage à je ne sais plus combien exactement - 90% de la moyenne de leurs revenus, ce qui est tout à fait correct. Et voilà, **ils développent leurs capacités de telle manière qu'ils retrouvent un job, etc.** C'est un modèle qui a été développé en 1936, pas du tout par le Front Populaire comme le croient beaucoup de gens, c'est le patronat français du cinéma et du spectacle qui a demandé ce régime, et qui l'a obtenu. Parce qu'**aujourd'hui l'économie repose sur la production de valeur par les gens, par ce qu'on appelle les externalités positives,** c'est-à-dire en dehors de leur travail : les gens produisent de plus en plus de valeur en dehors de leur travail. Parce qu'en fait, du travail, ils n'en ont plus : ils ont de l'emploi, et dans l'emploi ils ne produisent pas de la valeur ; ils produisent de la valeur négative, l'entropie c'est une valeur négative. Et nous, nous disons qu'**il faut soutenir la production de valeur néguentropique,** qu'il faut la financer, et qu'il faut demander aux gens de la valoriser régulièrement, comme sur le modèle des intermittents. Et **je connais des industriels qui sont très intéressés par cette démarche, qui sont prêts à jouer ce jeu-là.** Parce que, avec l'automatisation, de plus en plus ils vont avoir besoin de gens qui vont venir intervenir chez eux pour développer ce qu'on appelle de la « cobotisation »¹⁷⁹ - du travail humain et robot, automatisme. Et ce que veulent **ces grands industriels** - qui sont des gens qui s'entourent de plus de 100.000 personnes, qui produisent des automobiles, des machines à laver, des ordinateurs – ils **veulent que les gens aient du pouvoir d'achat et ils veulent d'autre part pouvoir accéder à des gens qui travaillent, qui soient dans un régime d'intermittents** – ils ne peuvent plus les embaucher parce que ce n'est plus dans la structure d'entreprise, mais ils auront besoin d'eux encore. Et donc ils soutiennent ce que je suis en train de vous dire dans la Seine-Saint-Denis.

Alors, ça **c'est un changement radical, macroéconomique, qui repose aussi sur une transformation de l'industriel-même et des instruments de l'industrie.** Pendant 2

¹⁷⁹ Les 'cobots' – ou robots collaboratifs – sont présentés comme une des technologies-phares de l'industrie 4.0 et des usines du futur. Ce seraient des robot agiles, sûrs et qui peuvent réaliser des tâches complexes (à la différence des grands robots industriels des chaînes de montage de l'industrie 3.0), qui travailleraient « main dans la main » avec l'opérateur et permettraient d'automatiser des tâches qui ne l'étaient pas encore. Permittiam (Sources : <<https://www.lesechos.fr/thema/030728711237-les-cinq-technologies-majeures-de-lindustrie-40-2122831.php>>).

jours hier et avant-hier au Centre Georges Pompidou nous avons essayé d'expliquer pourquoi il faut essayer de changer les réseaux numériques et développer de nouvelles fonctions sur ces réseaux, de créer ce que nous appelons un **web néguentropique** : qui repose sur des fonctions de controverses, de discussions en ligne, intelligentes, *etc.*, qui soient développées de façon très systématique dans les universités, dans les écoles supérieures, dans les lycées, collèges ; et c'est ce qu'on va faire aussi à Plaine Commune. Puisqu'à Plaine Commune aussi on crée un enseignement et un laboratoire de recherche qui travaille en **recherche contributive avec les habitants** et qui vont développer ce genre d'approche. Et pour ça nous travaillons aussi avec Orange, parce qu'Orange – l'opérateur de Télécommunications- va développer avec nous un système numérique de réseau social basé sur ces principes-là. Ils sont aussi une alternative aux modèles de Facebook, Google, *etc.*

SC. Pensez-vous à un système intelligent qui permettrait que des groupes de recherche – par exemple du Brésil et de France – soient en contact pour échanger et

BS. Non, pas de centralisation. **L'avenir, c'est le local. C'est d'abord le local**, ce sont d'abord des réseaux territoriaux, articulés avec d'autres territoires. D'ailleurs ce que je vous décris là – il y a un projet en Belgique, un autre en Angleterre, et peut-être même en Chine. La question c'est **de réinventer très en profondeur les SAVOIRS**. Aujourd'hui **ce qu'on transmet dans nos universités** la plupart du temps ce ne sont pas des savoirs, ce sont des compétences. **Ce sont des compétences d'adaptation, des tâches prolétarisées. Prolétarisées, ça veut dire sans savoir.** Un prolétaire c'est quelqu'un qui n'a pas de savoir. Il existe aujourd'hui des gens qui font médecine mais qui sont des prolétaires. Pourquoi ? Parce que les laboratoires au lieu de leur donner une formation de médecins, ils leur donnent une formation d'utilisateurs de systèmes experts pour prescrire des médicaments, ce qui n'a plus rien à voir avec le métier de médecin (malheureusement, il y a de plus en plus de médecins qui sont comme cela). Ils perdent leur savoir, **c'est la machine qui a le savoir.** [...] comme des réseaux purement systémiques, c'est entropique, et l'entropie c'est LE problème, non seulement de l'humanité mais de la vie dans l'univers. On n'en a même plus besoin de ces gens-là, donc on les fout à la porte.

La question fondamentale c'est de changer complètement le cadre de pensée et de reconstruire du TRAVAIL, de recommencer à former des gens qui ont un **vrai SAVOIR - un savoir-faire, un savoir théorique, un savoir artistique, qui soit un savoir qui s'approprie les techniques actuelles** – parce qu'on n'est plus ni dans l'Antiquité, ni au Moyen-âge, ni au 18^e siècle, ni même au XX^e siècle. Et tout ça doit être remis au service du SAVOIR. Et tout cela suppose de **transformer très profondément les organes de production et de transmission de savoir, donc les centres de recherche, les universités, les lycées, les collèges**, comme je vous disais tout à l'heure. Et c'est pour cela que nous avons développé ça.

Par ailleurs, je vous parle de **Goergescu-Roegen** comme un **économiste de référence** pour moi, mais il y en a un autre qui s'appelle **Amartya Sen**. Amartya Sen, c'est celui qui a montré que les Bangladais ont une meilleure espérance de vie que les New Yorkais de Harlem, et qu'ils sont plus heureux en plus, alors qu'ils crèvent de faim, ils n'ont rien - ni école ni rien. Et pourquoi ? Parce qu'**ils ont protégé ce qu'Amartya Sen appelle leurs CAPABILITÉS**, qui sont en fait leurs SAVOIRS. Ils ont gardé des savoirs. Et face à des situations d'extrême misère – de disette, de sécheresse, de manque d'eau, *etc.* – et bien finalement ils s'en sortent beaucoup mieux que les gens de Harlem qui ont des supermarchés à tous les coins de rue, des flics, des écoles, et tout ça. Cela est très important : le problème des gens de Harlem, c'est qu'ils sont prolétarisés, ils ont

perdu tous leurs savoirs, ils sont victimes complètement du marketing, du capitalisme, du consumérisme, *etc.* ; tandis que **les gens du Bangladesh ont maintenu leur société en fait, leur civilisation, et ils sont beaucoup plus résistants**, beaucoup mieux dans leur peau.

Nous nous disons qu'**il est possible aujourd'hui** – à travers ce régime quand même, ce que j'appelle un revenu contributif qui reprend le régime des intermittents– de **redévelopper la CAPACITATION**. Et en plus c'est nécessaire... parce que, si je vous ai dit tout à l'heure qu'il y a des industriels qui nous soutiennent, c'est parce qu'ils sont convaincus que j'ai raison. Ils n'ont plus besoin d'employés, ils les foutent dehors, ils se demandent comment s'en débarrasser, et il ne savent pas comment faire : ils hésitent à mettre 30 ou 40 mille personnes à la porte d'un coup parce que ça tournerait à l'émeute. Donc ils sont en phase d'inhibition, mais ça changera parce que les actionnaires vont l'imposer. Et ce dont ils ont besoin, c'est de gens qui ont des SAVOIRS. De plus en plus la société et les modes de production industriels changent énormément, ils ne sont plus du tout aussi standardisés qu'avant. Donc si vous voulez, **c'est ça, pour moi, la vraie question : développer une économie néguentropique et une vraie croissance**. C'est sortir de la mécroissance et entrer dans la croissance. Donc je ne suis pas un décroissant du tout [rires].

SC – J'avais lu un livre d'Amartya Sen et j'avais traduit le mot *CAPABILITY* par le mot COMPÉTENCE, mais vous, vous le traduisez par SAVOIR....

BS - Non, on ne peut pas traduire par compétence...

SC - Et je l'avais rapproché fortement du concept central d'AUTONOMIE, d'Ivan ILLICH....

BS - Oui, **l'autonomie collective**. Ça c'est très important. Autonomie individuelle, ça se dit EMPOWERMENT en anglais. **Pour Amartya Sen, la CAPABILITY c'est du COLLECTIF, il est très clair là-dessus, donc c'est du SAVOIR**. Ce qui vous donne de **l'autonomie partagée**, avec une expérience collective, ça s'appelle le SAVOIR : savoir-faire, savoir-vivre, technique, savoir spirituel. Et **la grande question est de réinventer les savoirs, les savoirs partagés**. L'autre modèle - je vous ai dit que la matrice des intermittents du spectacle c'était notre modèle, mais il y a d'autres modèles auxquels on s'intéresse dans cet Institut-même, c'est le logiciel libre – **le LOGICIEL LIBRE ça repose sur le partage des savoirs, et c'est ce qui fait son efficacité**. Il est majoritaire. Pourquoi? Pourquoi est-ce que même Microsoft a fini par abandonner ses sources au logiciel libre? Parce qu'il est beaucoup plus dynamique, beaucoup plus efficace, les gens sont beaucoup plus motivés, et c'est beaucoup plus rationnel. Mais **si vous regardez ça au regard de l'histoire industrielle, c'est de la déprolétarianisation, parce que ça repose sur LE PARTAGE DES SAVOIRS, alors que la prolétarianisation repose sur la PRIVATION DES SAVOIRS**. Et donc ça change la propriété industrielle : une licence libre ce n'est pas totalement une absence de propriété, mais en tout cas il n'y a plus d'appropriation industrielle du secret, *etc., etc.* Et **c'est ça l'avenir**.

Si vous voulez, **la question c'est la VALEUR : quelle est la valeur ? Comment elle est produite ? Et par qui ?**

La valeur peut-être produite par des industriels, qui sont sur un marché – moi je n'ai rien contre le marché en tant que tel...je suis contre le marché lorsqu'il devient hégémonique et qu'il détruit tous les échanges. Mais après, qu'il y ait un échange marchand, ça ne me pose pas de problème. **Ce qui me pose problème, c'est ce qu'a**

décrit Karl POLANYI, ce qu'il appelle le désencastrement du marché et le fait que le marché bouffe tout. Ça c'est très dangereux. Mais non, nous nous ne sommes pas du tout contre le marché, ce que nous pensons c'est qu'il y a d'autres formes d'échange que le marché : il y a des formes coopératives, associatives, des formes de service public, il y a toutes sortes de formes possibles. Par contre ce que nous pensons, c'est que toutes ces formes constituent ce que nous appelons une **ECONOMIE CONTRIBUTIVE**. Qu'elle soit **privative, associative, coopérative, publique**, l'économie contributive repose sur le **DÉPROLÉTARIAT** et sur la **FIN DE L'EMPLOI**. Ce n'est pas le revenu minimum dont nous parlons – le **revenu minimum, nous le soutenons par ailleurs, mais c'est un pis-aller** – le **revenu contributif c'est très dynamique** : vous pouvez avoir des gens qui gagnent 10.000 euros par mois avec un revenu contributif ! S'ils ont des indemnités de chômage 8 mois par an, et que pendant les 4 mois qu'ils ont travaillé ils ont gagné 14.000 euros, eh bien ils auront 10.000 euros d'indemnités de chômage. Ça veut dire que **ça maintient une certaine différenciation**, et moi je suis pour ça. Ce n'est pas le modèle communiste, voilà. Bien que je sois toujours très attaché à Marx et au communisme – j'ai été un militant communiste pendant longtemps -, mais ça ne fonctionne pas (peut-être un jour... mais c'est pas pour tout de suite). Dans l'immédiat, il y a d'autres modèles beaucoup plus accessibles, qui peuvent être mis en oeuvre à mon avis à une échéance de 10 à 15 ans à l'échelle planétaire, en tout cas à l'échelle européenne, et c'est ça qu'on veut faire à Plaine Commune. Et on veut le faire progressivement. Après, on n'a pas un modèle économique- ou coopératif, ou associatif..

Ce qu'on veut faire, pour être très concret, c'est: avec 400.000 habitants, on leur propose que maintenant les villes deviennent ce qu'on appelle des « *smart cities* », c'est-à-dire des territoires automatiques. Evidemment **Plaine-Commune est très urbanisé, c'est un client parfait pour l'automatisation généralisée**. Ce que je dis, moi, au patron de Plaine Commune, c'est : « si vous avez un grand patron industriel de l'automatisation des villes qui vient vous voir (ils sont beaucoup asiatiques - japonais ou coréens), dites-leur : vous pouvez venir ici, installer des trucs, mais ça vous coûtera tant ! C'est vous qui allez payer, c'est pas nous. Parce que nous, **nous avons de l'intelligence collective, nous sommes en train de développer un territoire contributif**, nous sommes en train de produire beaucoup d'intelligence, et ça coûte cher. Donc c'est vous qui paierez. Et je peux assurer qu'il y a des gens qui viendront, car les industriels, ce sont des gens intelligents (sinon ils ne seraient pas la puissance qu'ils sont). Donc nous ce que nous leur proposons, c'est : **premièrement de venir sur un territoire un petit peu d'avant-garde, mais sur une pratique de l'automatisation qui est faite pour la délibération**.

Je vous donne un exemple très concret: un ami à moi, qui est un décroissant - qui est par ailleurs le maire d'une commune et qui a été le porte-parole des élus Verts en France, il s'appelle Jean-François Caron, il est maire d'une petite ville de 8.000 habitants dans l'ancien bassin minier, une des villes les plus pauvres de France¹⁸⁰ -, il a passé un accord, il y a plus ou moins 10 ans, avec Orange qui lui a mis des capteurs partout dans sa ville ; et au bout des capteurs il n'y a pas des algorithmes pour traiter les flux, et il y a des réunions d'habitants. Donc le capteur convoque des réunions d'habitants et il dit : « voilà, maintenant il faut analyser les données que j'ai produites depuis une semaine,

¹⁸⁰ Jean-François Caron est maire de la commune de Loos-en-Gohelle, dans le département du Pas-de-Calais, en région Hauts-de-France, depuis 2011. Il est membre d'Europe Écologie Les Verts.

ou depuis un mois ou depuis un an, et délibérer ». Et ça fonctionne comme ça. Il a été réélu avec 80% des voix à son deuxième mandat et au troisième mandat personne n'a osé se présenter contre lui. Il est au territoire limitrophe de Hénin-Beaumont, où il y a Marine Le Pen. **Il a le territoire où il y a le moins de délinquance de tout le Pas-de-Calais avec des habitants qui sont très pauvres mais qui sont super impliqués dans la vie locale, et qui sont beaucoup plus heureux que dans le reste du coin.** C'est une espèce de Bangladesh local... vous voyez ce que je veux dire. **Moi je ne suis pas du tout contre l'automatisme. Ce que je reproche à ceux qui s'appellent les décroissants, pas lui mais la moyenne, par exemple Serge Latouche, c'est d'être CONTRE LA TECHNIQUE.** C'est des conneries ça ! Le problème est de se l'approprier intelligemment et de ne pas être contre la technique, mais produire de la néguentropie. **La technique c'est ce qui est produit par ce que Georgescu-Roegen justement appelle l'exosomatization.** C'est une affaire que nous produisons nous, les êtres humains, des organes artificiels qui prolongent notre corps – des stylos à bille, des dictaphones, des tables, des bâtiments, des recettes de cuisine, tout ce qu'on veut – c'est l'exosomatization. C'est ce qui poursuit par des moyens artificiels ce que produisait l'organogénèse du vivant par des moyens naturels. Ce que dit Georgescu-Roegen, c'est que la question est de produire, avec l'exosomatization, plus de néguentropie que d'entropie. C'est ça le problème. donc ce n'est pas d'être contre la technique mais de **faire que la technique produise de la néguentropie.** Ça c'est le problème de ce que les Grecs appellent le **PHARMACON : ça veut dire POISON et REMÈDE.** Un objet technique peut toujours permettre de tuer ou sauver les gens. **Le problème, ce n'est pas l'objet technique, c'est la culture qu'on en a.** Est-ce qu'on a une culture de cet objet technique qui nous permet d'augmenter la néguentropie, ou bien est-ce qu'on est des incultes avec cet objet technique, qui va augmenter l'entropie et donc détruire la planète. C'est ça le sujet. Ça c'est un nouveau problème, c'est un nouveau modèle de croissance économique, de macroéconomie. Pour ça il faut remobiliser les mathématiciens, les informaticiens, les biologistes, les médecins, les anthropologues, *etc.* **J'ai créé un réseau qui s'appelle DIGITAL STUDIES NETWORK et on travaille là-dessus. Et ce réseau, qui est international, qui est constitué de 40 partenaires, va accompagner le problème de Plaine Commune.**

SC – Je ne connais pas Plaine Commune...statistiquement, c'est comment ? Pauvre, jeune ?

BS – Plaine Commune est aujourd'hui un territoire pas homogène, mais très pauvre - pas aussi pauvre que la ville de Jean-François Caron dont je parlais tout à l'heure, mais ça dépend des endroits. Les villes en question s'appellent : Aubervilliers, La Courneuve, Saint-Denis, La Plaine Saint-Denis, Saint-Ouen, Epinay-sur-Seine, Villetaneuse et Pierrefitte. Évidemment il y a de la délinquance, et c'est la population la plus jeune de France. Il y a 137 nationalités. Le programme dont je vous parle a été signé par les 4 partis politiques : écologiste, socialiste, communiste et républicain, de la gauche à la droite, à part le Front National.

SC – Et pensez-vous créer une monnaie locale également, pour ce territoire ?

BS - On va voir, on va créer un groupe là. C'est un truc auquel on réfléchit en ce moment, mais on n'a pas d'idée claire là-dessus. Je pense ça dépendra des territoires et des acteurs. **Pour moi, il n'y a pas de solution, il faut que les territoires sécrètent ce qu'ils veulent.** Nous ne sommes pas là pour leur dire « c'est ça qu'on fait », sauf pour le REVENU CONTRIBUTIF, parce que ça c'est leur point de départ, ça a été dit avec les politiques, c'est notre proposition de base. Mais après...[point d'interrogation !] Ce

qu'on veut faire, c'est ce qu'on appelle de l'**ENCAPACITATION TERRITORIALE**, c'est-à-dire que le territoire augmente ses capacités. C'est pas facile, hein ! Mais c'est aussi un territoire avec des gens très démerdeurs quand même – enfin, vous connaissez ça à Rio – qui ont des capacités extraordinaires.
[...]

Robert Dany-Dufour. Il fait partie des Convivialistes. Mais eux – lui, Alain Caillé, *etc.* – **ils ne proposent rien**. Ils disent : « il faut être convivialistes », d'accord, mais bon vous faites pipi dans un violon et ça fait le même effet.

SC – J'ai lu récemment, dans le livre de Geneviève Azam, une critique de Bruno Latour. J'ignorais (jusqu'à présent) que Bruno Latour avait écrit sur la technologie...qu'en dites-vous ? Vous partagez ses points de vue ?

BS – Bon, c'est intéressant, mais après... Il est libéral **Bruno Latour**. Si vous voulez, Latour, il est devenu écologiste. Je pense que c'est un écologiste, mais à tendance libérale. C'est mon point de vue, on peut discuter. C'est surtout quelqu'un qui a fait des travaux sur les réseaux très intéressants, y a pas mal d'années maintenant – il y a 25 ans. Il a développé **la théorie de l'acteur-réseau** – et ça c'est très intéressant. Maintenant il travaille beaucoup sur l'anthropocène. Bon, ce que j'ai lu de lui là-dessus ne m'a pas tout à fait emballé. Mais j'ai pas tout lu, il y a peut-être des choses qui sont très bien.

Mais après, **moi, ce qui m'importe c'est de faire des propositions concrètes. Faire des analyses et dire que tout va mal, ce n'est pas très compliqué.**

SC – Vous ferez cette proposition en janvier 2016, et ça ira jusqu'en 2020 ?

BS – Non, 2025, 2026 même, puisqu'on demarrera en 2016. Les télécommunications, les réseaux...ce que j'ai appelé tout à l'heure l'urbanité numérique. Par ailleurs, en Saint-Denis il y a beaucoup d'artistes, beaucoup d'associations. **C'est très très intéressant Saint-Denis, il y a tout un potentiel entre le immigrés, les artistes et les nombreuses start-ups aussi.** C'est très très très intéressant, beaucoup plus intéressant que Paris. Après il y a beaucoup de problèmes...mais **moi je pense que c'est toujours là où il y a des problèmes qu'il y a de nouvelles solutions.**

SC – Avez-vous d'autres projet(s) de ce genre, ou différent(s) ?

BS - On a aussi un projet au Nord de l'Angleterre, du côté de New Castle. Et nous notre principe, c'est de prendre du temps.

Sur ce que je viens de vous dire, il y a un petit livre que j'ai écrit qui se lit facilement, ça s'appelle : L'emploi est mort, vive le travail !. Ça vous donnera les explications assez rigoureuses de ce que je viens de vous dire.

[...]

BS – C'est ce qu'il y a de plus intéressant. Alors j'en parle dans un autre livre, mais là c'est plus trapu : La société automatique. Il y a deux chapitres sur André Gorz.

Alors Gorz, il a changé de points de vue...entre les années soixante, puis les années 73, 79, jusqu'aux années 2000, il a évolué tout le temps. C'est cela qui m'intéresse d'ailleurs chez lui. Donc ça dépend quel **Gorz**. Moi celui qui m'intéresse, c'est celui qui est allé plus loin, quand justement **il a commencé à travailler sur le logiciel libre, etc.** Et je me suis beaucoup inspiré de lui. J'ai eu une expérience pratique de cela, car à une époque je me suis occupé de l'INA (Institut national de l'audiovisuel), puis de l'IRCAM (Institut de recherche et coordination acoustique/musique), donc j'ai découvert un peu

tout ça pratiquement, puis j'ai découvert Gorz (que j'ai falli rencontrer d'ailleurs, puisqu'il lisait mes bouquins et qu'on avait le même éditeur...mais il est mort avant, je n'ai pas pu le voir).

Mais Gorz est vraiment très très important, pour moi il est très important, avec quelques autres comme Amartya Sen, Georgescu-Roegen et Karl Marx. Car je pense qu'il y a un texte qui est très peu lu en France, c'est **Les fondements de l'économie politique** – en allemand ça s'appelle **les Grundrisse** – et ça c'est très important, **Gorz s'y réfère tout le temps.** Avec une partie sur les Machines. Ça c'est un texte qu'il faut absolument lire. Gorz a toujours ça dans la tête. C'était un marxiste, comme moi.

[fin]

APÊNDICE C.a.6 - Interview de Arnaud DIEMER, le 21/12/2015 (via skype).

[Présentation du sujet d'études et des perspectives de cas d'étude, *etc.* – ~5minutes]

AD – Donc votre sujet porte sur la décroissance, mais ça pourrait porter sur quelque chose de beaucoup plus large.

Je pense que **ça dépend du contexte** effectivement. J'ai un collègue qui est brésilien et qui travaille sur tout ce qui est **circuit court**, donc lui mobilise un peu la décroissance, mais pas de la même manière qu'on le ferait ici. Parce qu'il y a quand même une école un peu française sur la décroissance, qu'il faut bien isoler – car on en parle beaucoup, mais on n'est pas forcément ceux qui en parlent le mieux ou ceux qui généralisent le mieux la décroissance – c'est pour ça qu'il est important d'avoir en tête ce sur quoi on travaille.

SC – Je vous laisse parler. Vous avez vu les 3 macro-questions que je vous ai envoyées ? Donc vous pouvez répondre, sans vous sentir obligé de les suivre à la lettre, bien sûr.

AD – Ça me convient très bien. Et je vais aussi vous apporter un regard d'expérience, car dans vos questions, je crois aussi que vous voulez aussi savoir comment on y rentre dans la décroissance. Donc je vais vous expliquer un petit peu comment j'y suis rentré et en même temps je focaliserai sur les 4 questions que vous avez évoquées et puis comment effectivement repositionner le débat.

C'est intéressant que vous ayez rencontré Franck-Dominique Vivien parce que j'étais à Reims dans les années 90 - Franck-Dominique est arrivé en 1995 - et on a travaillé avec 2 autres collègues sur la décroissance, suite au livre de Georgescu-Roegen qui venait de sortir - on connaissait Jacques Grinevald à l'époque. Et donc **on a commencé à s'intéresser non pas à la décroissance au sens général, mais on s'interrogeait sur la fonction de production microéconomique, qui est en fait, quand on la modélise, une fonction qui considère les facteurs de production, mais qui ne tenait pas compte du processus, autrement dit du temps nécessaire à produire.** À l'époque, on s'est rencontrés, avec ces collègues, sur cette **comparaison entre processus de production agricole, paysan, et processus de production industriel.** Et donc on avait utilisé quelques hypothèses de la décroissance pour justement montrer qu'il existait bien **deux fonctions différentes : une fonction un peu discontinue** - la fonction agricole – qui est une fonction qui n'est pas en série, qui a un contexte particulier ; **et puis une fonction productuelle qui est, bien sûr, en parallèle, continue,** et qui a ses propres caractéristiques. Et c'est comme cela qu'on en est venus nous, tout doucement, à parler de décroissance.

Si je vous dis cela c'est qu'en fait, en 1998, il y a eu un colloque Georgescu-Roegen à Strasbourg. On s'est tous rencontrés et c'est à ce moment-là qu'on a tous commencé à rentrer dans la décroissance. **Pendant 2 ou 3 ans, on s'est plutôt posé des questions de PRODUCTION – de modes de production, de processus de production – et puis nos critiques qui étaient assez fortes, par rapport au modèle économique standard – effectivement vers la décroissance.**

Alors je dis cela car je ne sais pas si vous avez déjà lu des choses de **Georgescu-Roegen**, mais il a écrit un **premier ouvrage qui est une critique vraiment, assez forte, sur l'économie standard**, et c'est un petit peu cet ouvrage qui nous a servi de point de départ. Je crois qu'il est **sorti chez Dunod en 1971.** J'ai oublié le titre en français, qui était la grosse critique de Georgescu-Roegen sur la fonction de production. Et voyez, en 2 à 3 ans, il est arrivé à une vision un peu plus large pour partir sur la décroissance.

Pourquoi je vous dis tout cela ? C'est qu'en fait **notre première lecture de la décroissance était d'intégrer un processus qualitatif dans la croissance**, autrement dit là je renvoie à tout le débat sur le PIB et sa mesure - mais nous ce qui nous intéressait c'était également comment on faisait rentrer des indicateurs qualitatifs. Par exemple, une croissance, est-ce que le bien-être c'est vraiment ça ? Est-ce qu'on peut le définir autrement ; est-ce qu'il y a des indicateurs qualitatifs qui peuvent renvoyer au bien-être, au bien-vivre ?

A l'époque on ne parlait pas encore de *buen-vivir*, le bien-vivre était évoqué mais on n'en faisait pas un courant de pensée. Donc on est rentrés dans cette dimension-là en disant : si tout est quantitatif, comment peut-on considérer faire du qualitatif ? Et si on pousse la démarche jusqu'au bout, **comment, en théorie, mais aussi en pratique, on peut définir des modes de production et des modes de consommation plus qualitatifs ?** C'est vraiment notre point de départ sur le débat de la Décroissance.

Quant aux concepts, alors moi je ne l'ai pas associé à un retour en arrière, ce n'est pas un retour à l'âge des cavernes – **c'est une réflexion sur comment on définit la croissance**, sur les limites sur lesquelles elle bute. Alors c'est important car à l'époque il y avait plutôt un débat sur l'environnement, la décroissance ne fait pas partie de l'environnement [*inaudible*].

Je pense que dans les années 90, Serge Latouche ne comprenait pas forcément les questions de l'environnement.

Goergescu-Roegen a introduit des questions également sur la *Biophysical Economics* – ... vous voyez je reviens de Reykjavik, en Islande, et mes collègues travaillent là-dessus.

C'est un courant de pensée aujourd'hui, qu'on appelle la *Biophysical Economics*, qui part pour étudier les changements climatiques, de la thermodynamique, donc de l'entropie, et c'est vrai que même si Goergescu-Roegen n'est pas forcément cité, on voit bien qu'il avait un regard intéressant et que la décroissance pouvait partir de là.

Mais quand j'avais évoqué cette question, c'était dans les années 90, avec Franck-Dominique. **Nous sommes entrés par la question environnementale, mais à l'époque, les gens qui travaillaient sur la Décroissance, avait une entrée sociale - entrée développement, ou a-développement - car pour beaucoup la décroissance, c'était sortir des modèles de développement économique.** Mais nous ne sommes pas rentrés par cette optique, nous sommes vraiment rentrés par la fonction de production, une grosse critique de la fonction du processus de production, et puis on est rentrés par la dimension environnementale, en se disant que la décroissance peut dire des choses effectivement sur cette question environnementale.

Cela explique pourquoi nous, dans les premiers temps, pour parler de décroissance... - alors bien sûr que des concepts comme SOBRIÉTÉ, CONVIVIALITÉ étaient importants, je dirai que SOBRIÉTÉ est venu plus tardivement, on a d'abord parlé de CONVIVIALITÉ, Mais ça je l'expliquerais car je dirais que dès 1999, nous avons associé la décroissance à l'écologie politique, pour nous c'était une dimension plus ou moins importante de l'Écologie Politique – d'ailleurs je pense qu'on ne s'est pas beaucoup trompés car quand on voit les textes de Serge Latouche, il renvoie à des gens comme Illich, par exemple, et il renvoie également à d'autres pers qui sont de l'Écologie Politique. Donc nous sommes partis tout de suite sur ce débat 'Écologie Politique et décroissance', donc forcément le concept de CONVIVIALITE qu'évoquait Illich ou, même les travaux de Gorz, pour nous était pertinent pour comprendre la décroissance. Donc **si on parle de courants de pensée, nous nous l'avons très vite associée à l'Écologie Politique. Et pour nous c'était important, car parler**

d'Ecologie Politique et de décroissance, c'était vraiment une critique du modèle capitaliste, du modèle libéral, et également une critique de tous les concepts liés à ses modèles. Et quand je dis que **la décroissance est un modèle a-développement, c'est vrai que c'est un modèle qui remettrait en cause la manière de penser le développement économique**. Et puis après je dirais qu'il y a un autre élément qui a joué un rôle important : avec Franck-Dominique et d'autres collègues on a beaucoup travaillé sur le Développement Durable, et c'est vrai qu'on a eu besoin de positionner le Développement Durable par rapport à la décroissance. Alors bien sûr avec des débats internes : est-ce que la décroissance peut argumenter sur le Développement Durable....? Est-ce qu'elle fait partie de l'Ecologie Politique ? Est-ce que l'Ecologie Politique peut être un message du Développement Durable ? Autrement dit, on a eu un débat un peu là-dessus, on n'a pas forcément trouvé de solutions, mais pour expliquer que **pour nous, Développement Durable, Décroissance, Ecologie Politique, c'est vraiment des notions très fortes qui sont liées**, par rapport à ça.

C'est pour ça que quand on parle de concepts, la convivialité d'Illich est un élément important, mais je dirais également **la technologie, la place de la TECHNOLOGIE dans la société, est pour nous une entrée très forte dans la décroissance**. Entrée très forte parce qu'elle pose à la fois la **question de l'aliénation** - on sait que la technique aujourd'hui aliène une grande partie de la main d'oeuvre, on sait qu'en tant que travailleurs, on subit les grandes cadences de production et les cadences technologiques - et puis le débat qu'on avait eu à l'époque qui était sur une solution possible qui serait de **dématérialiser la fonction de production**, et là on était un petit peu à l'opposé des attentes, je pense, de la technologie, en disant que ce ne serait pas la seule solution et que **même si on dématérialisait, les services dépenseraient forcément de l'énergie et qu'on aurait une tendance à avoir une croissance exponentielle de l'énergie en dématérialisant**, et je crois que c'est ce qu'on constate aujourd'hui : la bonne idée évoquée est une fausse bonne idée. C'est comme ça qu'on avait dit : attention, sur ces concepts-là, il faut être très vigilants !

Donc moi je dirais : **CONVIVIALITÉ, un élément fort, TECHNOLOGIE, autre élément fort, et puis DEMATERIALIZATION, FAUSSE BONNE IDEE**, parce qu'effectivement c'est une notion forte qu'il fallait vouloir remettre en cause.

Alors sur les valeurs, il y a plein de choses qui peuvent être intégrées. Dès qu'on parle de décroissance, nous nous sommes posés la question : est-ce que c'est vraiment un modèle qui s'est posé aux antipodes d'un modèle libéral ? C'est vrai que les **valeurs altruistes sont relatives fortes**. Alors on évoquait la convivialité, et c'est vrai que la part du social joue effectivement un rôle important. Nous on a plus insisté sur des grands principes qui renvoient à des valeurs.

Je vais prendre 3 exemples: la **SOLIDARITÉ** par exemple est un principe fort, et dans la décroissance on voit que c'est une notion qui est intéressante parce qu'elle fait un lien entre décroissance et Economie Sociale et Solidaire (ESS) - nous aujourd'hui, dans un secteur tel que l'ESS, on parle de décroissance.

Deuxième exemple que je pourrais prendre, c'est **le principe de RESPONSABILITÉ** que nous nous avons défini comme un valeur forte - d'être responsable de nos actes - et je pense notamment aux 8Rs qu'évoque Serge Latouche, ces 8Rs donnent une forme de responsabilité : pouvoir recycler, réutiliser, reconceptualiser. Donc ce sont effectivement des notions importantes.

Maintenant c'est vrai que la Décroissance, **la question qui reste à poser, c'est comment insérer la décroissance dans un programme qui est avant tout de LIBERTÉ INDIVIDUELLE**. Là je ferai référence à une petite phrase de Georgescu-Roegen qui expliquait qu'on a deux choix : entre une vie effrénée, de courte durée, où

on dilapide tout ; ou alors une vie monotone, alors peut-être pas retour à la caverne, mais très monotone, et on durera longtemps. C'est vrai que la décroissance nous amène à voyager dans ces 2 camps : comment doit-on faire pour **revoir nos modes de production**, et en faisant ça, est-ce qu'on est vraiment capables de le faire – car les valeurs que l'on porte sont des valeurs fortes, et ce n'est pas évident de les porter – je pense que dans la société actuelle on est remis en cause à chaque fois.

Et en même temps, il y a **les valeurs encore plus fortes qui nous poussent aux extrêmes, et c'est vrai que les valeurs liées au libéralisme sont des valeurs qu'on a du mal à freiner**. Ce sont des valeurs qui ont une capacité de résilience sans limites : on le voit aujourd'hui, malgré les crises financières, il tient toujours debout et il fonctionne toujours.

Si la décroissance veut avoir un message audible et pertinent, il va falloir qu'elle accepte de débattre sur des terrains qui ne sont pas forcément les siens. Et ça c'est peut-être la grande difficulté.

SC – Pour résumer alors, les trois principes que vous vouliez souligner sont : **solidarité, responsabilité** et liberté individuelle, c'est ça ?

AD – Alors non, ce n'est pas un principe. Ce que moi j'évoquais avec la liberté individuelle, c'est la difficulté de positionnement pour la décroissance : parce que, en tant qu'individu, nous sommes poussés par ces libertés et le problème est que nos droits s'arrêtent quand nous avons des obligations et c'est vrai que ce n'est pas un modèle qui fonctionne relativement bien. Non, sur les principes que j'évoquais, quand je parlais de responsabilité et de solidarité, le troisième principe c'est le **principe de PRÉCAUTION**, qui pour moi est une valeur très forte : c'est-à-dire qu'aujourd'hui pour moi, **il y a des risques extrêmement importants**, on parle beaucoup **d'incertitudes**, et heureusement que ce principe existe. Si vraiment il faut élire des principes dans la décroissance, c'est un des premiers principes.

SC – Juste pour me situer, car j'ai noté l'année 1971 quand vous avez fait référence à l'ouvrage de Georgescu-Roegen qui vous a marqué....quel est le titre s'il vous plaît ?

AD – C'est un ouvrage sur les méthodes en analyse économique, qui a été traduit chez Dunod, dont je n'ai plus le titre en tête.¹⁸¹ C'est vraiment un ouvrage très critique où il décortique les concepts néo-classiques, et surtout les modèles, dont la fonction de production. Je dirais que, pour un travail fait en 71, juste avant le rapport Meadows, et juste avant les chocs pétroliers, c'était vraiment une très bonne analyse et l'argument théorique de chaque modèle. C'est pour cela que je le trouvais vraiment très intéressant parce que c'est vrai que c'était un manuel qui était peu utilisé, dont on ne discutait même pas je pense dans les premiers cycles d'économie, mais qui avait l'intérêt de vraiment se focaliser sur les points critiques de la théorie néoclassique.

¹⁸¹ Arnaud Diemer fait ici référence à un recueil rétrospectif des principaux travaux de Georgescu-Roegen intitulé *Analytical Economics: issues and problems* dont l'essentiel a été publié en français en 1970 chez Dunod, sous le titre **La Science économique: ses problèmes et ses difficultés**, à l'instigation du professeur Henri Guitton. L'ouvrage contenait une longue introduction qui était un livre en soi et qui retraçait l'évolution philosophique et scientifique de l'auteur. Dans cette introduction datée de 1964, on peut retrouver aujourd'hui l'esquisse des thèses que Georgescu-Roegen devait magistralement développer dans son *magnum opus*, *The Entropy Law and the Economic Process*, publié en 1971 par Harvard University Press (et qui devra bien un jour être traduit en français). (Source : http://classiques.uqac.ca/contemporains/georgescu_roegen_nicolas/dcroissance/dcroissance_preface.html)

AD –Alors sur vos deux autres questions, sur la question de ce que l’expert pense personnellement et sur la tendance d’adhésion, d’acceptation des propositions de la décroissance - c’est là où **moi je ferais vraiment une distinction : sur l’histoire de la décroissance d’un point de vue de l’école française et les autres.**

Ce qui peut être difficile à présenter d’ailleurs, car moi quand je suis avec mes collègues islandais et suédois - je travaille beaucoup avec les pays nordiques en ce moment -, c’est vrai qu’ils ont une vision de la décroissance qui est plutôt une vision « changer de modèle économique », autrement dit trouver des modèles un peu différents, alternatifs, qui intègrent plus les sciences de la nature. Pour eux la décroissance serait l’un de ces modèles.

Ce que j’essaie de leur montrer, c’est que **la décroissance a une histoire**, et quand je parlais **d’écologie politique**, cette histoire elle commence, bien sûr, avec des auteurs – j’évoquais Illich, Gorz, qui sont effectivement des auteurs importants ; Latouche a joué aussi un rôle dans cette configuration ; mais si on regarde bien, **tous ces économistes sont des contestataires** – ça c’est important de le noter : **c’est des gens qui ont pris des positions très fortes par rapport aux modèles économiques standards, voire par rapport à la manière de les penser.**

Donc c’est pour ça que l’école française est bâtie [sur des bases très critiques]– quand je parlais de « a-développement » - je crois que c’est le mot de Latouche très souvent, de **dire que la décroissance n’est pas un modèle développement économique mais un modèle d’a-développement – c’est pour montrer que tous ces auteurs, et l’école française, sont partis d’une très forte critique.**

Alors maintenant, les solutions on ne les trouve pas forcément chez tous, ce qui montre bien **la difficulté de trouver une solution dans la décroissance. Et voilà, la critique première, elle est bien là.** Donc il y a une tendance en France, c’est de **se rattacher à cette école [française critique], ce qui peut être une bonne et une mauvaise chose. Une mauvaise chose, car effectivement on se marginalise**, ça signifie que ceux qui travaillent sur la décroissance sont peu nombreux - il y a très peu de thèses aujourd’hui sur la décroissance, il y a très peu de carrières qui peuvent être faites sur la décroissance. Moi je me pose beaucoup de questions en lançant une thèse en France sur la décroissance: si quelqu’un souhaitait faire un parcours académique, je ne suis pas sûr que ce soit la meilleure chose à faire ! Autant je suivrais sans problème une thèse, et au contraire je l’appuierais dans ce domaine ; autant j’aurais beaucoup de réserves sur ensuite la capacité académique en France. À l’étranger je me la pose beaucoup moins, mais chez nous...je la poserais davantage. Donc **cela peut expliquer pourquoi la tendance d’acceptation peut être délicate, et pourquoi les programmes de recherches ne sont pas si faciles que cela à mettre en oeuvre.** On peut les faire, mais à mon avis, on peut les faire très souvent en dehors du parcours académique, c’est là où ça marche le mieux.

Par contre à l’étranger c’est vrai qu’on n’a pas ce problème, car à l’étranger il n’y a pas cette section CNU qui vous oblige à déposer dans une discipline¹⁸² – vous savez qu’en France, on doit inscrire une thèse en Sciences Économiques par exemple, en section 05, forcément on entre dans le débat de toutes les ressources et connaissances qui sont dans cette section 05. Or c’est vrai que **la décroissance propose un projet qui n’est pas**

¹⁸² Arnaud Diemer fait référence au code de la Section Nationale des Universités qui propose (ou plutôt impose) une division des thèmes d’enseignement en 52 sections, chacune correspondant à une discipline (la section 05 étant intitulée « Sciences économiques », comme il l’a mentionné en exemple) (Source : <http://www.cpcnu.fr/listes-des-sections-cnu>)

disciplinaire, qui est inter, voire transdisciplinaire. Donc c'est très compliqué de travailler en terme de recherches sur ces questions-là. J'avoue qu'à l'étranger mes collègues ont aussi des petits soucis, mais ils n'ont pas ce problème que nous avons avec nos grilles toutes faites, où il fait tout de suite ancrer son thésard dans une section CNU dès le départ, ce qui peut poser des petits soucis.

Maintenant, si vraiment on parle **d'adhésion au sens plus général, pas forcément académique et théorique, à mon avis la tendance est intéressante, surtout en période de crise** - on remarque toujours que c'est durant une crise qu'on commence à changer un petit peu les choses – et c'est vrai que la décroissance peut porter des valeurs fortes, un regard intéressant. Maintenant ce que je note, c'est qu'on s'y attache beaucoup en période de crise – **je n'ai jamais eu autant de demandes sur des conférences qu'en ce moment, parce qu'effectivement les gens ont envie de trouver d'autres modèles, d'autres aspirations, d'autres valeurs fortes** - et ce que je me dis, c'est que c'est peut-être une période faste pour en parler.

Maintenant, ma seule crainte est que si la croissance économique revient, on risque d'entériner un peu la décroissance ; **c'est à dire qu'elle est très liée au contexte social et environnemental.**

Voilà, c'est une autre notion forte, malheureusement, ce n'est pas propre à la décroissance, elle est propre à beaucoup de modèles, mais c'est vrai dans ce cadre-là, on le voit davantage.

Après je n'ai pas, moi, d'expérience malheureuse sur la décroissance. Je n'en ai pas parce que si on regarde, j'ai un parcours un peu bizarre. J'ai fait une thèse de microéconomie appliquée ; et en 1990 j'ai découvert les travaux de Georgescu-Roegen, les questions de thermodynamique, de biologie – heureusement j'allais soutenir ma thèse, parce que je pense que si j'avais dû continuer, j'aurais arrêté tout de suite. Donc ce que j'ai fait, c'est que j'ai soutenu, puis j'ai mis ma thèse dans une boîte, très très loin - donc en fait je n'ai pas débattu là-dessus - et je suis vraiment parti sur des choses qui m'intéressaient.

Ma première entrée personnelle sur la décroissance est une entrée 'Histoire de la pensée économique', c'est pour ça que je suis tombé rapidement dedans, car j'ai beaucoup apprécié cette lecture d'ouvrages, je suis allé voir d'autres auteurs, plus anciens encore, qui balayaient un petit peu ces questions. C'est pour cela que je parlais d'écologie politique, c'est que la décroissance, bien sûr comporte des arguments théoriques, mais moi **je préfère la mettre dans l'écologie politique pour monter qu'on est vraiment sur des courants contestataires, avec des positions fortes aux niveaux académique et théorique.**

Et donc moi je n'ai pas eu un changement d'avis là-dessus, je me suis senti bien dès le départ, j'ai évolué avec d'autres auteurs – on évoquait **la sobriété, avec Pierre Rabhi par exemple** – j'ai suivi un petit peu, tout doucement, tous ces auteurs, essayé de comprendre leur articulation, les questions qu'ils se posaient. Et puis c'est vrai que comme j'ai travaillé dans une école d'ingénieurs, agricole, ça m'a permis aussi de **réfléchir sur l'agroécologie**, par exemple : ça a été une notion assez forte, également aussi sur tout ce qui était produits biologiques, parce que ça renvoyait à cela ; à tout ce qui était AMAP – parce que j'ai beaucoup travaillé sur les AMAP.¹⁸³

¹⁸³ Une AMAP est une Association de Maintien de L'Agriculture Paysanne, «ayant pour objectif de préserver l'existante et la continuité des fermes de proximité dans une logique d'agriculture durable ». La

Donc voilà, on peut dire que ça a aussi été un parcours qui m'a permis d'auto-renforcer un peu cette logique ; donc je n'ai pas eu une rupture, c'est bien arrivé car je me rendais compte que l'outil que j'utilisais arrivait à ses limites – ou du moins j'avais des limites, moi, par rapport à cela ; et je ne trouvais plus de richesse par rapport aux choix de recherches.

Donc c'est vrai que ça s'est très bien passé et ça m'a permis aussi de renforcer certains acquis. Alors maintenant **ce n'est pas facile, parce que ça vous oblige à être transdisciplinaire très rapidement, donc à sortir des sentiers battus, puisque normalement on vous oblige à être disciplinaire, à être expert** ou spécialiste sur une question pointue. Donc moi je l'ai très bien vécu, mais après je comprends que dans le monde académique ça puisse être compliqué, car on n'arrive pas à vous cataloguer, donc forcément c'est toujours gênant, pour les autres – mais bon ça, ça ne regarde que les autres ! (rires)

Voilà un petit peu les principales idées sur l'évolution et peut-être **les penchants naturels**, je pense qu'il y avait un terreau, et un terrain, pour que ces idées prennent et que je suis très bien rentré dedans – avec quand même **toujours un regard critique : j'aime bien ne pas être « dans la décroissance », mais regarder ce qu'elle propose et comment elle fait évoluer les choses, et quel(s) type(s) de réponses on peut apporter**. Maintenant, en regardant un petit peu la manière de penser – je le vois par rapport au débat que j'ai, par rapport à des collègues – **dès que j'aborde la décroissance il y a un qualificatif, c'est « utopique » : pour beaucoup de mes collègues, cette approche est purement utopique**. Je pense que c'est un problème de méconnaissance des travaux et peut-être aussi d'avoir une vision qui est un peu trop générale.

Donc ça c'est peut-être le risque premier, c'est qu'on l'a trop cataloguée de décroissance, donc d'utopie, et pour beaucoup....**si je devais faire le lien avec la politique, je dirais que la décroissance c'est un petit peu comme le Front de Gauche¹⁸⁴ : la décroissance, elle est contestataire, mais on ne la voit pas prendre les destinées du monde, d'ailleurs on se demande comment elle va pouvoir faire**.

C'est un petit peu l'idée que j'ai par rapport à la décroissance: elle apporte des choses intéressantes, mais quant à l'appliquer maintenant, pour beaucoup, c'est un peu une vision utopique et personne n'imaginerait que la décroissance puisse être un véritable modèle.

C'est peut-être une question d'imaginaire : peut-être s'est-on forgé une idée qu'elle était très politisée, et qu'elle apportait des réponses qui étaient gênantes, car effectivement elle nous obligeait à revoir nos modèles, nos modèles de pensées, de croissance, de production et de consommation. Et que pour certains cet imaginaire est difficilement acceptable.

Maintenant ce qui est intéressant c'est de voir **son côté opérationnel** – parce que c'est ce qui m'intéressait moi, de voir **comment on pouvait se revendiquer de la**

première AMAP a été créée en 2001, et on en dénombrait plus de 2.000 en France en 2015 (source : Mouvement inter-régional des AMAP, Charte accessible sur : <http://miramap.org/-Les-AMAP-.html>).

¹⁸⁴ Le Front de Gauche est une coalition de partis politiques français née en 2009, lors des élections européennes de 2009, pour rassembler les forces de la gauche antilibérale hostiles notamment à l'Europe libérale et à la ratification du traité de Lisbonne. Cette coalition a été fragilisée en juillet 2016, quand Jean-Luc Mélenchon annonce son terme, unilatéralement, et crée son parti, Le France Insoumise, mais trois partis français- le Parti Communiste Français, Ensemble! et République & Socialisme – continuent de se revendiquer du Front de Gauche.

décroissance dans des modèles d'application, c'est pour ça que j'évoquais la question de l'agroécologie ou les AMAP - car pour moi **il y avait des modèles où les valeurs étaient très fortes et la décroissance porte de telles valeurs**. Alors on voit par exemple la question de s'alimenter autrement, de faire preuve de convivialité, de savoir recuisiner. Tout cela c'est des valeurs fortes, qui à mon avis peuvent être portées dans l'imaginaire-même de la décroissance. **Pour moi ce n'est pas aux antipodes de dire qu'il y a la décroissance d'un côté, et puis des solutions alternatives de l'autre ; je pense que l'économie sociale et solidaire peut se revendiquer de la décroissance, comme les AMAP**, maintenant tout le monde ne revendique pas la décroissance, ce qui signifie bien qu'on fait la distinction.

Les premières AMAP ont été des AMAP faites sur des valeurs très fortes : **des gens contestataires**, des gens qui voulaient sortir du modèle agricole qu'on connaît bien, et puis des gens qui voulaient réintégrer des valeurs très fortes, **des gens qui étaient engagés**. Aujourd'hui, on le voit, c'est toujours vrai mais avec une petite évolution : **on voit des consommateurs responsables ; ce n'est plus des gens engagés politiquement, ou des gens engagés sur le terrain, c'est aussi des gens qui veulent manger différemment**. Ce qui montre qu'on peut avoir un terrain fort chez les amapiens sur la décroissance, et puis d'autres AMAP qui au contraire ne se revendiquent et ne renvoient pas du tout à la décroissance. Donc cela montre bien, encore une fois - les objets que j'évoque quand je parle d'AMAP, d'agroécologie – ils peuvent trouver dans la décroissance un terrain de discussion, de débats, mais ça ne signifie pas qu'on peut généraliser.

D'ailleurs, on a eu des retours d'expériences d'amapiens très engagés sur la décroissance, et c'est vrai qu'au bout de 4 ou 5 ans, ils se demandaient «qu'est-ce qu'on va faire, ou qu'est-ce qu'on pourrait faire...est-ce qu'on doit se contenter de travailler sur l'alimentation ou est-ce qu'on doit aller beaucoup plus loin ? » Donc voilà, ça montre aussi comment un projet décroissant peut s'intégrer dans cette logique.

Après, sur la question du Brésil... Il faut savoir que j'ai un collègue à Rio, avec lequel je travaille sur l'agroécologie et sur les circuits courts, donc c'est vrai qu'on a eu beaucoup de discussions là-dessus, sur les valeurs, et notamment **les valeurs portées par la décroissance**, et c'est vrai que là **on trouve, dans les circuits courts, des exemples typiques**. Nous ici, nous parlons d'AMAP, il y a plutôt **des CSA** au Brésil¹⁸⁵, donc c'est vraiment des structures qui permettent de travailler...Je prends juste un exemple : nous avons travaillé sur la question de la terre, car c'est important de voir, quand on fait de **l'agroécologie**, qui est propriétaire de quoi, et c'est vrai qu'**on avait eu au Brésil des soucis sur la propriété terrienne, donc foncière, avec les petits producteurs, et donc on avait eu une réflexion sur : est-ce que la décroissance pouvait répondre à ce genre de question ?** Effectivement, dès qu'on pose cette question-là, on pose la question du droit de propriété, donc on touche à quelque chose qui est extrêmement délicat, mais qui mériterait un approfondissement.

SC – Quel est le nom de votre collègue au Brésil, SVP ?

AD – C'est **Paulo MARQUES**. Il est agronome à la base, qui fait également des études économiques, et qui travaille beaucoup sur des circuits courts fortement contextualisés,

¹⁸⁵ CSA est une Communauté qui soutient l'Agriculture (Comunidade que Sustenta a Agricultura en portugais) qui vise à promouvoir un travail en commun entre producteurs d'aliments organiques et consommateurs (comme pour les AMAP, les consommateurs s'engagent à consommer et à couvrir le budget de la production agricole, et reçoivent pour cela les produits régulièrement, sans coûts additionnels. (source : <http://www.csabrasil.org/csa/>)

ça signifie qu'il étudie beaucoup sur le terrain la **création de circuits courts**, leurs valeurs sociales, les notions d'engagement dans les circuits courts. Quand je vous évoquais la notion de **responsabilité** comme valeur forte, c'est vrai qu'on pourrait dire aussi que la **notion d'ENGAGEMENT** joue un rôle extrêmement important. Donc lui travaille plutôt sur **l'objet social**. [...] J'essaie de réfléchir aux contacts et projets que nous avons en ce moment, car ces projets nous amènent aussi à réfléchir là-dessus...

Après, dire : est-ce qu'il y a vraiment des gens qui sont réfractaires, est-ce qu'ils ont un discours audible et assez pertinent par rapport à la décroissance....hum...Moi la conclusion que j'en ai aujourd'hui, c'est que **très peu de gens ont vraiment la pertinence de ce qu'est la décroissance**. C'est beaucoup de lectures secondaires, beaucoup de discours bâtis sur des projets politiques très souvent, mais une véritable question théorique sur ce qu'est la décroissance, sur ses fondamentaux, sur ce qu'elle peut apporter, sur ce qu'elle peut souligner.... Moi j'ai très peu de débats là-dessus, car c'est vrai que les gens n'ont peut-être pas investi dans l'histoire du concept, dans ses arguments théoriques, sur sa réutilisation : moi **je m'aperçois souvent qu'il y a des gens qui parlent de décroissance, mais sans la citer**. Donc, sans la citer signifie qu'ils sont imprégnés par des valeurs fortes parfois, ils sont imprégnés par des références à **l'entropie, qui est une valeur forte de la décroissance** ; mais voilà pour eux, ce sera l'entropie, pas la décroissance.

Donc pour moi aujourd'hui, peut-être les arguments les plus fallacieux seraient plutôt : « la décroissance est une forme d'utopie, gardez vos bonnes idées, ou vos fausses bonnes idées, et laissez les autres faire ce qu'il y a de mieux à faire ! ». **Alors peut-être que ça pourrait changer, mais pour cela il faudrait qu'il y ait des gens qui en parlent, et qui en parlent peut-être différemment; peut-être aussi faudrait-il davantage partir du terrain**, je pense que c'est important de voir quel type de culture, quel type d'échanges on peut avoir sur la décroissance, à quoi ça peut renvoyer.

Moi j'avais beaucoup travaillé sur **l'articulation entre décroissance et *Buen Vivir*** – je pense au courant d'Acosta en Amérique Latine – et pour moi **c'est important de voir comment l'objet décroissance en France peut être débattu et contesté, et comment le *Buen Vivir* peut l'être beaucoup moins**. Quand je dis beaucoup moins, c'est que pour certains de ces pays, ils l'ont intégré dans leur Constitution, ça montre bien que certains gouvernements ont poussé jusqu'à effectivement revendiquer un rattachement au *Buen Vivir*. Je ne sais pas si on pourrait faire ça sur la décroissance dans un pays européen, ou un autre pays, aller jusqu'à intégrer une telle résonance. Et ça pourrait montrer qu'en termes d'arguments officiels et officieux, on pourrait avoir un débat et une discussion relativement intéressants.

Mais ça peut aussi montrer **la difficulté de faire adhérer des gens à la décroissance, je pense qu'ils vont plutôt adhérer à des valeurs mais qui ne seraient pas portées uniquement par la décroissance - la CONVIVIALITÉ**, c'est sûr, est une valeur décroissante, mais elle peut être portée par autre chose, ce n'est pas propre à la décroissance. Donc **je pense qu'aujourd'hui les gens sont dans la décroissance sans s'en rendre compte- car effectivement cette décroissance a plusieurs valeurs qu'elle tente de mettre en avant - donc l'adhésion est possible, maintenant je pense que par rapport au modèle en tant que tel, les gens ne sont pas forcément si investis que cela**. Ils peuvent être contestataires sur une valeur, sur un aspect : on peut contester un modèle, mais dire qu'on va adhérer à la décroissance, ça soulèverait vraiment des questions qu'il faudrait éclaircir : quand on évoquait « C'est quoi la décroissance ? C'est quoi ses concepts ? Les discours qu'on peut avoir ? » ...je pense qu'on peut davantage **convaincre des gens qu'ils font partie de certaines valeurs, qui sont appliquées sur le terrain**, et qu'ils sont engagés sur ces valeurs ; que débattre sur

la décroissance en tant que telle. Après, bien sûr je pense qu'on peut débattre sur tout, mais cela peut poser des difficultés si on veut faire adhérer des gens à un mouvement de décroissance ou à un mouvement se revendiquant de la décroissance.

Maintenant, ça ne signifie pas que les gens ne peuvent pas y rentrer par des discussions sur « qu'est ce qu'un mode de production durable ? Qu'est-ce qu'un mode de consommation durable ? C'est quoi la convivialité ? Les limites de la technologie ? » Donc ça c'est autant d'éléments qui peuvent peut-être nous ramener progressivement aux messages de la décroissance.

Maintenant, sur le travail et les projets, j'ai toujours pu intégrer la décroissance mais sous une forme un peu déguisée. Quand je dis 'déguisée', c'est car je suis partie d'objets, d'expériences de terrain à mettre en lien avec la décroissance, ça peut aussi expliquer un élément fort, comme je l'ai expliqué sur le plan académique, c'était peut-être compliqué il y a 5, 6 ou 10 ans d'engager quelqu'un sur une thèse sur la décroissance, sur un projet décroissant. Maintenant, je pense que dans les discussions, dans le concept, dans les arguments théoriques, on a tellement bien avancé que ça ne me poserait pas tellement de problèmes.

On l'a fait cette année : on a monté un projet européen dans lequel la décroissance aurait une signification. Je vous évoquais le **projet ITN-Marie-Curie qu'on a monté avec 2 équipes suédoise et islandaise** : ce projet a été accepté en fin d'année – là je suis parti à Reykjavik pour signer le protocole, on va avoir un projet avec 12 doctorants, et il va y avoir un doctorant que va être vraiment consigné sur les questions de la décroissance. **Ce projet reprend le modèle Meadows, donc le modèle World3 qu'utilise Meadows, avec l'approche systémique**, et tente de questionner ce modèle, sur la décroissance ; autrement dit, d'intégrer toutes les hypothèses et tous les concepts de la décroissance, dans un modèle systémique. Donc voilà, on verra un peu ce que ça va donner, mais dire que maintenant on peut avoir des projets ayant pour thème la décroissance, oui pour moi ce n'est plus pour moi une difficulté, et je pense qu'on pourra, tout doucement, intégrer ce genre des projets dans des projets plus vastes de recherche. Voilà, je pense qu'il faut un certain temps - on dit qu'une théorie, ça met une trentaine d'années pour vraiment se stabiliser, pour offrir un terrain de recherche assez riche, et **je dirais qu'on est aujourd'hui dans la bonne période**. Je pense que l'engagement est intéressant, et la thématique maintenant devient pertinente. Donc on peut considérer qu'aujourd'hui **il y aura pas mal d'axes qui vont se revendiquer de la décroissance** et qui vont nous faire évoluer dans ces approches. Et ça c'est rigolo, parce que moi je me souviens bien d'avoir eu cette discussion il y a maintenant plusieurs années avec Serge Latouche, et on a toujours eu un débat sur « quels projets portaient la Décroissance? ». Serge Latouche avait toujours expliqué que son projet était politique, la décroissance était un projet politique ; et il ya 2 ou 3 ans, on a rediscuté lors d'un colloque qu'on a organisé ici sur la décroissance – c'était en 2013 – et en rediscutant, c'est vrai que finalement le projet n'était pas forcément un projet politique – quand je dis politique c'est avec un 'P', projetvisant la société : en fait il s'est rendu compte qu'il était sur un projet social tout simplement. et c'est là où il s'apercevait que **la décroissance repositionnait l'économie dans un projet social**. C'est là où on s'aperçoit que c'est très riche. On peut avoir plusieurs thématiques : ça peut être la justice, ça peut être l'environnement, ça peut être la pauvreté, ça peut être la gouvernance, il y a plein plein de notions qui peuvent se revendiquer d'être thématiques dans la décroissance, donc ça montre la richesse. C'est ça qui est intéressant : aujourd'hui on ne parle plus de décroissance, on parle des objets qu'on peut s'emparer pour parler de la décroissance. Donc je dirais que là, tout est ouvert, et c'est peut-être cela le

plus intéressant. C'est dire qu'aujourd'hui on a de véritables objets de recherche, objets de débats, et on peut avoir un champ extrêmement intéressant. Moi, il s'avère que je travaille beaucoup au niveau de l'ENSEIGNEMENT, et je travaille sur ce qu'on appelle les **QSV – les questions socialement vives** – comment l'enseignant débat avec ces questions-là, et **la décroissance est un excellent outil pour cela**. Parce que dès qu'on parle d'une QSV, on travaille sur les valeurs, donc ça oblige l'enseignant bien sûr à décortiquer les valeurs qu'il va associer à la décroissance, et donc la décroissance peut devenir un objet, donc une QSV. Donc pour moi c'est **un très bon outil et un très bon objet**, à utiliser. Donc ça montre bien que même dans l'enseignement, dans les Sciences de l'Éducation, on peut débattre et on pourrait avoir un très bon sujet de recherche sur la décroissance. Donc pour moi les projets il y en a [rires], et il vont s'éclaircir de plus en plus, car il y a beaucoup de gens qui s'emparent de l'outil – parce que ça reste un outil – de l'outil en tant que tel- et puis du corpus, parce que, voilà, il ya beaucoup d'auteurs qu'on peut mettre dans la décroissance, il y a les pionniers, ce qui est extrêmement intéressant. Je n'ai pas évoqué **Jacques Ellul**, mais je pense que Ellul aussi est un pionnier dans la décroissance.

SC – Puisque vous parlez d'Ellul (à qui j'avais pensé), je me permets de vous interrompre pour vous poser une question : quand vous parliez d'Écologie Politique, plus tôt, quels sont les auteurs séminaux que, selon vous, je ne devrais pas oublier de consulter ?

AD – Dans l'Écologie Politique, je dirais que c'est une petite patte d'oie : il y a le courant contestataire du capitalisme, du libéralisme en tant que tel – là je mettrais, **Jacques Ellul, Ivan Illich, André Gorz**, qui sont les 3 grands auteurs qui contestent, chacun dans leur domaine, social, technique, et puis politique, dans la vision même de l'écologie politique; après je mettrais tous les gens qui ont eu une portée environnementale et qui ont servi comme déclencheurs – alors aujourd'hui on parlerait d'objecteurs de croissance', c'est des gens qui ont à un moment donné pris la parole et qui ont eu une aura relativement forte – moi je mettrais dedans tous les gens qu'on appelle les *Nature writers* -, les gens qui ont parlé à la nature - l'exemple typique c'est **Rachel Carlson** sur la question des produits chimiques épandus dans les champs, on pourrait éventuellement évoquer **Barry Commoner**, qui est vraiment quelqu'un qui a pris des positions fortes et qui a été réutilisé -, Georgescu-Roegen s'empare de ce qu'il appelle les lois de l'écologie pour essayer de rentrer dans une forme d'entropie ; donc pour moi ces auteurs ont vraiment permis à l'écologie politique d'avoir une dimension environnementale, qu'elle n'avait pas auparavant. Alors il y a un économiste qui a joué un rôle intéressant, c'est **Bertrand de Jouvenel** – qu'on cite très souvent car c'est quelqu'un qui a été dans beaucoup de cercles, beaucoup de *think tanks*, et puis il a fait des textes relativement intéressants sur la critique du PIB, sur la critique de l'économie. Et donc il avait fait cette critique pratiquement en 68-70, en montrant qu'il fallait intégrer ceci dans notre manière de penser l'économie ; donc il y a une grosse critique chez lui aussi de notre manière de penser la fonction de production, et de la productivité.

Donc voilà, on aurait cette dimension-là, je dirais vraiment des gens qui viennent de l'environnement, des gens qui sont des contestataires mais qui ne sont pas des économistes au sens théoricien – Ellul, Illich, Gorz, ne sont pas des théoriciens, je place à part Georgescu-Roegen parce que lui c'est un véritable théoricien, qui a su intégrer la biologie, la thermodynamique, qui a même fait intégrer une 4ème loi de l'entropie, donc voilà il a vraiment fait avancer les choses - et là on a vraiment quelqu'un qui rentre dans les modèles, dans les théories, dans les hypothèses, et qui pour moi **donne un légitimité au cadre de l'écologie politique et pourquoi pas à la décroissance**. Alors

je tire un petit peu, mais je mettrais **Roegen avec René Passet**, pour moi **ce sont les deux économistes qui ont parlé de bioéconomie**, et qui ont donné des bases scientifiques assez solides à cela.

Je pense que dans une théorie on a besoin de personnes qui rentrent dedans, et que Passet et Roegen sont quand même les 2 économistes qui ont fait un gros travail de fond sur ces questions. L'intérêt de Roegen, c'est qu'il était mathématicien et statisticien, donc il est capable de décortiquer les modèles économiques et les équations. René Passet lui apporte cette vision de la bioéconomie, plus globale, puisqu'il parle plus de biologie, de thermodynamique, de sciences de l'information, donc lui a plutôt un regard sur la théorie économique et les modèles économiques.

Je rajouterai juste quelqu'un dans l'écologie politique qui a fait beaucoup mais qui est plutôt un biologiste : c'est **René DUBOS**. Si vous travaillez sur l'écologie, vous regarderez ses questions. René DUBOS est une personne qui est mondialement connue, à l'extérieur, en France il est un petit peu connu, c'est lui qui a fait le rapport Selon la terre qui a été présenté en 1972 à Stockholm. Avec **Barbara WARD** on va dire que ce sont les deux écologues qui ont donné une dimension environnementale forte et pour lequel l'écologie politique, voire la décroissance, pourrait s'inspirer.

Car c'est un petit peu ce que je vous disais : **la première clé d'entrée des décroissants a été une critique forte de la société**, et la dimension environnementale est venue très très tardivement – d'ailleurs Serge Latouche l'a toujours reconnu, ce n'est pas un économiste de l'environnement. Alors il a compris, bien sûr, les limites du modèle standard, mais il a mis beaucoup de temps à intégrer la question environnementale. Mais ça paraissait logique, car le travail de fond qu'il a fait est déjà un travail déjà important. Et donc finalement, il s'est rendu compte que l'environnement devenait une finitude par rapport à d'autres aspects, donc il l'a intégré. Mais c'est vrai que je pense qu'il y a eu cette dimension qui est venue après.

Et cela peut peut-être expliquer pourquoi la décroissance peut être perçue d'un côté comme quelque chose d'utopique, de remettre en cause la société, et puis de l'autre pourquoi ce regard sur les finitudes environnementales, on peine à sortir car le message est beaucoup plus global, beaucoup plus vaste ; l'environnement n'est qu'une dimension, et je dirais que ce n'est pas la plus importante.

SC – La dimension environnementale n'est pas la plus importante ?

AD – Non, quand on regarde l'histoire et les auteurs qui renvoient à ça, ils l'évoquent, elle n'est pas aussi forte qu'aujourd'hui, pas aussi prenante dans les modèles. Le regard est plutôt un regard sur les modèles utilisés par les économistes. Quand on regarde Latouche, comme Passet, c'est vraiment un débat sur les modèles qu'ils ont mis en place par leur formation, dans des pays en développement, et ils se sont rendus compte que ces modèles ne marchaient pas. Donc c'est leur premier débat là-dessus qui les a amenés à réfléchir sur quel type de modèle il fallait chercher.

Donc c'est pour ça qu'en terme d'auteurs, on peut dire qu'il y a une trame relativement intéressante. Alors vous, si vous souhaitez un petit peu dégrossir, ce qui serait intéressant c'est de **regarder la décroissance dans les pays anglosaxons – je pense à l'école américaine ou anglaise** – où là on n'est pas du tout dans la même logique. Pour moi il y a bien deux écoles : une école française avec des racines très fortes de contestation ; et une école anglo-saxonne qui veut dire «le modèle a ses limites, essayons de les voir, de les comprendre, et essayons de voir ce que pourrait signifier une hypothèse dite de *degrowth*, de décroissance ». Ça c'est intéressant de comparer, parce que, si on regarde bien, **la décroissance française est très proche de la décroissance espagnole**, autrement dit, les théoriciens se connaissent – Juan Martínez Allier,

Grinevald, Roegen – là il y a une trame forte, qui a été exportée un peu – aujourd’hui il y a des gens qui travaillent sur le *Buen Vivir* qui sont connectés à la décroissance, donc il y a des liens forts ; maintenant il serait intéressant de voir comment ces deux histoires sont possibles : une *degrowth* à l’américaine, ou à l’anglaise, en Angleterre par exemple, et une *degrowth* effectivement type plutôt pays latins où la France aurait une position forte.

SC - Donc elle existe vraiment cette école anglosaxone ?

AD – Je prends le mot école, mais non, je dirais plutôt que ce sont les travaux qui parlent de *degrowth*, mais ce qui semble intéressant c’est de **voir comment les anglosaxons modélisent, car pour eux c’est une notion forte la décroissance en modélisation**. Savoir comment ils changent leurs hypothèses, comment cela amène à revoir leurs modèles.

SC – Bon, j’avoue que ce que j’ai trouvé jusqu’à présent dans les revues anglosaxonnes, c’est l’Écologie économique qui parle de *degrowth*, sinon je n’ai pas trouvé grand-chose, et c’est très souvent les chercheurs de l’Université de Barcelone qui publient....

AD – Voilà.

SC - D’ailleurs, une question que je voulais vous poser : est-ce que vous pensez que, **pour que la décroissance marche, il faut forcément sortir du modèle capitaliste ?**

AD – Ben, la décroissance est quand même une critique forte ! Si vous regardez le parcours de Latouche, c’est un parcours qui vient de la critique marxiste, et il y a beaucoup d’économistes - si vous prenez les espagnols - ce sont pour la plupart des personnes qui viennent de l’école marxiste et de la critique marxiste. Donc ces personnes-là ont forcément l’idée d’en sortir du capitalisme ; leur point de réflexion était la fin du capitalisme. C’est vrai que **peut-être le biais pourrait être de dire que la décroissance devient une autre forme de contestation du capitalisme, qui prend en fait le relais du communisme, du socialisme et du marxisme**. Et pour beaucoup ça peut être ça aussi : considérer qu’il n’y a plus de **projet politique** qui soit **porteur** aujourd’hui, et la décroissance peut être un tel projet. En même temps il y a aussi ce qui vient de l’intérieur : comment la décroissance peut-elle questionner le modèle de vie en société ? Donc on n’est pas forcément dans l’autocritique, ou la destruction du capitalisme – **on en est à se dire : la décroissance est une remise en cause, et comment peut-on parvenir à une telle remise en cause ? Qu’est-ce qu’on est prêts à accepter ? Qu’est-ce qu’on doit remettre en cause ? Faut-il tout remettre en cause ? Comment on le fait ? Euh, ça ce sont de véritables questions.**

Donc moi, effectivement, **je ferais plutôt deux débats : un débat d’historiens** – où on a des gens qui sont partis d’un courant de pensée très critique par rapport au capitalisme ; et puis peut-être aujourd’hui d’autres qui **rentrent par des valeurs, par des projets d’expériences de terrain**, qui pourraient être sensibilisés, et qui pourraient peut-être se revendiquer de la décroissance. Mais c’est vrai que si on fait le lien – je pense Latouche-Barcelone – il est extrêmement fort. Moi **je connais beaucoup d’économistes d’Amérique Latine pour lesquels la relation avec la décroissance se fait sans problème.**

SC – Ils n’utilisent pas le mot, mais pourtant ils y croient.

Je vous ai demandé cela car je pensais par exemple à Bernard Stiegler, qui lui m’a dit qu’il ne croyait pas à la fin du capitalisme de toute façon, il rejoint l’idée que ce serait

complètement utopique. Et donc on peut se demander si la décroissance pourrait s'harmoniser, d'une certaine façon, avec un type de capitalisme.....

Et en termes de parti(s) politique(s) – car si on se dit que pour atteindre le plus grand nombre, il faudrait peut-être passer par le discours politique-, est-ce que vous voyez qu'en France et/ou en Europe il y a émergence d'un parti qui représenterait la décroissance, ou pas :

AD – Il y a eu un gros débat avec le Front de Gauche. Je pense que la décroissance a été un élément fort au Front de Gauche, et aussi un élément fort au parti de Mélenchon, où il y a eu vraiment des discussions là-dessus. Après je n'ai pas suivi leurs positionnements, mais oui il y a eu des liens relativement forts. Maintenant, et c'est le problème dans bien des cas, c'est que ça reste des lieux marginaux, des lieux de contestation. **Un modèle, s'il veut s'emparer du public, il doit contester mais il doit aussi proposer des solutions viables, de terrain, qu'il y ait de l'espoir pour chacun, on ne peut pas être toujours dans la contestation.**

La décroissance peut être un bon outil, mais à un moment donné, **il faut peut-être partir d'expériences du terrain pour voir comment les choses peuvent effectivement se revendiquer ou non de la décroissance.**

Donc ça c'est peut-être la difficulté, de dire effectivement comment est-ce qu'on doit forcément reconnaître la décroissance à travers un parti politique, à travers des idées affichées très clairement dans l'opinion, ce qui peut passer pour de l'utopie si ça reste marginal ; ou alors est-ce que c'est quelque chose qui renverse de manière plus fondamentale notre vie en société, des choses dont on ne se rend pas forcément compte, peut-être qu'avec l'expérience, avec plus d'années, on se dira : « ben oui, ces valeurs fortes-là, ce sont des valeurs qui ne sont pas du capitalisme, qui sont liées à autre chose. ».

Là je dirais que **seule l'histoire dira ce qu'il va se passer**, mais c'est vrai que pour l'instant on est plutôt dans l'argument que **la rupture rapide et radicale paraissent difficiles.**

Surtout que, comme vous l'avez dit, **le capitalisme a une capacité de résilience qui est extrêmement forte**, il peut retomber sur ses pieds à chaque fois ; donc ça paraît compliqué de dire que la décroissance pourrait être le prochain modèle. Mais elle se présente quand même comme ça.

SC – Je ne sais pas si vous pouvez me parler davantage du projet européen, ou me dire où je peux avoir des informations en ligne ?

AD – Pour l'instant on s'est réunis pour sélectionner les doctorants. Ils vont arriver le premier Mars [2016] et c'est là où on fera le travail de terrain avec eux. Ce que je veux quand même vous dire, c'est que c'est un projet qui part d'un modèle, le modèle Meadows, qui est vraiment un projet sur les Sciences de la Terre. C'est un projet où les économistes sont mobilisés, mais avec pour origine une réflexion sur : « comment tenir compte des limites finies de nos ressources naturelles ? ». Donc c'est vraiment un projet environnemental à la base, les coordinateurs sont vraiment des gens qui travaillent dans l'environnement, sur les ressources naturelles, et nous en tant qu'économistes, on vient juste avec nos cadres de travail, nos cadres de réflexion – la décroissance en est un – pour essayer de trouver ces fameux modèles alternatifs, du point de vue économique, à mettre en place.

SC – Ces modèles peuvent être des modèles de compensation ?

AD – Pas forcément. C'est beaucoup des modèles qui partent en fait sur ce qu'on appelle la dynamique des systèmes, vous savez les boucles de rétroaction. Les gens qui

travaillent dans les Sciences de la Terre travaillent beaucoup là-dessus, en essayant de montrer, en biologie par exemple, les effets qui augmentent la circulation du sang. Donc on se propose de travailler à partir des modèles très simples qu'avait utilisés Meadows, pour essayer de voir **comment on peut démontrer, et préciser, les finitudes de la Terre, en quoi la décroissance peut amener à poser autrement la problématique.** Alors pour une fois, je dirais que c'est vraiment intéressant car ce n'est pas un projet d'économistes, c'est vraiment un projet de gens qui sont dans les Sciences de la Terre, et qui ont eu envie d'intégrer l'hypothèse de la décroissance dans leur scénario. C'est financé par l'Europe, c'est ce qu'on appelle les projets ITN – *Innovative Training Network*. Ça signifie que les doctorants font un projet de carrière sur 4 ans, ils ont des séances intensives, 15 jours par an, où on les réunit tous sur une thématique forte. Par exemple, ils vont venir à Clermont-Ferrand en janvier pour se former sur la décroissance. Donc on aura une douzaine de personnes, moi j'en ai quand même deux ici, donc il y aura 14 personnes qui vont venir se former, avec des débats, sur les conséquences et les particularités d'introduire ce genre de choses. C'est comme ça qu'on a pu faire rentrer cette question de décroissance, et de voir un peu jusqu'où on peut porter cette logique.

SC - Ce sera des universités seulement, ou bien il y aura aussi la collectivité locale ?

AD – Non là c'est Universités et Institutions partenaires, donc on a beaucoup d'Instituts. Dans chacun des pays, en Angleterre et en Allemagne, ou aux Sciences de la terre

L'Islande fait Sciences de la Terre ; Suède, Sciences Sociales, et nous c'est Sciences Economiques.

SC – Et de vos écrits à vous, que devrais-je lire ?

AD – Non le mieux, sincèrement, je pense que ce serait de reprendre les auteurs que je vous ai cités. Franck-Dominique lui est intéressant, car il a l'entrée Développement Durable.

Car **on a un débat qui est très onusien depuis une trentaine d'années** – on a eu le Rapport Meadows –

C'est intéressant de voir comment ces rapports peuvent être questionnés par la décroissance, et en quoi ces projets sont réellement différents ou non. Donc moi je dirais que s'il y a quelqu'un à lire c'est vraiment Franck Dominique Vivien, car il a vraiment des approches intéressante sur ces questions-là ; et après [vous pouvez] rentrer vraiment dans les textes. Pour moi, Bertrand de Jouvenel est un auteur que je trouve relativement intéressant et qui pose bien les questions. Serge Latouche est un passage obligé, car c'est aussi un courant de pensée qu'il a forgé. Alors **c'est un courant de pensée, et ce n'est pas une école, car pour l'instant il y a très de peu de penseurs qui se revendiquent de la décroissance.** Tant qu'il ne fera pas de petits... il faudra savoir si la décroissance arrive au statut théorique, et comment ça évoluera, ça aussi c'est important.

SC- Pour reprendre, sur les auteurs, vous m'avez dit B.de Jouvenel, mais j'avais aussi noté Barry Commoner sur lequel vous êtes vous-même en train d'écrire un livre, d'après ce que m'a dit Serge Latouche.

AD – Alors oui, Serge Latouche m'a demandé de faire un ouvrage sur **Barry Commoner. Ici on a le cas de quelqu'un d'engagé, car c'est un scientifique qui a fait une étude sur le strontium,** autrement dit les retombées nucléaires sur les dents de lait des enfants, à l'époque, en montrant les conséquences des essais nucléaires

américains sur une population relativement importante. En plus c'est quelqu'un qui, au niveau scientifique, a travaillé sur l'écologie, à une époque où on parlait plutôt biologie, de physique, mais pas d'écologie, et lui a popularisé, a créé un observatoire. Non, c'est quelqu'un qui a écrit, qui a forgé les lois de l'écologie. C'est une clef relativement intéressante. Quand on parlait de personnes engagées – je parlais de Rachel Carlson – et bien ce sont des scientifiques qui à un moment donné ont pris le bâton de pèlerin et ont pris position. Ils ont une forte dimension théorique, car ce sont de bons scientifiques.

Dans le Développement Durable ou l'écologie politique, c'est intéressant et je pense que pour des chercheurs qui abordent la décroissance, pas forcément par la dimension environnementale, il est très bien, et il se lit très bien. Il a eu des fonctions ministérielles. Donc des auteurs tels que Barry Commoner, Bertrand de Jouvenel, qu'on ne mobilise pas forcément; Illich a été un petit peu perdu, ce serait bien d'aller rechercher un peu Illich, car il a été un peu oublié. Jacques Ellul a vraiment une aura très forte, c'est quelqu'un qui était reconnu et avait voyagé, donc ses travaux étaient traduits en plusieurs langues. C'est juste des auteurs qui ont un petit peu disparu, et c'est intéressant de les rechercher. J'ai évoqué aussi René Dubos, c'est un écologiste qui aurait une trame très forte avec la décroissance.

SC – Et vous, vous aviez écrit (au moins) un texte sur la technologie, il me semble, non ?

AD – Oui. Moi je me suis intéressé au débat entre l'écologie industrielle et l'écologie politique, c'était vraiment mon sujet. Je travaillais en école d'ingénieurs, donc je devais mettre en place ce genre de projets, et j'ai voulu étudier l

SC – Pour parler des VALEURS, vous m'avez parlé de CONVIVIALITE, TECHNOLOGIE. Pour la technologie, dans le discours des écologistes il y a une ambivalence, avec le discours que les solutions technologiques peuvent aider à dématérialiser l'économie, mais vous vous privilégiez quand même le côté négatif...

AD – C'est pas que je le privilégie...mais dans la formation des économistes, et dans les formations standards, **l'innovation, la technologie est une notion forte, on estime toujours qu'on parviendra à trouver une solution technologique.** Moi ce qui me gênait juste c'est qu'en ayant un tel débat qui a une centaine d'années, voire plus, transcender les modèles économiques en disant : « Ne vous inquiétez pas, s'il n'y a plus de pétrole, on trouvera une technologie différente, s'il n'y a plus d'environnement, on pourra remplacer la nature, etc. » Oui c'est possible, je ne dis pas le contraire, mais **la technologie pose quand même des questions importantes, car elle rentre dans la société, elle modifie les êtres humains, et donc forcément le travail, le capital, la manière d'organiser toutes ces règles de production, est fortement liée à la technique.** Et donc c'est pour ça que moi j'avais plutôt en tête cette mission/vision qui était de dire : en effet, la technologie apporte des solutions, elle a toujours été présentée comme ça – de grandes évolutions sont toujours des évolutions techniques et technologiques. Maintenant, si on intègre la question environnementale, si on intègre la question peut-être des fausses bonnes réponses, effectivement il faut interroger différemment la technologie.

Et puis on voit que ce n'est pas le cas du tout. **On a aujourd'hui un secteur tertiaire qui consomme davantage que le secteur primaire ou secondaire.** Ca montre bien qu'en se dématérialisant, on ne répond pas, au contraire on pose davantage la question des limites.

Quand on est sur la décroissance, ce peut être intéressant aussi de travailler sur l'ECO DÉVELOPPEMENT. Je pense au Brésil parce que vous connaissez [Ignacy] SACHS? Autant **l'écodéveloppement est un processus de développement endogène**, autant la **décroissance est un projet a-développement, donc sortir du modèle de développement économique**. Pour un pays comme le Brésil, ce serait vraiment un sujet....De voir un petit peu ces 2 modèles, comment ils ont été appliqués sur le terrain, cela peut être un élément de réflexion intéressant.

SC – Bon je vous avoue que c'est quelque chose qui m'a un peu surprise dans votre discours, c'est que **vous n'opposez pas 'décroissance' et 'développement durable', alors beaucoup les opposent et critiquent**.

AD – Ah mais la plupart des décroissants les opposent : Serge Latouche, pour lui, la décroissance n'est pas du développement durable. Mais je pense que les gens qui font la décroissance ont un discours qui est historicisé, ça signifie que des gens comme Passet, je pense aussi Latouche, ont écrit au moment du rapport Meadows où on parlait développement durable, etc. Bon, moi je n'ai pas cette ancienneté pour l'instant, j'ai plutôt l'idée que si le développement durable n'est plus un concept, mais un modèle à part entière, on peut lui faire dire ce qu'on veut lui faire dire : donc **si on veut afficher la décroissance comme une hypothèse forte du développement durable**, pour moi ça ne me gêne pas. La grande différence, elle est bien là: pour moi, **le développement durable peut devenir un paradigme, et il peut s'inspirer de la décroissance, ce n'est pas antinomique**. Même si historiquement on dit que c'est onusien, qu'il y a le rapport Brundtland, il y a tout ce cadre derrière... Les hypothèses se construisent, les modèles se construisent, les théories se construisent, et pour moi on est en construction pour l'instant. **Donc ça ne me dérangerait pas de dire que le développement durable peut s'inspirer, et pourquoi pas revendiquer, une forme de décroissance**.

SC – Le développement durable tel que vous, vous le définiriez, et non pas tel qu'il a été fait jusqu'à maintenant...

AD – Voilà, c'est ça !

Mais je comprends aussi la position de Latouche : quand on forge un concept, qu'on prend des positions, et qu'il faut contextualiser...car il faut le faire, lui il a aussi sa démarche qui s'est fait chronologiquement, donc pour lui c'est logique qu'il n'y ait pas de décroissance liée au développement durable, c'est vraiment aux antipodes.

SC – Ce qui me gêne quand même un peu, et on en a parlé lors de l'interview avec Alain Caillé par exemple, c'est que beaucoup de penseurs de la décroissance se définissent et insistent sur leurs différences/divergences, alors qu'ils seraient *a priori* d'accord sur les 80% centraux...

AD – C'est vrai, mais ça fait aussi partie de la construction entre guillemets théorique. Voilà il y a eu plusieurs idées, Serge a fait plusieurs ouvrages et maintenant il y a d'autres ouvrages qui sortent sur la décroissance, à un moment donné il y a des gens qui tentent se distinguer, se dissocier, après il y aura une phase, je pense aussi, de rendre plus homogène tout ça.

Quand on prend l'histoire, **les cadres théoriques ont besoin d'un certain temps pour s'affirmer et se rendre plus homogènes**. La décroissance, c'est depuis 2002-2003 pour s'afficher en tant que telle, avant c'était des choses qui étaient évoquées. Le concept, avec des auteurs et des choses, **a à peine 10-12ans**, c'est pour cela qu'il faut **lui donner le temps de mûrir et puis il faut aussi des gens qui prennent la relève**, parce que si vous défendez un cadre mais qu'il n'y a pas **une équipe ou une école de**

pensée qui travaille derrière, ça ne sert à rien ! C'est peut-être là qu'on peut avoir la difficulté sur la décroissance : s'il n'y a pas eu de thèses lancées depuis un petit moment sur le thème, on n'arrive pas à définir des cadres. Or ça n'arrive que maintenant, c'est pour cela qu'il faut peut-être laisser un peu le temps, pour que des chercheurs s'emparent de l'objet, analysent et, pourquoi pas, en fassent une critique forte, ou au contraire mettent en avant ces atouts, c'est important aussi. Vous participez à ça ! [rires]

SC – J'ai noté donc le mot écodéveloppement ...

AD – L'idée ce n'est pas de refaire de l'écodéveloppement ; **l'idée c'est de rentrer avec un regard différent dans les travaux de [Ignacy] Sachs, regarder les modèles qui se présentent ou se proposent au Brésil, c'est vraiment un débat sur : « jusqu'où on peut aller, et en quoi la décroissance offre des choses nouvelles par rapport à ça ? Et en quoi c'est contradictoire, ou au contraire il y a des liens qui sont forts ».**

Je sais que Latouche n'aime pas Sachs – enfin, il n'aime pas le même Sachs, il aime bien **Wolfgang Sachs**, pas Ignacy – mais ça peut être intéressant aussi de voir en quoi ces modèles peuvent poser un regard un peu différent sur ce qu'on fait en général.

[FIM]

APÊNDICE C.a.7 - Interview de Agnès SINAÏ, le 21/12/2015 (via Skype).

Sandrine Cuvillier – [Introduction et présentation du sujet de recherche]

Agnès Sinaï - Vous connaissez Philippe LÉNA par hasard.

SC – Oui, je l’ai rencontré en 2012 lors de la Rio+20, et j’ai aussi son livre, pour lequel il avait réussi à rassembler quelques chercheurs brésiliens sur le chemin.

AS – Si vous l’avez rencontré, c’est parfait, car lui a la double culture et il a un pied dans la décroissance, donc c’est intéressant pour vous.

Moi, j’en suis venue à m’intéresser à la décroissance car j’avais déjà une **sensibilité écologiste très forte**. Et c’est autour de la revue Entropia, qui a été créée en 2006 ... Je reprends vos questions, car je crois que dans vos questions vous me dites que cette revue n’existe plus depuis 2014. J’ai participé à sa création en 2006, et puis en 2011 j’ai cofondé un laboratoire d’idées sur ces questions-là – sur la décroissance, sur l’Anthropocène, sur l’effondrement – qui s’appelle **l’Institut Momentum** et qui maintenant rassemble une trentaine de contributeurs et de contributrices, dont des personnes qui étaient dans le comité de rédaction d’Entropia, ce qui donne une espèce de continuité aux recherches qui ont été commencées et menées au sein d’Entropia. Donc on continue à se voir et à garder un lien grâce à ce réseau qui s’appelle l’Institut Momentum. Il y a le site et des livres, on en a publié deux : le premier que j’ai dirigé, il s’appelle Penser la Décroissance : politiques de l’Anthropocène; et le deuxième c’est Économie de l’après-croissance - politiques de l’Anthropocène II,¹⁸⁶ c’est le deuxième tome en fait. Ces deux livres sont parus aux Presses de Sciences Po, et c’est d’ailleurs peut-être pour cela qu’on vous a dit de me contacter, car **j’ai rassemblé les recherches et travaux de l’Institut Momentum au sein de ces deux livres**. Ils peuvent d’ailleurs vous intéresser, car ils sont publiés par les Presses de Sciences Po et ils font l’objet d’un cours à Sciences-Po Paris où j’enseigne les Politiques de la décroissance avec Luc SEMAL. Si vous allez sur le site de l’Institut Momentum, vous verrez dans la colonne de brèves qu’il y a la présentation du livre Économie de l’après-croissance, car il est paru il n’y a pas très longtemps¹⁸⁷. Donc là aussi il y a beaucoup de choses sur la décroissance et notamment comment la définir.

Il y a plein de définitions possibles....Moi je dirais que **c’est l’inéluctable descente matérielle du monde en raison des limites naturelles, des limites des ressources et des limites de l’espace atmosphérique : la décroissance est une forme de descente énergétique et matérielle inéluctable**. Et je me rattache à **Nicholas Georgescu-Roegen, qui pour moi est la référence en la matière**. Donc je pense que la décroissance est un processus d’abord physique, lié à l’ENTROPIE. L’entropie que Nicholas Georgescu-Roegen a reliée à l’ECONOMIE, en disant que l’économie des sociétés industrielles est fondamentalement ancrée dans l’énergie - en particulier les énergies fossiles - et dans les ressources naturelles, dans les minerais - par exemple le phosphore, qui est une ressource naturelle qui est non renouvelable et dont le Maroc est le premier exportateur mondial parce qu’il y a plein de guano au Maroc et que le phosphore provient du guano des oiseaux.

186 Penser la décroissance : Politiques de l’Anthropocène, Agnès Sinaï, 2013 et Économie de l’après-croissance : Politiques de l’Anthropocène II. 2015. Sous la direction de Agnès Sinaï, aux Ed. Presses de Sciences Po - Nouveaux Débats, 2015.

187Un troisième tome est paru en 2017 : *Gouverner la décroissance*.

Il est vrai que l'économie conventionnelle se conçoit comme illimitée : il n'y a pas de limite, il n'y a pas de mur, il n'y a pas de limites naturelles...alors que la décroissance telle que posée par Georgescu-Roegen les conçoit – et il n'est pas le seul, **André GORZ paraît-il serait le premier à avoir employé le terme de décroissance.**

Je vous invite aussi à lire un bouquin qui s'appelle Décroissance – Vocabulaire pour une nouvelle ère.

SC – Je ne l'ai pas encore. J'avoue que j'avais un peu l'impression que ce soit une 'reprise' de ce que j'ai déjà lu de Serge Latouche, André Gorz, *etc, etc.* Donc je priorisais plutôt de reprendre les auteurs séminaux. Mais ça peut être un bon document orientateur...

AS – Cela vous aiderait beaucoup dans votre thèse, car il classe beaucoup les concepts. Et notamment le concept de décroissance, on voit dans l'ouvrage en question **qu'André GORZ est co-auteur de ce néologisme.** Donc si vous avez ce livre, ça vous permettra peut-être des définitions très précises de l'origine de l'apparition du mot, donc pour votre thèse ce n'est pas inutile.

Les auteurs, ce sont ceux qui ont organisé les universités d'été de la décroissance. La prochaine aura lieu à Budapest l'année prochaine. D'ailleurs je pense que ça vaudrait le coup que vous veniez, en septembre 2016 à Budapest, participer à cette université.

SC – J'étais à celle de Leipzig l'an dernier, où je les ai vus. L'an prochain je ne pense pas que je pourrai, car je suis sur un projet lié aux Jeux Olympiques. Mais je les ai 'connus', car en accompagnant les articles des revues indexées, leurs noms sont apparus (Giorgios Kallis, etc.).

AS - Effectivement, ben voilà, si vous êtes déjà dans tous ces réseaux, ce n'est pas la peine de revenir à Budapest pour ça. Mais du coup, vous identifiez le réseau qui a publié ce livre Vocabulaire pour une nouvelle ère.

SC – Oui, ils sont jeunes aussi, donc c'est intéressant.

AS – Vous avez vu la couverture du bouquin ? Je vous l'envoie tout de suite, par mail, pour que vous voyiez l'ensemble des concepts qui sont abordés et ça donne pas mal d'angles intéressants....à mon avis, mais peut-être que **ça peut apparaître comme un fourre-tout aussi, c'est aussi le reproche qu'on peut faire à ce bouquin, c'est peut-être qu'il couvre trop de domaines, trop de concepts.** Mais bon, ça c'est vous qui verrez et qui ferez votre propre critique.

SC – C'est un peu ce que j'ai essayé de faire dans ma révision bibliographique : je lisais, identifiais des concepts, et j'ai essayé de les rationaliser, en 6 ou 7 grands axes. Mais ce n'est pas très facile et le découpage entre – par exemple, convivialité et cordialité, est-ce que la cordialité fait partie de l'axe convivialité ou est-ce quelque chose en plus ?; la confiance aussi, par exemple. Ce dont j'avais peur, c'était d'oublier, ou de mal interpréter, quelque chose. Donc c'est pour cela que j'en profite, vu que je suis ici et que j'ai accès aux personnes qui continuent d'écrire sur le sujet, pour voir un peu les tendances.

AS – Je continue avec les Presses de Sciences Po et je vous envoie les références des livres dont je vous ai parlé. Je vous envoie les 2 couvertures des 2 livres qui à mon avis ne sont pas inintéressants non plus, car ils rassemblent des auteurs importants aussi sur la décroissance. Notamment je vous parlais de Nicholas Georgescu-Roegen : pour moi c'est la première figure tutélaire ; et la deuxième, c'est **Dennis Meadows.** Donc le deuxième référent en la matière, à mon avis, c'est Meadows. Toujours dans cette **tradition matérialiste de la décroissance,** avec ses courbes du Club de Rome, e Halte

à la croissance, qu'il a mis à jour en 2005 je crois, puisqu'il y a un livre qui est sorti sur la mise à jour de son rapport qui a été par les éditions La rue de l'Échiquier¹⁸⁸.

Donc Dennis Meadows, on l'a traduit dans le premier tome qui s'appelle Penser la décroissance [de 2013], il y a un article qui écrit : **il est trop tard pour le développement durable**. Ça, c'est sa nouvelle position, qu'on est déjà dans une position de dépassement des limites qui nous amène à la catastrophe. **Donc la décroissance est à la fois une question matérielle liée à l'ENTROPIE, et une nécessité politique de partager ce qu'il reste de ressources, pour éviter une forme de chaos et protéger la DEMOCRATIE, et éviter la barbarie en période de risque d'effondrement lié à la raréfaction des ressources et aux impacts du réchauffement climatique.**

Donc il y a une branche catastrophiste parmi les décroissants, dans laquelle je m'inscris, et **pour moi la décroissance a un rapport avec une politique de la catastrophe**, pour moi c'est UNE POLITIQUE de la catastrophe. Au sens que c'est une politique d'amortissement des effets de l'effondrement inéluctable et des matières premières et peut-être des sociétés industrielles dans leur organisation actuelle.

Mais il y a d'autres options. On l'a vu à Paris : la **Conférence du Climat** [COP21, décembre 2015]. Finalement **le texte n'est pas révolutionnaire, mais il y a quand même un bel effort universel d'infléchir la trajectoire...** Il n'a pas été question de décroissance, évidemment, dans cette conférence, mais peut-être que c'est la prochaine étape. **La prochaine étape, c'est de repenser ce modèle de croissance, de le repenser de manière critique, et de franchir ce tabou qui fait que pour l'instant ce modèle n'est pas remis en cause dans ces conférences-là, surtout dans ces conférences-là.** Mais on ne voit pas comment on va pouvoir infléchir cette catastrophe climatique sans réduire nos émissions de gaz à effet de serre ; or c'est typiquement une politique de décroissance qui est en question dans cette nécessité de réduire les émissions de gaz à effet de serre. Donc on peut inventer toutes les parades qu'on veut, il va falloir consommer moins d'énergies fossiles, et pour cela, circuler dans des véhicules beaucoup plus légers, plus collectifs. **Et donc les valeurs qui sous-tendent la décroissance c'est : LA TRANSPARENCE, LA DÉMOCRATIE, LA CONVIVIALITÉ, c'est la REDISTRIBUTION.** Plus il y a d'inégalités, plus le monde est violent ; plus il y a d'égalité, plus la démocratie est protégée.

La décroissance est un projet d'EGALITE, c'est à dire de **répartition équitable des richesses et des ressources**. Donc certains doivent décroître pour que d'autres puissent croître, certains plaident pour cela. C'est très théorique, c'est très idéaliste, mais on a le droit aussi d'inventer d'autres approches politiques. Ce qui est intéressant dans **la décroissance**, c'est qu'elle est en rupture avec les politiques continuistes proposées : elle **propose un rupture tant dans les valeurs - de ralentissement, de relocalisation, de convivialité, de délibération, de transparence et démocratie** – que dans la vision d'une croissance qui serait illimitée et qui serait continue. Donc il y a aussi une **vision qui est positive dans la décroissance** : réduire son périmètre de vie par exemple, moins prendre l'avion, ou ne plus prendre l'avion, ça peut être compensé par des **lieux plus coopératifs, un tourisme de proximité...** des dimensions de la vie aux constructions communes d'espaces de relocalisation.

188 Agnès Sinaï fait référence au livre Les limites à la croissance (dans un monde fini) 30 ans après, de Donella Meadows, Jorgen Randers et Dennis Meadows, 2004, aux Editions rue de l'Échiquier ;

Question 2 – Opinions de ceux qui y sont opposés ?

AS - ceux qui ne veulent pas l'entendre, c'est ceux pour qui la croissance est une condition existentielle quasiment. Ceux qui y sont opposés au nom du progrès par exemple, comme si la décroissance remettait en question le confort et le progrès, ce qui n'est pas non plus à mon avis synonyme : faire décroître l'utilisation de certaines matières premières dans des objets superflus et programmés pour être obsolètes, ça ne me paraît pas choquant, et ça l'est d'autant moins que ça réserve ces matériaux précieux pour des usages de première nécessité, par exemple des usages médicaux. Vous avez des terres dites rares qui sont utilisées dans des appareils médicaux, mais qui n'ont pas à être utilisées dans des i-phones dont on change tous les six mois. **Tout cela devrait faire l'objet de délibérations citoyennes et politiques, parce que ces métaux-là sont cruciaux et en plus la manière dont ils sont prélevés posent des problèmes de justice.** Vous en parlez peut-être avec Joan Martínez-Alier : **il y a aussi des problèmes de justice environnementale qui sont inhérents au modèle de croissance.**

Voilà, je passe à la deuxième partie.

Je ne me considère pas comme experte. Je ne sais pas si les décroissants se considèrent comme experts - enfin c'est une manière de parler, car justement **la décroissance interroge l'expertocratie : la notion d'expert a été beaucoup critiquée par Ivan Illich**, qui est un des penseurs et des précurseurs de la décroissance. Car qui dit 'expert', dit 'confiscation des outils', or **le projet de la décroissance, c'est aussi l'AUTONOMIE.** Enfin c'est de regagner une partie de son autonomie, mais vous connaissez ça par coeur puisqu'André Gorz disait aussi un peu la même chose. Donc je ne sais pas ce que je suis, mais je ne suis pas une experte, je suis une chercheuse, comme vous.

Bon, troisième question : « Quelle est la tendance à accepter la décroissance... ? »

AS – Oui, ça rejoint vos questions sur la disparition d'Entropia et quelle est la situation de la décroissance aujourd'hui, est-ce qu'elle décroît en fait ?! (rires)

Au pire, c'est trop avant-gardiste ; mais l'avant-garde a toujours eu tort. Mais ce n'est pas grave....ce n'est pas possible que ça disparaisse, car les faits sont là pour donner raison aux visions proposées par la décroissance, notamment encore une fois celle de Georgescu-Roegen. Et, même, le problème climatique est une illustration de l'entropie, car la dégradation des énergies fossiles est une forme de dissipation chaotique de ces énergies, et c'est le principe de l'entropie.

Donc si on veut éviter d'aggraver ce chaos climatique, il faut absolument limiter les énergies fossiles. **Voilà déjà un projet politique dont tout le monde parle aujourd'hui et qui rejoint en partie les propositions de Nicholas Georgescu-Roegen, qui lui plaidait pour les énergies renouvelables, pour la valorisation de la photosynthèse et de l'agriculture organique ; pour la réduction de la démographie et pour une certaine éthique de la sobriété - notamment interdire certaines publicités et ce qui favorise l'obsolescence des objets.** Tout ça est un programme clé en main pour stabiliser les émissions de gaz à effet de serre qui n'a pas intéressé les négociations climatiques mais c'est un scénario possible qui est tout à fait pertinent et dont nous prétendons – nous Institut Momentum, nous enseignants à Sciences Po en Master de Science et Politiques environnementales, nous chercheurs et chercheuses, journalistes dans le monde entier – il y a une place dans le monde entier qui est puissante par sa cohérence, tout simplement. Donc oui, **j'ai toujours été en faveur de**

telles idées, parce que plus j'y réfléchis, plus elles me semblent profondément cohérentes.

C'est à la fois immoral et suicidaire [de continuer dans la direction où l'on va]. Donc **il faut accepter de réduire notre train de vie, nous occidentaux et pays riches. Et il le faudrait aussi pour la Chine** - non pas de réduire leur train de vie, car ils sont pour beaucoup pauvres - mais de **ne pas vouloir imiter le consumérisme de base** [occidental]. Bon malheureusement, pour l'instant ils ne veulent pas l'entendre, mais ils sont en train d'en crever : Pékin est irrespirable, à cause du charbon. **La Chine veut sortir du charbon, la Chine va sortir du charbon.** Il n'y a plus que l'Inde maintenant pour défendre le charbon... Mais ils vont en crever ! Quand tout le monde crève, c'est très bien d'avoir un téléphone portable, mais si on respire plus...; c'est très bien d'avoir une voiture, mais si c'est pour être dans un embouteillage ça ne sert à rien !

Bon, bref, c'est de la **CONTREPRODUCTIVITÉ** à l'échelle planétaire.

AS - Donc les conditions pour que 'cela' marche à terme ? 'Cela', vous voulez dire le projet politique de la décroissance ?

SC – Oui, c'est ça. Si vous avez des exemples...

Dans la bibliographie que j'ai consultée, il ya les 8Rs de Serge Latouche ; aussi dans un petit livre d'André Gorz, j'ai aussi trouvé 3 grands axes, comme un programme (fictif), et le Manifeste Convivialiste d'Alain Caillé, où il y a des propositions, mais elles sont assez générales aussi. On m'a aussi indiqué deux livres : Les Défricheurs de Eric Dupin, qui sont des exemples à petite échelle, en France, et Un million de révolutions tranquilles, de Bénédicte Manier, qui donnent des exemples concrets. Donc là je vais essayer de faire l'exercice inverse : partir de la base et remonter vers la théorie, faire cette jonction. Parce que sinon, c'est vrai que je me sentais un peu perdue : Où c'est qu'on va ? Est-ce qu'on continue à aller dans le mur du côté politique, sachant que spontanément il y a des personnes qui ont envie de faire bouger les choses.

AS – Exactement, il y a des gens qui s'y mettent déjà sur le terrain. Il y a aussi le film Demain, de Cyril Dion et Mélanie Laurent, qui est en salle en ce moment. **Il y a tout cet univers d'initiatives de terrain, qu'il faut à mon avis croiser avec une vraie reconceptualisation générale.** Et parmi les références que j'ajouterais aux vôtres, c'est celle sur les *low tech*, les basses technologies. L'âge des low tech de Philippe BIHOUIX¹⁸⁹, qui a été un des premiers membres de l'Institut Momentum, – je vous invite à lire ce livre. Les *low-tech*, cela fait partie des conditions pour que cela marche à terme. C'est à dire que **tout ce qui permet de ralentir, de relocaliser et de démachiniser les services pour les remplacer par des êtres humains, et de faire de l'agriculture bio et permaculturelle, tout cela, c'est décrit dans L'âge des low-tech.** Il suffit d'appliquer ça, mais malheureusement on a des dirigeants qui ne comprennent pas cette logique-là. **Par exemple, le fait de faire des macro-régions comme en France maintenant, on a 13 régions au lieu de 22 – c'est complètement aberrant. Il faut faire des territoires beaucoup moins grands, découper en fonction des bassins de ressources**, notamment les bassins versants, les caractéristiques végétales. Par exemple, on parle de bio-vallées dans la Drôme, je trouve que c'est intéressant comme approche, car une vallée essaye de fonctionner, pas en autonomie, mais de valoriser ses

189 L'âge des low tech : Vers une civilisation techniquement soutenable, de Philippe Bihouix, paru dans la collection Anthropocène des éditions Seuil en avril 2014 (voir : <http://www.seuil.com/ouvrage/l-age-des-low-tech-philippe-bihouix/9782021160727>).

propres ressources et de les protéger. On a aussi le concept de **Alberto Magnaghi** qui est très intéressant sur les **territoires relocalisés, ça s'appelle des biorégions.**

Je vous envoie un lien sur ça : La biorégion urbaine¹⁹⁰. Alors ça c'est de **l'aménagement du territoire. Donc vous combinez des basses technologies, avec de l'aménagement du territoire, des valeurs de justice environnementale locale et planétaire, et ça vous fait une politique.**

Qu'est-ce qu'on peut faire pour que ce soit mis en oeuvre ? Ne pas continuer à faire ce qu'on fait, quoi !

Question suivante : quels sont les risques si ces propositions venaient à s'imposer ? Quelles seraient les conséquences, négatives et positives, ou incertaines à attendre (cela pour ne pas être naïfs quant aux propositions de la décroissance) ? Comme le risque de chômage par exemple.

AS – Quant au **risque de chômage, selon Philippe BIHOUIX, non !** Là je vous invite à lire le chapitre sur les *low-tech* qu'il a écrit dans Économie de l'après-croissance. Dans ce texte, il décrit le fait de **démachiniser** – c'est-à-dire de supprimer tous les distributeurs, ces engins qui consomment par ailleurs beaucoup de métaux et beaucoup d'énergie – et de **réhabiliter des emplois à la place des machines**, eh bien c'est complètement idiot, mais [ça marche]..... Et **l'agriculture est aussi un secteur en gisement** : là il y a des expérimentations de micro-fermes très intensive en main-d'oeuvre, où sur un hectare vous avez 2 ou 3 possibilités de création d'emplois au SMIG. Si c'était **soutenu par les pouvoirs publics**, ce serait plus facile; **pour l'instant les subventions agricoles soutiennent les productions de grandes cultures qui sont souvent faites pour être exportées, dans le cadre de la mondialisation.** C'est vrai qu'il y a une part de **démondialisation aussi à imaginer dans ce modèle.** Alors si ces propositions venaient à s'imposer, il y aurait moins de flux mondiaux, il y aurait **plus de protectionnisme**, il y aurait des entités régionales type biorégions beaucoup plus petites, **ça ne veut pas dire qu'il y aurait de la xénophobie car il faut absolument que les gens puissent circuler et se métisser, pour être plus solides....** parce que : qui dit métissage, dit **solidité biologique** ; c'est valable pour les plantes et pour les êtres-vivants.

Donc ce n'est pas du tout un projet réactionnaire, dans ce sens, même si certains intellectuels de l'extrême droite s'intéressent à la décroissance parce qu'ils y voient une sorte de bastion possible d'entre soi. Mais ce n'est pas du tout de cela que moi je me réclame et que ceux dont je me sens proche et qui ont contribué au livre sur la décroissance, aux éditions du Passager Clandestin. Voilà, c'est une **décroissance sociale dont je me réclame, et elle est ouverte et cosmopolite.**

Mais territorialement, **elle s'ancre d'abord dans la terre cette décroissance-là. Les conséquences négatives, c'est qu'il faudrait peut-être mettre plus de pulls en hiver, faire des fauteuils chauffants.** D'ailleurs j'ai reçu un truc là-dessus aujourd'hui, je vais vous l'envoyer parce que c'est rigolo : arrêter de chauffer l'espace et se chauffer soi-même.¹⁹¹ Et ça c'est typiquement décroissant, c'est peut-être effrayant pour certains, mais moi je ne trouve pas ça plus effrayant que ça.

190 Livre écrit par Le professeur d'architecture et d'urbanisme Alberto Magnaghi, publié en français en 2014 sous le titre la biorégion urbaine : Petit traité sur le territoire bien commun. Éditions Eterotopia France (voir : <http://www.eterotopiafrance.com/catalogue/la-bioregion-urbaine/>)

191 Agnès Sinaï fait référence à l'article commenté sur le Blog du journal Le Monde le 18 décembre 2015, intitulé *Chauffer les gens, pas les lieux ?* et qui commente l'article paru dans Low Tech magazine,

Bon, question suivante : est-ce que ces propositions doivent s'imposer, d'ailleurs ?

AS - NON, il faut qu'elles émergent grâce à des **conférences de citoyens**. Il faut organiser dans chaque région des **forums démocratiques de la sobriété et essayer d'impliquer les citoyens** là-dedans. Après je pense qu'en effet **il faut planifier la décroissance, moi je suis pour la planification, mais la planification concertée**. Je pense que **tout ne peut pas partir du local, il faut les deux : il faut le *bottom-up*, et le *top-down***, et le top-down c'est la planification concertée, mais à l'échelle des régions, pour protéger les ressources et protéger la vie.

Donc les conséquences négatives, justement pour moi, c'est mettre plus de pulls en hiver et effectivement peut-être **ne plus prendre l'avion**. Donc effectivement ça c'est difficile de ne plus prendre l'avion, même moi par exemple. Je reconnais que c'est difficile... ou bien se permettre de prendre l'avion, mais de manière rationnée. **Je suis pour le rationnement de l'énergie**. Et là je vous invite à lire Mathilde SZUBA - dans le premier bouquin dont je vous ai envoyé la couverture, Penser la décroissance – qui a écrit un article sur le rationnement d'énergie.

Et je ne pense pas du tout que la décroissance soit en perte de vitesse, car on fait un cours sur la décroissance à SciencesPo depuis 6 ans. Luc Semal, dont le nom est également dans Penser la décroissance, et moi Ça veut dire qu'il y a une place pour cette réflexion-là, et que cette réflexion-là prend tout son envol grâce à sa cohérence. Bon mais là je reviens en arrière [dans votre série de questions].

Quant à l'**imaginaire de la population française**, par contre, je ne saurai pas répondre. Je pense effectivement qu'il **est marqué par ce que Bertrand Méheust appelle 'la pression de confort'**. Il a écrit La Politique de l'oxymore - c'est un des auteurs de la décroissance, il a publié dans Entropia. Il appelle ça 'la pression de confort', cette espèce d'injonction à aller au ski, à aller en Thaïlande, rouler dans des grosses voitures. [...] il y a d'autres propositions : de la collocation, des copropriétés, de l'habitat groupé...ça aussi c'est une proposition intéressante.

Donc l'imaginaire je pense qu'il est 'mal barré'... Serge Latouche en a très bien parlé, dans le livre Décoloniser l'imaginaire. Après il y a un autre auteur qui est important : il s'appelle **Pablo SERVIGNE**, je ne sais pas si vous en avez entendu parler. Il a écrit un livre avec **Raphaël STEVENS**¹⁹², qui s'appelle Comment tout peut s'effondrer¹⁹³ - sur la page d'accueil de l'Institut Momentum vous verrez aussi la présentation de leur livre. Eux, ils disent que tout va s'effondrer, mais qu'au milieu de l'effondrement il va y avoir beaucoup **plus de coopération entre les individus, parce que les gens se soutiennent, en fait, en période difficile, les gens ont tendance à coopérer et pas forcément à**

Restoring the Old Way of Warming: Heating People, not Places, posté en février 2015 (Voir <<http://internetactu.blog.lemonde.fr/2015/12/18/chauffer-les-gens-pas-les-lieux/>> et <<http://www.lowtechmagazine.com/2015/02/heating-people-not-spaces.html>>)

192 Pablo Servigne est ingénieur agronome et docteur en biologie. Spécialiste des questions d'effondrement, de transition, d'agroécologie et des mécanismes de l'entraide, il est l'auteur de Nourrir l'Europe en temps de crise (Nature & Progrès, 2014). Raphaël Stevens est éco-conseiller. Expert en résilience des systèmes socioécologiques, il est cofondateur du bureau de consultance Greenloop. Cf. <http://www.seuil.com/ouvrage/comment-tout-peut-s-effondrer-pablo-servigne/9782021223316>

193 Comment tout peut s'effondrer : Petit manuel de collapsologie à l'usage des générations, de Pablo Servigne et Raphaël Stevens, paru en 2015 aux Editions Anthropocène Seuil.

s'entretenir. Bon, c'est une hypothèse. Sinon il y a aussi Petit traité de Résilience locale¹⁹⁴ [par les mêmes auteurs], qui est moins cher.

Question3 - Quels sont les principaux arguments, officiels et officieux, des réfractaires à la décroissance ?

AS - La perte de confort, la perte de libertés, et moi je pense qu'on perd en liberté mais on gagne en autonomie. Alors ça peut être compliqué à expliquer, mais... Voilà, la décroissance est souvent confondue avec la récession, mais quand on considère la décroissance **comme un projet et pas seulement comme un destin, la décroissance recouvre un ensemble de politiques de COOPERATION, comme on a vu se développer en Grèce.** Et là on a aussi, dans les petits livres que je vous ai suggérés, un texte d'Alice CANABATE, qui est allée en Grèce et qui a enquêté sur les initiatives qui montrent que la décroissance est aussi une manière de s'organiser de façon coopérative au milieu de la récession¹⁹⁵, mais que **ce n'est pas la décroissance qui crée la récession, c'est la récession qui inspire des politiques de décroissance, ou qui les oblige à surgir comme des politiques de résilience.** Donc voilà.

En quoi sera-t-il difficile de les faire adhérer et les convaincre de tenter l'expérience ?

Je pense que leur faire tenter l'expérience, leur donner envie, c'est peut-être la clef et on gagne un monde plus apaisé, avec **plus de PROXIMITE entre les individus**, au sein de collectivités qui essaient de partager ce qu'elles peuvent. On l'a vu à Detroit aux Etats-Unis, où il y a des jardins potagers, des fermes, dans la ville. Il y a une grande pauvreté – c'est vrai que **c'est dur de travailler la terre, ce n'est pas très vendeur non plus, mais en même temps il y a une satisfaction de manger ce qu'on produit**, ça donne une forme de sécurité même. Moi je dirais que **dans le projet décroissant il y a une forme de sécurité qui émerge, et qui rassure par rapport à l'angoisse de la mondialisation et de la pénurie.** Parce que **la décroissance c'est apprendre à répartir, à vivre avec moins, mais de manière coopérative et avec plus des biens communs.** Donc on y **gagne en SECURITÉ** en fait. Bon, c'est un vœu pieux, mais... on y gagne en sécurité locale et globale, me semble-t-il.

Et enfin, dernière question : « Comment est-ce que vous entrez en relation avec le thème de la décroissance ? »

SC – Donc vous, vous êtes directement enseignante dans le domaine, depuis quand exactement ? Et ce sont des amphis, ou des classes moins nombreuses ?

AS - Depuis 2010, et on a fait **10 cours**, car c'est par semestre. Ce sont **des classes de 35 élèves**, pas de amphis de 400. Mais parfois on invite plus d'étudiants, on fait des séances en amphis quand on invite des gens extérieurs comme Philippe Bihouix, ou des

194 Agnès Sinaï fait référence au livre Petit traité de résilience locale, de Agnès Sinaï, Raphaël Stevens, Hugo Carton et Pablo Servigne, paru aux éditions Charles Leopold Meyer en 2015 et accessible sur : http://docs.eclm.fr/pdf_livre/372petittraitederesilienceLocale.pdf

195 Alice Canabate a écrit le chapitre 2 - intitulé Décroissance et récession en Europe - du livre Économie de l'après-croissance : Politiques de l'Anthropocène II, dirigé par Agnès Sinaï (2015). Elle a également rédigé le rapport " La cohésion sociale en temps de crise : initiatives alternatives et formes des résistances – Espagne, Grèce, Portugal", commandité par le Groupe d'EELV au Parlement Européen, qui a eu pour objectif de revenir sur ces questions au travers d'une enquête réalisée en Grèce, en Espagne et au Portugal, entre juin et novembre 2013. (cf. https://www.greens-efa.eu/legacy/fileadmin/dam/Documents/Events/2014_02_19_Social_Cohesion_in_times_of_recession/P E-Canabate_web.pdf)

actuels de la décroissance, et là on fait **des conférences plus ouvertes** donc là ça peut aller **jusqu'à une centaine d'étudiants**.

Donc oui voilà, il y a mon **enseignement à Sciences Po ; il y a l'Institut Momentum qui est une Association que j'ai créée en 2009** et à laquelle je me consacre bénévolement depuis le début. En tant que journaliste, j'essaie de faire passer, plus ou moins discrètement, ces approches. Ce n'est pas toujours facile, mais voilà c'est en filigrane de pas mal d'articles que j'ai pu écrire. Et puis j'ai contribué à la revue S!lence¹⁹⁶ : c'est un mensuel proche de la décroissance.

Donc comme je suis journaliste, effectivement je contribue et, partout où je peux, j'essaie de faire connaître des angles un peu différents. C'est plus en termes d'angles en fait, **j'essaie de positionner l'angle d'un article et l'angle du regard**.

SC - Et il y avait la revue Entropia aussi ?

AS – Avec la revue Entropia c'était plus facile, parce que c'était 'LA' revue qui se voulait la revue de la décroissance, donc là on n'avancait pas masqués. Mais quand j'écris dans Actu environnement¹⁹⁷, je ne suis pas dans un environnement décroissant et pourtant je bosse pour eux et j'essaie de faire passer des choses. **Mais je ne suis pas militante à ce moment-là**, je ne suis pas chercheuse, je suis journaliste. C'est plus masqué, parce que si c'est frontal, ça ne passe pas.

SC – C'est intéressant...vous essayez de convertir les gens qui ne connaissent pas encore ou qui *a priori* ne sont convaincus.

AS – Oui. L'idée c'est de **mettre en valeur certains sujets, par exemple la citoyenneté énergétique : comment des citoyens peuvent créer une coopérative de production d'électricité sur un petit territoire**. Il y a des exemples comme ça qui me parviennent et sur lesquels je propose d'écrire un article, donc du coup ça valorise un peu l'exemple. Quand je vois passer des choses comme ça, j'essaie de 'les faire monter'... tout ça, ça passe dans la masse bien sûr, mais c'est déjà ça.

AS - Quant à la question : « Pourquoi Entropia est-elle morte ? Perte d'intérêt, essoufflement, mécontentement ? ».

Non, ce n'était pas un mécontentement, mais il n'y avait presque plus de lecteurs. Parce que les librairies au fil des années ne prenaient plus la revue Entropia et l'éditeur avait du mal à la placer. De manière générale, il y a peu de place pour les revues auprès des libraires. Ça marchait bien au début – il y a eu **2.000 exemplaires vendus pour le Numéro 1**, mais ça s'est érodé, donc il y a eu **perte d'intérêt des lecteurs et essoufflement de la rédaction**. En fait c'est **Jean-Luc Besson-Girard** qui a porté cette revue la plupart de ces années, et à partir de 2012 deux jeunes ont pris la relève – Alice CANABATE et Philippe GRUCA - parce que deux numéros par an, de 600.000 signes, c'est énorme comme boulot, et c'est vraiment lui qui a fait cette revue – d'ailleurs vous devriez parler avec lui, il saurait bien vous raconter toute l'histoire d'Entropia et ce qu'est pour lui la décroissance.

Donc ce n'est pas du tout un mécontentement, parce qu'au contraire, ce qui nous a fait tenir toutes ces années, sans gagner un sou et en y passant un temps fou, c'est justement parce que on s'aimait (rires). C'était plus qu'une histoire d'amitié, enfin, c'était l'amitié dans la pensée. [...] **créer des lieux de convivialité pour réfléchir ensemble**, d'ailleurs

196 <http://www.revuesilence.net/>

197 <https://www.actu-environnement.com/>

vous êtes la bienvenue à l'Institut Momentum, si vous souhaitez, la prochaine fois que vous venez à Paris, vous me faites signe et je vous envoie le calendrier ; ou si vous voulez recevoir ce qu'on fait, on peut vous abonner. On fait un séminaire par mois, et donc on envoie un ou 2 mails par mois, et donc vous saurez sur quel thème sera le séminaire du mois. Et du coup on invite une soixantaine de personnes, et je peux vous mettre sur cette liste. Je dis soixante car on a une petite salle à Paris, et ce n'est pas public ; mais s'il y a aussi des jeunes chercheurs qui veulent venir suivre un séminaire car ça les intéresse, c'est ouvert bien sûr. Donc je vous mets sur la liste de diffusion des séminaires.

J'espère que ces éléments vont vous aider, et que ce n'était pas trop touffu.

[FIN]

APÊNDICE C.a.8 - Interview de Sylvie FERRARI, le 18/02/2016 (via *skype*) et complétée par une rencontre, plus informelle, le 31/05/2016 à Talence (France).

[à partir des annotations, car il n'y a pas eu d'enregistrement de la conversation, pour problème technique du graveur de *skype*].

Sylvie FERRARI – J'ai commencé à m'intéresser à la décroissance en 1992, lors de ma thèse de doctorat sur Georgescu-Roegen, par une approche thermodynamique et physique, donc une approche différente de celle de Serge Latouche (mais pas sur tous les éléments).

Sur le site web du Gretha, on peut accéder aux projets de recherches auxquels mon équipe s'intéresse, comme:

1. **La consommation durable**, via un projet mené avec un collègue de Nice – Projet MOVIDA, qui doit terminer en août 2016): le travail est réalisé sur une Base de Données de 3.000 ménages, choisis de façon aléatoire, suivis depuis 2013. La 2^e phase a intégré - dans la consommation durable, le profil de consommation décroissant. L'idée a été d'analyser des changements radicaux d'habitude, c'est à dire les gens qui consomment moins, pas forcément à cause d'un manque ou d'une réduction des moyens économiques ou en cherchant une amélioration de la qualité des produits consommés, mais simplement qui consomment mieux.

Les chercheurs - Sylvie Ferrari et un doctorant – essayaient d'identifier les difficultés d'accès à l'eau.

2. **Questions d'inégalités environnementales et éthiques**, avec un regard philosophique ;

3. **Gestion durable des ressources aquatiques**, en s'intéressant en particulier aux **zones humides**.

Vous pouvez consulter les publications francophones de Cairn Info, revue de philosophie économique, parmi lesquelles vous devez trouver un article co-écrit avec Alexandre [Berthe] et Jean-Yves Vandenberghe (qui a été présenté il y a deux ans à la conférence ISEE à Reykjavik), dans lequel nous parlons du taux de LEROY – retour de technologie – et du taux de Carnot.

Question 1 :

SF – J'ai plutôt une **approche biochimique**, considérant diminution de la production, diminution de la consommation.

Donc, pour moi principalement la décroissance signifie : **BIOÉCONOMIE, AUTOLIMITATION** (ce qui nous renvoie à faire certains choix...); repenser la PLACE DE L'ÉCONOMIE – et donc la manière de produire. D'autre part, le **BIEN-ÊTRE** est rattaché à la décroissance, non plus dans l'idée de croissance, au sens économique du terme.

Donc on peut, si on joue en amont sur la limitation des *inputs* et en aval sur les rejets, parvenir à cette diminution. Selon la théorie dynamique du monde fini : on peut rester dans une sphère reproductive, avec temps long, avec moins de dissipation et donc moins de déchets.

Dans ce cas, la dimension temporelle pourrait être compatible avec la décroissance, car ce serait peu dissipatif. **On n'explore pas assez la question du temps, du processus.** La décroissance renvoie à cette question de temps long.

Limite : avec la technologie et le facteur de Carnot.

En chimie, certaines réactions ne sont réalisées de façon optimale que si elles sont réalisées à une certaine vitesse [la vitesse de réaction est un facteur très important en chimie].

Quant aux **valeurs philosophiques**, je pense :

- **SOBRIÉTÉ**, avec l'autolimitation, car le mode de consommation actuel n'est pas durable ;
- **LIBERTÉ** en termes de choix : il faut qu'il y ait cette possibilité de choix (ex : capacités de A. Sen) ; la décroissance n'est pas un système totalitaire ;
- **ÉTHIQUE ENVIRONNEMENTALE** : notre relation à la nature.

Mais pour moi, **les fondements [de la décroissance] sont biophysiques.**

On le voit plus récemment avec l'accord de Paris : cet accord n'a pas intégré pleinement cette question de limites planétaires (voir la revue Nature & Science sur le sujet).

Gilles ROTILLON – économiste émérite à Nanterre – a écrit dans La vie des idées un papier qui discute comment les limites et les inégalités sont liées.

Frédéric-Paul PIGUET – un philosophe de Lausanne – dans un papier dans la revue Futuribles, défend que dans certains cas la question de la redistribution n'a plus sa place ; des mesures plus drastiques sont nécessaires.¹⁹⁸

Sur les pratiques autour de la décroissance :

Voir les expériences autour des CIRCUITS COURTS. Avec la nouvelle stratégie de développement durable, ils ont mis en place une ECONOMIE CIRCULAIRE, avec maîtrise des déchets. Cela traduit une certaine opposition au système dominant.

En France et en Europe, diverses initiatives locales se développent.

Côté legal, une **loi contre le gaspillage alimentaire**¹⁹⁹ a été votée en 2016 et une **loi contre l'obsolescence programmée**²⁰⁰ en 2015. La politique s'empare donc quand même d'éléments d'alternatives – qui ne sont pas encore dans la ligne de la décroissance, mais **contre le *mainstream***.

Par exemple, en terme de mobilité urbaine : le responsable de Blablacar disait que son objectif premier était de faire de l'économie.

Je vous conseille de regarder la **revue TerraEco**.²⁰¹

Quant aux entreprises : j'ai un collègue qui s'intéresse à la **responsabilité sociétale des entreprises** : comment les entreprises essaient de s'impliquer dans la société en ayant des attitudes responsables.

Selon Dominique BOURG, il ne faut pas attendre du 'haut', de l'état', ces initiatives.

¹⁹⁸ Frédéric-Paul Piguet a publié le livre Justice climatique et interdiction de nuire (Globethics.net, 2014). Sylvie Ferrari fait ici référence au papier intitulé « Quelle justice climatique ? Les droits et permis d'émission en question », paru dans la revue Futuribles n° 405, Mars-avril 2015.

¹⁹⁹ Loi n° 2016-138 du 11 février 2016 relative à la lutte contre le gaspillage alimentaire, fixant notamment des dispositions destinées à empêcher les grandes surfaces de jeter de la nourriture et de rendre leurs invendus impropres à la consommation (Disponible sur : <<https://www.legifrance.gouv.fr/>>).

²⁰⁰ LOI n° 2015-992 du 17 août 2015 relative à la transition énergétique pour la croissance verte, accessible sur : <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000031044385&categorieLien=id>>.

²⁰¹ TerraEco est un média indépendant, accessible sur : <<https://www.terraeco.net/>>.

De même, l'exemple du mouvement des Zèbres, d'Alexandre Jardin, montre que [des choses se passent dans ce sens].

Donc l'idée est que dans une démocratie, on peut être un peu désobéissant pour pallier les failles du système. On aspire à une **DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE**.

À l'université, dans le cadre du projet d'encadrement doctoral 'AdaptEcon', nous avons un doctorant français sur le thème de la décroissance. Il s'agit de **Timothée Parrique**.²⁰² [c'est un projet de thèse avec trois codirecteurs de recherche, dont Arnaud Diemer (et moi).²⁰³

Quant aux effets de la Décroissance :

Nous devons considérer l'échelle globale, avec des niveaux de développement entre pays très différents. Il ne s'agit pas d'appauvrir tout le monde. Mais les pays industrialisés – USA et Union Européenne, par exemple – qui gaspillent beaucoup, pourraient redistribuer, sans revenir à l'âge de pierre.

Une idée serait de **revoir nos choix, nos préférences**, mais ça ne veut pas dire que l'on renonce à tout. Par exemple, on doit revoir nos modes de déplacement, penser à l'autopartage, consommer bio-local ; lutter contre l'obsolescence programmée, etc. A partir du moment où on a la LIBERTÉ DE CHOISIR, après, c'est l'individu qui décidera.

On doit faire appel à la philosophie, pour considérer des éléments non-économiques.

Pour répondre à la question « Comment pourrait-on convaincre les gens qui n'y adhèrent pas... »

La Commission Fitoussi/Sen/Stiglitz, ou encore le paradoxe d'Easterlin par exemple, montrent que le PIB et l'argent ne résolvent pas tout. La question de la croissance, si elle doit se poser, c'est dans des pays ou des régions où les gens n'ont pas encore accès à l'eau ni aux biens primaires.

Selon moi, l'économie n'a pas pour objectif principal de faire de la croissance, mais de faire se réaliser [les personnes], de trouver du bonheur (en rappelant la vision de A. Sen). Donc l'idée serait de ramener au centre du débat la question du BONHEUR et du BIEN-ÊTRE : il faut rendre les gens heureux et jouer sur ces

²⁰²Timothée Parrique, avec qui j'ai échangé quelques mails en avril 2017, m'a expliqué qu'il devait utiliser la dynamique des systèmes dans un esprit de prospective pour explorer des scénarii de décroissance pour le cas de la France. Il devrait analyser un ensemble de propositions – réduction du temps de travail et garantie du travail, revenu de base et revenu maximum, monnaies locales et contrôle public de la création de monnaie, des impôts divers sur la production, le patrimoine, l'héritage et la terre; et s'intéresser en particulier aux interactions entre celles-ci. Son objectif est de formuler plusieurs voies (pathways) de décroissance économiquement cohérentes – il voudrait donc tester la viabilité et la factibilité de différentes 'recettes' d'arrangements des différentes propositions individuelles.

²⁰³ Consulter <<https://adaptecon.com/>>; <<http://earthice.hi.is/adaptecon>>.

arguments-là – montrer que 10 smartphones et 3 voitures ne sont pas la solution, qu’il faut sortir de cette logique.

A la fin des années 2000, on entre dans le ‘**New Deal vert**’,²⁰⁴. C’est-à-dire qu’on continue la croissance, un peu différemment (alors qu’il faudrait revoir le système tel qu’il a été fondé).

Mais **un problème**, selon moi [pour que les propositions soient acceptées et qu’il y ait une forte adhésion] c’est **qu’il n’y a pas de théorie bien ficelée de la décroissance** ; il n’y a pas ‘rien du tout’, mais il **manque la cohérence d’ensemble. Il faut identifier un noyau dur qui soit rassembleur.**

²⁰⁴ Concept apparu en 2009, en ‘réponse’ à la crise de 2008 (qui n’était pas sans rappeler la crise de 1929, à laquelle avait succédé le plan de relance du Président Roosevelt, via investissements publics). Le terme ‘new deal vert’ a été utilisé par l’ONU (l’UNEP très exactement), qui invitait à relancer les initiatives d’économie verte et Initiative promouvoir des investissements publics visant la transition énergétique (visant une sortie de la crise et à la réduction des émissions de gaz à effet de serre). (voir : <https://www.cairn.info/revue-de-l-ofce-2014-3-page-239.htm>).

APÊNDICE C.a.9 - Interview de Fabrice FLIPO, le 8/06/2016, à Paris.

Sandrine Cuvillier – [Introduction et présentation du sujet de recherche].

Fabrice Flipo – Alors, comment définir la décroissance?

On a donné une définition dans notre bouquin. La décroissance: dix questions pour comprendre et en débattre, aux éditions La découverte.²⁰⁵

La décroissance est un courant de pensée, et éventuellement un mouvement aussi, qui pense que la décroissance du PIB est une option intéressante et à explorer pour la situation qui est la nôtre. L'idée, c'est que les autres posent plein de questions, mais pas celle-là. On peut parler de post-croissance par exemple - c'est l'idée que la croissance va être faible pendant longtemps, c'est la définition la plus courante -, mais ça ne pose pas la question d'une décroissance du PIB. Donc la décroissance exprime bien quelque chose de précis.

Les concepts qui y sont rattachés, il y en a plein, car une fois qu'on a dit cela, on soulève ces questions....

On retrouve notamment les 3 dimensions – écologique, sociale et économique– et tout le vocabulaire qu'on peut avoir dans le développement durable, mais avec une notion que **le développement durable lui, noie un peu le poisson: il veut mesurer, mais on ne sait pas vraiment ce qu'il veut mesurer et quelles en sont les conséquences.**

Alors que la décroissance, très concrètement, dit que les conséquences c'est une décroissance du PIB.

Par contre, il y a plusieurs raisons et c'est ce qu'on développe – j'ai écrit un article aussi dans Implications philosophiques dans lequel je dis **qu'il y a 5 racines, ou 5 origines de la décroissance, et 5 arguments principaux pour prévoir la décroissance.**²⁰⁶ Et moi je me reclame un peu des cinq personnellement. Donc quels sont les concepts qui y sont rattachés? Ce sont ces **5 courants de la décroissance [écologiste, bioéconomique, anthropologique, démocratique et spirituelle]**, mais ce que je ne développe pas dans l'article, et **qu'on ne travaille pas suffisamment, ce sont les solutions**, entre guillemets.

J'ai proposé un bouquin au Passager Clandestin pour reprendre ça, et quelles sont les pistes de solutions de chacun des courants. Parce que **la décroissance ce n'est pas un programme, ce n'est pas une culture stabilisée, c'est un mouvement, un courant d'idées qui est assez bouillonnant, qui explore des possibles que les autres n'explorent pas.**

SC – Les autres, c'est qui... les défenseurs du développement durable, les convivialistes, par exemple ?

[*Passage inaudible*]

FF – Le convivialisme, c'est un peu ambigu. J'ai signé le manifeste – **car il ne faut pas être sectaire** non plus, il y a des idées intéressantes. Alain Caillé pendant longtemps a

²⁰⁵ La décroissance : Dix questions pour comprendre et débattre. De Fabrice FLIPO, François SCHNEIDER, Denis BAYON. Paru aux Editions La découverte, en 2012.

²⁰⁶ Fabrice Flipo fait référence à l'article, publié le 16 janvier 2015 dans la revue Implications philosophiques, dans lequel il présente les cinq sources, telles que lui a réussi à les discriminer, parmi les débats de natures diverses et multidisciplinaires qu'alimentent les objecteurs de Croissance. Les cinq catégories proposées sont les **sources : écologiste, bioéconomique, anthropologique, démocratique et spirituelle**. Disponible sur : <<http://www.implications-philosophiques.org/actualite/une/les-cinq-sources-de-la-decroissance/>>. Consulté le : 10/06/2018.

été opposé à la décroissance ; pas simplement indifférent, opposé ; pas seulement parce que c'est négatif, pour des raisons d'ailleurs pas très claires. Alain Caillé, je le connais bien, depuis des années, car je participe au Mauss. Il était opposé car avec la décroissance, on pose toute une série de questions avec lesquelles il n'était pas à l'aise, notamment celles de **l'universalisme**, sur lequel il a entretenu un désaccord avec Serge Latouche. Récemment, je ne sais plus ce que j'ai écrit sur l'universalisme en citant Latouche, et je lui ai envoyé. Alors il m'a répondu que dans le texte, tout lui allait, sauf la partie sur le diversalisme. et en conclusion il était d'accord qu'il n'y avait pas grande différence entre ce que lui-même avait écrit sur l'universalisme, et ce que Latouche écrivait. [rires] Donc en fait je pense que la décroissance l'a fait évoluer.

Mais surtout, au début, lui ne croyait pas aux questions écologiques. Ça soulève plein de questions...et donc lui est un sociologue **et les sociologues apparemment ont beaucoup de problèmes avec la nature. S'ils n'ont pas de formation 'sciences dures', ils ont l'impression que la nature c'est un problème qu'on ne peut discuter, que ça s'impose et voilà, ça bloque tout le débat!** Et ce n'est pas du tout vrai, c'est une méconnaissance en fait, parce que qu'il n'y a jamais eu une théorie de la Nature, mais c'est du relativisme.[...]Et sur le réchauffement climatique, en particulier, il y a des éléments qui existent et qui montrent que le risque est réel et sérieux, et donc le **PRINCIPE DE PRÉCAUTION**, il y a plein d'incertitudes et il faut connaître le débat [...]

Donc je pense qu'il y a un côté 'sciences dures', et il y a aussi un **problème de vouloir remettre en cause le modèle des Trente Glorieuses, d'où la difficulté, pour cette génération, de vouloir renier les Trente Glorieuses** en quelque sorte. [*passage inaudible*]

Donc ce sont des éléments qui viennent un peu en opposition à la décroissance, mais ce sont des éléments qui sont importants pour comprendre le débat.

Quant aux concepts qui sont rattachés, donc les 5 racines. L'économie, pour s'attacher à la question de l'épuisement des ressources, l'entropie, et le lien ici c'est Georgescu-Roegen; et après ce que je peux vous dire c'est sur les solutions (c'est dommage que je ne l'ai pas apporté).

Les solutions concrètes, ça va être **les circuits courts**; ce n'est **pas la géoingénierie car c'est trop risqué**, mais c'est la mise en place de modes de vie aux empreintes écologiques faibles, et ces modes de vie-là sont à valeur ajoutée relativement faible – car il y a moins de travail, d'énergie – et donc tout cela fait baisser le PIB, voilà c'est assez simple. **Cela a pour conséquence de faire baisser le PIB, le but n'est pas de faire baisser le PIB**, le but est de dire que la politique dominante d'augmenter le PIB est un obstacle à des modes de vie qui seraient plus soutenables, plus démocratiques *etc.*, lesquels ont pour conséquence de faire baisser le PIB.

[...]

Ceux qui disent "il faut faire croître certaines activités, et décroître d'autres activités" - ça c'est Schumpeter, il le disait déjà - et on ne dit rien de clair en fait sur le projet! Alors que la décroissance se veut claire.

L'économie circulaire est fondée sur le recyclage – on casse et on fait de la matière première à partir de produits recyclés. Mais ça ne change pas la logique, ça n'empêche pas de continuer à produire des objets jetables. **Alors que le réemploi, c'est construire des objets qui durent longtemps, qui sont réparables.** Si on imagine une voiture réparable, on imaginerait une voiture simple, sans gadgets, avec des pièces

interchangeables. L'idéal serait que la diversité soit réduite à 3 modèles : une Logan courte, une Logan moyenne, et une Logan longue, et voilà (rires).

SC – Oui mais cela ne serait-il pas **un problème, car on ne respecterait plus la liberté de choix?**

FF – Mais justement, il y a toute une critique de la société de consommation qui joue sur l'individu en tant qu'individu qui se différencie des autres, et on crée des faux besoins. [*inaudible*]

Alors que les gens peuvent personnaliser leur Logan, comme ça se faisait dans les années 70. Tout le côté bricole, tout le côté expression artistique, maintenant ce n'est plus possible. L'industrie a pompé tout ça, les gens ne peuvent plus faire ça car c'est passé sur le catalogue.

Le contre-argument qu'on entend à la décroissance c'est de dire qu'il faut respecter la souveraineté du consommateur. Mais nous ce qu'on dit, c'est que ça **c'est un principe libéral, de liberté formelle, que ce n'est pas du tout la liberté réelle**, et d'ailleurs si on supprimait la pub, ça m'étonnerait beaucoup qu'on a arrive à la diversité de l'offre qu'on a aujourd'hui. Si on va au Sénégal et qu'on voit des [Citroën] 504 et des 505, ils ne se disent pas qu'ils ont absolument besoin d'avoir une grande diversité de bagnoles, ils veulent juste un truc qui roule, efficace, et avec des pièces [pour les réparer au besoin].

Maintenant, bien sûr, il ne s'agit pas d'imposer la chose, mais **si on donnait la vraie liberté de choisir**, je ne suis pas sûr que des solutions comme ça [obsolescentes] seraient accréditées par le public.

Le modèle actuel c'est 95% de recyclage et 5% de réemploi. Et nous ce qu'on voudrait, c'est 95% de réemploi, et après s'il n'y a plus de possibilité on penserait au recyclage, mais ce n'est pas le cas. Actuellement c'est l'inverse. C'est la même chose avec **la compensation carbone: elle devrait être appliquée quand on n'a plus d'autre choix.** Mais non, c'est le premier choix qui est fait quand on n'a pas envie de toucher à autre chose. [...] Tout dépend de l'intention, du but dans lequel on le fait.

Donc oui, du pont de vue du consommateur, ça c'est une critique assez classique.

Maintenant, **sur le sens anthropologique, c'est de dire que le Sud a autant de production que le Nord, et que la décroissance s'applique autant au Sud qu'au Nord.** Au sens où la décroissance c'est le fait de dire que la croissance illimitée du PIB, c'est-à-dire **la mise en place d'un régime infini de croissance - parce que c'est ça une société de croissance ! – et ne pas aller vers là, c'est aussi bon pour le Sud que pour le Nord.** Ça n'empêche pas qu'il peut y avoir une croissance, car il ya des besoins objectifs, mais le but n'est pas là.[...]

Pour moi une société de croissance, c'est quoi ? C'est les sociétés occidentales, c'est la mission civilisatrice en même temps. Moi je ne connais pas l'Amérique du Sud, mais je connais assez bien l'Inde et Gandhi disait déjà cela : être indépendants pour nous, ce n'est pas faire comme les Anglais à la place des Anglais ; c'est inventer une voie de civilisation qui nous apporte.[...] Il y a des courants critiques au développement, mais ils sont faibles...

Civilisation ça veut dire modes de relations à l'autre, au sens strict du terme, c'est **la civilité** : comment faire pour exister, en évitant les conflits, d'une manière pacifique. C'est ce que dit Alain Caillé, dans l'un des quatre piliers du Convivialisme (principe d'opposition maîtrisée, « s'opposer sans se massacrer ») Dans la source anthropologique, c'est tout à fait la perspective, avec l'idée que, jusqu'à présent

l'occident donne des leçons aux autres – Marx aussi d'ailleurs - mais non !! (rires), il faut admettre que possiblement c'est l'inverse, aussi : **les sociétés primitives sont peut-être l'avenir, peut-être !**

On ne dit pas que c'est le seul avenir, on dit qu'elles doivent être traitées sur un pied d'égalité, en disant bien que les indiens de la forêt amazonienne ont le droit d'expliquer ce qu'est leur mode de vie et d'être écoutés, et ce que ça apporte à l'humanité.

La source démocratique, c'est l'idée de dire – c'est la critique de la Commission Européenne par exemple – que toutes ces entités qui deviennent gigantesques et qui sont mal contrôlées, ne sont pas souhaitables. **Il faut relocaliser la décision**, pas entièrement mais en grande partie, en des ensembles, à échelle plus humaine, et dans lesquels on peut un peu mieux maîtriser les délégations. Du coup, c'est lié à une critique de la Commission Européenne, à une critique des réglementations européennes – d'ailleurs le modèle de recyclage est mis en place au niveau européen.

Après, l'Europe a parfois des commissions intéressantes qui sont parfois plus progressistes qu'au niveau français, parce que il y a l'influence des pays nordiques qui sont plus écolos.

Mais pour reprendre les propositions de la décroissance, l'idée est de dire que tout cela restera limité, que c'est contrôlé para les grandes villes et les grande boîtes. [...]

L'idée est de dire « **qu'est-ce que c'est qu'une société au niveau anthropologique, et surtout qu'est-ce que c'est que le pouvoir ?** » Parce que le principe de la démocratie, c'est d'empêcher que certains ne s'approprient le pouvoir ; et donc il faut définir ce qu'est le pouvoir.

C'est quoi une société ? Une société c'est des individus qui ont une rationalité limitée. Donc nous n'en voyons qu'un petit bout. Si on veut en savoir davantage, il faut demander à son voisin, qui lui-même en voit un autre petit bout. Et ainsi de suite, mais bon pour tout comprendre, il faudrait beaucoup de temps. On va passer par des **représentations collectives** - dans les journaux, à la télévision – et des gens qui vont parler dans ces endroits-là et qui vont offrir à chaque individu une image de ce que les autres font, il n'y a pas d'accès direct. Et les personnes qui sont dans cette situation-là sont celles qui ont le pouvoir, car elles peuvent inventer les représentations, dire par exemple comme les grandes stars que 'avoir une Ferrari est extraordinaire'. Alors du coup tout le monde aimerait bien conduire une Ferrari, alors qu'en fin de compte, avoir une Ferrari n'est pas essentiel : c'est un bien de luxe, et ça n'aurait du sens que sur un circuit. Donc on pourrait peut-être penser à avoir une Ferrari, mais à la location à l'heure, par exemple.

Les besoins sont, comme dit Gorz, extrodéterminés, et c'est une expression qu'on retrouve chez Sartre également – déterminés par l'extérieur.

Il y a un bouquin – La foule solitaire, de David Riesman²⁰⁷ -, où il explique comment les besoins se forment dans des foules d'individus, c'est ça qui est important, c'est les foules. C'est pour ça que **la critique de la société de consommation et de la pub est vraiment très importante**, car c'est une aliénation dont les autres courants ne rendent pas en compte, et en fin de compte ils dénie la puissance. Du côté marxiste ça va être « capital travail, société de consommation : ah oui, c'est pas bien ! », mais une fois

²⁰⁷ Fabrice Flipo fait référence au livre de l'américain David Riesman de 1950 - *The Lonely Crowd: A Study of the Changing American Character* – dont l'édition française est parue en 1964, aux éditions Arthaud. Elle est aujourd'hui encore considérée comme une oeuvre prophétique (analysant la société de consommation).

qu'on a dit cela, on ne fait rien. Alors pourquoi est-ce que les gens travaillent comme des malades pour avoir une petite Audi ? Ce sont des **biens positionnels**, ce sont des biens dont l'importance n'est pas intrinsèque, c'est parce que ça donne une bonne image de nous face aux copains. Et c'est là-dessus qu'agit la pub, elle dit : « Vous êtes des nuls, vous êtes des nuls, donc vous avez besoin d'une Audi ! » J'ai choisi une Audi parce que c'est un des plus gros annonceurs en ce moment. Ils ne vendent pas des produits, ils vendent des rêves, des expériences.

Tout ce déluge de publicité fonctionne, et c'est individualisé. En plus **avec le Big Data c'est de pire en pire : ils ciblent le profil des gens, ils nous connaissent mieux que nous nous connaissons nous-mêmes**. Elle est là, la souveraineté du consommateur ? ! **C'est du mensonge**. Et c'est un choix délibéré. C'est à dire que **l'idée est d'encourager un choix individuel en masquant toutes les conséquences collectives**. Ce qui est gênant, c'est que ce soit manipulé, c'est-à-dire que ces conséquences sont intentionnellement cachées. Par exemple, pour les voitures, il a fallu mettre une réglementation pour qu'ils affichent les émissions. Sinon, on achète une voiture car c'est une expérience fabuleuse, car on ne nous parle pas de l'engorgement, *etc.*

Par exemple, **il y a une conférence de citoyens qui a été organisée sur le changement climatique** – les citoyens ont été formés sur le changement climatique. Le principe de ces conférences est de prendre **15 citoyens au hasard**, qui n'ont pas de conflit d'intérêt et qui sont statistiquement représentatifs.

Ils ont une problématique de formation qui est définie par les parties prenantes – les industriels, les syndicats, les ONG et les autorités publiques. Après avoir suivi le programme de formation, ils peuvent faire des audiences publiques, et écouter toutes les personnes qu'ils veulent, puis ils doivent faire un rapport sur ce qu'il faut faire, quelles sont les **propositions d'action**. Et en gros, les gens reprennent les conclusions des ONG, très largement...Les ONG ne les ont pas forcés, mais eux-mêmes ont compris que ce qui est important ce n'est pas le CO₂ sur les affiches, mais collectivement, les conséquences collectives, et les actions à mettre en place collectivement. Derrière, il va y avoir des actions individuelles, mais ce ne seront plus du tout les mêmes. C'est ça la critique.

Donc les gens ont la capacité de décider. L'idée n'est pas de dire « cette solution, c'est bien pour vous », c'est de dire, on vous met en situation de décider. Car **pour pouvoir décider, il faut être informés**, et avoir une qualité d'information élevée ; donc tout l'enjeu est de **rétablir une qualité d'information élevée**, alors que la pub fait l'inverse, elle entretient une information limitée.

Après ils vont nous dire : « mais il faut les laisser choisir ! », mais on en revient à la critique marxiste, qui **distingue la liberté formelle et la liberté réelle**. Aujourd'hui, notre liberté de choisir est une liberté formelle, et nous, ce qu'on voudrait, c'est une liberté réelle, avec des conditions. Alors évidemment ça implique des transformations importantes, car la pub et le marketing, et ce qui tourne autour, dans un pays comme la France, ça correspond à des financements énormes.

Pour réduire l'impact écologique, dans le bâtiment par exemple, les grandes boîtes ont présenté la solution : pour faire des bâtiments économes, on va les faire avec du béton, du verre et de l'acier. Pourquoi pas avec de la terre, qui serait mieux ? Tout simplement car ils ne savent pas faire avec de la terre, et ils vont marketer ce qu'ils savent faire. Et ils ne vont pas marketer les autres solutions, qui vont être invisibilisées du paysage.

Après quand on dit que les gens ont le droit de choisir, en fait on leur balance une norme basse consommation qui est la norme actuelle – la Réglementation Thermique

2015 (RT 2015)²⁰⁸ – qui est un marché pour le béton. Il n’y a pas un vrai choix individuel ou collectif. Il y a peu d’exemples.

C’est toute la **théorie d’Illich sur le monopole radical**. Evidemment les gens qui habitent en zone périurbaine, c’est normal qu’ils veulent une bagnole, **ils n’ont pas le choix** : à pied c’est beaucoup trop loin ; en vélo, ils se font écraser, donc voilà.

Il ne faut pas remettre en cause le discours de la croissance, qui est le discours des grandes entreprises, lesquelles disent qu’il n’y a pas d’autres solutions qu’elles, etc. Ce n’est pas un discours abstrait ce que je suis en train de dire, c’est observable.

SC – Mais c’est un discours qui n’existait pas il y a quelques années ?

FF – Il y a quelques années, ils faisaient comme s’il n’y avait pas de problème, maintenant **l’écologie est un facteur important de prise de conscience de toutes ces questions-là**, et ça permet de faire prendre conscience de tout le reste.

SC – Donc vous pensez que c’est vraiment l’écologie qui tire le débat ?.. car j’aurais tendance à dire que même s’il n’y avait pas de problème écologique, ce serait souhaitable de changer [de modes de vie et de production] et viser la décroissance.

FF - Oui, c’est vrai dans l’absolu, mais **c’est l’écologie qui permet la prise de conscience**, parce que sur l’épuisement des ressources, malheureusement on n’y est pas. Par exemple le pétrole : son prix a baissé, et *a priori* il va rester relativement bas. Même s’il va remonter, rebaisser, remonter et rebaisser encore un certain temps, même s’il s’épuise, ça n’empêche pas. Et ça les gens ont du mal à comprendre, y compris mes élèves ingénieurs par exemple, car **nous pensons que quand quelque chose devient plus rare, ça devient plus cher...et c’est faux ! Ça dépend de l’offre et de la demande** : si la demande devient de plus en plus rare, en même temps que l’offre, une chose se raréfie mais il n’y aura pas variation du prix. Donc il n’y a pas de signal clair de ce côté-là.

Sur la source anthropologique, il y a éventuellement ceux qui voyagent, mais pour les autres, il n’y a pas de signaux clairs non plus...ce n’est pas touchable quoi.

Sur la question démocratique, alors oui quand même, il y a des courants qui critiquent l’Europe, il y a des alliés sans avoir besoin de parler de décroissance ou d’écologie, qui sont intéressants...mais ils ne remettent pas toujours en cause la croissance, ceux-là. C’est-à-dire que **finalement la démocratie serait un peu en retard sur la croissance.**

La démocratie fournit tout un tas de nouvelles solutions, mais après il faut les socialiser, il faut les approprier, mieux les répartir. C’est tous les discours qui disent : « bon, le numérique en soi, c’est pas mauvais mais il faut que tout le monde y ait accès. Donc c’est le même gâteau, mais qu’on partage mieux. Donc **il y a toute une critique qui ne remet pas du tout en cause la croissance, et qu’on retrouve du côté socialiste ou marxiste**, et évidemment on n’est pas de côté-là.

²⁰⁸ Fabrice Flipo fait ici référence à la Réglementation Thermique qui est entrée en vigueur en janvier 2015 et qui visait à réguler l’utilisation d’énergie au niveau des bâtiments neufs et à imposer des limites de consommation d’énergie plus contraignantes que celles de la Réglementation antérieure de 2012 (30 kWh/m²/an au lieu de 50 kWh/m²/an, pour les bâtiments neufs). Mais cette nouvelle loi a été abandonnée en milieu d’année 2015, car elle était apparemment trop contraignante pour certains logements. La RT 2012, simplifiée, continue en vigueur, dans l’attente d’une nouvelle Réglementation prévue pour 2020. (Sources : <<https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/exigences-reglementaires-construction-des-batiments>>; <<https://www.quelleenergie.fr/magazine/aspects-juridiques-rt-2015-plus-actualite-place-rt-2012-simplifiee-38352/>>; <<https://www.lenergiesoutcompris.fr/actualites-et-informations/politique-energetique/tout-savoir-sur-la-reglementation-thermique-2020-48152>>).

La source spirituelle, c'est peut-être celle pour laquelle la croissance est...bon..euh....d'ailleurs parmi les gens qui écoutent Pierre Rahbi, certains ne veulent pas vraiment remettre en cause la croissance. Pierre Rahbi fait des interventions à HEC²⁰⁹ devant des amphithéâtres de 800 personnes....il a un succès phénoménal ce type-là – d'ailleurs il ne fait plus d'interventions à moins de 800 personnes – mais auprès de gens qui veulent le web, etc. Des techniques de relaxations mentales, c'est plus l'hymne à la joie pratiquement.

SC – Mais ils s'appuient sur son mode vie à lui, quand même...?

FF - Ben ils écoutent Pierre Rahbi, et Pierre Rahbi les fait voyager. Il faut écouter les vieux sages, mais les vieux sages, c'est l'exception, c'est pas la règle. Après c'était aussi le contre-argument d'Alain Caillé, qui disait que les saints sont toujours rares... Mais c'est pas la question d'être saint, **la question c'est que la croissance n'a pas d'avenir, cest tout !**

SC – Lors de la rencontre avec les Objecteurs de Croissance à Cerbère...j'avoue que certaines personnes ont commencé à lever le débat en questionnant comment chacun des participants s'était rendu au rassemblement – en vélo, ou en train, ou en voiture, etc.

FF – Oui, mais ce sont les militants, ça. **C'est le concours de la vertu**, c'est à celui qui est le plus vertueux. Bon, ben c'est une des attitudes possibles dans la décroissance, mais ce n'est pas du tout la règle. C'est pareil, j'étais allé [dans un groupe] à Barcelone, et moi par exemple, je n'y serais pas resté trop longtemps, car ce n'est pas ma perspective ni mon mode de vie ; mais je conçois que certains aient envie de le vivre ainsi, en s'écartant de la majorité de la société, et il faut qu'il y ait les deux.

On peut faire des choix, mais il faut respecter les choix des autres, dans la mesure où il y a plein de positions possibles dans la société. Ça circule beaucoup dans des sociétés-là.

Moi je montre des vidéos à mes élèves de groupes de Caroline du Nord, aux Etats-Unis, qui vivent à l'âge de pierre, mais c'est vraiment à l'âge de pierre, hein - ils sont pieds nus, avec des outils en bois, c'est pratiquement Cromagnon (rires). Et celui qui a fondé ça, c'est un mec qui vient de l'industrie automobile et qui faisait des batteries pour voitures électriques (rires). J'en connais un aussi qui a vécu 10 ans parmi les Yanomami en Guyane, et pour lui c'est le mode de vie idéal. Bon, il sait de quoi il parle, ce n'est pas un fantasme, il a vraiment vécu vraiment comme ça, donc....

Par contre après, **dans la diversité du possible, il y a les COMMUNS : c'est l'idée de l'espace écologique. Il y a un minimum qu'on prend, pour vivre, et il y a le maximum au-delà duquel on ne devrait pas aller, parce que le reste appartient aux autres.** Là par contre il y a une limite - on ne peut pas suivre n'importe quel mode de vie - et des questions de justice vers lesquelles on doit tendre, et à partir de là, il peut y avoir diverses stratégies pour tourner la situation réelle. **Il y a une diversité de positions possibles:** ceux qui vont faire une communauté pour une communauté, il y a ceux qui vont faire des campagnes de sensibilisation, et aussi des mouvements militants ou **très militants** – ceux-là, il y en partout [pas seulement pour la décroissance]. Ce n'est pas exclusif, et comme chaque action a quelque chose qu'elle ne fait pas, c'est bien que quelqu'un d'autre le fasse.

SC – D'ailleurs, en France, selon vous, quelle est la tendance ces dernières années ?

²⁰⁹ HEC est la sigle de l'École des Hautes Etudes Commerciales en France.

FF – Oui, la décroissance a énormément progressé....

SC - Quand vous-même étiez étudiant en École d'ingénieurs, aviez-vous déjà entendu parlé de la décroissance. ?

FF – Ah non, pas du tout. Et oui, c'est normal que vous n'en ayez pas entendu parlé non plus, car les **ingénieurs de production sont destinés à produire plus.**

Il y a une anecdote dont je me souviens très bien : dans un cours de thermique on parlait de l'optimisation de réfrigérateurs, et j'avais posé la question : « **Mais on optimise quoi finalement ? Quel est le but de l'optimisation ?** » Et le professeur n'avait pas su répondre. Car l'optimisation a toujours plusieurs cas possibles : ça peut être l'optimisation du cycle de vie, de la réparabilité ; il y a plusieurs aspects ; **l'optimisation ne veut rien dire en soi, il faut savoir quoi optimiser et par rapport à quoi !**

En fait le professeur a été pris au dépourvu, honnêtement, il ne s'était pas posé la question. Pour lui c'était évident, optimiser c'est produire plus....

Moi ce que je leur dis à mes élèves, c'est : « **on vous apprend à trouver des solutions, il faut apprendre à poser les problèmes !** »

Alors en France, oui, ça a énormément progressé quand on regarde les occurrences et l'attitude par rapport à **la décroissance, par rapport aux années 2000 quand c'est réapparu : il y a beaucoup plus d'audience**, beaucoup plus de gens qui, de manière soft ou ouvertement déclarée, défendent la décroissance – comme Alain Caillé par exemple, qui a changé d'opinion, et on pourrait en citer plein d'autres. Avant on disait : « C'est qui ces fous ? » Mais maintenant de plus en plus de gens essaient de poser la question de manière insistante ou détournée, et sans être hostiles. Donc dans ce sens-là, c'est clair **que ça a beaucoup progressé, il n'y a pas d'ambiguïté.** Après, c'est très loin d'être à la hauteur du progrès , c'est-à-dire que ça reste marginal en terme d'effet global...Ça a beaucoup progressé **dans les têtes, mais pas beaucoup ailleurs...**

SC – Un parti politique, par exemple : est-ce que selon vous il faudrait qu'il y en est ?

FF – Là on est typiquement dans ce **problème de l'effet collectif** : ce n'est pas parce que ça a progressé dans un certain nombre de milieux que ça peut fonctionner....Les gens pensent que les autres sont contre ; donc ils vont moins s'y opposer [à la croissance] auprès de gens qu'ils ne connaissent pas - car ils pensent que les gens vont les critiquer sinon.

L'existence publique est plus compliquée, car il faudrait réussir à avouer, publiquement ; avoir un débat public autour de la décroissance, ce que les médias ne permettent pas. Ça circule dans des réseaux un peu parallèles – chez les chercheurs, dans les milieux associatifs, des voisins. – mais il n'y a pas véritablement de débat complètement ouvert dans les journaux là-dessus (il n'y a que quelques articles, sporadiquement). Les journaux continuent de parler de croissance, quelle qu'en soit la couleur. **C'est assez vicieux ces systèmes de représentation, de foule ; la question des foules et de représentation collective est très centrale. Comment arriver à faire basculer les représentations collectives... ?.**

[À propos de Mélenchon] Il a fait un discours dimanche dernier...il mélange la chèvre et le chou : un peu démocratique, pas mal écolo, avec d'autres aspects où il défend l'industrie car c'est l'outil de travail (pour défendre les ouvriers aussi). Donc il glisse de ce côté-là, ça me semble assez clair. Mais je ne sais pas s'il a prononcé le mot [décroissance], il faudrait reprendre le discours.

Par contre, le Pape l'a prononcé ! Ce n'est pas anodin.

[...]

Non, **le mot dit quelque chose de précis, le mot est important.**

Après de mon côté j'ai toujours dit que **'la décroissance' ne serait pas un parti politique, car ce n'est pas un mot rassembleur, c'est un mot qui fait réfléchir, qui pose un problème, mais ce n'est pas un programme de solutions.** Il y a un parti de la décroissance d'ailleurs en France, avec **Vincent Liegey**, mais il dit que ce n'est pas un vrai parti, que c'est pour qu'on travaille le débat dans la société civile.

Paul Ariès avait dit que la décroissance ferait les gens se regrouper. Et moi j'avais dit que je pensais que « pas du tout ! », car les gens viennent pour des raisons différentes, et contradictoires, et du coup ça ne rassemblerait pas. Et effectivement ça n'a pas rassemblé.

[...]

Une fois qu'on a posé le problème de la décroissance, il y a plusieurs sorties possibles : on le disait, avec les communautés, etc., donc il peut y avoir plusieurs programmes politiques possibles, c'est d'ailleurs ce qu'on voit parmi ceux qui s'y intéressent.

Donc il y a le premier élément qui fait **que cette question [l'option 'décroissance'] soit posée, appropriée et débattue, et là on n'y est pas encore** (même si ça a progressé, on n'y est pas encore). Et à partir du moment où ce sera effectivement posé, il pourra y avoir des programmes plus précis sur ces questions-là.

Ceci-dit, à Lyon, les gens de Casseurs de Pub²¹⁰ ont fait une liste et ont obtenu un résultat qui n'était pas ridicule du tout, 3 ou 4 pour cent, avec une liste décroissante vraiment. Les Verts ne font pas 15 ni 10% alors quelques 'pour cents', c'est significatif.

SC – Et en Europe ?

FF - Moi j'ai moins d'éléments, François [Schneider] doit le savoir un peu mieux. Ce qui est clair, c'est que les conférences sur la décroissance ont un succès fou – Budapest avait une limite à 500 personnes (rires), à Leipzig il y avait 3.000 personnes – je n'y suis pas allé mais il paraît que c'était incroyable...

SC – Il y avait beaucoup d'allemands et beaucoup d'étudiants.

FF – Oui, oui, c'est jeune en général. Moi j'en sais rien en fait, dans les autres pays. Il y a Barcelone...

Le [livre] vocabulaire de la décroissance a été traduit en plusieurs langues – il va maintenant être traduit en coréen. Après, je ne saurais pas trop dire quelle est l'ampleur. C'est pareil, le convivialisme n'est pas un mot super agréable ni vraiment rassembleur, la convivialité selon Illich, ce n'est pas ça ! **La convivialité, selon Illich, ce n'est pas ça, c'est plutôt la démocratie radicale : c'est un État dans lequel les outils sont maîtrisés collectivement, donc c'est la démocratie radicale.** Alors qu'Alain Caillé, avec le Convivialisme, propose une synthèse un peu plus molle. Mais personne, si on regarde la taille des mots, personne n'a le mot magique qui fédère : le « développement durable », c'est mou ; « transition » c'est pareil, à Mines Telecom aussi ils travaillent sur la transition, mais ce n'est pas la transition vers la décroissance, c'est plutôt la transition vers le numérique (rires).

SC – Justement, quelle est votre position par rapport aux technologies, j'imagine que vous n'êtes pas complètement contre ?

²¹⁰ Casseurs de Pub est une association sans fins lucratives, qui publie une revue annuelle et organise des campagnes antipub. Voir : <http://www.casseursdepub.org/>.

FF – Ouhaï, mais aujourd’hui c’est **un débat sur lequel je n’ai pas d’opinion précise**. Ce qui est clair c’est **qu’aujourd’hui le numérique ne va pas dans le bon sens : ils en mettent partout...**

On a écrit un bouquin La face cachée du numérique²¹¹, comment les gens qui n’auraient pas vraiment de téléphone portable finissent par en avoir un – ça c’est Illich, vraiment – et tout cela consomme. J’ai un petit compteur que j’ai branché sur mon ordinateur portable, et quand je regarde une vidéo ça passe à 55 ou 60 watts. Et on balance des vidéos tout le temps maintenant, **ça consomme énormément** tout cela, autant que l’aviation.

En France, il y a 15 centrales nucléaires qui ne tournent que pour le numérique ! Il faut limiter le numérique ; est-ce qu’il faut le garder, peut-être, mais il faut vraiment le limiter.

[...] Donc nous on est pour le petit commerce, l’artisanat, pour l’emploi, l’utilité...

SC – Et les monnaies locales ?

FF – Ouhaï, c’est pas une grande chose **les monnaies locales, c’est complémentaire**. La principale vertu, d’après ce que j’ai compris, c’est de relocaliser les échanges ; d’amener le consommateur vers là où il ne serait pas allé.

Il y a une expérience qui a été faite, il y a quelque temps, par Télérama, avec la télévision - et une autre a été faite avec l’automobile - où 20 familles s’étaient engagées à ne plus utiliser du tout leur TV, pendant 3 mois. Et après, ils reprennent l’usage de la TV. Eh bien ils constatent qu’ils reprennent l’usage de la TV de manière très très faible, en fait.

Après l’automobile : un groupe de familles - ni très riches, ni très pauvres - avec un fanatique de bagnole, 3 mois sans bagnole. Ils ont réorganisé leur mode de vie, pour vivre sans bagnole, et au bout de 3 mois on leur a demandé s’ils voulaient reprendre une bagnole. Eh bien la plupart a dit non, et certains en ont racheté une seulement pour le week-end, pour se faire plaisir. (rires)

Et ça, c’est intéressant comme expérience, parce que dans le changement social, il y a des effets de cliquet comme ça : pour mettre en place un mode de vie alternatif entre guillemets, ça peut être plus simple de retirer quelque chose radicalement, plutôt que de le retirer de manière incrémentale. Car si au lieu d’aller au supermarché on commence à aller tout le temps à la Biocoop, certes c’est un changement important, car les produits sont plus chers, etc. – mais une fois qu’on a changé on n’aura plus aucun intérêt à revenir au supermarché, on est sorti du circuit.. Ça c’est l’histoire du **monopole radical d’Illich**, celui-là devient une habitude comme une autre.

[...pour reprendre l’exemple du téléphone portable] C’est le côté positionnel des biens : on l’achète non pas le produit pour son utilité intrinsèque, mais pour son image, parce ce que c’est le progrès, pour l’expérience que ça apporte.

Selon la décroissance, il faut plus de méritocratie : les gens supportent les inégalités des biens positionnels – en France, il n’y aura toujours qu’un seul président, qu’un nombre limité de députés – donc il faut que l’accès aux fonctions et aux services qui sont limités soit justifié : c’est-à-dire que si lui il a le droit d’y accéder, c’est parce que

²¹¹ L’interviewé fait référence au livre La face cachée du numérique: L’impact environnemental des nouvelles Technologies, qui a paru en 2013 aux éditions L’Échappée, Paris, co-écrit avec Michelle Dobré et Marion Michot. (source: <http://www.lechappee.org/collections/pour-en-finish-avec/la-face-cachee-du-numerique>)

lui a telle ou telle qualité que les autres n'ont pas. Nous on accepte ça, c'est une forme de méritocratie, ou de démocratie. Mais il faut que ce soit plus fort, car si les gens n'ont pas accès à tel ou tel - par exemple aujourd'hui, si on regarde les 10 premières fortunes en France, 9 sont des héritiers – eh bien les autres se disent : « Pourquoi c'est lui, et pas moi, qui ait hérité ?! ». C'est l'aléas des naissances, il n'y a aucune rationalité, donc il n'y a pas de raison que lui ait cela et pas moi. Donc si on veut justifier cela, il faut que les inégalités qui sont aussi des différences soient justifiées, et pour cela il faut qu'elles soient justifiées par des critères que tout le monde accepte, donc des critères démocratiques.

SC – Donc la méritocratie serait une des composantes, une valeur, de la décroissance ?

FF - Oui, mais **une vraie méritocratie**.

SC – Et ce ne serait pas contradictoire avec les trois valeurs « liberté, égalité, fraternité », que j'imaginai qu'elles y seraient aussi....

FF - Oui, ce n'est pas contradictoire ! Concrètement, je suis en train de dire c'est que la personne qui dirige le service, c'est la personne que les gens reconnaissent comme compétente, et non pas ...

SC – Mais le gros problème serait de définir ce qu'est la vraie méritocratie...

FF – La vraie méritocratie, c'est que ceux qui sont reconnus comme méritants fassent véritablement la preuve de leur mérite, au lieu d'usurper les places. Ceux qui font la preuve de leur mérite, dans une organisation, c'est qu'ils ont de l'autorité – sinon ils deviennent autoritaires car ils manquent d'autorité. Vous savez bien que dans votre entourage professionnel, il y a des gens qui sont incompetents, qui sont à une position qu'ils ne méritent pas au fond...il y a plein de théories là-dessus.

Une vraie méritocratie, ça ressemble plus à de l'autogestion qu'à du Bonapartisme – quoique Napoléon ait été très très fort en son temps, c'est quand même lui qui a inventé les Grandes Écoles et la méritocratie : il avait compris que les fils de paysans avaient le droit de concourir aussi à l'ordre du mérite, c'est une exigence assez radicale ça aussi.

SC – Bon, puisqu'on est à Paris, je voulais vous questionner sur les courants bobos...

FF – Oui, **les bobos sont des décroissants soft**. Il y a plusieurs problèmes là-dessous.

Il y a un premier problème qui est que **les classes populaires sont les plus intoxiquées par le publicité - elles veulent être incluses, elles veulent être comme tout le monde**. C'est ce que disait Marx déjà, c'est la **petite bourgeoisie**, qui est exclue du pouvoir mais qu'elle n'est pas exclue de la société, **a un rôle d'innovation sociale** et sociétale. Tous les socialistes utopiques étaient des petits bourgeois, Marx lui-même d'ailleurs (rires) – Donc la **la petite bourgeoisie**, parce qu'elle est exclue du pouvoir mais qu'elle n'est pas exclue de la société, **a un rôle d'innovation sociale**, on pourrait dire ça comme cela, traditionnellement. Une partie des bobos fait partie de cette petite bourgeoisie.

Après il y a la « petite bourgeoisie plus plus » qui ne pense qu'à elle-même, qui n'est pas dans l'innovation sociale, et qui est dans la gestion de leur petite vie et de leur stress (comme je vous disais avant, les gens d'HEC et Pierre Rhabi). Ce n'est pas du tout une perspective politique ; c'est une autre variété. C'est un peu les traits caricaturaux de Nicolas Hulot : il clamait qu'il faut sauver la planète, en faisant du *kite-surf* en Afrique du Sud, en hélicoptère.

[...] Bon, il a évolué. Mais ça je l'ai lu il y a quelques années seulement, il a vraiment été faire du *kite-surf* en Afrique du Sud, en avion...

SC – Quant à vous, vous considérez que vous avez été décroissant à partir de quand ?

FF – ...J'ai fait école d'ingénieurs, donc pour moi c'est plus un décalage social, parce que la plupart des mes amis n'étaient pas du tout dans ce courant, donc je me sentais un peu différent...Et comme j'ai été réformé de l'armée, je me suis dit que j'allais **voyager pendant un an**, en vélo notamment – en Europe de l'Est (en Turquie, en Roumanie, ...) – puis après je suis allé en Inde et au Népal, avec un sac à dos...j'aurais pu continuer à voyager assez longtemps, plusieurs années, **en vivant avec presque rien. Cette expérience m'a rendu ultra-décroissant.**

Mais j'ai énormément augmenté mon niveau de vie depuis, pour me réinsérer dans la société ici, j'ai un niveau beaucoup plus élevé qu'à cette époque-là aujourd'hui. Donc j'ai pratiqué, pendant un certain temps, **un niveau de vie ultra bas – je l'ai choisi, pas subi, c'est très important!** Parce qu'il y a des gens qui subissent ce mode de vie, et le transforment en choisi, ça arrive aussi; mais beaucoup ne font que le subir, ce n'est pas positif...

N'empêche ça donne une idée de comment on peut vivre avec trois fois rien. Au contraire ça désencombre de plein de choses. Au début plus j'achetais de choses, et plus je me sentais dépendant : chaque nouvelle chose achetée m'ancrait un peu plus dans l'inertie (rires) Et puis, on s'habitue, je me suis « recivilisé ».

SC – Mais avant cette expérience, vous connaissiez déjà le courant décroissant ?

FF – Non, pas du tout. J'ai fait une thèse sur les changements climatiques en philosophie, sans entendre parler tellement de décroissance, et après cette histoire est revenue au début des années 2000 : j'ai soutenu ma thèse en 2002, et c'est revenu à peu près à ce moment-là. Ça m'a tout de suite intéressé. Je suis entré à mon poste actuel en 2004 – j'ai passé un certain temps à m'intégrer là où je suis, et après on a organisé **le premier colloque sur la décroissance en 2008, avec François [Schneider]**, et c'est comme ça que c'est parti.

En rentrant de voyage, ce dont **j'avais besoin** c'était **de concepts pour réfléchir....**et j'ai fait philosophie. En bon ingénieur, je me suis dit quelle est la discipline qui étudie les concepts? La philo, donc j'ai fait philo : la license, puis un DEA et la thèse (j'avais étudié l'été pour rattraper le DEUG).

Maintenant, on donne des cours de Sciences Humaines aux étudiants, à Évry. Moi je fais un cours sur le Développement Durable où je parle de décroissance, et je fais un cours sur les grandes idées politiques aussi (libéralisme, socialisme, etc.).

Je leur ai dit qu'il y a **trois grandes conceptions du Développement Durable - [dématérialisation, l'autre développement et la sortie du développement]- et la décroissance.**

[...inaudible] **Les COMMUNS sont limités**, donc ils doivent être partagés: si certains prennent plus que leur part, les communs sont détruits et ça impacte les générations futures. Je prends l'image de la bouteille: je leur dis: quand on parle d'épuisement des ressources, je pense que vous imaginez une bouteille qui se vide, et quand on arrive au fond, "oh mince, il n'y en a plus!". Eh bien ce n'est pas du tout comme ça, ni pour les écosystèmes, ni pour les ressources épuisables. Ce que j'essaie de leur expliquer c'est que ce n'est pas comment ça que ça se passe et qu'il peut très bien y avoir un épuisement en cours alors qu'on consomme beaucoup. Donc on a touché le fond, mais il y en a encore plein; ça semble impossible mais si c'est possible.

Pour les ressources épuisables, on va dans des endroits de plus en plus riqués, c'est-à-dire qu'on maintient la production mais au prix de risques de plus en plus grands.

Ce que je leur montre aussi, c'est **l'inertie des systèmes**, c'est-à-dire qu'aujourd'hui il existe peut-être des solutions, mais on ne sait pas lesquelles, c'est l'état de recherche, au lieu de développement, sinon ce qui existe, c'est plus contraignant et c'est plus cher. Et ça les élèves ont beaucoup de mal à l'admettre, ils veulent croire dans la solution technique (les algues par exemple) qui va permettre de surmonter la limite. **Ils ne se posent même pas la limite – c'est une habitude des sociétés de croissance – si surmonter la limite présente un intérêt ou pas.**

Il y a d'autres types de limites. Ce pourrait être surmonter les inégalités, en voilà une limite qui serait intéressante à surmonter.

Ce que j'essaie de montrer, c'est que les sociétés non croissantes qui sont dans un imaginaire de non croissance, sont tout aussi soucieuses de surmonter les limites, mais pas les mêmes. Parce qu'**effectivement c'est anthropologique : l'humain veut toujours faire mieux.** Mais il peut aussi vouloir faire mieux dans l'autre sens.

Ce qui est très spécifique à notre société de croissance, c'est de vouloir faire mieux dans un sens bien défini, qui est celui des gains de productivité, de la croissance, etc.

Ça soulève plein de trucs la décroissance, c'est pour ça que c'est intéressant.

Ce que nous avons montré, pour les téléphones portables, c'est que plus la taille de l'écran est grande, plus l'impact de son cycle de vie est importante, mais quelle est la prise en compte de cette information par les concepteurs des produits? Mais zéro, tout le monde s'en fiche!! La taille des écrans est uniquement défini pour l'utilisateur, on ne va surtout pas lui dire que plus l'écran est grand, plus l'impact est important. Parce que à ce moment-là, l'utilisateur commencerait à se dire: est-ce que tous mes gadgets sont vraiment indispensables..... mais non, on ne lui dit surtout pas! On va trouver ces informations au fin fond du site de l'Adème²¹², ou sur un site militant que personne ne va aller voir.

Dans le journal Le Tigre, ils avaient pris une personne au hasard, et il avait reconstruit la personne (ses caractéristiques, sa vie, etc.). C'est un journal complètement inconnu le journal Le Tigre, mais qui pour le coup était devenu connu; une puissance de reconstitution.

Ce que je disais tout à l'heure: un produit et qu'on occulte les conséquences générales et la maîtrise générale des actes individuels, c'est un approfondissement de ce qu'il y avait déjà avant en fait, mais plus puissant. Là pour le coup, **le numérique n'est pas du tout une rupture.**

SC – On pourrait maintenant parler des expériences de terrain, si vous avez des exemples avec vos étudiants par exemple....

FF – Nous avons déposé un projet de recherche sur le réemploi²¹³–

Moi mon travail c'est la recherche et l'enseignement; donc dans l'enseignement je l'aborde bien sûr, et dans la recherche on a fait un **travail sur les déchets électroniques et sur les technologies vertes.**

²¹² L'Agence de l'environnement et de la maîtrise de l'énergie (ADEME) participe à la mise en œuvre des politiques publiques dans les domaines de l'environnement, de l'énergie et du développement durable. L'ADEME est un établissement public sous la tutelle conjointe du ministère de la Transition écologique et solidaire et du ministère de l'Enseignement supérieur, de la Recherche et de l'Innovation.

²¹³ Il s'agit du projet de recherche, sur le ré-emploi et le recyclage des objets d'occasion avec la Fédération des acteurs du Réemploi : www.rcube.org. Le pari : regarder le réemploi selon les classes sociales pour voir comment ils se positionnent par rapport aux objets réemployés (en terme de distinction d'usages notamment, de lien "positionnel"), dans le système social et ses acteurs.

Rapport qui s'appelle E-déchets, et il y a un livre qui doit s'appeler Écologie de l'infrastructure numérique²¹⁴ je pense (il est moins grand public que La face cachée du numérique, donc moins facile à lire).

[...]

SC – Et quant à la COP21, ou plutôt le post-COP21, qu'en pensez-vous....?

FF – Ben moi je suis un peu déçu par l'action des ONG. Pour moi le but était quand même d'impliquer le maximum de personnes, y compris les indécis. **Alternatiba**²¹⁵ est la seule qui a essayé de toucher et de convaincre un peu au-delà du cercle des convaincus – c'est un peu de la guerre culturelle, là.

Quant à **l'accord en soi**, pour moi c'est un accomplissement important: **le niveau de température maximum** n'avait jamais été fixé depuis la Convention de Rio, donc **je pense que c'est l'accomplissement le plus important**. Le deuxième point très intéressant c'est les **NDIC** – [*Intended Nationally Determined Contributions* – INDC, en anglais], c'est-à-dire que chaque pays déclare ce qu'il va faire, et combien de tonnes de carbone ça représente, en émissions. Et ça c'est très bien car jusqu'à présent on disait juste que le CO2 était une pollution et que peut-être il y avait des solutions pour éviter cette pollution. Mais après, **chaque pays a été obligé de réfléchir à un vrai programme et comparer avec les autres programmes**. Donc il y a un effet d'émulation, on rentre aussi dans **la positionnalité, c'est-à-dire qui sont les vrais pollueurs, ce débat qui est sous-jacent devient plus explicite**, etc., et ça j'ai trouvé que c'était une véritable avancée, car ça relie le climat et développement.

Après quand on voit que la principale mesure de [du président] François Hollande en matière de climat, c'était d'organiser la COP21, on a envie de l'expédier sur Mars, car il se moque de nous ! Sur leur mandat de 5 ans, ils n'ont rien fait ! Je pense vraiment que leur principale mesure était d'organiser la COP21, et ce qui effectivement augmente les émissions de gaz à effet de serre de la France, ça ne les diminue pas (rires).... donc il est vraiment catastrophique le gouvernement Hollande !

SC – Il y a eu une centrale nucléaire fermée aussi, non... ?

FF – Oui mais ça c'est gadget, c'est complètement symbolique, ce n'est pas la transition énergétique. La transition énergétique ce serait des investissements massifs dans les renouvelables.

La réglementation thermique, elle était lancée avant. L'évolution de la réglementation est un processus qui est un peu indépendant des gouvernements, c'est les associations, les entreprises, etc.

La première réglementation [thermique] est de 1975, il y a eu plusieurs améliorations, donc c'est un processus qui est indépendant des gouvernements. **Ce gouvernement [Hollande] n'a vraiment rien fait.**

SC – J'ai vu sur votre CV que vous participiez au projet Arpege

FF – Une approche d'optimisation des flux, moi ça ne m'intéresse pas – car ça peut aussi être de l'optimisation pour la croissance.

²¹⁴ FLIPO Fabrice, BOUTET Annabelle, DRAETTA Laura et DELTOUR François, *Écologie des infrastructures numériques*, Edition Lavoisier et Hermès sciences, 2007, 228 p. Compte-rendu accessible sur : < <https://journals.openedition.org/netcom/1768>>.

²¹⁵ <https://alternatiba.eu>

SC – Une question que je me pose, de façon très intiale encore, c'est que la décroissance et les solutions proposées par Serge Latouche semblent imposer de sortir de l'économie. Donc les entreprises, *a priori*, ne pourraient pas faire partie de la solution...ou oui ?

FF – La décroissance c'est sortir d'une certaine économie, de l'économie de croissance. Ce que dans nos sociétés nous appelons l'économie, c'est l'économie de croissance. Quand dans l'histoire on parle de science économique, **la science économique est une science de la croissance.**

Il y a un livre écrit par un spécialiste des entreprises – Bernard Christophe - qui est maître de conférences à Amiens en Gestão, donc quelqu'un qui est au contact avec les entreprises. Le livre s'appelle **L'entreprise et la décroissance soutenable.**

Il y a un premier principe qui est de se dire : une entreprise n'a pas à croître à l'infini ; elle remplit une fonction. Si cette fonction est socialement utile, elle a une raison d'être, si cette fonction est socialement inutile ou excessive, il faut qu'elle disparaisse ou qu'elle change ; il faut l'envisager tout à fait sereinement, car il n'y a pas de raison d'exister pour exister. Donc l'entreprise ne se conçoit que dans le rapport dans le milieu dans lequel elle est. C'est pour ça que dans le projet d'écologie industrielle il n'y avait pas cette vision-là, c'était une vision très très locale, et c'est pour ça qu'à moi ça ne m'allait plus. Je les fais travailler là-dessus mes étudiants, ils vont se poser ces questions-là : comment doit (ré)agir l'entreprise dans un contexte de développement durable...Eh bien par exemple, s'ils prennent Air France, il faut décroître ; s'ils prennent la RATP, c'est plutôt du côté basse solution, donc il faut montrer pourquoi [ce serait viable] et se projeter dans un avenir.

L'entreprise n'est pas une finalité en soi, c'est intéressant à partir du moment où ça permet à la société d'avoir des bénéfices, de s'organiser, etc., sinon il faut changer.

L'entreprise en soi n'est pas un problème ; le problème c'est l'entreprise qui veut perdurer envers et contre tous, qui veut croître à l'infini, tout racheter, être anti-démocratique....

Après, **on n'a jamais vu une société sans économie – au sens de division du travail, de services – même dans les sociétés dites primitives, il y a une division du travail ; c'est une économie au sens large du terme, pas une économie de croissance.**

SC – Et que pensez-vous du revenu inconditionnel ?

FF – Ça fait débat, au sein de la décroissance : Denis Bayon est très opposé à cela. Il écrit dans le journal La Décroissance (il écrivait un mois sur deux), et il a écrit notamment un article sur le sujet.²¹⁶

Lui a dit **qu'il était complètement contre, parce que le salaire, ça doit être lié au travail.** Après cela n'empêche pas l'existence de minima sociaux, bien sûr, **qui est une gestion émergentielle de la précarité,** c'est une socialisation du marché du travail de telle manière à surmonter les à-coups, les reconversions. Mais ça ne peut pas être une source de revenu, car cette source c'est le travail.

Moi je suis assez d'accord, parce que – encore une fois, ce n'est pas contre les minima sociaux – il y a déjà une raison pragmatique, c'est **que le travail est une identité sociale forte aujourd'hui,** et qu' **il n'y a pas de fin du travail,** malgré les thèses de

²¹⁶ Article intitulé Revenu de soumission généralisée, du n° 126 du journal mensuel La Décroissance, de février 2016. (p11).

Dominique Méda et d'autres. **Certains disent que le travail disparaît, mais non, le travail ne disparaît pas.**

Bruno Trentin, le syndicaliste italien, dit cela – Gorz s'y référerait parfois - il a écrit La cité du travail.²¹⁷

Après, **ce qui est important c'est le contenu du travail**, qu'est-ce qu'on fabrique ; ça fait partie du **sens du travail et c'est cela qui doit être pris en compte au niveau des travailleurs**. Et c'est ce que fait un peu Mélenchon, il essaie de le faire, en disant que finalement, **aujourd'hui il faut que le travail revienne de qualité, et de qualité c'est produire des produits qui ne sont pas jetables**. Et ça c'est ce que veulent les syndicats et les travailleurs ; **pour penser une transition, il faut entrer dans leur monde, et le travail, il parle au travail en fait !** Eux ne parlent pas de fin du travail. Ceux qui parlent de fin du travail, c'est soit ceux qui sont des éco-villages, donc c'est marginal, soit ceux qui ont des professions libérales, un peu bobos, qui ont des professions choisies avec un temps effectivement un peu élastique....mais ce n'est pas la réalité de la majorité des gens ! C'est ce que vivent de plus en plus de gens par la tertiarisation de l'économie, c'est vrai ; mais pour les ouvriers et les employés, ce n'est pas le travail choisi.

Moi je serais plutôt sur la logique que le travail doit évoluer, la réglementation du travail aussi - donc **la loi travail on n'en veut pas [car elle a proposé une évolution en sens contraire]**.[...]

Pour moi ce n'est pas juste travailler pour se faire plaisir, c'est la construction des communs.

Après il est vrai aussi qu'il y a plein d'activités associatives qui ne sont pas du travail, qui devraient être reconnues et financées. Il faut bien distinguer le problème de la sémantique (du mot), de **la question de fond, qui est l'activité**. On pourrait dire **que je suis pour passer du 'travail' à l' 'activité'**, voilà, on pourrait dire ça.

Si le travail, c'est les gains de productivité, en effet je ne suis pas pour le travail (rires). Là on part sur une anthropologie qui est plus universaliste que la société de croissance, qui est datée dans l'histoire et qui n'est pas destinée à durer. C'est ma position.

FF – On fait des jeux de rôles, sur des cas réels. Et pour le public, pédagogiquement, c'est très intéressant ; ils comprennent très bien ce qui se passe. Surtout les ingénieurs, et les gens qui ont fait des études, ont du mal à accepter le pluralisme : pour eux il y a UNE raison. Et là, par ces jeux de rôles, ils voient que ce n'est pas du tout comme ça.[...]

SC – Quid des solutions de marché, comme par exemple les compensations financières aux émissions de carbone ?

FF – Il faut se méfier de ces catégories, car il y a des gens qui sont « anti-marché », d'autres très « marché ». Pour moi le « marché carbone » en particulier, ce n'est pas un marché.

Pour moi un marché c'est un échange de biens désirables, c'est-à-dire qu'on va échanger des biens et des services qui sont désirés. La tonne de carbone n'est désirée par personne, c'est un déchet. Donc si on regarde ce qu'est un marché du déchet, en réalité ce n'est pas un marché, c'est quelque chose de très réglementé qui est fondé sur quelques opérateurs privés, mais avec une surveillance– comme c'est quelque chose dont personne ne veut, en soi ça n'a pas de valeur économique un déchet. Donc pour que les opérations soient faites, il faut qu'elles soient faites dans une autre logique. On

²¹⁷ TRENTIN, B. La Cité du travail. La gauche et la crise du fordisme, Fayard, 2012.

le voit avec les incinérateurs par exemple: un des travers des incinérateurs, c'est de dire que quand on a un incinérateur qui fait 300 tonnes par an, **l'idée est de nourrir l'incinérateur pour rentabiliser, et ça ne favorise pas le tri sélectif et le recyclage.** Enfin, il y a ce genre de problème dans la gestion des déchets, ce n'est pas un marché comme un autre.

Et c'est le même problème avec les soi-disant marchés de carbone. Les entreprises ne s'arrachent pas les tonnes de carbone, donc les tonnes de carbone restent à un niveau très bas, puisque personne n'en veut, et la quantité de quotas de carbone dépend de ce que décident les états, directement. Donc pour toutes ces raisons-là, ça ne marche pas.

Après il y a tout ce qu'on appelle **les compensations, réductions volontaires des émissions, qui sont des activités – on va dire – vertueuses**, c'est-à-dire qu'un membre de l'entreprise XYZ va réussir à convaincre son patron, puisque l'activité est polluante, à investir dans des activités philanthropiques, pour compenser.

Mais ça non plus ce n'est pas un marché, **c'est des activités philanthropiques.** Les anti-marché appellent ça des marchés, mais ce n'est pas des marchés, il faut parler avec des mots clairs !

Il y a aussi tout un tas de gens qui spéculent – les sociétés de *consulting* essentiellement, des acteurs financiers, qui sont capables de vendre n'importe quoi à n'importe qui et qui font croire aux entreprises que tout cela va devenir obligatoire bientôt, et qu'il va y avoir des tonnes de carbone fictives. Et ça c'est pas mal de milliards quand même de tonnes de carbone fictives, mais c'est fictif.

SC – Je pensais notamment à l'économie écologique qui propose ce genre de solutions, par le marché dans le ...

FF - Tout dépend ce que veut dire marché. **Si marché, c'est la quête de profit [seulement], aucun décroissant ne sera « pour », c'est évident.** Maintenant si c'est dire que les entreprises, les organisations peuvent évoluer et prendre en compte des intérêts - même immédiats – comme l'instabilité du climat, ou quelque chose comme ça, eh bien il n'y a pas de raison de s'opposer. Quelque part, ces acteurs ce sont les entreprises, quelque part c'est la société civile, et ça peut marcher si on veut. C'est ce que dit Alain Caillé. **Il ne faut pas confondre la marché avec le capitalisme, déjà – le marché est bien plus ancien que le capitalisme – et avec le productivisme.**

L'histoire de l'humanité a été faite de marchés : tout simplement **on échange des biens et des services dans une logique d'utilité sociale, et pas de croissance.**

Et les anti-marché confondent les deux : ils balancent tous les acteurs privés dans le marché, et tous les acteurs publics dans le non-marché ; alors que les acteurs publics peuvent être dans la croissance, ou il peuvent être des acteurs publics qui sont dans la décroissance. **C'est un problème général de l'économie écologique : le clivage public-privé n'est pas aussi clivant que dans la lutte capital-travail, où effectivement là c'est très clivant : car dans le public, on a la stabilité de l'emploi, on est préservés de la concurrence largement, et pas du tout dans le privé. Donc privé-public, pour le travail, c'est très clivant, mais pour la finalité des organisations, ce n'est pas très clivant.**

Il y a deux définitions du capitalisme : il y a le capitalisme comme la propriété privée des moyens de production (marxisme), mais il y a le capitalisme comme accumulation du capital, qui peut se faire par des moyens publics comme l'ont montré les systèmes socialistes, donc en fait socialistes-productivistes.

Alors sur l'évaluation monétaire [des autres capitaux, environnemental et social] y a un bouquin de **Jean Gadrey**, et de [Martin] **O'Connor** (un chercheur à l'UVSQ), où ils

disent que l'évaluation monétaire peut servir à tellement de finalités différentes qu'il est impossible de dire qu'avec l'évaluation monétaire on va vers la marchandisation.

SC – Et le risque de sous-évaluer l'impact [environnemental] et de justifier et payer son impact, puisqu'on paie...

FF – Oui, mais **on peut aussi surévaluer**. Alors oui, **ce sont des grandeurs incommensurables**, et certains vont dire que ça va permettre de faire de la **durabilité faible** car c'est incommensurable...

Mais même si c'est incommensurable, on peut montrer que c'est très important. Le chiffre annoncé par **Herman Daly, Costanza** (et compagnie), dans leur article de 1997²¹⁸ – où ils montrent que **les biens et services produits para la biosphère équivalent à deux fois le PIB mondial** - eh bien quand je le passe en cours, les élèves sont un peu abasourdis, choqués, par l'ampleur de la chose. Si je leur dis juste qu'il y a des altérations climatiques, ça ne fait pas le même effet et ça reste presque décoratif.

SC – En France, on ne calcule pas le PIB vert, n'est-ce pas ?

FF – Il y a un débat là-dessus en France, et aussi sur l'usage des indicateurs, mais c'est sûr que ce n'est pas suffisant. **Dire combien vaut une rivière, ça n'a pas de sens, mais il y a des cas où ça a du sens : donc il n'y a pas d'indicateur(s) parfait(s), chaque indicateur a ses forces et ses faiblesses ; et le tort de ces gens-là est de dire qu'il faudrait attendre un indicateur parfait, car il n'y en a pas !**

Alors l'empreinte écologique, c'est certes imparfait – moi j'étais un grand promoteur de l'empreinte écologique – car ça ne prend pas en compte les toxiques, ça donne trop de poids au carbone, la biodiversité n'apparaît pas vraiment, mais il n'a y aucun indicateur qui soit parfait. Donc **il faut arrêter de détruire chaque indicateur au nom de ses imperfections !** De toutes façons, c'est un argument parmi d'autres dans un débat ; si certains trouvent qu'il est utile, c'est très bien. Ceux qui sont pour la croissance, ils vont toujours trouver des raisons, eux aussi vont inventer d'autres indicateurs. **Ce qu'on voit sur les indicateurs monétaires, c'est que ça sert des deux côtés** [du côté des partisans de la croissance et des partisans de la décroissance]. Je suggère que ceux qui croient pouvoir faire mieux, fassent mieux, et après on en rediscute.

Ça fait exister, dans une unité qui est compréhensible, des choses qui n'existaient pas. Comme disait l'autre : « ce qu'on ne compte pas, ne compte pas ! ». Et ce n'est pas faux ; ce n'est pas complètement vrai, mais ce n'est pas faux non plus. Quand on donne les chiffres annoncés par Costanza, les étudiants percutent, ils se disent : on voit ce qui est produit par l'économie, et on ne voyait pas ce qui est produit par l'écologie. Quand on dit aussi qu'il n'y a pas de **corrélation entre PIB et pourcentage de femmes au Parlement** – les chiffres montrent en effet qu'il n'y a aucune corrélation, de la même façon, ils percutent. De la même façon d'ailleurs, il n'y a aucune **corrélacion avec le pourcentage de la population en prison** non plus. C'est [Jean] Gadrey qui a fait des calculs comme ça, et c'est intéressant.

Il y a aussi **l'indicateur de progrès réel de Daly** (et compagnie) qui ajoutent les dépenses utiles et qui déduit les dépenses inutiles, c'est-à-dire les dépenses qui ne font que réparer ce que soi-disant les dépenses utiles cassent – comme par exemple les dépenses de dépollution qui ne font que compenser les dépenses de pollution créées par ailleurs.

²¹⁸ COSTANZA, R. et al., "The value of the world's ecosystem services and natural capital", Nature 387:253-260 (1997).

Donc **la vraie utilité du marché de la voiture**, par exemple : ce n'est pas la valeur ajoutée créée par la voiture plus la valeur ajoutée créée par les activités de dépollution ; **c'est la valeur ajoutée créée par la voiture MOINS la valeur ajoutée créée par les activités de dépollution.**

C'est une autre manière de compter qui dit des choses intéressantes, je trouve aussi ; pourtant c'est monétaire, mais pourquoi on se priverait d'indications de ce type-là, seulement au nom que « le monétaire ce n'est pas bien ?! ». Moi je suis pragmatique, je regarde si c'est utile ou pas.

Je dirais même plutôt, en philosophie politique, de regarder comment joue l'argument dans le débat public et s'il a un intérêt, s'il joue un rôle [dans la prise de décisions]. Par exemple, dans la ville de Paris, s'il y a des pistes cyclables aujourd'hui, l'un des arguments c'est le coût de la pollution, avec la dégradation des monuments à cause de l'oxydation à cause des fumées d'échappement, qu'il faut réparer derrière.

Le coût pour la sécurité sociale aussi, à cause des infections. Ce n'est pas tout le débat, mais ça en fait partie. Alors **c'est vrai que pour les économistes c'est tout le débat, parce que « c'est soit tout, soit rien » dans leur discipline, donc c'est très réducteur.**

Sur la décroissance, **on a beaucoup de mal avec les économistes**, car pour eux c'est très compliqué à comprendre quand même. **Les « économistes décroissants » (qui sont peu nombreux par rapport aux autres !) sont des économistes qui sont largement sortis de la discipline, ils sont devenus anthropologues par exemple. Ce sont des économistes non académiques, c'est à-dire des gens qui ont une notion de la vie réelle [rires].**

SC - Comme dans d'autres disciplines d'ailleurs, ce n'est pas seulement vrai pour les économistes...

FF – Oui, oui. Ben en ce moment « je m'amuse », je suis en train d'écrire un article sur la **bioingénierie**, pour une revue rationaliste très productiviste, où j'analyse une **position d'un scientifique** qui a joué un rôle important dans **l'hypothèse de la fertilisation des océans**. Et je regarde ses prises de positions réelles, pas seulement en tant que scientifique...et je me rends compte que c'est un fou ce type !

C'est un américain qui s'appelle **John Martin**, dont l'objectif était de démontrer que quand on met **du fer dans l'océan, cela attire le phytoplancton**- car le fer est un facteur limitatif, et comme ça active le phytoplancton, **ça pompe du CO2, et donc c'est un moyen efficace et peu coûteux pour réduire la quantité de carbone dans l'atmosphère**. Alors je détaille comment ce n'est pas du tout prouvé que ce soit « efficace et peu coûteux », mais quand même **avec sa casquette de scientifique, il a acquis une légitimité...et il nous a fait passer ses positions politiques pour des positions scientifiques !**

Donc je commence en disant, que dans la géoingénierie, il y a des gens qui sont pour, et des gens qui sont contre – il y a un groupe au Canada – ETC Group²¹⁹ - très contre, qui a écrit un bouquin qui s'appelle Géo-piraterie²²⁰, très très anti-géoingénierie - et présente leurs arguments. Et plus l'article avance, plus tous les arguments des pro géoingénierie tombent, et plus ETC group apparaît comme celui qui n'avait pas si tort

²¹⁹ <http://www.etcgroup.org/fr/issues>

²²⁰ <http://actu-chemtrails.over-blog.com/article-rapport-de-l-etc-group-geopiraterie-66676722.html>

que cela [rires]. Cela prouve que **les scientifiques ne sont pas du tout aussi blancs** qu'ils le prétendent.

Et lui, il n'est pas vendu, il est convaincu...c'est ça qui est pire.

SC – Et que pensez-vous de l'argument de «La farse du réchauffement climatique » ?

FF – En plus ce n'est pas du tout sûr que le réchauffement causé par le soleil sera supérieur à celui causé par les activités anthropiques. Les gaz à effet de serre (GEE) stockent l'énergie émise par le soleil, ce qui est connu depuis au moins 100 ans (donc ce n'est vraiment pas une nouveauté). Après, dire ce que va faire l'injection de GEE dans l'atmosphère, là c'est déjà plus compliqué...car il y a plein de réactions, ce n'est pas quelque chose d'inerte ; puis il reste encore à savoir quelles sont les autres variables, du type « variation de l'ensoleillement » qui sont indépendantes de la question climatique, ce qui est encore plus compliqué... d'autant plus compliqué que les connaissances sont mal assurées de ce côté-là, et chacun y va de sa théorie. C'est ce que je dis dans l'article aussi.

Ce sont aussi des scientifiques et **les scientifiques ne sont pas du tout d'accord entre eux. C'est normal, la science c'est de la recherche, on recherche ce qu'on ne connaît pas...**

Il y a des thèses qui sont testées par les autres, des hypothèses qui se révèlent fausses, c'est l'état normal de la science. Maintenant, **ce qui n'est pas acceptable, c'est de nier cet état de la science et de faire croire qu'il y a des réponses définitives.**

La science quand elle ne sait pas, elle doit dire qu'elle ne sait pas. Il n'y a pas d'accord. Maintenant en l'absence d'accord, il faut quand même décider si on continue à émettre des GEE ou pas. Et ça, ça appartient à la société, ce n'est pas à un scientifique à décider de cela. C'est pour cela que le GIEC a refusé de dire à partir de quand le nombre de degrés serait dangereux. Et c'est pour ça que la COP21 est une avancée de ce point de vue-là. Ça ne pouvait être que diplomatique et **le GIEC avait bien compris cela. Il n'a pas voulu interféré dans la politique, il a dit : « c'est votre responsabilité, à vous la société, de dire à partir de quand c'est dangereux, mais en tant qu'expert, je ne peux pas le dire ».** Le GIEC est plutôt assez exemplaire sur tout un tas d'angles – dans la mesure de ce pour quoi ils sont mandatés bien sûr, c'est-à-dire c'est plutôt des sciences dures, ou des économistes, les sciences humaines et sociales sont absentes, mais bon ça ce n'est pas eux, ce sont les états qui l'ont défini ainsi [rires] – donc ils ont plutôt bien joué le jeu.

Les gens qui ont créé le GIEC, qui nourrissent et qui relisent les rapports du GIEC, sont des gens qui n'ont aucun intérêt à reconnaître le changement climatique. Le principal contributeur au GIEC, ce sont les Etats-Unis, qui n'ont aucun intérêt à reconnaître le changement climatique.

Donc **ce que le GIEC reconnaît, c'est vraiment le minimum sur lequel on ne peut pas revenir.** Ce n'est pas le maximum, c'est le minimum plutôt, et ça **on le voit à cause du processus d'expertise. C'est très très débattu, sur le plan scientifique** – moi je ne suis pas climatologue – après quand je regarde le processus d'expertise – ce qu'il y a lieu de faire quand on ne connaît pas parfaitement l'état du débat – eh bien **celui-ci ne sera de qualité que quand il est pluraliste, contradictoire, toutes les thèses sont confrontées les unes aux autres**, et que les intérêts en présence ne poussent pas à une certaine conclusion. Alors que **pour le GIEC, les intérêts en présence poussent à une conclusion minimaliste, pas maximaliste !**

Moi je réponds cela aux gens, et **pour moi le GIEC est fiable.** Maintenant si vous en savez davantage sur le plan de la climatologie, etc., publiez un article dans une revue, un comité de lecture, et après on verra ! Ou mettez sur pieds un processus d'expertise

plus robuste – mais pas avec un [seul] article scientifique bien sûr. Sinon moi je refuse d'entrer dans le débat scientifique, parce que c'est sans fin.

C'est comme sur l'entropie : **il ne faut pas entrer dans un débat sur l'entropie parce que c'est sans fin, c'est une perte de temps !** Tout le monde comprend bien que quand on extrait du pétrole, le pétrole ne revient pas tel quel. Même les physiciens ne savent pas ce que c'est que l'entropie – je le sais parce que j'ai fait thermodynamique, où on se sert de l'entropie – les gens ne savent pas ce que c'est [rires]. Donc ce n'est pas la peine de perdre du temps avec ça, c'est un faux débat. La macro-idée c'est que le pétrole ne reviendra pas du pétrole; le metal concentré, quand on l'a dispersé, ne se reconcentre pas tout seul, ce qui est parfaitement observable par n'importe qui, sans avoir besoin de parler d'entropie. Sinon c'est impossible, car on rentre sur un terrain extrêmement complexe, où il y a plein de théories en présence... ou alors il faudrait se dire que, dans ce débat précis, on a une contribution à apporter. Sachant que, **vu ce que je connais du débat, il n'y a aucune chance d'emporter la conviction des autres, qui sont convaincus de ce dont ils sont convaincus !** Donc c'est un débat en cours, qui va durer probablement longtemps – peut-être n'y aura-t-il jamais de réponse.

C'est comme sur l'activité solaire, peut-être qu'il n'y aura jamais de réponse. Mais cela n'empêche qu'il faut décider si on continue à émettre du carbone ou pas. Et pour cela on ne peut pas attendre que la science ait une réponse. [rires]

[FIM]

APÊNDICE C.b.1 – Entrevista de Peter MAY, em 10/10/2016 (via Skype).

A gravação *Skype* não funcionou e o som da comunicação estava de péssima qualidade, o que prejudicou as notas tomadas. A compilação das poucas informações entendidas durante a conversa estão retranscritas abaixo.

[Intro]

PM - No Brasil, além do PIB, houve o surgimento de **indicadores referentes à educação e à saúde** – Mesmo se o IDH não basta, pelo menos é um indicador [diferente] possível. Um dos objetivos da Rio+20 é de criar uma outra forma de medir o sucesso.

Eu trabalho com valoração dos serviços ecossistêmicos. **O IBGE tem um projeto começando no 2º semestre, sobre iniciativa de PIB Verde.** As contas nacionais da água estão sendo ‘pensadas’ (há mais de 2 anos).

Como é **uma obrigação da ONU** - que os países adotem tal padrão de Contas Nacionais -, uma equipe do IBGE está trabalhando *full time* nisso, o que representa um *case*, no sentido correto.

Questão 1:

PM – O decrescimento é a vertente oposta ao *maintream*, oposta ao conceito de bem-estar (econômico) que só se traduz pelo aumento dos bens adquiridos.

Para os economistas ecológicos – nos quais me insiro – o “**desacoplamento de matérias primas e recursos naturais, e da produção de bem-estar**” seria desejável. Procura-se diminuir o uso de recursos naturais, os impactos, para aumentar o bem-estar. Pelo “*decoupling*”, entendo: retirar do bem-estar a necessidade de consumir sempre mais coisas.

Uma economia sustentável não deve ser atrelada a TER, mas sim a SER. Eis o ponto principal.

Decrescimento: representa a taxa de diminuição/retração da economia.

A QUALIDADE é muito mais que a QUANTIDADE.

Para isso, precisa de novas métricas => mudanças de políticas públicas que devam procurar essas métricas.

Encontra-se através da economia ecológica, na academia e na política pública. Principalmente na Europa – na França e na Espanha.

Como presidente da ISEE, comecei em 2008-2009, em Paris.

Quanto ao tema das MOEDAS SOCIAIS: [a pessoa mais indicada seria] o professor Ranulfo [Paiva Sobrinho]²²¹.

Questão 2

PM - A nível local, há iniciativas que são para a adaptação às mudanças globais.

²²¹ Ranulfo Paiva Sobrinho é prof de economia no Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA). Formado em ecologia e doutor em Economia em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (Unicamp), ele trabalha também hoje com métodos de apoio multicritério à decisão para políticas públicas e com moedas complementares para atender finalidades socioecológicas.

Como por exemplo, a pesquisa à qual participa a Teresa [Meira], da UFF (junto com dois outros alunos – Pedro Mirando meu aluno, e outro), sobre: o quê fazer com o lixo das favelas para evitar os vetores de doenças (bichos), mas **reaproveitando o lixo**.

Quanto ao potencial de aceitação dos Brasileiros, vejo que **os cariocas são mais voltados para a natureza que no restante do país**.

No interior, há um potencial de ressurgimento de preocupação com o local, com as raízes: as pessoas nem tão facilmente querem se mudar para lugares onde há mais dinheiro, elas querem **ficar mais perto das famílias**, não querem mais sair do local de origem, perto de suas raízes – exemplo do Sertão.

Como os Brasileiros vão sobreviver nessa crise – econômica e institucional – atual, eis a grande questão. Acredito que a renda vai cair bastante.

Quanto à questão 3 –

Projetos nos quais participei pequena produção pecuarista na Amazônia.

Ligando os projetos aos ODS, para fins de planejamento.

COMPLEMENTOS:

Peter H. May Carlos Amaral Brent Millikan Petra Ascher (Org.). Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira: experiências e visões. MMA, COLEÇÃO REFLEXÕES AMBIENTAIS. Brasília, 2005

APÊNDICE C.b.2 – Entrevista de Enrique ORTEGA, em 19/10/2016 (via Skype).

A gravação Skype não funcionou, mas felizmente, o professor Ortega enviou por e-mail, o questionário respondido, o qual foi complementado com as anotações tomadas durante uma conversa telefônica. A compilação final é apresentada abaixo (em itálico aparecem as frases que foram recebidas por e-mail, em resposta ao questionário).

Enrique Ortega - Participo num pequeno grupo de professores da Unicamp, denominado Socio Economia Ecológica, que temos discutido o tema do **decrescimento** desde 2015, e de forma mais geral, a **conjuntura mundial**. Fora isso, oriento alunos de pós-graduação que fazem pesquisa sobre sistemas agroflorestais, estudos da recuperação da resiliência em bacias hidrográficas e análise de políticas públicas no campo da alimentação e a agricultura.

SC - Como define o Decrescimento, com suas palavras? (Q1)

EO – *A mudança de rumo da civilização atual para adotar modos de produção e consumo realmente sustentáveis.*

Acho que **o problema da sustentabilidade implica em uma nova gestão dos espaços rurais**, com agricultura ecológica e adoção de **sistemas agroflorestais** para fixação de carbono, trata-se de uma questão que não se resolve nos espaços urbanos. A solução implica na adoção de uma visão crítica multidimensional: **biológica** (ecossistêmica), **biofísica** (biosférica), **societal** (filosófica, política e cultural).

Todos os ecossistemas crescem e decrescem, em um processo que envolve várias etapas, crescimento lento ao início, crescimento acelerado na juventude, diminuição de crescimento na maturidade, e depois decrescimento na senectude. Nesse processo, no ecossistema convivem várias populações em equilíbrio dinâmico ou **homeostase**. Cabe assinalar que a espécie humana apareceu depois que o sistema biológico da Terra alcançou a homeostase, e as sociedades humanas romperam esse equilíbrio nos diversos ecossistemas e hoje na escala biosférica.

Em termos gerais, com poucas e valiosas exceções, as sociedades humanas não conseguiram estabelecer o uso sustentável dos recursos naturais, o que implica em dar tempo aos ecossistemas de se regenerar após a extração de seus recursos. Hoje, as populações eurocêntricas extraem riquezas da natureza de todo o mundo sem reinvestir no meio ambiente, e o fazem numa escala gigantesca que exige muito dinheiro. Estamos no meio de uma **bolha de capital especulativo**, que não tem sustentação em termos do **capital natural**, que seria necessário para absorver o impacto ambiental. E se essa bola estourar, teremos um **colapso múltiplo**: financeiro, da biodiversidade, da saúde das pessoas, do emprego e da cultura.

A proposta do decrescimento é sobre a forma adequada de interferir no processo global para gerar outro modo de produção e consumo.

Deve ser um **projeto global**, que deve levar em conta os diferentes **contextos regionais**. **Não seria um modelo único, e sim haveria princípios gerais, a serem adaptados**. Algumas pessoas tendem a confundir decrescimento com recessão econômica; enquanto **o decrescimento é um projeto político, cultural e ecológico**.

Num primeiro momento, é necessário descobrir a **lógica dos ecossistemas nativos de cada região**. Depois, entender o processo social que levou a modificar esse ecossistema

para gerar o que há hoje em dia em cada região. Num segundo momento, há necessidade de se **mapear o pensamento dos atores políticos, antigos e novos, para desenhar cenários de futuros possíveis**, para evitar reproduzir os efeitos negativos havidos em outras regiões. De fato, deve mudar o sistema econômico atual, que se baseia no consumo excessivo em base ao crédito, a dívida e a omissão dos custos sociais e ambientais.

SC - Em sua opinião, quais os conceitos vinculados?

EO - Resiliência cultural (capacidade de regenerar a cultura ecológica), estudo da capacidade de suporte da população humana em base a recursos naturais usados de forma renovável em cada região, mitigação e adaptação as mudanças climáticas.

SC - Quais os valores que apoiam o Decrescimento?

EO - A percepção da finitude dos recursos naturais e das limitações da biosfera para absorver os diversos resíduos (sólidos, líquidos e gasosos) resultantes das atividades industriais e da agricultura que se tornou dependente da atividade industrial. A percepção da erosão da biodiversidades e do conhecimento e dos saberes humanos ecológicos.

SC - Quais os conceitos e valores que estão opostos?

EO - Anseios desmedidos de ganancia econômica, a tentativa de obter os maiores benefícios possíveis do uso de energia fóssil, dos recursos minerais e dos recursos naturais, sem considerar as perdas dos serviços ecossistêmicos e as externalidades negativas.

SC - O que você pensa a respeito da tendência de aceitação e sobre a adesão às propostas do decrescimento?

EO - Em termos gerais há aceitação mais não há adesão. O que prevalece no discurso político atual é a mística do crescimento, como uma solução para todo. Mas nem todas as pessoas colocam suas energias para atuar dentro da lógica do crescimento. Existem pessoas que mantem e criam projetos alternativos, que têm como fundamento a **agroecologia**. Como exemplo podemos citar que em Campinas, desde 20 anos atrás ou mais, há comércio local de produtos oriundos da produção agroecológica. Outro exemplo seria a realização de férias de produtores artesanais de cunho ecológico, o que era impensável anos atrás, que contam com o apoio da Prefeitura e da Associação de agricultura natural de Campinas.²²² Outro exemplo: **Michael Löwy**, fez uma série de apresentações sobre **Ecosocialismo** em Fortaleza quatro anos atrás, promovidas pelo PSOL.²²³

SC - Você sempre esteve a favor do decrescimento ou foi evoluindo no decorrer dos anos? Se foi o caso, quais foram os elementos que o levaram a mudar de opinião?

EO - A educação universitária predominante é a favor do crescimento contínuo e sem limites. O ambiente político institucional e os veículos de imprensa reforçam essa visão. Para mim, foi necessário ter acesso a outros pontos de vista através de leituras e interação com pessoas que pensam de outra forma.

²²² <http://anc.org.br/2016/09/xiii-semana-e-agricultura-organica-de-campinas-e-regiao/>

²²³ Ver: <https://cacsuece.wordpress.com/tag/michael-lowy/>

SC - Quais seriam as condições para que o decrescimento funcione no longo prazo?

EO - *Uma mudança geral do paradigma cultural, por diversos meios. Uma consideração importante: o decrescimento exige uma ruralização ecológica.*

SC - Quais os riscos de não vingar a proposta do Decrescimento?

EO - *O colapso da civilização ocidental.*

SC - O que pensa quanto ao imaginário da população? Acredita que seja favorável?

EO - *Existem vários setores na população que vivem em diversos esquemas de economia sustentável que, no entanto, estão em risco devido à expansão capitalista. O decrescimento deveria passar a ser parte do imaginário coletivo.*

SC - Quais os principais argumentos das pessoas refratárias as ao decrescimento?

(Q2.2)

EO - *Elas acham que não é possível mudar o esquema econômico e cultural atual, devido ao risco de desabastecimento e ao caos no fornecimento dos serviços públicos.*

SC - Em que medida seria possível convencê-los a discutir e aderir ao decrescimento?

EO - *Através da educação de alfabetização ecológica e da conscientização política.*

SC - Quanto às principais barreiras no Brasil (Q2)...

EO - Os políticos gostam da palavra **crecimento**, e isso inclui a maioria dos socialistas, assim **‘o paradigma de neodesenvolvimento’ continua prevalecendo.**

SC: Quanto ao Serge Latouche?

EO: Tenho a impressão que seus escritos são muito bons, mais **falta escrever sobre a prática do decrescimento**, dentro de diversas modalidades em diversas regiões, e **estudos quantitativos sobre as propostas e as vivências desse novo modelo**. O método emergético²²⁴ permite medir todas as forças que contribuem para o estabelecimento e operação sistemas de produção, consumo e reciclagem, de forma quanti e qualitativa. Permite avaliar a prática. Precisa-se de um processo de construção e análise de alternativas, com pesquisas adequadas e muito diálogo.

SC: Quanto as sociedades profissionais?

EO - Eu sou membro da Economia Ecológica do Brasil (ISEE Brasil), mas até agora ela não fala sobre a necessidade premente do decrescimento e de como isso pode ser conseguido. A Economia Ecológica reconhece que o diagrama usado para representar a economia é incompleto, pois não considera o papel da natureza. Tem dado início a discussão do pagamento dos serviços ecossistêmicos aos produtores rurais ou as instituições que atuam na reciclagem, mas falta promover a discussão e o uso de uma contabilidade integral mais racional. Eu estou de pleno acordo com o decrescimento: é a opção mais razoável para evitar o colapso e partir para a transição. Existe um **site**

²²⁴ A avaliação da energia que participa de um processo (“embodied energy”, ou energia embutida) propõe o uso de uma unidade relativa ao trabalho realizado para gerar os recursos utilizados, em termos de energia solar equivalente (“energia”), que indica a energia renovável e não renovável que contém (ver: <<http://www.unicamp.br/fea/ortega/agroecol/emergy.htm#emergy>> e ODUM, H. T. 1996. Environmental Accounting: Energy and Environmental Decision Making. John Wiley, NY. 370 pp.).

internacional chamado “Prosperous Way Down”, feito por uma filha do professor Howard T. Odum, cuja qualidade estética e conteúdo são muito bons²²⁵.

SC - De que forma você usa o conceito de decrescimento no seu trabalho?

EO - *Usando a metodologia de modelagem e simulação da dinâmica dos ecossistemas com a visão sistêmica-emergética, que pode incluir uma visão histórica e política do uso e ocupação do solo.* Por outra parte, temos como objetivo desenvolver materiais didáticos sobre o tema do decrescimento e temas conexos e traduzi-los para o espanhol e o inglês. A produção bibliográfica do grupo do LEIA/UNICAMP e da USP conta com 30 dissertações e teses que usam o método emergético, entre elas algumas sobre **sistemas agroflorestais**. No site do laboratório, há um link sobre trabalhos da conferência bianual de pesquisa emergéticas da Flórida.

SC - Quais aos pontos de convergência/divergência com a Economia Ecológica:

EO - *A Economia Ecológica atual postula a adoção de uma visão transdisciplinar e se preocupa com o destino dos resíduos e a contabilização dos serviços ecossistêmicos.*

SC - No Brasil, quais são os estudiosos que atuam no tema de Decrescimento? E em outros países?

EO – O pessoal que atua no Laboratório de Engenharia Ecológica da Unicamp (LEIA/FEA), alguns professores do Grupo de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Nacional de Brasília e professores que atuam em diversas universidades do país. No âmbito mundial existe um grupo importante que atua na Universidade Autônoma de Barcelona que tem se convertido no núcleo promotor do movimento para o decrescimento a nível mundial.

SC - Com relação à sua produção, a que obra deveria dar prioridade? (

EO – *O livro da Editora Vozes: O Declínio Próspero: Princípios e Políticas²²⁶, com vídeos e apresentações na internet, os diversos trabalhos apresentados nas Conferências bianuais sobre Pesquisa em Emergia na Universidade da Flórida (link no site do Laboratório).*

À guisa de encerramento:

Enrique Ortega acrescentou que necessidade de considerar a **Análise crítica da Geopolítica** e de interagir **com os movimentos sociais (Degrowth, Via Campesina, Global Ecovillage Network etc.)** como fatores sobre os quais deveríamos nos atentar. Recomendou como referências complementares: a **Epistemologia da Descolonização** e a **Filosofia e Ética da Libertação**. Quanto a um partido político que possa representar o decrescimento ou uma opção para um desenvolvimento alternativo e autônomo, ele mencionou vários: **PSOL** [Partido Socialismo e Liberdade], **PT** [Partido dos Trabalhadores], **PDT** [Partido Democrático Trabalhista].

[FIM]

²²⁵ Enrique Ortega nos convida a visitar o site: <http://prosperouswaydown.com/>

²²⁶ Enrique Ortega faz referência ao livro de Howard t. e Elisabeth C. Odum (escrito nos anos 80 e 90, e publicado em inglês em 2001), traduzido por ele em português - O Declínio Próspero: Princípios e Políticas, Editora Vozes, 2012.

APÊNDICE C.b.3 - Entrevista de Liz Rejane ISSBERNER, em 24/01/2017, no Rio de Janeiro (no IBICT/UFRJ).

A gravação da entrevista não pôde ser aproveitada, porém, as anotações realizadas durante a hora de conversa foram compiladas e são apresentadas a seguir.

[Introdução] Liz Rejane Issberner já trabalhou com inovações aplicadas a iniciativas que possam não ser *high-tech*, como por exemplo **sistemas agroflorestais**.

Para ela, uma inovação sempre é: - sobre a forma de se adotar uma nova tecnologia;

- Sobre adquirir novo conhecimento;

- Sobre aprendizado de tipo coletivo

Q 1- Conceitos ligados ao Decrescimento:

Liz Rejane ISSBERNER – Concordo totalmente com a visão de Serge Latouche. Para mim, é uma “palavra-obus”. O decrescimento não significa necessariamente ter um país onde todo ano o PIB vai diminuir.

A diferença entre decrescimento e desenvolvimento está explicada no livro de Philippe Léna: tem a ideia de **PROSPERIDADE**²²⁷ (prosperar não no sentido ‘economicizar’), prosperar como conceito ou objetivo de uma trajetória para um país, seria a outra palavra para desenvolvimento de um país.

Junto com o decrescimento há uma série de ideias que vêm questionar uma série de lugares comuns.

Por exemplo no Brasil: se você quer melhorar uma economia, porque não investe no SANEAMENTO BÁSICO (que decorreria em qualidade de vida, renda, etc.)

Um dos maiores inimigos do decrescimento, da prosperidade, acho que é o TRABALHO: porque se você decrescer, você não vai mais gerar emprego...

Paul LAFARGUE, contemporâneo de Marx, escreveu um livro crítico chamado *‘Le droit à la paresse’*²²⁸. Foi no tempo quando os princípios do trabalho foram criados, princípios que vão nos escravizar. São ideias a serem retrabalhadas para poder começar a conversar sobre o decrescimento.

Do ponto de vista do país, é a mesma coisa: sempre pensamos em aumentar a PRODUÇÃO, sem se perguntar se “nós precisamos mesmo produzir tudo isso”.

Uma aluna minha trabalha sobre a matriz energética, para potencializar um crescimento de 8% ao ano, enquanto não fazemos um raciocínio ao contrário de quanta energia poderíamos produzir a partir do disponível.

Os pontos de vista **ÉTICOS** devem ser muito superiores aos **ECONÔMICOS**; sem massacrar as minorias (por ex.: projetos sobre territórios indígenas).

Outra referência interessante é o **Michel SERRES** – quem escreveu o livro *‘Le droit à la nature’*²²⁹. Tem a ver com o que aconteceu nos países bolivarianos como Bolívia e

²²⁷ Em referência também às ideias traduzidas por Tim Jackson, relator da comissão britânica sobre o desenvolvimento sustentável e autor de “Prosperidade sem crescimento”.

²²⁸ Liz-Rejane Issberner faz referência ao livro do Paul Lafargue escrito em 1880 acessível em: <https://www.marxists.org/francais/lafargue/works/1880/00/droit.pdf>

²²⁹ Faz aqui referência ao livro de Michel Serres intitulado *Le contrat naturel* (2009)– no qual o autor defende a urgência, se não quisermos viver na injustiça, de incluir no pacto social (já que aceitamos o contrato social) um ator singular que já deveria estar presente na nossa existência ética e ser considerado ‘sujeito de direito’: a natureza. (<http://blogs.lexpress.fr/les-8-plumes/2012/05/10/michel-serres-le-contrat>)

Equador – [onde a natureza entrou como sujeito de direito na Constituição] - com o **mito de Pacha mama** (a divindade mãe terra), *etc.*

Temos que **DESCOLONIZAR O IMAGINÁRIO**: por quê o **trabalho** tem que ser de tantas horas diárias? Por quê o bem-estar deve ser função do dinheiro? *etc.*

Outros autores falam de **descolonizar [o imaginário] pelas ARTES**.

Quanto à descolonização do imaginário pela **democracia e participação**: **há de ser uma participação com representação de minorias** (indígenas, negros, mulheres, *etc.*).

Quanto aos valores que apoiam o decrescimento: penso principalmente na sustentabilidade – ecologia.

Mas são duas VIAS que tendem a convergir: a **via VERDE** - pela insustentabilidade ambiental, as mudanças climáticas e o esgotamento do modelo - e a **via VERMELHA** – pela exploração social, o poder econômico – que convergem no **DECRESCIMENTO**. Há convergência, mas não significa que todos convergem em tudo.

Quanto aos valores opostos: penso no **TRABALHO** tal como criado.

Hoje, somente dá mais direito, permite mudar um pouco, mas o sistema continua o mesmo.

[Quanto à questão 2]

LRI – Posso ser pouco otimista nos dias de hoje, e me pergunto quanto mais tem que piorar para que as pessoas acordem.... se acordarem.

Há pouca informação – não só no Brasil – sobre a situação ambiental e de outras dimensões. O pessoal pode ter educação, mas continua sem informação.

Por exemplo, nos EUA (que é o exemplo mais gritante), eles acreditam que a mudança climática não é tão presente e continuam investindo na indústria do carvão.

Embora o grupo de intelectuais ou pensadores se empolgue e tenha crescido muito.

Acredito, sem proselitismo, nas ideias que difundem nas aulas.

Pessoalmente, sempre fui muito crítica com relação à economia capitalista. Minha percepção é que o capitalismo prospera a partir do uso intensivo de recursos naturais sem considerar limites físicos vide os ataques à biodiversidade no Brasil e a aumento contínuo de emissões de gases efeito estufa que provocam o aquecimento global.

SC - Quanto às condições para que funcione?

LRI – Deve haver **DIFUSÃO DAS IDEIAS**, ou seja, vai depender da velocidade com a qual essas ideias vão circular.

SC – E quais seriam os riscos se a proposta vingasse?

LRI - Existe um risco se a proposta não vingar.

Não sei nem se chegaremos ao decrescimento, porque erros virão no processo – e é normal, não me assustaria com isso – e os acertos se farão durante o processo.

Uma coisa que faz parte do decrescimento é a **JUSTIÇA SOCIAL**, e essa dará liberdade para lidar com eventuais erros. Não sei se o Serge Latouche fala nesses termos, mas isso permeia o texto dele.

Temos o exemplo do Equador e da Bolívia, mas são só dois países. As diferenças entre os países representam um obstáculo: precisara que todos os países fizessem o mesmo

[naturel-de-la-nature-du-droit-aux-droits-de-la-nature/](#)). SERRES, M., *Le contrat naturel*. Ed. Flammarion, 2009.

esforço para o enfrentamento da crise ecológica. Sem contar que as fronteiras ecológicas não existem (poluição do ar, etc.).

Não temos uma entidade que represente os países e tenha o poder de criar normas para atender os objetivos e metas assumidos, que atue como órgão regulador na área ambiental em nível internacional. A posta em prática dessas mudanças necessitaria ajustes durante muito tempo.

Para convencer [os céticos ou críticos ao decrescimento], haveria de ser pelos ‘exemplos [positivos]’, **não pelo discurso. Não acredito numa cartilha, tem que ser ações diferentes em função do contexto.**

No Canadá, por exemplo, só compram produtos que vêm de no máximo 100 km.

[Quanto à questão 3]

LRI – Embora não escrevam diretamente sobre o decrescimento, todos os alunos e colegas com os quais trabalho estão familiarizados.

Minhas referências aqui no Brasil são **Philippe Léna** [com quem trabalho em projeto entre França e Brasil], **José Eli da Veiga**; ambos participaram do livro de 2012.

Com relação ao **Celso Furtado e ao Darcy Ribeiro**, eles questionaram muito o **lado social** [do desenvolvimento], mas não é antagônico à questão ambiental. Há uma leitura do Celso onde a questão ecológica poderia ser inserida.

No IBICT, o decrescimento ainda não faz parte dos temas de pesquisa. O aspecto hierárquico é muito forte, e como **o governo** – do PT, mas nenhum outro, aliás– **não se preocupou pela questão ambiental, o IBICT continua sendo uma instituição desenvolvimentista**, ou seja, bem diferente das propostas do decrescimento.

Hoje, as Ciência & Tecnologia (C&T) estão a serviço do crescimento, visando à maximização de renda. Mas acredito que as C&T possam contribuir para reduzir o problema, mas para isso, não acho que seriam suficientes para nos tirar da situação: **as C&T seriam uma ferramenta, faz parte de um conjunto de instrumentos para nos levar a essa prosperidade – e não ao crescimento.**

As Ciência e Tecnologia são os dois lados da mesma moeda: é uma das causas de nossos problemas, mas também pode nos levar a soluções; mas não acredito que são suficientes para nos salvar de uma catástrofe.

SC – Quanto a eventuais projetos nos quais participa ou participou?

LRI – Visitei produtores orgânicos da Amazônia. Lembro de ouvir em entrevistas com agricultores sobre a irracionalidade nas relações com os estrangeiros. Por um lado, recebem visitas de empresas estrangeiras, como BASF e Monsanto para lhes vender agrotóxicos mas, por outro lado, os compradores estrangeiros só querem lhes comprar produtos orgânicos.

Atualmente, trabalho num projeto de certificação:

- certificado de orgânicos (selos orgânicos, por ex.);
- certificado de origem, que não é tão relevante para o Brasil (na França tem proteção, microrregião, mas não poderia se aplicar ao caso brasileiro, por causa do tamanho e da gestão da Amazônia);
- certificado de comércio justo. **[FIM]**

APÊNDICE C.b.4 - Entrevista de Emilio Lèbre LA ROVERE, no PPE, em 27/11/2017, no Rio de Janeiro (no PPE/COPPE/UFRJ).

Sandrine Cuvillier – Já conhecia o decrescimento... claro?

Emilio Lèbre La Rovere - Tem várias escolas que se referem à proposta de decrescimento. Agora, tem vários níveis, várias vertentes: **uma vertente que considera que você precisa ter uma AUSTERIDADE** no sentido mesmo que há uma crítica ao hedonismo prevalecente na sociedade industrial de consumo, que na verdade, isso é o discurso realmente, que mais não é melhor.

Existe também uma **outra vertente** em que você considera que **MAIS**, na humanidade, o homem sempre vai querer: agora, **desloca do TER MAIS consumo, para SER MAIS, usufruir mais, desfrutar mais, e aqui entra o TEMPO LIVRE, o LAZER.**

E tem **uma outra vertente** que é o rebatimento disso na teoria econômica: seja então como isso se traduz em **modelo de desenvolvimento econômico**, de repartição de **carga de trabalho na sociedade**, do tempo de lazer, em não aumento só de quantidade de bens de consumo e serviços desfrutados, e **que leva um pouco à reflexão sobre a evolução das economias capitalistas, das várias fases da teoria do desenvolvimento econômico, que é onde o Furtado vai se encaixar.**

Então, tem ainda a vertente dos ecologistas **políticos, inspirados por Ivan Illich**, e tem uma crítica ainda anterior, dos conservacionistas/preservacionistas, com **um pouco de neomalthusianismo** propondo controlar o crescimento populacional, que é uma visão que privilegia essa variável do problema de população.

Agora, quanto aos valores que apoiam, é um pouco isso: você tem **uma linha que privilegia o ESPIRITUAL com relação ao MATERIAL, mas de novo, o CRESCIMENTO, você fala em crescimento interior, você fala em crescimento também espiritual, da pessoa nas várias dimensões dela, no sentido de “s’épanouir”, florescer.** Então depende em qual dos níveis do que a gente falou se considera o crescimento.

Então, no fundo no fundo, a visão - que é **a visão religiosa do espírito** - que **o homem já teria essencialmente essa sede de infinito.** A interpretação religiosa, por exemplo cristã, que o homem foi criado à imagem e à semelhança de Deus, e foi criado para que se torne cada vez mais próximo de Deus, e outras religiões têm também a mesma linha.

Nesse sentido, **o crescimento é quase sinônimo de aperfeiçoamento, de aprimoramento, digamos espiritual.** Realmente tem que esclarecer os conceitos, porque [nesse caso] não tem nada a ver com crescimento do consumo. Nesse sentido, já é uma posição... Obviamente é uma posição com a visão digamos do *homo economicus* da economia capitalista de mercado que levou durante muitos anos a medir o bem-estar como a quantidade de bens e serviços à disposição do consumidor. Mas as tendências modernas de medição de bem-estar, por exemplo o relatório Fitoussi-Sen-Stiglitz, essencialmente já mostraram que pode ser interessante medir como indicador do bem-estar econômico não o IDH, muito menos o PIB, mas o indicador da renda familiar disponível após satisfação das necessidades básicas. Mas, sem ser essa visão extrema de deixar a liberdade de mercado assim mesmo, **outras vertentes podem ser reconciliadas com a ideia de algum decrescimento. A vertente de crescimento espiritual é perfeitamente compatível, ao contrário até requer** - como você vê em **todas as religiões** de monges budistas, e os votos de pobreza dos cristãos, etc., que têm **desapego aos bens materiais como condição de um crescimento espiritual.**

Sobre a questão 2:

ELR - Eu acredito que **é muito difícil para o homem se satisfazer com MENOS: o homem se habitua a tudo, praticamente, ele pode se habituar a uma situação pior do que ele estava antes, mas ele não gosta disso, ele prefere se habituar a uma situação melhor, sempre.** A questão que vejo é a possibilidade de escolhas: algumas questões são nítidas, de caráter pessoal, que você tem autonomia para fazer, o problema é que a sociedade não te dá muitas escolhas, ela diminui tua **esfera de autonomia**. É o **conceito central do Illich: a heteronomia vai se espalhando e você não consegue mais cuidar de sua educação, de sua saúde, e para tudo você tem que contratar um especialista para cuidar para você.**

A minha tendência, de certa forma, e acho que bastante cedo devido a minha educação em casa e na escola, no colégio de jesuítas, foi nessa linha. **Nunca fui um grande consumista. Agora, é diferente de você apreciar bem os prazeres da vida – viajar, um bom vinho, isso é outra coisa. Então tem também a questão ESTÉTICA, a feição estética, é um direito humano, na verdade; FLORESCIMENTO que todos os homens deveriam ter direito,** iria muito além das necessidades básicas que infelizmente uma grande parte da população ainda não tem atendidas, e isso é essencialmente uma consequência da organização econômica decorrente desse sistema político que a gente vive.

As condições para que isso funcione no longo prazo seriam: **uma revolução cultural das mentalidades, da educação, dos valores...** É interessante você ver que alguns pequenos **esboços da economia compartilhada, da economia solidária, já mostram certa evolução.** As gerações passadas, principalmente os meninos, cultuavam automóveis, como um objeto de desejo máximo, coisa que não acontece hoje: tem muitos jovens que nem se interessam sequer em tirar a carteira de motorista, preferem andar de Uber, de bicicleta. Isso mostra que algumas evoluções são possíveis, as coisas não são eternas, **as mentalidades evoluem.**

Agora, os efeitos possíveis do decrescimento, na verdade tem... Como primeiro efeito dos críticos do decrescimento você vai ver aquela parábola da colmeia de Mandeville²³⁰, em que você essencialmente **reduz o bem-estar:** se não houver ambição, **se não houver o egoísmo guiado pela mão invisível do mercado, a produção cai, a produtividade cai, e você tem uma queda no nível geral do bem-estar.** É preciso a competição, a concorrência e o egoísmo, para que a mão invisível construa **o bem-estar coletivo a partir da soma dos egoísmos individuais.** Essa é a visão de mercado e é crítica.

Hoje em dia, com **o aumento de produtividade** que você tem desde a Revolução Industrial, essa crítica pode ser relativizada: porque você tem uma quantidade de bens de consumo supérfluos, enorme.

A consequência seria uma reorganização do mercado de trabalho e da repartição do tempo de trabalho, que o capitalismo não consegue fazer até porque precisa ter um exército de reserva de mão-de-obra, muita gente desempregada, para poder extrair o máximo de mais-valia, **baratear o custo da mão de obra.**

230 ELR refere-se à Fábula das Abelhas, de Bernard Mandeville, escrita em 1723, que defendia aquilo que era entendido como o vício dos homens (ganância, da inveja, da vaidade e do orgulho) – vícios considerados como fundamentais para a prosperidade da nação (<https://economianostra.wordpress.com/2013/06/12/a-fabula-das-abelhas-de-bernard-mandeville/>).

Agora, o que é interessante também é que **a evolução tecnológica não é neutra, e a direção do progresso técnico também vai colocar questões desse tipo.**

Então a questão do decrescimento vai, na verdade - se uma proposta dessas for ganhando corpo, força política - ainda **vai ter que interagir com outras transformações que estão em curso, em particular as chamadas mudanças disruptivas, quer dizer a Indústria 4.0, as novas tecnologias de Inteligência Artificial, a robotização, num aparelho produtivo que questiona até mesmo a noção de EMPREGO** conforme definido na teoria econômica, que praticamente não será necessário. E **essa evolução tecnológica pode entrar em sinergia, ou em conflito, com uma visão de decrescimento:** na verdade, quanto menos tempo de trabalho for necessário, e mais capital acumulado, desempenha as tarefas e se encarregue da produção, você abre um potencial enorme para as propostas de decrescimento do consumo e liberação de tempo livre, mas não é isso que a gente observa desde a Revolução Industrial. Na verdade a gente observa um problema de mercado de trabalho cada vez maior, geração após geração, antes era com a mão-de-obra desqualificada, agora é também com a mão-de-obra qualificada.

Então no imaginário da população brasileira - aí obviamente, você tem uma sociedade, assim como a nossa, teria que desagregar isso por faixas de renda, urbano e rural, nordeste e Sudeste, etc. - **a grande maioria da população brasileira quer mais! Consumir mais, ter mais recursos, comer mais** (não é à toa que tem tanta obesidade... após os Estados Unidos talvez sejamos o país mais obeso), **se alimentar mal, querer ir para Orlando...** coisas que não necessariamente podem ser ditas como um crescimento interior, mas sim de um crescimento tradicional, de bens de consumo e de serviços de entretenimento, dito assim.

Agora, numa faixa que é a **elite intelectual, que já tem bastante bem resolvida a questão da sobrevivência** – senão própria, pelo acúmulo da família, pelo patrimônio que é um pouco nesta fase **patrimonialista, em que as novas gerações têm cada vez mais dificuldades em se tornar independentes no mercado de trabalho e se apoiam financeiramente na família cada vez mais tempo antes de poder ter uma independência financeira** – isso já está ocorrendo, essa elite que pode contar com a família com algum acúmulo patrimonial. Nesse segmento [o decrescimento pode haver chances de vingar] Mas é lá também onde você encontra o hedonismo mais extremado: já que não tem uma necessidade precisamente de sobrevivência, tem uma dificuldade no ‘equilíbrio diversão *versus* trabalho’, **só quer saber de diversão.** Isso é o **fenômeno que você vê nas sociedades avançadas e que começa a acontecer também em outras faixas.** É também onde se tem o **consumo de luxo.** Quando você vê na *Black Friday* que as pessoas fazem fila para o novo iPhone. Você só desloca [o foco] sobre um novo *gadget*.

Sobre a questão 2b - Sobre o que outros podem pensar sobre o mesmo tema:

ELR - Você tem os pessimistas conformistas, que acham que isso é uma utopia ingênua, que - na verdade, sejam de esquerda ou de direita, porque os extremos se tocam - não é viável e que não há outro sistema possível a não ser o capitalismo; que a história acabou. E tem **os outros que são digamos utopistas, no bom sentido,** que acreditam que alguma transformação, que alguma margem de liberdade, alguma inflexão é possível com as decisões que estamos tomando: a nível cultural, a nível de organização social, para que as esferas política e social possam disciplinar a esfera econômica. E isso obviamente no jogo político poderia ser rotulado como estatismo, intervencionismo, falta de eficiência, contra a eficiência do mercado... **isso é uma questão ideológica que vem desde - em parte - o capitalismo.**

Acho que é bastante difícil fazê-los aderir

Existem casos isolados, de modo geral, que poderiam ser muito frugais, mas **normalmente as pessoas vão ter uma tendência a se aproveitar tudo que podem.**

Mas de novo, **é uma questão de formação, de foro íntimo**, da questão da realização, de como você viver o crescimento. **Tem um lado ético, moral, e também às vezes espiritual-religioso**, e talvez uma **visão de que verdadeiras vitórias na vida são obtidas contra você mesmo.** Se qualificar na linha do SER, melhora, mas isso já numa outra esfera....acho que vai além do que essa questão do decrescimento.

De novo, quando você define sua felicidade, vai remeter a como você se sente bem. Mas é muito difícil, porque ao mesmo tempo isso tem sempre um reflexo que a **SOLIDARIEDADE do teu clã, da tua família, te leva também a crescer, a acumular...** porque uma coisa é você, mas outra coisa é sua família...**sobretudo na precarização das relações de trabalho para as gerações mais novas.**

De modo geral, as famílias tendem a continuar trabalhando após a aposentadoria. Isso já havia na geração passada, na Itália por exemplo, na minha família, tios meus, etc., que se aposentaram depois de negociar com o empregador, que ia ser substituído pelo filho. Isso nos anos 70.

Quer dizer, aqui também começa a acontecer isso... Nos anos 70 no Brasil, se você tinha um diploma universitário, você conseguia um emprego tranquilamente.

O que leva a pessoa a acumular, é também o pensamento sobre um acúmulo num nível mais coletivo, da família. Uma coisa é você resolver que você não precisa de tanto luxo para viver. Outra coisa é você ter tranquilidade sobre o futuro de sua família.

Então é uma coisa bastante difícil: ou você decidir por eles que terão uma vida mais frugal....é uma coisa mais complicada.

Quanto à questão 3:

ELR - Comecei a trabalhar na área de energia, e obviamente foi desde cedo – me formei em 1975 – entrei na FINEP, em 1976 a gente fez o primeiro seminário brasileiro sobre conservação de energia, eficiência energética, que era uma ideia de que você pode fazer melhor, ter uma sociedade melhor usando menos energia, baseado nas ideias do Illich - Energia e equidade, de 1973. Tinha também o relatório dos Estados Unidos, How much is enough? (“Quanto é o bastante?”). Nesse primeiro seminário ninguém sabia direito o que **era conservação de energia**, terminologia que foi utilizada, traduzida do inglês **“energy conservation”**, que começava nos Estados Unidos em 1972, por aí.

Então me lembro de debates nessa época, **como a eficiência energética pode atenuar, mas ela não soluciona o problema na medida em que sempre haverá uma tendência ao crescimento.** Se houver maior demanda de energia puxada por maior demanda econômica, maior consumo e maior produção, então ela não resolve, ela atenua, mitiga os problemas ambientais, por exemplo.

No Brasil, eu gosto muito de **uma ideia do Furtado que, inclusive nesse livro Teoria e política do Desenvolvimento Econômico (se não me engano é de 1967), ele compara o desenvolvimento econômico ao crescimento de uma pessoa: um adulto não é uma criança maior, há uma mudança estrutural. O estruturalismo econômico é isso: não é só uma questão de quantidade, mas também há qualidade do crescimento econômico.** Obviamente naquela época era para promover a industrialização através do estado reformador, etc. Para dizer que não bastava ficar no

modelo primário-exportador, produzindo *commodities* e exportando, como essa era a ideia de outros aqui.

Essa ideia qualitativa de desenvolvimento é muito interessante.

O Celso Furtado tardio, já na área da Cultura, se apropriou bastante daquele caldo das ideias da França, inclusive do próprio Sachs do desenvolvimento *self-reliant*, que é um dos pilares do desenvolvimento, o desenvolvimento endógeno. Então certamente isso também convergia para essa ideia. Agora, as críticas que se fazia muito era que isso iria desembocar em **experiências isoladas marginais, sem questionar o eixo principal do Desenvolvimento; as críticas ao Desenvolvimento autônomo e local; a crítica de Samir AMIN²³¹, de Arghiri Emmanuel²³²; ao conceito por exemplo de tecnologia apropriada do ecodesenvolvimento.** Bom, isso “são quinquilharias pros índios”, vocês vão criar um pouco aquele cenário ecocomunialista: comunidades isoladas, meio hippies, enquanto isso o sistema capitalista continua dominante, mais tranquilo e sem nenhuma oposição, e fica marginalizado em ghettos, isolados.

É importante trazer para o debate central a centralidade da questão da qualidade do desenvolvimento, do estilo escolhido para o crescimento econômico, eu acho que talvez, não é um pensador brasileiro, mas o **Oswaldo Sunkel**, não na sua primeira fase (livro com **Pedro Paz** sobre desenvolvimento econômico, **na fase inicial da Cepal**) mas na sua segunda fase – fim da década de 70-início de 80 - quando ele foi coordenador de unidade de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Cepal, tem aquele outro texto que incluo na bibliografia [da matéria Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento], ele trabalha quais seriam as condições e requisitos para um desenvolvimento sustentável na América Latina, e fala dando continuidade às ideias e dando continuidade à ideia central.

No Brasil, eu não vejo brasileiros que deram muita continuidade a essa ideia.

Com relação aos **programas sociais governamentais**, creio que **o maior mérito deles é fazer com que as políticas sociais sejam realmente mais eficientes**, que pelo menos não se perca pelo caminho, numa cadeia de intermediários, o subsídio que é dado aos grupos sociais de menor renda. Então, o Cadastro, o Cartão magnético, o recurso que vai direito sacado pelo cartão magnético para a dona de casa, são ganhos extraordinários. Porque os próprios militares, durante a ditadura militar, tiveram programas sociais, havia até de certa forma com boas intenções de tentar resolver o problema da pobreza dentro de uma visão de que a pobreza era ruim. Mas sempre foi muito ineficiente, sempre se perdeu a maior parte do recurso que era destinado na metade do caminho. Então o maior mérito desses programas é **tornar mais eficiente a**

²³¹ Samir Amin (1931) é um economista egípcio neomarxista, atualmente diretor do Fórum do Terceiro Mundo. Fabrice Flipo, no artigo *Les cinq sources de la décroissance*, também fez menção ao Samir Amin. Embora critique o modelo desenvolvimento imperialista por insensível aos contextos locais, esse economista crítico não questiona o valor do crescimento. Ou seja, a crítica que trouxe está aquém da crítica trazida pela abordagem culturalista do decrescimento, qual visa o “re-encastramento” da economia na sociedade (FLIPO, 2015).

²³² Arghiri Emmanuel (1911-2001) é um economista grego que se interessou pelos países em desenvolvimento. Escreveu notadamente o livro *Technologies appropriées ou technologie sous-développées* ao qual o prof. ELR fez referência. Segundo Emmanuel, as tecnologias apropriadas só aumentariam o atraso, enquanto as tecnologias modernas intensivas em capital, mais produtivas, seriam essenciais – e um mal necessário - para recuperar o atraso dos países em desenvolvimento. (Fonte: https://www.persee.fr/doc/polit_0032-342x_1981_num_46_4_3099_t1_1004_0000_3)

redistribuição. Agora, como vai atingir justamente uma parcela da população que está bem abaixo de uma cesta básica de bens de consumo, **não vejo que ela vai ajudar o decrescimento, ela vai, na verdade, reequilibrar outro problema, de desigualdade.** O decrescimento, talvez estivesse mais na linha de **garantir um imposto de renda negativo**, ou um salário desemprego continuado.

Acho que vem mais da realidade, experiência dos países ricos, industrializados. Mas isso é fato, na França se critica: “a juventude não quer nada porque tem seguro desemprego”. Há toda **essa crítica sobre o efeito desmobilizador, mas então como conciliar, como oferecer a possibilidade de trabalho solidário, humanitário; exigir uma contrapartida social pelo salário desemprego, assim como as contrapartidas que deveriam ser mais exigidas no Bolsa Família (o Bolsa Escola exigia mais, neste sentido)**, mas também cuidados sanitários da gestante ter que fazer os exames pré-natais para poder se qualificar para os programas sociais; também os alunos, as crianças terem que ir à escola, com rendimento. Esse tipo de **contrapartidas** que acho que é importante ter e fiscalizar, controlar. E da mesma forma deveria ter para o salário desemprego: não para o sujeito ficar desesperado em casa, ou cair na bebida ou nas drogas, ou se sentir um inútil e ter problemas psicológicos, como acontece com muitos desempregados - mesmo que tem certos que viram “*clochards*” por opção, mas que eles se engajassem em atividades possíveis de fazer: solidariedade, médicos sem fronteiras, enfim uma série de coisas que você poderia direcionar a mão-de-obra que não encontra colocação no mercado. Ou seja, **o terceiro setor, a sociedade civil organizada, ela poderia ser chamada a participar como parceira e ter uma eficiência melhor desses recursos.**

Assim como o ‘*quantitative easing*’ (na economia), sem nenhuma contrapartida, é um desperdício em relação ao potencial que você teria, exigindo alguma contrapartida. É injeção de liquidez pelos bancos centrais para fazer face a uma recessão econômica, que aconteceu primeiro nos Estados Unidos, e agora na Europa: diante da recessão, houve um reforço, permitindo que os bancos tivessem mais liquidez para emprestar mais, para tentar relançar a economia. Se critica que essa injeção de liquidez poderia ser atrelada a condicionantes, por exemplo financiar infraestruturas de baixo carbono, tentar ajudar a transição rumo a uma economia de baixo carbono – é um dos temas da Cúpula do mês que vem lá do Macron, por exemplo. Mas isso trazendo pelo lado social, seria isso: essa ajuda social ser condicionada a contrapartidas, e acho que ONGs poderiam ser chamadas para serem parceiras.

SC – Quanto àquela proposta do Senador Eduardo Suplicy, de Renda Mínima?

ELR – Imposto de renda negativo, a renda mínima, que tinha mencionado. Suplicy coloca isso. Kadafi fez isso na Líbia: o líbio nascia e já tinha uma Renda Mínima (risos). Claro estava sentado sobre poços de petróleo, com uma população menor e queria poder governar sem ser questionado. Então, havia tanta disponibilidade de recursos que ele dava um “cala-boca” para toda a população e tocava o país. Acabou mal, o Kadafi.

A Renda Mínima teria sentido, se você desse também algum sentido à existência das pessoas: porque esses desempregados que se beneficiam do salário desemprego têm problemas psicológicos enormes. As ONGs poderiam ajudar nessa linha.

Então, acho que a Renda Mínima sim, mas com contrapartidas. Como por exemplo, o **serviço civil:** não precisava mais de serviço militar no Brasil, para os universitários. Mas **um serviço civil** sim. Os militares fizeram o projeto Rondon. Obviamente tinha toda uma carga de ideologia de treinar a Segurança Nacional, mas você fazer estudantes de graduação de medicina ficarem 6 meses no Vale do Jequitinhonha, como residentes

num hospital do Vale do Jequitinhonha, **me parece extremamente positivo para a formação do cidadão.**

Esse tipo de coisas, como contrapartida ao ensino gratuito - como exigência de estágio supervisionado – organizar esse tipo de ponte para permitir uma certa interação entre as classes sociais... senão você fica completamente isolado, sem conhecer a pobreza, sem conhecer o país real, a vida enfim, com uma visão distorcida da realidade. Acho que nesse sentido, esses programas poderiam atuar nessa linha. Então acho que tem tudo a ver.

De uma certa maneira, o [Ignacy] Sachs sempre dizia isso: o *Welfare State*, o **Estado de Bem-Estar social**, que é aplicado na Social Democracia nos países escandinavos por exemplo - talvez o caso mais conhecido, mais claro, mais ‘acabado’ disso- **faz muito mais sentido nos países em desenvolvimento.** Você tem uma parcela da população que está tão mal – com relação à satisfação das necessidades básicas - **que a relação benefício-custo do recurso empregado aí é muito maior, muito melhor.** Você investir em saneamento melhora muito a saúde; você investir num mínimo de capacitação da mão-de-obra, de educação, já dá um salto de produtividade dessa mão-de-obra muito maior.

Então de um ponto de vista da racionalidade econômica *stricto sensu*, **a solidariedade social é fundamental em países muito desiguais como o Brasil, e outros países em desenvolvimento.** Agora, tem que ter contrapartida, que é a crítica que o próprio Cristóvão Buarque, que foi um dos idealizadores do Bolsa Escola, faz ao Bolsa Família - que as contrapartidas foram só visadas como moeda de troca política, se tornou mais um instrumento de propaganda do governo em vez de ser um instrumento que realmente cobrasse mais.

Outra crítica que se faz a esses programas é que eles não oferecem porta de saída, só pensam em critérios para que a pessoa fique dentro: mas quando que a pessoa teria capacidade para ficar independente desse tipo de ajuda do estado?

Mas um **estudo interessante da Unicamp** fez uma avaliação bem aprofundada sobre o programa Bolsa Família e acabou mostrando que na verdade a proposta não tem o objetivo enim tem condições de apontar saídas, uma solução para que as famílias andem com suas próprias pernas. Ainda está se falando de um buraco mais em baixo. Outros programas semelhantes para faixas um pouco menos desfavorecidas talvez pudessem ter essa missão, de fazer com que a família, depois de um certo tempo, pudesse prescindir dessa ajuda.

SC – Não sei onde que vi isso então, acho que foi uma professora da UFRJ (Lena Lavinias) que apontou que as pessoas conseguiam se desvincular do Bolsa Família e se reinserir no mercado de trabalho.

ELR - O melhor estudo que acho, do ano passado ou deste ano, que é do Núcleo de políticas sociais da Unicamp, é uma pesquisa que fizeram das famílias, de maneira bem aprofundada, do Norte ao Sul do país, de acordo com as regiões. O resultado da avaliação é muito positivo, em termos de um programa para reduzir a pobreza absoluta, mas não para propiciar auto-suficiência econômica das famílias na geração atual; pode sim, contribuir para que suas crianças de hoje tenham melhores oportunidades no futuro.

Com relação aos textos, basicamente são os textos que aponto no curso do EMAD²³³, e a bibliografia complementar.

SC – Quanto ao movimento para moedas locais, que acha?

ELR – Tem várias coisas que indicam que os *bitcoins* são na verdade uma pirâmide que depois vai estourar em algum momento, ainda é uma coisa bem inovadora.

SC – Estava pensando mais nessas moedas locais, que já usei na região basca francesa; acho que tem mais a ver com a identidade, a cultura.

ELR – Uma possibilidade é ver essas **experiências de Economia Solidária**, não sei se você conhece *Les Rencontres du Mont Blanc*. Todo ano eles fazem - Thierry Jeantet (amigo meu) é animador disso. Ele dá uma bibliografia que vou lhe encaminhar.

O Polanyi seria outro autor interessante, como Stiglitz também: eles dão elementos à crítica.

ECOPA – é um projeto que está terminando agora

Houve esse trabalho com alguns antropólogos tentando imaginar [impactos futuros], por conta de nossos cenários de longo prazo (mudanças de comportamentos de consumo). Teve uma vertente, um estudo de caso sobre Turismo.

O que vai acontecer com a afluência: como a sociedade afluenta no futuro vai gastar sua riqueza, o que vai querer? Se for como aquela fila de mais de mil milionários americanos que está lá esperando o foguete só para experimentar aquela sensação de ausência de gravidade (e isso ocorre, tem lançamento... E a pegada de carbono [vai para o espaço também], claro). Ou se você vai viajar mais de avião, etc.? **Em que o rico vai gastar sua riqueza? Essa é a questão comportamental que no final vai ter um rebatimento sobre a pegada de carbono, sobre a pegada ecológica de modo mais amplo no planeta e na sociedade.** Então, esse projeto ECOPA tentou um pouco fazer essa reflexão.

E aí antropólogos foram chamados, e para nós foi interessante porque começamos a fazer uma **referência cruzada: fizeram um cenário para a França, e nós olhávamos esse cenário e víamos o que poderíamos dizer para o Brasil, o que seria mais parecido ou afastado.**

A Claude [Cohen] pode conversar com você a respeito. Vai ter um seminário agora em dezembro, em São Paulo. E estamos no momento exatamente de fazer essa apresentação.

SC – Só para fechar, queria conferir algo: com relação à dica que o professor Rogerio me tinha dado sobre o Celso Furtado, entendo que posso fazer a ponte com relação à crítica do desenvolvimento, mas não mais. Da mesma forma, o Guerreiro Ramos por exemplo, não sei como poderia relacioná-lo ao decrescimento...

ELR - Basicamente, críticos ao crescimento econômico e às forças do mercado, você vai encontrar muitos; e aí vai desembocar em um outro crescimento: basicamente os Cepalinos, com a industrialização. Até chegar ao desenvolvimento sustentável.

Mas a noção de quanto é suficiente não está no radar e não é uma pergunta colocada. É sempre crescimento do bem-estar. Para a definição do bem-estar, é mais, talvez, na discussão dos indicadores, na discussão do relatório Fitoussi, Sen e Stiglitz.

[FIM]

²³³ Disciplina trimestral de Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento que ele ministra anualmente no PPE/COPPE/UFRJ.

Observação: As anotações realizadas durante a entrevista realizado com o prof. Carlos Alberto PEREIRA SILVA (CAPS) da UESB – em 09/11/2016, *via* skype – não foram incluídas a esse material para respeitar a vontade do entrevistado.

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA OBSERVAÇÕES

Documento que serviu de base de trabalho com o prof. Marcelino Guedes da Embrapa-AP e com a família anfitriã.

Questionário (ou entrevista) para avaliação do sistema socioprodutivo da Ilha das Cinzas (Novembro 2017)

“Ao entrar em contato com os ribeirinhos, o próprio pesquisador vê aflorar posturas, intenções, reivindicações e injustiças atribuídas ao referido insulamento institucional”
(PESSANHA NEVES, Delma, p384, In ARAÚJO, R. e LÉNA, P., 2010).

Como toda pesquisa aplicada a pessoas, por questionário direto, serve para coletar PERCEPÇÕES. Só tem valor se o retorno da pesquisa vai influir no resultado de fato.

Foco da análise: o sistema sociotécnico.

Público-alvo: população ribeirinha da Ilha das Cinzas (IC), Gurupá, PA.

Amostra: o domicílio (ou casa) será a unidade de análise.

Questionário será aplicado a em torno de 10 famílias (o que representa (?) pessoas)?

ou a intermediários/representantes (Embrapa-AP e/ou

ATAIC)?

A pesquisa abrange questões objetivas e questões de caráter subjetivo, relativas à qualidade de vida notadamente, através de entrevistas com as pessoas responsáveis pela família (dois membros do casal, se tal for o esquema familiar).

CONTEXTUALIZAÇÃO - Base organizativa:

– Qual a “comunidade de base” que possui uma unidade e “identidade” própria: A vila? Um agrupamento de (?) casas acessíveis pela mesma via? Ou as 50 casas mesmo da IC?

– Qual a repartição das famílias e dos trabalhadores entre as várias atividades: serrarias, açaiçais, outras?

– Existe uma hierarquia dentro da comunidade?

– Quais são as lideranças presentes: ATAIC? Liderança(s) religiosa(s)? Representantes do poder municipal? Estadual? De um(a) líder ambientalista? Etc.

(cf. ex da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá (~345 pessoas) que possui um Conselho Deliberativo é composto por 15 entidades. Atualmente, o ambientalista Pedro Alves Vieira (Pedro “Tapuru”) é o chefe da Reserva e presidente do Conselho.)

– Há presença de outros atores: ONGS, etc.?

– Distribuição dos poderes localmente (na IC; cooperativa) e Relação com os poderes locais mais amplos: Secretarias municipais? Estaduais? Nível federal??

– Existe uma rádio local? Como acessam os noticiários: Jornal nacional na TV ou por outro meio? (já que 3h de energia por dia atualmente...)

INTRODUÇÃO – Breve apresentação de minha pesquisa de Doutorado e solicitar o direito de gravar a conversa

IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sobrenome/gênero/idade

Numero de pessoas morando na casa (discriminar por gerações)

Tempo de permanência na Ilha das Cinzas (desde quando moram na Ilha? seus ascendentes moravam lá, já? desde quando a casa é construída e se é da família?)

Atividades produtivas e outras

Escola frequentada pelos filhos
Posto de saúde/médico frequentado
Possui um barco
Nível educacional
Quais são seus planos futuros: pretende continuar morando na IC? Seus filhos pretendem permanecer na Ilha ou se mudar para Macapá? Para outra região?...

CRITÉRIO 1: RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Bens comuns (ambientais) (água; ar; uso da terra; estética das paisagens)

Gestão da água da casa:

Consumo de água nas atividades produtivas (serraria ou açaí) / nas atividades domésticas

Identificar o que demanda mais água

Destinação das águas usadas – das atividades produtivas e das atividades domésticas

Origem da água consumida

Uso da terra:

Superfície (ou estimativa em %) da terra de sua propriedade usada para cada finalidade:

- moradia:
- produção de hortaliças/arvores frutíferas:
- floresta original:
- outro:

Aproveitamento do entorno próximo (serviços ambientais tanto pelo aspecto funcional – acesso a rios salubres/floresta com diversidade de árvores – quanto pelo estético – apreciação da paisagem, do canto dos pássaros)

Neguentropia (eficiência energética; consumo de matéria-prima (MP); resíduos evitados)

Energia:

Consumo de energia nas atividades produtivas (serraria ou açaí) / nas atividades domésticas

Identificar o que demanda mais energia

Origem e tipo da energia consumida

Materiais: (input/output)

Consumo de MP nas atividades produtivas – discriminar por cada MP

Quantidades de resíduos gerados:

Quantidade de resíduos evitados (e como)

Destinação dos resíduos gerados:

Interação com organismos vivos (se houver)

CRITÉRIO 2: QUALIDADE DE VIDA

CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNDO DA PRODUÇÃO

Condições de trabalho (ergonomia)

Satisfação e reconhecimento no trabalho

Relação de poder/legitimidade/peso na cadeia produtiva local:

- do açaí
- do pau-mulato
- das sementes

CONDIÇÕES DE VIDA NO MUNDO DA VIDA

Rendimentos (adequados):

Rendimentos monetários

Rendimentos não-monetários

Tempo livre (*Versus* tempo de trabalho)

Distância entre casa e local de trabalho

Acesso a serviços “vitais” (saúde e educação):

Prática de esporte(s) e/ou atividade física de lazer e/ou arte

Participação em grupo religioso

Participação em eventos culturais / festivos

CRITÉRIO 3: AUTONOMIA (FINANCEIRA E TÉCNICA)

Autonomia financeira (necessidade de investimento compatível)

- Quem possui a tecnologia/os meios de produções (pertencem à Embrapa? À Ataic? A uma empresa? Ou a vocês mesmos – família ou grupo de família?)
- Quem é responsável por e quem paga os custos de manutenção e reparo?

Autonomia técnica (Domínio individual da tecnologia) (~ empowerment)

Acessibilidade: quem pode produzir/usar, e como (“Accessibility”, cf. *paper The matrix of convivial technology, de A.Vetter, 2017*)

Capacitação

Receberam uma capacitação? Ou vocês mesmos desenvolveram a tecnologia?

Capacitação de novos usuários/trabalhadores

Manutenção

Facilidade de adaptação e melhorias, se necessário

Desenvolvimento do saber coletivo local (*capabilities*) (~autonomia coletiva e encapacitação territorial)

Aproveitamento de conhecimento e criatividade endógenos (já existentes no local):

Favorece/potencializa ou fere suas práticas locais/culturais

É diretamente relacionado – e talvez só é possível – com as práticas tradicionais locais

Criação de novos saberes locais coletivos: Respeita e favorece a criatividade?

Resiliência coletiva local – equilíbrio pós impacto vindo de ambiente externo

Autonomia nas decisões: a organização em cooperativa favorece a autonomia ou ao contrário pode causar uma perda de autonomia da unidade familiar (*ex. da questão polêmica do MST na Amazônia, livro do Araújo e P.Lena. p453*)

CRITÉRIO 4: CONVIVIALIDADE

Solidariedade (confiança; cooperação no trabalho; troca de serviços e bens *via* relações não financeiras)

Grau de segurança – de fato e ressentido: na comunidade? Com ilhas vizinhas? com outras áreas (cidades vizinhas, onde comércio)

Grau de confiança ressentido

Cooperação (ou concorrência) no trabalho - Entre serrarias? Dentre de uma serraria? No processo de extração de açaí, por ex.:

Criação de mais-valia coletiva: ver se essa cooperação está sendo redistribuída internamente ou se esta redirigida para terceiros? (dica : LER O CAPITULO 11 DO LIVRO 1 DE MARX, S/COOPERACAO)

Promoção das relações: tentar ver se o modelo produtivo – e de vivência entre as várias casas – favorece as relações

Identidade e valores vernaculares

Pertencimento: identificação com o meio e valores do local, com a atividade desenvolvida

Preservação/perpetuação de identidade e tradições locais

Criação de identidade e tradições locais

CRITÉRIO 5: SIMPLICIDADE/FRUGALIDADE

Padrões de consumo

Qual o seus principais postos de consumo (cf. POF do IBGE, 2008-9²³⁴) - Alimentação /habitação/energia/ saúde/vestuário/outros:

Valores R\$ aprox. de cada posto

Origem (informar inclusive os que não são pagos, oriundos da prod própria ou de troco com vizinhos

O que avalia como consumo imprescindível e consumo supérfluo?

Possui bens que compartilha com seus vizinhos / colegas?

Se sim: quais?

Se sim: a compra foi compartilhada? ou pertence a um de vocês que disponibiliza para os outros?

Quais itens sua família compraria se a renda mensal fosse maior? (10% a mais? 20% a mais? O dobro?)

Percepção sobre a suficiência do rendimento mensal (quest. da POF por ex, informada em 6 gradações que vão de “muita dificuldade” à “muita facilidade”)

Percepção sobre a quantidade de alimento consumida (quest da POF por ex, informada em 3 gradações: “normalmente não é suficiente”, “às vezes não é suficiente” e “é sempre suficiente”)

Percepção sobre a qualidade do alimento (quest da POF por ex, informada em 3 gradações: “sempre do tipo que quer”, “nem sempre do tipo que quer” e “raramente do tipo que quer”)

Razão para o alimento consumido não ser do tipo que quer (quest da POF por ex, informada por 1 dos seguintes motivos: rendimento não permite, alimentos não disponíveis no mercado e outros)

Percepção sobre as condições gerais de moradia (na POF, é indicada segundo vários enfoques. O informante opina se, em geral, são boas, satisfatórias ou ruins)

CRITÉRIO 6: JUSTIÇA SOCIAL

Equidade (~ diminuição das desigualdades)

Distribuição das “rendas da Cooperativa” (se houver):

Divisão dos poderes nas cadeias produtivas (se houver negociação em conjunto, todos recebem a mesma magem ou há diferença? Se sim, como são definidas)

Valorização das produções – junto com clientes diretos

Cidadania deliberativa (~ democracia)

²³⁴

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?&t=conceitos-e-metodos>

Todos na comunidade têm voz ativa?

Qual o fórum para se expressar e gerir conflitos– expectativas / acordos e desacordos?
(ATAIC? Escola?)

Como é feita a tomada de decisão? (liderança consegue promover a participação ou ao contrário é autoritária)

Cuidado mútuo

Condições dignas

Há pessoas excluídas /isoladas? Com dificuldades específicas?

Como vivem as pessoas com renda menor: ajudas governamentais?

Solidariedade da vizinhança?

Respeito mútuo / Ajuda mútua

APÊNDICE E - INFORMAÇÕES (DADOS/FATOS/CONSIDERAÇÕES) OBSERVADAS NA ILHA DAS CINZAS

Quanto ao ambiente produtivo, observamos:

- todas as famílias trabalham com açaí (certas até só produzem açaí);
- várias famílias estão diversificando sua produção, e as que participam do projeto monitorado pela Embrapa, o fazem com manejo (de áreas de pau-mulato e de açaizais), com desbastes, visando a favorecer o crescimento das árvores e seu corte conforme preconizações da lei ²³⁵ (decreto 3.325 de junho de 2013);
- não há uso de produtos químicos nas parcelas, em nenhum dos nos sistemas produtivos nem nas serrarias (só uso de diesel para o motor da serraria);
- não há uso de energia para a colheita do açaí;
- o volume de água usado nas atividades produtivas não foi monitorado – é considerado negligenciável (extraído diretamente do rio, com a subida das marés a água inunda as áreas de produção, irrigando e fertilizando as mesmas, de graça));
- o consumo de energia (diesel para gerador) específico para as produções – corte de árvores em pé e serragem - é de 2,3l por hora;

O diesel para os motores estacionários que geram energia foi monitorado e é de, aproximadamente, 2 L por noite, para manter o motor ligado por 3 a 4 horas.

O transporte interno dos produtos usa quase nada, pois normalmente, usam as canoas ou os rabetas, que consomem muito pouco, e as distâncias são curtas

O consumo do barco para as viagens até Santana/Mazagão pode ser estimado pode viagem, dependendo da embarcação. Na voadeira, em torno de 60 L de gasolina e 2 L de óleo 2T, por viagem ida e volta.

No barco, em torno de 120 L de diesel.

Normalmente, essas viagens são mais para questões socioculturais, pois a comercialização, tanto do açaí quanto da madeira e PFNM, é realizada para atravessadores, Natura, que buscam os produtos na Ilha.- as **microserrarias** funcionam de 3 a 6 dias por mês, produzindo um total de 65 toras, com flutuação sazonal.

- **os resíduos de madeira** – serragem, aparas e costaneira - gerados nas serrarias representa 63% do volume das toras processadas. Uma parte dos resíduos maiores, como costaneiras e aparas, é aproveitada (mas não se sabe estimar qual proporção).

Da mesma forma, **os resíduos gerados pelo manejo das áreas dos SAFs** – que também representaria um aporte energético interessante - não estão sendo aproveitados por enquanto. Podemos notar que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos do governo federal brasileiro considera os Resíduos Sólidos Agrossilvopastoris e fez uma estimativa do total de resíduo florestal da cadeia produtiva da madeira, vislumbrando o aproveitamento de seu potencial energético. (MMA, 2012, p40) ²³⁶.

⇒ o sistema produtivo peca um pouco no subcritério ‘neguentropia’, mas há espaço para melhoria. HÁ POTENCIAL NEGUENTROPICO

²³⁵ Lei federal atualizada pela RESOLUÇÃO No 406, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 (<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res09/res40609.pdf>) e Decreto estadual

²³⁶ O portal de resíduos sólidos apresenta informações sobre os desafios dos Sistemas Agroindustrial da Madeira e possíveis opções para realizar uma destinação final ambientalmente adequada para seus resíduos. (PRS. Não Geração, Redução, Reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos de madeira. Acessível em: <https://portalresiduossolidos.com/nao-geracao-reducao-reutilizacao-reciclagem-e-tratamento-de-residuos-de-madeira/>. Acessado em 10/11/2017)

- **Escoamento da produção:** - uma parte da produção de açaí é vendida a atravessadores e será vendida em Belém; outra parte é vendida a representantes da empresa norte-americana Sambazon, para ser exportada. Cada família da ilha vende diretamente a seu comprador.

OBS: o manejo dos açazais é tão promissor que está virando prioridade (já era, mas mais ainda).

⇒ O consultor Jorge Pinto alertou sobre o risco de monocultura e perda de biodiversidade (deu o exemplo do Baixo Tocantins onde isso aconteceu e hoje não tem mais vegetação à beira do rio).

Quanto ao ambiente doméstico, observamos:

- **Consumo de água:** a água retirada do rio passa por um sistema de filtragem de água formado de 3 caixas de polietileno montadas verticalmente em série (2X1.000l e 1 de 500l). A água é puxada do rio por uma bomba ligada no motor estacionário que gera energia para a casa. O consumo de diesel já está embutido naquela média anterior da família.

Tanto o filtro ascendente, quanto o filtro descendente (testados em casas diferentes) deram bons resultados de qualidade de água e atendem ao padrão OMS. As casas que não têm sistema de filtro vertical ainda continuam usando o hipoclorito de sódio que recebem distribuído (sem custo para as famílias).

- **Saneamento:** as águas e dejetos dos sanitários são destinados para uma fossa séptica biodigestor, composta por 3 caixas de polietileno montadas em série horizontalmente (3x1.000l). No fim, o esgoto vira um adubo líquido (biofertilizante), mas o metano liberado na torneira na metade do processo não está sendo aproveitado – por enquanto.

[Observação: um sistema parecido, porém com manilhas de concreto, foi experimentado mas não foi validado – manuseio das caixas muito mais complicado, e o custo é mais elevado (R\$ 3.300 em vez de R\$ 2.000 aproximadamente, para o sistema com caixas de polietileno e tablado para sustenta-las).]

- **Energia elétrica:** a maioria das casas continuam produzindo eletricidade por geradores próprios, alimentados por diesel. Para uma família de em torno de 8 pessoas (ter uma), estima-se um consumo de 60 litros de diesel mensais (para 3 horas de iluminação), custo de R\$300.

Um caso se equiparam com placas solares, por iniciativa e investimento próprios (fizeram instalar placas na sua casa, não sabemos ainda o quanto econômico isso é)

- **Gás:** hoje, o gás está comprado

⇒ possibilidade de geração de biogás a partir da fossa séptica - estimaram que com a produção de uma casa, junto com a de 3 porcos, teria a massa orgânica suficiente para gerar biogás para alimentar a casa). **HÁ POTENCIAL NEGUENTRÓPICO**

- **Resíduos:** os resíduos alimentares estão sendo reaproveitados como alimentos para as galinhas (e cahorros e porcos que são criados soltos).

Mas os caroços de açaí – que representam em torno de 80% do fruto – poderiam estar aproveitados por fins energéticos, em vez de serem jogados no chão.

⇒ Bom desempenho negentrópico, mas há ainda um grande potencial para melhoria

RENDA: me faltam dados sobre renda familiar: eram em torno de R\$ 1.400 mensais em 2012 (para 5 membros da família) (GUARDANDO RESPOSTA DA RESPONSÁVEL)

Quanto à organização social, observamos:

- A vida comunitária se organiza ao redor da escola, do posto de saúde e da sede da Ataic, que continua albergando o grupo de mulheres. Esse conjunto se encontra no igarapé principal, denominado Periquitos, onde existem também uma igreja católica. Também conta com uma igreja (cristão porém não católica), em outro igarapé (Cinza Grande)
- A escola conta com 160 alunos no total, em três níveis. As professoras são crias da ilha. Um barco ‘comunitário’, pago pela prefeitura de Gurupá, efetua o serviço de transporte das crianças de manhã e no fim do expediente. Não há evasão escolar.
- A sede da Ataic possui um sistema de tratamento de esgoto de 4 caixas de 1.500l cada uma, montadas em série e painéis solares, desde 2014. Essas instalações foram financiadas pelo projeto da Finep. [O custo de investimento - foi de R\$ 200.000,00 - com a nova infraestrutura . O tempo de vida dos painéis está estimado a 15 anos.]

Essa **energia solar** permite alimentar: a escola, o posto de saúde, o laboratório de informática; as reuniões de gestão do projeto e do grupo de mulheres.

- uma sessão eleitoral foi criada na Ilha das Cinzas (que não existia até então). As votações serão realizadas na sede da Ataic;
- o produtor que possui e trabalha os maiores açaçais da Ilha das Cinzas não é afiliado à Ataic.
- a Ataic age como intermediário para a venda das sementes oleaginosas (andiroba, ucuúba e murumuru) – juntando as produções das ilhas vizinhas e da IC, para negociar os preços de venda com a Natura.